



Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

VII COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

ANAIS

7 E 8 DE OUTUBRO DE 2013

FLORIANÓPOLIS- SC- UFSC

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Comissão Organizadora:

Pedro Antonio Vieira

Helton Ricardo Ouriques

Felipe Amin Filomeno

ISBN: 978-85-8328-005-7

ANAIS DO VII COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

Florianópolis

Universidade Federal de Santa Catarina

2013

Mesa 1: BRASIL

1. “O Brasil Republicano Durante a Transição do Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico para o Americano”

Cristiano Addario de Abreu

Mestrando no programa de História Econômica da USP (nº USP: 3717609), sob orientação do professor Dr Alexandre de Freitas Barbosa, do IEB-USP.

2. “Agroindústria da Cana-de-açúcar no Brasil na Perspectiva de Análise dos Sistemas-Mundo”

Déberson Ferreira Jesus

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFMT, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC). Pesquisador do Instituto de Pesquisa em Riscos e sustentabilidade (IRIS-UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. Email: debersonjesus@gmail.com.

3. “Reconfiguração geográfica da indústria mundial e processos diferenciados de integração às cadeias mercantis globais: a economia-mundo e o Brasil semiperiférico”

Marcelo Arend

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC

Caroline Scotti Vilain

Aluna do Curso de Relações Internacionais da UFSC

4. “O Brasil e sua Política Linguística Externa: uma análise sob as lentes da Economia Política dos Sistemas-Mundo”

Sâmia de Brito Franco

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relação Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O BRASIL REPUBLICANO DURANTE A TRANSIÇÃO DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO PARA O AMERICANO: SENTIDO E ESTRUTURA

Cristiano Addario de Abreu*

INTRODUÇÃO

Buscamos estudar as experiências monetárias do início da República no Brasil que buscavam modernizar a economia e melhorar a inserção internacional da economia brasileira no capitalismo mundial. Tendo como tela este capitalismo no auge da maturidade do ciclo britânico de acumulação. Vivia então a Grã Bretanha seu apogeu financeiro e político/militar, enquanto EUA e Alemanha a ultrapassavam como potências industriais.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a política econômica, com ênfase na política monetária do governo brasileiro, partindo do primeiro governo republicano, que teve à frente de sua pasta da Fazenda Rui Barbosa, executor de uma política monetária expansionista e chamada à época de papelista, por se tratar de emissões de papéis inconversíveis lastreados na dívida pública. Tal política, cujo aumento de numerário aprofundava o que já vinha do fim do Império, gerou uma expansão que fugiu ao controle de seus executores causando um *crash* (cujas polêmicas relativas às suas causas serão aqui debatidas) na praça carioca, conhecido como **Encilhamento**. Da reação temerosa das consequências dessa política teremos alguns anos depois uma política econômica afinada com os ditames dos chamados então de metalistas: era o *Funding Loan* de 1898, sob a presidência de Campos Salles e o comando do Ministério da Fazenda com Joaquim Murinho, para mais alguns anos depois chegarmos a uma terceira política econômica mais balizada e intervencionista, já em 1906, no movimento, centrado em São Paulo, que entrou para a literatura econômica com o nome de **Convênio de Taubaté**, cuja inovação cambial da Caixa de Conversão será aqui destacada. Logo, o que se pretende aqui rastrear é a mudança de atitude política e parcialmente ideológica de uma classe dirigente: desde uma política expansionista com Rui Barbosa, até o liberalismo mais dogmático da dupla Salles/Murinho, para chegar a

* Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo

um pragmatismo intervencionista interessado por parte dos defensores de algum plano de valorização para o café, e um controle cambial relativo em 1906. Ou, do confronto entre papelistas e metalistas, típico de século XIX, até um momento mais balizado na política monetária já no começo do século XX. Tendo como pano de fundo a maturidade do terceiro ciclo sistêmico de acumulação arrighiano¹.

Na primeira década republicana (1889-1898), temos como marcos balizadores do histórico confronto entre papelistas e metalista dois planos econômicos antagônicos: o plano expansionista que será acusado de estar na origem do **Encilhamento** e o *Funding Loan*, bem como os protagonistas de tais planos: Rui Barbosa e Joaquim Murinho/Campos Salles. Com essa base histórica, tencionamos estudar o confronto dos chamados papelistas com os denominados metalistas, no início de nossa República, até chegar ao momento mais equilibrado desse confronto, com uma fração da elite dirigente buscando e conseguindo, em parte, um Estado mais ativo e presente na economia, com o fito de uma valorização para o café (1906).

Estudamos esse movimento da classe dirigente de então: desde uma política mais afeita ao *laissez-faire* em 1898, ao proto-intervencionismo (de parte da mesma elite num momento subsequente), em 1906, tendo como contexto uma política econômica republicana que partia originalmente da audaciosa experiência papalista do primeiro gabinete republicano: pretendemos ter, em 1906, com o ambiente político do **Convenio de Taubaté** um ponto de vista privilegiado da Primeira República, uma encruzilhada de nossa história econômica, que tende a uma síntese política entre os dois planos anteriores citados (o expansionismo monetário do **Encilhamento** e o metalismo do *Funding Loan*).

Tal trabalho nos parece necessário como forma de aprofundar o estudo desse momento fulcral de nossa história econômica, focando transformações ideológicas e pragmáticas entre frações da elite de então: entre ideologias e interesses, rastrearmos

¹ ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP/Contraponto, 1996.

disputas e propostas de como pensavam formas de o Brasil fazer suas políticas econômicas.

A MODERNIZAÇÃO NA PERIFERIA EM MEIO À TRANSIÇÃO ENTRE CICLOS DE ACUMULAÇÃO (DO BRITÂNICO AO AMERICANO). A BUSCA DE PROGRESSO ENTRE AS MOEDAS VIGENTES: A IMPERATIVA EXPERIÊNCIA FIDUCIÁRIA E A MIRAGEM METALISTA.

Temos, na segunda metade do século XIX, um processo de aceleração dos mecanismos de comércio, finanças e indústrias nos países centrais do capitalismo que, por um lado, aprofundou a primazia comercial/naval/financeira britânica, e por outro assistiu ao surgimento de duas modernas potências industriais: Alemanha e EUA². Foi diante desse quadro que a ânsia de modernização na sociedade brasileira tornou-se cada vez mais inescapável com os desafios lançados pelo centro do sistema econômico no ocaso do século XIX, forçando as mudanças institucionais e sistêmicas da passagem do Império para a República no Brasil.³ A abolição era o tema central para pensar a produção no Brasil: como seguir e ampliar a produção, saindo desse sistema de tão fundas raízes no Brasil, mas tão nitidamente condenado pela história? É visivelmente óbvio o impacto do exemplo norte-americano nos dirigentes e homens públicos do Brasil da segunda metade do XIX: o “mar vermelho”⁴ que arrasou a escravidão naquela grande República seguramente assustou os dirigentes do velho Império quanto ao fim, inevitável, de tão odioso sistema de trabalho no nosso hemisfério.

Pois se nós hoje definimos claramente a guerra civil americana como um marco na modernização militar e produtiva dos EUA, na base do que será a segunda revolução industrial, assim como a guerra franco-prussiana tem uma dimensão análoga na história industrial alemã, para os homens de fins do século XIX isso ainda não estava completamente teorizado, mas já era visível, mesmo para os homens de um país periférico como era o Brasil então. O exemplo industrialista norte-americano, baseado

²HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. ForenseUniversitária. P.101.

³ Idem. p. 121.

⁴BLACKBURN, Robin. *An Unfinished Revolution*.

no trabalho livre, calava fundo na letargia escravista brasileira. Não foi por acaso que, onde lhe foi possível, o Brasil seguiu o exemplo do norte, trazendo imigrantes europeus em regime de trabalho livre, sobretudo na área do café. Conseguindo um meio de substituir a mão de obra servil pela livre, para a produção desse produto vital para nossa inserção econômica no mundo, o Brasil finalmente escapa à escravidão.

Mas a fascinação com a grande República do norte ultrapassava os limites econômicos, indo também ao político: lembremos que o primeiro nome republicano do Brasil foi o de República dos Estados Unidos do Brasil, e que a primeira bandeira republicana (que durou poucos dias) era uma réplica em verde e amarelo da bandeira norte-americana. Numa decisão mais equilibrada, o governo provisório decidiu pelo retorno da antiga bandeira do Império, mas sem o brasão da casa de Bragança no centro, e sim o céu do Brasil da noite de 15 de novembro de 1889, cortado com o lema positivista “Ordem e Progresso”.

Mas nos centraremos, neste trabalho, nas dimensões econômicas da modernização republicana do Brasil, em meio ao quadro do capitalismo histórico de então, como o caso da reforma econômica de janeiro de 1890: teremos nessa reforma bancária capitaneada por Rui Barbosa, com emissão de notas lastreada em títulos da dívida pública, um caso declarado de modernização institucional inspirada diretamente em experiências norte-americanas.

Vemos nesta experiência Rui Barbosa apostar na ampliação do numerário brasileiro via monetização da dívida pública nacional. Claramente inspirado na tradição hamiltoniana estadunidense, essa modalidade de moeda tinha ainda a intenção de servir para a diminuição paulatina das taxas de juros, o que atacaria uma questão clássica da economia brasileira até hoje: o custo da dívida pública nacional.

Assim vemos na aurora republicana os primeiros arquitetos do novo regime, movendo o pêndulo da política econômica em direção ao pólo papelista, retirando, em parte, nossa moeda da sombra de uma miragem metálica e aplicando o plano de fato papelista: a expansão monetária lastreada na dívida pública. Ou: a monetização de nossa dívida pública. Isso viria pelas mãos do primeiro gabinete republicano com Rui Barbosa chefiando o ministério da Fazenda, com a lei de 17 de janeiro de 1890, que liberava bancos de emissão e gerava uma forte expansão do crédito com moeda inconvertível lastreada na dívida pública. A proposta defendida por Rui Barbosa era que o meio circulante não deveria ser lastreado no curso metálico, pois não seria esse que seguraria

o câmbio alto, e sim a estabilidade do câmbio ao par como resultado da prosperidade econômica resultante da circulação inconvertível. Assim pretendiam, com tal reforma, a emissão de moeda sobre os títulos da dívida pública, pretendendo combater a queda do câmbio e a conseqüente retração emissora, no sentido de evitar o esgotamento de seus estoques metálicos.

Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica, n'um país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicais, é cair n'um ciclo vicioso. Essa mutabilidade do câmbio, essa sua depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas no exterior. Não é portanto a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto: é pelo contrário a estabilidade de câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação convertível. Os metallistas invertem os termos do problema, e por isso suas criações não passam de castelos de carta.⁵

Ainda temos que admitir que, por mais que muitos considerassem os metallistas dogmáticos, tinham eles então mais estofamento teórico, estando os papelistas calcados mais intuitivamente do que doutrinariamente. A grande base doutrinária dessa escola era por si só intuitiva e empirista: a *real bills doctrine*, que era

a noção de que a emissão de papel-moeda em desconto de uma duplicata legítima, isto é, representando uma legítima transação de compra e venda de crédito, ocorrida espontaneamente no comércio, jamais poderia ser inflacionária. Era como se na presença de bancos de emissão, as necessidades do comércio criassem a moeda necessária para o giro dos negócios.⁶

Aos papelistas tal necessidade dos negócios era medida pelas taxas de juros.

Tal descrição pode nos parecer muito lógica, mas não era para quem pensava a moeda como reserva de valor, lastreada em algum metal. A postura de Rui e dos papelistas defendia que o indicador da política monetária deveria ser o das necessidades do comércio e da indústria. Logo, o mais importante na política monetária não seria o câmbio (como era para os metallistas) e sim a taxa de juros. Esta sobe quando encarece a moeda e baixa quando a moeda é abundante: daí a importância indicadora dos juros.

Afora essa inovação, temos também um visível empirismo do primeiro gabinete republicano no que se refere à quantidade que se deveria aumentar do numerário nacional, bem como na quantidade dos bancos de emissão. Quanto à quantidade de

⁵ BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p. 28

⁶ FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p.22.

moeda a ser expandida, temos da parte de Rui Barbosa um empirismo que inclui uma visão geográfica da economia brasileira.

Ora nós somos um paíz quase exclusivamente agrícola; somos um paíz de população esparrissima, somos atrazadíssimos em meios de transportes, somos um paiz onde quantidades incalculáveis de meio circulante se immobilizam em acummulações particulares, e onde o mecanismo usual das permutas, em estado ainda quase rudimentar, põe continuamente em contribuição o emprego material da moeda real, ou representativa (...) Ora tanto mais lento é o circular da moeda e tanto maior somma della, portanto, se requer para o mesmo número de operações, para a mesma quantidade de permutas.⁷

Além da força argumentativa e audácia intelectual, temos que reconhecer ser o momento histórico econômico de então repleto de mistérios para os próprios executores, sendo o caminho intelectual de Rui Barbosa corajoso, mas dominado por um empirismo, um experimentalismo que assustava muitos dos seus contemporâneos.

Neste ponto em que citamos Rui Barbosa descrever a geografia econômica do Brasil de seu tempo, usamos este gancho para finalmente entrarmos na digressão que será aqui desenvolvida. Buscamos interpretar este contexto de atraso, descrito por Rui Barbosa, sob a ótica de alguns autores selecionados. Usaremos nosso atual ponto de vista privilegiado para estudarmos não apenas suas práticas econômicas, como também suas ideias econômicas: como se posicionavam politicamente e, assim, como direcionavam o Brasil sob a ótica de tais ideias.

Para tanto, usamos a perspectiva de alguns autores selecionados para a organização de tal quadro, como Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, com a perspectiva de sistema mundo por eles desenvolvida. Mais exatamente a ideia de Arrighi de ciclos sistêmicos de acumulação: trabalhamos as modernizações republicanas do Brasil sob a perspectiva da mudança do terceiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista para o quarto ciclo. Ou mais precisamente: veremos o Brasil entrar na República no auge e maturidade do ciclo britânico de acumulação (terceiro), enquanto os EUA viviam sua ascensão industrial que lhes abriria o ciclo americano de acumulação pelo século XX (quarto ciclo).⁸

Vemos então o Brasil, ainda recém saído da escravidão, diante de um sistema capitalista internacional que, em seu centro, deixava o modelo industrial-concorrencial

⁷ BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p.72

⁸ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

para o capitalismo financeiro-monopolista⁹. Isso hoje nos é claro, mas para os executores políticos da época, sobretudo na periferia do sistema, esse quadro ainda estava sendo decifrado, sendo o discurso dominante ainda impregnado com a pátina liberal britânica, logo, sendo tal discurso e visão extremamente resistentes em aceitar a nova realidade ascendente de práticas industriais cartelizadas em busca da segurança de preços mínimos. Aliás, é desse final do século XIX que surgem as palavras cartéis (Alemanha), *trusts* (EUA), *pools* (Grã-Bretanha) e *ententes* (França).¹⁰

Tal busca por segurança tanto na ponta de fornecedores, quanto na de consumidores de bens industriais mostrava-se vital no volume e economia de escala em que se desenvolvia essa que será chamada de segunda revolução industrial. Inclusive as práticas neo-colonialistas oficialmente consolidadas no Congresso de Berlim (1885) com sua partilha da África, assustaram o mundo fora do Atlântico Norte. Mesmo em lugares distantes como China e Japão, o peso da indústria do aço com a força regendo o mercado causou arrepio quanto ao futuro dos povos não europeus. Enquanto isso, no campo europeu, muitos reclames vinham da tradição liberal britânica, que via nesse neo-colonialismo um verdadeiro neo-mercantilismo, ou seja, algo que consideravam uma regressão econômico-política.¹¹

Pois é nesse quadro que o Brasil viu-se forçado a um projeto modernizador.

Um desafio típico daquele período para a modernização num país como o Brasil era a monetização das relações econômicas e, ainda mais, construir o hábito entre os poucos homens monetizados de deixar o dinheiro em bancos. Sendo essa “bancarização” um desafio que era causa e consequência da especialização do trabalho para o mercado: seja este mercado o externo ou o interno ainda em formação. A saída de produtores ligados à subsistência em direção à produção mercantil apontava para a monetarização das relações sociais como o futuro geral. Mesmo que no território brasileiro muitas das trocas então se fizessem em mercadorias *in natura* e ainda mais em créditos pessoais ou “quase moedas”, tudo isso já demandava a existência de um meio de troca eficaz. Ou:

⁹ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

¹⁰HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária. p.121.

¹¹Idem, p. 120, 121, 122.

“Nos estágios cruciais do desenvolvimento, especialmente num país geograficamente vasto com uma fronteira esparsa (como os Estados Unidos do século XIX e o Brasil) a principal função da estrutura financeira e bancária é permitir uma crescente *monetização da economia*. Aliás, o estudo da monetização da economia, isto é, a transição de economia de subsistência à economia de exportação (com superávit de produção exportável) e depois a economia industrial, é o tema principal da história econômica brasileira (...). No período inicial aqui considerado, o que é relevante é analisar como foi introduzida no Brasil a inovação econômica de maior repercussão na história econômica: a moeda.”¹²

Apenas ressaltamos aqui que a passagem da subsistência para a economia mercantil monetizada não precisa ser via exportação. Como veremos nas paginas seguintes, seguindo a teoria braudeliana de uma divisão da economia em três partes, uma economia de mercado regional já garante a necessidade de um meio de troca universal. Os supracitados frisavam a exportação como caminho de acumulo de cambiais para buscar uma industrialização. Pois vivia-se num mundo eurocêntrico e, mais ainda, britanicocêntrico, onde a rota do desenvolvimento obrigava cuidado e interação com os países centrais. Mas se estes autores estão focando numa moeda com trânsito internacional é necessário uma produção também com transito internacional: café, borracha, cacau, algodão, açúcar, no caso do Brasil de então. Mas defendemos que para a finalidade de uma economia regional (um mercado interno em formação), outras moedas já podem resolver a necessidade de meio de troca.

No quadro mundial tínhamos o auge de um agente histórico central então em maturidade como centro hegemônico: a Grã-Bretanha. O capitalismo do século XIX é o do *paxbritannica* com seu imperialismo de livre comércio e padrão ouro,¹³ ainda vigentes no auge, mas já sentindo os ruídos da segunda revolução industrial centrada na Alemanha e nos EUA¹⁴. O principal ruído dessa ascensão industrial sente-se no “excesso” da produção industrial, uma vez que temos novos centros industriais, mais modernos, capazes de concorrer com a Grã-Bretanha. Contudo, o excesso produtivo, antes de atingir as indústrias modernas, origina-se nas “indústrias agrícolas”: modernas técnicas agrícolas, com uso de fertilizantes e salitre nas velhas terras da Europa, além da

¹²Pelaez, Carlos Manuel e Suzigan, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Ed UNB. 1976. p. 18.

¹³POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2000.

¹⁴BEAUD, Michel. *Historia do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. Ed. Brasiliense. 1987. p. 202, 203, 204, 205, 206.

conquista de novas terras nos EUA, na Argentina, no Canadá e Rússia, não apenas pelos imigrantes, mas, sobretudo, pelas estradas de ferro e navios a vapor que tornaram a produção de terras distantes acessíveis aos grandes centros consumidores. A queda dos preços agrícolas foi o começo de uma deflação geral que marcou as três últimas décadas do século XIX. Essa deflação agrícola foi ainda responsável pelo barateamento parcial do custo de vida das massas proletárias, que tiveram seus salários também achatados quando a deflação alcançou a produção fabril. Não é coincidência a criação da bolsa do milho em Chicago e a do trigo em Manchester exatamente por esses anos¹⁵: a comunicação e transportes modernos permitiram a criação de uma centralização de formação de preços nessas praças, transformando esses grãos em *commodities*, permitindo aos agentes capitalistas de transporte e estocagem agirem de forma oligopsônica em relação aos produtores agrícolas e oligopólicas em relação aos consumidores (um esquema correlato será estudado no caso brasileiro dos atravessadores agrícolas no século XX, por Ignácio Rangel em *A Inflação Brasileira*¹⁶, achando justamente aí uma fonte crônica da inflação no Brasil). Mas, em fins do XIX, no centro do sistema, tal centralização de preços causava uma histórica deflação.

Tal deflação ficou conhecida como a Grande Depressão dos anos de 1873-96, que Eric Hobsbawm chamou de “equivalente vitoriano da quebra de 1929”, e assustou aos apegados às ideologias de progresso ininterrupto e liberalismo, típicas do século XIX. Porém, como estamos estudando esse período sob a óptica arrighiana dos ciclos sistêmicos de acumulação, podemos ver esse processo como algo cabível dentro de uma transição sistêmica em que se desenham potências produtoras industriais ascendentes, enquanto a potência outonal (nesse caso, a Grã-Bretanha) caminha para se especializar parcialmente nas finanças. Logo, esse período conhecido como a Grande Depressão de 1873-96 não foi, de modo algum, um desvio da experiência histórica. Todas as expansões materiais prévias da economia mundial capitalista terminaram numa escalada de lutas competitivas. Durante uns trinta anos, a escalada dessas lutas, fenômeno que marcou o fim da expansão do comércio mundial de meados do século XIX, não assumiu a forma de uma guerra aberta entre as nações, como, em ocasiões anteriores, fizera desde o início. Essa defasagem pode ser atribuída a duas circunstâncias principais, que distinguem o terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico) dos dois primeiros.

¹⁵ DAVES, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Ed. Record. 2002.

¹⁶ Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira* (1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 551, 558.

“Uma está relacionada com o imperialismo, e a outra, com o “livre-cambismo” do regime britânico de governo e acumulação.”¹⁷

Ao mesmo tempo, o regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. Esta se tornou o “mercado” mais conveniente e eficiente para obter meios de pagamentos e de produção e para colocar seus produtos primários. Tomando uma expressão de Michael Mann (1986), os Estados achavam-se “enjaulados” numa divisão global do trabalho, centrada no Reino Unido, que restringia momentaneamente sua disposição e capacidade de declarar guerra ao principal Estado capitalista, bem como uns aos outros. Não obstante, as empresas comerciais não sofriam a mesma restrição. A longa e generalizada competição selvagem de preços do fim do século XIX constituiu, por si só, uma grande escalada das lutas intercapitalistas _ uma escalada que acabou assumindo a costumeira forma da guerra generalizada entre as nações¹⁸.

Contudo, não pretendemos chegar a 1914 e o que nos interessa aqui é justamente esse desenrolar econômico do final do século XIX. Teremos também no Brasil uma queda de preços de nosso principal produto então: o café. Seguindo um ritmo próprio, também ligado ao alcance das estradas de ferro, sobretudo no oeste paulista, o café começa uma lenta e segura queda em seus preços internacionais, justamente na década de 1890, quando acabávamos de mudar de regime. O aumento da produção da “indústria do café”, tornada a imensa produção do planalto paulista acessível ao mercado mundial pelo desenvolvimento dos transportes modernos, sofreu o estímulo conjuntural interno da baixa do câmbio do começo da República, que inflava a renda dos exportadores desse produto em moeda nacional. Pretendemos frisar, neste ponto, que tal quadro de queda dos preços do café passou a se agravar para os cafeicultores brasileiros a partir do ano 1896, justamente o ano do começo da reversão do quadro deflacionário internacional. Com tempos próprios, vemos, em frentes distintas, o aumento livre da produção causar uma perda de controle sobre a lucratividade. De formas distintas, tanto em várias frentes no centro do sistema, como no Brasil cafeeiro, o aumento livre da produção pôs em risco a lucratividade do sistema para muitos. Ou:

não há contradição em dizer que houve uma Grande Depressão numa época de expansão contínua da produção e do investimento. Ao contrário, a Grande Depressão *não* foi um mito, precisamente porque a produção e o comércio da Grã-Bretanha e da economia mundial como um todo havia-se expandido e

¹⁷ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

¹⁸Idem, p. 169.

continuavam a se expandir *depressa demais* para que os lucros se mantivessem.¹⁹

Vemos, portanto, no quadro do capitalismo central do período que nos ocupamos, esse movimento da potência hegemônica para sua fase outonal, enquanto outras potências produtivas se colocam. No caso essas eram Alemanha e EUA, enquanto o que chamamos de vetor outonal da Grã-Bretanha era sua financeirização. Ou para a Grã-Bretanha, ou melhor, para o terceiro ciclo sistêmico de acumulação “a partir de 1870, terminou uma fase (MD’) de expansão financeira. Esse foi o período que os marxistas, seguindo Rudolf Hilferding, identificaram como o estágio do “capital financeiro”. Como seria esperável, Braudel discordou da caracterização de “capital financeiro” feita por Hilferding, como um novu estágio do desenvolvimento capitalista:

Hilferding(...) vê o mundo do capital como uma gama de possibilidades, dentro da qual a variedade financeira _ um fenômeno de surgimento muito recente, na visão dele_ tendeu a derrotar as demais, penetrando-as por dentro. Essa é uma visão com que me disponho a concordar, com a ressalva de que vejo a pluralidade do capitalismo remontando a um longo tempo atrás. O capitalismo financeiro não foi um rebento da década de 1900; eu diria até que, no passado, digamos Gênova ou Amsterdam, após uma onda de crescimento do capitalismo comercial e a acumulação de capital numa escala superior aos canais normais de investimentos, o capitalismo financeiro já estava em condições de assumir o comando e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo comercial. (Braudel, 1984,p.604).

A linha mestra deste estudo, derivada que é da ideia braudeliiana das expansões financeiras como o “sinal de outono” dos grandes desenvolvimentos capitalistas, naturalmente respalda a visão de que o capitalismo financeiro não foi um novo rebento da década de 1900, mas teve importantes precedentes em Gênova e Amsterdam.”²⁰ Obviamente corroboramos a afirmação acima e focamos o capital vivendo então no nosso momento em tela sua grande expansão financeira em fase londrina.

Contudo, como o próprio Braudel nos ensina, não há apenas um capital, e sim tipos diferentes dele. Enquanto em Londres há expansão de sua modalidade financeira,

¹⁹Idem p.168

²⁰Idem,p.166.

o que também chama atenção no mesmo período é sua concomitante expansão na modalidade industrial, e logo mais também financeira, na Alemanha e nos EUA²¹. Tal movimento, teorizado pelos nossos autores supracitados, não passou despercebido por muitos dos brasileiros engajados então no fazer político. Percebiam esses contemporâneos a Inglaterra consolidada em sua posição de centro financeiro, enquanto, ao mesmo tempo, claro estava que a pujança industrial norte-americana os colocava na direção de nosso mais dinâmico mercado externo para o café (além de estar os EUA hemisféricamente próximo ao Brasil, diferente da Alemanha). Nessa quadra histórica vemos a transição sistêmica do ciclo britânico para o ciclo americano de acumulação, lendo em paralelo o contexto nacional: transição para a República com início ainda pífio e desorganização do mercado de trabalho, com o fim da escravidão. Logo, nossa investigação seguirá na conexão entre ambos: importação de trabalhadores da periferia da Europa e importações de capitais do centro econômico/financeiro dinâmico (Londres), enquanto os EUA crescem a cada dia como o maior mercado consumidor de nossos produtos e, sobretudo, do maior de todos: o café.

Estamos já sobre o terreno do nosso objeto de estudo: o Brasil recém entrado na República e suas experiências de política econômica e monetária nesse contexto mundial de transição sistêmica; como se modernizava este país buscando sua inserção produtiva mundial, bem como sua inserção creditícia. Tais experiências modernizantes, desde o começo da República sempre colidiram com atrasos sistêmicos de nosso território econômico e geográfico (como a falta de um sistema bancário, minimamente organizado, o que, curiosamente, não impediu que o capitalismo penetrasse, mesmo antes que tal sistema bancário se desenvolvesse).

Vemos, pois, um país se modernizando e inserido no capitalismo, ainda sem um sistema bancário razoavelmente organizado, assim como também antes, obviamente, da organização de um mercado de capitais; antes mesmo de uma sociedade com mercado

²¹ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

de trabalho, temos o capitalismo. Mas com que moeda? Achamos nesta questão o eixo de nosso estudo tanto na frente interna quanto externa. O Brasil usa capitais externos ou poupança externa para seus investimentos e ensaia um desenvolvimento monetário que pendula do audacioso ao conservador. Pois, se já afirmamos, escorados em Braudel, que no centro do sistema há diversos tipos de capital (comercial, industrial, bancário, financeiro), também teremos no Brasil do qual nos ocupamos diversos tipos de moedas: metálica, fiduciária, dívida pública monetizada (sendo que no período em estudo, estas duas últimas se confundiam).

Temos nesta(s) moeda(s) um eixo de decifração muito curioso de nossa passagem de economia mercantil à economia capitalista. Vemos as resistências de uma elite herdeira de privilégios coloniais/escravistas decidida a se reciclar preservando o que puder de tais privilégios, mantendo-se como fornecedora de produtos primários no mercado mundial capitalista. A monocultura agroexportadora sendo a forma de reprodução de manutenção desses privilégios, ainda exigia como consequência a continuidade da concentração fundiária e uma insidiosa e perversa inibição da diversificação produtiva, conseqüentemente inibindo a distribuição de riquezas e a ampliação do minúsculo mercado interno de então.

Logo, neste quadro social/produtivo, havia uma inibição produtiva que fazia com que, quando ampliávamos nosso numerário, como no caso do primeiro Gabinete republicano, o dinheiro excedente, além de ir para produção que aumentava, tendia a ir especular contra a moeda.

Que fique claro: também ia para a produção, como foi no caso do episódio conhecido como **Encilhamento**, no qual tivemos, sim, um crescimento industrial; mas, como esse próprio episódio nos ensina, boa parte da expansão monetária realmente foi para a especulação.²²

Vemos a República modernizando essa situação de associação dependente com o centro do capitalismo mundial, sendo provavelmente seus processos monetários, com *deficits*, inconvertibilidade e política emissora, condizentes e funcionais com tal dinâmica, estando todos os curiosos arranjos bancários do período afinados com essas tentativas. Pois essa(s) moeda(s) experimentada(s) carregava(m) no viés conservador

²²SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Ed. Hucitec, Ed. Unicamp. p.50.

quando usava o Brasil de poupança externa através de endividamento (prática que vinha do Império), vestindo a moeda, neste caso, com o lastro metálico (como foi no nosso período de estudo o caso do último gabinete imperial, e do *Funding Loan* de 1898). Ou, no caso da aurora republicana do Brasil, foi a moeda para a roupagem fiduciária, produzindo uma desvalorização cambial que será estratégica para o setor exportador na primeira República.

Também aqui cabe comentar sobre o propalado atraso do monopólio estatal da moeda como algo que será consolidado “tardamente” no Brasil: em comparação com os EUA, por exemplo, no mesmo momento não estava tal processo no Brasil de forma alguma “atrasado”, sendo o praticado no Brasil com bancos privados como emissores uma prática estabelecida no período também nos EUA e alhures.

Com relação ao atraso da formação de nosso sistema bancário, nesse caso sim, tínhamos uma desorganização relativa que comprometia muitos pontos de nossa agenda modernizadora. Porém, mesmo com tais dificuldades, a economia monetária brasileira já conseguia organizar a produção de forma a usar a moeda como instância capaz de separar no tempo e no espaço a produção do consumo com o fito de acumulação de riquezas por alguns. Mesmo na audaciosa política monetária expansiva do começo da República, o limite para a moeda fiduciária era o comércio internacional, sendo no espaço interno a inflação muito bem usada pelos cafeicultores para socializar prejuízos²³, movimentando toda a sociedade num crescimento econômico com essa consciente concentração de renda.

Tinha já então essa moeda uma função sofisticada como expressão de relações sociais e como meio de separar o trabalho no tempo, para dividir desigualmente a riqueza socialmente gerada, concentrando esta em alguns grupos. Neste ponto temos que frisar que no começo da República do qual nos ocupamos o mercado de trabalho não estava consolidado, sendo a retaguarda de economia natural, ou economia de subsistência, um esteio em relação às experiências monetárias, pois a moeda ainda não tinha hegemonia para exprimir as relações de trabalho e de troca.

Neste ponto cabe uma pequena digressão sobre a consciência da geografia econômica do Brasil desde o que chamamos de economia natural até esse Brasil que tenta se modernizar ligado à moeda. Para tanto usaremos do arcabouço teórico dos já

²³FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 1959.

citados Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, bem como do economista brasileiro Ignácio Rangel.

1.1) A dualidade é determinada pela externalidade dos centros financeiros

Ignácio Rangel teorizou sobre a dualidade para estudar o Brasil, país no qual a noção de retardo econômico e de ser sua economia construída de forma a complementar um sistema exterior (paradigma pradiano) sempre esteve presente, assim como na América Latina e em várias outras regiões tidas como subdesenvolvidas. Mas Giovanni Arrighi, sem muito teorizar sobre, faz uso também de uma dualidade para ler o desenvolvimento histórico do capitalismo no centro do sistema em seu nascedouro. A dualidade territorialista/mercantil entre ibéricos e genoveses (1º ciclo sistêmico de acumulação) é claramente descrita como uma dualidade fundante do capitalismo histórico em Arrighi. É ainda determinante para nossa comparação Arrighi/Rangel o fato de o centro financeiro dos agentes territorialistas (estatais) dessa primeira dualidade estar externalizado: eram os genoveses os banqueiros dos reis ibéricos.

Mais especificamente, afirma-se que a expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibéricos), que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder, e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro.²⁴

No presente trabalho é defendido ser essa externalidade dos agentes financeiros a base da dualidade. Na obra rangeliana, a externalidade do financiamento das operações da economia brasileira sempre foi entendida como uma questão a ser enfrentada. Questionado sobre a fraqueza da poupança interna, o que nos obrigava a fazer uso de poupança externa nos endividando, Rangel desenvolveu a heterodoxa teoria de que o Brasil sofria mais de mau uso de seus recursos do que de escassez dos mesmos.²⁵ Tal visão de que não há escassez de capital, contrariando a opinião dominante, é recorrente em Fernand Braudel tratando da Europa do Antigo Regime.

²⁴ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.p.124.

²⁵Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira*(1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 610, 611, 612, 613.

Para entender a dualidade em Arrighi e Rangel, é fundamental entender a externalidade do financiamento desses Estados, pois isso está na base da dualidade; logo, também a questão de como esses autores vêm a falta de capitais ou sua má alocação; ou em termos rangelianos, áreas de estrangulamento na economia contra áreas com capacidade ociosa.

Para desenvolver essa questão faremos agora uma análise comparada entre o economista maranhense (Ignácio Rangel) e o historiador francês Fernand Braudel, pois temos entre Rangel e Braudel similitudes de análise econômica entre dois pensadores contemporâneos. Começaremos cruzando metodologias equivalentes por ambos desenvolvidas em separado, a de enxergarem uma divisão tripartite da economia, para então chegarmos a uma outra equivalência metodológica entre eles: o fato de ambos defenderem haver capitais ociosos mais do que escassez deles, Rangel discorrendo sobre o Brasil subdesenvolvido do século XX e Braudel sobre a Europa do Antigo Regime.

1.2) Divisão tripartite da economia .

Estudando o economista brasileiro Ignácio Rangel, deparamo-nos com uma análise metodológica para sistematizar uma possível divisão da economia brasileira que, segundo ele, era um emaranhado de tempos históricos em convivência conflituosa. Segundo Ignácio Rangel, o Brasil seria uma realidade econômica feita de várias camadas de temporalidades econômicas sobrepostas: uma verdadeira viagem no tempo em que poderíamos ver vários (se não todos) modos de produção vividos pela Humanidade coexistindo. Ele reconhecia em nosso território o comunismo primitivo (dos povos indígenas), o escravismo (ainda renitente por questões de dívidas no campo mais retrógrado), o feudalismo (representado, segundo ele, pelo latifúndio) e o capitalismo, tanto comercial quanto monopolista.

Diante da dificuldade de sistematização de uma economia com tantas camadas sobrepostas, Rangel buscou uma síntese desse mosaico de realidades econômicas, chegando a:

três formações sobrepostas, ou stratas, reagindo entre si duas a duas, a saber:
1º) Uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor, exemplificada (...) pela alparcata de couro cru do nosso sertanejo;

2º) Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, corresponde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX;

3º) Uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo de comércio exterior, isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio.²⁶

Obviamente ele escreve sobre meados do século XX, o que não inviabiliza o olhar a ser lançado sobre o século XIX brasileiro. E, sobretudo, tem o mérito de fazer uma clara distinção entre mercado e capitalismo de monopólio. Trabalha Rangel aqui nos quadros clássicos da tradição marxista, que enxerga o capitalismo europeu da maior parte do século XIX como um capitalismo de mercado sob *a pax britannica*, em contraste com o que se seguiria à unificação alemã e à guerra civil americana, que seria o capitalismo monopolista dos trustes, cartéis e *ententes*.

Porém é forçoso frisar aqui a semelhança do modelo rangeliano com o desenvolvido pelo historiador francês Fernand Braudel. Em sua conhecida obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*²⁷, obra em três volumes, Braudel tem como esqueleto teórico uma concepção tripartite da história econômica na qual perpassa uma visão geográfica.

Segundo ele, a primeira realidade econômica seria o que chamou de vida material: a produção para auto-consumo, ligada a uma realidade local, sendo essa realidade amonetária.

Por cima viria uma segunda camada que batizou de economia de mercado: seria a troca entre produtores numa realidade já marcada por uma maior divisão e especialização do trabalho, que aceitaria (e pediria) a monetarização das trocas; tal realidade teria como perfil geográfico um espaço que ele chama de regional e seu exemplo típico seriam as grandes feiras do final da Idade Média.

Por último, sobrepondo-se a tudo viria o que chamou de Capitalismo: dinâmica econômica marcada pelo monopólio/oligopólio, logo, distinta do que ele chama de economia de mercado, pois a lei da oferta e da procura não cabe aqui; no Capitalismo de

26 RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Publicações da Universidade de Bahia, 1957. P. 37.

27 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XIII*. Ed. Martins Fontes.

Braudel, o que os teóricos marxistas enxergarão no imperialismo do fim do século XIX já se apresentava na era moderna da tradição historiográfica francesa (séculos XV-XIII). O seu Capitalismo é um contra-mercado, é definido por rotas comerciais monopolizadas por grupos ligados a Estados (Príncipes), bem como aos seus exércitos e armadas: no Capitalismo de Braudel a força rege o mercado.

Pois encontramos nesta digressão geográfico/econômica uma série de ideias de base para pensarmos nosso objeto de estudo: o Brasil dos primeiros anos da República, em perspectiva com o centro do capitalismo então no auge de seu terceiro ciclo de acumulação.

Entre uma economia natural de subsistência e uma associação subordinada e dependente ao centro capitalista, havia no espaço Brasil uma retaguarda de economia de abastecimento, assim como uma vanguarda econômica do complexo cafeeiro e outros produtos exportáveis: pois é nesse mosaico econômico que a República ensaia suas moedas. Entre a necessidade de expansão de numerário internamente e de meios para divisas externas(cambiais), oscilou nossa política monetária lastreada por vezes na realidade, por vezes no projeto de transformar essa realidade. A moeda reflete e/ou projeta o real.

Pois assistimos nesse momento uma economia nacional se projetando, mesmo sem que sua atividade bancária estivesse preparada para responder às exigências do financiamento para a produção e do crédito para o consumo. E podemos dizer ainda: nem mesmo do salário para o trabalho! Diante dessa situação afirmamos que na história econômica do Brasil as outras épocas de realidade econômica de que nos falou Rangel sustentam a pequena ponta em crescimento de economia monetizada em busca de modernização.

Veremos esse desenvolver do meio circulante nacional, em meio às contradições geradas no processo de constituição de forças produtivas. No Brasil de então a atividade econômica que dinamizava a riqueza nacional, permitindo a valorização do capital e a inserção da economia brasileira no mercado mundial era, sobretudo, a produção cafeeira, tendo que ser a moeda brasileira, portanto, funcional para o complexo cafeeiro. Contudo, veremos moedas diferentes sendo funcionais de formas diferentes para esse complexo. Moedas sendo ensaiadas e alcançando fins desejados ou surpreendentes: houve paradoxos das consequências em nossa história monetária. Moedas beneficiando

determinados capitais em detrimento de outros: pequeno, médio ou grande capital²⁸. Os ensaios foram por vezes surpreendentes, por vezes previsíveis. Mas o desenrolar desta narrativa monetária em perspectiva nacional/mundial é nossa intenção acadêmica neste trabalho que aqui iniciamos.

Como conclusões parciais retomamos a idéia sobre a variedade de capitais (industrial, comercial, bancário, financeiro) no centro do capitalismo na passagem do século XIX para o XX, em consonância com a variedade de moedas ensaiadas no começo da República brasileira (metálica, fiduciária, dívida pública monetizada). Escorados nos autores supracitados enxergamos a crueza econômica do Brasil de então ser muito bem explorada pelos capitais que penetram nesta economia. Tendo as moedas experimentadas neste contexto uma função dual: dialogar com capitalismo de um lado (este é sempre mundial) e com um nascente mercado interno de outro. Aqui corroboramos o antagonismo braudeliano entre capitalismo e mercado. Pois foi este o conflito vivido pelas moedas na aurora republicana: moedas mais funcionais ao capitalismo ou moedas que ventilavam a economia interna. Enquanto o grande capital (interno e externo) sempre forçou uma moeda mais próxima de padrões cambiais, o pequeno capital sempre demandou mais numerário, estando este sempre sob concorrência e pagando juros mais caros. Ainda assim foi deste pequeno e médio capital que nascerá o mercado interno brasileiro no século XX. Base da industrialização e urbanização vivida pelo Brasil.

²⁸SAES, Flavio Azevedo Marques. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira*. p.254, 255. Revista Brasileira de História. 2/09/1981.

Agroindústria da Cana-de-açúcar no Brasil na perspectiva de Análise dos Sistemas Mundo.¹

DÉBERSON FERREIRA JESUS²

Resumo

Através da perspectiva de análise dos Sistemas-Mundo, em paralelo aos conceitos de cadeia mercantil, ciclos sistêmicos de acumulação capitalista e desenvolvimento sustentável, analisa-se o Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar do Brasil em quatro ciclos. O 1º ciclo mostra que a inserção do Brasil colônia na economia-mundo capitalista se deu através da cana-de-açúcar; O 2º ciclo marca a hegemonia britânica e a decadência do Brasil na cadeia mercantil da cana no século XIX; O 3º ciclo mostra o desenvolvimento da cadeia mercantil da cana no século XX e a inserção dos biocombustíveis na economia-mundo; O 4º e último ciclo argumenta que a cadeia mercantil da cana no século XXI está atrelada ao desenvolvimento sustentável e aos conflitos e controvérsias ambientais em ótica global.

Palavras chaves: Brasil. Cana-de-açúcar. Análise dos Sistemas-Mundo.

Abstract

Through the perspective of World-Systems Analysis, in parallel with the concepts of commodity chain, systemic cycles of capitalist accumulation and sustainability, analyzes the agroindustrial system of sugarcane from Brazil in four cycles. The 1st cycle shows that the inclusion of colonial Brazil in the capitalist world-economy was through the sugarcane; The 2nd cycle marks the British hegemony and the decline of Brazil in the chain commercial of sugarcane in the XIX century; The 3rd cycle shows the development of commodity chain sugarcane in the XX century and the inclusion of biofuels in the world-economy; The 4th and last cycle argues that the chain commercial of sugarcane in the XXI century is linked to sustainable development and environmental conflicts and controversies in global perspective.

Key words: Brazil. Sugarcane. World-Systems Analysis

¹ Artigo apresentado ao professor Dr. Pedro Antonio Vieira na disciplina de Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) – 2013/1 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC). Pesquisador do Instituto de Pesquisa em Riscos e sustentabilidade (IRIS-UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. Email: debersonjesus@gmail.com.

Introdução

Em estreita reorientação teórica baseada na rejeição das categorias das ciências sociais do século XIX, repensando as ciências sociais de forma histórica, entendendo que para compreender os processos contemporâneos de riscos e controvérsias socioambientais é necessário ter como unidade de análise o sistema mundial³, o enfoque unidisciplinar⁴ e a longa temporalidade como referencia, este trabalho fundamenta-se através da perspectiva de Análise do Sistemas-Mundo (ASM) dos sociólogos Immanuel Wallerstein (1974, 2004, 2012) e Giovane Arrighi (1996, 2008) na tentativa de compreender o arquétipo histórico dos processos que construíram as bases de interação dos atores nos conflitos socioambientais do século XXI.

A cadeia mercantil e Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar (SAG-Cana) é um dos mais antigos do mundo e está intimamente interligada a história do Brasil, sua inserção e desenvolvimento no sistema interestatal da economia política do sistema mundo. O país é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, isoladamente o maior produtor e exportador mundial de açúcar e o segundo maior produtor de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos. Atualmente os produtos derivados da cana (açúcar e etanol) têm a segunda posição no ranking de classificação das exportações do agronegócio brasileiro, logo após a soja *in natura* e seus derivados.

Tomando como exemplo os números da indústria da cana brasileira na safra 2010/2011 temos dados impressionantes que justificam a importância política e econômica de um estudo de caso do setor. A produção de açúcar passou de 8 milhões de toneladas em 1990/91 para 37,9 milhões de toneladas em 2010/2011, sendo 10,4 milhões de toneladas para o consumo interno e 27,5 milhões de toneladas para exportação. A produção do Brasil equivale a 19% de toda produção mundial; a produção da Índia, segunda maior do mundo (16%), é de 25,1 milhões de toneladas. Em terceiro lugar, a produção de açúcar dos Estados Unidos, representa 10% de toda produção mundial, é de 16,1 milhões de toneladas. A produção de etanol foi de 27,4

³ Ao invés, mas não desprezando, economia/estado/sociedade nacional/formação social.

⁴ Significa não aceitar que a realidade pode ser captada pelas várias disciplinas da modernidade de forma isolada (economia, sociologia, ciência política, antropologia, geografia etc.) Segundo Wallerstein (2012), trata-se da recusa à separação ontológica das arenas política, econômica e sociocultural e da divisão do trabalho acadêmico em disciplinas. Para a ASM todas as arenas e disciplinas estão conectadas, definem umas as outras e devem ser analisadas na sua definição mútua, pois nenhuma é primordial. “Consequentemente, a análise dos sistemas-mundo é inerentemente unidisciplinar (em oposição a ser multi-, inter-, ou transdisciplinar) em relação às ciências sociais históricas (WALLERSTEIN, 2012 p. 23).

bilhões de litros, sendo 25,5 bilhões de litros para o consumo interno e 1,9 bilhões de litros para exportações. Importante salientar ainda a produção de etanol anidro de 8,3 bilhões de litros, de etanol hidratado de 19,1 bilhões de litros, e a geração de aproximadamente 1.000 megawatts de bioeletricidade, o equivalente a 2% da matriz energética do Brasil. A receita anual da indústria de cana no Brasil (2010) movimentou mais de 50 bilhões de dólares, sendo 13,8 bilhões de dólares advindos das receitas de exportação. O setor sucroalcooleiro foi responsável por movimentar aproximadamente 2% do PIB nacional e por 12% do PIB da agricultura no Brasil em 2010. Estima-se que o sistema gere mais de 1,3 milhões de empregos diretos no país.⁵

Considerando que o Brasil foi incorporado a economia-mundo através da cadeia mercantil do açúcar no século XVI, e a indústria sucroalcooleira vem mantendo sua importância na economia brasileira até o século XXI, bem como é nóculo chave nos conflitos e controversas ambientais atuais. O objetivo do artigo é analisar os pressupostos históricos que resultam nas controvérsias ambientais contemporâneas através de um estudo de caso do Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar (SAG-Cana) no Brasil fundamentado na perspectiva de Análise dos Sistemas Mundo (ASM).

Pretende-se uma descrição histórica do objeto de pesquisa, com vistas a entender que as questões internas ao Estado-nação não foram construídas internamente, mas trata-se do resultado da interação do país no sistema interestatal mundial. Neste sentido, opera-se a hipótese de que tanto as relações transnacionais estabelecidas entre atores locais, quanto às relações entre eles e a cadeia produtiva global são utilizadas para demonstrar que os processos e interações que podem parecer internos em escala nacional são na verdade parte de um processo histórico mundial.

Justifica-se a realização deste trabalho pelas características ímpares do setor sucroalcooleiro. Destacando-se sua estreita inter-relação com a história política e econômica do Brasil, seu envolvimento nas controvérsias socioambientais, e o excelente momento no mercado de açúcar, seguido da explosão potencial no mercado de etanol e de bioenergia. Hoje, o SAG-Cana produz energia em forma de alimento, de combustível e de energia elétrica. Trata-se de um tema muito relevante e sempre atual, tornando-se

⁵ Dados obtidos através dos sites da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e do F.O.Licht International Sugar & Sweetener Report. AUNICA é a maior organização representativa do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. As mais de 130 companhias associadas à UNICA são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil. F.O. Licht Sugar & Sweetener Report é um Periódico sobre Etanol e Biocombustíveis Mundial, fornecem notícias do mercado, análise econômica, as previsões de produção e dos preços internacionais, cobrindo álcool combustível, o etanol celulósico, biodiesel, biocombustíveis de próxima geração e outros combustíveis renováveis. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>> e <<http://www.agra-net.com>>. Acesso em 10 de julho de 2013.

ainda mais proeminente após os problemas relacionados à limitação, finitude e escassez de combustíveis fósseis, do aquecimento global, e do papel chave dos biocombustíveis em torno das controvérsias e conflitos políticos e socioambientais, além da possibilidade de um novo ciclo de desenvolvimento capitalista com a necessária sustentabilidade.

Interessa nos compreender o início da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, sua expansão e os principais eventos que marcaram o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, sua inserção e importância na cadeia mercantil global, a importância dos conflitos e controvérsias socioambiental contemporâneas do setor, sua relação com a sociedade de risco e a globalidade das relações nos conflitos e controvérsias socioambientais que emergiram a partir da crítica à degradação ambiental gerada pelo progresso econômico no final do século XX.

1º ciclo - A cana como inserção do Brasil colônia na economia-mundo capitalista.

A cana-de-açúcar sempre apresentou importância significativa ao longo de toda a história. Na Europa, a raridade e o preço do açúcar faziam dele privilégio de grandes senhores, produto da farmacopéia ou instrumento de práticas de magia. O comércio na Europa do açúcar do Oriente proporcionou a formação de grandes fortunas e poderes nacionais, como por exemplo em Gênova e Veneza onde foi um dos fatores responsáveis pelas grandes navegações (Copersucar, 1989).

Quando as terras da América foram conquistadas pelos portugueses, o açúcar era mercadoria bastante escassa na Europa. Embora em pequena escala, o cultivo da cana já era conhecida pelos portugueses, que praticavam seu cultivo nas ilhas de Madeira e Cabo Verde. Com a conquista, os portugueses trouxeram a cultura para as novas terras, e durante quase dois séculos após a chegada ao Brasil, a economia colonial prosperou basicamente da agroindústria canavieira. Apesar das inúmeras crises, a cana continuou sendo o principal produto comercial da agricultura, condição que permaneceu até meados do século XIX, quando definitivamente se firmou o ciclo do café (SZMRECSANYI, 1976).

Além do caráter histórico, segundo Szmrecsányi (1979) a cana-de-açúcar não é só um dos alimentos básicos para o ser humano (açúcar), como também uma série de

derivados de usos alternativos, como o álcool, o melão, a aguardente, o bagaço de cana etc. Neste sentido, o autor pontua que a importância econômica da cana-de-açúcar está diretamente relacionada aos diversos produtos e subprodutos derivados da industrialização desta planta.

Por sua importância econômica, a agroindústria canavieira suscitou, ao longo da história da cultura no país, vários marcos de intervenções governamentais: desde a regulação da relação entre usineiros e fornecedores, passando pela manutenção da oferta e dos preços, na administração de grandes programas nacionais de incentivo e financiamento ao setor como o PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) até as proibições de cultivo baseadas na premissa de risco ao meio ambiente.

A ‘perspectiva do sistema-mundo’ começa a se consolidar como corrente de pensamento autônoma com a publicação do primeiro volume de “*The modern world-system*” (1974) do sociólogo Immanuel Wallerstein. Embora a preocupação com o caráter transnacional do capitalismo remonte pelo menos à segunda metade do século XIX, a publicação da obra demarca o surgimento de uma nova modalidade de reflexão, com uma problemática definida e um campo conceitual próprio. A publicação do primeiro volume, e as publicações que sucederam tornou a perspectiva indissolúvelmente ligada ao nome de Wallerstein, vinculação que é reconhecida tanto pelos seus adeptos quanto por seus críticos. Segundo Wallerstein (2004), o surgimento de análise de sistemas-mundo é incorporado na história do sistema mundial moderno e as estruturas de conhecimento que foram desenvolvidos como parte desse sistema. Por outro lado, o início desta história em particular não está na década de setenta e remonta meados do século XVI. Giovane Arrighi (1996, 2008) propõe que foi no período de 1450-1650 que se constituiu o sistema capitalista e sua afirmação como sistema mundial. O imperativo da acumulação incessante de capital gerou uma necessidade de constante evolução tecnológica, e em constante expansão das fronteiras, tanto geográficas, quanto psicológicas, intelectuais e científicas que propiciaram o surgimento da economia-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 2004)

Giovanni Arrighi (1996, 2008) olhando para o capitalismo de uma perspectiva histórica, desde seu modelo mais primitivo até a complexidade da atualidade, argumenta que o mundo assistiu a quatro ciclos sistêmicos de acumulação e, conseqüentemente, a quatro hegemonias: a genovesa (séc. XIV ao séc. XVI), a holandesa (séc. XVI ao séc. XVIII), a britânica (séc. XVIII até o séc. XX) e a americana (a partir do séc. XX). Segundo este autor, a queda de uma hegemonia sempre ocorreu concomitantemente à

aparição da seguinte e, durante este período de transição, ocorrem diversas crises demarcatórias e originadas das mudanças pelas quais o sistema passa. Dessa mesma forma foi à última mudança, quando as duas guerras mundiais e a queda da bolsa de Nova York demarcaram o fim da hegemonia britânica e a consolidação dos Estados Unidos enquanto principal potência do sistema.

Não nos interessa aqui um aprofundamento na discussão teórica que tangencia a perspectiva, mas sim a contribuição da ASM para o propósito deste trabalho.

A história do Brasil ainda foi muito pouco explorada sob o prisma da ASM, destarte este ensaio poderia modestamente contribuir com algumas evidências para os estudos do “Brasil” sob a perspectiva da economia política dos sistemas-mundo. Na esteira, e de forma pioneira no Brasil, Pedro Antonio Vieira (2010, 2012) publicou recentemente dois artigos fundamentais para referenciar esta empreitada. O primeiro, “A inserção do “Brasil” os quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar” é fundamental para evidenciar através do conceito de cadeia mercantil, que o desenvolvimento da agroindústria do açúcar no Brasil colonial criou conexões entre produtores, comerciantes e consumidores de muitas mercadorias na América, na África, na Europa e na Ásia, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento da economia-mundo capitalista, da qual a produção açucareira na colônia era uma parte. Vieira (2010) evidencia que as atividades normalmente vistas como autônomas, como é o caso da produção para o mercado interno e o tráfico de escravos, são na verdade parte da cadeia mercantil do açúcar.⁶ No segundo trabalho, “A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650)” o autor nos elucida as conexões entre a os acontecimentos históricos sistêmicos que influenciaram a história portuguesa e brasileira, evidenciando que o Brasil e a economia-mundo capitalista nascem juntos, retratando que “a história da desta região após 1492 é inseparável da história da economia-mundo e vice versa.” (VIEIRA, 2012 p.211) Importante também à tese de que a colônia (Brasil) é incorporada à economia-mundo capitalista através da cadeia mercantil do açúcar.

⁶ Segundo Viera (2010) o artigo tem por objetivo “apresentar evidências de que, em função da quantidade, dos agentes – privados e estatais – envolvidos e do emprego do trabalho escravo, a produção, a comercialização e o consumo do açúcar a partir do século XVI acabaram por constituir aquilo que recentemente se passou a chamar “cadeia mercantil global”, contribuindo assim para a formação da economia-mundo capitalista.[...] nas primeiras décadas do século XVI, o estado português, apoiado por capitalistas de várias nacionalidades, passou a fabricar açúcar na colônia americana, estava, de fato, efetivando um deslocamento de parte da cadeia – plantio da matéria-prima e produção do açúcar – para as possessões lusitanas no continente americano.” (VIEIRA, 2010 p. 500)

A cana-de-açúcar é cultivada no Brasil desde 1532, trazida da Ilha da Madeira por Martim Afonso, o primeiro colonizador português, responsável pela instalação do primeiro engenho na capitania de São Vicente, no ano de 1533 utilizando como modelo os existentes à época nos arquipélagos de domínio português dos Açores e da Madeira.

Para o Estado português e os capitalistas a eles associado à implantação de um nóculo da cadeia mercantil do açúcar no Brasil foi a continuação de uma atividade já em pleno desenvolvimento em outros territórios, tanto que a mão de obra, o refino, o fornecimento dos insumos e equipamentos, o transporte, a comercialização e o consumo era feito em outras partes da colônia e também da metrópole.⁷ A espécie trazida se adaptou bem ao solo brasileiro e, durante todo o período colonial, foi extensamente cultivada com bons resultados ao longo da costa brasileira, onde dezenas de engenhos foram construídos, principalmente no litoral pernambucano e baiano, promovendo o importante ciclo da economia canavieira no Brasil durante quase dois séculos. Segundo Vieira (2012) as duas únicas capitanias que prosperaram no século XVI, o fizeram pelo resultado da produção de açúcar, “cujo desenvolvimento inseriu firmemente a América portuguesa na cadeia mercantil do açúcar, contribuindo assim para fortalecer a economia-mundo, cujas mudanças políticas e econômicas passariam a determinar os processos no território americano.” (VIEIRA, 2012 p.229).

Segundo Vieira (2010), a cadeia mercantil e SAG da cana-de-açúcar estava baseada em produção extensiva (terras abundantes), mão-de-obra escrava e monocultura destinada à exportação. Através destes fatores e principalmente pelos produtos coloniais (farinha de mandioca, charque, fumo, cachaça) intercambiados por escravos, mostra o quanto todos estavam atrelados ao açúcar, que no período era a mercadoria que na ponta da cadeia funcionava como a locomotiva das atividades econômicas, que durante longo período trouxe êxito a cadeia.

Contudo este modelo foi se desgastando e sendo superado pela própria dinâmica econômica e fatores que a inseriu na cadeia. Poderíamos citar o fim do comércio negreiro, diversificação da produção, a falta de inovações, baixa qualidade dos produtos e conseqüente perda de competitividade, o uso por muitos anos de uma única variedade de cana (crioula, trazida pelos primeiros colonizadores) e os mesmos métodos produtivos se repetindo ao longo do tempo.

⁷ Ver VIEIRA, 2010; VIEIRA, 2012 e SZMRECSANYI, 1976.

Observando o sistema mundo, através de Arrighi (1996, 2008) na sua perspectiva histórica de ciclos sistêmicos de acumulação capitalista e, conseqüentemente de hegemonias⁸, este período corresponde ao ciclo holandês (séc. XVI ao séc. XVIII). Os holandeses, expulsos pelos portugueses do nordeste brasileiro, foram responsáveis por introduzir a indústria da cana no Caribe no século XVII, impondo-lhe

“um processo de modernização com a introdução de novas variedades vegetais, nova maquinaria industrial, novos métodos de produção, aproveitamento do bagaço para produção de energia, além da criação de novos produtos (o rum, por exemplo), gerando um diferencial de qualidade e preço que permitiu à região caribenha suplantar a produção nordestina.” (MORAES; SHIKIDA, 2002, p.265).

No século XVIII, após serem expulsos de Pernambuco os capitalistas holandeses superaram a indústria brasileira com sua expansão da agroindústria açucareira na região das Antilhas, consolidam-se no abastecimento do mercado europeu, e fazem com que os produtores brasileiros percam o monopólio do açúcar, desvirtuando o quadro político-econômico vigente na época. O século XVIII põe fim ao primeiro ciclo da cana-de-açúcar no Brasil. Neste período, a produção brasileira reduziu sua importância na cadeia mercantil mundial e também no desenvolvimento do capitalismo brasileiro durante o ciclo do café (1830-1929) e de hegemonia britânica, contudo permaneceu desde então como uma importante atividade na economia brasileira.

Segundo Arrighi (1996) o ciclo de acumulação holandês propiciou o surgimento de vários tipos de mercantilismo, os quais se tornaram competitivos e foram destruindo aos poucos a hegemonia holandesa. Somado a isso, houve conflitos territorialista e capitalista que configuraram o “caos sistêmico” que foi afetado pelos seguintes acontecimentos históricos: independência americana, revolução francesa, guerras napoleônicas, conflito anglo-francês etc. Esses fatos contribuíram para o nascimento de uma nova nação hegemônica, a Inglaterra. Para tanto, o estado holandês concentrou suas forças nas altas finanças como estratégia de sobrevivência, ocasionando a mudança do centro capitalista de Amsterdã para Londres. Com isso, encerra-se o segundo ciclo e dá-se início ao terceiro ciclo sistêmico de acumulação, e 2º ciclo da cadeia mercantil e SAG da cana-de-açúcar no Brasil, sistema agora liderado pela monarquia inglesa (WANDERLEY, 2009).

⁸ Ver ARRIGHI, 1994 e 2007.

2º ciclo – A Hegemonia britânica e a decadência do Brasil na cadeia mercantil da cana no século XIX

O ciclo britânico (final do séc. XVIII até 1929 do séc. XX) é marcado pelas duas primeiras Revoluções Industriais, da mecânica e da eletricidade, respectivamente, marca também o fim do tráfico negreiro e estabelece outras relações comerciais de interesse para o centro do sistema. O ciclo representa o surgimento de novos padrões de consumo e tecnologias mundiais.

Nesse período, 3º ciclo arrighiano de acumulação capitalista, houve a introdução do conceito abstrato de livre comércio, resgatando a formulação smithiana de mão-invisível, pela qual o mercado era autorregulador. Este conceito gerou um sistema mundial denominado de imperialismo de livre comércio ou capitalismo concorrencial. Esta prática de liberalismo econômico utilizada pela Inglaterra somada à mecanização da indústria espalhou-se pelo mundo e foi tomada como referencial para o ideal de supremacia britânica (WANDERLEY, 2009)

Até o início do século XIX, durante o ciclo de hegemonia holandesa, o açúcar de cana podia ser visto como um bem tipicamente agrícola e reinava absoluto no comércio mundial. Segundo Mont'Alegre (1976/1977), a perda de competitividade do açúcar das Índias Ocidentais Britânicas, e dos poucos exportadores brasileiros, a partir da abolição ocorrida em 1833, está diretamente vinculada à luta pela extinção da escravidão empreendida pelos império britânico, nação hegemônica de então. Dados que corroboram os argumentos de Vieira (2010) de que no 1º ciclo do SAG-Cana, a cadeia mercantil do açúcar era largamente sustentado pelas trocas comerciais interligadas ao comércio negreiro. Contudo, no ciclo hegemônico britânico o mercado mundial do açúcar estava em grande transformação, e a SAG-Cana no Brasil em franca decadência por conta de dois fatores preponderantes.

Segundo Ramos (2007), primeiro, porque a produção mundial passou a ser submetida às invenções e desenvolvimentos técnicos que configuraram a Primeira Revolução Industrial, tornando-o um produto tipicamente industrial, com as metrópoles realizando investimentos para modernizar as produções de suas colônias⁹, o que neste momento o Brasil já independente de Portugal não conseguiu acompanhar. Segundo,

⁹ Segundo Ramos (2007), os casos mais evidentes disso são o de Cuba e o de Java. Principalmente depois da independência, Cuba passou a receber investimentos estrangeiros, especialmente norte-americanos, que em pouco tempo tornaram este país o maior produtor mundial de açúcar. Em Java, destaca-se o investimento holandês no melhoramento genético da cana, e industrialização dos processos.

porque surgiu a indústria de açúcar de beterraba, gerando grande concorrência entre as produções, já que poucos eram os países que produziam, no período aqui estudado, tanto açúcar de cana como o de beterraba. A constituição dos complexos industriais açucareiros com base na beterraba no interior dos países desenvolvidos associou-se à disponibilidade de terras para o cultivo da matéria-prima (ex da França e da Alemanha) e, na ausência de tal disponibilidade (ex do Japão), ocorreu um predomínio do refino, com alguns países tornando-se grandes importadores de açúcar demerara. (RAMOS, 2007)

Segundo dados de Cabral (1936, p. 242 apud Ramos, 2007), a produção de açúcar de beterraba passou de uma participação de 14% em 1852/1853 para a média de 63% do total de açúcar produzido no mundo na virada do século devido a generalização das políticas protecionistas e de auxílio estatal. Caberia destacar a concentração ocorrida na indústria açucareira de cana-de-açúcar cubana, que se estabeleceu especialmente de devido aos investimentos estadunidenses. Segundo López (1982, p. 94) em 1904 a produção média das “centrales” era de 6.047 t e em 1930 a média chegou a 29.114 t. tornando-se o maior produtor mundial. Isto dá pistas, ou evidências do início do quarto ciclo de acumulação arrighiano, liderado pelos Estados Unidos.

Reunido aos fatores sistêmicos, no Brasil, este período é marcado pela decadência do setor, pois a tentativa de implementar uma política de modernização da produção açucareira, com a “importação” da ideia de constituição dos “engenhos centrais”, que se baseava no princípio da divisão do trabalho e na qual caberia ao capital estrangeiro dedicar-se à atividade industrial e aos proprietários fundiários brasileiros cuidar do cultivo da cana ocorreu tardiamente. Segundo Ramos (2007), esta iniciativa fracassou devido à estrutura de poder então vigente nos principais Estados produtores de açúcar no Brasil (Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), tendo ocorrido uma modernização que se concentrou no processamento fabril, mas de maneira parcial. Deste modo, durante o período de hegemonia britânica, marcado pelo liberalismo econômico juntado à mecanização da indústria não acompanhada no Brasil, as fábricas açucareiras passaram a ser chamadas de “usinas”, o que não significou somente uma ampliação quantitativa e tecnológica da capacidade de produção dos antigos engenhos, mas também a introdução da centrifugação, ou seja, a produção de açúcar branco.¹⁰

¹⁰ Ver o processo detalhado em Ramos, 1999.

O atraso tecnológico, somado aos demais fatores de produção (extinção da mão de obra escrava, por exemplo), fez com que a produção brasileira perdesse competitividade perante seus principais concorrentes mundiais, que aliado à introdução da produção e concorrência subsidiada/protegida do açúcar de beterraba, explicam a perda do mercado externo pelo açúcar brasileiro ao longo do século XIX. Em 1830, o Brasil contribuía com 15% do total da produção mundial de açúcar de cana; Cuba com 13% e a Ásia com 2,8%; em 1880, as contribuições foram de 11,2%, 28% e 21,5%; já a participação do açúcar no valor total das exportações brasileiras caiu da média de 32,2% em 1821/1830 para 1,4% em 1921/1930.¹¹

Como resultado da queda das exportações houve um redirecionamento do açúcar para o mercado interno, alavancado pela imigração, sobre tudo em São Paulo, cuja economia estava em franca expansão devido ao dinamismo gerado pela cadeia mercantil do café, que após a abolição da escravidão, necessitava de braços para o trabalho,¹² constituindo-se amplo mercado consumidor de bens de consumo em estrita harmonia com as estratégias de acumulação da hegemonia britânica.¹³ (RAMOS, 2007)

Segundo Arrighi (1996) no período entre 1873-1896, ocorre a Grande Depressão, acarretada pela violenta queda nos preços internacionais, que dentre outros fatores, tem por consequência a redução dos lucros industriais, freando bruscamente os investimentos no setor produtivo, e a dando origem a uma fonte alternativa de investimentos, o setor financeiro. Isto configura em termos arrighianos a crise sinalizadora do terceiro ciclo¹⁴. Entretanto, entre 1896-1914, ocorre uma redução da concorrência e aumento na taxa de lucro fazendo este período ficar conhecido como *la belle époque*. Por outro lado, há aumento dos gastos militares culminando na Primeira Guerra Mundial e em seguida, na depressão de 1930, o que indicou o caos sistêmico e o início do quarto ciclo sistêmico de acumulação, liderado pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996).

¹¹ Dados do IAA, 1972, p. 163 e de Brasil açucareiro, mar. 1959, p. 34 apud Ramos, 2007.

¹² Entre 1822 e 1932, entraram no Brasil 4.582.552 estrangeiros, a esmagadora maioria após 1889 e com metade deles fixando-se em São Paulo. (Albuquerque e Nicol, 1987, p. 197 apud Ramos, 2007, p. 563).

¹³ Para maior detalhamento da cadeia mercantil do café produzido no Brasil em perspectiva do sistema-mundo durante o ciclo de acumulação britânico, ver o artigo de Rosângela de Lima Vieira, 2012.

¹⁴ Segundo Arrighi (1996) o final de cada ciclo sistêmico de acumulação, após sua fase de desenvolvimento hegemônico liderado por uma nação durante um determinado período histórico, é marcado por uma crise sinalizadora, seguido por uma fase de transição, na qual outra nação se torna hegemônica, iniciando um novo ciclo.

3º ciclo – O desenvolvimento da cadeia mercantil da cana no século XX e a inserção dos biocombustíveis na economia-mundo.

O ciclo inicia-se em 1929 com a crise da bolsa de Nova Iorque nos Estados Unidos, que além de marcar o fim do ciclo do café, entre outros fatores, ocorre uma queda acentuada do preço do açúcar no mercado mundial. Em resposta a crise, o governo brasileiro começa a executar algumas políticas para regulamentar o mercado de açúcar, visando manter os preços em determinado patamar para atender o bem estar, e o desenvolvimento do setor.

O terceiro ciclo da cadeia mercantil e SAG-Cana é caracterizada pela retomada do crescimento, modernização e desenvolvimento do setor, introdução álcool motor e intervenção estatal de âmbito nacional na agroindústria canavieira com a criação da Comissão de Estudos sobre Álcool Motor e a implementação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), em 1931. Em princípio, o principal objetivo da intervenção estatal era desenvolver medidas e tomar iniciativas destinadas à diminuir os excedentes de oferta de açúcar no mercado interno, reduzir os impactos da total dependência de combustíveis derivados de petróleo, bem como de utilizar os excedentes de produção da indústria açucareira.¹⁵ O ciclo virtuoso é determinado pela intervenção do governo brasileiro, que por meio de decreto, determinou a mistura compulsória de, no mínimo, 5% de bioetanol anidro à gasolina, fazendo com que o setor sucroalcooleiro deixasse de ser exclusivamente voltado para o setor de alimentos, para destinar-se ao setor energético.

Estas medidas que fomentaram o destino da cana para produção de combustível, tendo efeito positivo no aumento da competitividade do SAG-Cana na cadeia produtiva global, que permanecia relativamente estagnada em importância produtiva durante o ciclo de acumulação britânico. As escalas de produção, moagem e industrialização do setor sucroalcooleiro cresceram assim como ganhos importantes em produtividade foram atingidos. Em pouco tempo, o país criou uma ampla rede de distribuição de álcool hidratado, adaptou pioneiramente veículos, desenvolveu tecnologias para uso do álcool anidro como aditivo para combustíveis e tão rapidamente quanto produziu inovações institucionais e organizacionais.

¹⁵ Para detalhamento das características do período, ver Szmrecsányi (1978, 1979) e Ramos (1999, 2007).

Considerando a cadeia mercantil da cana e os ciclos sistêmicos de acumulação de capital, o período coincide com o ciclo norte americano. Em relação a SAG-Cana, o sistema mundo foi caracterizado por acordos políticos internacionais dos países do centro destinados a apoiar e proteger seus mercados deste bem, o que se ampliou após a crise de 1929, passando a existir tanto o mercado livre mundial como os mercados preferenciais.¹⁶

Ramos (2007) argumenta que a evolução, ou este novo período virtuoso da agroindústria canavieira do Brasil após 1929, somente ocorreu depois que as exportações brasileiras alcançaram um novo patamar com a entrada do açúcar brasileiro no mercado preferencial norte-americano, evidenciando que no período anterior a produção estava estagnada e voltada ao consumo interno, associando também o mercado de álcool motor (bioetanol). Esta evidencia, *per si*, mostra a inter-relação da SAG-Cana com o 4º ciclo sistêmico de acumulação liderado pelos Estados Unidos e marcado pela Terceira Revolução Industrial. Segundo Arrighi (1996), neste ciclo o padrão tecnológico passa a ser baseado na microeletrônica e na automação, cuja tecnologia deixa de ser rígida e torna-se flexível, representando a transição do antigo modelo de produção Fordista para o Toyotista marcando a migração e a independência da máquina em relação ao homem, ou seja, nasce a figura do autômato, em que a máquina passa a ser o sujeito e o homem o objeto, invertendo-se os papéis observados nas revoluções anteriores. Ainda segundo o autor, a nova ordem mundial que se configurou neste ciclo foi norteada pelas inovações tecnológicas, o acirramento da competitividade internacional e a predominância do capital financeiro (especialmente o fictício) no mercado.

O Brasil, enquanto semiperiferia na ASM, neste período o SAG-Cana está imbricada em três fatores que passaram a coexistir, as exportações e os excedentes de produção, junto a inter-relação entre os mercados interno e externo de açúcar e álcool explícitas pela defesa de um pelo outro, mantendo o setor sucroalcooleiro resguardado. A produção de álcool motor (aqui denominado de bioetanol) durante este ciclo foi vista como a mais importante válvula de escape para diminuir e/ou evitar o crescimento dos excedentes de açúcar.

¹⁶ Para detalhamento destes acordos, ver Ramos, 2007.

Ainda em 1931, com base nos bons resultados de pesquisas que tinham por objetivo substituir a gasolina derivada de petróleo por bioetanol¹⁷, e ainda com o objetivo de reduzir os impactos da total dependência de combustíveis derivados de petróleo, bem como de utilizar os excedentes de produção da indústria açucareira, o governo brasileiro editou o Decreto 19.717, determinando a mistura compulsória de, no mínimo, 5% de bioetanol anidro à gasolina. Este percentual, em vigor até a presente data variou ao longo das sucessivas décadas, situando-se entre 5% e 25% de 1931 a 2008, conforme pode ser observado na figura 1 - Gráfico do teor médio de etanol anidro na gasolina brasileira.

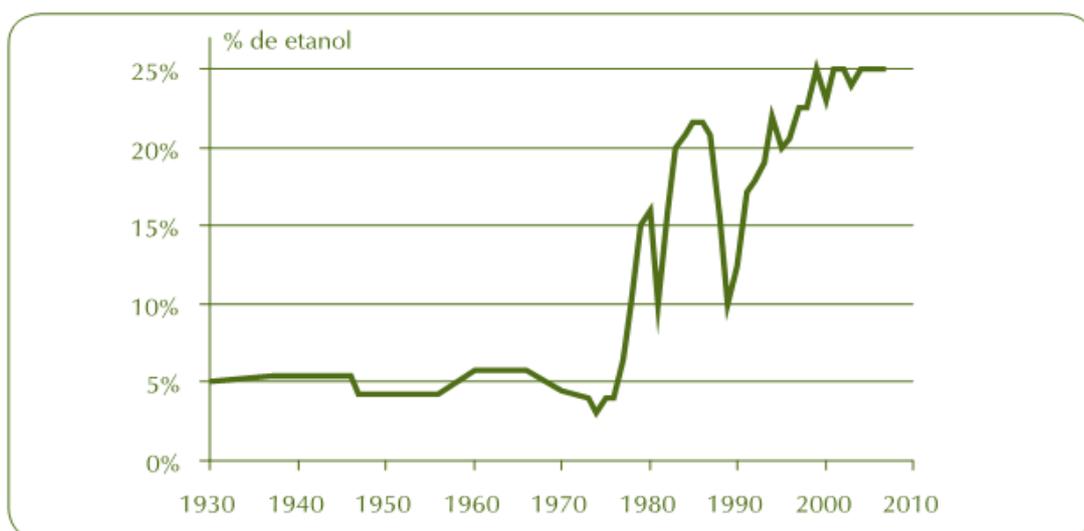


Figura 1 – Gráfico do teor médio de etanol anidro na gasolina brasileira

Fonte: MME (2008)

Em 1933 a CDPA foi sucedida pela criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) através do Decreto n.º 22.789 de 01/06/1933. Logo depois da criação da autarquia um novo decreto (n.º 22.981 de 25/07/1933) reforçou os objetivos da ação estatal, sendo que, pelo “Regulamento anexo a este último decreto, a participação do IAA deveria ser muito mais intensa em relação ao álcool do que no mercado açucareiro.” (SZMRECSÁNYI, 1978, p. 24). No período do pós-guerra (1946-1968) a trajetória do mercado sucroalcooleiro esteve associada ao advento do Decreto-lei n. 25.174-A (03/07/1948), em cujo Art. 1º foi estipulado que “O Instituto do Açúcar e do

¹⁷ Entre os pioneiros do uso veicular do bioetanol, destacam-se Heraldo de Souza Mattos (que, em 1923, participou de corridas automobilísticas utilizando bioetanol hidratado puro como combustível), Fernando Sabino de Oliveira (autor do livro *O álcool-motor e os motores a explosão*, publicado em 1937) e Lauro de Barros Siciliano (autor de dezenas de estudos técnicos sobre o uso de bioetanol em motores), que conduziram ensaios de bancada e testes em estradas, procurando motivar o governo e empresários (VARGAS, 1994 apud BIOETANOL, 2008).

Álcool promoverá as medidas necessárias ao fomento da produção alcooleira nacional, visando o desenvolvimento da indústria da fabricação do álcool anidro, para fins carburantes e a expansão do consumo do álcool-motor no País”.¹⁸ (RAMOS, 2008).

Ramos (2008) evidencia que de 1930 a 1965, apesar do crescimento em relação ao período anterior, o principal destino do açúcar produzido no país ainda era o consumo interno, com a exportação tendo papel secundário e com a produção e consumo de bioetanol sendo usados como meio de diminuição dos excedentes estruturais de açúcar. Para o autor, em 1965 inicia-se verdadeiramente a expansão internacional após a exportação de açúcar ser incorporada ao planejamento da expansão da SAG-Cana, contudo o resultado disso foi uma grande elevação daqueles excedentes, sucedendo-se a ampliação do mercado interno do álcool combustível com a criação do Proálcool. Esse período de expansão termina com a crise de abastecimento de álcool hidratado em 1989 e com a extinção do IAA (órgão estatal que fazia o planejamento) em 1990.

Neste período de relativa rigidez dos mercados internacionais de açúcar, devido ao protecionismo dos países do centro, ditados sobretudo pela nação hegemônica (Estados Unidos), mediante cotas a preços que pouco refletem as pressões de oferta e demanda. Há uma justa expectativa dos países produtores da periferia e semiperiferia de que essas distorções se reduzam progressivamente, introduzindo mais eficiência e realismo no mercado açucareiro. Segundo estudo do Banco Mundial, utilizando diferentes cenários de mercado, apresenta simulações do comportamento dos preços do açúcar caso sejam liberados os mercados, apontando elevações de apenas 2,5% frente aos preços médios atuais. As vantagens mais expressivas ocorriam nos países da periferia e semiperiferia da América Latina e da África ao sul do Saara (World Bank (2007), apud BIOETANOL, 2008).

Os preços internacionais do açúcar são determinados em consonância a posição hegemônica estadunidenses e dos países do centro do sistema mundo. Dois condicionantes exemplificam esta posição: Primeiramente, e talvez o maior peso determinante estão os contratos preferenciais com os Estados Unidos, dentro das quotas estabelecidas pelo Departamento de Agricultura norte-americano, com preços determinados pelos Contratos nº 14 da Junta de Comércio de Nova York (New York

¹⁸ Conforme IAA (1964, p. 61) nos “considerandos” prévios ao artigo encontra-se reforçada a relação com a produção de açúcar (“dispomos de matéria-prima que excede às necessidades da nossa produção de açúcar”) e a importância das medidas para o “menor emprego de divisas na aquisição de produtos derivados do petróleo”. (RAMOS, 2008).

Board of Trade – NYBOT), e com a Europa, no âmbito dos acordos ACP (Africa, Caribbean and Pacific) e SPS (Special Protocol Sugar), limitados por quotas atribuídas aos países produtores; e segundo lugar estão os contratos livres ou de excedentes, que podem seguir os preços dos Contratos nº 5 da Bolsa de Londres ou os Contratos nº 11 da NYBOT. (BIOETANOL, 2008)

Embora, em ambos os casos, esses contratos definam preços de referência para o comércio internacional, com base em operações realizadas eletronicamente em tais bolsas de mercadorias, os contratos preferenciais (principalmente dos EUA) correspondem a preços mais elevados e mercados menores, enquanto os contratos livres representam melhor a realidade do mercado internacional do açúcar.

Os norte-americanos em relação a seus mercados preferenciais baseado no sistema de quotas de fornecimento externo do *Sugar Act* praticamente deixou o Brasil de fora: a quota atribuída ao País para 1935 foi de 791 libras ou de 360 kg. (RAMOS, 2007) Como observou o Truda (1971, p. 182, apud RAMOS, 2007) “uma quota insuficiente, talvez, até mesmo para remessa de amostras.”

Sob efeito da 1ª crise do petróleo, os países centrais do sistema mundo (EUA, Comunidade Europeia e Japão) organizaram-se, de modo a competir com os países produtores de petróleo (Oriente Médio), criando a Internacional Energy Agency (IEA) com o objetivo de apoiar a formação de reservas estratégicas de petróleo para diminuir os impactos econômicos caso houvesse novas altas nos preços do óleo combustível e assegurar o abastecimento contínuo desse recurso para o uso industrial bem como para outros sectores da economia.¹⁹

Segundo Wallerstein (2002), o choque petrolífero fez o Brasil, bem como outros Estados nacionais que ocupavam posições semiperiféricas no sistema internacional, despender mais recursos para a aquisição de petróleo, e provocou o aumento da dívida externa desses países. Nesta conjuntura de subida abrupta do barril de petróleo que o governo do Brasil delineou, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND. 1975-1979), ações políticas para contornar os problemas derivados da crise do petróleo. Destacam-se, a princípio, duas ações do II PND no campo da energia que visavam impedir o “desabastecimento” energético e o comprometimento do desenvolvimento nacional. A primeira voltou-se para o aperfeiçoamento das pesquisas na plataforma continental brasileira com o intuito de descobrir possíveis novos campos petrolíferos. A

¹⁹ Dados obtidos no domínio oficial do IEA – Internacional Energy Agency. Disponível em: <<http://www.iea.org/>>. Acesso em 08 ago. de 2013.

segunda tinha o objetivo de aproveitar o conhecimento tradicional da produção da cana-de-açúcar e transformar o subproduto, no caso o álcool, em combustível. (QUEIROZ & FREITAS, 2012)

Em 1975 no Brasil, sob os efeitos do primeiro choque do petróleo, o Governo instituiu o PROÁLCOOL através do Decreto 76.593 de 14/11/1975. Esse decreto estabeleceu linhas específicas de financiamento, formalizou a criação da Comissão Nacional do Álcool (CNA), responsável pela gestão do programa, e determinou uma paridade de preço entre o bioetanol e o açúcar cristal standard, estimulando a produção do biocombustível, além de estabelecer metas de produção 3 bilhões de litros de bioetanol, para 1980, e 10,7 bilhões de litros, para 1985. Foram também implementados diversos incentivos para expandir a produção e o uso de bioetanol combustível, inicialmente incrementando-se uma maior porcentagem na adição de bioetanol anidro à gasolina, como pode ser observado no gráfico da figura 1. (GUIMARÃES et al, 1986 apud BIOETANOL, 2008).

Com o recrudescimento da crise do petróleo em 1979, o PROÁLCOOL foi intensificado e estimulou-se o uso de bioetanol hidratado em motores adaptados ou especificamente produzidos para o emprego desse biocombustível. Em tais condições, a produção de bioetanol atingiu 11,7 bilhões de litros em 1985, acima da meta inicialmente pretendida. Um resumo do espírito motriz desta época é marcado numa citação do livro “Energia da biomassa – Alavanca de uma nova política industrial” que aponta a necessidade de transcender os sistemas energéticos convencionais para a “civilização da fotossíntese”. (GUIMARÃES et al, 1986 apud BIOETANOL, 2008).

Neste processo surge em concomitância às preocupações mundiais quanto aos riscos ambientais inerentes à produção e secundários a destruição dos biomas pela expansão das lavouras, a severa crítica a substituição de “plantar” combustível ao invés de alimento, a questão da sustentabilidade dos recursos naturais, da possibilidade de um desenvolvimento sustentável e aos empregos ameaçados pelo processo de mecanização/industrialização do campo.

Poderíamos afirmar que a crise de petróleo da década de 1970, somada as preocupações com o meio ambiente, e o novo paradigma de desenvolvimento que ganharam destaque no mesmo período, marca a introdução e passagem dos biocombustíveis, e conseqüentemente o SAG-Cana como um elementos central da economia política do sistema-mundo.

Arrighi (1997) na perspectiva da ASM argumenta que neste período caracterizado pela pressão pelo consumo cada vez mais crescente, dada a péssima estrutura de distribuição de renda nos países periféricos e semi-periféricos, onde uma pequena parcela da população tem o padrão de consumo dos países desenvolvidos, ou a distribuição de renda mais equilibrada nos países do núcleo orgânico têm levado a uma pressão sobre a produção industrial ou agrícola que leva à destruição progressiva dos recursos naturais não renováveis. Em decorrência temos uma degradação progressiva do meio ambiente, que tem obrigado governos e instituições a alertarem as nações sobre as consequências irreversíveis se não houver uma busca do desenvolvimento com sustentabilidade para compatibilizar desenvolvimento com preservação da natureza. (ARRIGHI, 1997). Os governos e produtores apresentam o bioetanol como uma possível solução a este impasse, onde Brasil e a nação hegemônica apresentam-se atualmente como protagonistas do setor. Como evidencia, observa-se que dos 51 bilhões de litros de bioetanol produzidos em 2006 a produção norte-americana, com base no milho, e a brasileira, com base na cana, representaram 72% do total, sendo o Brasil responsável por 35% e os EUA 37% respectivamente.²⁰

Observa-se neste período as primeiras controvérsias ambientais em torno da SAG-Cana. Em 1982, em Mato Grosso do Sul, houve o primeiro marco na proibição do plantio da cana-de-açúcar no Pantanal e Bacia do alto Paraguai através do Decreto Estadual 1581 de 1982 convertido na Lei Estadual 328 de 1982 sancionada em 25 de fevereiro de 1982 dispondo sobre a Proteção Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense. A referida Lei dizia já em seu “Art. 1º - Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondente a área da bacia hidrográfica de Rio Paraguai e de seus tributários”. A Lei assegurava no art.3º que a única unidade instalada na BAP (Sonora Instância) fosse garantido o funcionamento, porém condicionado o funcionamento da mesma a observância das normas de controle de poluição. No Art. 4º encontra-se um ponto emblemático, pois ficava proibida a ampliação da capacidade instalada das destilarias de álcool ou usinas de açúcar de que tratava o artigo 1º já em instaladas e em operação na data da publicação da Lei.

A Lei Estadual 328 de 1982 de autoria do deputado Ary Rigo foi resultado da controvérsia entre ambientalistas, com destaque a Fundação para a Conservação da

²⁰ Dados obtidos através F.O. Licht Sugar & Sweetener Report, 2008

Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), cientistas, entidades e políticos do Estado que debateram a instalação da usina de Bodoquena. O projeto seria a maior usina de álcool do mundo à época.

No dia 5 de junho de 1981, uma grande caminhada com cerca de 10 mil pessoas consagrou o movimento contra a usina, e contra qualquer outro projeto que pudesse vir a existir. Foi a primeira vez que ocorreu uma manifestação desta dimensão no Brasil por uma questão ambiental. A mobilização foi destaque nos noticiários nacional e internacional e culminou com a aprovação da lei que impedia a usina da Bodoquena e qualquer outra na Bacia do Alto Paraguai.

Após 1985 ocorreu uma reviravolta no cenário, com o início da redução dos preços do petróleo e a recuperação dos preços do açúcar, desmotivando a produção de bioetanol e engendrando um quadro de dificuldades que encerrou a fase de expansão do PROÁLCOOL. O governo desestimulou o setor através da redução das políticas de fomento e como consequência os consumidores enfrentaram a descontinuidade e uma duradoura crise de abastecimento do bicomcombustível. Precisamente de um produto cuja propaganda dizia que “pode usar que não vai faltar”, o resultado eminente foi à perda da confiança do consumidor brasileiro e consequente queda das vendas dos carros a bioetanol puro. Assim, após terem significado 85% do total de veículos novos comercializados em 1985, as vendas de veículos a bioetanol encerraram a década com uma participação de apenas 11,4% em 1990 (SCANDIFFIO, 2005 apud BIOETANOL, 2008).

Em 1985, neste cenário de desestímulo governamental ao setor é que se apresenta o primeiro marco de intervenção nacional em proibir o plantio da cana-de-açúcar no Pantanal através da resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 001, de 5 de março de 1985.

Após muita controvérsia entre ambientalistas, cientistas, governo e usineiros. No dia 22/03/1985 foi divulgada a resolução CONAMA Nº 001, de 5 de março de 1985²¹

²¹ A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 5 de março de 1985 – Publicado no Boletim de Serviço nº 956, de 22/03/85, do Ministério do Interior. Republicado no Boletim de Serviço nº 002, de 03/05/85, do MDU. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do artigo 71, de seu Regimento Interno, RESOLVE: Determinar que a Secretaria Especial do Meio Ambiente e os órgãos estaduais do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, responsáveis pelo meio ambiente, suspendam a concessão de licença para a implantação de novas destilarias de álcool nas bacias hidrográficas localizadas no Pantanal Matogrossense, até que o plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente se posicione conclusivamente sobre o assunto.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=18>>.

que determinou que a SEMA²² e os órgãos estaduais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, responsáveis pelo meio ambiente, suspendessem a concessão de licenças ambientais para a implantação de novas usinas de álcool nas bacias hidrográficas localizadas no Pantanal mato-grossense.

O conselho estabelecia a determinação por prazo inconcluso, determinando que a proibição vigorasse até que o plenário do CONAMA se posicionasse conclusivamente sobre o assunto. Como recorrente em regulamentações inconclusas no Brasil, este posicionamento conclusivo sobre a matéria não ocorreu no CONAMA até a presente data.

Contudo, em 1986 entraram em funcionamento na região oeste de Mato Grosso as Destilarias Novo Milênio I e II do Grupo Cooperb, respectivamente nos municípios de Lambari D'Oeste e Mirassol D'Oeste, ambas situadas na Bacia do Alto Paraguai, próximas das afluentes pantaneiras: Bacias dos rios Jauru e Cabaçal.

Durante os anos 1990 o setor sucroalcooleiro sofreu um processo de liberalização, com uma progressiva retirada dos subsídios e o fim do tabelamento dos preços. O resultado deste processo foi à mudança gradual das relações de produção, mercado consumidor e governo. Durante este período o setor permaneceu aquecido graças ao percentual de bioetanol adicionado à gasolina e a expansão do comércio de açúcar (BIOETANOL, 2008).

O final deste ciclo é marcado pelas controvérsias ambientais em torno da produção dos biocombustíveis, da interferência do Estado, e do desenvolvimento sustentável, com destaque a controvérsia ambiental em torno da SAG-Cana nas regiões do Pantanal, Amazônia e Bacia do Alto Paraguai no Brasil.²³

²² A Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, vinculada ao Ministério do Interior, foi extinta pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. As atribuições em matéria ambiental são atualmente do Ministério do Meio Ambiente.

²³ Para detalhamento desta controvérsia, ver JESUS, 2011.

4º ciclo – A cadeia mercantil da cana no século XXI, o desenvolvimento sustentável, conflitos e controvérsias ambientais em ótica global.

Os primeiros questionamentos quanto ao modelo hegemônico de desenvolvimento do ciclo norte-americano ocorreram nos anos 60 e 70 em meio a discussões sociais e ambientais. O significado do fim desta hegemonia é a principal divergência acadêmica entre os dois principais autores da teoria dos sistemas-mundo. Giovanni Arrighi (1996, 2008) argumenta que estamos vivendo de maneira conjuntural, a crise sinalizadora da hegemonia americana, e a transição para um ciclo hegemônico liderado pela China. Immanuel Wallerstein (2004) acredita que o fim do ciclo norte-americano coincidirá com o fim do capitalismo. Contudo, ambos concordam que os dois choques de petróleo na década de 70, o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente da sociedade de consumo, e as guerras travadas pelo petróleo²⁴ são sinalizadoras da importância dos biocombustíveis no século XXI, apontados como possíveis substitutos dos combustíveis fósseis.

Com base nessa lógica e nesse sentimento de inconformidade, ou crise sistêmica é que se aprofundam as críticas e questionamentos em torno do conceito de desenvolvimento e degradação ambiental, apontando para a necessidade de um desenvolvimento sustentável, que *per sí*, remete a uma mudança imediata de paradigma.

A crise ambiental ofereceu ao mundo nos últimos 40 anos uma crítica à degradação ambiental gerada pelo progresso econômico, e de forma mais generalizada pela racionalidade da modernidade. Neste ínterim, começou no campo da construção racional da sociedade o imperativo de um futuro sustentável através da preservação ambiental, do repensar do homem sobre suas ações e consequências a humanidade e as gerações futuras. Paralelamente ganha força o movimento ambientalista em amplitude internacional, entendidos os pressupostos de que os riscos ambientais são de produção local e distribuição global, provocando mudanças nas demandas da sociedade.

A realidade na sociedade contemporânea que Beck (1997, 2010) e Giddens (1991, 1997, 2010) conceituam como sociedade de risco é marcada pelos conflitos e controvérsias socioambientais, intrinsecamente envoltas às discussões de defesa da humanidade, do planeta, e das futuras gerações em um mundo em que as fronteiras do

²⁴ Ver ARRIGHI, 2008 – Cap 7 e 8, p. 185-257.

Estado-nação, entre outros conceitos e categorias da modernidade já não são capazes de dar conta da realidade.

Ulrick Beck (1997) defende que a teoria da sociedade de risco é mais profícua para explicar a sociedade contemporânea do que, por exemplo, o conceito de sociedade de classes e de perspectivas como nacionalismo metodológico, uma vez que os riscos podem ter alcance global, transfronteiriços, atingindo a todos, independente do padrão econômico ou categorias de escala regional. A ciência e a industrialização produzem riscos inerentes e indissociáveis a esse processo. Estes riscos atingem a toda população indiscriminadamente, pois a produção e distribuição de bens também geram a produção e distribuição de riscos a toda a sociedade em escala global. Os efeitos transfronteiriços e globais dos riscos e efeitos ambientais ganha visibilidade com a publicação em 1962 do livro de Rachel Carson, “The Silent Spring”, tratando das novas teorias e estudos científicos relativos aos riscos e perigos decorrentes, dentre outros, da radiação, resíduos tóxicos de metais pesados, hidrocarbonetos clorinados na água e emissões atmosféricas.

Esta internacionalização dos riscos e debates referentes ao meio ambiente ganha proeminência nas discussões oficiais dos órgãos de relações internacionais a partir de 1968 com a convocação pelas Nações Unidas de uma Conferencia sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, provocando globalmente o desenvolvimento de novas pesquisas e discussões em foros regionais e multilaterais, bem como nos meios acadêmicos e científicos, destacando-se as primeiras controvérsias tecnocientíficas ambientais de âmbito internacional. A divulgação destes estudos, e as consequentes controvérsias tecnocientíficas recorrentes do relatório do clube de Roma (The Limits to Growth, 1972) sobre os riscos globais dos efeitos cumulativos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais, concomitante aos desastres ambientais com efeitos transfronteiriços como Bophal em 1984 e Chernoby em 1986 divulgados mundialmente pelos meios de comunicação, transformaram a percepção de risco da sociedade e tornou-se um grande aliado das políticas de conservação ambiental.

A conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembléia Geral da ONU, o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (VEIGA, 2005, p.191). Nesse Relatório o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias

necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46). Embora tenha esse momento como marco de sua conceituação, a noção de desenvolvimento sustentável representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados, sendo o principal deles o "ecodesenvolvimento", defendido desde 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo. Veiga (2005, p.189), argumenta que a diferenciação básica entre a noção de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável é que enquanto aquele trazia a ideia de que não era possível a compatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, este prezava pela compatibilidade, defendendo ser possível associar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

O Brasil aposta nos biocombustíveis, sobre tudo o etanol da cana-açúcar, para um novo ciclo de desenvolvimento do SAG-Cana e promoção do desenvolvimento sustentável. Contudo, a arena política internacional tem levantado muitas questões e resistências quanto à viabilidade dos biocombustíveis, e o país enfrenta sérias restrições para aceitação do produto no mercado internacional, sobretudo na Europa. Toda via, de acordo com as diretivas europeias, até 2015 todos os 27 Estados membros terão de adicionar 2,5% de bioetanol à gasolina. (QUEIROS & FREITAS, 2012)

A cadeia mercantil e SAG-Cana no Brasil, é marcado neste início de século, pelas possibilidades de um novo ciclo de desenvolvimento, desde que baseado no conceito e paradigma do desenvolvimento sustentável. Neste ínterim, surge uma nova controvérsia em torno do plantio da cana-açúcar no Pantanal, Amazônia e Bacia do Alto Paraguai, que pode ser explicado pelas características das controvérsias tecnocientíficas ambientais, características da sociedade do risco.

Visando uma resposta as críticas e questionamentos internacionais de que o bioetanol brasileiro estava contribuindo para a destruição dos biomas amazônico e pantaneiro, avançando sobre áreas produtoras de alimentos e de terras virgens da floresta amazônica, o Governo brasileiro criou um consórcio liderado pela Embrapa, com apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do MMA, para realizar o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE Cana). Por determinação da Casa Civil, o projeto deveria ser acompanhado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sendo este o primeiro zoneamento de uma cultura no Brasil.

Após sucessivos adiamentos devido às controvérsias políticas, econômicas e ambientais²⁵, no dia 17 de setembro de 2009 o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva sancionou o Decreto 6.961 e aprovou o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar e determinou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro. Fica claro com a publicação que o governo decide não incluir qualquer possibilidade de cultivo, pois excluem do zoneamento as áreas em disputa, conforme pode ser observado no subtítulo “Área de Estudo”:

A área de estudo do ZAE Cana compreende todo o território nacional não abrangido pelo Bioma Amazônia, Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai. Assim, não foram incluídos na área de estudo os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Amapá por pertencerem ao Bioma Amazônia. Da mesma forma, partes do território dos Estados do Mato Grosso, Maranhão, Tocantins e de Goiás foram excluídas por estarem incluídas no Bioma Amazônia e/ou no Bioma Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Destaca-se que os limites da Amazônia Legal não são coincidentes com os limites do Bioma Amazônia. (Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, 2009 p. 11).

A questão que se coloca é se os países centrais, sobre tudo a União Europeia, que proíbe a importação pelos Estados membros de combustíveis alternativos que ameaçam biomas de grande diversidade, estão “convencidos” de que a produção os biocombustíveis do Brasil tem caminhado para atingir o paradigma da sustentabilidade?

Não podemos prever o resultado deste novo ciclo que se consolida em função das premissas do desenvolvimento sustentável e da crítica e controvérsias socioambientais em torno dos biocombustíveis em ótica global. Contudo, o interesse mundial pelo desenvolvimento dos biocombustíveis em virtude de uma preocupação maior com o desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e mais limpas, que permitam avançar na superação da crise dos combustíveis fósseis, coloca o Brasil, a cadeia mercantil dos biocombustíveis e o SAG-Cana no centro economia política dos sistemas-mundo no século XXI.

²⁵ Para detalhamento da decisão política, riscos e peritagem tecnocientífica do caso da proibição do plantio da cana de açúcar na Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai no Brasil, ver JESUS, 2011.

Referencias Bibliográficas.

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- _____. **A ilusão do desenvolvimento.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- BECK, Ulrich. **A Reinvenção da Política.** In: GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S.: **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997
- _____. **Sociedade de Risco: Rumo a Uma Outra Modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.
- Bioetanol de cana-de-açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável /** organização BNDES e CGEE. – Rio de Janeiro: BNDES, 2008.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- F. O. Licht. **World Ethanol Markets: Outlook to 2015.** Kent: F. O. Licht, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- _____. **As Conseqüências da Modernidade.** Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. **A Política da Mudança Climática.** Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Zahar, 2010.
- JESUS, Déberson Ferreira. **Decisão política, riscos e peritagem tecnocientífica: O caso da proibição do plantio da cana de açúcar na Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai no Brasil.** Monografia de Ciências Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2011.
- LAGES, André Maia Gomes. **A Diferenciação Tecnológica na Indústria Sucro-Alcooleira do Brasil.** Dissertação (Mestrado pela CME/PIMES/UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco: UFPE, 1993.

- MONT'ALEGRE, Omer. **Política internacional do açúcar**. Brasil açucareiro, p. 98-106, set. 1955.
- _____. **Estrutura dos mercados de produtos primários**. Rio de Janeiro: IAA, 1976-1977.
- MORAES, Márcia. **O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades**. Economia Aplicada, vol.11, n.4, 2007, pp. 605-619.
- MORAES, Márcia; SHIKIDA, Pery (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.
- QUEIROS, Margarida e FREITAS, Elisa. **As geopolíticas dos biocombustíveis e as novas correlações de forças entre Portugal, no contexto da União Europeia, e o Brasil**. In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocritica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Universidad Nacional de Colombia: Bogotá, 2012.
- RAMOS, Pedro. **Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno**. Economia Aplicada, vol.11, n.4, 2007, p. 559-585.
- _____. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- SHIKIDA, Pery Francisco; BACHA, Carlos José. **Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995**. Revista Brasileira de Economia. v. 53, n. 1, Jan./Mar. 1999, p. 69-89.
- SHIKIDA, Pery Francisco; AZEVEDO, Paulo Furquim; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas**. Revista Economia e Sociologia Rural, vol.49, n.3, 2011, p. 599-628.
- SZMRECSÁNYI, T. **O IAA como órgão de planejamento e controle: Atuação e redirecionamento**. In Simpósio sobre sócio-economia da Agroindústria canavieira. STAB/Sociedade dos técnicos açucareiros do Brasil, Jaboticabal/SP, 1978, p.18-55.
- _____. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo, Ed. Hucitec - Universidade Estadual de Campinas, 1979.

- SZMRECSANYI, Tamás e MOREIRA, Eduardo Pestana. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial**. Revista Estudos Avançados, vol.5, n.11, 1991, p. 57-79.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIEIRA, Rita Joana. **Reestruturação do PROÁLCOOL e Continuidade da Produção de Álcool Combustível no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 1999.
- VIEIRA, Rosângela de Lima. **A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929**. In VIEIRA, P. A. (Org.); VIEIRA, R. L. (Org.) ; FILOMENO, F. A. (Org.). O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura acadêmica Editora, 2012.
- VIEIRA, Pedro Antonio. **A inserção do “Brasil” os quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 499-527, dez. 2010.
- _____. **A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650)**. In VIEIRA, P. A. (Org.) ; VIEIRA, R. L. (Org.) ; FILOMENO, F. A. (Org.). O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura acadêmica Editora, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber**. In VIEIRA, P. A. (Org.); VIEIRA, R. L. (Org.); FILOMENO, F. A. (Org.). O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura acadêmica Editora, 2012.
- _____. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2004.
- _____. **O sistema mundial moderno - Vol 1**. Edições Afrontamento. Porto, 1974.
- WANDERLEY, Lívio Andrade. **Ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi e padrões de tecnologias**. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política, PUC – São Paulo, 2009.
- Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar / organização Celso Vainer Manzatto .**
[et al.]. — Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

Reconfiguração geográfica da indústria mundial e processos diferenciados de integração às cadeias mercantis globais: a economia-mundo e o Brasil semiperiférico

Marcelo Arend¹

Caroline Scotti Vilain²

1.Introdução

O artigo pretende caracterizar o desempenho do Brasil na nova dinâmica mundial iniciada nos anos 1980, através do recurso analítico da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). Considera-se relevante uma análise sistêmica das últimas três décadas do Brasil na economia-mundo capitalista, pois exatamente após seu “milagre econômico” da década de 1970 o país enfrentou uma relativa estagnação de suas taxas de crescimento do PIB e PIB per capita, perdendo posições anteriormente conquistadas no sistema interestatal (ARENDE e FONSECA, 2012). Em grande medida, o processo de *falling behind* brasileiro no período pós-1980 pode ser apreendido pela expressão cunhada por Arrighi (1996) de “ilusão desenvolvimentista”, pois praticamente toda a ascensão relativa do Brasil no sistema interestatal no período 1950-1980 foi suplantada no período imediato por novos países periféricos e semiperiféricos que melhor adaptaram-se a nova dinâmica sistêmica mundial das últimas décadas. (ARENDE, 2012).

As últimas três décadas foram marcadas por importantes mudanças na dinâmica do sistema mundial, que impactaram de sobremaneira nas aspirações de ascensão do Brasil na hierarquia do sistema interestatal (de semiperiferia a núcleo orgânico), expressas por sua estratégia de desenvolvimento da década de 1970 de superação do subdesenvolvimento e de “Brasil Grande Potência”. Nesse período, o ciclo sistêmico de acumulação norte-americano iniciou sua fase de expansão financeira que, aliado a uma nova revolução científico-técnica, implicou em profunda reorganização na indústria mundial fazendo surgir àdenominada Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) (ARRIGUI, 1996). A nova divisão internacional do trabalho ampliou as dimensões e escalas de entrelaçamento das atividades de diferentes circuitos econômicos e conseqüentemente acarretou um novo processo de reconfiguração geográfica das atividades industriais. Nessa nova dinâmica, novos estados periféricos e semiperiféricos enfrentaram processos de inclusão/exclusão de suas atividades produtivas, já que encontraram-se inseridos em uma nova arquitetura das cadeias mercantis globais.

Nesse sentido, o artigo está estruturado em três seções, além dessa breve introdução e das conclusões finais. Inicialmente, mostra-se a profunda reorganização da indústria mundial nas últimas três décadas, marcada por forte industrialização da Ásia e desindustrialização dos países

¹ Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC. E-mail: marcelo.arend@ufsc.br

² Aluna do Curso de Graduação em Relações Internacionais da UFSC. E-mail: cascotti@hotmail.com

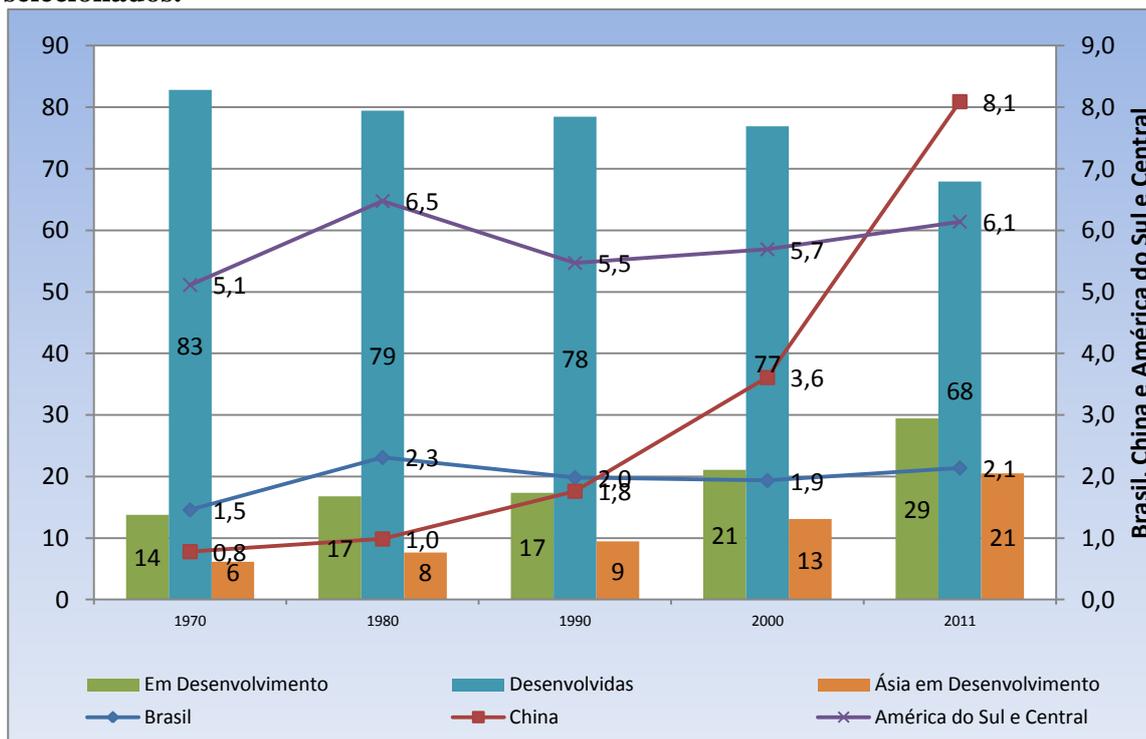
centrais e da América Latina, em especial do Brasil. Posteriormente, busca-se descrever os determinantes para a ocorrência desse processo na geografia produtiva mundial. A análise se concentra na nova dinâmica dos fluxos internacionais de capitais e nos processos diferenciados de integração produtiva regional, dos países asiáticos (“gansos voadores”) e dos países latino-americanos (“patos vulneráveis”). Por fim, o artigo aborda especificamente a atual inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, procurando caracterizá-la como uma forma de inserção tipicamente semiperiférica.

2. Trajetórias de desenvolvimento desigual nas últimas três décadas

Esta seção busca mostrar o processo de desenvolvimento industrial diferenciado de países e regiões da economia mundial ao longo das últimas três décadas. Procura especificamente evidenciar que desde o final do século XX esta em marcha um processo de reconfiguração geográfica da produção manufatureira global, no qual as economias desenvolvidas vêm perdendo participação em detrimento dos países periféricos. Todavia, a intenção é destacar que os ganhos crescentes de participação na manufatura mundial dos países em desenvolvimento não são equânimes. Trata-se do processo diferenciado/desigual de industrialização das duas maiores regiões periféricas da economia mundial: a América Latina e a Ásia.

Nesse sentido, nos últimos 40 anos, o desempenho dos países capitalistas não tem sido homogêneo e tampouco as trajetórias nacionais de desenvolvimento dos países periféricos têm revelado um processo de convergência. A partir de informações disponibilizadas pela UnctadStat, em dólares constantes de 2005, o gráfico 1 mostra que, apesar da participação no PIB global dos países em desenvolvimento ser crescente nas últimas quatro décadas, quando se apresentam informações particulares de regiões e países específicos percebe-se que na realidade não ocorre um processo universal de convergência.

Gráfico 1 - Participação percentual no PIB global no período 1970-2011: regiões e países selecionados.



Fonte: Elaboração própria a partir de UnctadStat.
OBS: PIB em US\$ constantes de 2005.

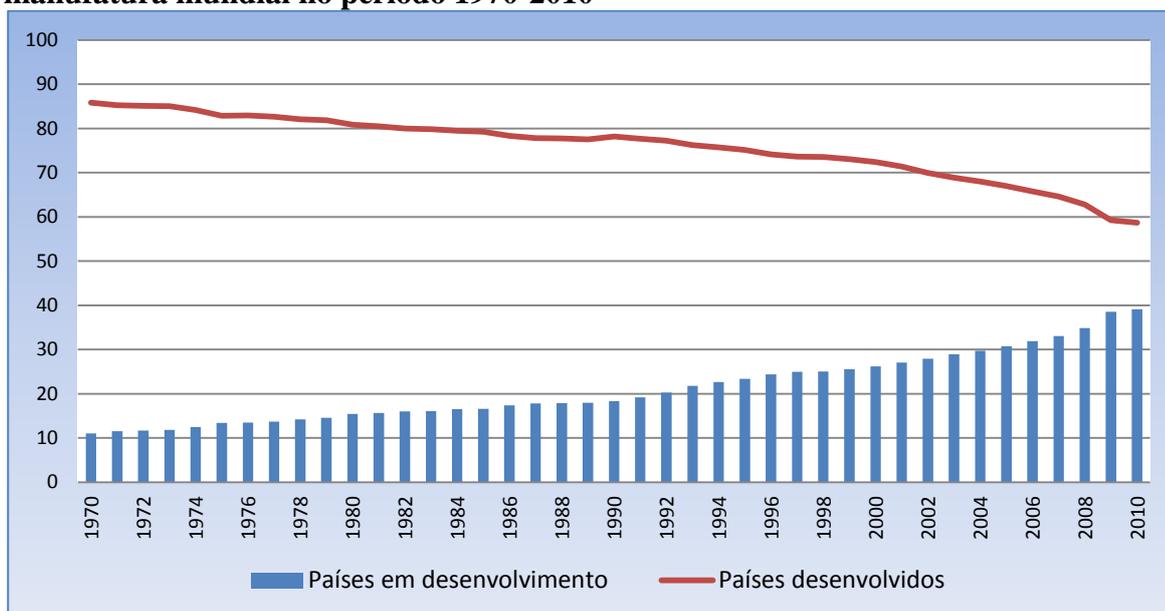
De 1970 até 1980 os ganhos de participação no PIB global ficaram por conta dos países da América do Sul e Central e da Ásia em desenvolvimento, tendo como destaque o desempenho da economia brasileira. Nesse período aproximadamente 60% do ganho de participação da América do Sul e Central no PIB global deveu-se ao Brasil. Os 30 anos posteriores revelaram uma dinâmica extremamente distinta: praticamente todo ganho de participação dos países em desenvolvimento no PIB global coube apenas à Ásia em desenvolvimento, com destaque para o desempenho da China. A China, que tinha uma participação no PIB global em 1970 de 0,8% não avançou muito até 1980, quando detinha uma participação de 1,0%. Todavia, a partir daí seus ganhos de participação foram crescentes: 1,8% em 1990, 3,6% em 2000 e 8,1% em 2011.

No ano de 2011, a América do Sul e Central teve uma participação no PIB global equivalente à do ano de 1980. Em grande medida, esse regresso foi fortemente influenciado pela perda de participação do Brasil no PIB global, que em 2011 apresentou um peso na economia mundial menor ao constatado em 1980. Nesse sentido, para a América do Sul e Central, e em especial para o Brasil, o desempenho do período anterior a década de 1980 jamais foi retomado, sendo marcante as perdas dos últimos 30 anos.³

³ Utilizando outras fontes de dados, como as estatísticas de Angus Madison em dólares constantes ajustados por PPP, a mesma evidência descrita é verificada. A partir de dados elaborados por Macedo e Silva (2007, tabela 3 p.14), percebe-se que de 1950 até 1980, novamente, os ganhos de participação no PIB global ficaram por conta principalmente dos

No que concerne a indústria manufatureira, pela análise do gráfico 2 percebe-se que o sistema mundial também apresentou um profundo processo de mudança nas últimas quatro décadas, marcado pelo crescente deslocamento da atividade industrial para os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos apresentaram queda persistente de participação na indústria manufatureira mundial, passando de 85% em 1970 para 58% em 2010. Já os países em desenvolvimento tiveram ganhos crescentes no produto manufatureiro global, partindo de praticamente 10% em 1970 para alcançar a participação de 40% em 2010.

Gráfico 2 – Participação percentual dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na manufatura mundial no período 1970-2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Unctadstat

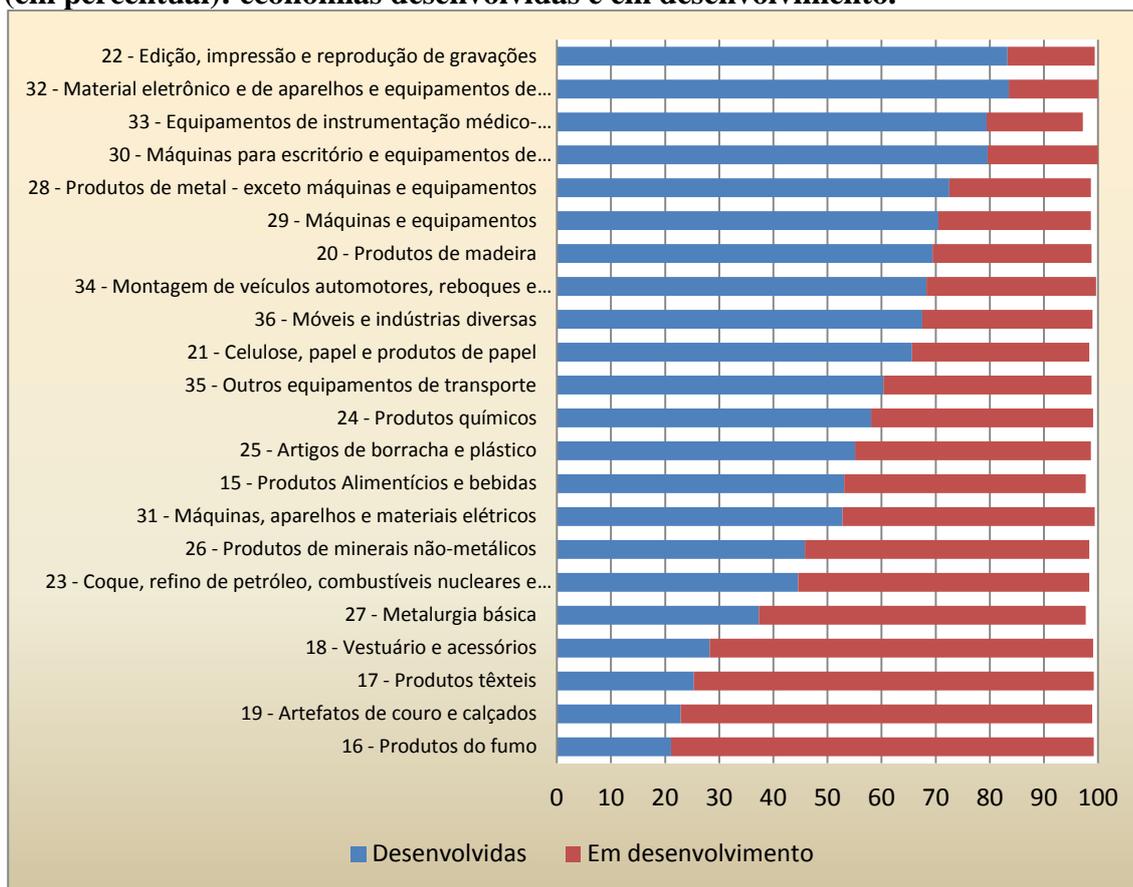
OBS: Valor Adicionado do Produto Manufatureiro em US\$ constantes de 2005.

Cabe ressaltar, que apesar dos ganhos crescentes dos países em desenvolvimento na produção manufatureira mundial ser crescente nas ultimas quatro décadas, os setores tecnologicamente mais avançados ainda concentram-se sobretudo nos países desenvolvidos; ou seja, o processo manufatureiro ainda é hierarquizado. Dessa forma, a capacidade de apropriação de valor nos diferentes estágios das cadeias produtivas globais é assimétrica. As etapas nucleares ainda

países da América Latina, tendo como destaque o desempenho da economia brasileira. Nessas três décadas 75% do ganho de participação latino-americano no PIB global deveu-se ao Brasil. A partir de 1980 uma dinâmica extremamente distinta é constatada: praticamente todo ganho de participação dos países periféricos no PIB global coube apenas à Ásia em desenvolvimento, com destaque para o desempenho dos NICs (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e da China. A China tinha uma participação no PIB global em 1950 de 4,5%, não avançando muito até 1980, quando detinha uma participação de 5,2%. Todavia, a partir daí seus ganhos de participação foram crescentes: 7,8% em 1990, 11,6% em 2000 e 16,2% em 2005. No ano de 2005, a América Latina teve uma participação no PIB global equivalente à do ano de 1950. O regresso latino-americano foi fortemente influenciado pela perda de participação do Brasil no PIB global, que em 2005 apresentou um peso na economia mundial equivalente ao da década de 1970. Novamente a conclusão é a mesma: para a América Latina, e em especial para o Brasil, o desempenho do período 1950-1980 jamais foi retomado, sendo marcante as perdas dos últimos 30 anos (ver SILVA (2007).

continuam se localizando nos países desenvolvidos, e as demais etapas são geralmente realizadas nos países em desenvolvimento. Essa afirmativa pode ser corroborada pelo gráfico 3, que mostra a distribuição do valor adicionado da indústria de transformação mundial em 2010, entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Nos setores industriais tecnologicamente avançados os países desenvolvidos chegam a comandar mais de 80% do valor adicionado mundial.

Gráfico 3 – Distribuição mundial do valor adicionado da indústria de transformação em 2010 (em percentual): economias desenvolvidas e em desenvolvimento.



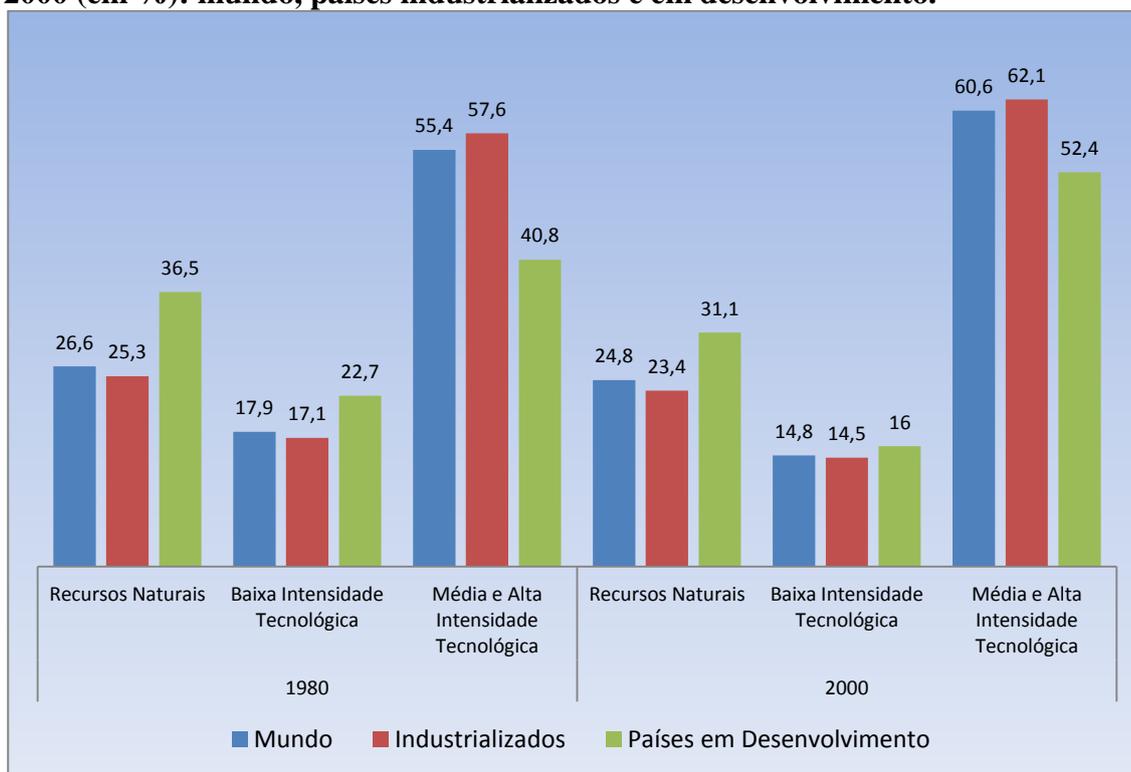
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNIDO

Todavia, a despeito das atividades tecnologicamente avançadas concentrarem-se nos países desenvolvidos, a gráfico 4 mostra que existe um movimento de expansão nos países periféricos em favor dos produtos mais intensivos em tecnologia, em detrimento dos intensivos em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica. Portanto, percebe-se que não somente os países industrializados avançados, mas também os o mundo em sua totalidade e as economias em desenvolvimento, vem melhorando a composição de seu produto industrial, na direção dos intensivos em média e alta tecnologia.

Assim, existe um movimento mundial das economias capitalistas em direção dos setores mais intensivos em tecnologia. Os países em desenvolvimento possuíam em sua estrutura industrial,

no ano de 1980, uma participação dos setores de média e alta tecnologia de apenas 22%. Já os setores industriais intensivos em recursos naturais representavam 36,5% do produto industrial das economias em desenvolvimento nesse mesmo ano. Entretanto, no ano de 2000 as manufaturas de média e alta intensidade tecnológica já representavam mais de 50% do produto industrial das economias em desenvolvimento. Portanto, o gráfico 4 mostra que os ganhos de participação dos setores tecnologicamente mais avançados na estrutura industrial dos países em desenvolvimento deram-se em detrimento dos intensivos em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica.

Gráfico 4 – Composição do produto industrial por intensidade tecnológica nos anos de 1980 e 2000 (em %): mundo, países industrializados e em desenvolvimento.



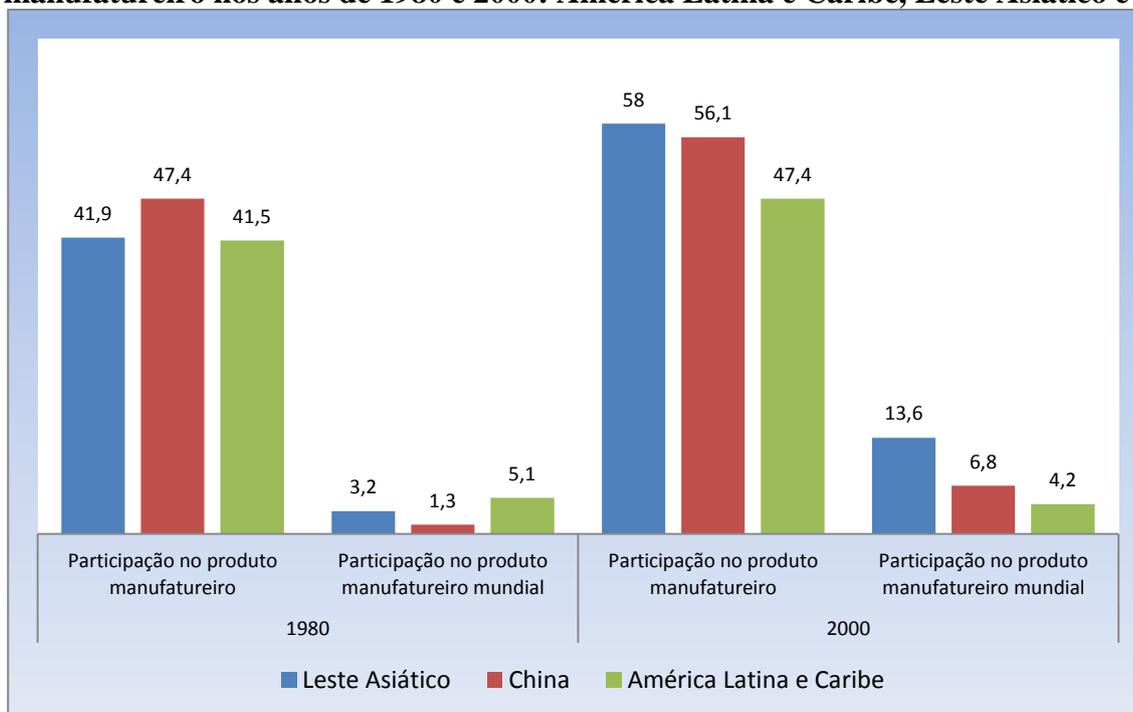
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da UNIDO apud Sarti e Hiratuka (2010; Projeto PIB).

Quando se analisa a participação dos setores tecnologicamente avançados no produto manufatureiro por regiões contata-se um desempenho bastante assimétrico. O gráfico 5 mostra que no Leste Asiático os setores de média e alta tecnologia representavam 42% do produto manufatureiro em 1980, passando para 58% em 2000. Apesar da participação da América Latina e Caribe também ser crescente, o patamar atingido em 2000 foi de 47%, bem inferior.

Todavia, o importante a ser ressaltado é a participação percentual do parque industrial intensivo em média e alta tecnologia que cada região representa no produto manufatureiro mundial. No gráfico 5 percebe-se uma dinâmica diferenciada de desenvolvimento dos setores de média e alta tecnologia entre a Ásia e a América Latina e Caribe. O Leste Asiático passou de uma participação

de apenas 3,2% em 1980 para 13,6% em 2000. Já a América Latina e Caribe apresentou declínio na participação mundial dos setores industriais intensivos e tecnologia, pois passou de 5,1% em 1980 para 4,2% em 2000. Percebe-se também o ganho de participação da China, que em 1980 possuía apenas 1% da produção mundial de alta tecnologia, e chega no ano de 2000 com praticamente 7%.

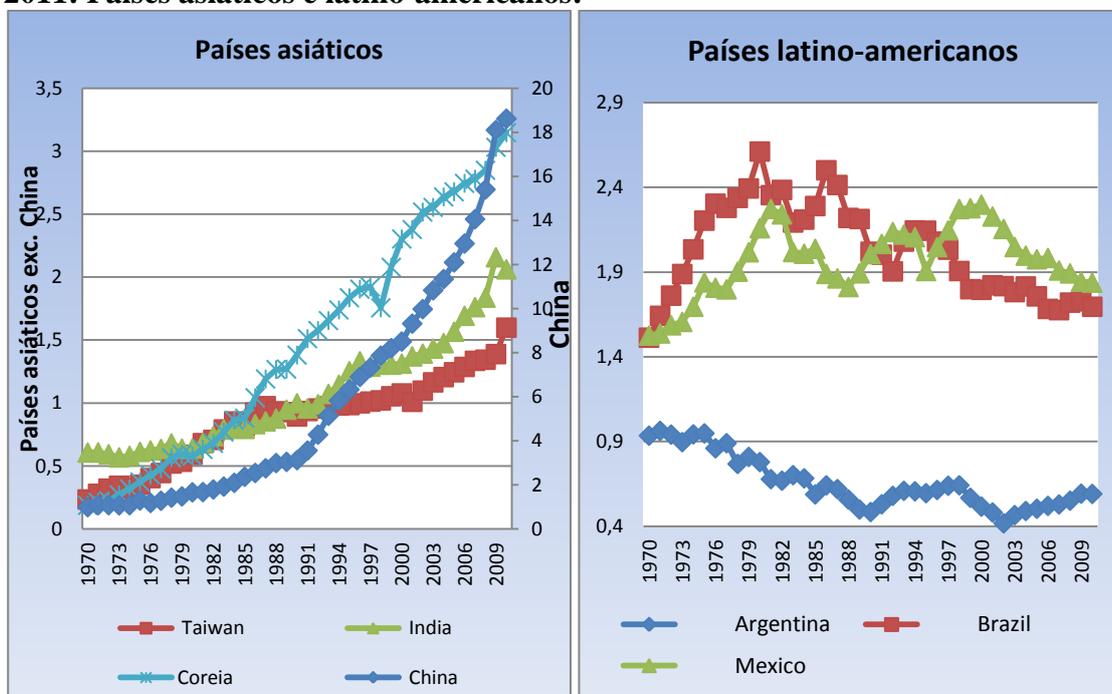
Gráfico 5 – Participação percentual dos produtos de média e alta tecnologia no produto manufatureiro nos anos de 1980 e 2000: América Latina e Caribe, Leste Asiático e China.



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da UNIDO apud Sarti e Hiratuka (2010; Projeto PIB).

Na mesma direção, o gráfico 6 mostra que os países asiáticos selecionados apresentaram ganhos permanentes no produto manufatureiro global nas últimas quatro décadas, destacando-se o desempenho espetacular da China. A China que detinha uma participação no produto manufatureiro global de 0,99% em 1970, passou para surpreendentes 18,6% em 2010. Ganhos crescentes no produto manufatureiro mundial também são verificados na Coreia do Sul, Índia e Taiwan. Percebe-se que desempenhos distintos apresentam os países latino-americanos, como Brasil, pois este apresentou queda permanente no produto manufatureiro global desde a década de 1980, quando detinha 2,61%, chegando em 2010 com uma participação de 1,83%. A Argentina detinha na década de 1970 aproximadamente 1% do produto manufatureiro global, e chega em 2010 com apenas 0,59%. O México apresenta um comportamento mais errático, com ganhos nas décadas de 1970 e 1990, e perdas nas décadas de 1980 e 2000, chegando em 2010 com 1,83% do produto manufatureiro global, tal como o Brasil.

Gráfico 6 – Evolução da participação percentual na manufatura mundial no período 1970-2011: Países asiáticos e latino-americanos:

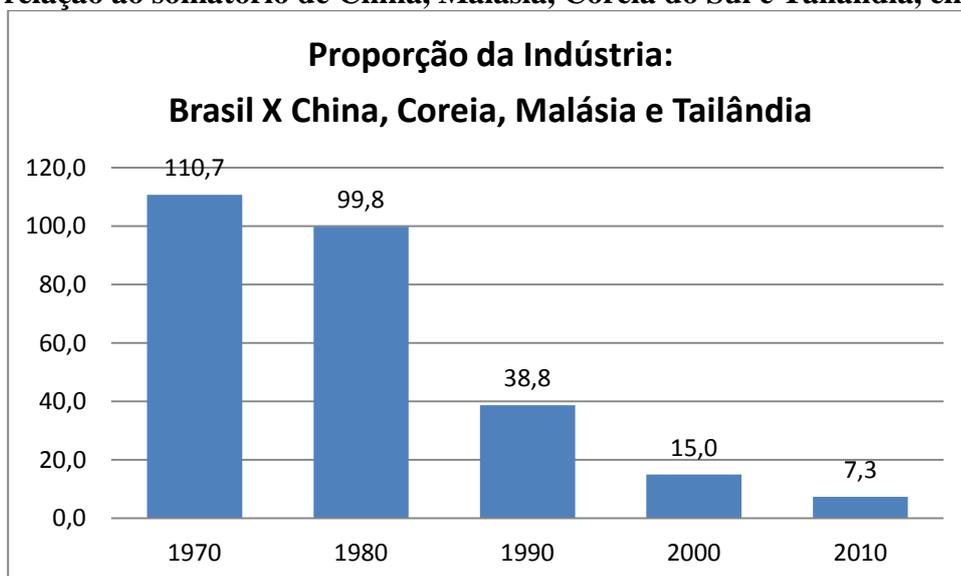


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Unctadstat

OBS: Valor Adicionado do Produto Manufatureiro em US\$ constantes de 2005.

O dinamismo industrial dos países asiáticos em comparação ao baixo desempenho da indústria brasileira, desde os anos 1980, pode ser melhor visualizado pelos dados do gráfico 7, que compara o tamanho da indústria de transformação do Brasil com o somatório da indústria da China, Malásia, Coreia do Sul e Tailândia. Em 1970 a indústria de transformação do Brasil era 10% maior que a dos quatro países em conjunto. No ano de 1980, o parque industrial brasileiro ainda equivalia ao somatório do parque industrial dos quatro países. Entretanto, a partir da década de 1990 as informações levam a constatar que o processo de industrialização dos quatro países foi muito mais intenso que o do Brasil, pois no ano de 2010 a indústria brasileira equivalia a apenas 7% do total da indústria dos quatro países em consideração reunidos.

Gráfico 7 – Percentual do Valor Adicionado da Indústria de Transformação do Brasil em relação ao somatório de China, Malásia, Coreia do Sul e Tailândia, em US\$ de 2005

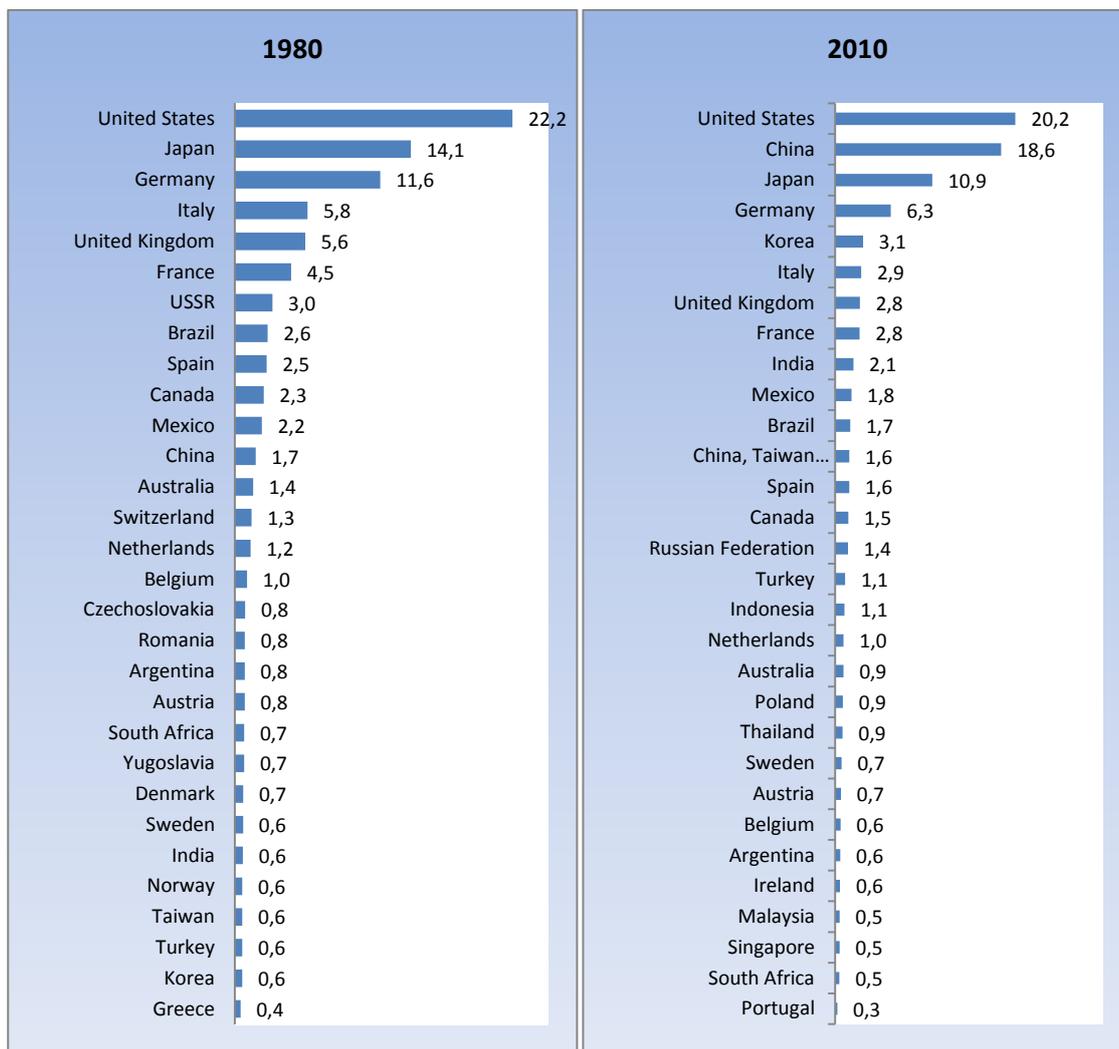


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Unctadstat

OBS: Valor Adicionado do Produto Manufatureiro em US\$ constantes de 2005.

Por fim, como pode ser visualizado no gráfico 8, ao se comparar o ranking dos trinta maiores produtos manufatureiros mundiais nos anos de 1980 e 2010, percebe-se mudanças geográficas importantes no valor adicionado manufatureiro mundial. As principais ascensões são da China (1980:12º; 2010:2º), da Coreia do Sul (1980: 29º; 2010: 5º) e de Taiwan (1980: 27º; 2010: 12º). Brasil (1980: 8º; 2010: 11º) e Argentina (1980: 19º; 2010: 25º) perdem posição no ranking. Impressiona também a posição de países asiáticos em 2010 que não pertenciam aos trinta maiores produtos manufatureiros em 1980, como Indonésia (17º), Tailândia (21º), Malásia (27º) e Cingapura (28º). Constata-se que estes países asiáticos ascenderam em detrimento principalmente de países europeus e de latino-americanos.

Gráfico 8 - Os trinta maiores produtos manufatureiros nos anos de 1980 e 2010

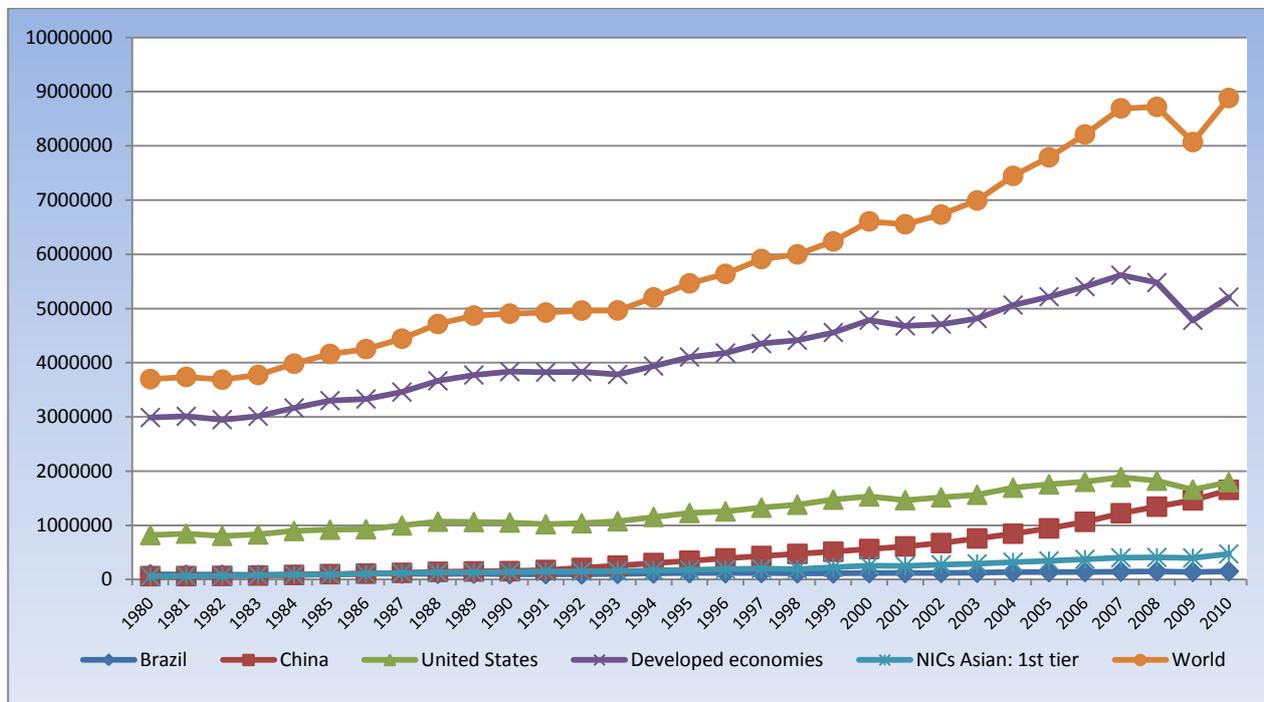


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Unctadstat

OBS: Valor Adicionado do Produto Manufatureiro em US\$ constantes de 2005.

Todavia, o que deve ficar entendido é que a produção industrial das economias desenvolvidas e latino-americanas, que perdem posição relativa no contexto mundial, não encontram-se em declínio absoluto. O gráfico 9 mostra que a produção manufatureira mundial está em ascensão desde 1980, assim como a dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e a dos países latino-americanos, como o Brasil. O que ocorre é uma taxa de crescimento do valor adicionado manufatureiro mais elevada nos países asiáticos, o que confere a essa região um peso relativo crescente no produto mundial e a conseqüente reconfiguração da produção industrial global.

Gráfico 9: Evolução do Valor Adicionado do Produto Manufatureiro, em US\$ constantes de 2005.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Unctadstat

As informações apresentadas nessa seção serviram inicialmente para evidenciar um processo de mudança na geografia da indústria mundial, em marcha ao longo das últimas três décadas. A análise procurou mostrar que a ascensão dos países em desenvolvimento no produto manufatureiro global deve-se principalmente aos países asiáticos. A América Latina perde participação no produto manufatureiro global nos setores intensivos em tecnologia, ao passo que os países asiáticos cada vez mais apresentam ganhos de participação nesse segmento industrial. Também, os países latino-americanos, e em especial o Brasil, nas últimas três décadas vêm perdendo participação percentual na indústria global. A próxima seção se ocupará de descrever os principais determinantes sistêmicos que impactaram para o reordenamento da geografia industrial mundial.

3. Processos regionais diferenciados de integração a nova dinâmica internacional iniciada na década de 1980

O processo característico de internacionalização produtiva ocorrido no sistema mundial a partir da década de 1980 apresenta mudanças profundas com o processo de internacionalização do capital ocorrido no pós-guerra, em particular nas décadas de 1950 e 1960. O processo de

internacionalização do capital ocorrido no pós-guerra ocorreu sob a liderança do complexo metal-mecânico-químico, sendo estes setores industriais característicos da revolução tecnológica ocorrida no início no século XX nas economias centrais. A difusão/transbordamento do capital para a periferia do sistema mundial ocorreu nesse período, portanto, num momento de relativa estabilidade do paradigma tecnológico do padrão fordista de produção. A lógica da internacionalização do capital nesse período era reproduzir/replicar em cada economia nacional periférica as atividades produtivas típicas das empresas verticalmente integradas, através de investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Dessa forma, o fluxo de IED das economias centrais em direção a periferia impactava de forma substancial no processo de industrialização dessas economias, acarretando grandes mudanças estruturais para etapas tecnologicamente mais avançadas.

As intensas mudanças ocorridas desde a década de 1970 – fim do SBW, desregulamentação dos mercados, processos de abertura comercial e financeira, inovações financeiras e, principalmente a nova revolução tecnoprodutiva em direção a microeletrônica – impactaram nas estratégias de empresas transnacionais e de países. Em relação ao aspecto da revolução tecnológica, deve-se perceber que a estabilidade tecnológica do período anterior foi rompida, através do crescente peso na produção e no comércio mundial do complexo eletrônico, característico do paradigma tecnoeconômico microeletrônico.

Segundo Perez (2010), existe uma grande diferença entre as velhas multinacionais e as corporações globais atuais. As primeiras foram resultado da fase final do paradigma metal-mecânico-químico, e uma forma de enfrentar a maturidade e a saturação dos mercados nas economias desenvolvidas. As antigas multinacionais estabeleceram filiais em diversos países, e o seu investimento era motivado pelo interesse de estar presente em mercados nacionais relativamente “fechados”. As corporações globais atuais, diferentemente, são organizações capazes de aproveitar o novo paradigma microeletrônico para obter as máximas vantagens. Para as corporações globais não se trata somente de ter filiais em múltiplos mercados, nem de aproveitar os baixos custos de produção de diversos países. Trata-se de uma estrutura diferente com uma lógica distinta. É a forma ótima da nova organização em redes, dirigida e facilitada pela revolução tecnológica da informação e comunicação.

A penetração das corporações globais nos mercados internacionais é consequência direta da aplicação e do aproveitamento de todas as vantagens características das novas tecnologias revolucionárias. A partir da década de 1980 tornou-se possível alcançar níveis mais elevados de produtividade com organizações em rede que abarcam todo o globo. A infraestrutura da internet, com seus satélites e cabos de fibra ótica transoceânicos, tornou possível a comunicação fluída e instantânea ao longo de todo o planeta, permitiu as corporações globais avaliar o planeta inteiro em termos de vantagens competitivas, valorando as condições para a terceirização, o off-shoring, as

alianças estratégicas, as joint-sourcing, a estimação de qualidades e custos de engenharia, a produção, o transporte e as transações como se o espaço econômico fosse aberto e sem fronteiras, mas tomando muito em conta as condições e as políticas econômicas de cada país (PEREZ, 2010).

Como resultado, as empresas transnacionais passaram a operar com filiais mais especializadas, capazes de fornecer componentes ou determinada linha de produtos para o restante de uma cadeia produtiva regional e global. Assim, firmas de diferentes países passaram a interagir como resultado da dispersão das cadeias produtivas, e o processo de produção passou a ocorrer sob a forma de uma rede internacional integrada por diferentes países e empresas, que realizam diferentes etapas da cadeia de valor sob a coordenação de grandes corporações.

Nesses termos, a perda de dinamismo industrial de muitos países periféricos a partir da década de 1980 está relacionada ao que Chesnais (1996) chama de “problema da desconexão forçada”. Para esse autor, a desconexão forçada pode resultar de desinvestimentos decididos pelas corporações globais, em função de mudanças tecnológicas, que venham alterar as condições técnicas, e de custo de deslocalizações de segmentos das cadeias de produção para países com baixos custos de mão-de-obra. Segundo Chesnais (1996, p. 222-23), os teóricos da “nova divisão do trabalho” haviam fundamentado suas posições sobre a dupla hipótese de que os países do Terceiro Mundo possuíam vantagens comparativas duradouras, com base na mão-de-obra abundante e barata, e de que as multinacionais promoveriam uma deslocalização bastante duradoura dos segmentos intensivos em mão-de-obra para esses países. Todavia,

Os fatos vieram demonstrar que a primeira hipótese só se verificou na medida em que tais países se revelaram capazes de adquirir e utilizar técnicas e formas de organização do trabalho quase idênticas àquelas vigentes nos países avançados. Nesse caso, os países de nível salarial baixo tornaram-se concorrentes diretos e perigosos. À falta disso, a adoção das tecnologias dos microprocessadores industriais permitiu repatriar, para os países avançados, indústrias que antes eram consideradas “maduras” ou muito intensivas em mão-de-obra. As operações das multinacionais são caracterizadas por elevada mobilidade dos investimentos, pela capacidade de redirecionar constantemente suas atividades e, no que diz respeito aos países do Terceiro Mundo, pela total ausência de enraizamento em dado país ou de compromisso com o mesmo. São características que explicam os numerosos retrocessos sofridos, nos últimos vinte anos, pelos países em desenvolvimento “ricos em mão-de-obra”. (CHESNAIS, 1996, p. 223).²⁹

Portanto, as novas formas de integração de países e regiões periféricas à dinâmica econômica implantada pelas novas corporações globais passaram em grande medida a serem

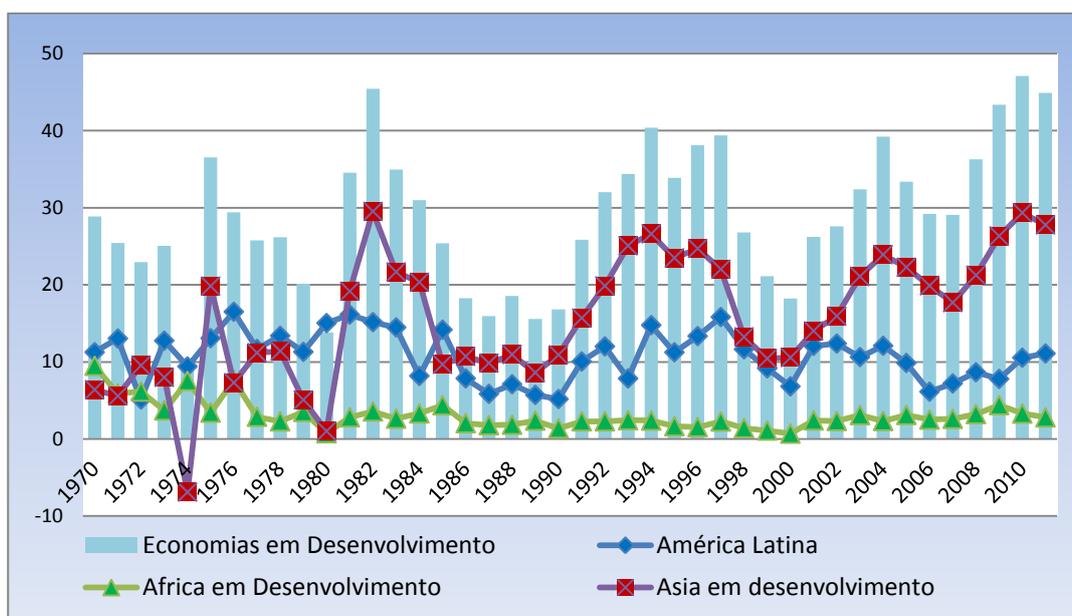
²⁹ Para Goldenstein (1994), o que antes era um atrativo, sob a forma de grande desigualdade na distribuição de renda e baixo nível de educação, que garantiam uma mão-de-obra farta, barata e desorganizada, passou a ser uma dificuldade para o transbordamento de empresas estrangeiras para a periferia. Com a revolução tecnológica, principalmente a automação, a mão-de-obra barata deixou de ser uma vantagem comparativa. Como escreveu Chesnais (1990 *apud* GOLDENSTEIN, 1994, p.108), “[...] a mudança de paradigma tecnológico, ao modificar os parâmetros da transferência de tecnologia internacional, tornou o crescimento industrial endógeno dependente em um nível muito mais alto do que no período anterior de fatores que o capital estrangeiro não pode e não vai trazer ou construir em outros países e que precisam ser criados/construídos internamente.”

condicionadas a pré-requisitos não somente relacionados ao custo da mão-de-obra local, mas principalmente à sua produtividade.

Dessa forma, os principais impactos e transformações econômicas na economia mundial promovidas pela revolução tecnológica ancorada na microeletrônica, além da divergência tecnológica e da elevação da produtividade nas economias que elevaram a participação em sua estrutura industrial de setores intensivos em tecnologia, estão relacionadas à crescente integração das economias nacionais, sobretudo pelo surgimento de corporações globais que mudaram a dinâmica dos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED). Os fluxos de IED passaram a impactar na dinâmica das economias nacionais por se tratarem de mecanismos relevantes para uma maior integração aos mercados internacionais e para a difusão do progresso técnico. Também, a inserção dos países periféricos ao novo ambiente internacional globalizado que inicia na década de 1980 dá-se pela grande importância que assume os fluxos de IED como forma de acesso a liquidez internacional.

Conforme mostra o gráfico 10, os países em desenvolvimento passam a partir do final da década de 1970 a elevar sua participação na recepção dos fluxos de IED oriundos do exterior (inward). Os ingressos de IED aos países em desenvolvimento apresentam um comportamento errático nos anos 1980 com tendência a queda, mas a partir da década de 1990 elevam-se de forma sustentada, chegando à marca de 47% no ano de 2010.

Gráfico 10 – Distribuição dos fluxos de IED: participação no total mundial no período 1970-2011

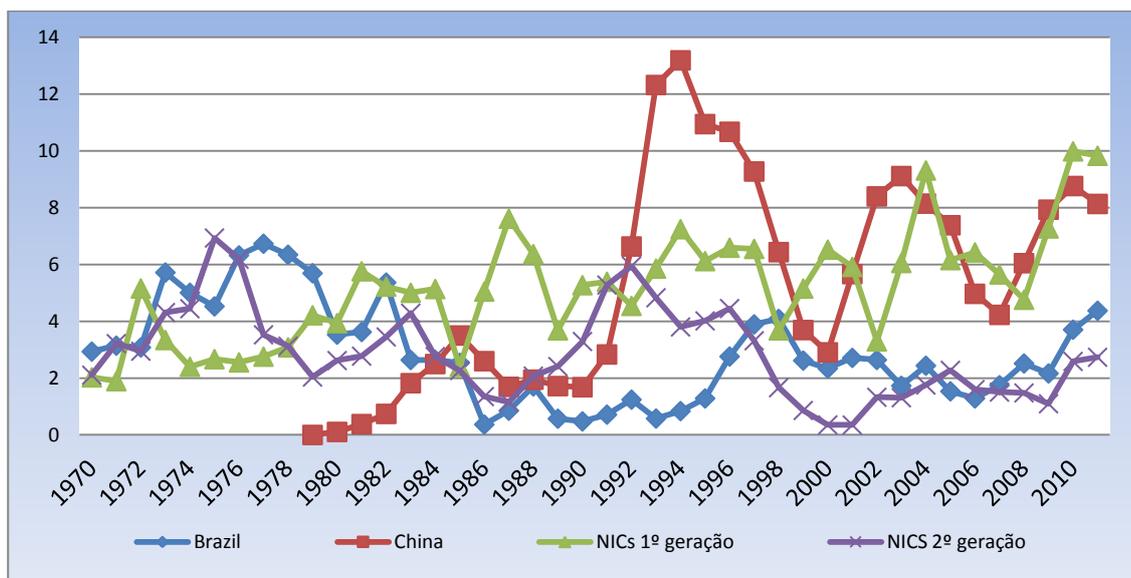


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTAD, FDI on line.

A participação da América Latina é crescente ao longo da década de 1970, chegando ao patamar de 17% em 1981. Todavia nos anos 1980 os países latino-americanos perderam participação nos fluxos de IED para os países da Ásia em desenvolvimento. Apesar da recuperação da América Latina nos fluxos de IED a partir dos anos 1990, sua participação em muitos momentos chegou a apenas 1/3 dos fluxos recebidos pela Ásia em desenvolvimento.

De acordo com o gráfico 11, a participação do Brasil nos fluxos de IED foi destacada até o final da década de 1970, chegando a receber em 1976 aproximadamente 17% do total dos fluxos de IED do mundo. Ao longo dos anos 1980 o Brasil perde participação sustentada, chegando em vários anos dessa década a receber menos de 0,5% dos fluxos de IED. A partir de meados dos anos 1990 o Brasil volta a ter participação destacada nos fluxos de capitais, todavia sem jamais superar os países asiáticos.

Gráfico 11 – Participação percentual no IED mundial no período 1970-2011: países selecionados



Fonte: UNCTAD, FDI on line

A partir dos anos 1980 o Brasil é superado, como receptor de investimentos estrangeiros diretos, primeiramente pelos NICs asiáticos de primeira geração, posteriormente pelos NICs asiáticos de segunda geração e por fim pela China, que a partir da década de 1990 torna-se o país em desenvolvimento a liderar os recebimentos de IED. O objetivo dos próximos parágrafos é entender os ganhos de participação crescentes dos países asiáticos nos fluxos de IED mundial a partir da década de 1980, e seus impactos no que concerne ao processo de mudança industrial destes.

Conforme já analisado anteriormente, as transformações na geografia industrial internacional ocorrida a partir da década de 1970 impactaram de forma diferenciada nas zonas periféricas da América Latina e Ásia. Em relação à dinâmica asiática, é importante perceber o peso manufatureiro atual da região a partir da constituição de uma economia regional liderada pelo Japão a partir da década de 1970.

Segundo Arrighi (1996), principalmente em razão da Guerra Fria no imediato pós-guerra o Japão foi aceito no GATT e obteve acesso privilegiado ao mercado interno dos EUA e às seus gastos militares ultramarinos. Também, os EUA toleraram a política industrial do Japão que impunha elevadas restrições aos fluxos de IED norte-americanos. Nesse sentido, o grande salto do Japão no século XX deve ser percebido a partir do ambiente geopolítico do pós-guerra e do conseqüente tratamento preferencial dos EUA, que redundaram no crescimento explosivo das exportações japonesas para o mercado norte-americano. Para Arrighi (1996, p.355), a ascensão do Japão na economia-mundo “foi um exemplo perfeito do que Immanuel Wallerstein denominou de desenvolvimento a convite”.

No que concerne ao processo de industrialização asiático, Arrighi (1996) descreve a *dinâmica de desenvolvimento industrial seqüencial* dos países asiáticos enfatizando a importância dos EUA como destino para a produção manufatureira. Segundo o autor, a crescente importância da região asiática na produção manufatureira mundial deveu-se a expansão do sistema multiestratificado de subcontratação para outros países, que objetivava contrabalancear o crescente custo do trabalho e a valorização do iene no Japão. A estratégia japonesa era a de transferir seus setores industriais de menor valor adicionado, como têxtil, metalurgia e equipamentos elétricos, intensivos em mão-de-obra. Assim, o capital japonês, principalmente a partir da década de 1970 dirigiu-se para outros países da região buscando retomar sua vantagem comparativa de custos para manter suas exportações para o mercado norte-americano. Os novos países industrializados da Ásia (NICs), portanto, são resultado dessa dinâmica do processo de internacionalização produtiva do capital japonês.

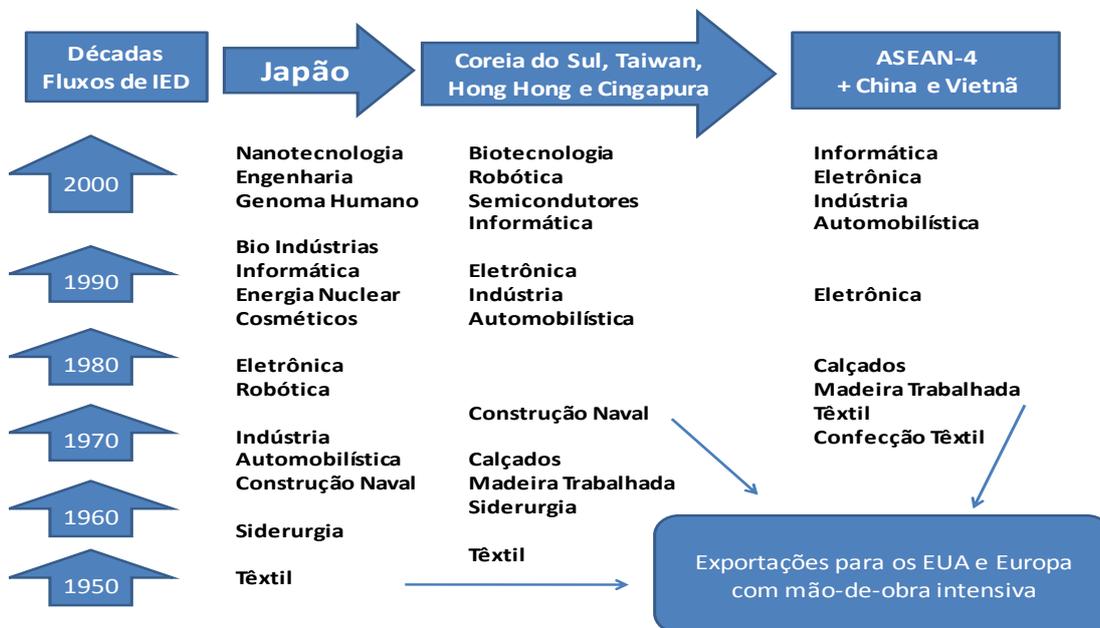
Segundo Medeiros (1997), a exacerbada valorização do iene decorrente do acordo do Plaza de 1985 acelerou o movimento de deslocamento industrial e produtivo do capital japonês para diversos países asiáticos com diferentes graus de industrialização. Posteriormente, a valorização das moedas dos novos países asiáticos industrializados (Coreia, Formosa, Cingapura, Hong-Kong), no final dos anos 1980, bem como o término do tratamento preferencial concedido pelos EUA as suas exportações, também conduziu a um movimento semelhante de deslocamento industrial e de subcontratação em países como Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, o que acabou por ampliar e redefinir a divisão regional de trabalho a partir de movimentos seqüenciais de investimento combinando substituição de importações e promoção de exportações. Articulado a este movimento,

mas possuindo sua própria autonomia geopolítica, a ascensão da China no comércio internacional também vem impulsionando, principalmente a partir da década de 1990, uma ampla expansão do comércio regional diretamente associado com os investimentos estrangeiros oriundos dos centros financeiros asiáticos especialmente localizados em Hong-Kong.

Portanto, a partir dos anos 1980 a geografia industrial da Ásia, e conseqüentemente da economia mundial, começa a alterar-se, principalmente a partir do movimento de internacionalização do capital japonês. Para Arrighi (1994), a novidade da década de 1980 é que o “desenvolvimento a convite” do Japão se interrompeu com o acordo de Plaza de 1985, que resultou na valorização do iene e na conseqüente elevação dos preços das manufaturas exportadas nipônicas, e posteriormente para os NICs de primeira geração. Entretanto, ressalta o autor, neste momento histórico “os gansos já estavam voando”.

A questão relevante a ser ressaltada refere-se ao modelo de industrialização asiático iniciado a partir do “desenvolvimento a convite” japonês. A partir do desenvolvimento industrial do Japão abriram-se oportunidades para saltos industrializantes para outros países da região, como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura (NICs de 1ª Geração), em um processo de internacionalização descrito na literatura da Organização Industrial através da metáfora dos “gansos voadores”. Nesse sentido, a interpretação da industrialização asiática concebe o desenvolvimento de empresas em uma sequencia ditada pelo transbordamento de linhas de produção que se deslocam dos países mais industrializados para outros que os seguem na mesma trajetória, motivadas pelo imperativo de reestruturação interna e por custos de mão-de-obra mais baixos. Nesse enfoque há um “ganso líder” (Japão), seguido por outros (NICs 1ª Geração, ASEAN-4 (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas), China, Índia e Vietnã), que organizam seu vôo em forma de “V” invertido. Quando o “ganso líder” avança para indústrias mais sofisticadas situadas na fronteira da mudança tecnológica internacional e se distancia do bando, outro ganso ocupa seu lugar na produção enquanto a retaguarda avança na fila também. Na medida em que os grupos industriais externalizam somente parte da atividade produtiva dos bens finais, segue-se uma internacionalização do processo produtivo baseado nas vantagens competitivas de cada país. A figura 1 mostra a especialização produtiva da Ásia em função da sequencia descrita.

Figura 1 – Especialização produtiva asiática a partir da externalização da produção



Fonte: elaboração própria a partir de Arrighi (1994), Medeiros (1997) e Torija-Zane (2012)

Para Medeiros (1997), a lógica do investimento externo dos conglomerados japoneses na Ásia obedece a seguinte estratégia:

- No ganso líder inicialmente ocorre substituição de exportações decorrente da penetração em novos setores com maiores taxas de crescimento nos mercados mundiais e com maiores efeitos expansivos sobre a economia e as pressões do balanço de pagamentos;
- Em decorrência do aumento do protecionismo nos mercados consumidores dos EUA e Europa ocorre deslocamento de capitais do “ganso líder” (abertura de filiais e formação de joint ventures) para a conquista de mercados locais e regionais substituindo aí importações (efeito substitutivo);
- No ganso retardatário ocorre conseqüentemente o aproveitamento dos espaços abertos pelo ganso líder em grandes mercados consumidores no exterior e introdução de técnicas anteriormente desenvolvidas por aquele. Segue-se a expansão das exportações nos gansos retardatários para os EUA e Europa, contornando barreiras protecionistas e a perda de competitividade decorrente da apreciação cambial do ganso líder;
- Ampliação das exportações japonesas para novos mercados, hospedeiros dos IDEs (efeito expansivo);
- Ampliação do sistema de subcontratação garantindo fornecedores de baixo custo para outras subsidiárias localizadas no Japão.

Importante é também destacar que o processo de industrialização sequencial da Ásia dá-se, sobretudo ancorado em setores emblemáticos da revolução tecnológica que irrompe na década de 1970, conforme mostra a figura 7. O desenvolvimento da indústria eletrônica na ASEAN (NICs de segunda geração) é um dos maiores exemplos deste movimento. Para Medeiros (1997), esta indústria, implantada na década de 1980 em diversos países da Ásia, passou por forte desenvolvimento na segunda metade da década com o deslocamento produtivo japonês. Progressivamente começou a configurar uma divisão vertical e horizontal do trabalho entre Cingapura (informática e telecomunicações), Malásia (semicondutores), Tailândia (equipamentos de informática) e Filipinas (componentes).

Segundo Carneiro (2007), o aspecto mais decisivo relativo ao IED para a periferia diz respeito à sua motivação, expressa no seu caráter patrimonial ou de *greenfield*. O IED patrimonial assume a forma de compra de ativos já existentes por meio de Fusões e Aquisições. Já o IED *greenfield* provoca a ampliação imediata de capacidade produtiva na periferia. A distinção essencial entre as duas formas de IED está na capacidade da segunda em promover mudanças na estrutura produtiva e no padrão tecnológico. Isto porque esta forma concentra-se em ampliação da capacidade produtiva em setores novos e vinculados às cadeias globais, enquanto as F&As dirigem-se prioritariamente a setores tradicionais.

Assim, a forma de ingresso de IED é, para Carneiro (2007), o aspecto principal da especialização produtiva da América Latina e da Ásia desde a década de 1980, pois a maior relevância das F&As na América Latina, em contraste com o *greenfield* na Ásia em desenvolvimento, condicionaram o processo de mudança industrial em ambas as regiões. Nesse sentido, o autor diferencia os dois perfis de ingressos de IED em ambas as regiões: os financeirizados e os produtivistas.

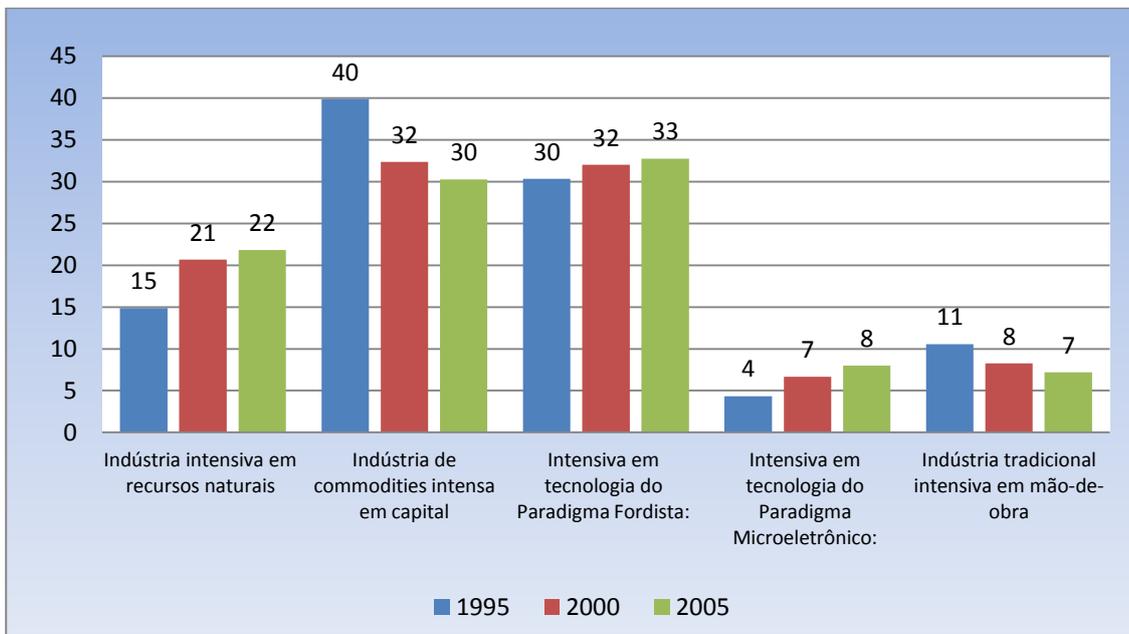
No caso específico do Brasil, sua participação nos fluxos de IED mundial exerceu grande influência para o processo de transformação industrial durante o período do processo de substituição de importações. Segundo Cassiolato e Lastres (2005), a industrialização baseada em substituição de importações, ao estimular a entrada de capital estrangeiro fez o Brasil se tornar um dos destinos mais importantes para o investimento direto estrangeiro até o início dos anos 1980. Segundo esses autores, entre 15 países em desenvolvimento, incluindo os tigres asiáticos, o Brasil apresentava as menores restrições relativas a políticas relacionadas a capital, investimento e tecnologias estrangeiras. O poder público também teve papel central na atração do capital estrangeiro ao garantir infraestrutura e insumos básicos. Essas medidas, associadas à expansão econômica nacional, tornaram o Brasil o país em desenvolvimento mais atraente para IED nos anos 1960 e 1970. Em 1977, por exemplo, o país recebeu 15% de todo o investimento estrangeiro das

nações em desenvolvimento e, em 1980, o país tinha o maior estoque de investimento estrangeiro entre os países em desenvolvimento (e o sétimo maior no mundo). Ocorre que, entre os países em desenvolvimento, o Brasil, enquanto receptor de investimentos externos, caiu da primeira, em 1980, para a décima quarta posição em 1993. O Brasil, que recebia em média 25% de todos os fluxos de IED ao longo dos anos 70 passou em pouco tempo, a uma posição quase que insignificante (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

A retomada da integração brasileira aos fluxos de IED na década de 1990 ocorreu no setor de serviços. Além disso, grande parcela dos investimentos estrangeiros destinou-se para aquisição de ativos já existentes. A partir de meados dos anos 1990, observa-se nítida mudança nos fluxos de IED, e o setor de serviços passa a ser o principal canal de atração, em detrimento do setor industrial. Em 1997, 87,5% do fluxo de IED destinava-se ao setor de serviços. O processo de fusões e aquisições aliado à onda de privatizações explica a reversão de tendência e a inaptidão do IED para a criação de nova capacidade produtiva. Assim, apesar do retorno e do abundante fluxo de capitais internacionais nos anos 1990, estes não impactam o crescimento das taxas de investimento industrial (AREND, 2009).

O gráfico 12 procura mostrar que o Estoque de IED na indústria brasileira nos anos 1995, 2000 e 2005 não está concentrado nos setores intensivos em tecnologia do paradigma microeletrônico. Portanto, o capital estrangeiro pouco contribuiu para alterar a estrutura produtiva nacional no período da globalização pós-1990. O estoque de IED no Brasil concentra-se, sobretudo nos setores relacionados ao paradigma fordista, a commodities intensivas em capital e na indústria intensiva em recursos naturais.

Gráfico 12 – Distribuição do setorial do Estoque de IED na Indústria do Brasil nos anos de 1995, 2000 e 2005 (em % total da indústria)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Assim, os setores dinâmicos do paradigma de crescimento mundial não se difundiram para o Brasil na forma de investimentos estrangeiros diretos como no passado. Além disso, continuaram os fluxos que especializaram cada vez mais a estrutura industrial no paradigma anterior, metal-mecânico-químico, e em recursos naturais.

A razão para os reduzidos investimentos estrangeiros nos setores emblemáticos do paradigma microeletrônico também se deve às estratégias de internacionalização do Japão, já que se trata do país mais dinâmico em termos de investimento estrangeiro direto em indústrias globais no decênio. A América Latina nunca foi um elemento importante nas operações das empresas multinacionais do Japão na década de 1980. Como visto, as empresas multinacionais japonesas criaram sistemas de abastecimento e plataformas de exportação regionais na Ásia em desenvolvimento. Nesse sentido, a América Latina perdeu importância no contexto global das estratégias das multinacionais. Em relação às operações das empresas norte-americanas, maior sócio histórico das economias latino-americanas, foi também nos países em desenvolvimento da Ásia que suas multinacionais focaram suas operações a partir da década de 1980, para atividades de abastecimento e exportação nos setores tecnologicamente avançados.

Na Ásia, já na década de 1980, existia uma articulação complementar com o Japão e os demais países em desenvolvimento, onde as multinacionais japonesas irradiavam tecnologia por meio de IED. Na América Latina, essa complementaridade não ocorria com seu histórico irradiador de tecnologia: os EUA. Com isso, os países de industrialização recente da Ásia incorporam-se à nova ordem internacional de forma mais dinâmica, pois avançavam tecnologicamente nos setores-chave do paradigma em vigor, ao contrário dos países latino-americanos. (MORTIMORE, 1993).

Investimentos estrangeiros diretos com tecnologias menos dinâmicas, ainda no contexto do modelo “fechado” de industrialização por substituição de importações, intensificaram o caráter de uma indústria voltada para dentro. A continuidade da transferência de tecnologia por meio de filiais que tinham participação majoritária não ajudou a indústria nacional a assimilar, adaptar e melhorar tecnologias mais dinâmicas. Pelo contrário, as antigas práticas produtivas, em meio ao processo de mudança de paradigma, não somente deixou as empresas locais longe da fronteira tecnológica como, inclusive, as aproximaram da obsolescência. Essa dinâmica serve para caracterizar a forma de integração das economias latino-americanas à nova ordem mundial: são como “patos imóveis”, um alvo fácil e extremamente vulnerável a ataques competitivos em um ambiente de mudança técnica, ao contrário dos países asiáticos (“gansos voadores”), dinâmicos e capazes de evoluírem de forma articulada com o progresso tecnológico japonês. (MORTIMORE, 1993).

Nestes termos, a região periférica que melhor se integrou a esse movimento de reestruturação produtiva foi a Ásia, a partir da externalização produtiva do capital japonês. A partir da revolução tecnológica iniciada na década de 1980, os NICs asiáticos mudaram suas relações com as corporações multinacionais convertendo-se em fornecedores de bens finais de exportação com qualidade e produtividade de país desenvolvido, mas a partir de custos de produção de país periférico. Isto era exatamente o que as indústrias maduras típicas do paradigma metal-mecânico-químico buscavam nos anos 1970 e 1980. O êxito da região periférica asiática diante da mudança tecno-produtiva esteve assentado, portanto, na reunião de alta produtividade com baixos custos de mão-de-obra. Inicialmente os países asiáticos de industrialização tardia foram exportadores de produtos mecânicos, eletromecânicos e têxteis, todavia rapidamente entenderam a importância da microeletrônica e sua inclinação para mercados globais.

Segundo a perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), a economia mundial figura como um sistema hierarquizado, estratificado, composto por núcleos definidores de comando, e núcleos comandados da riqueza capitalista. Resumidamente, a análise dos sistemas-mundo adota a perspectiva da existência de uma relação tripartite no sistema interestatal: núcleo orgânico, semiperiferia e periferia. Em sua proposição, correm raras possibilidades de ascensão da posição de um Estado no sistema hierarquizado.⁴

Como afirma Arrighi, “A análise de sistemas mundiais sustenta que os Estados em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial enfrentam um problema de ‘adição’”. (Arrighi, 1997, p.217). Estados-nação podem mudar de classificação, se, nas várias cadeias de mercadorias

⁴Segundo Arrighi (1997), “Os Estados na camada superior acham relativamente fácil lá permanecer; os Estados da camada inferior acham extremamente difícil mover-se para cima; os Estados na camada média geralmente tem capacidade de resistir à periferização, mas não a capacidade de se mover para a camada superior. A mobilidade para cima ou para baixo de Estado, individualmente, portanto, não está excluída, mas é considerada excepcional”. (Arrighi, 1997, p.171).

em que participam, concentrarem mais atividades centrais do que periféricas. Com isso, apesar da pressuposição de que a estrutura hierarquizada do sistema mundial seja estável no longo prazo, assume-se a possibilidade de que, individualmente, um Estado possa mudar sua posição relativa no comando da riqueza mundial.⁵

Também, com a revolução tecnológica ocorrida nos países centrais nos anos 1970/80, percebe-se a partir daí exacerbar o atraso tecnológico da estrutura produtiva nacional, a vulnerabilidade externa e o debate sobre o processo de desindustrialização precoce do Brasil. Como bem ressaltou Arrighi, “o foco na industrialização é uma outra fonte de ilusões desenvolvimentistas... a expansão da industrialização aparece não como desenvolvimento da semiperiferia, mas como periferação de atividades industriais” (Arrighi, 1997, p.231). De fato, o Brasil ao enveredar para a estratégia desenvolvimentista internacionalista desde meados da década de 1950 consolidou seu *status* semiperiférico no sistema interestatal, a partir da internacionalização de seu parque produtivo nacional via ingresso de empresas multinacionais (periferação de atividades industriais). Entretanto, com a revolução organizacional e tecno-produtiva da década de 1970 (microeletrônica) ocorrida nos centrais, percebeu-se que os setores emblemáticos do novo paradigma de desenvolvimento da economia mundial não difundiram-se ao Brasil via empresas multinacional.⁶

A dinâmica acima se trata do fenômeno intitulado por Arrighi (1997) de “ilusão desenvolvimentista” pela qual os países latino-americanos, e em especial o Brasil, passaram em algum momento dos anos 1960/70. Apesar da ilusão desenvolvimentista vivenciada pelo Brasil ao longo do século XX, cabe o aprofundamento da análise da inserção do Brasil nas cadeias mercantis globais no século XXI.

4. O Brasil e a dinâmica contemporânea das Cadeias Globais de Valor

Como se insere o Brasil na dinâmica das cadeias produtivas globais no século XXI? Qual sua especialidade produtiva, característica de país periférico ou central? Qual a função que exerce o Brasil na divisão mundial do trabalho? Essas são questões que se procurará responder nesta seção.

⁵ “Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia da semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado desse modo aos outros.” (Arrighi, 1997, p.220).

⁶ “As relações núcleo orgânico-periferia são determinadas não por combinações específicas de atividades, mas pelo resultado sistêmico do vendaval perene de destruição criativa e não tão criativa engendrado pela disputa pelos benefícios da divisão mundial do trabalho. A alegação teórica central da análise dos sistemas mundiais a respeito desse resultado sistêmico é que a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão internacional do trabalho é determinada principalmente por sua posição, não numa rede de trocas, mas numa hierarquia de riquezas. Quanto mais alto na hierarquia de riqueza está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios. Suas oportunidades de iniciar e controlar processos de inovação ou proteger-se dos efeitos negativos dos processos de inovação iniciados por e controlados por outros são distintamente melhores do que as oportunidades dos dirigentes e cidadãos posicionados mais abaixo na hierarquia de riqueza.” (Arrighi, 1997, p.214-215).

Para Wallerstein (1983), a economia-mundo capitalista é constituída por uma divisão mundial de trabalho que engloba um grande espaço geográfico e que é integrada economicamente através do mercado e dividida politicamente em vários estados-nação. Logo, na economia-mundo capitalista existe uma unidade econômica (determinada pela divisão mundial do trabalho, que garante a reprodução material do sistema através da integração de cadeias de mercadorias), e várias unidades políticas, expressas pelo sistema interestatal composto por Estados nacionais. Por isso o conceito de cadeias mercantis globais é relevante, pois destaca que apesar de as atividades econômicas estarem internalizadas em determinados Estados nacionais, elas são parte da divisão mundial de trabalho e transcorrem os limites nacionais. Nesse ínterim, a capacidade de determinado Estado nacional manipular as atividades econômicas que se desenvolvem dentro de seu território é sempre parcial e limitada, pois parte importante de tais atividades está vinculada a uma divisão mundial do trabalho que extrapola os limites de qualquer Estado nacional, estando, portanto, fora do controle absoluto de qualquer um deles.

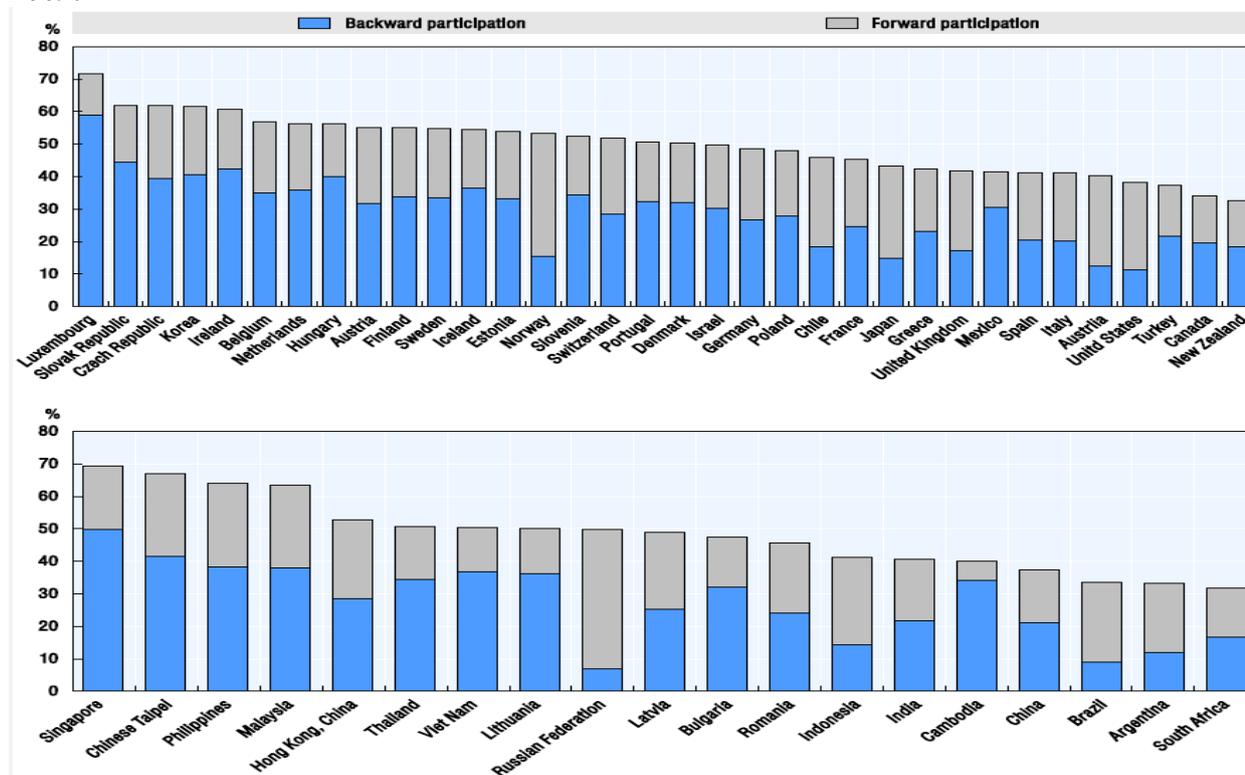
Wallerstein e Hopkins denominaram “cadeias mercantis” (commodity chains) como “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho” (Wallerstein; Hopkins, 2000, p. 221). Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e/ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final. As cadeias de mercadorias estão relacionadas ao comércio de longa distância, que engloba várias regiões e perpassa fronteiras de territórios de Estados nacionais. São cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas, em geral, feita nas regiões de periferia, até sua transformação em produtos de alto valor agregado, normalmente realizada no centro.

Principalmente a partir do final século XX, observa-se o crescimento na importância destas cadeias globais. Após 1989, a dissolução da União Soviética, a abertura da China ao comércio e investimento internacional e a liberalização da Índia e do Brasil, abriram essas nações mais plenamente para o comércio e o investimento internacionais. Isto influenciou o processo de globalização, uma vez que essas economias gigantes ofereceram fontes aparentemente inesgotáveis de trabalhadores a baixos salários, fabricantes capacitados, matérias-primas abundantes e grandes mercados internos. Esta primeira onda de economias emergentes logo se tornou profundamente envolvida com as cadeias globais de valor (CGVs), embora o papel específico de cada país variasse de acordo com seu grau de abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro, suas dotações de recursos naturais, humanos e tecnológicos e suas relações geopolíticas com os países mais poderosos do mundo e seus vizinhos mais próximos.

Tornou-se comum esperar que esses países com regime de comércio relativamente aberto e liberal e com alto grau de investimento estrangeiro tenham denso conteúdo estrangeiro em suas exportações, e estejam conseqüentemente mais atrelados às cadeias mercantis globais. Porém, uma gama de outros fatores surgidos no cenário internacional iniciou a impactar na densidade da integração e especialização de um país dentro das cadeias globais de valor. Especificando-se o caso brasileiro, sua estrutura industrial, bem como seu padrão de comércio exterior ajuda a entender a forma de inserção deste país nas CGVs. Segundo a metodologia de estudos recentes da OCDE e OMC (2013), dois indicadores captam a participação dos países nas cadeias globais de valor: i) o indicador para trás da cadeia produtiva, que revela a participação de insumos estrangeiros contidos nas exportações nacionais; ii) o indicador para frente da cadeia produtiva, que mostra a parcela de insumos produzidos em determinado país que são incorporados nas exportações de outros países. A soma dos dois indicadores mostra a participação total nas cadeias globais de valor de um determinado país.

A figura 2 apresenta os dois indicadores de participação nas cadeias globais de valor de vários países da OCDE e não-OCDE, incluso o Brasil.

Figura 2 – Índices de participação nas Cadeias Globais de Valor: indicadores para frente e para trás de países da OCDE (superior) e Não-OCDE (inferior), em percentual no ano de 2009.

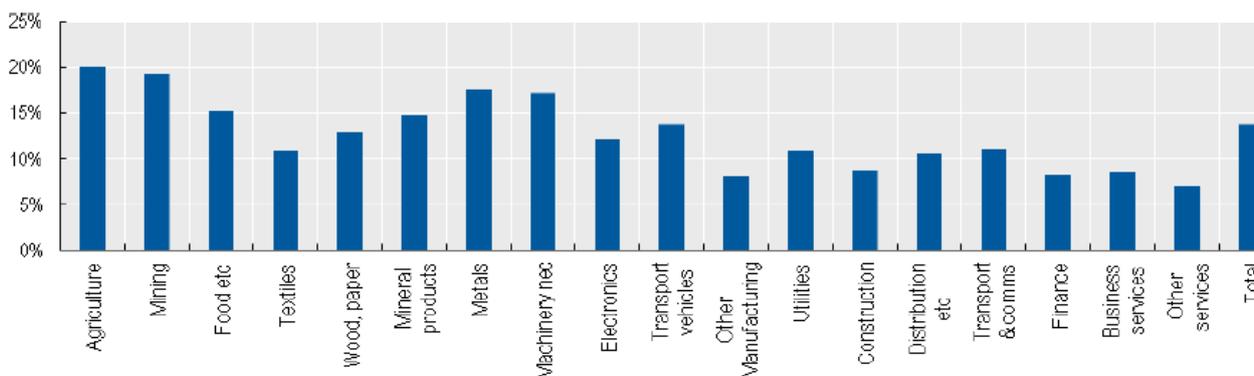


Fonte: OCDE/OMC (2013)

Conforme mostra a figura 2, em relação ao indicador para frente, que revela a contribuição brasileira enquanto valor adicionado nas exportações de outros países, o Brasil possui a segunda colocação entre os países em desenvolvimento. Em 2009 o indicador para trás foi de 9%, a sugerir que 91% do valor adicionado de suas exportações correspondiam a bens e serviços de sua própria produção doméstica. O indicador brasileiro ficou na penúltima posição entre os países do G20, atrás somente da Rússia, e 15 pontos percentuais abaixo da média da OCDE. Dessa forma, a economia brasileira apresenta menor utilização de componentes estrangeiros nos produtos que exporta. O alto conteúdo nacional reflete a envergadura do país e a sua especialização em produtos primários e nas etapas iniciais das cadeias de abastecimento.

Conforme mostra o gráfico 13, os grupos de produtos que registraram a maior parcela de bens intermediários importados reexportados pelo Brasil foram: agricultura (21%), mineração (20%), metais básicos (19%), máquinas (18%), alimentos (17%), produtos minerais (16%), veículos de transporte (15%) e papel e madeira (13%). Isso significa que o Brasil tem uma maior participação nas cadeias globais de valor nos grupos relacionados à commodities primárias e industriais e na indústria fordista.

Gráfico 13 - Parcela de insumos intermediários importados que são exportados pelo Brasil, por categoria de importação, 2009



Fonte: OCDE/OMC (2013)

A penúltima colocação no indicador para trás e a segunda colocação no indicador para frente podem ser explicados pela estrutura produtiva brasileira e seu padrão de comércio exterior. O Brasil é uma economia de mercado interno grande, especializada na exportação de commodities industriais, agrícolas e minerais. Isso ajuda a entender o valor adicionado doméstico elevado das exportações brasileiras; ou seja, a economia brasileira não depende tanto da importação de insumos e bens intermediários para realizar suas exportações, pois essa é exatamente sua vantagem competitiva. Esse fato, ao explicar seu baixo indicador para trás, também explica seu elevado indicador para frente: dada a especialidade exportadora em commodities, o Brasil insere-se nas

cadeias globais de valor como um fornecedor de insumos para empresas de outros países adicionarem mais valor na cadeia produtiva. Resumindo: a economia brasileira não está excluída das cadeias globais de valor, todavia não apresenta-se como exportadora de produtos com maior valor adicionado e ocupa um lugar de fornecedora de insumos para outros países adicionarem valor.

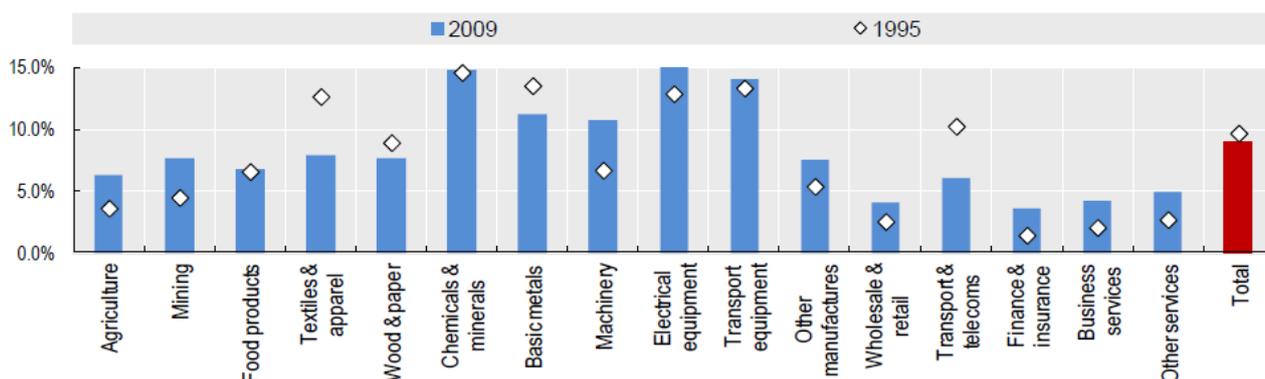
Também cabe destacar que a nova análise introduzida pela OCDE e pela OMC muda com o sistema de avaliação convencional dos fluxos de comércio internacional, com vistas a refletir a maneira como as empresas vêm cada vez mais dispersando as cadeias de produção em vários países. Através de um exame das importações e exportações em termos de valor agregado, é possível obter-se um quadro mais completo dos intercâmbios e das relações comerciais entre países.

Sob a ótica desse exame diferenciado, embora o total do conteúdo em valor adicionado doméstico das exportações brasileiras tenha mudado pouco desde 1995, isso de certa forma mascara mudanças a nível setorial que são reflexos diretos de alterações na especialização relativa. Esta alteração está em processo desde o fim da década de 1980, quando o processo de substituição de importações começa a frear-se e, concomitantemente, dá-se início a um processo gradual de desindustrialização precoce, esta baseada no nível de produtividade e emprego no setor da indústria de transformação. Este processo em parte se deu por uma mudança de prioridades nacionais, esta mudando seu foco então para o controle inflacionário e reformas neoliberais. Tal mudança estrutural regressiva pode ser, dessa forma, observada neste exemplo: entre 1995 e 2009, no Brasil houve um aumento na especialização relativa concernente a produtos agrícolas primários em comparação com alimentos processados, com a participação dos primeiros passando de 3% do valor total adicionado das exportações em 1995 para 13% em 2009 e os processados caindo de 21% para 17%.

Outra observação cabível ao Brasil dentro do contexto de desindustrialização, é como esta trouxe um aumento da dependência externa nos setores avançados tecnologicamente, fadando o país a uma predominância de indústrias com elasticidade-renda baixa, trazendo problemas futuros de estrangulamento externo na balança de pagamentos, principalmente frutos do adensamento de seu atraso tecnológico dentro das CGVs e retorno a condições industriais anteriores, sem o devido acompanhamento do crescimento no PIB per capita. A análise do gráfico 14 elucida tal ponto de vista. O conteúdo externo das exportações do Brasil foi maior na indústria de *Equipamentos Elétricos* (15%) em 2009, significativamente abaixo da média de 31% possuída pela OCDE (não-ponderada), porém 3 pontos percentuais (pp.) acima do valor equivalente para os EUA, e marginalmente maior que em 1995. *Equipamentos de Transporte* e *Químicos e Minerais* registraram participações similares de conteúdo não-doméstico, com ambos demonstrando pouca mudança desde 1995. Já este conteúdo em *Têxteis e Vestuário* caiu quase 5 p.p. durante o período, o que refletiu o relativo declínio na importância desta indústria no valor adicionado das exportações

do Brasil durante o período (caindo de 6% em 1995 do valor adicionado total das exportações para 2% em 2009), tal fato sendo próprio da fase por que passa o Brasil: de aumento da participação dos produtos primários, parte devido ao crescimento chinês e das relações comerciais que se mantém com esse país, puxando o Brasil novamente para especialização ricardiana em produtos cada vez mais distantes do paradigma tecnológico e sua então desindustrialização precoce, observada no declínio da importância da manufatura na composição industrial do país.

Gráfico 14: Conteúdo de valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas , por indústria, %

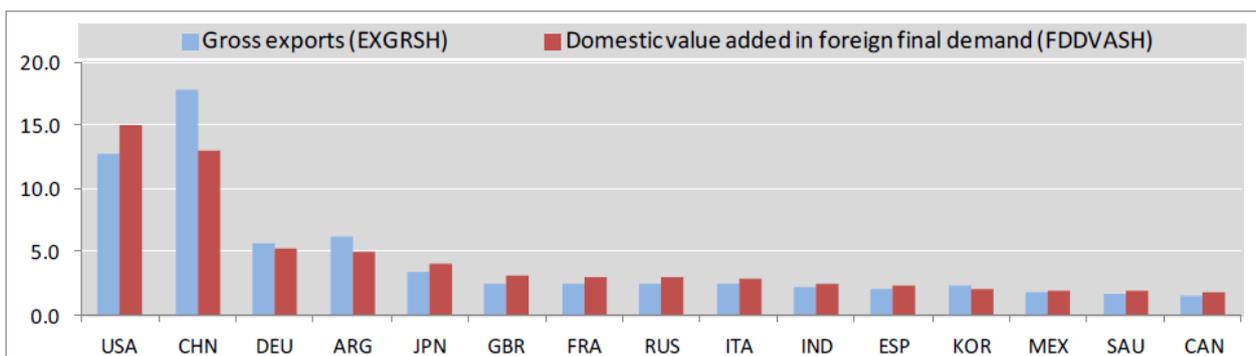


Fonte: OCDE/OMC (2013)

A análise em termos de valor adicionado traz outras prospeções para o Brasil, diferente daquelas observadas nas análises utilizadas usualmente, em termos brutos. O gráfico 15 ilustra tal fato: verifica-se que os Estados Unidos substituíram a China como maior mercado de exportação do Brasil em 2009, quando medido em termos de valor adicionado. Esta dinâmica é invertida ao se analisar as exportações do Brasil para a China, que apresenta uma parcela mais elevada no total das exportações em termos brutos. Esta inversão de papéis é devida ao fato de que a maior parte das exportações do Brasil para a China são de produtos primários, uma boa parte dos quais termina como produtos finais consumidos nos EUA e na Europa. Isto traz sérias consequências para o Brasil. Primeiramente, é de consenso geral que a forte presença de indústrias situadas no paradigma tecnológico atual traz ganhos de renda que melhoram significativamente a qualidade de vida e a

posição mundial dos países no cenário internacional. Atentando à isto, essa tendência de inversão de papéis coloca o país mais próximo da periferia, pois é no sentido contrário do que se espera dos países em desenvolvimento que ruma o Brasil, cedendo lugar à China e aos países do leste asiático, alterando a composição de países em desenvolvimento que estão mais perto do ‘centro’, em termos de especialização, avanço dentro das CGVs e de níveis de desenvolvimento.

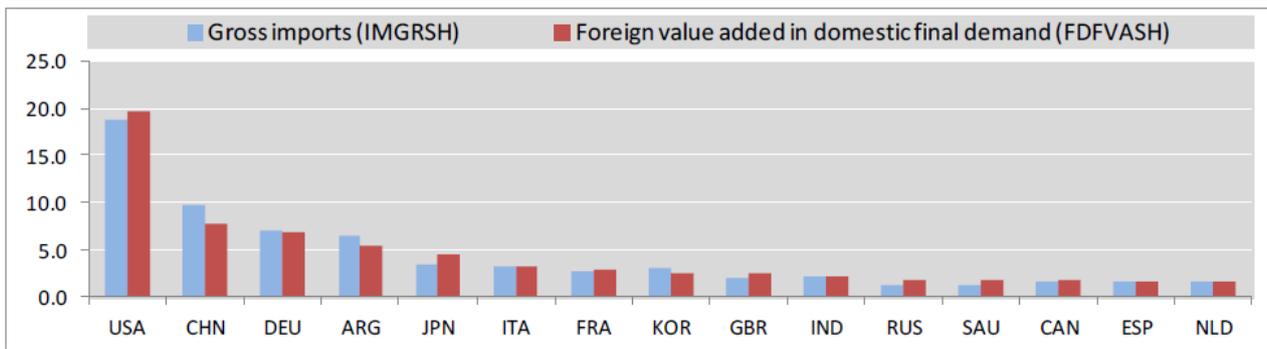
Gráfico 15: Exportações, por parceiro, em termos brutos e de valor adicionado (como uma % do total), 2009



Fonte: OCDE/OMC (2013)

Da mesma forma a posição dos Estados Unidos como a principal fonte das importações brasileiras é reforçada quando medido em termos de valor adicionado, refletindo o conteúdo relativamente alto de valor adicionado doméstico das exportações dos EUA, em comparação com outros países. A China continua a ser a segunda maior fonte de importações medidas com base no valor adicionado, mas a um nível próximo ao da Alemanha, conforme mostra o gráfico 16.

Gráfico 16: Importações, por parceiro, em termos brutos e de valor adicionado (como uma % do total), 2009



Fonte: OCDE/OMC (2013)

Diversas são as conclusões que podem ser tomadas a partir de tais análises. Primeiramente, dentro das cadeias globais de valor, o Brasil continua, e acentua sua participação, como produtor de matéria-prima, em especial na área alimentícia. Ao contrário de aumentar sua participação em alimentos processados, o fez relativamente a produtos agrícolas primários. A falsa visão de que o país havia galgado passos rumo ao centro do sistema internacional torna-se um pouco mais clara com essa informação, juntamente com os dados de sua alta importação e dependência em setores-chaves como equipamentos de transporte e químicos e minerais. Portanto, apesar do aumento de seu entrosamento no comércio internacional e aparente fortalecimento, ele mantém-se como coadjuvante no grosso das cadeias globais de valor, especializado em ofertas de produtos primários que outros países beneficiam e reexportam no comércio internacional.

Porém, apesar de incluí-lo no amplo da semiperiferia, o Brasil destoa dos países deste estrato, principalmente aqueles encontrados no leste e sudoeste da Ásia. Estes avançam acobertados nas asas do Japão e dos países mais desenvolvidos desta área, em marcha rápida e rumo à alta tecnologia, mostrando sua força e participação inclusive nos valores adicionados brasileiros, provando argumentos anteriormente trazidos, enquanto o Brasil mantém-se correntemente a passos atrás do que de mais novo há nessas cadeias.

Concomitantemente, as participações dos EUA e da China na balança comercial muito se assemelham quando analisadas do ponto de vista do valor adicionado em termos numéricos, porém refletindo diferenças substanciais na grande importância regional que tem o primeiro no comércio brasileiro, como fonte de importações e destino de exportações. Também, o segundo está tomando o papel do Brasil em relação ao EUA, sendo o Brasil mero intermediário, fornecedor de matéria-prima para a China, para que esta exporte produtos finais para esse.

Por fim, o Brasil, apesar de bem atrelado nestas cadeias, possui um papel de país característico da semi-periferia e sem sinais de profundas mudanças em face da participação em tecnologia e serviços, este último sendo de imensa precariedade no valor adicionado total das exportações brasileiras.

5 - Conclusão

Giovani Arrighi, já em 1997, escreveu sobre a Ilusão do Desenvolvimento e, em sua obra, lançou luz ao desenvolvimento desigual que deflagra-se no cenário internacional. Este desenvolvimento implicaria no beneficiamento dos países centrais em detrimento dos periféricos, isto deflagrado através do comércio, mais especificamente da divisão internacional do trabalho. Tal fenômeno pode ser observado no que se mostrou neste artigo: os países centrais estão perdendo espaço na manufatura mundial, migrando o foco de seu comércio para a alta tecnologia, principalmente para serviços, fruto disso da maturidade no desenvolvimento industrial e consequência inevitável da mesma; já os países periféricos ganham espaço na manufatura mundial, absorvendo os processos já experimentados no centro e beneficiando-se então, em atraso, daquilo que trouxe prosperidade àqueles.

Porém, este desenvolvimento desigual não se dá somente no âmbito centro-periferia. Dentro da própria semi-periferia deflagra-se um processo de desenvolvimento desigual, o qual tem por pólos a América Latina e o Leste Asiático. Os países encontrados nestes pólos estão experimentando crescimentos extremamente diferentes: na Ásia os países vêem seu PIB aumentar desde 1960 vultuosamente, desfrutando de uma maior participação nas CGVs também; já os países da América Latina, em especial o Brasil, vêem sua participação retornar à especialização ricardiana, com PIBs estagnados e, principalmente, estão propensos a estrangulamentos na balança de pagamentos que deteriorará cada vez mais este quadro em que se encontram e, por sua vez, o atrasarão mais ainda no seu desenvolvimento econômico rumo ao centro capitalista.

Parte desta realidade explica-se por um fator: quem está a frente, no domínio, da semi-periferia em cada um desses continentes. Elucidando: a América possui como ponto central os EUA, sendo este país o principal parceiro comercial e o principal escoador ou propiciador de desenvolvimento dos países da América Latina; já a Ásia possui a sua frente o Japão. A grande diferença encontra-se aí: os EUA tratam seus parceiros americanos como fontes de matéria-prima e como, portanto, ameaças caso eles se desenvolvessem em direção ao seu próprio nível; já o Japão escoia sua alta tecnologia crescentemente para os seus principais parceiros comerciais, a medida que elas já foram amadurecidas no país. Assim, passo-a-passo, ele traz estes países próximos geograficamente para o seu nível de desenvolvimento e estes seguem as mesmas trajetórias referentes aos países que estão abaixo do seu nível nesta cadeia asiática. Assim, no Leste Asiático encontramos uma forma de ajuda mútua benéfica, o que pode caracterizá-los como gansos voadores; já na América observamos um beneficiado em detrimento de todos os outros, bipolarizando esta região entre EUA e América Latina, estes então mostrando-se nada mais que patos, perdidos nessa imensa lagoa de desenvolvimento na qual estão apenas boiando.

Dentro de todo este contexto, procurou-se por fim analisar o Brasil, seu desempenho nas CGVs atualmente e como tal processo vivido na América Latina o prejudica comercialmente. Isto feito através da análise em termos de valor adicionado, trazendo uma inovação em relação às análises em termos brutos, o que permitiu ter uma visão mais elaborada e explicativa dos processos que estão tomando lugar no comércio internacional. O que se pode concluir é que o país encontra-se longe do centro dinâmico das CGVs, isto devido à sua participação, a qual se reforça atualmente, como mero produtor de matérias-primas e como receptor de IEDs que não trazem novas tecnologias, que não o introduzem no novo paradigma tecnológico. Parte deste fenômeno pode ser entendido pelo ‘roubo de cena’ feito pela China. Este país quando surgiu no cenário internacional e criou uma forte participação nas CGVs, demandou imensas quantidades de matéria-prima e fontes para criação dos seus produtos cada vez mais especializados e inclusos no centro da manufatura global. Tal processo elevou o status e brilhou os olhos daqueles produtores do que era importado na China, fazendo com que eles esquecessem processos de substituição de importação, de desenvolvimento industrial e regressassem ao seu status anterior de periferia e semi-periferia especializada em matéria-prima dentro da divisão internacional do trabalho, visto que essas mercadorias, com mais demanda, tiveram seus preços elevados no comércio mundial.

Porém, tal processo traz um grave prejuízo para esses países, visto que tal especialização dá-se em indústrias e mercados de elasticidade-renda baixa, o que pode trazer futuros estrangulamentos externos ou déficits no balanço de pagamentos que os atrasará cada vez mais e os deixará mais longe do centro, da tecnologia, da indústria de transformação e da maturidade industrial. Isto é em parte um dos fatores da desindustrialização precoce que vem acontecendo nos países da América Latina, e especial, o Brasil.

6 - Bibliografia

AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária.** (tese de doutorado). PPGE/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

AREND, Marcelo; FONSECA, P. C. D. . Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 32(1), p. 33-54, 2012.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 371p.

BONELLI, R; PESSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência.** Brasília: IBRE/FGV, 2010. (Texto para Discussão, n.7).

BONELLI, PESSOA e MATOS. **Seminário: desindustrialização, novas evidências, velhas dúvidas.** IBRE/FGV. www.iepecdg.com.br, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia da estagnação**. São Paulo. Editora 34, 2007.
- CARNEIRO, R. **Globalização e integração periférica**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n.127, 2007.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEDA, J. S. G. **Ocorreu uma desindustrialização do Brasil?** São Paulo: IEDI, nov. 2005. 31 p. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf. Acesso em: 20 julho 2013.
- MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. **Convergência e Desigualdade na Economia Global**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 134 set.2007.
- MEDEIROS, C. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Brasília, DF: BNDES, 2006. (Texto para discussão, n. 108).
- OCDE/OMC (2013a) **Interconnected Economies: benefiting from global value chains**. Preliminary Version. Disponível em, ultimo acesso em 07/06/2013: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/science-and-technology/interconnected-economies_9789264189560-en
- OCDE/OMC (2013b) **Trade In Value Added (TIVA) Indicators, country notes – BRAZIL**. Disponível em, ultimo acesso em 07/06/2013: <http://www.oecd.org/industry/ind/measuringtradeinvalue-addedanoecd-wtojointinitiative.htm#countries>
- OCDE/OMC (2013c) **Trade In Value Added Maps**. Disponível em, ultimo acesso em 07/06/2013: <http://www.oecd.org/statistics/datalab/trade-in-value-added.htm>
- PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- SQUEFF, Gabriel Coelho. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. Brasília: Ipea, 2012. 52 p.
- STURGEON, Timothy et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. , p.26-41, Abr. – Mai. 2013. Disponível em: http://www.funcex.org.br/downloadexterno/exclusivoautores/115_TSGGAGEZ.pdf.pdf. Acesso em: 02 ago. 2013.

TORIJA-ZANE, E. **Desarrollo industrial y política macroeconómica de los dragones asiáticos: 1950-2010**. CEPAL – Colección Documentos de proyectos, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en siglo XVI. México: Siglo XXI, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence K. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. In: WALLERSTEIN, Immanuel. The essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000.

O Brasil e sua Política Linguística Externa: uma análise sob as lentes da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

Sâmia de Brito Franco¹

Resumo

A promoção linguística pelos Estados é utilizada como instrumento de legitimação política. Essa prática é muito difundida entre os países centrais. No entanto, países semiperiféricos também demonstram disposição para criar políticas de promoção linguístico-cultural para aumentar sua visibilidade no sistema interestatal. Nesse sentido, o presente texto, a partir de correlações históricas entre a conjuntura internacional e a conjuntura da política externa brasileira, avalia quais os possíveis condicionamentos sistêmicos que influenciaram a promoção linguística brasileira no exterior.

Palavras-Chave:

Política Externa Brasileira; Diplomacia Cultural; Língua; ESPM

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender as ações da política linguística externa brasileira levada a cabo pelo Itamaraty. Utiliza-se a perspectiva da economia política do sistemas-mundo para entender os condicionantes históricos que influenciaram as tomadas de decisão no setor de promoção brasileira de seu idioma no exterior. Para dar conta deste objetivo, o artigo será dividido em 4 seções: “Pano de fundo” e Política Externa Brasileira; Política Externa, Diplomacia e Língua; Promoção linguística brasileira no exterior: um caso para análise e as Considerações Finais.

A primeira denominada “Pano de fundo”, propõe descrever brevemente a conjuntura internacional que vai do ano de 1940 até 2010. Deve ser destacado que essa descrição não pretende ser exaustiva e detalhada. Na realidade, o importante é frisar esse período histórico para entender as estruturas do sistema e assim, posicionar melhor as possibilidades da política linguística externa brasileira.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

A segunda seção, denominada Política Externa, Diplomacia e Língua, tem como objetivo entender qual o mecanismo de promoção cultural pela política externa e pela diplomacia. Nesse sentido, entender qual o “berço” desse segmento da política externa de um país e, além disso, analisar iniciativas empreendidas nesta área.

Na terceira, denominada Promoção linguística brasileira no exterior: um caso para análise, será analisado como a política linguística se incorporou na política externa brasileira. O destaque será dado para as ações empreendidas no intuito de difundir a língua e como estas foram moldadas tanto pelas circunstâncias domésticas, como também pelas possibilidades externa.

As Considerações Finais apresentam um resumo sobre as diferentes fases da política linguística e a incorporação desta às conjunturas internacionais e gerais da política externa brasileira.

2. PANO DE FUNDO

Para entender e refletir sobre as ações tomadas pela Divisão de Promoção da Língua portuguesa do Itamaraty é preciso traçar o panorama internacional e também as diretrizes de política externa brasileira que eram desenvolvidas no século 20.

2.1 ESTRUTURA DO SISTEMA

Utilizando o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi, essa seção buscará entender qual a conjuntura estrutural para o desenvolvimento da política linguística externa.

Para esse autor,

As expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem-posicionados para tirar proveito das conseqüências não pretendidas dos atos de outros agentes. O que entendemos por regimes de acumulação em escala mundial são estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão e a reestruturação da economia mundial capitalista. (1996, p.10)

Essas reorganizações dão origem aos ciclos sistêmicos de acumulação, cada um deles liderado por um Estado e pelos capitalistas a ele associados. Arrighi (1996) descreve a história do capitalismo histórico como uma sucessão de quatro ciclos: o genovês (séc. XV ao início do XVII), o holandês (séc. XVI à primeira parte do XVIII), o britânico (segunda parte do séc. XVIII ao início do séc. XX) e o norte-americano (fim do séc. XIX até os dias atuais).

Para os fins de nosso estudo, o período relevante é 1940-2010, que fica se insere no contexto do Ciclo Sistêmico Norte-Americano (CSANA). Mais precisamente esse período de pouco mais de 60 anos pode ser analisado em função das duas fases do CSANA: a expansão material e a expansão financeira. Já na década de 30, os EUA se destacam como a potência hegemônica que organizará e liderará um novo regime de acumulação. Mas o que seria uma potência hegemônica? Influenciado por idéias gramscianas, Arrighi descreve esse termo da seguinte maneira,

O conceito de hegemonia mundial [...] refere-se especificamente a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. [...] Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples. É poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. (1996, p.28- 29)

Dessa maneira, conhecer o período histórico coordenado e liderado por uma dada potência hegemônica poderá esclarecer a estrutura que moldou a ação das outras nações soberanas existentes no sistema. É possível perceber, nesse sentido, que os movimentos do líder mundial poderão incentivar ou enfraquecer algumas tomadas de decisão governamentais em todo o sistema.

Desse modo, percebe-se que com o fim da Segunda Guerra, o regime de acumulação norte-americano começa se formar, consolidando o novo CSA E os EUA se posicionavam no centro desse novo ciclo, e as características de sua liderança se delinearão nesse período. Segundo Arrighi,

No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema [...]: em Bretton Woods foram estabelecidas as novas bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas. (1996, p.283)

O fim da Guerra trouxe grande entusiasmo econômico para o sistema interestatal. Os investimentos norte-americanos para a reconstrução da “ordem” privilegiou o sistema como um todo, mas principalmente seus aliados europeus e japoneses. O período vai de 1950 até o começo de 1970 se destaca como a fase de expansão material do CSANA. Nesse sentido, Arrighi destaca que

Durante mais de uma década, os investimentos externos diretos norte-americanos haviam crescido com rapidez, tendo mais do que duplicado entre meados da década de 1950 e meados da de 1960; os investimentos externos europeus haviam crescido em paralelo, de um valor modesto para uma soma respeitável. Esse crescimento rápido foi uma expressão das novas fronteiras abertas à expansão transnacional do

capital das corporações norte-americanas pela reconstrução da Europa à imagem dos Estados Unidos e pela descolonização da Ásia e da África. (1996, p. 314)

Esse entusiasmo se baseou na política do New Deal da potência hegemônica. A influência dessa filosofia política legitimou o aprofundamento da liberalização e a promoção da liquidez monetária mundial. Como afirma Schurmann

A essência do New Deal era idéia de que os grandes governos deviam gastar com liberalidade para conquistar a segurança e o progresso. [...] A ajuda aos [...] países pobres teriam o mesmo efeito de bem estar dentro dos Estados Unidos- dar-lhe-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos. Enquanto isso, eles seriam inextricavelmente atraídos para o renascido sistema de mercado mundial. [...] A ajuda à Grã-Bretanha e ao restante da Europa Ocidental reativaria o crescimento econômico, estimularia o comércio transoceânico e, de modo, ajudaria a economia norte-americana a longo prazo. (apud ARRIGHI, 1996, p.285)

No entanto, esse período considerado de “ouro” para expansão material do sistema foi levado à exaustão. Como em ciclos hegemônicos anteriores, o período de grande liquidez precede outro momento de fuga de capitais para o sistema financeiro e conseqüentemente, uma contração de investimentos produtivos. Começa a fase de expansão financeira, que prenuncia uma crise sinalizadora do ciclo hegemônico. Segundo Wallerstein,

A estagnação da economia-mundo que começou nos anos 1970 [...] se combinou com o debilitamento, como resultado da revolução mundial de 1968, da dominação do liberalismo centrista. A combinação permitiu as forças conservadoras promoverem uma tentativa mundial de reverter todas as mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas no período 1945-1970. Esta campanha política recebeu o depreciativo rotulo de neoliberalismo, e foi encarnada originalmente no sucesso político do partido conservador transformado da Sra Thatcher, no Reino Unido, e do partido republicano transformado de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. (2012, p. 26)

Ainda debatendo esse movimento político neoliberal da década de 70, Wallerstein chama atenção para a mudança no direcionamento da atuação dos EUA. Na realidade, os EUA, após longo período de liberalidade, buscaram por meio de organizações internacionais criadas em Bretton Woods retardar uma possível perda de hegemonia. Para isso, propagaram idéias de austeridade e controle para o sistema interestatal.

Os neoliberais mudaram o marco analítico que aplicavam ao sistema mundo de desenvolvimentismo (que prevaleceu no período de 1945-1970) para algo que eles denominaram globalização. Eles usaram este novo marco para impor, primariamente através do Tesouro estadunidense e do Fundo Monetário Internacional (FMI), um programa pratico que passou a ser chamado Consenso de Washington. Este demandava que todos os países não “desenvolvidos” instituissem um programa que dava prioridade ao crescimento orientado para exportações, ao mesmo tempo que abrissem suas fronteiras ao investimento externo direto, privatizando empresas estatais, reduzindo seus programas de bem-estar, e diminuindo suas burocracias. (2012, p. 26)

Enfatizando o momento de mudança nas diretrizes hegemônicas dos EUA, Arrighi demonstra que as décadas de 70 e 80 foram marcadas por um declínio na legitimidade dos EUA como governo mundial. Ele afirma que,

Durante todo o resto da década de 1970, as estratégias de poder norte-americanas passaram a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. [...] O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial do pós-guerra e um declínio acentuado do poder e prestígio norte-americano durante a Revolução Iraniana e a crise dos reféns de 1980. (1996, p.310)

Já a década de 90 representou um momento de contestação das normas criadas pelo Consenso de Washington. Na verdade, as mudanças históricas que ocorrem nessa década influenciam diretamente a imagem da hegemonia norte-americana. A queda do muro de Berlim (1989), simbologia do fim da Guerra Fria, lança no sistema novos atores e também relembra os interesses diversos que muitas vezes ficaram “apagados” pela sombra da bipolaridade.

A crescente complexidade de interesses no sistema interestatal entre a década de 80 e 90 também demonstrou que o modo pelo qual os EUA vinham direcionando a sua liderança poderia causar grandes crises financeiras em diversos pontos do globo. E os maiores afetados seriam as regiões periféricas. Desse maneira,

[...] ficou claro nos anos oitenta e noventa, quando os Estados Unidos foram bem-sucedidos em atrair capital circulante do mundo inteiro, alimentando um longo boom no país e provocando severas crises de endividamento em outros lugares do mundo. A primeira grande crise de dívida aconteceu na América Latina no início da década de oitenta, produzindo o que as Nações Unidas apelidaram de “a década perdida do desenvolvimento”. (CHASE-DUNN E ROV KWON, 2012, p.84)

Além de Chase-Dunn e Rov Kwon, Wallerstein também chama atenção para o desequilíbrio causado no sistema como consequência das decisões tomadas pelos EUA. Na tentativa de salvar a própria liquidez doméstica, os EUA conseguiram desestabilizar o sistema como um todo e também seus próprios mecanismos de controle. Segundo esse autor,

O triunfo do Consenso de Washington passou a ser desafiado politicamente na segunda metade dos anos 1990, na medida em que as promessas neoliberais de melhoramento econômico universal se revelaram uma miragem. Esta crescente desilusão foi reforçada pelas sucessivas crises financeiras ocorridas desde então e que levaram finalmente a um sério questionamento da viabilidade do prometido retorno ao “crescimento” econômico universal. (2012, p.27)

Esse questionamento da liderança dos EUA, que começa na segunda metade da década de 90, ganha força e começa a abrir possibilidades para outros países, como a China, ascenderem no sistema mundial. Na realidade, o sentimento de insatisfação é tão grande com o posicionamento do EUA como líderes, que Michael Lind afirma que,

In recent memory, nothing could be done without the US .Today, however, practically all new international institution-building of any long-term importance in global diplomacy and trade occurs without American participation Europe, China, Russia, Latin America and other regions and nations are quietly taking measures whose effect . . . will be to cut America down to size. (apud ARRIGHI, 2007, p.261)

Ainda é cedo para afirmar que os EUA não ocupam mais o posto de hegemonia mundial. A crise terminal que assola o ciclo hegemônico norte-americano é extensa e dá seus sinais desde os anos 70, com a expansão financeira, mas o governo americano seguiu tentando modificar as “regras” para salvar sua posição. No entanto, são complexos e profundos os acontecimentos como os ataques de 11 de Setembro, a Guerra ao Terror e ainda a bolha imobiliária de 2008, e por isso, é incerta a posição norte-americana como potência hegemônica.

2.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Como o Brasil respondeu à dinâmica internacional apresentada acima? Essa pergunta pode ser parcialmente respondida se analisadas as diretrizes de política externa que foram levadas a cabo nesse mesmo período. Para conseguir descrever de maneira sucinta esses direcionamentos da política externa, esse artigo utilizará a tese paradigmática de Amado Cervo, para quem a política externa brasileira passou por várias fases, que ele denomina paradigmas: paradigma liberal-conservador (1810-1930), paradigma do Estado desenvolvimentista (1930-1989), paradigma do Estado normal (1990-2002) e paradigma do Estado logístico. (CERVO, 2003). Para fins desse artigo, serão analisados os três últimos paradigmas, pois esses vão lançar luz sobre o comportamento do Estado brasileiro frente à conjuntura internacional e, logo, quais eram as prioridades e possibilidades das diretrizes de política externa.

2.2.1 Paradigma do Estado Desenvolvimentista

O chamado paradigma do Estado desenvolvimentista debuta em um período de transição de hegemonias na região central. Esse período reordenou e direcionou o sistema para um novo regime de acumulação, a saber, o Norte-Americano. Na América Latina, influenciada pelas

mudanças, o momento era de expansão da economia. No Brasil, influências externas e internas pressionavam uma mudança de atitude econômica e também política.

Esse movimento desenvolvimentista/expansão econômica parece ter sido uma constante nessa época em vários Estados da América Latina. Argentina, México e Brasil desenvolveram políticas parecidas no intuito de promover o desenvolvimento e afastar o “fantasma” do atraso. Nesse sentido, alguns traços comuns podem ser visto para a condução de política externa.

[...] a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências. (CERVO, 2003, p.12)

Nesse momento, o desenvolvimento/crescimento econômico tornou-se prioritário para o processo de acumulação sistêmica e isso influenciou a percepção dos Estados. O Estado brasileiro agiu para atender o interesse de uma sociedade complexa que buscava a modernização e, também uma inserção mais ativa no mercado internacional. A percepção de modernidade e crescimento econômico, nesse período de 60 anos, era altamente ligada ao setor industrial.

A política exterior destinava-se a preencher requisitos desse desenvolvimento assim concebido, trazendo de fora três insumos em apoio aos esforços internos: capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, com que transitar da substituição de importações à substituição de exportações. (CERVO, 2003, p.14)

Desse modo, a política exterior brasileira durante esse período foi subordinada totalmente à promoção do desenvolvimento econômico, cuja matriz teórica principal era as idéias cepalinas, nas quais a industrialização era o caminho para diminuir desigualdade internacional de renda. Nesse sentido, a diplomacia deveria ser um instrumento de superação de assimetrias econômicas.

Os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional foram de natureza a romper o modelo de dependência acoplada centro-periferia, conceituado pelo pensamento estruturalista de matriz cepalina. Tiveram razão, portanto, os pensadores estruturalistas que sugeriam mecanismos de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista, contra os teóricos da dependência que sugeriam saltar fora do sistema para atingir os mesmos resultados. (CERVO, 2003, p.14)

2.2.2 Paradigma do Estado Normal

Pode-se afirmar que o paradigma do estado normal² é uma resposta ao início, na década de 1970, da fase de expansão financeira do regime de acumulação norte americano. Com o aprofundamento da crise internacional e a contração da liquidez mundial, o Brasil assume uma posição mais austera e de maior preocupação com a estabilidade da moeda

A promoção de mecanismos de controle derivados do Conselho de Washington começou exercer uma grande influência nas tomadas de decisão internas no sistema interestatal. Em relação à América Latina, Cerro observa que “[...] Os dirigentes da América Latina haveriam de seguir as instruções do centro, sem o que os empréstimos não seriam concedidos”. (2003, p.16)

Nesse cenário de maior controle financeiro pela região central, as diretrizes de política exterior deveriam se adequar aos pressupostos promovidos pelas “leis” da governança global. Assim, o que se viu foi um grande abandono do projeto precedente da diplomacia a serviço do desenvolvimento. O peso do Itamaraty foi diminuído e a política externa brasileira ficou a serviço dos padrões já definidos pelo centro.

No mundo da globalização [...], interesses nacionais se diluem na ordem tecida pelo ordenamento multilateral das relações internacionais, a chamada governança global. Política exterior tornava-se conceito fora de moda, mero ornamento da ação do Estado, visto que não se lhe consignava mais a realização de interesses concretos. Por isso mesmo, [...] o Itamaraty trocava amiúde de ministro ou mantinha por vários anos quem não manifestasse vontade forte ou pensamento próprio. (CERVO, 2003, p.18)

As relações econômicas internacionais do Brasil, nesse período mais conduzidas pelas instituições econômicas do governo, seguiram as proposições da cartilha proposta pelo Consenso de Washington. A privatização de empresas públicas, a abertura do mercado financeiro e, a alienação e especulação dos ativos das empresas privatizadas ou vendidas ao exterior foram alguma das ações facilitadas pelo Estado para se adequar os ditames centrais. Na realidade, esses movimentos afetaram a economia interna brasileira de duas maneiras,

Os impactos do Estado normal sobre a formação nacional são percebidos de três maneiras, uma positiva e duas negativas. [...] A resposta foi positiva e, desse modo, o choque da abertura contribuiu para elevar a produtividade sistêmica da economia brasileira e galgar mais um degrau rumo à modernização. Os impactos negativos verificaram-se, por um lado, com o aprofundamento de dependências estruturais e,

² Cerro (2003) utiliza essa expressão “estado normal” em alusão a expressão cunhada pelo ministro argentino de Relações Exteriores do governo de Menem, Domingos Cavallo. O ministro defendia que normal era aquele Estado que cumpria com o conjunto de instruções promovidas pela cartilha das organizações financeiras internacionais criadas pelo Consenso de Washington.

por outro, com o regresso histórico. [...] As dependências financeira, empresarial e tecnológica, promovidas novamente, elevaram a vulnerabilidade externa do país a níveis críticos. (CERVO, 2003, p.19)

2.2.3 Paradigma do Estado logístico

O paradigma logístico é o mais recente. Esse aparece já no fim da década de 90 e parece ser uma resposta ao modelo normal de adequação à economia internacional. Na realidade esse não acabou definitivamente com o modelo precedente, mas surgiu com a inquietude dos países com os ditames da região central.

[...] percebiam os dirigentes brasileiros que seus colegas do centro não procediam do mesmo modo, ou seja, não aplicavam em sua gestão pública os preceitos que passavam à periferia latino-americana. O intrigante exemplo de comportamento político, observado tanto nas decisões internas quanto nos foros multilaterais onde se construía o ordenamento econômico global, levantava dúvidas quanto ao acerto de se aplicar as instruções neoliberais. (CERVO, 2003, p.20)

Esse paradigma, na realidade, é uma mescla entre os paradigmas desenvolvimentista e o normal. Ele consegue juntar um arcabouço teórico complexo: idéias liberais e estruturalistas latino-americanas. Isso quer dizer, não acredita em uma nova ordem mundial, mas sim, aproveitar e manter-se na existente. Mas como entender essa mescla? Só tentando diferenciá-la dos seus precedentes. Nesse sentido, o paradigma do Estado logístico

Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual convive sem conflito, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal, consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na defesa de seus interesses, na suposição de que não convém sejam simplesmente entregues às leis do mercado. (CERVO, 2003, p.21)

O Itamaraty reassume seu papel central na promoção das diretrizes de política exterior brasileira. A política externa e a diplomacia brasileira novamente são direcionadas para responderem aos interesses da sociedade complexa que se desenvolveu ao longo dos anos.

A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar. (CERVO, 2003, p.21)

No campo das relações econômicas internacionais, esse paradigma tem uma missão difícil. É necessário superar a conjuntura interna desfavorável e buscar novos meios de se comportar mais ativamente no sistema mundial. E o Estado tem um papel central para esse processo,

[...] seu foco consiste, precisamente, em dar apoio logístico aos empreendimentos, público ou privado, de preferência privado, com o fim de robustecê-lo em termos comparativos internacionais. Assim procedem os governos dos países centrais – Estados Unidos, Europa e Japão, a título de exemplos – protegendo empresas, tecnologia e capitais de matriz nacional, estimulando seu fortalecimento interno e

sua expansão global, zelando pelo emprego e pelo bom salário dos trabalhadores, ampliando o bem-estar do consumidor. (CERVO, 2003, p.22)

Desse modo, percebe-se que o Brasil, em posição semi-periférica, tenta desenvolver uma política mais ativa para tentar ascender aos padrões da região central. Faz isso com o aprofundamento da relação entre o Estado e a iniciativa privada. No entanto, sofre ainda com a vulnerabilidade histórica que é complexa e impossibilita algumas tomadas de decisão.

3. POLÍTICA EXTERNA, DIPLOMACIA CULTURAL E LÍNGUA

Antes mesmo de significar os temas propostos nessa seção é necessário ambientá-los em um quadro de análise maior. Isso quer dizer, a política externa de qualquer Estado estará condicionada pela posição deste no sistema-mundo, particularmente no sistema interestatal, que por sua vez, é um componente da economia-mundo. O outro componente é o sistema econômico, formado pelas cadeias mercantis que recobrem os territórios dos estados nacionais.

Mas, como esse sistema interestatal se configura? É um sistema no qual unidades soberanas e autônomas convivem e, dada a escassez de recursos, competem para obter benefícios. No entanto, esse sistema é hierarquizado e inclui desigualmente as unidades. Como afirma Shannon,

States are locked in an intense competition to maximize their power in relation to one another .Each state constantly strives to increase its resources (military power, wealth, and so on) relative to the others in order to its autonomy from and/or influence over the nation-states (and, frequently, increase the territory under its control). (1996, p.39)

Essas unidades, por serem “individuais”, devem assumir características próprias que vão definir sua singularidade dentro do sistema. Segundo Smith, “the logic of the interstate system suggests that each nation-state should contain one, culturally and linguistically, homogeneous population.” (apud COYNE, 2013, p.11). Desse modo, os Estados criarão identidades próprias, no entanto, essa definição que trata as unidades como “iguais” não pode ser estendida para todas as suas funções no sistema.

Afinal, o sistema interestatal é desigual quanto à distribuição do poder e da riqueza. Cada unidade historicamente vai se posicionar em uma das três regiões em que se divide a economia-mundo: centro, semi-periferia e periferia. Tentando definir a relação entre centro e periferia, Shannon afirma que

The exploitative economic relationship between the core and the periphery requires a particular political relationship between them. The periphery has to be forced to participate in the world-economy on terms favorable to core capitalists. Core states are able to dominate the periphery because of their greater economic resources, more powerful militaries, and their greater strength of their government apparatus. (1996, p.40)

Desse modo, é perceptível que o sistema interestatal assume características que vão definir as possibilidades de comportamento das unidades. O sistema vai ser composto por unidades que estarão relacionadas umas as outras por suas capacidades políticas e econômicas.

Descrito o sistema, é agora importante entender e analisar qual é o papel da política externa dos países. Na realidade, a política externa será a ligação entre as necessidades domésticas com as possibilidades internacionais. A política externa será o mecanismo governamental para reverberar os interesses domésticos no sistema interestatal. De maneira prática, Oliveira observa que esta é

[...] a área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis - político-diplomática; militar-estratégica e econômica - e que se projeta no âmbito externo ante a uma ampla gama de atores e instituições governamentais e não governamentais, tanto no plano bilateral como no multilateral. (2005, p.5)

No entanto, essa política externa só pode ser posta em prática por meio de algum canal. Esse canal pode ser institucionalizado na figura da diplomacia. A diplomacia é a prática das diretrizes de política externa. Essa instituição será responsável pela interpretação e implementação dos interesses nacionais em âmbito internacional. Segundo Cerro,

[...] as forças sociais que espelham o grau de desenvolvimento econômico, como a apropriação de conhecimento científico, a inovação tecnológica, a organização empresarial e a concentração de capital, mas que também espelham outros fatores como a geografia, a densidade demográfica, a cultura, a opinião pública e o sentimento nacional, relacionam-se com a política exterior, uma vez que a sociedade organizada pretende alcançar objetivos transnacionais. Por efeito da racionalidade, as forças sociais condicionam, assim, o movimento das diplomacias, na forma de ação ou reação. (2008, p. 11)

Segundo Silva e Gonçalves (2010), as principais funções do corpo diplomático são as de representação, de informação, de negociação e, também, de prestação de serviços consulares. Desse modo, percebe-se que é uma das funções da diplomacia representar e informar aos outros estado-nações aquelas “individualidades” de cada unidade e que servem como formadoras do sistema diverso e múltiplo.

É nessa direção que se pode posicionar a diplomacia cultural. A diplomacia cultural é um dos braços da diplomacia pública e age no sentido de informar e promover elementos culturais de um país internacionalmente. No entanto, a diplomacia cultural não pode ser entendida como

instrumento de promoção e difusão cultural, mas também pode se utilizar disso para alcançar objetivos nacionais em âmbito político, econômico ou comercial (RIBEIRO, 2011). Isso, então, pressupõe que a cultura pode ser sim um instrumento de poder político.

Para lidar com essa crescente ligação entre a representação cultural e o poder político no sistema interestatal, Keohane e Nye (1998) discutem, no âmbito das Relações Internacionais, o termo *soft power*. O *soft power* significa a capacidade dos atores atingirem seus objetivos no cenário internacional pela atração, ao invés de utilizar a coerção. Esse poder cria expectativa legítima sobre os outros agentes, e esta relacionado às ideias, a cultura ou a habilidade de convencimento.

O *Soft Power*, no entanto, não pode ser considerado uma categoria recente nas relações interestatais. Essa relação entre difusão cultural com vistas a alcançar interesses políticos é bastante utilizada por países centrais desde a expansão dos Estados europeus. Como Coyne frisa,

The movement of European populations into the New World and Antipodes is why a few European languages are taught as first languages in these several countries. The expansion of the European world-system also meant the spread of the interstate system and nationalism, which suggested each state chose a language to represent the assembled population and first languages are invariable national languages. (2013, p.10)

Esse autor, então, lança luz sobre a questão da desigualdade interestatal existente no sistema. Isso quer dizer, esse momento de expansão do sistema-mundo Europeu é exatamente o momento de colonização e formação das regiões periféricas do globo. A expansão Européia veio acompanhada não somente com poder econômico, mas também valores culturais por suas instituições. Ainda nesse sentido, o autor debate a influência desse processo desigual para incorporação de regiões periféricas,

The large discrepancies in wealth and power between societies in the New World and core the expanding European world system meant that the Americas were incorporated into the European centered world system as peripheral areas. (COYNE, 2013, p.12-13)

Assim, pode-se perceber que as regiões do sistema não somente são relacionais economicamente falando. Mas também a cultura, e principalmente a língua, foram utilizadas como mecanismos de controle político na época de expansão colonial. Países centrais, como França, Inglaterra e, mais recentemente, Estados Unidos, desenvolveram e aprofundaram seus instrumentos de diplomacia cultural como parte integrante da sua busca por hegemonia e para o funcionamento do sistema. Coyne afirma que

The modern period, particularly after World War Two, has been a period of increasing global integration. Against this background of political, economic and cultural integration, many have pointed to the emergence, spread and deepening of a global level culture. This culture consists of understandings regarding the nature of individuals and institutions as well as norms about how they should operate.[...] The nation-state has become the “taken-for-granted” political unit and its actions are generally legitimated insofar as they are democratic in content and oriented toward economic development. (2013, p.71)

Mas como esses países desenvolveram sua diplomacia cultural? A pergunta pode ser melhor respondida através do estudo de algumas iniciativas pontuais. Para descrever tal iniciativa, esse artigo seleciona dois países centrais (França e EUA) e os analisa. Contudo, essa análise não será o foco central desse estudo. Ela representa uma contextualização para posterior estudo dos mecanismos que foram desenvolvidos pela diplomacia brasileira na promoção de sua língua e sua cultura.

3.1 INICIATIVAS CONSOLIDADAS

Primeiramente, deve ser observada a iniciativa cultural francesa. A França é a maior incentivadora da difusão cultural. Desde a Idade Média, esse país já influenciava culturalmente a Europa, mas segundo Teles (2009), foram Luis XIII e Luis XVI os responsáveis pela formação dos fundamentos da diplomacia cultural francesa. Esta se basearia no *rayonnement* (irradiação) cultural. A diplomacia francesa desenvolveu, então, uma “missão” civilizatória. Isso tem extrema importância quando interpretado à luz da expansão do sistema-mundo Europeu através do colonialismo.

Esta priorização da diplomacia cultural pela França se manteve ao longo do séculos e no período posterior à II Guerra, pode ser vista nos recursos disponíveis para suas iniciativas de difusão da língua e cultura.. Segundo Ribeiro,

De fato no imediato pós-guerra, a França passou a destinar 36% dos recursos orçamentários do Ministério dos Negócios Estrangeiros a essa finalidade. Hoje canaliza para o mesmo fim cerca de 50 a 60 %, o que a torna o país com maior propaganda de atuação cultural no mundo ocidental. (2011, p.70)

Para fins de promoção cultural internacional, segundo Ribeiro (2011), atualmente a França dispõe, entre outras instituições, da Aliança Francesa, instituto cultural de ensino da língua e cultura francesa, da Rádio França Internacional que promove a cultura e a língua francesa dentro e fora de suas fronteiras e, presta serviço direto ao Ministério de Negócios Estrangeiros.

O outro caso que merece ser analisado aqui é os Estados Unidos, que adotam uma promoção cultural muito objetiva politicamente, pois conseguiu alinhar totalmente suas diretrizes para alcançar seus interesses de potência hegemônica. Antes da Segunda Guerra, não possuía nenhuma iniciativa estatal de promoção cultural, o que havia eram iniciativas privadas de caráter filantropo, a saber, Fundação Carnegie e a Fundação Rockefeller.

Entretanto, segundo Ribeiro (2011), essa realidade mudou com o advento da II Guerra Mundial. Esse país percebeu que a promoção cultural teria uma importante função de atenuar externamente os reflexos do isolamento que até então vivia. Além disso, os EUA dariam, no período da Guerra, uma atenção especial à América Latina, sendo esse o primeiro continente a receber instituições culturais estadunidenses.

A época conturbada da Guerra Fria enfraqueceu o Departamento de Estado na promoção cultural. A necessidade potencializou uma agência diretamente ligada à Presidência da República via Conselho de Segurança Internacional, a United States Information Agency, sobre a qual, Ribeiro afirma:

[...] assim como na segunda guerra precipitou a entrada norte-americana no cenário cultural internacional, a guerra fria seria responsável pela verdadeira campanha internacional que os Estados Unidos passariam a realizar nos anos cinquenta em defesa de suas posições ideológicas. (2011, p. 81)

Ainda em referência à promoção cultural dos Estados Unidos, Crystal demonstra que a posição hegemônica ajudou a significar e potencializar o interesse dos demais países em aprender e ensinar o inglês em diversos pontos do globo. Ele defende que

The main contribution of the United States to the spread of English was being the global leader – thus making English an attractive choice as a second language-in the decades when most developing countries formalized curricula and expanded their education system (CRYTAL apud COYNE, 2013, p.22)

A atração que a língua inglesa exerce no sistema internacional não é uma inovação estadunidense, afinal o inglês é o idioma das duas últimas potências hegemônicas. Mas, na verdade, o maior atrativo dessa língua é seu alinhamento com o sistema de inovação e desenvolvimento que possibilitou todas essas duas potências hegemônicas se manterem sua posição. Com relação a isso, Coyne apresenta que

[...] the linkage between English and science and technology- which again makes it an attractive choice to study- originated in the economic innovation and leadership needed for the British and US to occupy the place of hegemon. (2013, p.22)

Finalmente, a disputa por expansão e difusão cultural é algo inerente aos esforços dos Estados para melhorarem sua posição e influência no sistema interestatal. A idéia de que estados

soberanos estão em constante disputa para se destacar e conseguir ascender a uma posição privilegiada, depende não somente das capacidades materiais, mas também leva em consideração a legitimação dos outros países diante de seus interesses. Para isso, a cultura e principalmente a língua foram instrumentos políticos utilizados para confirmar posições e interesses no cenário internacional.

Se como apresentado acima, o sistema interestatal é hierárquico e a economia-mundo está caracterizada por uma estrutura tripartite (centro, periferia e semi-periferia), o movimento das unidades independem do seu posicionamento? Nesse sentido, o Brasil, por exemplo, é uma unidade capacitada para exercer alguma influência? A análise histórica das ações da diplomacia brasileira para a promoção linguística pode revelar os condicionamentos sistêmicos existentes? Essas perguntas serão respondidas na próxima seção que dará conta do histórico da diplomacia cultural brasileira para a promoção do seu idioma.

4. PROMOÇÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA NO EXTERIOR: UM CASO PARA ANÁLISE

Como vimos e ilustramos com os casos da França e do EUA, a diplomacia cultural é muito difundida nas regiões centrais do sistema interestatal. Contudo, recentemente, países semi-periféricos tem demonstrado alguma disposição para desenvolver essa área de sua diplomacia. Como afirma Teles, [...] além das antigas potências, também os chamados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) estão já atentos ao poder da promoção e da divulgação das respectivas línguas e culturas no estrangeiro”. (2009, p.10)

Essa disposição para atuar em “espaços” antes considerados próprios dos estados centrais do sistema é uma característica inerente ao comportamento semi-periférico. Afinal, a região semi-periférica acumula interesses diversos, a busca por padrões centrais e a luta contra vulnerabilidades periféricas. Wallerstein demonstra que

Semiperipheral states are those states which combine within their boundaries a significant mix of core-like and peripheral economic activities. To the extent that the governments intervene actively, they are generally able to maintain such mix despite the ever-changing patterns of production activities which constantly threaten to redefine the internal mix of semiperipheral countries in the direction of peripheralisation. Semiperipheral countries regularly run very hard to stay in place. (1996, p.91)

Mas será que o Brasil conseguiu desenvolver eficazmente sua promoção linguístico-cultural? E se houve conseguiu evoluir de tal maneira a alcançar os padrões centrais? Ribeiro (2011) chama atenção para a baixa prioridade com que o tema tem sido tratado no país. No intuito de demonstrar o quão baixo são os investimentos nessa área, Ribeiro (2011) compara os investimentos feitos pelo Brasil e por outros países no período de 1986/87 e mostra os resultados da seguinte maneira: França (1,2 bilhões de dólares); RFA (996 milhões de dólares); Japão (510 milhões) enquanto que o Brasil, no momento, não teria gastado mais que 1 milhão de dólares na área cultural.

Ainda fazendo essa comparação entre os investimentos destinados a área de promoção linguística-cultural, o diplomata brasileiro Leonardo Lott (apud SILVA, 2009) afirma que o departamento cultural em 2009 ainda possuía um orçamento restrito, mas que havia um aumento estimado para o ano de 2010. O investimento no setor cultural passaria de 20 milhões de reais para 40 milhões no ano seguinte. Nesse sentido, o diplomata ainda demonstra que em 2009 eram destinados por Portugal para o Instituto Camões 39 milhões de euros e pela França, 1 bilhão de euros para a Aliança Francesa. (LOTT apud SILVA, 2009)

Os números citados acima demonstram uma evolução vagarosa do setor de promoção linguístico-cultural brasileiro, mas por que isso? Nesse sentido, estudar a construção histórica das ações no setor de promoção linguística é relevante para compreender quais foram e são as possibilidades de avanço brasileiro no setor de promoção cultural.

4.1 COMO SE ORGANIZA INSTITUCIONALMENTE A PROMOÇÃO LINGUISTICA?

Segundo informações extraídas do Balanço de Política Exterior 2003-2010, o departamento cultural do Itamaraty é responsável pela promoção do ensino sistemático da variante brasileira da língua portuguesa internacionalmente. (BRASIL, 2013) Em 2003, dentro do departamento foi criada a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, antes conhecida como Divisão de Programas de Difusão Cultural (DPDC), que ficou responsável pelo gerenciamento das instituições que compõem a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx). (BRASIL, 2013)

A rede é composta por três instituições: os Centros Culturais Brasileiros (CCB's), Institutos Culturais (IC's) e os Leitorados. Os CCB's são instituições subordinadas às representações brasileiras no exterior e são responsáveis pelo ensino da variante brasileira do português. Além disso, são responsáveis pela aplicação do exame de proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-Bras) e por desenvolver projetos na área cultural. (BRASIL, 2013)

Os IC's são entidades no exterior regidas pelo direito privado local e subsidiadas pelo Governo brasileiro por meio de convênios. Sua principal função é a de promover o ensino do português e a cultura brasileira. (BRASIL, 2013)

O programa de Leitorados é responsável pelo envio de professores capacitados para ensinar a variante brasileira do português em universidades estrangeiras. O relatório chama atenção para que esses programas são importantes aliados na ampliação da presença cultural brasileira em localidades consideradas prioritárias pela política externa brasileira, como por exemplo, a África. (BRASIL, 2013)

4.2 HISTÓRICO DA PROMOÇÃO INTERNACIONAL LINGUÍSTICA DO BRASIL

O Departamento de Promoção Cultural no Itamaraty foi criado em 1940. Esse, no entanto, não surgiu espontaneamente. Segundo Menezes (2011), os formuladores da política externa já estavam desde a década de 30, atentos ao mecanismo de promoção cultural como caminho para aumentar a visibilidade do Brasil em meio internacional.

Além disso, a autora defende que existia um cenário de possibilidades para aprofundar as políticas culturais brasileiras pelo interesse, pouco antes da II Guerra, de potências como França e Alemanha em aumentar as relações culturais com o Brasil. Esse movimento das potências para aumentar sua influência na região é uma característica do sistema interestatal e tinha como principal objetivo competir com os EUA que ascendia como potência hegemônica na época.

No trecho a seguir, a autora mostra as medidas tomadas para aprofundar as relações culturais entre França e o Brasil.

No caso da França, a própria política de Diplomacia Cultural do país contribuía para que tais políticas fossem favorecidas. É assim que, entre os anos 1920 e 1940, as relações entre o Brasil e França se fortalecem: desde as «Semanas da América Latina», organizadas em Lyon, Paris e Bordeaux, passando pela criação do Instituto franco-brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária, pela implantação dos liceus franceses e Alianças Francesas em território brasileiro, e pelas missões universitárias francesas que vieram auxiliar na criação da USP. (MENEZES, 2011, p.11)

Nesse trecho destacado, observa-se que o mesmo movimento entendido pela autora como uma relação profícua para a nascente política externa cultural brasileira, pode ser também interpretado como próprio da relação centro-periferia. Já que destaca uma relação desigual, na qual a diplomacia cultural francesa muito bem estruturada se instala no Brasil e a diplomacia brasileira consegue apenas promover “semanas culturais” na França.

Desse modo, a diplomacia cultural brasileira nasce em um cenário político-cultural já amadurecido, no qual os estados-nação da região central já possuíam instrumentos e mecanismos de difusão cultural consolidados. Nesse cenário, o Brasil tenta definir sua política a partir de experiências centrais, Menezes demonstra que

[...] a cultura, considerada a uma das dimensões das relações internacionais, passou a ter um papel de destaque na formulação da política externa brasileira. Baseando-se em um modelo considerado *francês* – como grande parte da produção intelectual e política do Brasil – o Estado assumiu, para si, a responsabilidade de promover a cultura brasileira no exterior. (2011, p11).

Segundo Silva e Gunnewiek (apud DINIZ, 2011), em 1940, são fundadas as primeiras instituições de promoção da língua portuguesa, as quais mais tarde dariam lugar aos Centros Culturais Brasileiros (CEB's). No entanto, esses autores ressaltam que as primeiras atividades dessas instituições eram apenas de tradução literária. A evolução dos mecanismos institucionais de promoção cultural veio na esteira, segundo Menezes

[...] na metade do século XX, a política cultural brasileira passa por uma reformulação a partir de reformas do Ministério de Relações Exteriores, e da criação de departamentos exclusivamente culturais, como a Divisão Cultural do Itamaraty (criada em 1946) e da Divisão de Divulgação Internacional (1978). (2011, p.11)

Esse momento de promoção cultural externa foi diretamente ligado ao controle estatal. Segundo Menezes (2011, p.11), “A máquina estatal foi, então, colocada em funcionamento a todo vapor e em todos os níveis: a diplomacia cultural cabia, não apenas ao Itamaraty, como também à presidência da República e aos outros ministérios.” O nacionalismo político-econômico e a intervenção estatal nas decisões tanto internamente como externamente tinham como principal objetivo fortalecer um plano nacional de superação da dependência histórica brasileira e conseqüentemente seu melhor posicionamento no sistema interestatal.

O rígido controle estatal das políticas compreende não só a década de 40, mas se estende até o fim dos governos militares no final da década de 70. Internamente, essa época foi permeada por intervenções governamentais na área da cultura no intuito de formar uma “identidade nacional” (MICELI apud BIJOS; ARRUDA, 2011). Bijos e Arruda (2011) chamam atenção, também, para inúmeros projetos implementados na área como o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), Plano Nacional de Cultura (PNC) entre outros. Esse panorama interno pode ajudar a entender os elementos propícios para a consecução de uma política cultural externa.

Externamente, o período apresentou algumas incoerências com as censuras praticadas pelos governos autoritários. Em prol da projeção da imagem cultural brasileira internacional, os governos militares promoviam artistas censurados. Menezes afirma que

O que se percebe é que, no caso do Itamaraty, [...] em que vários artistas e cientistas eram perseguidos no território nacional, no exterior eles eram promovidos pelos consulados e embaixadas. Assim, por mais paradoxal que se possa parecer, aproveitando-se do exílio de várias «celebridades» intelectuais, tais consulados não se acanharam em promover a “imagem cultural brasileira” a partir da ação dos personagens obrigados a viver no exterior. (2011, p.11)

Avançando na história, o quadro de promoção lingüístico cultural que se delineou no final da década de 80 e por toda a década de 90 foi bem diferente. Como resultado dos movimentos internacionais, o setor foi permeado por privatizações e diminuição do papel do Estado na promoção das políticas.

O antigo controle estatal e atrelamento de todas as iniciativas políticas ao desenvolvimento brasileiro foi adequado à “normalidade” dos processos externos. Discutindo os impactos dessa conjuntura no setor de promoção cultural, Menezes afirma que houve

[...] durante toda a década de 1990, a ausência de uma estratégia de ação clara por parte do Ministério das Relações Exteriores. Esse fenômeno, da falta de estruturação de uma política externa clara durante a década de 1990, além da preocupação com outros assuntos da alçada do ministério, em especial ligados ao comércio e à estabilidade econômica proveniente do financiamento externo levou a um afastamento de parceiros tradicionais. (2011, p.12)

Internamente, o setor cultural passou pelo mesmo processo de privatização. Destacável é a criação da Lei Rouanet em 1991 que abre portas para o investimento privado na promoção cultural. Como afirma Bijos e Arruda, “[...] diante da lógica da Lei Rouanet, [...] a cultura foi pautada principalmente nas questões de financiamento, tributação, isenção fiscal e marketing empresarial [...]” (2011, p.45)

Externamente, o processo de afastamento do Estado foi igual. Diniz (2011) demonstra que muitos CEB’s foram transformados em IC’s. Em outras palavras, muitos dos antigos Centros de Estudos Brasileiros subordinados diretamente ao Ministério das Relações Exteriores foram privatizados e se transformaram em Institutos Culturais que eram instituições reguladas por jurisdição e administração próprias. Esse mecanismo pode ser exemplificado na tabela a seguir,

Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais (ICs) – dez. 2011

| Região | País | Cidade | Instituto | Data de fundação | Data de privatização |
|---------------------------------|-------------|---------------|--|--------------------------|-------------------------------|
| América do Sul | Argentina | Buenos Aires | Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB) | 1954 (Getúlio Vargas) | 1996 (Fernando H. Cardoso) |
| | Colômbia | Bogotá | Instituto Cultural Brasil-Colômbia (IBRACO) | 1962 (João Goulart) | 1996 (Fernando H. Cardoso) |
| | Equador | Quito | Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC) | 1962 (João Goulart) | 1996 (Fernando H. Cardoso) |
| | Uruguai | Montevideu | Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB) | 1940 (Getúlio Vargas) | |
| | Venezuela | Caracas | Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV) | 1971 (Emílio Médici) | 1994 (Itamar Franco) |
| América Central e Caribe | Costa Rica | São José | Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB) | 1971 (Emílio Médici) | 1994 (Itamar Franco) |
| Europa | Itália | Milão | Instituto Cultural Brasil-Itália (IBRIT) | 1962 (João Goulart) | 1997 (Fernando H. Cardoso) |

FONTE: DINIZ, 2011

No entanto, esse quadro de renúncia do Estado aos programas de difusão cultural e lingüístico se modifica na entrada dos anos 2000. Já no fim da década de 90, a política externa brasileira diversifica suas políticas para atingir os parceiros Sul-Sul, como estados africanos e estados sul-americanos.

A política externa brasileira desse período busca a diversificação de parcerias no intuito de melhor se posicionar no sistema interestatal. A diplomacia brasileira ganha ênfase e volta a participar ativamente dos processos de relacionamento externo. Segundo Menezes,

[...] a mudança de governo no Brasil traz, também, uma tentativa de reordenamento da política externa brasileira, que passaria pela busca da retomada dos antigos parceiros e a constituição, a partir de um posicionamento mais claro do Brasil no âmbito internacional, de novas parcerias. (2011, p.13)

As diretrizes de política externa, inclusive a cultural-linguística, voltariam a ser acionadas para melhor posicionamento brasileiro no sistema interestatal. Os mecanismos de promoção

cultural no exterior buscavam atender os interesses da sociedade brasileira cada vez mais complexa. Em relação a esse posicionamento, Bijos e Arruda comentam que

[...] a cultura desempenha um papel estratégico de desenvolvimento tanto no plano nacional como no plano internacional, no sentido de disseminar a centralidade da cultura e das atividades econômicas relacionadas a ela, defendendo publicamente a ideia de que a cultura deve ser uma das prioridades do governo e da sociedade na construção de um novo projeto de nação. (2011, p. 47)

Essa disposição de aumentar a importância da promoção cultural-linguística refletiu diretamente na organização institucional do MRE. Nesse momento, a difusão do ensino da variante brasileira do português ganha destaque e, é institucionalizada a divisão própria para lidar com esse mecanismo. Diniz demonstra três mudanças governamentais importantes para potencializar a difusão da língua

Em primeiro lugar [...] em 2003 foi criada, na estrutura jurídico-administrativa do Itamaraty, uma divisão encarregada, especificamente, da promoção internacional da língua portuguesa: a DPLP.[...], em segundo lugar, [...] a expansão por que a RBEx passou entre 2003 e 2011[...]em terceiro lugar, política de privatização tem sido revista nos últimos anos, havendo inclusive interesse em estatizar os ICs [...].(2011, p.126-128)

Além disso, seguindo os direcionamentos gerais da política exterior brasileira, nesse período a divisão de promoção da língua é utilizada para o aprofundamento das relações com novas parcerias. O eixo Sul-Sul é privilegiado e os mecanismos de difusão dão prioridade a regiões como a África e América do Sul. Como fica claro no trecho seguinte,

A expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação sul-sul, nos últimos oito anos, ensejaram novas oportunidades para a promoção da Língua Portuguesa. A nova postura assumida pelo Brasil deveria, no entanto, corresponder uma atualização da política de promoção e difusão da língua pátria. [...] Em coerência com os objetivos da atual política externa brasileira, compete à DPLP identificar oportunidades e articular recursos para fomentar a consolidação e a expansão da RBEx, associando métodos tradicionais de ensino à introdução das novas tecnologias no campo pedagógico. (BRASIL, 2013)

No período de 2003-2010 assiste-se a uma fase de expansão de instituições brasileiras de promoção linguístico-cultural pelo mundo. Segundo o relatório apresentado pelo Itamaraty, essa pode ser explicitada pelos seguintes números

Os Centros Culturais Brasileiros, que eram 15 em 2003 e atendiam a 15.559 alunos, somam hoje 21 Centros e atendem a 28.357 alunos. Em 2003, havia 31 Leitores brasileiros em universidades estrangeiras; hoje, há 60 Leitores brasileiros atuando em instituições de 41 países. (BRASIL, 2013)

Além desse crescimento no número de instituições, o Ministério de Relações Exteriores demonstrou que existe uma expansão na procura pelo exame de proficiência em língua portuguesa, organizado e aplicado pelas representações brasileiras no exterior. Segundo o mesmo relatório,

Em 2003, 1.712 candidatos se inscreveram, no exterior, para a obtenção do CELPE-Bras, dos quais 867 foram aprovados. Em 2009, o número de inscritos fora do Brasil chegou a 5.074, e 3.822 obtiveram aprovação no exame. (BRASIL, 2013)

Esse período recente demonstra que os mecanismos de promoção linguística do Estado brasileiro tem ganhado maior visibilidade no sistema interestatal. O momento de crise da hegemonia norte-americana e a intenção brasileira de se firmar como “potência” semi-periférica privilegia um comportamento mais diversificado por parte da diplomacia brasileira. Segundo Vigevani e Cepaluni, a inserção do Brasil neste dado momento se deu pela “autonomia pela diversificação”. Esses autores afirmam que,

Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa. (2007, p.283)

Nesse sentido, o setor cultural ganha maior atenção pelos formuladores de política exterior por ver nesse uma potencialidade já utilizada por tantos países centrais para legitimar e possibilitar suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da política externa linguística brasileira demonstra que suas possibilidades são dadas não apenas por seus “meios”, mas principalmente pela conjuntura na qual ela está inserida. As ações direcionadas para promover culturalmente o Brasil estão condicionadas as expectativas nacionais e as possibilidades brasileiras no exterior. As movimentações sistêmicas poderão explicar as diretrizes tomadas historicamente.

Nesse caso, a estrutura estava ordenada pelo ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. As tomadas de decisão da potência hegemônica influenciavam diretamente o direcionamento da política exterior brasileira. As fases de expansão material e de expansão financeira conseguiram influenciar o percurso da política exterior brasileira. A política exterior brasileira se caracterizou nas décadas de 50-70 pela busca de desenvolvimento/crescimento econômico e isso influenciou a implementação de um setor cultural no Ministério de Relações Exteriores para ganhar visibilidade no cenário internacional.

Já na década de 80-90, a política exterior brasileira foi marcada por um retrocesso. A conjuntura da expansão financeira moldou as ações das unidades de modo com que essas se adequassem aos padrões das instituições financeiras internacionais. Esse período assiste a necessidade de privatização dos mecanismos estatais, e nas ações da diplomacia cultural não foi diferente. Grande parte das organizações de promoção linguística brasileira no exterior foi alienada ao capital privado. Já o fim da década de 90 e início de 2000 assistiu um reavivamento das políticas culturais no exterior. O ensino da língua ganha novo “fôlego” e tenta se concretizar institucionalmente.

Esse movimento de “retomada” da importância da difusão cultural não pode ser entendido sem o entendimento da posição brasileira no sistema. Além da crise hegemônica, o Brasil tenta articular os seus mecanismos para promover, legitimar e confirmar sua posição semi-periférica e, porque não se aproximar dos países centrais. A diversificação na política exterior também espelha a boa fase econômica interna.

Finalmente, longe de se equiparar as tradicionais ações de diplomacia cultural dos países centrais, o Brasil tenta aprofundar suas políticas nesse setor. No entanto, existem uma grande vulnerabilidade financeira e política para que o aprofundamento dessas políticas de promoção linguística. A grande sensibilidade aos movimentos internacionais faz com que a política exterior brasileira dê grande prioridade as questões econômicas em detrimento da cultura.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução Vera Ribeiro, revisão de tradução César Bejjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century**. London: Verso, 2007

BIJOS, L.; ARRUDA, V. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. IN: **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**, Brasília, v.13, n.1, ago, 2010 p.33

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>. Acesso em 23/07/2013

CHASE-DUNN, Christopher; KWON, Roy. Continuidades e transformações na evolução dos sistemas-mundo. In: Vieira, Pedro. A; Vieira, Rosângela. L.; FILOMENO, Felipe. A.(orgs.) **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012

COYNE, G. **Causes and Consequences of Second Language Education: A Global Analysis from 1980 to the Present**. Dissertation (Graduate Program in Sociology). University of California: Riverside, 2013

DINIZ, Leandro R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. Dissertação (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2012.

KEOHANE, R.; NYE, J. Power and interdependence in the information age. **Foreign Affairs**, Setembro/Outubro, pp. 81-94, 1998.

MENEZES, Clarice C. F. Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira. IN: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Edgard T. **A diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SHANNON, Thomas. R. **An introduction to the World-System Perspective**, Westview Press, 1996

SILVA. Diego B. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. In: XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. n. 4. 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2º ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. In: Vieira, Pedro. A; Vieira, Rosângela. de L.; FILOMENO, Felipe. A.(orgs.) **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012

TELES, Ana F. **A dimensão cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda ou Estrangeira) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: Vieira, Pedro. A; Vieira, Rosângela. L.; FILOMENO, Felipe. A.(orgs.) **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012

_____. The inter-state structure of the modern world-system. In: In SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (eds.), **International Theory: Positivism and Beyond**, Cambridge University Press, 1996

Mesa 2: AMÉRICA LATINA E CHINA

1. “As Pretensões Chinesas na Economia Mundial e a Articulação com as Novas Geometrias de Poder e Riqueza: a importância dos BRICS”

Bruno Hendler

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de Brasília (UNB) e professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba)

Victória Gomes Pereira de Almeida

Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba)

2. “Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo: o Caso Venezuelano”

Charles Pennaforte

Diretor Geral do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI).
Coordenador do curso de Relações Internacionais na Universidade Paulista (UNIP)

3. “Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e a Integração entre Argentina e Brasil (Mercosul)”

Ricardo Bruno Boff

Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina

AS PRETENSÕES CHINESAS NA ECONOMIA MUNDIAL E A ARTICULAÇÃO COM AS NOVAS GEOMETRIAS DE PODER E RIQUEZA: A IMPORTÂNCIA DOS BRICS

**Victória Gomes Pereira de Almeida¹
Bruno Hendler²**

Na história do sistema-mundo moderno (SMM), as moedas nacionais desempenharam papel fundamental nas relações de poder e riqueza entre organizações estatais e empresariais. Entre a “necessidade de conquista” dos soberanos e a “necessidade de lucro” dos empresários, emergiu um sistema em que economias e moedas nacionais “lutam entre si para conquistar territórios econômicos supranacionais cada vez mais extensos, onde se imponha a moeda do vencedor e onde seus capitais possam ocupar posições monopolíticas e obter ‘lucros extraordinários’” (FIORI, 2007, p. 29-30). Logo, não existe no SMM uma moeda que seja mundial, no sentido estrito, mas uma relação de constante competição entre nações de um “núcleo dominante” que visam expandir suas áreas de influência econômica por meio de “sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e várias formas indiretas de tributação seletiva” (idem).

No atual processo de deslocamento da riqueza mundial do eixo Atlântico para o eixo Pacífico – alavancado pela ascensão da Ásia, a China desponta como principal potência emergente, tanto em termos econômicos quanto político-militares. Uma vez que seu desenvolvimento esteja baseado na produção voltada para as exportações, a China tem, na projeção de sua moeda, o Yuan, uma ferramenta essencial para utilizar o comércio exterior a seu favor.

Em contrapartida, o sistema financeiro internacional criado pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial enfrenta, desde os anos 1970, uma crise sem fim aparente. A substituição do sistema de Bretton-Woods pelo padrão Dólar flexível apenas “pareceu dar” aos EUA uma liberdade de ação sem precedentes ao emitir sua própria moeda para cobrir os déficits do governo. Na realidade, o novo modelo provocou uma espiral inflacionária mundial que ameaçou destruir toda a estrutura de crédito norte-americana e as redes mundiais de acumulação de capital, das quais a riqueza dos EUA se tornara mais dependente do que nunca. Segundo Brenner (2002, p. 78), os EUA haviam batido de frente com o limite de sua

¹ Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).

² Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).

capacidade de tirar vantagem do papel do Dólar como moeda-chave ao incorrerem em crescentes déficits federais e de conta corrente e em desvalorizações a fim de elevar sua competitividade no setor manufatureiro.

(...) a expansão da oferta pública de Dólares nutriu os mercados monetários *offshore* com uma liquidez maior do que era possível reciclar com segurança e com lucro. (...) Não surpreende que apenas uma fração da liquidez criada pelas autoridades monetárias norte-americanas se transformasse em novos meios de comércio e produção. A maior parte dela transformava-se em petrodólares e eurodólares. Estes se reproduziam inúmeras vezes, através dos mecanismos de criação de dinheiro no interbancário privado, e reapareciam na economia mundial como concorrentes dos Dólares emitidos pelo governo norte-americano (ARRIGHI, 1996, p. 325).

O padrão ouro-Dólar criado em Bretton-Woods deu suporte à hegemonia norte-americana de forma similar à Libra Esterlina para a hegemonia inglesa. A transição da Libra para o Dólar como moeda de referência para as trocas comerciais e financeiras internacionais foi precipitada pelo caos sistêmico da primeira metade do século XX e, ainda assim, decorreu de um processo gradual de ascensão da economia norte-americana e declínio hegemônico inglês. Embora a hegemonia dos EUA persista em inúmeras esferas, principalmente na militar, sua preponderância material tem sido ofuscada por economias emergentes como a China e pelos próprios danos à economia norte-americana gerados pelo padrão Dólar-flexível. E ainda que o país asiático não conteste abertamente o regime financeiro internacional do Dólar flexível, uma vez que é um grande beneficiário do câmbio flutuante, sua diplomacia econômica tem se mobilizado no sentido de articular uma maior participação do Yuan no comércio internacional e na cesta de moedas do Fundo Monetário Internacional.

É improvável a substituição do Dólar pelo Yuan de forma semelhante à substituição da Libra pelo Dólar na primeira metade do século XX, mas a liderança da China na articulação dos BRICS em torno de sua moeda é um indicador claro de mudanças no sistema monetário e financeiro internacional.

1. História recente da China e o “milagre econômico” chinês.

Um dos grandes temas político-econômicas da atualidade é explicar como se deu a ascensão econômica chinesa dentro de um sistema político liderado pelo partido comunista chinês. Qual foi o *turning-point* entre a política de contínua revolução de Mao-Zedong e a abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping no final dos anos 70 e início dos anos 80? Para entendermos como a China atua no cenário internacional e principalmente na evolução do grupo dos BRICS, precisamos entender algumas questões históricas que marcaram o período de 1976 a 2001.

Com a morte de Mao em setembro de 1976, a China se encontrava em uma situação crítica. Com uma população extremamente ruralizada e uma economia voltada para as indústrias pesadas, o panorama da era pós Mao não era animador. Os que mais sentiam os problemas econômicos decorrentes do grande salto adiante e da revolução cultural eram os próprios chineses, que passavam corriqueiramente por crises de escassez de alimentos, que levavam o país a importar comida, mesmo não havendo exportações suficientes para saldar tais importações (GELBER, 2012, p. 405). O modelo econômico stalinista, voltado para indústrias de base e coletivização da economia, era completamente atrasado em relação ao resto do mundo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 407).

Na tabela a seguir podemos analisar os altos índices de mortalidade nas províncias chinesas durante os anos de 1956 a 1963, com destaque para os altíssimos índices de mortalidade em 1960, caracterizado pelas crises de fome decorrentes do fracasso que havia sido o grande salto:

| Province | 1956–1957 Average | 1958 | 1959 | 1960 | 1961 | 1962–1963 Average |
|----------------|----------------------|------|------|------|------|----------------------|
| Anhui | 11.7 | 12.3 | 16.7 | 68.6 | 8.1 | 8.1 |
| Fujian | 8.2 | 7.5 | 7.9 | 15.3 | 11.9 | 7.9 |
| Gansu | 11.1 | 21.1 | 17.4 | 41.3 | 11.5 | 9.4 |
| Guangdong | 9.8 | 9.2 | 11.1 | 15.2 | 10.8 | 8.5 |
| Guangxi | 12.5 | 11.7 | 17.5 | 29.5 | 19.5 | 10.2 |
| Guizhou | 8.2 | 13.7 | 16.2 | 45.4 | 17.7 | 9.9 |
| Hebei | 11.3 | 10.9 | 12.3 | 15.8 | 13.6 | 10.2 |
| Heilongjiang | 10.3 | 9.2 | 12.8 | 10.6 | 11.1 | 8.6 |
| Henan | 12.9 | 12.7 | 14.1 | 39.6 | 10.2 | 8.7 |
| Hubei | 10.2 | 9.6 | 14.5 | 21.2 | 9.1 | 9.3 |
| Hunan | 11.0 | 11.7 | 13.0 | 29.4 | 17.5 | 10.3 |
| Inner Mongolia | 9.2 | 7.9 | 11.0 | 9.4 | 8.8 | 8.8 |
| Jiangsu | 11.7 | 9.4 | 14.6 | 18.4 | 13.4 | 9.7 |
| Jiangxi | 12.0 | 11.3 | 13.0 | 16.1 | 11.5 | 10.4 |
| Jilin | 8.3 | 9.1 | 13.4 | 10.1 | 12.0 | 9.7 |
| Liaoning | 8.0 | 6.6 | 11.8 | 11.5 | 17.5 | 8.2 |
| Ningxia | 10.9 | 15.0 | 15.8 | 13.9 | 10.7 | 9.4 |
| Qinghai | 9.9 | 13.0 | 16.6 | 40.7 | 11.7 | 6.9 |
| Shaanxi | 12.2 | 11.7 | 12.8 | 14.2 | 12.2 | 11.4 |
| Shandong | 12.1 | 12.8 | 18.2 | 23.6 | 18.4 | 12.1 |
| Shanxi | 10.1 | 11.0 | 12.7 | 12.3 | 8.8 | 10.0 |
| Sichuan | 11.3 | 25.2 | 47.0 | 54.0 | 29.4 | 13.7 |
| Yunnan | 15.8 | 21.6 | 18.0 | 26.3 | 11.8 | 12.5 |
| Zhejiang | 9.4 | 9.2 | 10.8 | 11.9 | 9.8 | 8.3 |
| Nation | 11.1 | 12.0 | 14.6 | 25.4 | 14.2 | 10.0 |

Source: NBS (1990)

Tabela 1: Taxas de Mortalidade nas Províncias Chinesas (unidade = 0,1%): 1954-1966
Fonte: TAO YANG, 2008, p.7.

É durante a década de 70 que o mundo comunista percebe que esse modelo econômico não estava apto a alavancar suas economias. Dentro do grande processo de detente do bloco comunista, acompanhado da morte de Mao, percebemos na China uma “mudança de ênfase do partido, de uma política ideológica para uma política pragmática” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 407). Quem conseguiria desmantelar o instável sistema econômico maoista, se utilizando de um maior pragmatismo, e ao mesmo tempo conseguiria manter a estrutura política chinesa afirmada em 1949?

O único que estava apto para executar esse revisionismo econômico era Deng Xiaoping. Pertencente à segunda geração do partido comunista chinês, Deng assume o posto de líder supremo da China dois anos após a morte de Mao, em 1978. A reforma a ser feita era grande: seria necessário especializar a indústria chinesa ao ponto desta produzir artigos leves, aumentar as exportações, tudo isso por meio da importação de tecnologia de ponta oriunda do Ocidente e do Japão (GELBER, 2012, p.413). Deng então estabeleceu que a prioridade máxima chinesa era a construção de uma economia forte.

Como consequência, a China abre novamente suas portas, mas de forma diferente daquela ocorrida no período de exploração imperialista do século XIX. Em 1979 são criadas as Zonas Econômicas Especiais na região sul do país. Nessas zonas, o investimento externo foi estimulado e a produção era voltada para a exportação (idem, p. 414). Para atrair tais

investimentos externos ”o governo ofereceu benefícios especiais na questão das taxas, regulamentações mais frouxas, e apresentou menos obstáculos burocráticos do que em qualquer parte do país” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 413). A mão de obra muito barata atraía um crescente número de indústrias para o território chinês, porém o interior continuava isolado. A partir da inserção nas redes capitalistas, a economia chinesa se potencializou e passou a exercer influência na região do sudeste asiático. Nesse período podemos perceber um crescente *inflow* de investimentos estrangeiros diretos (IED) de Hong Kong e Taiwan (HKT), oriundos da prosperidade de chineses que haviam se espalhado pela região do sudeste asiático, que além de compartilharem o mesmo idioma e cultura, tinham experiência e conhecimento no modelo de exportação, aliando a isso o *labor-intensive* da região. No gráfico abaixo podemos verificar a importância do IED de HKT desde 1979:

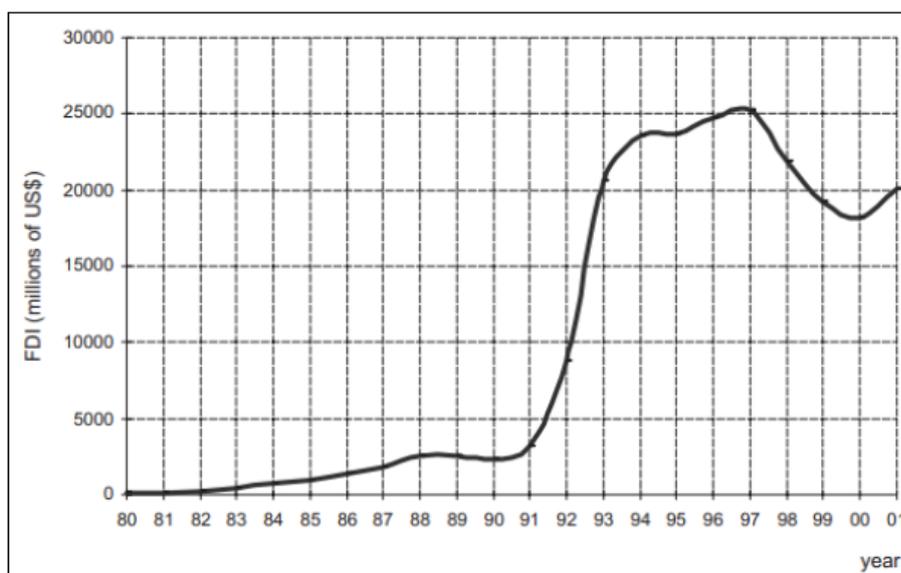


Gráfico 1: Fluxo Anual de IED de HKT na China
Fonte: ZHANG, 2005, p.298

Mesmo ainda estando no começo de uma grande mudança, “o Produto Interno Bruto da China multiplicou-se por 5” (GELBER, 2012, p.416). Deng continuou encorajando os investimentos internacionais desvinculados da esfera estatal, em um sistema de associações de curto prazo, as chamadas *foreign-joint ventures*. Com essas joint ventures, caracterizadas por acordos de curto prazo e de dissolução rápida, a China promoveu uma escalada tecnológica e suas empresas se desvincularam, gradativamente, de uma eventual dependência tecnológica em relação às empresas japonesas e ocidentais. No gráfico abaixo podemos verificar a

evolução da sofisticação das tecnologias chinesas exportadas, decorrentes do aumento da tecnologia agregada por conta das empresas que se instalaram na China:

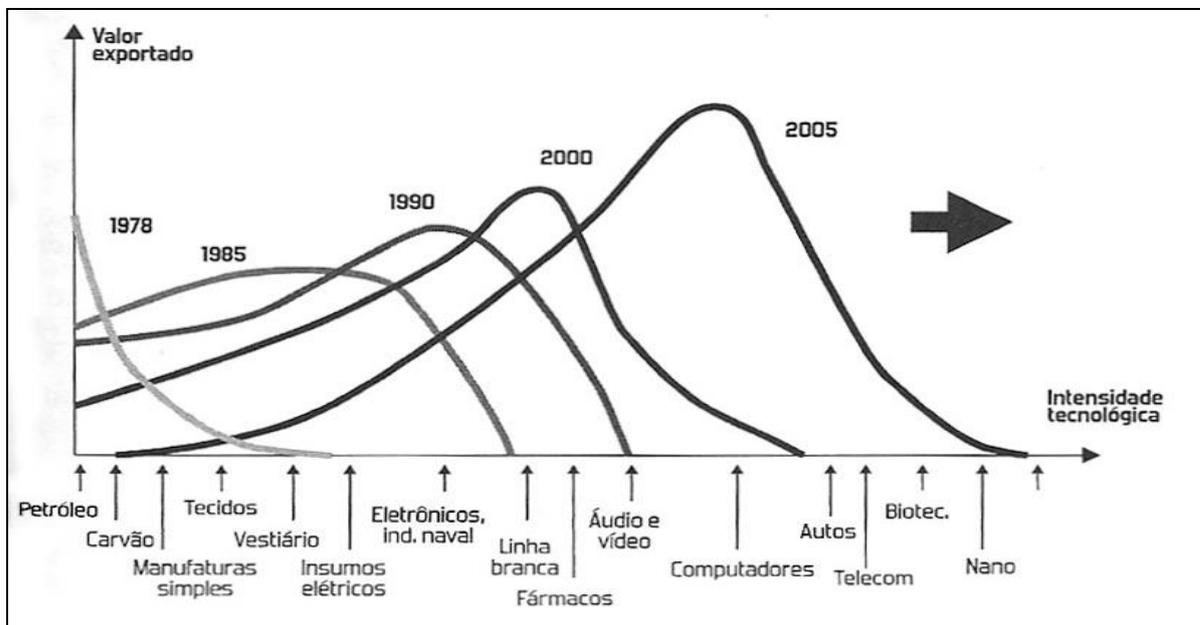


GRÁFICO 2: Evolução da sofisticação tecnológica das exportações chinesas
 Fonte: AMORIM, 2012, p. 113

Com a derrocada da URSS em 1989, a relação do partido comunista chinês com o povo havia mudado. Além disso, ainda havia a dificuldade inicial de conciliar o desenvolvimento econômico com um sistema político rígido. É nesse panorama que o partido sofre outra mudança na questão diretiva. É indicado como líder do partido um integrante da terceira geração comunista, Jiang Zemin. É durante esse período liderado por Deng e Zemin, por volta de 1990, que a China experimenta um grande crescimento. Percebemos que “de 1978, quando Deng iniciou a reforma no país, até o final do século, a China cresceu cerca de 9% a 9,5% ao ano” (GELBER, 2012, p.429). Em 2001 a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC). Na tabela a seguir podemos perceber que de 2001, quando o país entrou para a OMC, o comércio exterior (exportações, no caso) aumentou de US\$266,098 milhões para US\$ 2,048,814 bilhões em 2012:

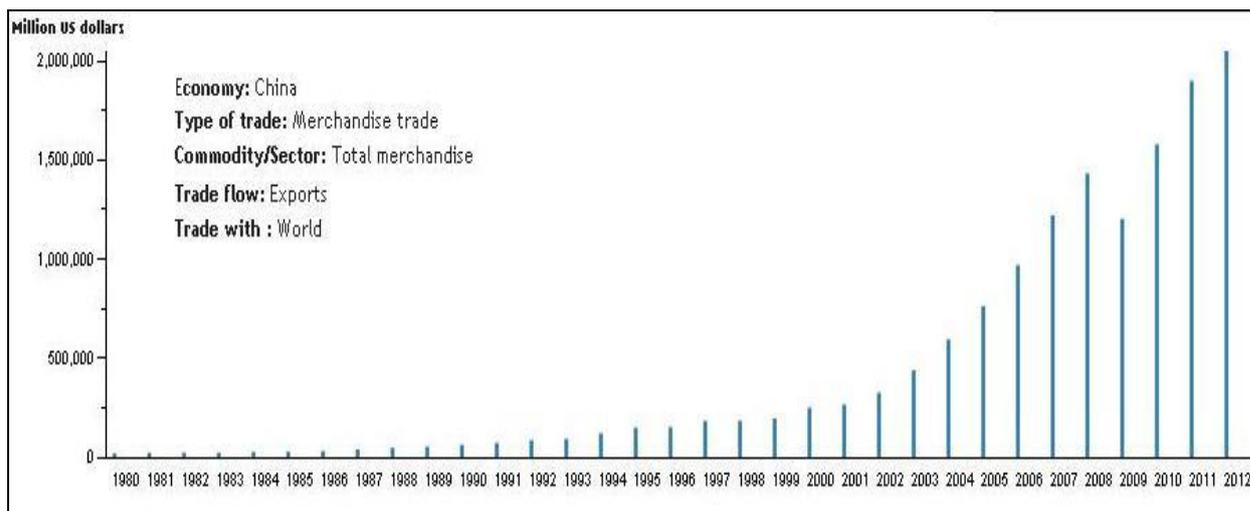


Gráfico 3: Evolução das Exportações Chinesas de 1980-2012

Fonte: World Trade Organization.

A China estava pronta para continuar seu desenvolvimento econômico em um mundo completamente distinto daquele de 1976. O mundo voltara a ser unipolar. Os EUA eram, novamente, a única grande potência mundial. “Os Estados Unidos lideraram o caminho para uma economia capitalista mundial cada vez mais integrada, e aqueles que optaram por não participar dela iriam ficar para trás” (WESTAD, 2012, p.7). A China, para continuar sua ascensão econômica, passa a seguir a trilha deixada pelos EUA. Utilizando um conceito mais aprimorado, neste período a China passa a ter um comportamento mais cooperativo com o Ocidente, se encaixando no conceito neorrealista de *bandwagon*,

“Ou seja, no momento em que fica caracterizado que um Estado é líder, mesmo que regional, todos os outros tendem a segui-lo, porque eles podem querer (assim como as pessoas) estar próximos dos ganhadores. Na competição pela liderança, *bandwagon* é um importante componente da formação da coalizão em torno do líder” (SARFATI, 2005, p.150)

Nesse período, dos anos 90 até os prenúncios da crise de 2008, a China estreitou seus laços econômicos com os EUA. Seria muito difícil o país se destacar como potência ainda sob a hegemonia estadunidense. Era necessário continuar a modernização, e “se a corrida para se modernizar fosse melhor executada com um tênis da Nike, então os comunistas chineses os colocariam, especialmente se o sapato tivesse sido fabricado na China” (WESTAD, 2012, p.7).

2. Surgimento do conceito de BRIC-BRICS e a relevância dos emergentes.

O crescimento chinês nesse período foi tão surpreendente que em 2001 o país chamou a atenção dos economistas do banco estadunidense Goldman Sachs, especialmente de um deles: Jim O’Neill, que percebeu que alguns países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) apresentavam um PIB crescente, tornando-os verdadeiros focos de atração de investimentos, dando origem ao conceito de BRIC. No final de 2010 é adicionado oficialmente um “S” ao grupo. A África do Sul passa a compor os BRICS, já que apresentava e vem apresentando destaque dentro dos emergentes, se encaixando no conceito inicialmente formulado por O’Neill.

A tabela a seguir mostra o valor do PIB chinês em 2001 (baseado no Dólar PPP) e sua porcentagem correspondente no PIB mundial. Podemos perceber, levando em conta os valores com referência nos termos PPP, que o PIB chinês estava apenas atrás do estadunidense, representando 12,59% do PIB mundial.

| | GDP (PPP Weights ¹); 2000 US\$bn | Share of World Total (%) (1) | GDP (Current Prices); 2000 US\$bn | Share of World Total (%) (2) | Difference in Share (1-2) | Population (mns) | GDP Per Capita (current prices) |
|---------------|--|------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------------------|
| United States | 9,963 | 23.98 | 9,963 | 33.13 | -9.15 | 281.42 | 35,401 |
| China | 5,230 | 12.59 | 1,080 | 3.59 | 9.00 | 1,266.80 | 852 |
| Japan | 3,319 | 7.99 | 4,760 | 15.83 | -7.84 | 126.87 | 37,515 |
| India | 2,104 | 5.06 | 474 | 1.58 | 3.49 | 1,002.14 | 473 |
| Germany | 2,082 | 5.01 | 1,878 | 6.25 | -1.23 | 82.02 | 22,898 |
| France | 1,458 | 3.51 | 1,289 | 4.29 | -0.78 | 58.89 | 21,890 |
| UK | 1,425 | 3.43 | 1,417 | 4.71 | -1.28 | 59.50 | 23,810 |
| Italy | 1,404 | 3.38 | 1,077 | 3.58 | -0.20 | 57.53 | 18,719 |
| Brazil | 1,214 | 2.92 | 588 | 1.96 | 0.97 | 167.72 | 3,507 |
| Russia | 1,120 | 2.70 | 247 | 0.82 | 1.88 | 145.49 | 1,696 |
| Canada | 903 | 2.17 | 699 | 2.33 | -0.15 | 30.75 | 22,747 |
| Mexico | 890 | 2.14 | 574 | 1.91 | 0.23 | 97.36 | 5,901 |
| Spain | 797 | 1.92 | 560 | 1.86 | 0.05 | 39.47 | 14,190 |
| Korea | 770 | 1.85 | 457 | 1.52 | 0.33 | 47.27 | 9,678 |
| Indonesia | 696 | 1.68 | 154 | 0.51 | 1.16 | 210.49 | 730 |
| Australia | 523 | 1.26 | 382 | 1.27 | -0.01 | 19.16 | 19,933 |
| Taiwan | 477 | 1.15 | 310 | 1.03 | 0.12 | 22.32 | 13,899 |
| Turkey | 437 | 1.05 | 203 | 0.67 | 0.38 | 67.38 | 3,007 |
| Thailand | 430 | 1.04 | 122 | 0.41 | 0.63 | 62.32 | 1,956 |
| Netherlands | 416 | 1.00 | 370 | 1.23 | -0.23 | 15.86 | 23,334 |
| World | 41,552 | 100 | 30,073 | 100 | - | 6,073.00 | 4,952 |
| of which: G7 | 20,555 | 49 | 21,082 | 70 | -20 | 692.66 | 30,437 |
| Euroland | 7,231 | 17 | 6,027 | 20 | -3 | 304.07 | 19,820 |

¹ US used as benchmark for computing GDP in PPP terms

Tabela 2: Tamanho do Mundo (PIB)

Fonte: O’NEILL, 2001, p. 4.

Além de identificar estes países como áreas interessantes para investimento, o Goldman Sachs também previu que esses países tinham uma perspectiva de crescimento

acima da dos países membros do G7 até a metade do século XXI (Glosny, 2010, p.101), o que de fato está acontecendo:

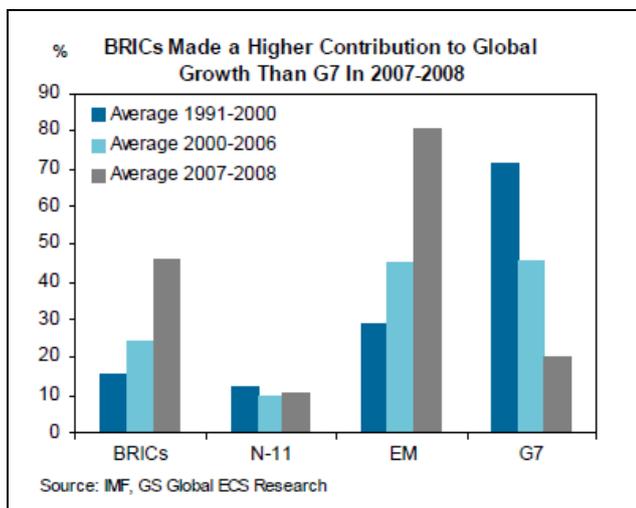


Gráfico 4: BRICs contribuíram mais para o crescimento global do que o G7 em 2007-2008

Tais dados econômicos contribuíram para os BRICs se transformarem “de uma noção abstrata a um grupo político mais formal, o que passou a incluir encontros oficiais e comunicados conjuntos” (GLOSNY, 2010, p.102).

Nos próximos dois gráficos, podemos perceber a desenvoltura crescente dos países membros dos BRICs e a importância que estes, em conjunto, tomaram desde a análise inicial do Goldman Sachs:

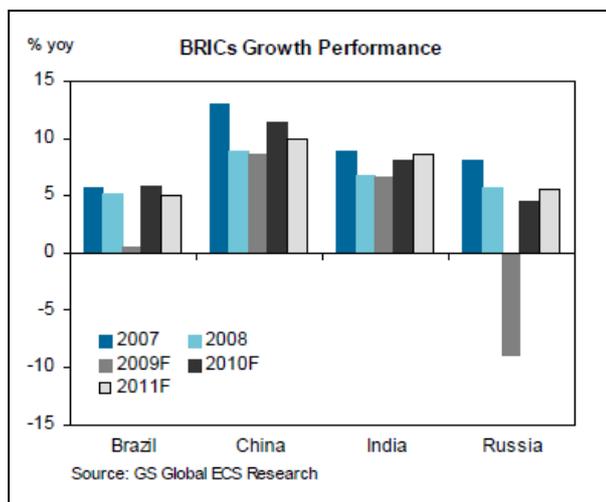


Gráfico 5: Crescimento dos BRICs (2007-2011)

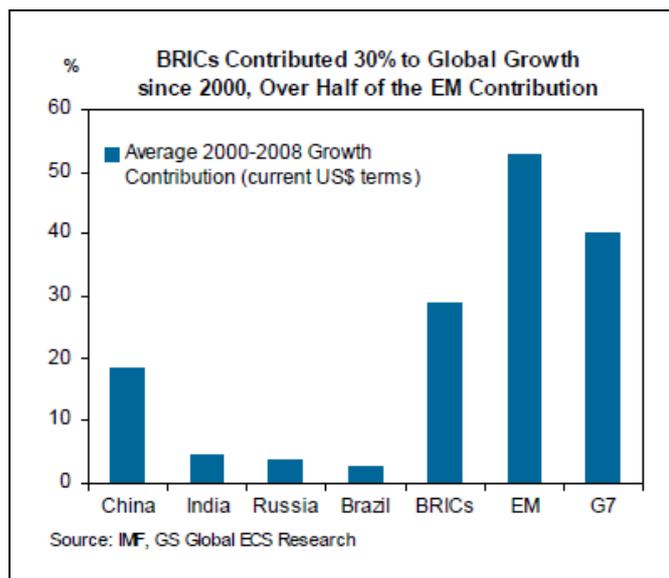


Gráfico 6: BRICs contribuíram com 30% do crescimento mundial desde 2000, mais da metade da contribuição dos mercados emergentes.

O esforço conjunto, principalmente de Brasil e China, faz com que os BRICs representem atualmente muito mais do que um conceito puramente econômico, mas sim um grupo político de liderança dentro dos países emergentes.

Os encontros iniciados em 2009 vêm reforçando as ambições do grupo em romper com alguns padrões econômicos que favorecem os EUA: “[...] realizaram em 2009, na Rússia, a primeira cúpula dos BRICS, encontro cujo ponto central foi a busca de uma maior representatividade dos países emergentes no processo decisório no campo das relações internacionais” (VIZIA; COSTA, 2010).

O mundo já reconhece a China como um país de destaque no cenário internacional. Participante do Conselho de Segurança da ONU, um dos maiores detentores de reservas cambiais e um país de forte influência no sudeste asiático, a China antes mesmo de beneficiar a si mesma, traz grande status para os BRICS, representando:

“ [...] mais da metade do PIB dos Brics (12% a 14% do PIB global) é a China, sozinha, que responde, ainda, pela maior parcela do comércio intra -Brics. Sem os chineses, o grupo também teria sua população reduzida em 50%. Como lembram os analistas do blog Thediplomat.com, a China tem um PIB US\$ 1,5 trilhão, maior que o dos outros quatro somados e foi responsável por 70% do crescimento da parcela dos Brics no PIB global” (LEO, 2013)

Porém não ficam de lado suas intenções pessoais em romper o *bandwagon* com os EUA, e assim se fortalecer ainda mais.

Os BRICS:

“representam 42% da população global, 40% da superfície terrestre, 75% das reservas internacionais em Dólar ou títulos lastreados nesta moeda, além de 14% do PIB mundial, sendo responsáveis por metade do crescimento anual deste último” (VIZIA; COSTA, 2010).

3. A China e os BRICS: benefícios recíprocos

Estando cada vez mais atrelada aos BRICS, a China passa a se beneficiar em termos econômicos e geopolíticos no sistema internacional. “A China não conseguirá se desenvolver isolada do resto do mundo, nem o mundo conseguirá se desenvolver isolado da China” (GLOSNY, 2010, p. 116). Grande parte do esforço chinês em participar dos BRICS se dá devido aos benefícios que o país consegue obter no que tange os assuntos geopolíticos principalmente com seus vizinhos. Sendo assim, “ela estabiliza seu ambiente internacional e reafirma para a Índia e Rússia, que não irá enfrentá-los nem desafia-los em seus interesses na medida em que está crescendo” (idem, p. 111). Além disso, ao manter um equilíbrio tanto com a Índia como com a Rússia, ela acaba garantindo que estes não se unam em uma possível coalizão anti-chinesa. Seria também uma tentativa de estabelecer um contato mais próximo com seus vizinhos, através de um *soft-power*, desvinculando-se de uma política mais agressiva e desafiadora. A relação Índia-China, que por volta dos anos 60 era extremamente conturbada quanto à questão fronteiriça, atualmente “embora as aspirações globais de China e Índia exibam boa dose de competitividade, as pressões trazidas pelo acelerado crescimento dos dois países fazem com que se afirme uma competição virtuosa” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 99). Além da política de boa-vizinhança que a diplomacia chinesa vem adotando tanto no sudeste asiático como com seus parceiros dos BRICS, Índia e Rússia, podemos perceber o estreitamento dos laços econômicos entre a China e estes dois países. Nota-se que em 2012, a China exportou altas quantidades de produtos elétricos e *hi-tech* para Índia e Rússia, importando produtos agrícolas da Índia, e principalmente, petróleo refinado e não refinado da Rússia. Ou seja, além de mercados consumidores, esses países representam fontes de *commodities* básicos para a produção industrial chinesa. Sem eles, a produção voltada para os mercados norte-americano e europeu fica prejudicada, gerando uma série de malefícios para o comércio exterior da China. Nas tabelas abaixo podemos verificar estas relações de exportação e importação da China com estes países:

| Commodity | Russia | |
|---|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Mechanical and electrical products | 22 084.8 | 17.3 |
| 2. Hi-tech products | 6 721.4 | 15.8 |
| 3. Garments and clothing accessories | 6 372.6 | 14.9 |
| 4. Textile yarn, fabrics and made-up articles | 2 771.9 | 29.4 |
| 5. Automatic data processing machines and units | 2 640.3 | 34.1 |
| 6. Footwear and parts thereof | 2 600.4 | 5.4 |
| 7. Agriculture products | 1 940.0 | -0.4 |
| 8. Motor vehicles (incl. CKD and SKD) | 1 219.3 | 42.0 |
| 9. Parts for motor vehicles | 1 045.6 | 25.4 |
| 10. Products of steel or iron | 980.6 | -13.4 |

Tabela 3: As 10 maiores exportações da China para a Rússia (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | India | |
|---|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Mechanical and electrical products | 26 228.1 | -5.2 |
| 2. Hi-tech products | 11 102.9 | 1.8 |
| 3. Fertilizers | 2 964.3 | -16.4 |
| 4. Automatic data processing machines and units | 2 861.2 | 20.7 |
| 5. Textile yarn, fabrics and made-up articles | 2 676.1 | -14.1 |
| 6. Products of steel or iron | 2 265.0 | -19.2 |
| 7. Pharmaceutical products | 1 216.4 | -8.8 |
| 8. Telephone sets | 1 047.6 | -22.6 |
| 9. Furniture | 624.5 | 45.7 |
| 10. Parts for motor vehicles | 594.2 | 12.2 |

Tabela 4: As 10 maiores exportações da China para a Índia (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | India | |
|---|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Agriculture products | 4 110.2 | 11.0 |
| 2. Iron ores and concentrates | 3 676.9 | -61.9 |
| 3. Cotton | 3 030.1 | 14.2 |
| 4. Unwrought copper and copper products | 2 169.2 | 2.1 |
| 5. Diamond | 1 249.8 | 5.1 |
| 6. Mechanical and electrical products | 1 206.8 | -4.3 |
| 7. Textile yarn, fabrics and made-up articles | 1 109.5 | 70.9 |
| 8. Plastics in primary forms | 593.2 | -5.5 |
| 9. Hi-tech products | 461.5 | -10.4 |
| 10. Petroleum Products Refined | 419.32 | 557.1 |

Tabela 5: As 10 maiores importações Chinesas da Índia (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | Russia | |
|-------------------------------|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Crude oil | 20 485.3 | 25.5 |
| 2. Petroleum Products Refined | 6 144.0 | 29.7 |
| 3. Coal and lignite | 2 399.4 | 51.2 |
| 4. Iron ores and concentrates | 1 774.7 | -35.8 |
| 5. Fertilizers | 1 672.0 | 46.8 |
| 6. Logs | 1 562.2 | -26.1 |
| 7. Agriculture products | 1 555.8 | -8.1 |
| 8. Sawn timber | 1 283.5 | -2.9 |
| 9. Frozen fish | 1 281.9 | -16.6 |
| 10. Paper pulp | 713.2 | -21.4 |

Tabela 6: As 10 maiores importações chinesas da Rússia (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

Podemos perceber a mesma tendência em exportações e importações no comércio da China com o Brasil e com a África do Sul. A China apresenta altos índices de importação de commodities básicas para a sua produção industrial, como o ferro e outros recursos minerais, e exporta produtos elétricos, *hi-tech* e produtos industrializados não duráveis. Nesses casos,

também se aplica um benefício mútuo, já que se compram produtos manufaturados de baixo custo e exportam-se commodities que são abundantes (cada país com a sua especificidade) e que não requerem adesão de valor agregado. Nas tabelas abaixo podemos verificar tais constatações:

| Commodity | Brazil | |
|--|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Mechanical and electrical products | 20 189.8 | 5.8 |
| 2. Hi-tech products | 8 089.6 | 1.7 |
| 3. Textile yarn, fabrics and made-up articles | 2 204.0 | -1.4 |
| 4. Garments and clothing accessories | 1 517.3 | 16.1 |
| 5. Liquid crystal display panel | 1 481.8 | -3.3 |
| 6. Products of steel or iron | 1 025.5 | -21.0 |
| 7. Automatic data processing machines and units | 946.1 | 6.6 |
| 8. Parts of automatic data processing machines | 864.8 | 19.2 |
| 9. Agriculture products | 684.8 | 8.2 |
| 10. Parts for use with the apparatus of TV sets, radio sets and wireless telecommunications equipments | 627.5 | 16.0 |

Tabela 7: As 10 maiores exportações da China para o Brasil (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | South Africa | |
|---|--------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Mechanical and electrical products | 6 620.0 | 12.7 |
| 2. Garments and clothing accessories | 1 906.8 | 1.7 |
| 3. Hi-tech products | 1 789.9 | -11.0 |
| 4. Footwear and parts thereof | 1 037.6 | 46.8 |
| 5. Textile yarn, fabrics and made-up articles | 976.3 | 7.1 |
| 6. Furniture | 738.2 | 110.0 |
| 7. Automatic data processing machines and units | 635.1 | -4.8 |
| 8. Products of steel or iron | 377.8 | 7.8 |
| 9. Agriculture products | 372.9 | 9.7 |
| 10. Trunks and bags and similar containers | 361.4 | -10.7 |

Tabela 8: As 10 maiores exportações da China para a África do Sul (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | Brazil | |
|---------------------------------------|-------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Iron ores and concentrates | 22 641.6 | -12.1 |
| 2. Agriculture products | 18 686.4 | 19.8 |
| 3. Foodstuff | 14 259.6 | 20.9 |
| 4. Crude petroleum oil | 4 651.9 | -4.8 |
| 5. Paper pulp | 1 641.1 | -10.0 |
| 6. Mechanical and electrical products | 1 529.3 | 15.8 |
| 7. Edible vegetable oils | 1 153.4 | 90.2 |
| 8. Sugar | 1 132.0 | -10.7 |
| 9. Hi-tech products | 1 027.3 | 26.5 |
| 10. Airplanes | 940.48 | 24.7 |

Tabela 9: As 10 maiores importações chinesas do Brasil (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

| Commodity | South Africa | |
|---------------------------------------|--------------|------------------------------------|
| | Value | |
| | million USD | Change from the preceding year (%) |
| 1. Iron ores and concentrates | 5 530.0 | -14.3 |
| 2. Coal and lignite | 1 569.3 | 34.9 |
| 3. Diamond | 1 373.4 | 10.0 |
| 4. Chrome ores and concentrates | 880.7 | -29.5 |
| 5. Manganese ores and concentrates | 567.3 | -17.5 |
| 6. Agriculture products | 425.1 | 18.2 |
| 7. Crude oil | 364.7 | |
| 8. Mechanical and electrical products | 257.8 | 89.9 |
| 9. Scrap metal | 188.4 | 56.5 |
| 10. Paper pulp | 178.8 | -7.6 |

Tabela 10: As 10 maiores importações chinesas da África do Sul (2012)
Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2013

Logo, a aproximação da China com os BRICS contribui para reduzir a sensação de ameaça à economia norte-americana, contribuindo para que a imagem externa da China, tanto geopolítica quanto econômica, não fique atrelada a ideia de ruptura com os padrões vigentes.

Assim a China investe em países como o Irã, aprofunda o comércio com os EUA e ainda se favorece no comércio intra-BRICS.

A China vem ganhando aliados ao compartilhar interesses por uma economia global mais participativa. Além de manter o status de país em desenvolvimento, consegue garantir o apoio de outras grandes potências em desenvolvimento para as reformas que almeja implantar, e ao deixar que países como Brasil e Rússia critiquem mais ferozmente a política econômica norte-americana, a China consegue manter-se mais neutra e protegida de eventuais sanções, levando conseqüentemente as especulações de uma possível internacionalização do Yuan e sua inclusão na cesta de moedas que compõem o *Special Drawing Rights* (SDR's) do FMI.

4. A projeção do Yuan no Cenário Internacional

As pretensões chinesas de internacionalizar sua moeda e incluí-la nos SDRs do FMI vão contra a ordem hegemônica que a economia-mundo capitalista assume desde o final da segunda grande guerra. Porém, essas transformações se encaixam perfeitamente no panorama pós-crise de 2008. O Dólar não é mais uma moeda ilibada. A China experimentou uma queda no crescimento do seu PIB em 2009, devido ao seu vínculo tão estreito com a economia norte-americana. Além disso, a China é o país que mais detém reservas em Dólar, e por ver este perder, nas últimas quatro décadas, 4/5 do seu poder de compra (levando em consideração uma cesta homogênea de produtos) (MALLABY, 2012, p.136), o país é um dos principais interessados na participação de outras moedas na economia global, principalmente do Yuan. Em uma reunião do G-20 em 2008, o então presidente Hu Jintao pediu por uma ordem financeira internacional mais justa, inclusiva e organizada. A partir deste discurso passa-se a questionar se a China proverá as reservas de moeda estrangeira do mundo, e se o Yuan se tornará o novo Dólar.

Excluindo-se algumas previsões exageradas, em longo prazo, a internacionalização do Yuan é provável, porém não imediata. Os países em desenvolvimento, tanto os BRICS quanto os países membros do G20 comercial, perceberam os perigos da hegemonia do Dólar. A fórmula para a internacionalização da moeda chinesa seria então um misto da insegurança dos emergentes com o interesse chinês em realizar cada vez mais transações comerciais em sua

moeda, levando os países clientes a consumirem cada vez mais os produtos feitos em território chinês.

Para compreendermos tal fórmula, devemos elucidar como o Yuan tem sido usado no sudeste asiático e também entre os BRICS. “Durante os primeiros seis meses de 2011, transações comerciais firmadas em Yuan totalizaram \$146 bilhões” (MALLABY, 2012, p.135), e a tendência é que estas continuem aumentando. As transações realizadas em Yuan no sudeste asiático aumentaram e segundo previsões, Xangai atingirá o status de centro financeiro em 2020. O Yuan já é utilizado como forma de pagamento, principalmente em importações, em países como a Mongólia, Paquistão, Tailândia e Vietnam.

A aceitação do Yuan como pagamento é crescente, já que os países poderão utilizar a moeda para adquirir os produtos manufaturados chineses essenciais no mercado interno de seus países. Aqueles países com enormes reservas de Dólar temem a sua desvalorização, incluindo a China. No gráfico abaixo podemos perceber a redução crescente da reserva de Dólar de países emergentes e o crescimento das reservas em moedas distintas do Euro, Dólar, Libra Esterlina e Iene. Vale ressaltar a complicada relação da China com as reservas e títulos norte-americanos, sendo praticamente impossível dissociarmos ambas as economias. Porém grande parte dos países do G-20 e dos BRICS mostram-se abertos a tal redução:

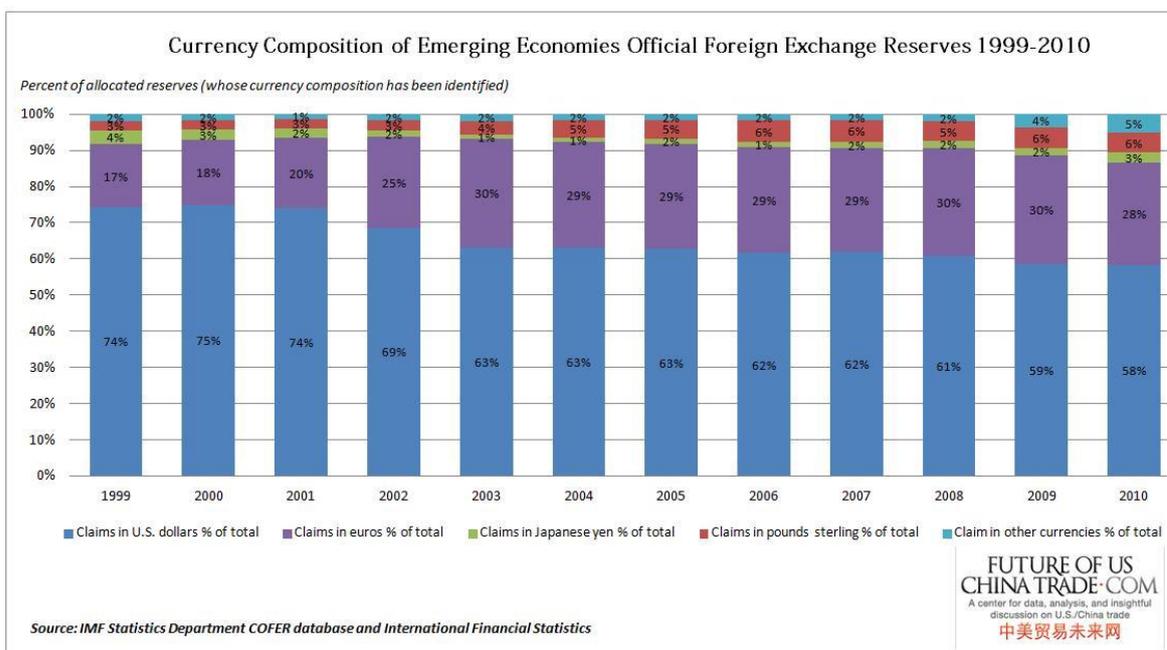


Gráfico 7: Composição das reservas de moeda estrangeira nas economias emergentes (1999 – 2010)

Fonte: IMF Statistics Department COFER database and International Financial Statistics.

Com a última reunião dos BRICS, Brasil e China “[...] assinaram um termo de swap de moedas de US\$ 30 bilhões, que permite a utilização de moeda local no comércio bilateral em caso de problemas de baixa liquidez no mercado de Dólar.” (JUSTUS, 2013). Ou seja, além de estreitar suas relações econômicas tanto com os BRICS quanto com o sudeste asiático, a China aproveita para fazer valer sua moeda, se beneficiando cada vez mais da instabilidade pela qual o Dólar vem passando. Para os bancos centrais, especialmente de países emergentes, também passa a ser interessante a internacionalização do Yuan, já que o Dólar e a queda nas exportações para os EUA e União Europeia mostraram em 2009 os perigos da dependência única e exclusiva do Dólar.

Quanto à questão dos SDRs do FMI, vale pontuar que tal fundo suplementar de reserva monetária dos países é uma herança do sistema de Bretton Woods e de suas consequências, que mantiveram o Dólar “como o instrumento líder das transações internacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 88) até o colapso do sistema financeiro em 2008. Logo, a inserção do Yuan e até mesmo a substituição do Dólar por este, representa o rompimento da hegemonia norte-americana no fundo, bem como a possibilidade dos países trocarem seus SDRs por Yuan e assim consumir em importações com a China, levando a um ciclo virtuoso. Além disso, um eventual rompimento com a hegemonia norte-americana apresenta um impedimento prático, já que para remanejar os SDRs é necessário que 85% dos membros concordem, logo Estados Unidos e União Europeia facilmente podem vetar qualquer mudança na cesta.

A longo prazo, tais internacionalizações trariam benefícios principalmente comerciais para a economia chinesa, além de ajudar o país na corrida que empreende para se tornar uma grande potência. Porém vale ressaltar a viabilidade de tal mudança. Assim como a internacionalização do Dólar em relação a então hegemonia da Libra Esterlina, a internacionalização do Yuan em relação à hegemonia do Dólar não acontecerá em curto prazo. No exemplo da mudança Libra-Dólar, muito tempo foi preciso para que a moeda norte-americana se tornasse uma moeda de uso internacional. Não somente tempo, mas também questões históricas decorrentes de duas grandes guerras que assolaram a economia europeia. Assim como a economia estadunidense na época era maior do que a britânica, a China pode até apresentar uma economia mais dinâmica e crescente do que a norte-americana, mas isso não garante a substituição do Dólar pelo Yuan. Bem mostra o exemplo histórico:

“Os EUA passaram a ter uma economia maior do que a do Reino Unido em 1872, mas o Dólar não substituiu a Libra como moeda internacional até a Primeira Guerra Mundial, e o processo de substituição ainda não havia acabado até o final da Segunda Guerra Mundial” (MALLABY, 2012, p.138, tradução nossa).

Coube aos EUA internacionalizar sua moeda, investir na reconstrução europeia por meio do plano Marshall e exportar sua moeda para suprir as necessidades de liquidez da economia mundial da época, ou seja, a internacionalização do Dólar dependeu do curso da história, bem como dos altos investimentos e do déficit da balança de pagamentos norte-americana.

Não podemos deixar de pontuar que, por um lado, a crise internacional foi agravada pela dependência mundial do Dólar – e a diversificação de moedas seria interessante para evitar esta dependência, favorecendo as pretensões chinesas. Por outro lado, temos de levar em consideração a complicada questão da regulamentação cambial na China. O sistema de câmbio semifixo permeado pelas bandas cambiais gera certa dúvida quanto às cotações no país, já que o governo estabelece tetos mínimos e máximos para as cotações de moedas estrangeiras a fim de deixar o Yuan desvalorizado e, por consequência, valorizar seu comércio por meio de preços extremamente atrativos. Esta situação gera preocupações internacionais quanto ao regime cambial chinês, que se apresentam desde 2003 por meio de pedidos oficiais em favor da liberação do câmbio apresentado em organizações internacionais.

CONCLUSÃO

As transformações econômicas ocorridas no período pós-Mao Zedong, que levaram ao atual estado de crescimento econômico chinês, possibilitaram uma maior relevância da China na economia mundial. A crescente importância dos BRICS, agora como grupo político-econômico formal, potencializa as pretensões chinesas em tornar a sua moeda internacional, e também contribuem para que o país continue na empreitada para se tornar uma potência de âmbito internacional.

Ao ter o apoio dos países membros dos BRICS, a China consegue se estabilizar geopoliticamente nas suas fronteiras, mostrando que não se utilizará de *hard power*, além de se posicionar menos agressiva no que tange a hegemonia econômica estadunidense e os riscos que esta traz para a economia mundial. Sendo assim podemos contextualizar os BRICS como um instrumento geopolítico de *soft power* chinês, já que a China se beneficia da contestação que os BRICS fazem às políticas econômicas mundiais, evitando confronto direto de interesses chineses com os interesses dos EUA e União Europeia, o que abalariam as relações econômicas e trariam inúmeros malefícios a China.

Já os BRICS também se beneficiam da presença chinesa no grupo, concedendo status e importância política que sozinhos estes países jamais conseguiriam. Portanto, podemos concluir que a presença chinesa nos BRICS concede um *soft power* a estes, já que esta contribui com quase 70% do crescimento do PIB do grupo, potencializando a importância econômica destes países.

No que tange as pretensões chinesas em internacionalizar sua moeda e incluí-la na cesta de moedas do FMI, percebemos os benefícios que tais pretensões trariam para o país, porém deve-se colocar o quão viável seria internacionalizar o Yuan ou até de substituir o Dólar por este, devido a falta de confiança que os outros países tem no Yuan em função do controle estatal chinês sobre o câmbio. Portanto, ainda que a China e o Yuan ganhem destaque na economia internacional, são reduzidas as chances de substituição da moeda norte-americana pela chinesa nos moldes da anterior substituição da Libra Esterlina pelo Dólar na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Renato. **A estratégia chinesa**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C (org.) Depois da crise: a China no centro do mundo? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRICs Joint Statistical publication, 2013. Disponível em <http://www.statssa.gov.za/news_archive/Docs/FINAL_BRICS%20PUBLICATION_PRINT_23%20MARCH%202013_Reworked.pdf>. Acesso em 14 junho 2013

FAIRBANK, John K; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FIORI, José L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GELBER, Harry. **O dragão e os demônios estrangeiros**. Editora Record, 2012.

GLOSNY, Michael. **China and the BRICs: A Real (but limited) Partnership in Unipolar World**. 2010, p.101. Disponível em <<http://www.palgravejournals.com/polity/journal/v42/n1/full/pol200914a.html>>. Acesso em: 15 maio 2013.

JUSTUS, Paulo. **Dois elefantes incomodam muita gente...cinco elefantes incomodam muito mais**. Isto é Dinheiro. Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/115653_DOIS+ELEFANTES+INCOMODAM+MUITA+GENTECINCO+ELEFANTES+INCOMODAM+MUITO+MAIS>. Acesso em: 14 maio 2013.

LEO, Sergio. **A importância da China para os BRICs**. Valor Econômico. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/3067196/importancia-da-china-para-os-brics>> . Acesso em: 15 maio 2013.

MALLABY, Sebastian; WETHINGTON, Olin. **The Future of the Yuan**. Foreign affairs, Nova York, v.91, n.1, 2012

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. 2001, p.4. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em 08 junho 2013.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

TAO YANG, Dennis. **China's Agricultural Crisis and Famine of 1959–1961: A Survey and Comparison to Soviet Famines**. 2008, p.7. Disponível em <<http://www.palgrave-journals.com/ces/journal/v50/n1/full/ces20084a.html>> Acesso em 08 junho 2013.

VIZIA, Bruno; COSTA, Gilberto. **BRICS - O tempo do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China crescem mais que a média mundial e atraem investimentos externos**. IPEA, Brasília, 2011, p.2. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=1287:catid=28&Itemid=23> . Acesso em: 14 maio 2013.

ZHANG, Kevin H. **Why does so much FDI from Hong Kong and Taiwan go to Mainland China?** China Economic Review 16, p. 293-307, 2005.

WESTAD, Odd. **China's geoeconomic strategy: China's international future**. Londres, 2012, p.7. Disponível em <<http://eprints.lse.ac.uk/44200/>> . Acesso em: 15 maio 2013.

Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo: o Caso Venezuelano

Por Charles Pennaforte

Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Diretor geral do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI)

Os Movimentos Antissistêmicos como alternativa no sistema-mundo moderno

Nos anos 1970, I. Wallerstein criou o termo “movimento antissistêmico” para aglutinar dois tipos de movimentos históricos e populares originados na segunda metade do século XIX, mas ao mesmo tempo rivais: os “sociais” e os “nacionais”¹.

Os “movimentos sociais” estariam ligados aos partidos socialistas e aos sindicatos, cujo objetivo era acirrar as lutas de classes no interior de cada Estado. Os “movimentos nacionais”, por outro lado, estavam inseridos inicialmente na construção de Estados-nacionais como, por exemplo, o caso italiano (século XIX) e, mais à frente, no processo de descolonização no pós-guerra, cujo objetivo, por parte das nações africanas e asiáticas, era a busca pela independência em relação às Metrôpoles europeias.

Em *Antysystemic Movements*², os movimentos antissistêmicos haviam se organizado sob cinco aspectos até os anos 1960:

“First, opposition to oppression has been a constant of the modern world-system. Nevertheless, before the middle of the nineteenth century this opposition was short-term and “spontaneous, and as such largely ineffectual at the level of the system. This innovation had important repercussions on the dynamic of the world capitalist system (...)”³.

Segundo Arrighi, Hopkins e Wallerstein, o primeiro aspecto seria a constatação que a opressão como forma de controle efetivo dos movimentos antissistêmicos foi perdendo sua eficácia no processo político do sistema-mundo capitalista no final do séc. XIX e início do séc. XX.

¹ O Declínio do Poder Americano. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 266, 2004.

² Arrighi, Giovanni et alli. *Antisystemic movements*. New York, Verso, 1989.

³ *Ibidem*, pp. 29-30.

O aspecto pilar se fundou nos séculos XIX e XX na perspectiva marxista do conflito entre classes sociais. Os movimentos sociais estariam dispostos a “substituir o capitalismo pelo socialismo”⁴.

O terceiro aspecto estava baseado na ideia que os movimentos sociais controlariam os Estado. O quarto aspecto constituinte dos movimentos contra-hegemônicos ocorreriam em função da falência das políticas públicas nos Estados menos desenvolvidos, o antigo “Terceiro Mundo”⁵.

E, por fim, o quinto pilar: a inserção social das classes menos favorecidas dentro do próprio sistema não garantiu as condições mínimas de sobrevivência digna para essas pessoas. Todos os pilares seriam uma decorrência das seguintes dos fatores:

- “(a) a reduced capacity of First and Second World states to police the Third World;
- (b) a reduced capacity of dominant status groups in core countries (older generations, males, “majorities”) to exploit/ exclude subordinate status groups (younger generations, females, “minorities”);
- (c) a reduced capacity of managerial strata to enforce labor discipline in the workplace and associated global search for “safe havens” of 3 such discipline;
- (d) a reduced capacity of states to control their respective civil societies and associated crisis of “bourgeois” (...)”⁶.

Dentro de uma perspectiva macrossistêmica os países centrais não teriam a capacidade de auxiliar os países periféricos rumo ao crescimento econômico ao mesmo tempo em que as elites dos países menos desenvolvidos, por outro lado, não reduziriam as tensões internas decorrentes das desigualdades sociais⁷. Ambos os movimentos, nacionais e sociais, entraram em crise no final da década de 1960.

A revolução mundial de 1968 foi um importante marco na configuração dos novos movimentos antissistêmicos como afirma Wallerstein⁸. Os objetivos perseguidos pelos movimentos no período anterior (a revolução socialista, por exemplo), não ocorreram. Pelo contrário, demonstrou-se um processo de burocratização dos partidos socialistas e o afastamento dos ideais revolucionários em quase todo o mundo.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem, pp.103-106.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ O Declínio do Poder Americano. Rio de Janeiro, Contraponto, p. 271, 2004.

Os movimentos antissistêmicos “clássicos” por assim dizer, seriam substituídos por uma nova perspectiva a partir de 1968. Para Wallerstein, surgiram quatro tentativas de movimentos antissistêmicos. Foram elas: os “maoísmos” entre 1960 e 1970, os “novos” movimentos sociais⁹, as organizações de defesa dos direitos humanos e, no final dos anos 1990, os movimentos antiglobalização.

Analisando este último movimento, os protestos ocorridos em Seattle em 1999 na reunião da OMC, tornaram-se um marco na construção de uma frente antissistêmica ao englobar sob uma única bandeira, os movimentos sociais de diversos matizes e, ao mesmo tempo, grupos de atuação local e transnacional.

O fator aglutinador era o combate ao neoliberalismo e seus efeitos sociais nefastos que atingiram vários países do mundo, da Europa à América Latina. Mesmo assim, cada grupo manteve as suas especificidades imediatas.

A unificação dos movimentos sob a bandeira antineoliberal ocasionou a criação do FSM que contou com um grande número de participantes desde então. Contudo, o FSM ainda carece de pontos organizativos e estratégicos que tornem o combate aos efeitos do neoliberalismo mais eficaz¹⁰.

Para Wallerstein, estaríamos vivendo numa época de manifestações antissistêmicas como decorrência da expansão das contradições e tensões do capitalismo em escala mundial¹¹. Dessa maneira, tais manifestações seriam os “movimentos de libertação nacional, insurgências, proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas” [...]¹².

O atual sistema-mundo passa, portanto, por um processo de transição em virtude da crise estrutural do capitalismo. Tal crise ocasionaria um período de “bifurcação e caos”¹³. Os movimentos antissistêmicos apontam na atualidade com objetivos bem direcionados e neste aspecto, Carvalho coloca que,

Desta forma, é possível constatar, *a priori*, que os movimentos antissistêmicos englobam atualmente, uma série de manifestações anti-hegemônicas, numa luta incessante contra o capital

⁹ Verdes, ambientalistas, feministas, minorias raciais e étnicas. *Ibidem*, p. 272.

¹⁰ Charles Pennaforte. *Fragmentação e Resistência*. Rio de Janeiro, E-Papers, pp. 69-70, 2003.

¹¹ Carvalho, Giane Alves de. Os movimentos antissistêmicos: conjuntura de lutas ou impasses políticos ideológicos? In: *Mediações*. UFSC, v. 13, p. 216, Jan/Jun e Jul/Dez, 2008.

¹² *Apud*, Op. Cit.

¹³ O Declínio do Poder Americano. Op. cit., p. 276.

e o modelo neoliberal, visando à busca de alternativas para a construção de uma nova estrutura social e uma redefinição na arena econômica e política¹⁴.

Os movimentos antissistêmicos, sejam eles de micro ou macro escalas, se deparam com um cenário de crise sistêmica e com uma realidade importante para a superação do atual sistema-mundo contemporâneo.

Se por um lado os grupos sociais se organizam ao redor de um “inimigo comum” como, por exemplo, o neoliberalismo ou a discriminação contra minorias, podemos assinalar a existência em uma macro perspectiva de países que assumem uma postura também antissistêmica na arena internacional enfrentando a potência hegemônica.

1 - As condições históricas para o surgimento de Hugo Chávez: a falência do neoliberalismo

Com o objetivo de facilitar o entendimento de nossa proposta de análise sobre a posição antissistêmica da Venezuela, faremos uma recapitulação histórica e econômica sobre a realidade do país e do continente nos anos 1990.

As condições econômicas vividas pela Venezuela nesta década acirraram as contradições sociais e políticas que propiciaram o surgimento de Hugo Chávez e a posterior colocação em prática do seu “Socialismo do Séc. XXI” e o início de sua atuação antissistêmica.

1.1 – A Década Neoliberal

Os anos 1990 foram marcados pela adoção do projeto neoliberal em toda a América Latina. A eleição de diversos governos conservadores e até mesmo de “esquerda”, após o processo de redemocratização no continente, ocasionou a “conversão” de várias forças políticas ao credo neoliberal. Com esse processo, foi facilmente aceita a implantação dos programas de “ajustes estruturais” (PAE), elaborados, pelo Consenso de Washington no final dos anos 1980¹⁵.

Através das políticas econômicas elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Tesouro dos EUA, os governos do continente colocaram em prática os postulados

¹⁴ Ibidem, p. 216.

¹⁵ O Consenso de Washington é um conjunto de medidas econômicas formuladas em 1989 pelo FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A base para a implementação das medidas fundamentadas um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*. O texto tornou-se a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990. O “receituário neoliberal” passou a ser administrado nos países em desenvolvimento que passavam por sérios problemas econômicos, tendo como objetivo promover o “ajustamento macroeconômico”: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Direito à propriedade intelectual.

neoliberais que variaram somente em intensidade para cada país¹⁶. Contudo, os efeitos foram nefastos para as economias latino-americanas, em especial para a Venezuela, como afirma Steve Ellner¹⁷:

“Venezuela’s experience with free market reforms in the 1990s was as much a demonstration as anywhere in Latin America of the acute social conflict and political crisis engendered by neoliberalism and its failure to attract popular support”.

O objetivo dos neoliberais era proporcionar o desenvolvimento econômico do continente através de uma “modernização rápida”. Isso tornaria as economias dinâmicas e promoveriam o crescimento.

A análise dos economistas sediados em Washington D.C. era de que as economias latino-americanas estavam “atreladas” ao modelo keynesiano, que não havia dado certo, e ao protecionismo. As dívidas externas, por exemplo, representariam esse quadro.

Outro aspecto que foi usado como parâmetro “favorável” para a adoção dos preceitos neoliberais nos anos 1990 foi um estudo realizado por Sachs e Warner¹⁸ que apontava uma relação entre crescimento econômico e grau de abertura da economia. O resultado, segundo eles, não poderia ser outro: quanto maior a abertura, maiores as chances de crescimento da economia, pois:

“Economias abertas são capazes de provocar uma convergência de renda mais rapidamente do que as economias fechadas, uma vez que a mobilidade internacional de capital e tecnologia pode acelerar a transição para uma condição mais estável e equilibrada da renda”¹⁹.

Com base em tais estudos, foram formuladas políticas públicas que “resolveriam” os problemas econômicos atuando em dois pontos centrais: a desregulação e a abertura da economia. Como assinala Arbix citando Sachs e Werner:

(...) “A mecânica dessas sugestões residia na busca da recuperação da eficiência econômica – perdida com o envelhecimento das políticas protecionistas – e, dessa forma, do crescimento

¹⁶ O canadense Michel Chossudovsky faz um panorama detalhado sobre as reformas estruturais no mundo em seu livro *A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*.

¹⁷ Rethinking Venezuelan politics. Boulder, Lynne Rienner Publishers, p. 89, 2008

¹⁸ SACHS, Jeffrey & WARNER, Andrew. (1995) Economic reform and the process of global integration. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1: 1-118. *Apud* ARBIX, Glauco. Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 14(1): 1-17, maio de 2002. <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n1/v14n01a01.pdf>>

¹⁹ *Ibidem*.

sustentado, deixando para os mercados, mais do que para os governos, a definição da melhor alocação dos recursos. Sem os constrangimentos estatais do passado, a eficiência desse processo de investimento estaria garantida pela decisão autônoma dos agentes econômicos individuais, sendo que estaria reservado ao setor público a salvaguarda das regras do novo jogo, ou seja, a manutenção da estabilidade macroeconômica”²⁰.

Em termos práticos, o objetivo era muito maior do que apenas “desenvolver” as economias latino-americanas. O interesse real era facilitar os investimentos no continente através de condições favoráveis ao capital internacional e ao aumento da rentabilidade para esses investidores.

Contudo, a “receita para o sucesso” mostrou-se como um grande embuste conforme atestaram o FMI e o Banco Mundial²¹:

“Embora tenham sido feitos vários estudos sobre o assunto na década passada, não se pode dizer com certeza se os programas ‘funcionaram’ ou não [...]. Tomando por base os estudos existentes, certamente não se pode afirmar que a adoção dos programas patrocinados pelo Fundo levou a uma melhora no desempenho da inflação e do crescimento. De fato, descobre-se com frequência que os programas estão associados a um aumento da inflação e a uma queda da taxa de crescimento”.

A eficácia dos postulados do Consenso de Washington não foi comprovada na prática, já que as economias latino-americanas não conseguiram resolver seus problemas estruturais, mas conseguiram aumentar acentuadamente as mazelas sociais. Mais uma vez Chossudovsky demonstra²²:

“As implicações sociais dessas reformas (entre elas, seu impacto sobre a saúde, a educação, os direitos das mulheres e o ambiente têm sido fartamente documentadas. Fecham-se escolas e demitem-se professores, devido à falta de verbas; no setor de saúde há um colapso geral, mas medicinas curativas e preventivas, em consequência da falta de equipamentos médicos e suprimentos, das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários pagos aos seus profissionais”. (...)

²⁰ Ibidem, p.8

²¹ Michel Chossudovsky. A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Editora Moderna, p. 60, 1999.

²² Ibidem, p.61

A pobreza na América Latina não sofreu alterações significativas entre 1980 e 1999 segundo a CEPAL. Em termos percentuais a pobreza subiu de 34,7% para 35,3%, reflexo das grandes desigualdades de renda no continente: os 40% mais pobres mantiveram as suas condições, enquanto os 10% mais ricos duplicavam a sua riqueza.

As tabelas a seguir permitem ter uma noção dos resultados alcançados pela era neoliberal na América Latina. Elas permitem concluir que o crescimento econômico como única base para a superação das desigualdades sociais não ocorreu. Na prática, para cada ponto percentual de crescimento do PIB nos anos 1990, a pobreza foi reduzida em 0,12%. Na década anterior, o percentual foi 0,88%²³.

Nos anos 1990, o crescimento latino-americano (inclusive o Caribe) foi, na média, superior ao crescimento mundial: cresceu 3,3% ao ano, enquanto o planeta foi em 2,4%²⁴. Na tabela 4, o crescimento do PIB apresentou nos anos 1990 um crescimento razoável. Contudo, apesar do “crescimento” da economia do continente ter sido maior, isso não representou melhoria nas condições de vida de milhões de latino-americanos.

O empobrecimento da população em vários países durante os anos 1990 pode ser apontado com uma das causas para a guinada política à “esquerda” da América Latina na primeira década dos anos 2000. A saturação do modelo neoliberal permitiu a gestação de forças políticas alternativas e “não convencionais” que disputariam as eleições entre o final do século XX e início do século XXI. O compromisso com as práticas antineoliberais foi um componente importante para o sucesso político dos partidos no processo eleitoral.

Portanto, não há surpresa alguma no que se convencionou chamar de “onda vermelha” a partir da primeira década do século XXI, com a vitória de partidos de esquerda na América Latina. Tratou-se de um processo “natural” sob o ponto de vista histórico e à luz do fracasso neoliberal dos anos 1990.

1.2 – A Chegada de Hugo Chávez ao poder

²³ Panorama Laboral 2002 *apud* Proposta de Constituição de um Fundo Interamericano de Promoção do Trabalho Decente. <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABB9926D2506/PropostadeFundo.pdf>> Acessado em 10/04/2011.

²⁴ *Ibidem*.

Apontada como uma tradicional democracia estável²⁵ na América Latina, a Venezuela caminhou na direção da instabilidade política após o malogro das receitas neoliberais colocadas em práticas no final do século XX.

A década de 1990 foi marcada pela “Apertura Petrolera” e pela “Gran Viraje” do presidente Carlos Andrés Pérez. Rafael Caldera e Teodoro Petkoff deram continuação ao processo com a chamada “Agenda Venezuela”²⁶.

Carlos Andrés Pérez havia sido eleito em dezembro de 1988 com a proposta de “reviver” o “período de ouro” venezuelano dos anos 1960 e 1970. A perspectiva de melhoria econômica e social é que proporcionou a eleição de Pérez com mais de 56% dos votos válidos.

A situação econômica venezuelana no final da década de 1980 estava caótica. Fuga de capitais, desemprego alto e inflação de 40% ao ano, compunham o quadro nada agradável do país.

Com o objetivo de obter o empréstimo de USD 4,5 bilhões do FMI e “salvar” o país no início de 1989, Carlos Andrés Pérez deu início às tradicionais medidas impostas pela instituição para viabilizá-lo: “(...) desvalorização da moeda, redução do gasto público e do crédito, liberalização dos preços, congelamento dos salários e aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade” (...)²⁷.

Contudo, como já salientamos, o discurso eleitoral de Carlos Andrés Pérez havia sido bem diferente para a sociedade venezuelana. Como aponta Severo, isso ocorre por conta:

²⁵ Em seu excelente livro “Rethinking Venezuelan Politics”, Steve Ellner demonstra que o “paradigma venezuelano da democracia” não foi tão real assim. Tratou-se na realidade de um “mito” incentivado pelos acadêmicos tanto venezuelanos como norte-americanos. A estrutura política baseada na “partidocracia” favoreceu à diminuição dos conflitos entre as classes dirigentes criando um ambiente favorável de “respeito” à democracia.

²⁶ “La Apertura Petrolera’ fue, sin duda, la más importante de las fórmulas adoptadas durante la última década del siglo XX, para responder acriticamente a las exigencias y condiciones de la globalización neoliberal. Con ella se inició un proceso que transfirió del sector público al sector privado, fundamentalmente al capital transnacional, importantes actividades de la industria de los hidrocarburos en el país, que desde la nacionalización habían estado reservadas al Estado venezolano. Además, los pasos dados en esa dirección acarrearón muy elevados costos para el fisco nacional. Con la Apertura se avanzó hacia una profundización de la autonomía de PDVSA y sus filiales respecto al Estado, tratando de hacer de ella un Estado dentro del Estado. (...) Entre 1986 y 1987 se volvió al viejo régimen de concesiones, al iniciarse lo que se llamó la “Apertura Petrolera”, esta vez bajo la modalidad de convenios operativos y asociaciones estratégicas para reactivar campos, producir crudo, explotar gas natural costa afuera, explorar áreas prospectivas, crear empresas mixtas, competir libremente en los mercados petroleros, y explotar y comercializar el carbón. En 1992, la vieja PDVSA inició un proceso masivo de “tercerización” que ocasionó una pérdida, nunca antes vista, de la efectividad nacional para manejar la industria petrolera y terminó dejándola prácticamente en manos de compañías extranjeras”. “La Apertura petrolera: reprivatización del negocio”.

<http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuhist.tpl.html&newsid_obj_id=111&newsid_temas=13> Acessado em 27/11/2011.

Gran Viraje. (...) “es conocido el programa de ajustes elaborado por el gobierno de Carlos Andrés Pérez y anunciado oficialmente en febrero de 1989. Para muchos (...) este fue hecho a la medida de las *recetas* emanadas del Fondo Monetario Internacional y acordes con el así llamado Consenso de Washington”. Alejandro Maldonado Fermín. “Instituciones clave, producción y circulación de ideas (neo)liberales y programas de ajuste estructural en Venezuela, 1989-1998”.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_cult/Maldonado.pdf> Acessado em 24/11/2011.

Agenda Venezuela. (...) “es conocido el programa de ajustes elaborado por el gobierno de Carlos Andrés Pérez y anunciado oficialmente en febrero de 1989. Para muchos (...) este fue hecho a la medida de las *recetas* emanadas del Fondo Monetario Internacional y acordes con el así llamado Consenso de Washington”. Alejandro Maldonado Fermín. “Instituciones clave, producción y circulación de ideas (neo)liberales y programas de ajuste estructural en Venezuela, 1989-1998”.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_cult/Maldonado.pdf> Acessado em 24/11/2011.

²⁷ Gilberto Maringoni. A Revolução Venezuelana. São Paulo, EDUSP, p. 70, 2004.

“Tudo se fez supostamente em nome da redução do déficit fiscal, do estímulo à entrada de capitais estrangeiros, à modernização da indústria nacional, maiores eficiência, produtividade e competitividade, redução da inflação e diminuição do desemprego. Puro verso semântico para dissimular o Consenso de Washington e apresentá-lo com a doçura de um canto de sereia”²⁸.

As medidas defendidas pelo FMI como “solução” e colocadas em práticas pelo presidente venezuelano proporcionaram um “resultado rápido”: em 1990, a população abaixo da linha de pobreza havia saltado de 15% (1988) para 45%.

No campo macroeconômico, o receituário neoliberal foi seguido à risca: redução do papel do Estado, privatizações de empresas e de setores estratégicos. Como exemplos podemos apontar a Compañía Nacional de Teléfonos (Cantv), a Siderúrgica del Orinoco (Sidor), a Venezolana Internacional de Aviación S.A. (Viasa), instituições financeiras, centrais açucareiras, estaleiros navais e empresas do setor construção²⁹.

Todo esse quadro de devastação econômica era totalmente anacrônico com a grande riqueza petrolífera da Venezuela. Nos anos 1970, os países produtores de petróleo enriqueceram com os elevados preços do barril, valorização ocorrida a partir de 1973 (primeiro choque do petróleo).

Os resultados foram terríveis para a população venezuelana, mas garantiu ao capital internacional o retorno dos recursos investidos no país.

Uma grande contradição foi que apesar de ter recebido USD 270 bilhões através da venda petróleo entre 1976 e 1995, a dívida externa venezuelana saltou de USD 16,4 bilhões para USD 33,5 bilhões entre os anos de 1978 e 1983³⁰, fato que decorreu dos desacertos econômicos dos governos.

A dinâmica neoliberal colocada em prática por Carlos Andrés Pérez só acentuou a crise econômica e social durante os anos 1990. Foram emblemáticos o Caracazo ou *Sacudón* de 1989 e os chamados levantes cívico-militares de 1992.

Rafael Caldera sucedeu Pérez, mas não conseguiu fugir dos marcos econômicos colocados em prática por seu antecessor³¹. A crise econômica continuou grave e atingia com mais intensidade a população mais pobre. Entre algumas soluções colocadas em prática por Caldera para salvar o país, tivemos: a desvalorização da moeda e o controle do câmbio e dos preços.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

³¹ Em 1993, Carlos Andrés Pérez sofreu o impeachment em função da perda de apoio político gerada pela crise econômica e pelas denúncias de corrupção.

Como era esperado, a pobreza aumentou consideravelmente sob a dinâmica neoliberal. O quadro venezuelano entre os anos 1980 e 1990 demonstrava os efeitos do neoliberalismo sobre a população: o aumento acentuado da pobreza.

Em meio a uma situação de descalabro econômico e acirramento social, surge o coronel Hugo Chávez no cenário nacional ao comandar alguns militares no fracassado golpe militar em 02 de fevereiro de 1992. Segundo Chávez, seis mil militares participaram da tentativa com tanques e helicópteros. Ocorreram combates em Miraflores, Maracaibo, Valência e Maracay. O número de mortos oscilou entre 17 e 100 mortos

Quatro meses depois da tentativa de golpe as pesquisas de opinião apontavam que quase 65% dos venezuelanos consideravam o coronel Hugo Chávez com uma “pessoa confiável”³².

Em 1995 a inflação alcançou 105% ano, algo inédito para a realidade venezuelana³³. O final do governo de Rafael Caldera apresentava a maior recessão do setor petrolífero dos últimos 40 anos.

A Venezuela chegava, assim, ao fundo do poço. A economia e o descrédito com a classe política propiciaram o cenário para as transformações que iriam ocorrer no final dos anos 1990.

A eleição de Hugo Chávez como representante do descontentamento popular com a “velha política” venezuelana e sua posterior postura de liderar o processo de transformação social e econômica através de sua figura emblemática foram determinantes para a colocação em prática de seu projeto bolivariano.

A criação de um projeto político cuja finalidade foi inserir a grande parte da população venezuelana na arena política, através da transformação de uma democracia representativa para uma democracia participativa, foi o grande *optimum* alcançado. Os avanços sociais foram outro aspecto importante, que garantiram ao líder venezuelano o apoio popular necessário para atacar politicamente as velhas elites e burocracia do país.

Sob tal ponto de vista — maior participação popular, melhorias socioeconômicas e confiança no líder — podemos colocar como bem-sucedido o projeto defendido por Hugo Chávez. Logicamente, o processo está em andamento.

³² Gilberto Maringoni. Op. cit., p. 96.

³³ Ibidem, p.105.

O sucesso até o momento do projeto chavista deve ser analisado e compreendido dentro uma perspectiva crítica e dialética da sociedade venezuelana durante a hegemonia neoliberal³⁴. Como assinala Severo³⁵, a crise da economia neoliberal venezuelana conduziu Hugo Chávez ao poder por:

“(…) em grande medida, Hugo Chávez ganhou as eleições de 1998 porque a Venezuela enfrentava sua mais catastrófica crise econômica, política, social, institucional e moral, depois de 40 anos de alternância no poder dos partidos Ação Democrática (social-democracia) e COPEI (democracia-cristã). O país e o povo agonizavam como efeito da corrupção, do desperdício e da perversidade da IV República (1958-98)”.

A conquista da hegemonia por Hugo Chávez tornou-se incontestável a partir 2000, e pode ser explicada pela sua grande capacidade em suprir as demandas das camadas populares. Tal supremacia estaria alicerçada na formação e consolidação do seu bloco histórico com uma “nova classe social” dirigente antineoliberal e com amplo apoio popular através do desenvolvimento da revolução passiva³⁶.

Maciel aborda o apoio ao presidente Chávez recebeu para fazer as reformas políticas na Venezuela, ao dizer que³⁷:

“Na presidência, Chávez empreendeu reformas políticas que iam de encontro ao antigo sistema, pautadas na representação política através de partidos. Estas mudanças ocorreram de forma pacífica, com apoio popular e militar através de instrumentos democráticos e constitucionais. As transformações, obviamente, não se deram na ausência de conflitos, parecendo em certos momentos que a democracia entraria em colapso. Entretanto, esta situação é compreendida dentro do quadro de polarização social e política do país”.

³⁴ “Na prática, o chavismo é uma combinação entre princípios do nacional-desenvolvimentismo com mecanismos de democracia direta. Desta síntese, resultariam práticas e ações governamentais, tais quais, ênfase em programas sociais e políticas focalizadas, centralização, projetos de desenvolvimento endógeno, mecanismos de participação popular e fomento à integração latino-americana. Esta última, remontando a um passado mítico através do resgate da figura de Simón Bolívar e sua luta pela independência e união dos povos da América Latina”. Renata Peixoto de Oliveira. *Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, p. 24, 2010.

³⁵ Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico. Luciano Wexell Severo. <<http://www.voltairenet.org/article141468.html>>. Acessado em 23/05/2011.

³⁶ Abordagem desenvolvida no capítulo Fundamentação Teórica, p. 20.

³⁷ Natalia Regina Maciel. Reforma Política e Política Externa na Venezuela: uma Ameaça à Segurança continental sob a Ótica Norte-Americana. In: *Intellector*. Rio de Janeiro, CENEGRI, Ano III, V. III, Nº 6, Janeiro/Junho de 2007, p. 5.

Poderíamos apontar como aspectos históricos importantes para a sua eleição, entre outros fatores, a falência do sistema político do país alicerçado no Pacto de *Puntofijo*³⁸, a corrupção endêmica e as elites econômicas insensíveis ao miserável quadro social.

Nesse contexto, o presidente Hugo Chávez soube capitanear os descontentamentos populares e assumir um projeto duplo — a “Revolução Bolivariana” — que tem como um objetivo claro o antiamericanismo, ao mesmo tempo em que propõe uma série de ações que aumentam a sua influência continental e internacional no plano externo. No plano interno, atua para a satisfação das camadas populares por intermédio de políticas públicas sociais de amplo alcance.

O grande objetivo de Chávez no plano político era superar o regime político que vigorou desde 1961 e que deu origem à chamada “partidocracia”, a qual ocasionou a divisão do poder entre a AD e o COPEI. Para isso deveria existir na Venezuela uma Democracia Participativa que superaria o predomínio das estruturas partidárias sobre a participação popular efetiva.

No âmbito interno, Hugo Chávez representou a constestação à tradicional hegemonia das elites venezuelanas conforme declara o sociólogo Antonio Plesmann³⁹:

“A partir de 1999, uma nova elite assumiu o controle da maior parte das instituições do Estado venezuelano, com o objetivo claro de construir uma hegemonia alternativa àquela que existia há 40 anos. O discurso do governo Chávez mudou bastante nesta década, mas permaneceu uma constante: a necessidade de fazer da Venezuela um país igualitário. Trata-se não somente de ganhos no terreno material, ou seja, alcançar uma igualdade socioeconômica, mas também da possibilidade para todos de participar na definição dos assuntos públicos, que é a igualdade política, e da valorização dos diversos estatutos sociais, ou seja, a igualdade cultural”.

1.3 - Hugo Chávez e o “Socialismo Bolivariano”

A revolução bolivariana e a ideia de “Socialismo do Século XXI” são as duas principais bandeiras defendidas por Hugo Chávez desde que assumiu a direção da Venezuela no final da década de 1990⁴⁰. O líder venezuelano chamou a atenção do mundo e da esquerda internacional ao defender

³⁸ O Pacto de Punto Fijo, segundo Maringoni, (...) “tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. Na prática, ele se converteria, mais tarde, num acerto entre AD (Ação Democrática) e Copei (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) e um terceiro partido (...). O pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas”. (...) Op. cit., p. 62.

³⁹ “Participação popular aumentou na Venezuela, mas amigos do rei continuam se fartando, diz sociólogo”. 19/12/2008. <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/16430/www.derechos.org.ve>> Acessado em 02/01/2012.

⁴⁰ Chávez saiu vitorioso das urnas com 58,25% dos votos. Os aliados do governo conquistaram 21 governos estaduais dos 23 em disputa.

uma proposta de socialismo diferente do que havia existido na URSS e no leste europeu e que se convencionou chamar de “socialismo real”.

Para fazer uma distinção da sua proposta, Chávez denominou o seu projeto de “Socialismo do Século XXI”. Mas o que seria isso especificamente? Seria uma proposta (mais uma) de reformismo da teoria marxista?

As análises sobre o projeto chavista são inúmeras. Faremos a partir de agora um “tour” sobre o que dizem os especialistas, tanto à esquerda com à direita, na tentativa de definir o “novo socialismo” que está em desenvolvimento na Venezuela.

Por exemplo, sobre as críticas de inconsistência do “socialismo bolivariano” Oliveira coloca que⁴¹:

“Essa aparente falta de consistência e precisão ideológica tem sido com frequência, alvo de duras críticas. Grosso modo, o chavismo, como lembra Agullo (2005), não obedece claramente a uma cronologia ou hierarquia, podendo ser exemplificado, seja pelo seu caráter *militarista, nacionalista, socialista, participativo e bolivarianista*. Se, por um lado, os chavistas são tidos, muitas vezes, como —*pobres, analfabetos, jovens e simpatizantes de regimes autoritários* (RAMIREZ, 2005:80-82), por outro, vale a pena lembrar que a base de sustentação do regime tem sido ampla e heterogênea, incluindo setores de classe média, novos atores políticos, como os movimentos sociais e comunitários, abrindo espaço para uma nova cultura política participativa e solidária”.

Segundo Carlos Cesar Almendra, Chávez teria sido influenciado por três personagens principais para a história da Venezuela, que formariam a base teórica do atual momento “revolucionário” venezuelano:

(...) “1) *El Libertador*, ou seja, o próprio Simón Bolívar, que atuou nas lutas pela libertação da Venezuela e Colômbia (1819), do Equador (1822) e da Bolívia (1825); 2) Simón Rodriguez, professor de Bolívar, que na década de 1820 defendia uma educação de caráter igualitária, incluindo aí os filhos de negros e índios, num momento no qual se mantinha a escravidão.

Defendia também que a América deveria desenhar sua própria identidade e não simplesmente imitar as grandes potências; 3) Ezequiel Zamorra, líder popular do século XIX, tinha um

⁴¹ Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). Op. cit., p. 24.

verdadeiro horror à oligarquia e defendia que os movimentos de camponeses e militares deveriam lutar pela reforma agrária e pela democracia direta”⁴².

Sob tais influências Chávez elaborou uma nova perspectiva para o socialismo que não deveria repetir os mesmos erros cometidos pelo processo revolucionário socialista originado a partir de 1917 na Rússia. A Revolução Bolivariana, segundo Bueno⁴³, se assenta em três bases:

“La primera de ellas orientada a la implementación de nuevas formas de propiedad empresarial promovidas por el Estado, cooperativas y empresas de producción social; Seguida por una política denominada “núcleos endógenos básicos”, en la que el Estado se dedica a la producción industrial y a la prestación de servicios, previa nacionalización de empresas del sector privado; La última relacionada con el establecimiento de programas de capacitación laboral”.

O “Socialismo do Século XXI” deveria ser baseado numa proposta essencialmente democrática e que levaria ao desenvolvimento econômico e humano. Sendo assim, a base do novo socialismo bolivariano estaria assentada no Conselho Comunal de áreas urbanas e rurais⁴⁴.

Nele o processo decisório é feito através de uma assembleia-geral, fugindo da velha democracia representativa. Vale salientar que tais conselhos são pequenos, visando facilitar a participação pela via direta da população. O novo projeto socialista tem como *locus* de atuação não mais os níveis municipais ou provinciais, mas o comunal. O conselho comunal é, portanto, a base do projeto socialista do século XXI⁴⁵. Como assinala Lebowitz, a respeito⁴⁶:

“Depois da reeleição de Chávez em dezembro de 2006, de uma campanha onde se colocou explicitamente o tema da construção de um novo socialismo, os conselhos comunais foram identificados como a célula fundamental do socialismo bolivariano e a base de um novo estado. ‘Todo poder aos conselhos comunais’”.

⁴² Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela. In: IV Colóquio Marx e Engels do Centro de Estudos Marxistas. Unicamp, p.1, 8-11 de novembro de 2005.
<<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c4.PDF>> Acessado em 28/12/2009.

⁴³ Juliana Gutiérrez Bueno. Venezuela en el camino hacia el socialismo del siglo XXI. La Plata, UNLP/IRI, p.1, 2008.

⁴⁴ Michael A. Lebowitz. Venezuela: as lutas na Venezuela pelo socialismo bolivariano. <http://alainet.org/active/22554&lang=es> Acessado em 10/06/2010.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, ibidem.

Na mesma linha de análise da importância dos conselhos comunais para a construção de uma nova sociedade, Seabra assinala que⁴⁷:

“Os Conselhos Comunais representam o maior esforço do governo bolivariano em organizar e incentivar a participação social. Eles seriam instâncias participativas, organizadas e articuladas dentro das próprias comunidades, para que estas exercessem diretamente a gestão de políticas públicas e projetos pautados nas necessidades e prioridades locais. Sua lógica participativa atravessaria diretamente os níveis estaduais e municipais, estabelecendo não só uma relação direta entre a organização comunitária e o governo federal, mas também os mecanismos para sua constituição. Assim, os trâmites para a formulação de projetos e obtenção de recursos exigiriam poucas mediações burocráticas”. (...)

Em nossa opinião o processo socialista bolivariano procura, portanto, colocar em prática a perspectiva de horizontalidade do processo decisório, retomando o projeto original bolchevique, os *Soviets*, na fase inicial da Revolução Russa.

O objetivo primordial é a descentralização do poder e das decisões⁴⁸. O socialismo bolivariano deve ser compreendido dentro uma perspectiva ampla: superestrutura e estrutura⁴⁹. Ou seja, alicerçado sobre as transformações econômicas e ideológicas.

Sobre tais aspectos para o líder venezuelano, a revolução possui “cinco motores” que levarão à construção do socialismo bolivariano. São eles: a Lei Habilitante⁵⁰, a reforma socialista da Constituição, a educação popular (“Moral e Luzes”), a nova geometria do poder e a explosão revolucionária do poder comunal.

A construção de uma nova sociedade deve abranger toda a vida social, fugindo da lógica societária capitalista. Portanto, a prática socialista deve ocorrer em todas as esferas da vida, e não ficar restrita somente aos conselhos comunitários. Desse modo, existiria um “triângulo elementar do socialismo:

⁴⁷ Raphael Seabra. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. In: Sociedade e Cultura. Goiania, v. 13, julho/dezembro 2010, p. 214.

⁴⁸ Segundo Carlos Romero Mendez, a “Venezuela está tratando de definir um tipo de democracia participativa directa y plebiscitaria diferente a la tesis norteamericana de la democracia representativa sin la mediación de organizaciones intermedias”. Las relaciones de seguridad entre Venezuela y Estados Unidos: la dimensión global. Caracas, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, p. 13, 2007. <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/05549.pdf>> Acessado em 10/04/2010.

⁴⁹ “A metáfora do edifício – base (estrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (estrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (superestrutura). Uma das primeiras formulações dessa ideia surge na *Ideologia Alemã*, onde há referência à ‘organização social que nasce diretamente da produção e do comércio, a qual, em todas as épocas, constitui a base do Estado, e do resto da superestrutura das ideias’. (...) Tom Bottomore (Org.) Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 27, 1988.

⁵⁰ Foram 49 Leis aprovadas na Assembleia Nacional de grande envergadura regulando grande parte da vida econômica venezuelana. São as principais: a Lei de Terra, Lei de Pesca e Lei de Hidrocarburos.

as unidades de propriedade social, a produção social e a satisfação das necessidades das comunidades”⁵¹.

Depois de séculos à margem do processo político e das políticas sociais, a “Revolução Bolivariana” conseguiu satisfazer, pelo menos em parte, as necessidades concretas da população mais pobre.

Por sua vez, no campo econômico, o início do governo Chávez foi marcado por condições extremamente adversas sob o ponto de vista econômico. O petróleo, a principal riqueza venezuelana, possuía o mais baixo patamar nos mercados internacionais desde o segundo choque do petróleo.

De 1999 até 2009 ocorreu uma recuperação que beneficiou o governo chavista. O preço do barril teve um aumento acentuado, superando a barreira dos USD 90,00 entre 2004-2009. Na média o preço variou entre USD 59/95,00 neste período.

O gráfico 3 aborda a produção petrolífera venezuelana entre em 1979 e 2011. Em 1998 a Venezuela produziu 3,5 milhões/dia de barris de petróleo e no extremo oposto, a produção despencou com a atuação da oposição ao governo Chávez e da greve do setor nos anos 2002/2003.

Para sair da letargia econômica herdada do governo anterior foi criado o *Plano Bolívar 2000* com o objetivo de reativar a economia, promovendo o aumento da oferta de alimentos, reduzindo a importação, e com o aumento de emprego no meio rural, além de integrar as forças armadas no processo de combate à pobreza⁵².

Ainda durante os primeiros anos de governo Chávez foi assinada uma nova Constituição com várias alterações legais de grande impacto na área social, sendo elas: inserção e reconhecimento dos povos indígenas, ampliação dos direitos humanos, participação cidadã no aparelho estatal, mudanças na Lei de Terras com transferência de terras para cooperativas etc. Entre outras alterações colocadas em prática pela nova Constituição tivemos:

- A eliminação do Senado e a criação de uma Assembleia unicameral;
- Ampliação do mandato presidencial para seis anos com possibilidade de reeleição;
- Possibilidade de expropriação da propriedade privada para uso social;
- Fortalecimento do controle Executivo sobre o Banco Central da Venezuela;
- Redução da jornada semanal de trabalho, de 48 horas para 44 horas;
- Garantia de saúde, educação e aposentadoria para toda a população;

⁵¹ Raphael Seabra. Op. cit.

⁵² SOUZA, Romina B. de Lucena & SOUZA, Nalia de J. Análise de indicadores econômicos e sociais da Venezuela, 1999/2008. In: Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, ano XI, nº 20, p. 31, julho de 2009.

➤Garantia ao Estado de reservas de petróleo e de outras atividades estratégicas, com a proibição do governo vender sua participação acionária na PDVSA⁵³.

Ainda no início do seu primeiro mandato foi criado o *Programa Econômico de Transição 1999/2000*. As metas eram “promover o crescimento econômico sustentado e diversificado; reduzir a inflação; e aumentar o nível de emprego formal”⁵⁴.

Com Chávez, o Estado venezuelano tornou-se um importante agente na promoção do desenvolvimento econômico e social. As *Misiones* (Missões) são um exemplo desse processo. As principais Missões são: Barrio Adentro, Robinson, Mercal, Piar, entre outras⁵⁵. As Missões,

(...) “promovem estruturas de administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade venezuelana”⁵⁶.

As Missões têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social, ampliando a capacidade produtiva da população através da superação da pobreza⁵⁷.

As expropriações de fábricas também beneficiaram as camadas populares, passando-as para controle direto dos operários ou em regime de cogestão com o Estado. Outro aspecto que demonstrou a prioridade para os programas sociais foi a utilização da renda petroleira em políticas públicas, conforme assinala Seabra, ao dizer que⁵⁸:

(...) “os recursos provenientes da exploração de petróleo são redistribuídos socialmente, com a intenção de melhorar as condições de vida da maioria da população pobre, nos âmbitos das Missões, na construção de moradias, de infraestrutura urbana e meios de transportes coletivos. De outro lado, são distribuídas subvenções às cooperativas e aos Conselhos”. (...)

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Barrio Adentro: Convênio entre a Venezuela e Cuba para a atuação de médicos nos bairros venezuelanos; Robinson: missão educativa com o objetivo de erradicar o analfabetismo; Mercal: construção de armazéns e supermercados com alimentos de primeira necessidade subsidiados; Piar: criação de cooperativas e comitês para a construção de casas.

⁵⁶ Op. cit., p. 214

⁵⁷ Análise de indicadores econômicos e sociais da Venezuela. Op. cit., p. 31.

⁵⁸ Ibidem, p. 218.

Com tais políticas públicas sociais, Chávez conseguiu montar o seu bloco histórico embasado agora, nas camadas mais pobres da população, que reconheceram no mandatário o seu representante legítimo.

O sucesso das políticas públicas resultou em grandes avanços sociais. Em 1999, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas da Venezuela, 20,1% da população venezuelana vivia na extrema pobreza. Em 2007, o percentual havia encolhido para 9,5%. Ainda em 1999, o percentual de pobres era de 11 milhões de pessoas (50,5%) e foi reduzido para 31,5%.

A seguir, apresentamos as tabelas 11, 12 e 13, que traduzem a atuação do governo Hugo Chávez na área social. O aumento dos investimentos é notório e colaboram para o apoio popular ao seu governo desde 1998. O chamado “gasto social” saltou de 34,7% em 1998 para 44% em 2006.

Com atuação essa inédita até então para as camadas pobres, Chávez realizou uma grande transformação social. Os programas sociais sob controle da Presidência da República passaram a ser financiados com a receita excedente do petróleo, garantindo uma maior eficiência nos seus resultados.

Contudo, a hegemonia conquistada por Hugo Chávez sofreu e sofre resistências, tanto de ordem interna ao movimento bolivariano como de setores que perderam as benesses econômicas e políticas históricas. Como exemplo, podemos citar o fracassado golpe de Estado, em abril de 2002, que chegou a afastar Chávez do poder por 48 horas.

Ainda em 2002, os velhos setores privilegiados da Venezuela organizaram um locaute contra o governo bolivariano, liderados pelos empresários da Fedecámaras e pela direção da PDVSA. A greve patronal durou 62 dias e ocasionou a perda de 24% do PIB, provocando o desabastecimento de alimentos e combustíveis. O objetivo dos setores conservadores era provocar a renúncia de Hugo Chávez.

Com o fim da greve na PDVSA o governo venezuelano demitiu 18 mil funcionários e assumiu o controle da estatal, que funcionava como um Estado dentro do Estado.

A construção do socialismo bolivariano continua dentro de um processo dialético permanente e dentro da lógica, ainda presente, do capitalismo. A criação de um modelo alternativo ao imperativo sistêmico atual envolve uma série de dicotomias importantes. Apesar de que para alguns analistas, Chávez nada mais faz do utilizar meios já conhecidos de tentar um desenvolvimento que *a priori* não é possível sem a participação dos países centrais. Nesta direção Mendez diz que⁵⁹,

⁵⁹ Ver Carlos Romero Mendez. Op. cit. p. 12.

“El gobierno del presidente Chávez revivió en el país la visión estructuralista y anticapitalista que genera la tesis del desarrollo endógeno, del fortalecimiento del Estado como instrumento central de desarrollo, del proteccionismo a la industria nacional y de la profundización del Estado socialista, formándose así un paquete ideológico “anti-occidental” configurado en una visión del mundo basada en las tesis de la rivalidad entre el centro y la periferia y en la lucha antiimperialista”.

2 – A Atuação Antissistêmica da Venezuela

2.1 – A Venezuela Antissistêmica

A utilização da teoria gramsciana para explicar o atual papel da Venezuela está baseada no seu trabalho pioneiro e de renovação da análise do capitalismo. Entendemos como “renovação” uma abordagem que agrega à “questão econômica”, aspectos sociais e políticos para a compreensão da sociedade capitalista dentro dos marcos do materialismo-histórico.

A consolidação do seu bloco histórico permitiu a Hugo Chávez alçar novos voos no cenário internacional. Por apresentar um papel pró-ativo no que tange à sua desenvoltura no cenário internacional e latino-americano, a Venezuela passou a desempenhar um papel antissistêmico.

O caráter antissistêmico venezuelano refere-se a sua postura antiimperialista, antiamericana e “piemontesa”. O “fator piemontês” deriva do processo que ocorreu com o Estado do Piemonte durante a unificação italiana, no século XIX, e foi analisado por Antonio Gramsci⁶⁰. Na prática, a *função piemontesa* corresponderia a um Estado que toma as rédeas do processo, deixando em segundo plano as iniciativas originadas pelos grupos sociais.

Como assinalou Gramsci, “A função do Piemonte no *Risorgimento* italiano é a de uma ‘classe dirigente’⁶¹. O pensador italiano, ao analisar a realidade da formação do novo Estado nacional italiano apontou a existência de núcleos políticos que não eram na realidade dirigentes e nem queriam tal função. Segundo Gramsci,⁶²

(...) queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte (...).

⁶⁰ Cadernos do Cárcere – 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁶¹ Ibidem, p. 328.

⁶² Ibidem, pp. 328-329.

O Piemonte foi comparado por Gramsci⁶³ a um “partido” — desempenhando tal função. Ao olharmos o atual processo de atuação da Venezuela, defendemos que o país possui uma perspectiva muito próxima na América Latina: uma nação que atua como um “líder”, um Estado com essa função. Ou seja, o que denominaríamos uma *Venezuela Piemontesa*.

Como exemplo temos a liderança da Venezuela na América Latina dentro da ALBA-TCP, com os países membros passando a aceitar as diretrizes econômicas e ideológicas do país, renegando a tradicional influência oriunda de Washington.

Outro conceito importante utilizado pelo pensador italiano em sua elaboração teórica englobou também o processo de “revolução passiva”. Este conceito é de grande importância para o entendimento da *Venezuela Piemontesa*. Para Gramsci⁶⁴:

“O conceito de ‘revolução passiva’ deve ser deduzido rigorosamente dos princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma “situação” ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas e especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político militar”. (...)

A revolução passiva corresponderia à atuação de líderes carismáticos que em função da fraqueza política da sociedade para superar o *status quo*, tornaram-se os “guias” do processo de transformação sem a necessidade de revoluções sociais clássicas. A participação de Hugo Chávez⁶⁵ estaria então, em nossa perspectiva, incluído no processo de transformação da Venezuela como revolução passiva.

⁶³ Ibidem, p. 329. Segundo Gramsci, “(...) O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre falou de um “partido piemontês”); com particularidade de que se tratava de um Estado, com um exército, diplomacia, etc”.

⁶⁴ Ibidem, pp.321-322.

⁶⁵ (...) O impasse resultante com as classes sociais tradicionalmente dominantes criou as condições do que Gramsci chamou de “revolução passiva”: a introdução de mudanças que não envolveram nenhuma sublevação de forças populares. Cox, Op. cit., p. 108.

Apesar das lutas políticas ocorridas na Venezuela durante toda a história, somente Chávez conseguiu de forma personalista alterar a correlação de forças historicamente favoráveis às elites venezuelanas.

Gramsci também avaliou a “orientação política” das revoluções passivas. Para o autor poderiam ser reacionárias ou progressistas. O tutelamento dos movimentos sociais por líderes ocasionaria o surgimento do *cesarismo* (líderes com grande força política) a ou o *transformismo* (através da formação de alianças políticas de amplo espectro)⁶⁶.

O caso venezuelano se aproximaria mais do *cesarismo* progressista ao estabelecer uma linha de atuação política que tem como objetivo satisfazer os anseios da população mais pobre do país e criar um novo paradigma político para a Venezuela.

A sua atuação no cenário continental, bem como sua influência na política doméstica de vários países da região, demonstrou o interesse de Chávez de criar um ambiente favorável para o seu plano geopolítico, antissistêmico e antiamericano.

O que demonstra o caráter antissistêmico da Venezuela é a formulação de uma “contra-agenda” de caráter tanto regional como global, que está baseada em quatro pontos⁶⁷, sendo eles:

- A busca de uma ordem multipolar;
- A promoção da democracia participativa como modelo;
- Ênfase na integração regional sem a influência dos EUA e
- Uso da capacidade energética do país como instrumento de sustentação geopolítica.

Acrescentamos aos quatro pontos acima mais um: a influência ideológica. Com a utilização do legado teórico e político de Símon Bolívar e da proposta do “socialismo do séc. XXI”, a Venezuela fornece uma alternativa ao status quo econômico e político continental.

A Venezuela passou a liderar vários países na América Latina valendo-se de sua grande capacidade econômica derivada do petróleo. A sua “diplomacia petroleira” permitiu uma maior desenvoltura para colocar em prática o seu projeto geopolítico.

⁶⁶ De acordo com a análise gramsciana, um exemplo típico de revolução passiva é o cesarismo: um forte intervém para resolver o impasse entre forças sociais equivalentes e opostas. Gramsci admitia a existência tanto de forma progressistas quanto reacionárias de cesarismo: progressistas, quando o governo forte preside um processo mais ordenado de criação de um novo estado; reacionárias, quando estabiliza o poder existente. Napoleão I foi um caso de cesarismo progressista, mas Napoleão III – o exemplo clássico de cesarismo reacionário – era mais representativo do tipo com maior probabilidade de surgir no decorrer de uma revolução passiva. Além do cesarismo, a segunda característica mais importante da revolução passiva da Itália é o que Gramsci chamou de *transformismo*, exemplificado na política italiana por Giovanni Giolitti, que procurou fazer uma coalizão de interesses mais ampla possível e que dominou a cena política nos anos que precederam o fascismo. (...) Ibidem, p. 109.

⁶⁷ Carlos Romero Méndez. Op. cit., p. 11.

Apesar dos países “liderados” possuírem uma pequena ou nula influência na geopolítica latino-americana (como por exemplo, Cuba, Equador e Bolívia) tal liderança passou a apontar para uma “divisão de poder” no continente a partir de uma retórica anti-imperialista.

O que chamaríamos de postura pró-ativa para a Venezuela liderada por Hugo Chávez, deve ser entendida dentro de uma perspectiva de atuação mais incisiva na América Latina e de enfrentamento aos EUA.

Logicamente sabemos das dificuldades e das contradições de um projeto de tal natureza⁶⁸. Contudo, apesar de tais dificuldades é possível estabelecer uma linha de atuação dialética que permita à Venezuela colocar em prática o seu modelo.

2.2 - A Política Externa de Chávez: Uma Visão Geral

A compreensão da atuação antissistêmica da Venezuela está relacionada ao desenvolvimento da política externa levada a cabo pelo governo Hugo Chávez. O papel venezuelano no cenário internacional é motivo de inúmeras análises favoráveis ou contrárias de especialistas⁶⁹.

A política externa de Caracas provoca grande preocupação em Washington e nas elites conservadoras latino-americanas pela postura pró-ativa e desafiadora da República Bolivariana ao tradicional *status quo* regional comandado pelos EUA⁷⁰.

Desde 1999, o país vem construindo um arco de alianças estratégicas que aumenta a atuação do país no cenário internacional e o seu prestígio. Ao mesmo tempo, vem ocupando o vácuo político deixado na última década por Washington. Na prática,

[a] “Venezuela há empreendido una política exterior que tiene como uno de sus objetivos centrales construir una política de alianzas, em particular una política de alianzas anti-estadounidense que se define com el instrumento central para disminuir la dependencia de estados Unidos, para impulsar un nuevo mapa geopolítico internacional y para impulsar un nuevo liderazgo mundial”⁷¹.

⁶⁸ Faremos uma análise detalhada no próximo capítulo sobre o tema.

⁶⁹ “En el siglo XXI, se asoma el fantasma del totalitarismo, presuntamente erradicado tras la derrota de la Alemania Nazi y la caída de la Rusia soviética, en la figura del líder populista que promete bienestar generalizado, justicia y equidad. El mundo de pos-guerra fría es un mundo en el que la democracia se encuentra amenazada”. Torrijos, R. Vicente, Op. cit., p. 17.

Inúmeros jornais latino-americanos colocam Hugo Chávez como um “ditador”, “déspota” etc. A imprensa norte-americana segue a mesma lógica, contudo mais “radical” ao retratar o presidente venezuelano como um “usuário de drogas” e “narcotraficante”. O documentário *Ao Sul da Fronteira* de Oliver Stone faz um resumo interessante das notícias disseminadas nos EUA pela “grande mídia” sobre Hugo Chávez. Outra análise sempre desfavorável ao líder venezuelano é de Norman Gall diretor executivo do Instituto Fernand Braudel.

⁷⁰ La política exterior de la Venezuela Bolivariana. Working paper nº 4, julio de 2010. www.plataformademocratica.org

⁷¹ Carlos Romero Méndez. Las relaciones de seguridad entre Venezuela y Estados Unidos: la dimensión global. p. 19.

Não devemos esquecer que a atuação mais “desafiadora” da Venezuela (bem como de outros governos) na América Latina, reflete o enfraquecimento da posição ideológica e política dos EUA, principalmente durante a administração George W. Bush.

Sob o Pacto de Pontofijo a Venezuela manteve o seu processo democrático livre da ingerência direta norte-americana, ao mesmo tempo em que se manteve alinhada à Washington, principalmente no combate ao comunismo. Como assinalam Saraiva e Briceño Ruiz,

(...) “A política externa venezuelana foi expressão do sistema de conciliação de elites que, no cenário internacional, propunha objetivos similares aos que o Pacto de Punto Fijo buscava a nível doméstico. Isto explica a permanência de metas como o compromisso com a consolidação da democracia, a constante busca da conciliação, do consenso e do compromisso, e a consciência de interdependência, especialmente em relação aos Estados Unidos”⁷². (...)

Voltando um pouco no tempo, Vizentini assinala que a Venezuela, durante o seu desenvolvimento histórico enfrentou alguns problemas com a população pequena e mal distribuída em seu território, bem como o predomínio da atividade agrária. Tais aspectos dificultaram a formação de uma política externa coerente e de projeção. Para Vizentini,

(...) “a Venezuela foi um ator bastante modesto nas relações internacionais, perdendo, inclusive, boa parte do território nacional para os Estados vizinhos e para a potência colonial inglesa, através da demarcação desfavorável das fronteiras contestadas”⁷³.

A riqueza petrolífera é um bem que coloca a Venezuela em uma situação privilegiada e, a partir dos anos 1960, proporcionou ao país as condições necessárias para manter sua autonomia.

O petróleo foi descoberto em 1878 na província de Táchira. No início do século XX, o consórcio Royal Dutch Shell deu início à exploração petrolífera no lago de Maracaibo, abrindo a exploração do petróleo venezuelano às empresas estrangeiras. Apesar das facilidades administrativas e fiscais, o Estado venezuelano manteve-se como dono de toda a riqueza. No final de 1920, a Venezuela produzia 137 milhões de barris de petróleo contra quase 1,5 milhão de barris do início da década. O país tornou-se o segundo produtor mundial, atrás dos EUA.

⁷² SARAIVA, Miriam Gomes; BRICENO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 52, n. 1, Junho 2009.

⁷³ VIZENTINI, Paulo. A política externa da Venezuela. In: Venezuela – Visões brasileiras. Brasília, IPRI/FUNAG, 2003, p. 58.

Sob o ponto de vista histórico, a diplomacia venezuelana foi influenciada pela sua posição colonial e periférica na estrutura espanhola. Assim, o petróleo contribuiu para reverter esse quadro, pois o recurso:

(...) “ha sido el principal vehículo para la inserción de Venezuela en las relaciones internacionales contemporáneas. Este factor ha promovido a su vez una cultura política considerada como reguladora de la actividad privada, promotora de la dependencia de la sociedad del Estado y vulnerable ante las oscilaciones de los precios del barril del petróleo”⁷⁴.

A farta disponibilidade de petróleo transformou o país no principal exportador continental da matéria-prima, e os governos pré-chavistas sempre viram a política externa regional como “um instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com os países hegemônicos, em particular os EUA”⁷⁵. Gratius e Fürtig assinalam a real dimensão da Venezuela bolivariana. Segundo eles:

“Venezuela is the only petro-state in Latin America and sixth largest oil producer in the world. Oil has been the main resource to finance Hugo Chávez’ fourth ‘Bolivarian Republic’ of Venezuela based on a strong state and centralisation of politics in the hands of president. Under his presidency, Venezuela developed regional and even global power ambitions for the first time in its history, despite the country’s limited size and power resources”⁷⁶.

No século XX, a política externa venezuelana pré-chavista caracterizou-se pela sua atuação no Movimento dos Países Não-Alinhados e por uma autonomia diplomática considerável, ao mesmo tempo logrando boas relações com os EUA⁷⁷. Como afirma Carlos A. Romero,

“A raíz de la restauración de la democracia en el país en el año 1959, los gobiernos de Acción Democrática y de COPEI sostuvieron una diplomacia activa que llevó a muchos a pensar que se sobredimensionaba la presencia mundial venezolana, por la actuación en las Naciones Unidas,

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ (...) [a] “conversão da política externa em instrumento básico de busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com países hegemônicos, em particular os EUA, e a formação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha)”. Franklin, Cleber Batalha. Segurança e defesa nas relações entre o Brasil e a Venezuela. Caxambu: 30º Encontro Anual ANPOCS, p. 22, 2006.

⁷⁶ Susanne Gratius e Henner Fürtig. Iran and Venezuela: bilateral alliance and global power projections, Fride. Comment, April 2009.

⁷⁷ Vizentini, Paulo. Op. cit., p. 57.

por la participación de Caracas en la creación y desarrollo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, OPEP, y por el impulso al mecanismo de integración económica y comercial conocido como el Acuerdo de la Junta de Cartagena, (hoy denominada como la Comunidad Andina de Naciones). A esto se le debe agregar el acercamiento de Venezuela al Movimiento de Países no Alineados y la procura de un nuevo orden internacional y de un diálogo Norte-Sur⁷⁸.

Segundo Carlos A. Romero não haveria necessariamente nenhuma postura nova na atual política externa bolivariana como pudemos observar acima. A Venezuela sempre possuiu uma autonomia considerável na elaboração de sua atuação internacional desde 1959. Contudo, o autor enfatiza que:

“A nuestro entender, Venezuela atraviesa una “situación revolucionaria”, lo que lleva a que la política exterior del gobierno del presidente Chávez no sea la misma de los que le precedieron. En efecto, el activismo de Venezuela se observa de manera tridimensional: en el manejo de las relaciones bilaterales, de las relaciones multilaterales y de las relaciones transnacionales”⁷⁹.

Em linhas gerais o “ativismo” da política externa venezuelana atual é uma característica desde os anos 1960. O que teria “mudado” é a forma como a Venezuela procura a sua inserção internacional nos últimos anos sob o governo Chávez. A política externa posta em prática a partir de Caracas configura-se de acordo com Carlos A. Romero como⁸⁰:

(...) un modelo político que se sustenta en la construcción de una visión del mundo en donde el enfoque ‘amigo-enemigo’ de la política, el uso indiscriminado de la tesis sobre la ‘voluntad de la mayoría’ y el afán de promocionar un ‘paquete ideológico’ radical, se han mezclado con tradiciones nacionales con el activismo internacional y el presidencialismo, en una oferta que ha contado con un poderosos verbo y una capacidad de gasto público que contempla importantes programas sociales”.

Saraiva e Briceño Ruiz também observam que:

⁷⁸ La política exterior de la Venezuela Bolivariana. Working paper nº 4, p. 4, julio de 2010. www.plataformademocratica.org

⁷⁹ Ibidem. p. 2.

⁸⁰ Ibidem.

“A política externa dos governos venezuelanos entre 1958 e 1998 esteve delimitada pela condição de país ocidental, democrático e petrolífero, que começou a receber importantes recursos desde o primeiro *boom* do petróleo da década de 1970. Estes fatores determinaram as prioridades geográficas de sua política externa, na qual os Estados Unidos apareciam como um parceiro natural na defesa da democracia e com o qual a Venezuela poderia partilhar uma estratégia assistencialista no Caribe com vistas a evitar a expansão do Comunismo”⁸¹. (...)

Em nossas análises, a política externa venezuelana não deve ser compreendida através da abordagem utilizada por Carlos A. Romero, que contempla a ideia de um binômio “amigo-inimigo” para o movimento do país no sistema internacional. Sob tal prisma, o “inimigo” no cenário internacional e latino-americano da Venezuela bolivariana na atualidade é conhecido de forma muito clara: os EUA.

Devemos assinalar que o imperialismo norte-americano sempre atuou na construção de uma dimensão antidemocrática da América Latina, apesar da ideologia propagada dizer o contrário.

O apoio aos golpes militares e todos os tipos de ação colocados em prática por Washington na perspectiva de impedir a ascensão de movimentos sociais progressistas (se levarmos em conta somente o século XX), por si só, colocam os EUA senão como “inimigos”, mas como obstáculo concreto para a democracia na América Latina⁸².

Contudo, por mais que tal afirmação soe como um discurso “esquerdista”, como certamente apontariam os “liberais e democratas”, a história latino-americana mostra o quanto foi nociva a atuação dos EUA, colaborando contra a construção de sociedades realmente mais justas e democráticas.

De realmente novo na Venezuela, em nossa concepção, seria um governo de esquerda sem nenhuma ligação com as tradicionais oligarquias venezuelanas e seus interesses particulares, além da vinculação ideológica e política com Washington. Outro aspecto importante é a conduta coerente da Venezuela na criação de um bloco de países que estão abrigados em uma organização, a ALBA-TCP, que segue um projeto político e ideológico coerente (o bolivarianismo e a construção do socialismo do séc. XXI). Concordamos com Carlos A. Romero quando ele assinala que:

“Pero hay otro proceso histórico que sí es novedoso: la llegada de un gobierno de izquierda al poder en Venezuela en 1999, que ha mantenido el activismo internacional de los gobiernos

⁸¹ SARAIVA, Miriam Gomes; BRICENO RUIZ, José. Op. cit.

⁸² Mencionamos os assassinatos, tentativas assassinatorias, conspirações, apoio a grupos de desestabilização de regimes democraticamente eleitos, torturas etc.

anteriores, profundizando su presencia mundial y apoyándose en las corrientes radicales de izquierda, marxistas y no marxistas que como un todo se han presentado como un pensamiento diferente a las ideas liberales. Por ello, la consolidación de la experiencia chavista ha originado una política exterior bifrontal, basada en su poder económico y en su compromiso revolucionario”⁸³.

A Venezuela, enquanto ator interestatal, em nossas análises se enquadraria no modelo teórico dos movimentos antissistêmicos proposto por Arrighi (quarto pilar) no qual “uma reduzida capacidade dos Estados para controlar suas respectivas sociedades civis e associadas a crise (...)”⁸⁴, permitiria o surgimento de movimentos que não poderiam ser controlados pelas tradicionais estruturas políticas de poder. Seguindo ainda a proposição dos movimentos antissistêmicos, encontraríamos o quinto aspecto abordado no capítulo 3: a inserção social das classes menos favorecidas dentro do próprio sistema não garantiu as condições mínimas de sobrevivência digna para essas pessoas.

Foram as condições históricas que permitiram um ambiente doméstico de apoio a Hugo Chávez, facilitando colocar em prática sua política externa. No início do século XXI, Hugo Chávez deu início a uma alteração da política externa venezuelana que contempla em nossa visão os seguintes pontos:

- Aumento da influência ideológica, através da divulgação de uma “visão latino-americana” de mundo e difusão dos “valores bolivarianos”⁸⁵;
- Liderança nas posições antiamericanas nos fóruns internacionais;
- A defesa de um mundo multipolar sem a supremacia norte-americana;
- Criação de um bloco econômico (ALABA-TCP) que apresenta fortes componentes de sinergias política e social;
- Utilização natural dos recursos petróleo para alcançar um papel proeminente no processo integração financiando os países que se incorporem ao processo.

Logicamente trata-se de um enfrentamento à agenda hemisférica norte-americana que inevitavelmente provoca choques entre Washington e o Palácio de Miraflores.

⁸³ Op. cit., p. 4.

⁸⁴ Antisystemic movements. Op. cit., pp.103-106.

⁸⁵ Um exemplo da proposta de diminuir a influência ideológica da tradicional mídia internacional baseada nos EUA, por exemplo, e oferecer informações a partir dos países do continente. Para isso, foi criada em 24 de julho de 2005 o canal de TV TELESUR (La Nueva Televisora del Sur) através de uma ideia inicial do presidente venezuelano Hugo Chávez. Além da Venezuela, os países fundadores da emissora foram a Argentina, Cuba e Uruguai. Juntaram-se posteriormente a Bolívia (2006), o Equador e a Nicarágua (2007). Sob o slogan “Nosso Norte e o Sul”, é possível ter a ideia da proposta da emissora na contra-ideologia aos canais sediados nos países centrais, especificamente nos EUA.

O projeto bolivariano é extremamente coerente na criação de novas formas de atuação no sistema internacional com a diminuição da influência dos EUA no continente e o novo posicionamento da Venezuela no cenário internacional⁸⁶. Como assinalou o chanceler do país Nicolás Maduro:

“Nosotros sabemos que la conquista del mundo pluripolar depende en buena medida de la articulación de nuevos liderazgos que hay en el Sur. Una articulación concreta, en base a esos proyectos, en base a construcción del Banco del Sur, la nueva arquitectura financiera del desarrollo de los países del Sur, en base a la construcción de un nuevo modelo de comercio justo entre las naciones, en base de un nuevo modelo de intercambio de tecnología y de reindustrialización de los países del Sur, en base a una nueva concepción de integración políticos. Sabemos que esos liderazgos están a prueba y sabemos que el gran reto es que tengan éxito en la construcción de los elementos que a nivel financiero, comercial, político, sustituirían la hegemonía imperialista que ha sometido a nuestros países y que está profundamente agotada”⁸⁷.

A demonstração desse papel pode ser visualizada com o reaparelhamento das Forças Armadas levado a cabo por Hugo Chávez. Torna-se importante fazer algumas considerações sobre a compra de armamentos por parte da Venezuela.

Defendemos a ideia de que a Doutrina Bush acelerou o “imperativo” venezuelano para o reaparelhamento de suas Forças Armadas⁸⁸. A criação da “guerra preventiva” contra “inimigos” e “não-colaboradores” na guerra ao terror consubstanciou-se na perspectiva de defesa de países que foram incluídos na categoria de *rogue states* (Irã e Iraque, por exemplo) e da própria Venezuela bolivariana. No caso venezuelano poderíamos explicar o alto volume de compras de material bélico para a modernização de suas defesas contra os EUA. Para Albernaz et al,

(...) “as motivações venezuelanas [dividem-se] entre evidentes e latentes. Os motivos evidentes ou as justificações do governo são: preparação para uma guerra assimétrica com os EUA, relacionado à convicção de Chávez, e conseqüentemente, o fortalecimento das fronteiras com a Colômbia, aliada dos EUA e potencial inimiga, e a diversificação dos fornecedores militares; e a

⁸⁶ “Desde un punto de vista mundial, el presidente Chávez se ha convertido en una especie de «*enfant terrible*» que ha venido tejiendo una diplomacia hiperactiva. Sus querellas con Estados Unidos, su acercamiento al régimen cubano y otros gobiernos vistos con reservas por Estados Unidos, la promoción de la OPEP, su clamor por un mundo multipolar, su creencia en la soberanía nacional absoluta y su apoyo a la revolución continental despiertan muchas simpatías en sectores sociales e intelectuales de América Latina”. Ibidem, p. 12

⁸⁷ www.aporrea.org. Acesso em 26/09/2006.

⁸⁸ Deve ser mencionado que grande parte dos equipamentos das Forças Armadas venezuelanas são obsoletas e respondem às necessidades sequer de defesa do país. Inevitavelmente, cedo ou tarde, deveria ocorrer uma renovação de parte desses equipamentos.

necessidade de reposição de equipamentos obsoletos. Os motivos latentes, os que mais influenciaram na decisão venezuelana são dois: manutenção da base de sustentação de Chávez (que garante sua liberdade política) composta por uma coalização do forte setor militar e do setor civil; e a ampliação do seu poder político na região, a busca por uma hegemonia regional”⁸⁹.

Como “efeito colateral”, nunca é demais assinalar, que com tal volume de compras as elites latino-americanas e Washington acenderam o “sinal vermelho” para um possível “imperialismo venezuelano” na região. No Brasil, a mídia conservadora tratou de enfatizar o perigo de Hugo Chávez com a sua compra de armas.

O atual senador e ex-presidente brasileiro José Sarney (1985-1990), escreveu um artigo no jornal Folha de SP abordando o “perigo da compra de armas” pela Venezuela⁹⁰:

(...) “o plano de Chávez de gastar US\$ 60 bilhões em armas, transformando a Venezuela numa potência militar, é uma ameaça ao continente. Ele disse que ficará no governo até 2031 (não estarei mais por aqui) e se mostra "integracionista". Mas quem pode saber se um presidente da Venezuela não achará que deve ocupar a Amazônia para evitar sua internacionalização?

Com os novos equipamentos — 14 caças Su-25, 600 mil bombas guiadas por GPS, estações de radar ultra-sofisticadas tridimensionais JYL da China e, em aquisição, 138 navios, dez a 15 submarinos e 150 supersônicos —, nossa soberania vira pó. Ninguém imaginou que isso pudesse ocorrer no continente sul-americano.

Para que tudo isso? Para enfrentar os Estados Unidos? Ora, para a superpotência isso não vale nada, mas para nós é uma força de fazer tremer. De duas uma: ou o Brasil entra na corrida armamentista para assegurar sua defesa, retirando o escasso dinheiro de seu Orçamento que está servindo para nossos programas sociais, ou então, para sobreviver, tem de acobertar-se no guarda-chuva da OTAN, tragicamente fazendo voltar a tese de Menen, como única forma de defender-se. Menen era contra o Brasil, agora seremos todos unidos para nos defendermos da "nova potência militar" que dominará a América do Sul”. (...)

Declarações como essa, incoerentes com a realidade dos fatos, refletem a opinião de especialistas e políticos conservadores nos EUA. A mídia apontou para uma possível “corrida armamentista”

⁸⁹ Albernaz, Bia et al. O aumento dos gastos militares da Venezuela. Realismo ofensivo e defensivo. In: Intellector. Rio de Janeiro, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), Nº 13, V. VII(1), julho/dezembro, p. 103, 2010.

⁹⁰ “Luz Vermelha”, Folha de S. Paulo, 14/07/2006.

começando a vigorar que a América do Sul estaria entrando. Em Washington as “análises” na América do Sul.

O fato concreto é que para poder atuar com desenvoltura no seu papel antissistêmico, Chávez teve que criar um enfrentamento simbólico e geopolítico contra o EUA, como forma de marcar a sua posição no sistema-mundo contemporâneo e fornecer uma alternativa na América Latina à influência de Washington.

Fora do continente, além da Rússia, Hugo Chávez fez visitas à Líbia, Coreia do Norte e a vários países africanos desde que assumiu o governo. Seu objetivo era “marcar posição” e ganhar projeção internacional, principalmente em relação aos EUA. O fato é que Chávez ganhou as manchetes internacionais por essa postura.

A parceria com os russos, por exemplo, foi inevitável, dado o fato de eles não aceitarem as pressões norte-americanas por qualquer tipo de embargo à venda de armas aos venezuelanos. A cooperação militar com os russos envolveu exercícios militares navais conjuntos em 2008, quando chegaram ao Caribe dois bombardeiros estratégicos Tu-160 (conhecido como Blackjack) e Tu-95MC, o cruzador nuclear "Pedro, o Grande" e a fragata Almirante Chabanenko, entre outros navios de escolta. Desde a Crise dos Mísseis de 1962, não havia tamanha presença militar estrangeira no Caribe.

A influência venezuelana ocorre não só no campo político, mas também no setor econômico através da concessão de generosa ajuda a todos os aliados ou países que sejam simpáticos ou estejam próximos da proposta bolivariana. Trata-se do mesmo mecanismo colocado em prática pela Casa Branca ao longo do tempo.

A Argentina, outro exemplo, apesar de não possuir uma postura que possa ser classificada de alinhamento à política venezuelana desenvolvida na região, encontrou um grande aliado quando necessitou de ajuda econômica. Antes de deixar o governo, em 2007, o presidente Néstor Kirchner contou com a ajuda financeira de Hugo Chávez. A Argentina emitiu USD 500 milhões em títulos Bônus do Governo Nacional (Boden) com vencimento em 2015. O país pagou uma taxa de juros de 10,43%, considerados dentro da margem praticada pelo mercado segundo os analistas⁹¹.

⁹¹ “Venezuela volta a comprar títulos da Argentina”. 23/11/2007. <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,venezuela-volta-a-comprar-titulos-da-argentina,84646,0.htm>> Acesso 22/11/2011.

A transação foi de grande importância para os argentinos, já que o país não contava (e como até hoje não conta) com boa avaliação da comunidade financeira internacional após declarar que não pagaria a sua dívida em dezembro de 2001, mesmo com a renegociação posterior. Entre 2005 e 2007, a Venezuela já havia comprado USD 5,6 bilhões em títulos argentinos⁹².

Em 2008 a Argentina voltou a emitir títulos da dívida pública (Boden) 2015 totalizando USD 1,461 bilhão para vendê-los diretamente à Venezuela. Somando os títulos comprados em 2005, a Venezuela já havia comprado USD 7,802 bilhões em bônus soberanos argentinos⁹³.

A importância da ajuda venezuelana à Argentina pode ser avaliada pelo agradecimento público feito pela presidente Cristina Kirchner, em janeiro de 2009, em visita à Caracas. Segundo a presidente, "É importante dar esse reconhecimento, além das convicções, das visões comuns que nos unem em relação aos destinos de nosso continente"⁹⁴.

Na ocasião, a presidente ainda agradeceu a ajuda venezuelana de USD 85 milhões à cooperativa de laticínios argentina Sancor, que estava em processo falimentar. Essa ajuda permitiu manter o controle da empresa em mãos do capital nacional. Em troca, a Sancor passou a fornecer leite em pó e tecnologia no setor para os venezuelanos⁹⁵.

A presidente Cristina Kirchner ainda declarou na oportunidade que, "a república irmã ajudou o país quando a Argentina precisava ter acesso ao mercado de capitais por causa de uma moratória que não foi declarada pelos governos que vieram depois de 2003"⁹⁶.

A atuação venezuelana transcende aspectos meramente políticos. Existe um projeto que foi colocado em prática e que apresenta sucessos inegáveis para a criação de um ambiente favorável para a política externa da Venezuela.

Identificamos em nossas análises a existência de duas ações do projeto chavista para a colocação em prática de seu projeto antissistêmico: o primeiro está relacionado ao aumento de sua influência política e ideológica sobre a América Latina, e o segundo, a sua atuação internacional para ganhar maior visibilidade e projeção.

3 – Desafios a Atuação Antissistêmica: à guisa de conclusão

⁹² Ibidem.

⁹³ "Cristina Kirchner agradece a Venezuela por compra de títulos da dívida". 22/01/2009. <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/ansa/2009/01/22/ult6817u1400.htm>> Acesso em 23/11/2011.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

Após o colapso do socialismo real no início dos anos 1990, a economia-mundo capitalista tornou-se hegemônica e incorporou quase todo o planeta. A própria China (que se denomina “comunista”) inseriu-se na economia-mundo capitalista no início dos anos 1980 e assumiu padrões civilizatórios dentro da lógica de consumo. Não discutimos aqui a questão do sistema político do país baseado no partido único e que contraria os preceitos liberais defendidos no Ocidente.

A atuação fora dessa lógica econômica e social é extremamente complicada em função do capitalismo ser um sistema social histórico e um processo civilizatório⁹⁷. Mais do que o consumo como base econômica, o sistema-mundo capitalista organiza também o nível cultural através da ideologia. Trata-se de um estágio de desenvolvimento no qual as economias estão cada vez mais conectadas, e o padrão cultural é ditado a partir dos países centrais hegemônicos através do controle de capital, dos meios de comunicação tradicionais e digitais.

A tentativa da Venezuela de atuar de maneira antissistêmica envolve uma série de problemas. Para o país a baixa industrialização e a dependência do petróleo representam os principais obstáculos para uma atuação antissistêmica consistente. A industrialização venezuelana nos atuais patamares coloca o país em condições econômicas vulneráveis, pois cria a necessidade de importações de bens de produção e de consumo, impedindo uma real independência dentro do atual sistema-mundo.

Até o presente momento, Hugo Chávez não conseguiu lograr sucesso na criação de condições econômicas que superem o paradigma do atraso industrial da Venezuela. A dependência do petróleo é o mais paradigmático problema do país.

Mais preocupante para o desempenho da Venezuela como ator antissistêmico no sistema-mundo capitalista é ter uma vinculação econômica de grande importância com o seu inimigo declarado: os EUA. As exportações petrolíferas para os Estados Unidos apresentam uma grande importância para a economia da Venezuela. Sabemos também que o rompimento com tal modelo não pode ser feito em pouco tempo; requer algumas décadas para cindir com tal processo histórico. Contudo, é imperativa a necessidade de uma mudança deste paradigma econômico quando se pensa em uma atuação antissistêmica.

São reais os esforços de Chávez na diversificação dos seus parceiros econômicos. A dinamização da ALBA-TCP, UNASUL e as “petros” no subcontinente estão dentro deste projeto. A integração

⁹⁷ Wallerstein em seu livro *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista* analisa de maneira detalhada a configuração do capitalismo enquanto fenômeno que transcende o aspecto econômico. Segundo ele: “O Capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico”. (...) “Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que acumulou no passado só é ‘capital’ na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa. Trata-se de um processo complexo, até sinuoso (...). Usamos a expressão ‘capitalistas’ para nomear essa meta persistente e autocentrada do detentor do capital (a acumulação de mais capital) e as relações que ele tem de estabelecer com outras pessoas para alcançá-lo”. (...) pp. 13-14.

regional latino-americana vai ao encontro desta perspectiva, pois diminui a dependência econômica dos EUA. Entretanto, o petróleo segue com o principal produto de exportação do país para os EUA, como poderemos verificar no tabela 15.

O sistema-mundo capitalista impede que os países consigam uma autonomia comercial e tecnológica perante as outras nações. Isso é utópico do ponto de vista prático. A maior nação do sistema-mundo não possui esta autonomia. A relação com China, o déficit comercial com os japoneses, e a dependência do petróleo do Oriente Médio, e até mesmo da Venezuela, demonstram a impossibilidade de uma autonomia total dos EUA.

A diversificação dos parceiros comerciais é uma boa saída para a economia venezuelana, contudo pode criar outras dependências no longo prazo. A dependência estrutural é o principal problema para qualquer país. Como exemplo, podemos citar o aumento da influência chinesa no continente.

A participação chinesa na América Latina e na Venezuela aumentou consideravelmente⁹⁸. A duplicação do FCCV em 2009, foi importante para o país ao garantir mais recursos em caixa para eventuais problemas decorrentes da crise sistêmica de 2008⁹⁹. Contudo, isso aponta para a possibilidade do deslocamento da dependência para os chineses.

Por outro lado, na arena política-ideológica, a Venezuela conseguiu sair-se bem em nossa concepção. Desde que Chávez iniciou o seu projeto de uma inserção antissistêmica no sistema-mundo atual, o país conseguiu grande destaque. O número de países que passaram a aceitar a sua liderança no processo político-econômico regional aumentou consideravelmente. O sucesso da ALBA-TCP, a despeito das críticas feitas ao bloco, é um dos exemplos da atuação antissistêmica venezuelana.

A Venezuela participa de todos os fóruns regionais com propostas sempre voltadas para a integração, diminuição da dependência financeira internacional, e da denúncia do imperialismo norte-americano no continente. Como já salientamos, a América Latina perdeu importância gradativa nas últimas décadas, e parece que uma volta à hegemonia de Washington está cada vez mais distante.

A Venezuela seria realmente um *player* internacional? Em nossa concepção, a Venezuela, dentro de suas possibilidades econômicas, políticas e militares, conseguiu um grande destaque como *player*

⁹⁸ “A presença de Beijing é cada vez maior no comércio. Um exemplo disso é o fato de a China ter mais que dobrado sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos desde 2003. A parcela aumentou de 5,38% para 12,07% em 2008, segundo a Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul. O total importado subiu mais de 700%, de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 54,6 bilhões”. (...) Rafael Gonçalves de Lima. “O expansionismo chinês na América do Sul. Quais as consequências para o Brasil?” <http://www.watershed.com.br/files/artigos/94435_o_expansionismo_chin%C3%AAAs_na_am%C3%A9rica_do_sul.pdf> Acesso em 08/06/2012.

⁹⁹ Ibidem.

internacional limitado sob o projeto antissistêmico de Hugo Chávez. Logicamente devemos situar este desempenho dentro de parâmetros compatíveis à Venezuela.

A utilização do chamado *soft power* através da utilização do “petróleo com fins humanitários” é outra forma da Venezuela conseguir uma “boa imagem” na América Latina. A venda de petróleo subsidiado aos cubanos e a preços menores para outros países da ALBA-TCP colaboram para uma boa imagem da Venezuela. Por lado lado, as elites conservadores promovem através da mídia justamente o contrário entre as classes médias latino-americanas: denunciam a Venezuela como tendo um governo ditatorial, apesar das eleições serem monitoradas pelos organismos internacionais.

A sua política externa pró-ativa e independente das pressões vindas de Washington pode ser visualizada pelos contatos feitos com países que figuram ou figuraram como “inimigos” de Washington. Um caso destacado foram os contatos com Teerã. Quando toda a comunidade internacional fazia uma forte pressão contra o Irã, a Venezuela em nenhum momento pensou em seguir as orientações emanadas principalmente de Washington e manteve inúmeros contatos de alto nível entre os dois países.

A posição venezuelana na construção de um mundo multipolar se caracteriza de maneira mais enfática do que a vista em países como o Brasil, Rússia ou China. O que denominamos como “enfático” é que o Palácio de Miraflores nomeia o “inimigo” claramente como sendo os EUA e denuncia seus “atos” sem se importar com aspectos diplomáticos de suas afirmativas.

A despeito das contradições existentes, a Venezuela vem conseguindo desenvolver o seu papel antissistêmico dentro de um processo dialético, ou seja, que envolve inúmeros avanços e retrocessos. Os resultados só poderão ser avaliados com a superação dessas dicotomias

Bibliografia

ALMENDRA, Carlos Cesar. **Hugo Chávez e a Revolução Bolívarina na Venezuela**. <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c4.PDF>> Acesso em 20/05/2009.

ARRIGHI, Giovanni. **Hegemonia e Movimentos Anti-Sistêmicos**. In: Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia (Vol.1). São Paulo, Ed. Loyola, p. 107-121, 2003.

_____. et al. **Antisystemic movements**. New York, Verso, 1997.

_____. **O Longo século XXI**. Rio de Janeiro, Editora UNESP,1996.

_____. **A Ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

- _____. **Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- _____. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Éditions Flammarion, 2008.
- BRUCE, Ian. **The real Venezuela – Making socialism in the 21st century**. London, Pluto Press, 2008.
- GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.
- GOTT, Richard. **À sombra do libertador**. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- _____. **Cadernos do Cárcere – 5**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- HARDT, Michel & NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 4^a ed., 2010.
- HAWKINS, Kirk A. **Venezuela's chavismo and populismo in comparative perspective**. New York, Cambridge University Press, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Tempos interessantes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Como mudar o mundo – Marx e o marxismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- JONES, Bart. **Hugo Chávez**. São Paulo, Geração Editorial, 2004.
- PENNA FILHO, Pio. **Hugo Chávez e a diplomacia venezuelana**. Revista Meridiano 47. <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/view/1108/777>> Acessado em 29/11/2011.
- PENNAFORTE, Charles. **América Latina e o Neoliberalismo: Argentina, Chile e México**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2001.
- _____. **Fragmentação e resistência: o Brasil e o mundo no século XXI**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2003.
- _____. **Análise dos Sistemas-Mundo: uma introdução ao pensamento de I. Wallerstein**. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2011.
- WALLENSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. California, University of California Press, 2011(1974).
- _____. **Universalismo europeu**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

- _____. **O declínio do poder Americano.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.
- _____. **Utopística ou as decisões históricas de século vinte e um.** Petrópolis, Editora Vozes, 2003.
- _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
- _____. **O fim do mundo como concebemos.** Rio de Janeiro, Editora Revan, 2002.
- _____. **Capialisme et économie-monde (1450-1640).** Paris, Flammarion, 1980.

OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL (MERCOSUL)

Ricardo Bruno Boff¹

RESUMO: Os “ciclos sistêmicos de acumulação” (CSA), conceito de Arrighi para designar períodos históricos onde a acumulação da riqueza mundial é capitaneada pela potência principal, vêm exercendo grande influência na integração sulamericana, especialmente entre seus maiores países. O presente artigo analisa como essa relação vem ocorrendo nos CSA britânico e estadunidense, bem como nos respectivos períodos de crise e transição.

Palavras-chaves: Relações Internacionais, Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Análise dos Sistemas-Mundo, Integração Regional.

ABSTRACT: The “systemic cycles of accumulation” (SCA), Arrighi’s concept to define historical periods where the accumulation of the world wealth is led by the main power, has been exercising great influence over South American integration, specially between its biggest countries. The present article analyses how this relation has been happening under the British and North-American’s SCA, as well as under the respective periods of crises and transition.

Key-Worlds: International Relations, Systemic Cycles of Accumulation, World-System Analysis, Regional Integration.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80, a América Latina iniciou um processo de integração sem precedentes na sua história. Tentativas de integrar a região economicamente já haviam sido feitas nas décadas de 60 e 70, sem atingir resultados muito expressivos. Diante de certa decepção com esses resultados, em 1980 é lançada, através do Tratado de Montevideo, a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, substituindo a antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, de 1960. A ALADI passou a representar uma espécie de “constituição” para os tratados subsequentes, servindo de paradigma para novos projetos.

Na década de 80, os acordos mais importantes ocorreram entre Argentina e Brasil, criando o embrião para o lançamento do Mercosul, em 1991, o qual surgiu com objetivos ambiciosos: tornar-se no futuro um mercado comum, o que proporcionaria a livre circulação de capital, trabalho, bens e serviços entre os membros participantes. Seus membros tinham a intenção de promover uma liberalização comercial e financeira entre si para, posteriormente, integrar-se em áreas mais amplas de livre-comércio. Vale lembrar que o Mercosul e outros blocos foram criados no âmbito da Rodada Uruguai, que daria origem à OMC, exatamente com o fim de liberalizar o comércio mundial, além de estarem inseridos na onda neoliberal que ocorreu na América Latina.

Esse modelo rapidamente demonstrou sua fragilidade, resultando em crises a partir da segunda metade dos anos 90. A mexicana, em 1995, com o chamado “efeito tequila”; a brasileira, em 1999, e a argentina, provavelmente a mais grave, entre 2001 e 2002. Um dos efeitos da crise viria a ser uma mudança política em diversos países da América Latina, que elegeram governos de esquerda. Dentre eles, podemos destacar Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Na pauta política da maioria dos partidos, a integração regional ganhava destaque.

No Mercosul, apesar da criação do Parlamento e da adesão da Venezuela, a estrutura institucional permanece com poucas mudanças e com as mesmas imperfeições de antes. Trata-se de um bloco desprovido de órgãos supranacionais, que constitui uma união aduaneira imperfeita, devido às diversas exceções e às barreiras não-tarifárias que continuam existindo, além das várias “perfurações” presentes na TEC – tarifa externa comum. As limitações atuais do Mercosul têm a ver, principalmente, com conflitos e divergências existentes entre Argentina e Brasil, seus idealizadores, sócios maiores e históricos rivais na disputa pela hegemonia regional.

Os objetivos de cada um dos países no bloco, que resultam em aproximações e divergências, têm raízes em uma longa disputa pela supremacia regional. Tais disputas decorrem, fundamentalmente, das características sistêmicas da economia-mundo e da posição ocupada por cada um dos países, principalmente Argentina e Brasil. Para compreender o processo de longa duração que culminou na integração regional e no Mercosul, é preciso estudar a posição dessas países nos “Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA)”, conforme entendimento de Arrighi, que vêm ocorrendo desde a formação dos Estados Nacionais.

A formação dos Estados latinoamericanos se deu no contexto de ascensão do CSA britânico, ocorrido no início do século XIX. Em tal período, desde por volta de 1880 até 1930, a Argentina foi um sócio privilegiado da Grã-Bretanha graças à suas vantagens comparativas na exportação de commodities. Em 1950, o país sulamericano possuía o maior PIB da região e a indústria mais desenvolvida (THORP, 2005, p. 107). No século XX, ocorre a decadência da hegemonia britânica e a ascensão da estadunidense. O período posterior à guerra foi marcado pela “Industrialização por Substituição de Importações – ISI”, fenômeno que se observou em quase todos os países latinoamericanos. A partir de então, pouco a pouco a Argentina foi diminuindo sua participação relativa na economia da região, perdendo espaço para Brasil e México.

Os anos 70 do século XX marcam o início da expansão financeira dos Estados Unidos, gerando uma onda de empréstimos para o Terceiro Mundo, culminando na crise da dívida dos anos 80. Tal crise condicionou a integração regional sulamericana, notadamente a aproximação entre Argentina e Brasil, quando este país ocupa a posição de maior economia regional. A criação do Mercosul, em 1991, é profundamente afetada pela nova tentativa de expansão financeira dos Estados Unidos dos anos 90, através do projeto de “globalização” organizado pela via do neoliberalismo e do multilateralismo. A crise desse modelo, porém, levou ao rápido fracasso do projeto de “globalização”, substituído pelo imperialismo neoconservador de Bush, o qual encontra no Iraque aquilo que muitos identificam como sua “crise terminal”, que coincide com o início da ascensão da China. É nesse contexto de incertezas, decorrentes de um período transitório da economia-mundo, que se encontra o Mercosul e a integração sulamericana atual.

O presente trabalho divide-se em cinco partes. Na primeira, é feita uma breve introdução aos conceitos de “ciclo sistêmico de acumulação” e de “semi-periferia”, com base em Arrighi e Wallerstein, fundamentais para a compreensão do fenômeno

estudado; na segunda parte, é analisada a formação dos Estados no Cone Sul durante o período de CSA britânico, com destaque para a posição argentina; na terceira, fala-se da transição entre as hegemonias britânica e americana, período que vai da Primeira Guerra Mundial, passa pela Crise de 29 e termina na Segunda Guerra Mundial, com seus respectivos efeitos na região; na quarta, será analisada a ISI e a ascensão do Brasil como principal poder regional, já sob o CSA estadunidense, momento no qual é iniciado, nos anos 80, um efetivo processo de integração regional; finalmente, volta-se para as limitações do bloco e suas imperfeições atuais, onde o ciclo de expansão financeira norteamericano dá sinais de novo período de transição sistêmica.

A integração argentino-brasileira e a formação do Mercosul, portanto, só podem ser compreendida a partir de um processo histórico de disputas e aproximações entre dois poderes semiperiféricos, Argentina e Brasil, condicionados pelos ciclos de acumulação sistêmicos, que culminam na atual fase de transição e de incertezas.

2. Os “Ciclos Sistêmico de Acumulação” e a posição de “Semiperiferia”.

O conceito de “Ciclos Sistêmicos de Acumulação” (CSA), proposto por Giovanni Arrighi, consiste em uma tentativa de encontrar padrões que se repetem nos ciclos de acumulação ocorridos na história da economia-mundo capitalista. Dentro de cada ciclo, alternam-se fases de expansão material com outras de expansão financeira. A idéia baseia-se nas características centrais do capitalismo, apresentadas por Braudel, que consistem na “sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação” (BRAUDEL, 1982, p.433 apud ARRIGHI, 1994, p.4).

Dentro da história do capitalismo, cada ciclo sistêmico de acumulação atingirá sua maturidade quando promover o que Braudel caracterizou como “expansão financeira”, que decorre de um ciclo anterior de expansão material. Isso foi observado, dentro dos respectivos CSAs, nos seguintes momentos: genovês, na segunda metade do século XVI, quando seus comerciantes migram das mercadorias para as atividades bancárias, financiando as nações ibéricas; holandês, no século XVIII, quando se retiram do comércio para transformarem-se nos banqueiros da Europa; inglês, no fim do século XIX, quando a Revolução Industrial e sua conseqüente expansão industrial criam capital monetário em excesso; e americano, no final do século XX, que tem início na década de 70, quando termina expansão produtiva do pós-segunda guerra dando lugar a um período de forte expansão financeira (ARRIGHI, 2007, p.5-6).

Os CSAs estão ligados ao que Braudel chamou de “camada superior” e “não especializada” do capitalismo (ARRIGHI, 2006, p.8). Trata-se de um grupo de capitalistas que, dotado de grandes quantidades de capital, possui flexibilidade para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam sofrendo redução de lucros para outras onde o lucro esteja aumentando. Os ciclos sistêmicos sofrem mudanças quando essa camada promove um grande deslocamento de seus investimentos para outras atividades ou lugares, mas sempre procurando controlar as cadeias de produção e externalizar ao máximo os custos da mesma.

Esse movimento do capital foi provocando, ao longo da história, a incorporação de diferentes áreas do mundo no sistema capitalista. Tal inclusão, contudo, ocorre de maneira desigual. Arrighi distingue a estrutura de Estados, que se divide em três zonas principais, conforme uma hierarquia de riqueza:

[...] a análise dos sistemas mundiais afirma que essa hierarquia de riqueza consiste de três camadas ou agrupamentos distintos. Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico (1998, p.215).

Não há, segundo Arrighi (1998), uma atividade típica que coloque um país na posição central, mas sim uma combinação delas, “por exemplo, a especialização na manufatura; a exportação de mercadorias que incorporam mão-de-obra bem paga e a importação de mercadorias que incorporam mão-de-obra mal paga; exportação do capital e importação do trabalho” (p.214). Logo, não há combinação específica de atividade que eleve um Estado à posição central, tampouco garantia de que ele permaneça nela indefinidamente. Nessa divisão mundial dos recursos, que são escassos, “os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração” (p.127).

A ideia de que existe uma “semiperiferia”, que exerce um papel intermediário entre o centro e a periferia, é um dos pontos centrais da análise dos sistemas-mundo. Para Wallerstein, os Estados que se encontram nessa condição possuem uma mescla das características de produção periféricas e centrais. Para galgar melhores posições, esses

países caracterizam-se por tentar promover seu desenvolvimento com alta ingerência estatal. Para isso, utilizam-se largamente de protecionismo, onde buscam melhorar sua capacidade produtiva protegendo-se de grandes companhias estrangeiras e lutando para receber antigas indústrias de ponta do centro. Segundo o autor:

Los estados semiperiféricos tienen una mezcla relativamente pareja de procesos de producción y se hallan en una situación muy complicada. Bajo presión de los estados fuertes y presionando a los estados débiles, su mayor preocupación es mantenerse a distancia de la periferia y hacer lo posible para acceder al centro. [...]

En dicho esfuerzo, su competencia es oriunda no de los estados centrales sino de otros estados semiperiféricos, igualmente anhelantes de ser los receptores de la relocación, la cual no puede llegar a todos los aspirantes en forma simultánea ni en el mismo grado. (2005, p.23)

Na abordagem dos sistemas-mundo, a partir das análises de “longe dureé” de Braudel, Wallerstein afirma que a ciência social deve ser histórica, “observando los fenómenos por largos periodos a la vez que en amplios espacios” (2005, p.16). Assim, do mesmo modo que a transição entre países hegemônicos dentro do sistema se dará dentro de ciclos de longa duração, a disputa e a troca de posições entre países semiperiféricos, bem como a ascensão ou queda de países dentro do sistema, deverá ser analisada dentro de semelhante perspectiva. Para Ariighi (2008, p.220), “nem todos os Estados podem ser ou se tornar semiperiféricos”, pois para que um deles atinja esse status é necessário que outros piorem suas condições e se tornem periferia.

Segundo Chase-Dun e Kwon, “[...] a América Latina é uma região do mundo que tem muitos países semiperiféricos” (2012, p.116). Natural, portanto, que nela se desenvolvesse uma disputa entre ditas nações, principalmente entre as duas maiores, Argentina e Brasil, que ao longo do tempo contaram com melhores condições territoriais, produtivas e populacionais para buscar uma melhor posição no CSA vigente e a liderança regional. Isso significa, dentro dessa abordagem, tornar-se o país semiperiférico mais próximo de galgar um lugar no centro e de transferir ao máximo seus custos de produção para a periferia.

3. O ciclo sistêmico de acumulação britânico e a formação dos Estados Nacionais no Cone Sul.

Depois de ganhar terreno com relação a Amsterdam durante todo o século XVIII, no final deste, após a guerra de independência dos Estados Unidos, Londres adquire supremacia frente aos holandeses no campo das altas finanças. Após um

período de transição que correspondeu aos anos das Guerras Napoleônicas, a partir de 1815 o aumento do endividamento e dos gastos públicos britânicos faz com que a indústria de bens de capital da Grã-Bretanha passe por uma explosão fenomenal (ARRIGHI, 2006, 164).

Por volta de 1840, o mercado interno britânico torna-se insuficiente para a expansão da sua produção. O país passa, então, a intensificar a liberalização unilateral do comércio, aproveitando a demanda por seus produtos em diversos lugares do mundo para promover uma expansão mundial do comércio e da produção, principalmente de ferro e aço para transporte ferroviário e maquinarias. Segundo Arrighi (2006, p. 165):

Os bens de capital britânicos encontraram uma demanda imediata entre as organizações governamentais e empresariais do mundo inteiro. E essas organizações, por sua vez, aumentaram a produção de insumos primários para a venda na Grã-Bretanha, a fim de obter os recursos necessários para pagar pelos bens de capital ou amortizar as dívidas contraídas quando de sua aquisição.

A independência de Argentina e Brasil ocorreu exatamente no contexto de ascensão do CSA britânico. À Grã-Bretanha interessava fazer das antigas colônias ibéricas países independentes, pois isso lhe possibilitaria controlar os fluxos de comércio com os mesmos. Desse modo, tanto Buenos Aires quanto Rio de Janeiro passaram a comandar a instalação, nos respectivos territórios, de nós de cadeias mercantis globais, comandadas ou centralizadas principalmente na Inglaterra.

Nesse contexto, segundo Doratioto (2012), o antigo Vice-Reino do Rio da Prata rompeu com a dominação espanhola e com o regime monárquico da antiga metrópole; já o Brasil foi elevado, em 1815, à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Como resultado, o país nasce com estruturas administrativas e de forças armadas minimamente organizadas, onde o Rio de Janeiro pôde impor a independência às regiões distantes, especialmente à região de Pernambuco, que se levantou em uma frustrada tentativa de secessão, a Confederação do Equador (1824). Já a elite portenha, que liderou o processo independentista, não consegue impor-se como Estado centralizado desde o princípio, perdendo as regiões do Paraguai, Alto Peru e Banda Oriental, além de enfrentar resistências de outras províncias à frágil centralização exercida por Buenos Aires.

Após longo processo de disputa pela hegemonia no Cone Sul, que incluiu a criação do Uruguai por força da diplomacia britânica (interessada na livre navegação do Rio da Prata), a Guerra do Paraguai marcou o fim da construção dos Estados Nacionais

na região. Com o Paraguai destruído e a independência uruguaia não sendo mais questionada, as questões fronteiriças mais importantes estão resolvidas. Argentina e Brasil, então, voltam-se para o seu próprio desenvolvimento.

3.1. O ciclo de expansão financeira britânica e o maior crescimento argentino.

No final do século XIX, ocorreu uma “segunda onda” de expansão do capital britânico pelo mundo. Segundo Arrighi, a “Grande Depressão”, ocorrida entre 1873-96, se deveu “a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital” (2006, p.168). Esse aumento da competitividade entre capitais levou a uma guinada de investimentos do setor produtivo para o setor financeiro, onde o CSA britânico atinge sua maturidade e passa para a fase de expansão financeira. Isso levou a uma propagação das redes bancárias e dos créditos pelo mundo todo, mantendo Londres como centro. Essa rede cosmopolita de altas finanças serviu para financiar países como os Estados Unidos, o qual se industrializou e veio a ser a próxima potência hegemônica, mas também Argentina e Brasil, voltados para o setor agrícola.

O Império Brasileiro acabou por manter quase intacto seu território colonial. Por volta de 1850, o café passa a ser o principal produto de exportação brasileiro e ocorre o fim do tráfico de escravos. A partir de então, inicia-se a transição para o trabalho assalariado, a imigração europeia, alguma modernização do país e uma tímida industrialização. Segundo Rosângela de Lima Vieira, as exportações do café representaram uma força de transformação econômica e política do Brasil, com São Paulo e as forças ligadas a esse produto passando a hegemonizar a política. Por outro lado, isso marcou o “sentido de colonização” do Brasil naquele período, pois “na divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil a produção de produtos primários para atender demandas externas” (2012, p.273). Ainda segundo a autora:

Observa-se [...], - na cadeia mercantil do café – a presença pragmática do capital e de empresas de capital internacional. Tal fato ocorre nas transações de grande porte [...] de comercialização de grandes quantidades de café; na construção de ferrovias; e na maquinaria necessária para a preparação do café para a comercialização. (p.278)

A Argentina, apesar de perder o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia, voltou sua economia para a agroexportação à Europa, beneficiando-se da expansão do capital britânico de uma forma ainda maior que a brasileira. Segundo Diaz Alejandro (2002,

p.18-19), o crescimento das exportações dos produtos agrícolas – grande motor do crescimento argentino – foi paralelo à expansão da rede ferroviária implantada no país, promovida essencialmente com capital britânico. O ciclo de crescimento se completou com o aumento da imigração de mão de obra e do capital investido: o crescimento anual médio do PIB, entre 1869 e 1914, foi de aproximadamente 5% ao ano, com um aumento populacional a uma taxa média anual de 3,4%. Dentre os produtos rurais de maior destaque estavam a lã, o couro, as carnes, além de cereais como trigo, milho e aveia. Neste período, vários ciclos de curta duração fizeram com que, a todo o momento, um produto de larga produção na Argentina estivesse com preços altos e demanda elevada no mercado internacional, já que o país não dependia de apenas um bem de exportação, como o Brasil. Além disso, segundo Magalhães (2012, p.119), a Argentina demandava a alta tecnologia de frigoríficos (esfriamento, congelamento, carne enlatada) que o setor de carnes exigia. Em 1914, 22,4% da população argentina economicamente ativa estava ocupada no setor industrial, enquanto no Brasil a taxa era de 13,8% em 1920.

Em um período que vai aproximadamente de 1880 até 1930, a Argentina, com seu modelo agroexportador atrelado ao Reino Unido, torna-se o país mais próspero e desenvolvido da América Latina. Isso faz o país acreditar que devesse exercer o papel de “hegemonia regional” (GONÇALVES e LYRIO, 2003, p. 9). Para José Botafogo Gonçalves:

a diplomacia argentina se reveste do mito de interlocutora da Europa e de uma espécie de “destino manifesto” para a hegemonia regional, o que gera maiores desconfianças dos países vizinhos, ao passo que a diplomacia brasileira parece concentrar-se, entre outros objetivos, na tentativa de reequilibrar o balanço de forças na região e em resolver seus limites territoriais”. (2003, p.9).

A Primeira Guerra Mundial, contudo, representará o início da crise terminal da hegemonia britânica, o que refletirá diretamente no desenvolvimento dos países periféricos da América do Sul, especialmente da Argentina.

3.2. A transição da hegemonia do Reino Unido aos Estados Unidos e seus efeitos na região.

No meio século que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o Império Britânico sustentou-se ampliando a capacidade de exportação de produtos primários da Índia e de outras colônias, além de investir seu capital nas nações mais lucrativas, não sentindo a

necessidade de reestruturar sua indústria. Segundo Arrighi, “Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela desses investimentos, e aquele que deu aos investidores britânicos os maiores direitos sobre ativos estrangeiros e receitas futuras” (2006, p.278). A Guerra, contudo, obrigou a Grã-Bretanha a promover enormes gastos. Isso possibilitou aos norte-americanos recomprar investimentos britânicos feitos no século XIX, adquirir créditos junto ao país europeu e ainda substituí-lo como fornecedor de crédito, nos anos de conflito, para países periféricos da Ásia e da América Latina (2006, p.279).

No Brasil, como afirma Magalhães (2012, p.119), A Grã-Bretanha era o maior importador até os anos 1920, “quando essa posição passou a ser ocupada pelos Estados Unidos (Cervo & Bueno 2002, 207)”. De acordo com Rosângela de Lima Vieira, “a passagem do centro hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos também aparece na cadeia mecantil do café, sobretudo pelo fato de máquinas de beneficiamento utilizadas aqui serem de origem norte-americana e por constituírem-se no principal mercado consumidor” (2012, p.291).

A aproximação do Brasil com os Estados Unidos, constituindo o que Bradford Burns denominou de “aliança não-escrita” (unwritten alliance) (HIRST, 206, p.94), além de estar ligada com a abertura do mercado norte-americano ao café, também visava contrabalançar o crescimento argentino e a sua importância na região. Depois que a última disputa fronteiriça entre Argentina e Brasil foi resolvida em 1895, através de decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos, onde Grover Cleveland deu ganho de causa ao Brasil e pôs fim à “Questão das Missões”, o Barão do Rio Branco passa a empenhar-se em estabelecer um equilíbrio regional, evitando a supremacia argentina. Conforme o diplomata brasileiro José Botafogo Gonçalves:

“a aproximação com os Estados Unidos visava a desenvolver uma relação especial que, entre outras razões, contrabalançasse o aumento do poderio argentino no continente; as soluções para as disputas com terceiros países serviam, indiretamente, para “limpar o terreno” de outros focos eventuais de conflito; e o programa naval brasileiro pretendia reequilibrar a correlação de forças militares na região” (2003, p. 09).

Rio Branco via o Brasil como um país mais estável do que os demais países sul-americanos e candidato natural ao exercício de alguma liderança regional. Entendia, contudo, que a liderança do Pacífico corresponderia ao Chile, mas que do lado Atlântico o Brasil não conseguiria prevelecer sem um entendimento com a Argentina. É por isso que ele propõe, em 1904, o chamado “Triângulo ABC”, uma aliança de caráter militar, formando um “condomínio de nações” na América do Sul. A ideia de Rio Branco, porém, nunca se consolidou: o Tratado do ABC chegou a ser assinado em 1915, mas

não demorou para que a Argentina o colocasse de lado, evitando submeter-se às decisões de Brasil e Chile.

A Argentina, contudo, mantém sua economia atrelada aos britânicos, uma vez que os Estados Unidos eram seus concorrentes na produção agrícola e poderiam ameaçar seu poder regional. Além disso, segundo Arrigui (2006, p.279), não se pode supervalorizar as dificuldades britânicas na década de 20, pois a capacidade estadunidense de administrar o sistema monetário mundial ainda é menor que a britânica. Isso permite que a Argentina mantenha sua economia atrelada à da Grã-Bretanha até por volta de 1950, o que proporcionou àquele país possuir a indústria mais evoluída da região naquele período. Segundo Magalhães, “Os Estados Unidos só vieram ultrapassar os ingleses como maior parceiro comercial da Argentina nos anos 1950” (2012, p.119).

3.3. A Crise de 29 e a Segunda Guerra Mundial: o fim do CSA britânico.

Durante a década de 20, os Estados Unidos continuaram acelerando a sua produção e tornando-se cada vez mais um investidor internacional, promovendo empréstimos a diversos países. Esse fluxo financeiro cria uma onda especulativa que, a qualquer momento, poderia derrubar a estrutura do comércio mundial. E foi o que ocorreu: “a interrupção dos empréstimos e investimentos estrangeiros dos Estados Unidos tornou-se permanente, com a quebra de Wall Street e a subsequente depressão da economia norte-americana” (ARRIGHI, 282-283). O resultado é uma era de protecionismo, moedas desvalorizadas e radicalismo político.

A crise de 29 representa um duro golpe para toda a região e exige readaptação. A Argentina encontra duas saídas: primeiro, aproveitando a sua capacidade industrial já instalada, a maior e mais sofisticada da América Latina, o que tirou a economia da recessão mesmo com a queda das exportações (BULMER-THOMAS, 2005, p.62). O outro fator foi o Pacto Roca-Runciman, de 1933, que estabeleceu cotas de exportação da Argentina para o Reino Unido, acreditando-se que o modelo agroexportador existente até então deveria persistir (CANDEAS, p.17). Para Bulmer-Thomas, o desempenho do setor não-exportador da Argentina, “seja na indústria, nos transportes, na construção, seja nas finanças, foi em geral satisfatório, de forma que é difícil concluir que o declínio a longo prazo da economia argentina tenha se iniciado na década de 30” (2005, p.75).

O Brasil também promove um grande crescimento industrial, aproveitando-se de capacidade ociosa, dos recursos do café e do algodão e da abundância de mão-de-obra, principalmente na região de São Paulo. Apesar do crescimento, em 1939 o produto industrial per capita do Brasil (assim como do México) era menor que Argentina, Chile e Uruguai (BULMER-THOMAS, 2005, p.65). Na década de 30, embora permanecesse mais pobre do que Argentina e Chile, o Brasil fundou suas bases industriais, iniciou a política desenvolvimentista e ampliou seu leque de exportações.

Como explica Thorp (2005), a Segunda Guerra Mundial foi outro acontecimento fundamental para transformar a economia da América Latina. Com o estouro da guerra, são bloqueadas pelo Reino Unido as rotas comerciais marítimas da Alemanha e Itália, afetando a região. Com a economia concentrada na guerra, os britânicos também decidem reduzir ao máximo as compras de fora da Commonwealth. Nos primeiros anos de conflito, o Brasil é afetado em cerca de 1/3 das suas exportações, a Argentina em 40%, além de outros países, como Perú e Chile. Além disso, a Europa torna-se incapaz de fornecer os bens de que os países latinoamericanos necessitavam importar.

A partir de 1940, visando manter a América Latina de fora do alcance do Eixo, os EUA intensificam suas relações econômicas com a região. Nesse ano o Brasil recebe do Export-Import Bank um financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Na Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, muitos países optaram por romper com o Eixo. O Brasil acaba rompendo em agosto, sendo o primeiro país sulamericano a fazer uma declaração formal de guerra. A Argentina mantém-se neutra, voltando a ser um fornecedor estratégico de commodities ao Reino Unido no período de conflitos. Diante da crescente pressão dos Estados Unidos e da Inglaterra, a Argentina declara guerra a Japão e Alemanha somente em março de 1945, quando os EUA retiram os embargos feitos ao país sulamericano.

Com o final da Guerra, o predomínio europeu, especialmente o britânico, está definitivamente acabado. O desafio lançado pela Alemanha nazista e pela Rússia soviética exauriu a economia da Grã-Bretanha, levando ao fim do seu CSA. Para Arrigui:

Tal como o Reino Unido no início do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por reconduzir o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália; depois, passaram a reformular e a governar o sistema que haviam restabelecido. Mais uma vez, essa capacidade de reformular o sistema interestatal baseou-se em uma percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais de um Estado hegemônico incorporavam um interesse geral (xx, p.65).

Os Estados Unidos emergem como potência, com total prevalência de capacidade produtiva e militar, voltando-se agora contra as barreiras comerciais dos anos 30 e a inflação dos anos de conflito. Com os acordos de Bretton Woods, foram criados o FMI e o Banco Mundial, adotado o padrão dólar-ouro e o compromisso de liberalizar a economia mundial. A América Latina, que esperava receber grandes investimentos da nova potência hegemônica, acabou ficando em segundo plano, preterida pelo Plano Marshall e a reconstrução da Europa Ocidental. O início do CSA norteamericano, portanto, obriga a região a readaptar-se às novas cadeias produtivas.

4. O ciclo sistêmico de acumulação estadunidense e a industrialização por substituição de importações (ISI)

Na Conferência de Bogotá, em 1948, ficou claro que a América Latina não era prioridade para os Estados Unidos. Nesse mesmo ano é criada pela ONU a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal, que lança um desafio ao pensamento ortodoxo. O órgão defende que a América Latina deveria industrializar-se e acabar com sua dependência de exportação de produtos primários, com termos de troca deterioráveis a longo prazo, buscando sair da condição de periferia e internalizar elos mais rentáveis das cadeias mercantis globais. A Cepal exerce enorme influência na região, que inicia uma era de Industrialização por Substituição de Importações – ISI.

Na América Latina do pós-guerra, havia uma disputa entre os defensores de um desenvolvimentismo guiado pelo Estado e os defensores da abertura para os investimentos dos Estados Unidos. Segundo Thorp (2005), quando se percebeu que os investimentos oficiais norteamericanos não viriam, os países passam a adotar um misto das políticas anteriores: industrialização protegida, com forte dependência de capital externo. Conforme Ffrench-Davis, Muñoz e Palma (2005), na América Latina dos anos 50 prevalece a ideia de incentivo à produção de manufaturas, para consumo interno e exportação, no lugar da exportação de produtos primários. Porém, o excesso de burocracia, as regras confusas e a dificuldade de exportar produtos primários leva a certa frustração com os resultados dessa política.

Na Argentina, de acordo com Thorp, Perón promoveu forte industrialização com medidas protecionistas, provocando aumento dos salários e do consumo interno. Ao mesmo tempo, diminuem as exportações de grãos entre 1948 e 1952. Precisando

importar dos EUA, os argentinos não possuíam divisas: seu lucro com o comércio com a Europa era inconvertível; além disso, os Estados Unidos determinaram que o país não poderia receber dólares do Plano Marshall. Assim, o desempenho, tanto da indústria quanto da economia, é fraco nos anos 50. Já no Brasil, durante o governo Dutra, apesar de sua matriz liberal, a indústria continuou a se desenvolver. Até 1947 o país pôde importar bens de capital, quando a decepção com a baixa entrada de investimentos dos Estados Unidos levou à reintrodução de controles de importação.

Nas políticas de ISI, a discriminação à agricultura esteve implícita em muitos países, principalmente no México e na Argentina. Neste país, Perón tentou estrangular a agricultura, através do Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio - IAPI, onde controlava as exportações em prol da industrialização. O que ele não compreendeu foi a importância do setor, onde os agricultores perderam a confiança e diminuíram os investimentos, gerando inflação. O ponto positivo dessa política foi a melhora da distribuição da renda entre os trabalhadores urbanos. Nos demais países, o crescimento industrial foi acompanhado de repressão do proletariado e ausência de reforma agrária. (2005, p.109-110).

Após a Segunda Guerra Mundial, a ISI se tornou não apenas uma opção, mas uma necessidade, principalmente nos grandes países. A partir do final da década de cinquenta, os países da América Latina vão aos poucos reduzindo o viés antiexportador e, puxados pelo crescimento internacional, privilegiam a entrada de capitais estrangeiros. É a partir de então que o Brasil passa a ser o país com maior crescimento, o que o levaria a ser a maior economia da região. No período que vai de 1950 até os anos oitenta, ocorreu a troca de posições entre Argentina e Brasil na supremacia econômica sulamericana. Se contarmos toda a América Latina, o México também galgou uma posição mais elevada. Segundo Ffrench-Davis, Muñoz e Palma:

EM 1950, no início do período, a economia argentina era a maior da região, respondendo por um quarto do PIB somado de todos os países; seu nível de produção era dez por cento superior ao do Brasil e 25 por cento maior que o do México. Devido ao seu fraco desempenho relativo entre 1950 e o começo dos anos 80, o PIB da Argentina cresceu apenas 2,7 vezes, ao passo que o do Brasil expandiu sete vezes. No final do período, o PIB brasileiro cresceu apenas 2,7 vezes, ao passo que o do Brasil expandiu sete vezes. No final do período, o PIB brasileiro havia alcançado quase três quartos do correspondente ao Reino Unido. O México também conseguiu um alto crescimento no período. Em 1990, o Brasil e o México juntos representavam quase três quintos do PIB latino-americano. Nesse ano, a produção argentina correspondia a apenas um terço da brasileira e à metade da mexicana (2005, p.162).

A idade de ouro durou entre 1945 e 1972, época em que as economias mais desenvolvidas – EMDs - tiveram um crescimento sem precedentes, principalmente França, Alemanha e Japão. Essa fase se sustentou em um tripé: políticas keynesianas, “pax americana”, com o sistema de Bretton Woods, e instituições regulamentadoras da relação capital-trabalho. A hegemonia dos Estados Unidos garantia a fluidez do comércio, enquanto os países implantavam o Estado de bem-estar social. Entre 1960 e 1973, Brasil, México e Colômbia, que exportavam manufaturas para as EMDs e não dependiam exclusivamente de exportações de produtos primários, aumentando sua capacidade de importar, acabaram tendo desempenho melhor (Ffrench-Davis, Muñoz e Palma (2005).

Essa primeira onda latinoamericana de industrialização, baseada principalmente nas exportações e na expansão do mercado interno, durou até o início dos 70. Foi então que, como ocorrera com a Grã-Bretanha na “Grande Depressão” do final do século XIX, os capitais passam a migrar do setor produtivo para o setor financeiro. Essa mudança terá efeitos decisivos nas economias dos países da região.

4.1. O ciclo de expansão financeira estadunidense e o maior crescimento brasileiro.

A crise dos Estados Unidos que se deu entre 1968 e 73 foi sinalizadora do início da sua decadência. Ela se deu em três esferas distintas, todas interligadas: militar, financeira e ideológica. Para Arrighi, o processo de aculumação norteamericano decorrente da era de expansão material de seu ciclo de acumulação, que durou de aproximadamente 1945 a 73, gerou um acúmulo de dólares no mercado europeu, os chamados “eurodólares”. Washington reage e busca centralizar outra vez em si a oferta de liquidez mundial: “Como não havia alternativa viável para o dólar como principal moeda de reserva e meio de troca internacional, o abandono do padrão de câmbio ouro-dólar resultou na criação de um puro padrão dólar” (p.319).

Por cerca de cinco anos, entre 1973 e 78, os Estados Unidos adquirem uma capacidade sem precedentes de produção de dinheiro mundial. Disso resultou que, com a subida do preço do petróleo, houve uma enorme transferência de recursos para os membros da Opep. Muitos desses dólares foram reciclados em forma de empréstimos para Países Menos Desenvolvidos - PMDs.

Venezuela, México e Equador se beneficiaram da subida de preços. Nos demais países, diferentes medidas foram adotadas: o Brasil apostou que a crise era passageira e buscou um crescimento com base na dívida; a Argentina e o Chile fizeram experiências neoliberais, ampliando a atração de capitais externos e tomando empréstimos de curto prazo. Conforme Fferench-Davis, Muñoz e Palma, entre as décadas de 1970 e 80, enquanto Brasil, Colômbia, México, Perú e Venezuela aumentaram a participação das manufaturas no PIB,

as exceções foram os países do Cone Sul, nos quais as experiências neoliberais de meados da década de 70 deram início a um processo de desindustrialização. A participação da indústria no PIB da Argentina reduziu-se de um máximo de 29 por cento para 25 por cento, ao passo que o Chile passou de 26 por cento no início da década de 1970 para 21 por cento em 1980. (2005, p.172).

Houve também uma diminuição geral na participação da agricultura. Ela foi mais dramática no caso de Argentina e Uruguai, que apresentavam clara vantagem comparativa no setor. Enquanto isso, Europa, Ásia e Estados Unidos aumentavam a proteção aos produtores agrícolas (p.166-167). Isso contribuiu para a diferença de desempenho, de 1950 a 90, entre Brasil e México, de um lado, e Argentina e Chile, do outro: “Enquanto Brasil e México conseguiram aumentar sua produção industrial quase dez vezes, na Argentina e no Chile esse crescimento foi de apenas três vezes” (FFERENCH-DAVIS, MUÑOZ e PALMA, 2005, p.171).

Entre as décadas de 1970 e 80 o “novo protecionismo” (barreiras não-tarifárias) aumenta nas EMDs, atrapalhando o desempenho da América Latina. De qualquer modo, os países maiores conseguiram fazer a transição da ISI para a industrialização para exportações, com destaque para Brasil e México, evitando proteção efetiva negativa e valorização artificial da taxa de câmbio. Já Argentina e Chile, com políticas monetárias restritivas, câmbio valorizado e ausência de proteção, perderam competitividade nos anos setenta.

A partir de 1982, a crise da dívida colocaria fim à fase de crescimento latinoamericano baseado na ISI. Na América do Sul, fica claro que essa fase representou a troca de posições entre Argentina e Brasil. Este país soube aproveitar-se da fase de crescimento internacional para industrializar-se e do seu elevado crescimento populacional para expandir o mercado interno, além de promover exportações de manufaturas, tudo isso de uma maneira muito superior à Argentina. Além disso, o Brasil evitou, nos anos 70, as políticas neoliberais adotadas por aquele país e pelo Chile.

O Brasil entra na década de 80 com enorme vantagem econômica sobre o país vizinho, mesmo com o advento da crise. Uma das razões foi que, na era de financeirização do ciclo de acumulação norteamericano, o Brasil soube aproveitar os fluxos de capitais para se industrializar. Por consequência, os projetos de integração surgidos nessa década serão, essencialmente, projetos de liderança brasileira. A partir de então, ao contrário do início do século, é a Argentina quem passa a se preocupar com o agigantamento brasileiro.

4.2. A crise da dívida da década de 80 e os projetos de Integração.

Poucos atentaram para o risco gerado por pelo crescimento dos anos 70, baseado em empréstimos de bancos privados internacionais. Para Arighi, “os governos do Terceiro Mundo foram mais gravemente afetados do que quaisquer outros pelo novo regime monetário” (2006, p.322). O alerta veio quando o México, em 1982, anunciou que não tinha mais como pagar os serviços da dívida. A suspensão dos empréstimos, o aumento dos juros (que eram flutuantes) e a redução dos preços e da demanda por produtos primários levaram a América Latina a uma recessão econômica. A falta de investimentos produtivos e uma forte queda nas importações geraram desemprego, inflação e aumento da pobreza. Também houve aumento da remessa de lucros e o pagamento de juros (FFERENCH-DAVIS, MUÑOZ e PALMA, 2005, p.223).

Ainda nos anos 50, Prebisch estava convencido de que a abertura dos mercados na América Latina proporcionaria uma concorrência entre iguais na região. Tratava-se de uma maneira através da qual os países se protegeriam do resto do mundo utilizando-se de uma rede integrada de comércio – bem diferente do que seria tentado nos anos noventa. Em 1960, através do Tratado de Montevideo, foi criada a ALALC, que funcionaria em conformidade com as normas da GATT. Alguns avanços foram conquistados, como a criação de “acordos complementares” entre países, criando certa especialização entre setores produtivos e empresas. Todavia, o bloco enfrentou resistências de produtores nacionais que queriam monopólios, não se criou uma TEC e tampouco mecanismos compensatórios. Nos anos 70, com as ditaduras no poder, prevaleceriam as relações bilaterais. Além dos golpes militares, o choque do petróleo gerou desequilíbrios que dificultaram qualquer projeto.

Diante das assimetrias e divergência de interesses da década de setenta, optou-se por um novo acordo mais amplo e flexível. A Associação Latinoamericana de

Integração – ALADI - foi assinada em 1980, no novo Tratado de Montevideo, ainda antes da crise da dívida. Seu objetivo era assegurar o que já fora conquistando, inclusive no âmbito de acordos bilaterais, incluindo o México e a América Central. Sob os regras da ALADI, foram estabelecidos novos acordos na Comunidade Andina de Nações, que havia sido criada em 1969, e no Mercado Comum Centro Americano, que data de 1951. O mais importante avanço ocorreu entre Argentina e Brasil, em julho de 1986, que tratava de questões abrangentes, dentre elas uma união alfandegária entre os dois países. Tratava-se do embrião do Mercosul.

Nos anos 80, o reordenamento ocorrido entre Alfonsín e Sarney representava o início de uma cooperação efetiva após uma longa era de rivalidades. O comportamento do Brasil na Guerra das Malvinas foi um marco dessa aproximação, superando as desavenças decorrentes da construção de Itaipú; a Declaração do Iguazu, de 1985, foi o ponto de partida para a integração. Todavia, o projeto se iniciava em um contexto de crise internacional, onde nenhum dos dois países encontrava alternativas de crescimento diante da crise da dívida, acabando por recorrer ao comércio regional. Além disso, as ditaduras recém haviam acabado, e os novos presidentes necessitavam reforçar mutuamente a implantação da democracia (AZAMBUJA, 2012).

Com o fim da bipolaridade, inicia-se uma etapa de poder unipolar estadunidense. É nesse contexto que, em 1990, é apresentada pelo governo Bush pai a “Iniciativa para as Américas”, que criaria uma zona de livre-comércio em todas as Américas, tendo como primeiro passo foi criação do Nafta. Nos anos cinquenta, os Estados Unidos se apresentavam contrários à integração, pois a consideravam um estímulo para a ISI e uma saída criativa para combater a superiodade econômica desse país. Agora, a integração representava uma “total inversão da motivação inicial de integração da década de 50”, pois são os próprios Estados Unidos que buscam a integração para consolidar sua liderança (FFERENCH-DAVIS, MUÑOZ e PALMA, 2005, p.200).

A existência de um poder unipolar, que projeta sua hegemonia através de um projeto de integração condizente com as regras da Rodada Uruguai, logo provocaria uma reação dos países do Cone Sul. Sob liderança brasileira, é lançado o Mercosul, através do Tratado de Assunção de 1991.

4.3. A Alca como projeto norteamericano, o Mercosul como projeto brasileiro.

A Alca foi lançada na I Cúpula das Américas feita em Miami, em 1994, detalhada na Cúpula de San José em 1998, e colocada na sua fase decisiva na III Cúpula das Américas, em Quebec, no ano de 2001. Para Paulo Roberto de Almeida, a Alca não seria necessariamente excludente do Mercosul, mas poderia causar grande influência no bloco sulamericano (ALMEIDA, 2001, p.54). Já para Francisco Domínguez, os Estados Unidos recorreram a mecanismos políticos para manter a sua hegemonia na região, com a finalidade de “destruir la unidad interna del Mercosur” (DOMÍNGUEZ, 2001, p.103). Trata-se de um comportamento típico de uma potência hegemônica que busca manter seu poder, o qual se repete em todas as partes do mundo.

A Iniciativa para as Américas, bem como a Alca, faziam parte da tentativa de manutenção da acumulação estadunidense dentro da fase de acumulação financeira que iniciou-se em 1973 e intensificou-se a partir de da fase entre 1979-81, quando os Estados Unidos buscam reter o fluxo mundial de dólares através de uma política econômica ortodoxa. Trata-se de um novo movimento de ampliação do domínio das cadeias de produção, externalizando custos e internalizando o controle das mesmas. Em outras palavras, segundo Arrighi, os norteamericanos retomam a lucratividade à custa da mão-de-obra, fortalecem sua posição como câmara de compensação financeira mundial, “permitindo, portanto, que uma minoria cada vez maior e mais influente da população dos Estados Unidos participe da atividade de cérebros e de músculos de outros países, sem ter de usar os seus” (2008, p.182). Trata-se de um fenômeno típico dos anos 80 e 90, onde o poder econômico cria uma série de acordos financeiros e tecnológicos com uma legião de empresas, que costumam agir como fornecedoras e contratadas. Ainda segundo esse autor:

Nesse processo, deixaram em nível mínimo os empregos permanentes (“centrais”) e deslocaram o máximo possível dos contingentes (“periféricos”) para os extremos da rede, muitas vezes em localizações geográficas diferentes. Assim, as próprias grandes empresas recorreram às redes para descentralizar a produção fora do seu domínio organizacional, mantendo o máximo controle sobre o mercado e sobre os recursos tecnológicos e financeiros (p.189-190).

O Mercosul funciona, segundo Bernal-Meza (2001, p.18), como o eixo de um subsistema dentro da América do Sul, que poderá resultar em um sistema regional. A integração regional acaba sendo, então, um “corolário da mundialização”, o que

significa uma maneira de adaptar-se à fase de financeirização do capital e à liberalização dos fluxos comerciais: ao mesmo tempo em que os países abrem suas economias para o fluxo internacional de capitais, a região serve como plataforma de inserção comercial no mundo, onde as empresas podem ganhar competitividade regional para, posteriormente, projetarem seus negócios para outras regiões. Assim, o bloco é formado com uma matriz de “integracionismo aberto”, dentro da política do Consenso de Washington, buscando inserir-se no processo de globalização (DUARTE, 2012).

Para Bernal-Meza, a opção do Brasil por uma via “desenvolvimentista” durante aproximadamente 60 anos, entre 1930 e 1990, teve como objetivo fazer do país uma “potência média regional” (2007, p.12), o que levou o país a passar de periferia para semiperiferia. Especialmente a partir dos anos 70, o Brasil afasta-se dos Estados Unidos e busca liderar um processo de integração que lhe possibilite exercer a liderança na região. É com esse objetivo que, nos anos 90, o Brasil deixa um pouco de lado tradicional posição “terceiro-mundista”. Sua aproximação com a Argentina, com a criação do Mercosul, tem como objetivo fazer uma transição de uma economia fechada para uma mais aberta, utilizando o bloco como plataforma de liderança internacional. Esse projeto brasileiro de ampliação de poder incluiria um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.

Na década de 90, a Alca chegou a atrair vários setores econômicos e sociais da América Latina. Na Argentina, adoção de uma abertura mais radical pelo governo Meném, o chamado “realismo periférico”, fazia com que o país se sentisse atraído pelo projeto estadunidense. Enquanto a Argentina não se decidia entre a Alca e o Mercosul, tampouco o Brasil oferecia uma real alternativa de liderança regional. Este país, principalmente no primeiro mandato de Cardoso, defendia uma inserção multilateral mais próxima dos Estados Unidos, não excluindo a possibilidade de aderir à Alca. Contudo, passa a crescer a ideia de que a Alca, além de resultar em perda de poder político, traria perdas industriais que não seriam compensadas pelas exportações aos Estados Unidos. O Congresso deste país sempre foi relutante em abrir mão de subsídios agrícolas, e não havia indicativos de que com a Alca seria diferente (BAUMAN, 2001).

Diante do projeto da Alca, a União Europeia temeu perder seu poder na região, o que significaria um reforço no poder unipolar norteamericano. Para evitar que isso ocorresse, buscou aproximação com o bloco, até que em 1998 foi lançada uma cúpula entre União Europeia e Mercosul com o objetivo de “negociar los términos de um

acuerdo de libre comercio y de cooperación económica” (DOMÍNGUEZ, 2001, p.103). As negociações com a UE foram concluídas em 2004 sem êxito. O Brasil queria livre acesso ao mercado agrícola, algo muito difícil de obter. O bloco, sob liderança brasileira, não conseguiu chegar a uma linha unificada de negociação, o que atrapalhou as negociações (SCHIRM). Além disso, o enfraquecimento do projeto da Alca diminuiu o ímpeto dos europeus.

A Alca começa a perder força com a crise brasileira de 1999, quando o país desvaloriza o real, e a crise argentina de 2001/2002, que provoca graves consequências políticas, econômicas e sociais no país. Ocorre que essas crises representavam a fragilidade do modelo neoliberal implantado nesses países, principalmente na Argentina, que o fez de maneira mais radical. O recuo final da Alca ocorreu a partir de 2003, quando as divergências entre os dois maiores mercados, Brasil e Estados Unidos, se tornaram intransponíveis. Para Mariano e Vigevani:

Os assuntos que eram de interesse do Brasil em negociar na Alca eram exatamente aqueles que os Estados Unidos não se dispunham a ceder, e vice-versa. De um lado [...] os norte-americanos buscavam incluir, principalmente, serviços, compras governamentais, investimentos e propriedade intelectual, enquanto os interesses brasileiros centravam-se no acesso a mercados e no comércio agrícola (2006, p. 346).

Como o custo de isolar o Brasil das negociações seria muito alto para os Estados Unidos, a Alca fracassou de vez na IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em 2005 (AMORIN, 2008, p.103). A partir de então, os norte-americanos investem principalmente em relações bilaterais com os países do sul do continente, principalmente com o “bloco de pacífico” – Chile, Perú e Colômbia.

Ao contrapor-se à criação da Alca, o Brasil impede a formação de uma grande área de livre-comércio das Américas, o que poderia prejudicar a sua posição de semiperiferia do sistema. A manutenção do Mercosul acaba sendo um foco de resistência brasileira ao poder hegemônico dos Estados Unidos, que tenta manter seu ciclo de acumulação baseado na expansão financeira. Percebe-se que, assim como a Argentina resistiu ao poder dos Estados Unidos até a 2ª Guerra Mundial, atrelando-se ao Império Britânico, quando acreditava ser possível exercer a liderança regional, nas décadas de 1990 e 2000 foi o Brasil quem ofereceu maiores resistência aos norte-americanos, objetivando exercer uma liderança regional. A questão que surge é: terá o Brasil condições de aproveitar-se da (possível) lenta decadência norte-americana para ampliar essa liderança e melhorar sua posição no sistema?

5. A transição de hegemonia: a “morte do projeto de globalização” e as incertezas do Mercosul.

O “projeto de globalização” das décadas de 80 e 90, onde os Estados Unidos buscaram liberalizar o mercado mundial e ampliar os movimentos de capital, aproveitando-se do seu poderio financeiro acumulado na fase anterior, parecem ter redundado em fracasso. Isso porque, aproveitando-se dos atentados de 2001, Bush lança o projeto neoconservador dos republicanos, onde esse grupo se dispunha a “transformar a guerra de baixa intensidade, travada no mundo inteiro sob o regime do neoliberalismo, em confronto drástico, capaz de eliminar a ameaça de uma vez por todas”. Esse projeto tinha seu cerne na invasão do Iraque, o qual visava “utilizar o poderio militar para impor o controle norte-americano sobre a torneria global do petróleo e, assim, sobre a economia global durante outros cinquenta anos ou mais” (ARRIGHI, 2008, p.199).

O abandono do processo de liberalização multilateral do governo Clinton, trocado por um projeto imperial baseado na guerra e no poderio militar, não apenas criou um novo atoleiro no Iraque, como fez com que os Estados Unidos se tornassem uma:

[...] nação endividada muito mais cedo e de forma muito mais maciça que o Reino Unido não só pela tendência ao consumismo, mas também porque não tinham uma Índia da qual tirar, gratuitamente, todos os soldados para travar uma série tao interminável de guerras no Sul do globo quanto a Grã-Bretanha durante sua própria hegemonia (ARRIGHI, 2008, p.205).

É nesse contexto que a China se torna não apenas um destino alternativo para as exportações e os investimentos da Ásia Oriental, mas também como o mais importante credor dos Estados Unidos. É também nesse contexto que ocorre o “giro à esquerda” na América do Sul, o que trouxe perspectivas no avanço dos projetos de integração, com o lançamento de um projeto alternativo ao neoliberalismo, tema muito presente na agenda política dos partidos de esquerda. Dentre eles, o Partido dos Trabalhadores, que chegara ao poder no Brasil em 2002. Esperava-se, enfim, um aprofundamento da integração a partir desse momento. Ocorre, porém, que muitos impasses entre Argentina, Brasil e os membros menores permeneeceram mesmo com as mudanças políticas, refletindo um período de incertezas nas Relações Internacionais.

O Brasil vê a si mesmo como um país com potencial para exercer um papel de protagonismo mundial. Lula abandonou a visão do multilateralismo mais próximo aos

Estados Unidos, adotado por Cardoso, e partiu para uma política mais autônoma e independente, buscando acumular recursos clássicos de poder. Nessa tentativa de se tornar um “global player”, o Brasil liderou a criação do G20 comercial, em Cancún, defendendo os interesses dos países emergentes na OMC. No ano seguinte, em Genebra, participou da reunião preparatória do G5, com Índia, Austrália, Estados Unidos e União Europeia. Na segurança, participa da Minustah no Haiti e faz parte do G4, com Japão, Alemanha e Índia, pela defesa da ampliação do Conselho de Segurança. Finalmente, o país investe nas suas relações com a África e com os BRICs (SCHIRM, 2007).

Com o Mercosul, o Brasil pretende intensificar as relações econômicas na região e consolidar sua liderança, como forma de promoção do seu poder internacional. Porém, as divergências internas, a falta de apoio dos demais membros do bloco para a projeção internacional do Brasil e a falta de interesse do mesmo em liderar o processo de integração mantém o Bloco paralizado. O país, por um lado, não assume os custos da liderança e não concede soberania para instituições supranacionais; os demais países, sem uma contrapartida maior, não apoiam o projeto brasileiro. Esse impasse mantém o Mercosul preso a uma união aduaneira imperfeita, muito aquém do projeto inicial. Desse modo, o Brasil permanece em um dilema entre uma política universalista mais autônoma, ou uma regionalista com maior concessão de soberania. Já a Argentina, mesmo, se por um lado depende da integração com o Brasil, por outro teme o excesso de poder do país vizinho, como demonstra sua posição contrária à entrada do Brasil no CSNU.

Há, portanto, um cenário de incertezas para o futuro do bloco regional. Como a integração sulamericana, composta por países periféricos e semiperiféricos, sempre dependeu dos ciclos sistêmicos comandados pelo centro, o futuro do Mercosul e de outros projetos depende do papel que Estados Unidos, China e União Europeia virão a exercer. Ao mesmo tempo, depende da capacidade do Brasil de liderar qualquer projeto regional, assumindo os custos dessa liderança, coisa que até agora não ocorreu. Finalmente, o papel regional do Brasil passa pela acomodação principalmente da Argentina, mas também do novo integrante do Mercosul, a Venezuela, além dos países menores. A conclusão é que, diante de um cenário de transição de ciclos hegemônicos que ocorre a partir do centro do sistema, poderá surgir um vácuo de poder, que indica novas possibilidades de liderança. Nesse cenário de possível decadência dos Estados Unidos, onde não está claro o que surgirá no seu lugar, dificilmente o cenário do Mercosul poderia ser outro senão o de paralisia.

CONCLUSÃO

A passagem da era de hegemonia britânica para a norte-americana, na primeira metade do século XX, provocou o início da transição, na América do Sul, entre a liderança argentina e a brasileira no contexto econômico regional. Com o processo de industrialização através da ISI, o Brasil soube aproveitar o seu território mais vasto, criar um grande mercado interno e tornar-se mais produtivo, tornando-se a maior economia da América Latina. Na disputa entre países semiperiféricos por uma melhor posição, o Brasil consolidou ampla vantagem frente à Argentina.

Quando o Brasil, contudo, pretende colocar em prática sua liderança através de projetos de integração e projetar-se como “global player”, enfrenta resistência dos países vizinhos. Mesmo com a crise por que passou e que ainda reflete no país, a Argentina não se acomoda facilmente ao projeto brasileiro. Para compreender isso, é preciso buscar a formação dos Estados nacionais, onde Paraguai e Uruguai foram criados como Estados tampão entre as potências maiores, em uma longa disputa pela hegemonia do Prata. Percebe-se que, sempre que um dos dois países acumulou poderes excessivos, o outro procurou contrabalançar, fosse buscando aliar-se com os Estados Unidos ou promover alianças com outros países da região. O apoio de Argentina e do Uruguai à entrada da Venezuela no Mercosul segue a lógica de contrabalançar o poder do Brasil.

Não é apenas a resistência dos países vizinhos que impede uma integração sob a liderança brasileira. Também não está claro se o Brasil tem capacidade de atrair os demais países ao seu projeto. Isso depende do cenário global que surgirá nos próximos anos. Se confirmada a decadência do CSA estadunidense, qualquer projeto regional sulamericano, seja brasileiro, argentino ou de outro país, estará condicionado ao novo ciclo que virá. Possivelmente, estará condicionado ao posicionamento desses países a um “longo século chinês”.

O futuro da integração regional, portanto, depende da combinação de fatores complexos. De um lado, o alcance da liderança brasileira, sua capacidade de se tornar um “global player” e a forma com que o Brasil irá lidar com seu entorno. Do outro, está a maneira com que os demais países da América do Sul irão reagir, se acomodando ou resistindo, ao papel que o Brasil irá exercer. Ambos os aspectos seguem diretamente ligados à possível decadência dos Estados Unidos e ao poder que a China, União

Europeia, ou alguma combinação de poderes, poderão exercer na região. Sem esquecer que os norte-americanos, mesmo perdendo poder, farão de tudo para defender seu “Império”, bem como sua influência na região que consideram de seu controle imediato desde os tempos da Doutrina Monroe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Globalização e Política; BAUMANN, Renato. A geopolítica da integração na América Latina – uma perspectiva sulamericana; BERNAL-MEZA, Raúl. America del Sur em el Sistema Mundial Hacia el Siglo XXI; DOMÍNGUEZ, Francisco. Democracia e integración em América Latina; LAREDO, Iris Mabel. Globalización – Fragmentación – Regionalización; In: LIMA, Marcos Costa. **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

<http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=42&Itemid=41>. Acesso em: 27 mar. 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; 2006.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1998.

_____. **Adam Smith em Pequim – Origens e fundamentos do século XXI**.

Boitempo, São Paulo, 2008.

ARSALAIN, Regis Percy. “O Mercosul, do Tratado de Assunção até hoje”;
CAETANO, Gerardo. “Uruguay y Sudamérica: Mercosur, Unasur y los desafíos de una nueva inserción internacional”; DORATIOTO, Franciso. “A formação nos Estados Nacionais do Cone Sul”; AZAMBUJA, Marcos Castrioto. “O reordenamento Sarney-Alfonsín”; SIGAL, Eduardo. “Perspectiva argentina: oportunidades y desafíos de la integración sudamericana In: FUNAG. **A América do Sul e a integração regional**. Disponível em:

BERNAL-MEZA, Raúl. “Cambios y continuidades en la politica exterior brasileña. El consejo de seguridad: ¿El retorno del realismo? Sus impactos en el Cono Sur”;

BOEKLE, Bettina. “El Brasil y el Alca: análisis político enfocado em la política exterior brasileña”; HOFMEISTER, Wilhelm. “No obediencia, pero mayor interdependencia: la relación Del Brasil con SUS vecinos”;

SCHIRM, Stefan A.

“Indicadores de liderança e modelos de análise para a nova política internacional do Brasil”.

In: COSTA, Sérgio, SANGMEISTER, Harmut e STECKBAUER, Sonja (orgs.), **O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências**. São Paulo: Annablume/ADLAF/Fundação Heinrich Boll, 2007.

BULMER-THOMAS, Victor. As economias latinoamericanas, 1929-1939; FFRENCH-

DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias

latinoamericanas, 1950-1990; THORP, Rosemary. As economias latinoamericanas,

1939-1950. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina – A América**

Latina após 1930: Economia e Sociedade. Volume VI. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2005.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100007 .
Acesso em: 08 jul. 2013.

CHASE-DUNN, Christopher; KWON, Roy. Continuidades e transformações na evolução dos sistemas-mundo. In: VIEIRA, P.A., FILOMENO, F.A., VIEIRA, R. de L. (Org) **O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**, São Paulo:Cultura Acadêmica, 2012 (No Prelo)

HIRST, Mônica. **Os cinco "As" das relações Brasil-Estados Unidos**: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: OLIVEIRA, H.; LESSA, A. (Org.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, José Botafogo and LYRIO, Maurício. **Aliança estratégica entre Brasil e Argentina**: antecedentes, estado atual e perspectivas. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

MAGALHÃES, Diego Trindade D'avila. Globalização Simples e Globalização Complexa: o Império Britânico no século XIX e a China no século XXI. In. **Seminário brasileiro de estudos estratégicos internacionais - SEBREEI. Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI**. Disponível em
<www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp.../Diego-Trindade-Davila-Magalhaes.pdf>, Acesso em 09/08/2013.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Brasil e a política externa dos EUA. **Política Externa** (17), Junho/Julho/Agosto 2008. p. 97-109.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno Sistema Mundial**. Vol. 1, 9ª Ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1990.

Mesa 3: QUESTÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

1. “Relações entre Teoria Marxista da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo: um campo de debates”

Celso Eugênio Breta Fontes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF)

2. “Marx, Braudel e o Capitalismo: propostas para um diálogo teórico a partir da obra de Giovanni Arrighi”

Danilo Barolo Martins de Lima

Mestrando em História Econômica pela FFLCH/USP

3. “Diálogos Indispensáveis: uma tentativa de aproximação entre as teorias clássicas do imperialismo e a perspectiva dos Sistemas-Mundo: anotações sobre o conceito de hegemonia”

Fábio Pádua dos Santos e Thiago Fernandes Franco

Doutorandos em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

4. “O capitalismo em Braudel e Wallerstein: o conceito resiste quando aplicado à periferia?”

Rodrigo Fontanari

Mestre em História e Cultura Social pela UNESP/Franca. Doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP.

Pedro Geraldo Saadi Tosi

Professor Assistente Doutor, membro do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca.

Relações entre Teoria Marxista da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo: um campo de debates¹

Celso Eugênio Breta Fontes²

INTRODUÇÃO

Muitas teorias surgem e se desenvolvem a partir do contato e do confronto com teorias rivais. As teorias são datadas historicamente; surgem em determinado contexto histórico, em determinados ambientes geográficos, intelectual, etc. Um exemplo clássico, nesse sentido, é o marxismo que busca superar as suas três fontes: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. Assim, para uma melhor apreensão das teorias, é necessário colocá-las em contato e em confronto com teorias distintas que dizem muito da sua origem e seu desenvolvimento. Nesse exercício de comparar para compreender, serão contrapostas as seguintes teorias: a Teoria da Dependência (TD) e a Teoria do Sistema-Mundo (TSM). O presente trabalho será guiado pela seguinte questão: *qual as relações que se podem estabelecer entre Teoria da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo?*

Ao longo da apresentação, será retomado o contexto de formação de tais abordagens e ressaltaremos algumas de suas principais contribuições teóricas para, então, tratar das distintas posições estabelecidas por diferentes autores no que concerne à relação que se possa estabelecer entre tais teorias. Como veremos, alguns autores, notadamente Theotônio dos Santos³, estabelecem que a TD dirige-se a um processo de convergência e dissolução em direção à TSM. Outros discordam de tal posição sem negar qualquer ponte de diálogo entre tais abordagens, nos apropriaremos aqui das posições de Valencia (2005: 143-57). Além disso, temos um terceiro grupo que acredita que a Teoria do Sistema-Mundo *supera* a Teoria da Dependência, pois não fica presa à dicotomia elementos autônomos contrapostos a dependentes. A última é a posição de Arienti e Filomeno (2007: 99-126). Como veremos, os supostos elemento que possibilitariam essa superação são a análise sistêmica realizada pela Teoria do Sistema-Mundo e sua unidade de análise, o sistema-mundo.

¹ Adaptação do projeto de pesquisa defendido em abril no Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF).

² Mestrando em Ciências Econômicas pelo PPGE/UFF.

³ Nesse trabalho, nos apropriamos do texto de discussão *A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico* publicado pelo teórico através do GREMIMT (Grupo de Estudos sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho). Mas posição semelhante de Theotônio também pode ser encontrado no livro *A teoria da dependência, balanço e perspectivas* do mesmo autor.

Desta forma, o trabalho estará organizado em cinco sessões. Na primeira e na segunda sessões, serão destacados alguns elementos teóricos da Teoria da Dependência, especialmente, a categoria superexploração da força de trabalho; além da formação e as “divisões internas” da TD. Na terceira, destacaremos alguns elementos teóricos da Teoria do Sistema-Mundo. Já na quarta seção, será tratado diretamente as distintas posições sobre a relação entre TSM e TD. Por fim, uma breve conclusão com alguns apontamentos.

Passemos, então, ao contexto de formação de tais teorias e seus elementos teóricos iniciando pela Teoria da Dependência.

I - Teoria da Dependência: duas demarcações

O período de maior produção intelectual dos teóricos da dependência ocorre entre 1964-1973 (MARTINS, 2006: 170). Nesse momento, temos a expansão das ditaduras civis militares em toda a América Latina. Esses fatos estão inter-relacionados, pois as ditaduras tiveram um duplo efeito para com a teoria da dependência. O primeiro efeito, com a ditadura civil militar brasileira e depois com a repressão nos demais países latino-americanos, foi o de “promover”, de certa forma, através dos diversos exílios, um intenso intercâmbio entre a intelectualidade latino-americana que se concentrará, posteriormente, no Chile (MARINI, 1993: 27). O segundo efeito será a impossibilidade de acesso pela intelectualidade brasileira a essa produção intelectual, pois a mesma não se encontrava publicada em português⁴. Isso explica, em parte, porque os principais representantes da presente teoria, para os brasileiros não-iniciados nos estudos relativos à dependência, são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e seu livro clássico. Desta forma, para os não-iniciados, muitos desconhecem as contribuições de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra para ficar somente restrito aos autores brasileiros. Rever.

A Teoria da Dependência não é formada por um corpo homogêneo de autores com proposições teóricas e projetos políticos similares. O seu interior é composto por grupos em intenso debate e disputa com relação à interpretação da realidade das formações sociais dependentes. Em razão dessa heterogeneidade, surge a necessidade de classificação e catalogação de suas principais diferenças. Aqui, com o objetivo de ressaltar algumas dessas

⁴ Algumas obras começaram a serem traduzidas recentemente do espanhol para o português. Um exemplo nesse sentido é o texto de Marini (1980) *As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra* em debate com Fernando Henrique e José Serra presente na coletânea *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini* organizada por Emir Sader que foi publicada apenas em 2000.

diferenças, nos apropriaremos de duas demarcações.

A primeira será a de Prado e Meireles (2010: 171) baseado em Cristóbal Kay. De acordo com os autores, podemos classificar os teóricos da dependência em duas correntes: os “dependentistas reformistas” e os “dependentistas marxistas-revolucionários”. Os primeiros “seriam orientados pelos preceitos modernizadores e desenvolvimentistas”, já para os últimos “somente pela via revolução socialista na América Latina seria possível a superação dos problemas intrínsecos à condição periférica”.

Martins (2006: 170) apresenta outra classificação: a “visão weberiana da dependência” e a “visão marxista da dependência”. A primeira, representada por Cardoso e Faletto, tem como principal característica a utilização do instrumental weberiano de tipos ideias. Tal instrumental é que possibilita a Cardoso e Faletto articularem suas múltiplas influências (id., *ibid.*: 172). Já a visão marxista da dependência, representada por Theotônio dos Santos, Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo, tem como elemento principal o rompimento com o nacionalismo metodológico e, como a sua base, a teoria do valor marxista.

Em suma, na classificação de Prado e Meireles (2010: 171), o aspecto de distinção entre as correntes é o projeto político, “a irreconciliável posição política derivada de suas análises”, que elas buscam construir. Uma ressaltará que a única possibilidade de superação da condição de dependência será a saída revolucionária, isto é, a revolução socialista. A outra ainda acredita que, através da modernização e do desenvolvimento, a condição de dependência pode ser superada. Os autores citam como exemplos da corrente “dependentista reformista”, além de Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Hélio Jaguaribe. Já, para Martins (2006), o aspecto ressaltado é o componente teórico e a fundamentação metodológica de tais correntes. Uma mais próxima da abordagem metodológica de Weber de tipos ideias; a outra estaria fundada no método marxista e na teoria do valor em oposição ao nacionalismo metodológico.

É óbvio que a fundamentação metodológica está claramente interrelacionada e interligada com os distintos projetos políticos. Mas isso não quer dizer que a relação seja direta, tampouco determinística. É possível que teorias com o mesmo método proponham projetos, estratégias e táticas políticas distintas. Há, desta forma, uma autonomia relativa entre método e visão política, pois a metodologia aplicada determinará limites sobre qual se movimentará o espectro político.

Estabelecido isso, em que mais consiste as semelhanças dessas duas visões? Semelhanças capazes de colocá-las no mesmo agrupamento teórico. E as suas diferenças, além das já ressaltadas?

Segundo Martins (ibid.: 171), as distintas correntes concordavam com o caráter da dependência e do subdesenvolvimento na periferia, da divisão internacional do trabalho e do conformismo das burguesias nacionais em situação subalterna, ou seja, estavam em acordo sobre a análise do diagnóstico da formação latino-americana e da identificação da dependência. As semelhanças terminam aqui.

Além dos diferentes projetos políticos, expostos anteriormente, as correntes possuem influências teóricas e políticas bastante distintas. Os “dependentista reformista” foram influenciados pelos desenvolvimentos teóricos da Escola de Sociologia da USP, principalmente, as críticas feitas ao ISEB e à dualidade brasileira, e a busca pelos condicionantes internos da dependência externa (ROCHA, 2010: 228). Desta forma, eles possuem desde início um caráter estritamente acadêmico.

Por outro lado, os “dependentistas marxistas-revolucionários” estiveram ligados desde início aos debates dentro da esquerda, especialmente, dos partidos comunistas. Influenciados pela revolução cubana, tal visão, buscou uma nova interpretação sobre a formação social latino-americana, realizando uma interessante crítica à visão dogmáticas dos comunistas e da III Internacional que identificavam exatamente a América Latina como a Ásia e a África, ou seja, como uma economia colonial. Mais especificamente, identificavam todos essas regiões como pertencente a estágios pré-capitalistas, no caso, estágios feudais ou semifeudais. O que numa interpretação esquemática e etapista levava ao seguinte projeto político: a “revolução burguesa” ou democrático-burguesa como etapa necessária que promoveria o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, antes da posterior “revolução proletária”. Sem a primeira a segunda não seria uma possibilidade. Contra essa interpretação, os “dependentistas marxistas-revolucionários” se posicionaram radicalmente contra. (MARTINS, 2006: 170; PRADO; MEIRELES, 2010: 172-3; MARINI, 1993: 25).

II - Teoria Marxista da Dependência: superexploração da força de trabalho como categoria central

Expostas tais distinções entre as correntes dos teóricos que buscaram analisar a especificidade da condição de dependência nas economias periféricas, isto é, as correntes da Teoria da Dependência; pode-se agora realizar uma escolha teórica e metodológica necessária para dá prosseguimento ao trabalho.

Como contraposição à Teoria do Sistema-Mundo, utilizaremos a segunda corrente, a chamada “dependentistas marxistas-revolucionários” relacionada à visão marxista da

dependência. Em síntese, a corrente da teoria da dependência ligada à tradição marxista, a chamada Teoria Marxista da Dependência⁵ (TMD). A presente escolha não busca negar a importância que a outra corrente já teve e ainda tem. Como afirmado anteriormente, essa corrente possui os autores mais conhecidos (por exemplo, Furtado e Cardoso) para os “não-iniciados” nas controvérsias relativas ao desenvolvimento periférico e à economia dependente.

A justificativa para essa decisão é de duas ordens. Primeiro, as proposições de Theotônio dos Santos (1997) com relação à integração-dissolução da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema-Mundo refere-se à Teoria Marxista da Dependência, não às duas visões já apresentadas. Segundo, acreditamos que a contraposição das duas teorias ajudará a explicitar os limites e as divergências da Teoria do Sistema-Mundo para com a Teoria Marxista da Dependência de forma mais efetiva, clara, do que se utilizássemos, no caso, a visão weberiana da dependência ou “dependentista reformista”.

Em que consiste, especificamente, a Teoria Marxista da Dependência?

Segundo Carcanholo (2012: 1), a TMD busca interpretar a condição dependência das formações sociais periféricas “como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial” e tinha como principais influências teóricas: (i) a teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista; (ii) a teoria clássica do imperialismo; e (iii) outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial. Além disso, suas principais teses são: “centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial”; o diagnóstico dos condicionantes estruturais da dependência; a necessidade de articulação dialética desses condicionantes com as distintas especificidades conjunturais; o papel central da categoria superexploração da força de trabalho, dentre outras.

Marini (1993: 29), por sua vez, estabelece três pilares para a Teoria Marxista da Dependência, os quais seriam: 1. dependência como relação estrutural que articula desenvolvimento e subdesenvolvimento; 2. imperialismo como elemento constitutivo da própria dependência; e 3. tendo por base os dois pilares anteriores, a apreensão dos diferentes mecanismos econômicos que recoloca e aprofunda a condição estrutural de dependência.

O primeiro pilar estabelece que o desenvolvimento capitalista não supera a condição de dependência. A razão, para tanto, é que a dependência é a própria relação estrutural que articula desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista. Isso desemboca, para o teórico, na

⁵ Segundo Carcanholo (2012: 1), a Teoria Marxista da Dependência é o termo pelo qual ficou conhecida essa corrente. A partir daqui, para evitar maiores confusões terminológicas, quando quisermos nos referir a visão marxista da Teoria da Dependência mencionaremos apenas esse termo.

seguinte fórmula: “*más desarrollo capitalista, más dependencia*” (id., ibid., itálicos não originais), ou seja, o desenvolvimento capitalista reinsere os condicionantes estruturais da dependência. Assim, a única forma da superação da condição de dependência é a revolução socialista. O segundo pilar discorda da interpretação (vulgar) que coloca o imperialismo como um elemento externo que atua de forma autônoma sobre as economias nacionais. Essa, segundo Marini, é a visão da CEPAL. O imperialismo, na realidade, é um elemento constitutivo da própria dependência. Essa proposição teórica tem a seguinte repercussão em termos de práxis – ação – política: a luta contra o imperialismo deve ser também a luta contra a burguesia interna e contra o capitalismo mundial. E o terceiro pilar?

Sabendo, de acordo com o primeiro pilar, que a dependência é uma relação estrutural que articula desenvolvimento e subdesenvolvimento. Essa relação estrutural, por sua vez, é constitutiva da sociedade latino-americana. Temos, além disso, que não podemos capturar a dependência apenas como dependência externa, há que se considerar também que a dependência é um fenômeno que se reproduz através de mecanismo interno da própria economia dependente, o segundo pilar. Devemos, portanto, levar em consideração os diferentes mecanismos econômicos que recolocam e aprofundam a dependência, inclusive os movimentos de capitais e a dependência tecnológica. Assim, a partir da Teoria do Imperialismo, foram estabelecidas, ainda de acordo com Marini, uma série de pistas que indicavam a forma de se estudar a questão cultural, social e política de uma determinada formação social.

Ademais, uma apresentação sobre a Teoria Marxista da Dependência não pode deixar de lado uma de suas principais categorias⁶: a *superexploração da força de trabalho*⁷. Na realidade, essa categoria não é apenas mais uma das diversas categorias da Teoria Marxista da Dependência, mas a sua *categoria central*. Em razão disso, meu objetivo nessa breve exposição será esclarecer o porquê de sua centralidade e, além disso, distinguir o que é a categoria, o seu conteúdo, o seu ser, das suas distintas formas de manifestação. As duas questões estão interligadas e são objeto de longa controvérsia desde o surgimento da Teoria Marxista da Dependência e persistem, ainda hoje, com sua *retomada crítica*.

Uma primeira ressalva se faz necessária e diz respeito aos níveis de abstração distintos em que se encontra a Teoria Marxista da Dependência e se encontrava Marx n'*O Capital*, sua

⁶ As categorias são formas de existências, determinação do real. Elas não fazem parte apenas de um sistema lógico-conceitual que utiliza o conceito (diferente das categorias) para apreender a realidade objetiva, isto é, os conceitos são instrumentos utilizados com a finalidade de apreender o real. Desta forma, a categoria superexploração do trabalho “é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve”, é “uma determinação da lógica objetiva do capitalismo” (CARCANHOLO, 2012: 5)

⁷ Em razão do caráter preliminar, será deixada de lado a categoria *subimperialismo*.

principal base teórica. Como dissemos, a categoria da superexploração é central para a TMD, porém não o é para Marx. Na realidade, o teórico nem ao menos utiliza o termo. Em Marx, *só existe exploração da força de trabalho*. A causa para isso encontra-se nos distintos níveis de abstração que se encontra a teoria proposta por Marx e a TMD. Essa observação é importante para que não se justaponham, num mesmo nível de abstração, “categorias que dizem respeito a distintos níveis de determinação do objeto a ser explicado” e para que não se trate de “aspectos distintos (manifestação e conteúdo) de uma mesma realidade (o capitalismo) como se estivessem em um mesmo nível de abstração”. (CARCANHOLO, 2012: 5-6)

Marx, no conjunto dos três livros d'*O Capital*, está interessado em determinar as leis gerais de funcionamento do capitalismo. Busca delimitar as características gerais de uma economia capitalista abstraindo das particularidades e especificidades, advindas de países e regiões que não ajudam a compreender essas leis gerais de funcionamento, que é o objetivo da pesquisa de Marx⁸. Desta forma, o autor d'*O Capital* encontra-se num nível de abstração bastante elevado.

Num nível de abstração menor, encontra-se a Teoria Marxista da Dependência. A TMD busca, justamente, estudar as especificidades e particularidades abstraídas por Marx. Tais particularidades e especificidades, por sua vez, não negam as leis gerais de funcionamento descobertas por Marx; na realidade, a TMD terá por pressuposto essas leis, para então, analisar essas especificidades e particularidades. Buscará, assim, estudar as distintas formas de inserção de países e regiões num processo acumulação capitalista em escala mundial, por que tais especificidades e particularidades *existem*, são *reais*. Apenas, desta maneira, faz sentido pensar em um teoria específica da dependência. Nesse sentido, Carcanholo (ibid.: 7) afirma que “se não existisse essa especificidade, o nível de abstração em que se encontrava Marx em *O Capital*, aquilo que é próprio de uma economia capitalista, seria suficiente para entender toda localidade, nação ou região que se caracterizasse por ser capitalista”.

A categoria superexploração da força de trabalho é central na TMD, pois ela é o

⁸ Marx, ao longo d'*O Capital*, utiliza-se desse processo de abstração para compreender o seu objeto, a sociedade burguesa, o capital. Por exemplo, Marx (2008 [1894]: 362, itálicos não originais), no Livro III d'*O Capital*, enuncia a necessidade desse processo de abstração quando procura tratar da particularidade do capital mercantil ou do capital comercial frente aos “processos de produção que se prolongam no processo de circulação”. Da seguinte maneira, Marx afirma que “para nosso objetivo de determinar o que diferencia especificamente essa figura particular do capital [o capital comercial ou o capital mercantil], *temos de abstrair daquelas atividades reais* [justamente os processos de produção enunciados anteriormente]”. Ademais, complementa afirmando que o quando o capital comercial “associa em parte as suas funções àquelas atividades, não se patenteia ela em sua *forma pura*”. A sua *forma pura* só pode ser precisada, delimitada, apreendida, quando se *abstrai* desses processos de produção que se prolongam na circulação. Em suma, durante toda a obra d'*O Capital*, Marx realiza processos de abstração para determinar o conteúdo, o ser, e as leis gerais de desenvolvimento do ser, o seu movimento. Aqui, lei sempre possui um sentido de lei de tendência. Além disso, esses processos de abstração são uma necessidade que o objeto impõe ao pesquisador como o meio necessário para chegar à compreensão do próprio objeto e do seu movimento.

fundamento da dependência. Sendo, por sua vez, o fundamento da dependência, ela é específica, própria, das economias dependentes. A razão para a centralidade da categoria encontra-se nos condicionantes estruturais da dependência. Há mecanismos estruturais da transferência de valor, que transladam o valor produzido nas periferias e o realizam e o acumulam no centro. Isso se dá em razão da lógica mundial de acumulação capitalista. Marini (1973a) interpreta como sendo dois mecanismos de transferência de valor, um baseado na produtividade e outro no monopólio da produção. Na realidade, são três: um relacionado com o poder de monopólio determinados capitais que sustentam, temporariamente, o preço de mercado acima do preço de produção; outro relacionado com níveis mais alto de produtividade de determinados capitais dentro de um mesmo setor que produz a mesma mercadoria; e o terceiro relaciona-se com a produtividade mais elevada dos setores em relação à média da economia (e está relacionado também com a taxa média de lucro e a formação dos *preços de produção, uma forma transmutada do valor*).⁹

Sem mais delongas, esses três mecanismos de transferência de valor indicam algo muito importante, qual seja: tratando apenas do âmbito da circulação, é perceptível um dos condicionantes estruturais da dependência e, além disso, evidencia-se formas distintas de inserção das economias dependentes na economia mundial. Assim, economias centrais tendem a se apropriar dos valores produzidos pelas economias dependentes através desses mecanismos. Para amenizar essas transferências de valores, as economias dependentes, sem romper com a lógica de acumulação mundial capitalistas, lançam mão de um mecanismo de compensação: a *superexploração da força de trabalho*. Desta maneira, o *conteúdo* da categoria superexploração da força de trabalho é, justamente, esse mecanismo de compensação; conteúdo que se distingue de suas formas de manifestação. Afinal quais são as formas de manifestação desta categoria?

A teoria marxista da dependência entende a superexploração, no sentido de formas/mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, como sendo o conjunto de todas aquelas situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho a partir da redução dos salários para um patamar inferior ao valor da força de trabalho. De fato, dado valor-novo produzido no processo de produção, se os salários se reduzem – pela razão que seja – abaixo do valor da força de trabalho, a diferença será apropriada por uma maior magnitude de mais-valia (lucro), o que redundará, obviamente, na elevação da taxa de mais-valia. (id. *ibid.*: 6)

Ou seja, a forma de manifestação da superexploração da força de trabalho se patenteia nos distintos mecanismos que proporcionam uma elevação grau da taxa de mais-valor e que redundam numa remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

⁹ Para maiores detalhes sobre o funcionamento dos mecanismos de transferência de valor da periferia para o centro veja Carcanholo (2012: 9-10).

Em suma, a centralidade da categoria superexploração da força de trabalho deriva dos condicionantes estruturais da dependência. Tais condicionantes impelem as economias dependentes a utilizarem um mecanismo de compensação devido a sua inserção subordinada na economia mundial. Esse mecanismo de compensação (o conteúdo) é a superexploração da força de trabalho, que se manifesta em diversos meios de aumentar a taxa de mais-valor e remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor (formas de manifestação). O importante é distinguir o mecanismo, o conteúdo da categoria, de suas distintas formas de manifestação, em outros termos, “as distintas formas de obter esse mecanismo de compensação não pode ser confundido com o mecanismo em si” (id., *ibid.*: 12).

III - Teoria do Sistema-Mundo: pequeno esboço

Tendo em conta os elementos da Teoria Marxista da Dependência apresentados até então, podemos passar à exposição da Teoria do Sistema-Mundo capitaneada por Immanuel Wallerstein buscando salientar alguns de seus principais elementos teóricos e a conjuntura histórica de sua formação.

Theotônio dos Santos (1997: 26) observa que a Teoria do Sistema-Mundo é uma expressão teórica de um contexto de debate nos anos 70 sobre as novas configurações do capitalismo e das relações internacionais e da relação entre Estado e Economia (nesse momento, também apareceram as primeiras análises sobre a crise do Estado nacional). Nas palavras do autor, “os estudos do sistema-mundo se situaram como expressão teórica de um amplo debate sobre as transformações que ocorriam na economia e política mundial dos anos 70”. Além disso, salienta que, desde o fim de 1960, começou a aparecer “uma ampla documentação empírica sobre as corporações multinacionais, sobre as novas direções da economia mundial e sobre a nova ordem econômica mundial proposta pelos não-alinhados nas Nações Unidas”. Desta forma, a Teoria do Sistema-Mundo é um dos produtos desse debate realizado na década 70 buscando captar as novas configurações da economia mundial.

Arienti e Filomeno (2007: 122) afirmam, com relação aos elementos teóricos, que a contribuição pioneira de Wallerstein, um dos principais teóricos da Teoria do Sistema-Mundo, foi a superação da “dicotomia fatores internos e externos presentes nas análises das sociedades nacionais e, da mesma forma, superar as diferenças entre capitalismo central, como autônomo, e capitalismo periférico, como dependente”. Buscando superar tais limitações das análises dicotômicas, Wallerstein propõe uma organização distinta do que ele chama de moderna economia-mundo. O autor divide a chamada moderna economia-mundo

em três segmentos: centro, periferia e semiperiferia, organizado da seguinte maneira.

O centro será a região que conseguirá ocupar posições de monopólio para os capitais nacionais. Essa posição privilegiada fortalecerá, por sua vez, a máquina estatal e o rendimento dos capitalistas a ela associados. Já a região periférica está no extremo oposto. É a região caracterizada pela especialização produtiva de determinados produtos. Especialização que perpetua sua condição de periferia à margem do sistema. Uma característica importante dessa região é o fraco poder de suas máquinas estatais que são incapazes de reverter a distribuição desigual do excedente, em que os Estados nacionais do centro se apropriam da maior parte. Por fim, entre região periférica e central encontra-se a região semiperiférica. Esta estaria num ponto médio relativo ao grau de autonomia nacional e de desenvolvimento econômico; porém, não apenas isso. Mais importante que sua caracterização e delimitação, é a sua funcionalidade para estabilidade do sistema. A semiperiférica suaviza “o processo de apropriação desigual do excedente”, sem ela o conflito entre centro e periferia poderia se tornar insustentável. (LIMA, 2010: 15).

Essa divisão nesses três segmentos é determinada não apenas em função das vantagens estritamente econômicas dos distintos capitais. Será determinada, principalmente, “pela relação de forças das burguesias nacionais associados aos respectivos aparelhos estatais”. Através dos Estados Nacionais, os capitais nacionais utilizarão medidas econômicas e extra-econômicas para se apropriar de uma maior fatia do excedente gerado na produção de mercadorias na moderna economia-mundo. Temos, assim, que a formação do centro, periferia e semiperiferia se dará por um processo cumulativo. Inicialmente, pequenas diferenças na estrutura político-econômica possibilitarão o fortalecimento progressivo dos aparelhos estatais em uma região em detrimento de outras. Tais diferenças serão reinseridas num processo cumulativo culminando na formação de um centro, de um lado, e de uma periferia, de outro. Já as semiperiferias seriam as regiões atrasadas que conseguiram “fortalecer suas máquinas” e alcançaram a “posição intermediária” ou “eram impérios maiores que não puderam competir com as modernas estruturas dos Estados nacionais e acabaram regredindo para uma posição entre centro e periferia”. Importante salientar, aqui, que o processo que determina, que certa região ou país esteja localizado em um desses três segmentos, é função da junção do poder dos aparelhos estatais com suas burguesias nacionais. (id, ibid.: 16)

Por sua vez, temos que centro, periferia e semiperiferia não devem ser encaradas como regiões geográficas. Na realidade, trata-se de categorias próprias de uma economia-mundo capitalista, ou moderna economia-mundo, e só possuem significado próprio numa análise sistêmica (ARIENTI; FILOMENO, 2007: 108). Porém, o que é uma moderna economia-

mundo, ou uma economia-mundo capitalista? Antes de responder a essa pergunta, é necessário compreender o que é uma economia-mundo.

A economia-mundo é estruturada por uma divisão do trabalho que se organiza por meio do mercado (id., *ibid.*: 105). Desta forma, a unidade fundamental do sistema será encontrada na divisão do trabalho. Através dela, cada área ocupará uma posição estrutural dentro do sistema. Assim, “a abrangência espacial” desse sistema social “é, portanto, definida por sua base econômica-material” (LIMA, 2010: 12).

Temos, então, que a economia-mundo é integrada por meio da divisão do trabalho e não por uma unidade política central. Nesse sistema, “duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são *interdependentes* economicamente” (ARIENTI; FILOMENO, 2007: 105, *italico não original*). Temos, portanto, uma unidade econômica proporcionada pela divisão do trabalho, por isso, uma economia-mundo. Além disso, não há uma unidade política central, por isso, não é império-mundo e sim um sistema interestatal. (id., *ibid.*)

Diferente da economia-mundo, o império-mundo é caracterizado por submeter toda a estrutura produtiva a uma única estrutura política centralizada. “Esses têm uma economia basicamente redistributiva, baseada na extração de excedentes por meio de tributos cobrados sobre as áreas produtoras para alimentar as estruturas burocráticas imperiais” (LIMA, 2010: 12). Assim, império-mundo e economia-mundo se distinguem pelo mecanismo de centralização da estrutura produtiva. Enquanto que para o império-mundo, o mecanismo de centralização será a unidade política central, para a economia-mundo, esse mecanismo será o mercado, a circulação de mercadoria. Através da circulação de mercadoria, haverá a articulação entre unidades políticas autônomas. Por isso, dizemos que a unidade fundamental desse sistema se encontra na divisão do trabalho.

As economias-mundo, historicamente, foram instáveis e tendiam à desintegração ou ao controle por uma única unidade política autônoma e, assim, incorporavam-se a impérios-mundo. Entretanto, a moderna economia-mundo, ou economia-mundo capitalista, firmou-se como um sistema-mundo estável e duradouro que possui a capacidade de expandir-se por todo o globo. A razão para a estabilidade da moderna economia-mundo, em contraposição às antigas economias-mundo, encontra-se na nova forma de produção e apropriação de riqueza que o surgimento concomitante com o capitalismo proporciona¹⁰. Agora, essas novas formas de produção e apropriação de riqueza, simultaneamente, sustentarão e se alimentarão da divisão política entre as diversas unidades da economia-mundo. (LIMA, 2010: 13-4;

¹⁰ Segundo Lima (2010: 14), Wallerstein considera a moderna economia-mundo e o capitalismo como lados opostos da mesma moeda, em que cada elemento destaca aspectos distintos do mesmo fenômeno.

ARIENTI; FILOMENO, 2007: 105). Por fim, segundo Arienti e Filomeno (2007: 105), “O moderno sistema-mundo é, por definição do autor [Wallerstein], uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados nacionais, que, juntos, formam o sistema interestatal”.

Em suma, são esses alguns dos principais elementos teóricos da Teoria do Sistema-Mundo: a análise sistêmica, o império-mundo, economia-mundo com suas divisões (centro, periferia e semiperiferia), moderna economia-mundo e o moderno sistema-mundo. Adiante, veremos um quinto elemento importante, a sua unidade de análise. Passemos, então, as questões que nos intrigam no presente projeto, quais sejam: quais são as relações entre as duas abordagens (Teoria Marxista da Dependência e Teoria do Sistema-Mundo) até então apresentadas?

IV - Teoria Marxista da Dependência x Teoria do Sistema-Mundo: convergência?

Valencia (2005: 143-57), em *Paradigmas y corrientes teóricas del pensamiento latinoamericano (1950-2005)*, coloca a seguinte questão sobre a relação que se pode estabelecer entre as teorias apresentadas nesse trabalho: existe um processo de convergência entre os esquemas analíticos e teóricos da Teoria Marxistas da Dependência e da Teoria do Sistema-Mundo? Ou, na realidade, trata-se de um processo de divergência?

Segundo o próprio (id., ibid.: 144), foi Theotônio dos Santos no livro *A teoria da dependência, balanço e perspectivas*, quem expressou que a atual configuração da Teoria Marxista da Dependência se expressa na sua integração-dissolução na Teoria do Sistema-Mundo. Em outro texto (*Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico*), encontramos passagem semelhante ao que parece se referir Valencia. Santos (1997: 25, itálicos não originais) afirma que “sua evolução [a evolução da Teoria Marxista da Dependência] na direção de uma teoria do sistema mundial buscando reinterpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo moderno dentro desta perspectiva é um *passo adiante* neste sentido”. Mais à frente, complementa afirmando que a Teoria Marxista da Dependência “seguia e aperfeiçoava um enfoque global que *baseava compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial*” (id., ibid., itálicos não originais). Em suma, Theotônio postula: 1. que ocorre um processo de convergência entre as duas abordagens em questão; 2. que esse processo de convergência é um processo de progressista, de evolução da teoria da dependência, seu aperfeiçoamento; e 3. que esse processo progressista significa que, agora, a Teoria Marxista da Dependência busca compreender o capitalismo como uma

economia mundial.

Posição distinta e, ao mesmo tempo, próxima a de Theotônio dos Santos é a de Arienti e Filomeno (2007). Os autores tem em conta as diferenças entre as duas teorias e não postulam nenhum processo de integração-dissolução da TMD em direção à TSM, por isso distinta da visão de Theotônio. Por outro lado, acreditam que a teoria proposta por Wallerstein supera os limites da Teoria Marxista da Dependência, posição que, nesse sentido, é próxima da posição de Santos (1997) apresentada acima.

Segundo os autores, a TSM superaria a TMD pois não ficaria refém das dicotomias entre fatores internos e externos, entre centro e periferia, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Assim, “em uma análise sistêmica, os elementos estão em *interdependência*, não havendo sentido em considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro” (id. *ibid.*: 103, *itálico não original*). Além disso, a principal crítica que realizam às abordagens que utilizam o Estado Nacional como unidade de análise e à Teoria Marxista da Dependência por, supostamente, enquadrar-se nesse caso, é a seguinte:

Nesse ponto, apresenta-se, de forma mais clara, a crítica de Wallerstein (1979) às abordagens que utilizam o Estado nacional (ou a economia nacional) como unidade de análise. Como se viu, ele propôs que a unidade de análise utilizada deve abranger toda uma divisão de trabalho. Na história da expansão do capitalismo, os interesses de acumulação organizaram uma divisão mundial do trabalho, superando uma divisão local do trabalho típica das economias de trocas não sistemáticas. O comércio comandado pelo interesse do capital não deve ser visto como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas, que soberanamente decidem ter mais ou menos comércio com outras economias nacionais, mas, sim, como comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com os interesses capitalistas de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e que, com essa força unificadora, reúne regiões com política e cultura diferenciadas. Logo, a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo (o moderno sistema-mundo, como será visto adiante), isto é, *um sistema complexo, com múltiplas estruturas, mas com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho organizada por interesses capitalistas, e histórico, que ocorreu a partir da modernidade do longo século XVI e que passou por vários ciclos e mudanças qualitativas.* (id. *ibid.*: 104, destaques meus)

Temos assim que, para os autores, a unidade de análise adequada para compreensão do capitalismo em âmbito mundial não deve ser o Estado Nacional. Em seu lugar, como unidade de análise adequada, deve estar uma das principais categorias de Wallerstein: o sistema-mundo, mais especificamente, o moderno sistema-mundo, que um é organismo social complexo com múltiplas estruturas com um elemento unificador, a divisão do trabalho.

A Teoria Marxista da Dependência por não utilizar como unidade de análise o moderno sistema-mundo ficaria presa numa análise dicotômica colocando, de um lado, elementos autônomos e, de outro, elementos dependentes, como já afirmado. Não perceberia que o

comércio internacional comandado pelos interesses do capital em sua busca incessante do lucro organiza uma divisão internacional do trabalho. Desta forma, as diversas regiões com cultura e políticas diferenciadas estaria, através dessa divisão do trabalho, em interdependência.

Em suma, para Arienti e Filomeno (2007), a Teoria do Sistema-Mundo conseguiria superar a Teoria da Dependência em razão de sua unidade análise. Esta possibilitaria à Teoria do Sistema-Mundo uma análise sistêmica que possibilitaria perceber a *interdependência* existente entre os elementos pertencente a esse sistema. Desta forma, superaria as análises dicotômicas, que se caracterizariam por utilizar, como unidade de análise, o Estado Nacional.

Valencia (2005: 144), em discordância com Theotônio, acredita que a Teoria do Sistema-Mundo é totalmente diferente em seus *princípios* e em sua *abordagem epistemológica* comparada com a Teoria Marxista da Dependência. Assim sendo, postular um processo de convergência entre tais abordagens é um projeto impossível de concretização. Isso, por sua vez, não significa negar qualquer tipo de debate e intercâmbio teórico que, porventura, possa se estabelecer entre ambas as teorias.

Para o autor (ibid.: 145), a Teoria do Sistema-Mundo promove um sobredimensionamento do fator mundial com relação aos fatores nacionais e locais de forma a que esses fatores se tornem praticamente asfixiados pela lógica mundial.

Una consecuencia equivocada de esta forma de concebir el sistema mundial consiste en calificar sólo a ese sistema como capitalista, y no a los países y a las regiones en tanto tales, considerados aisladamente aunque constituyan parte del sistema mundial. Aquí se retrocede respecto a las concepciones de la economía mundial de autores marxistas como el propio Marx, Lenin o Bujarin, que desde un principio establecieron la articulación dialéctica – que no la suma – de las economías nacionales con la economía capitalista mundial. (id., ibid.: 146)

Como vimos, para a Teoria do Sistema-Mundo, são as pequenas diferenças na estrutura político-econômica reinseridas num processo cumulativo, que promoverão o fortalecimento progressivo dos aparelhos estatais em uma região em detrimento de outras regiões, culminando na formação das partes constitutiva do moderno sistema mundo: centro, periferia e semiperiferia. Ademais, é a junção dos interesses dos aparelhos estatais com suas burguesias nacionais que explicarão a posição relativa de uma determinada nação ou região nesse sistema a partir do balanço de forças com as outras unidades do sistema. Lima (2010: 15) apresentando a abordagem de Wallerstein realiza o seguinte assertiva: “se uma economia nacional se desenvolve, não se deve investigar porque esse Estado específico ascendeu na hierarquia mundial, mas o que levou a economia-mundo a se desenvolver concentrando

porções maiores de capital em determinada área”. De certa forma, esta proposição reafirma a posição de Valencia. O importante, para TSM, é determinar qual foi a junção específica dos aparelhos estatais com suas burguesias nacionais que propiciou a concentração de capital em determinada região em detrimento de outras. Assim, a lógica de desenvolvimento de regiões e países está sempre subordinada à perspectiva do sistema-mundo.

Além disso, Valencia (2005: 149-50) questiona que nenhum dos países centrais históricos (Espanha, França, Inglaterra e Estados Unidos) foram convertidos em periferia ou semiperiferia até hoje em dia, o que é uma possibilidade aberta para a Teoria do Sistema-Mundo. Por outro lado, o que se percebe é que existem diferenças estruturais (diríamos, de acordo com a apresentação da TMD, condicionantes estruturais da dependência) entre os países centrais e os periféricos e semiperiféricos seja em nível regional ou internacional. Há níveis diferenciados de evolução e posição na hierarquia econômica e geopolítica da ordem imperialista mundial.

Deste modo, a questão da interdependência e a possibilidade de nações centrais se tornarem periféricas e semiperiféricas; e de nações periféricas e semiperiféricas se tornarem centrais tiram a especificidade da condição de dependência, mais especificamente, os condicionantes estruturais da dependência. Assim, a Teoria do Sistema-Mundo questiona a validade da Teoria da Dependência, pois, se não há uma especificidade da condição de dependência qual é o sentido para uma teoria específica sobre a dependência?¹¹

Inclusive, Arienti e Filomeno (2007: 112) comentem o erro de aplicar a categoria superexploração da força de trabalho como sinônimo de maior exploração do trabalho e como forma de elevar a taxa de mais-valia. Observe:

Por exemplo, a ideia de que, numa cadeia mercantil, as partes mais rentáveis do processo produtivo e comercial se concentram nas mãos de uma burguesia estrangeira, vinculada ao centro, coloca o capitalista da periferia numa situação de dualidade e o trabalhador em uma situação de superexploração. *O capitalista em atividade periférica e integrado ao sistema mundial é, ao mesmo tempo, explorador e explorado, na medida em que parte do excedente que ele extrai de seus trabalhadores é transferida aos capitalistas do centro.* Para garantir uma taxa de lucro compatível com a sua sobrevivência no sistema, deve recorrer à superexploração dos seus trabalhadores, mesmo quando estão em uma relação de produção tipicamente capitalista.

Bastante equivocada essa concepção em que capitalistas se tornam explorados em razão da transferência de valor para outros capitalistas. Afinal, exploração, para Marx, tem a ver *estritamente* com o processo de produção de mais-valor, não possui uma conotação moralista.

¹¹ Nesse sentido, ver Carcanholo (2012).

Explorar é consumir, utilizar o valor de uso da força de trabalho. Qual o valor de uso da força de trabalho? O valor de uso da força de trabalho é a capacidade de criar novo valor quando consumida no processo de produção pelo capital; as demais mercadorias (mais especificamente, o capital constante) apenas repõem o valor consumido no processo de produção. Por isso, dizemos que a mercadoria força de trabalho é uma mercadoria especial¹². Essa concepção de “exploração” de nações pobres por nações e ainda de capitais menos rentáveis por mais rentáveis possui além de um fundo moralista, um viés weberiano. Ademais, não compreende que os mecanismos transferência de valor estão no plano da circulação (enquanto a exploração no plano da produção) e que tais transferências de valor não patenteiam exploração de uma nação sobre a outra; na realidade, trata-se de capitais em atividade dentro de uma ou de outra economia (CARCANHOLO, 2012: 10-1, nota 26). Em suma, não é na esfera circulação, da apropriação/realização do valor gerado na produção (de valor), que se patenteia a exploração; exploração é distinta de distribuição.

CONCLUSÃO

Como vimos, Theotônio dos Santos acredita que a Teoria Marxista da Dependência caminha em direção a sua integração-dissolução na Teoria do Sistema-Mundo; além disso, que a TMD busca, agora, nessa sua integração com a TSM, compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial. Ademais, Arienti e Filomeno acreditam que a TSM supera a TMD em razão de sua unidade de análise, o sistema-mundo. A categoria sistema-mundo desenvolvida por Wallerstein possibilitaria uma superação com relação às teorias que utilizam o Estado Nacional, como unidade de análise, e às teorias que ficam restritas às abordagens dicotômicas (desenvolvimento/subdesenvolvimento, interno/externo, autônomo/dependente). Para encerrar essa apresentação sobre a relação entre TSM e TMD, alguns comentários são necessários sobre as posições desses autores.

A Teoria Marxista Dependência, ao contrário do que parece indicar Arienti e Filomeno, *não possui, como unidade de análise, o Estado Nacional tampouco fica restrita às análises dicotômicas*. Em primeiro lugar, a TMD é herdeira da tradição marxista, e, como herdeira dessa tradição, sua unidade de análise, é o capital. A TMD busca precisar as distintas formas de inserção de países e regiões num processo acumulação capitalista em escala mundial. Desta forma, tem por pressuposto a economia mundial, sob a lógica de acumulação mundial

¹² A força de trabalho é uma das três mercadorias especiais no capitalismo, para Marx. As outras duas são: o dinheiro e a mercadoria-capital.

capitalista, e as distintas formas de inserção das economias nessa lógica. Em segundo lugar, tendo em conta apenas o segundo pilar da TMD *erguido* por Marini – *imperialismo como elemento constitutivo da própria dependência* – fica patente o equívoco da proposição da Arienti e Filomeno ao atribuir um caráter dicotômico à teoria da dependência. Aliás, de acordo com Marini, essa era a visão convencional da CEPAL. A TMD busca, justamente, compreender de que forma os condicionantes estruturais da dependência são reinsertados e aprofundados com o próprio desenvolvimento do capitalismo na periferia (“*mas desarrollo capitalista, más dependência*”). Em terceiro lugar, uma perspectiva de economia mundial não significa a Teoria do Sistema-Mundo, a interpretação de Theotônio. Temos que uma perspectiva de economia mundial não significa necessariamente o sistema-mundo, tampouco a negação do sistema-mundo implica obrigatoriamente a utilização do Estado Nacional como unidade de análise. Nesse último caso, a Teoria Marxista da Dependência é um caso exemplar.

Ao contrário do que compreende Theotônio, mais uma vez, compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial não significa necessariamente *abraçar* a Teoria do Sistema-Mundo. A Teoria Marxista da Dependência é também um esforço na tentativa de realizar essa compreensão do capitalismo como economia mundial. Esta é uma teoria específica para o estudo das regiões dependentes e se impõe, como uma teoria necessária para esse estudo, em razão da especificidade de seu objeto, a economia dependente, que se insere de forma subordinada na economia mundial. Busca, assim, compreender as distintas formas de inserção e desenvolvimento dessas economias a partir da lógica da acumulação mundial capitalista (nível de abstração menor). Por outro lado, a Teoria do Sistema-Mundo busca realizar o mesmo intento “semelhante” – captar o desenvolvimento das distintas formas de inserção de países e regiões no mercado mundial (centro, periferia e semiperiferia), porém seu objeto não se limita às economias dependentes – mas se utilizam um ferramental teórico distinto, em que se destaca: o sistema-mundo como unidade de análise.

Por fim, concluo que o processo de integração-dissolução de uma teoria em direção à outra, como apontado por Theotônio, não é de forma alguma evidente e seu caráter progressista, caso haja um caráter progressista nessa integração, tampouco se implícita ainda. Apesar do forte debate travado entre os seguidores e defensores de ambas as teorias, as relações, as pontes de diálogo e os debates que podem ser travadas entre as teorias não são claras também. Essas importantes questões serão objeto de futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin (2007). Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

CARCANHOLO, Marcelo Dias (2012). **(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho**. Mimeo. Niterói, RJ: UFF, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique (1974). As tradições do desenvolvimento-associado. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 8, p. 42-75, 1974.

_____ (1975). Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 11, p. 30-72, 1975.

_____; FALETTO, Enzo (1967). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 7ª ed., 1970.

LIMA, Rômulo André (2010). **Estado e Capitalismo**: A teoria do Poder Globo e a perspectiva marxiana. 2010 / Rômulo André Lima. Orientador: Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld Bastos. Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo. Niterói, 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2010

MARINI, Ruy Mauro (1973a). Dialética da dependência. In: TRAPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005: 137-180.

_____ (1973b). Sobre a Dialética da dependência. In: TRAPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005: 181-194.

_____ (1974). Prefácio. In: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**.

México: Siglo XXI Editores, 5.^a ed., 1974: VII-XXIII.

_____ (1980). As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 167-241.

_____ (1993). La crisis del pensamientos latinoamericano y el liberalismo. In: CARONA DE LA PEÑA, Fernando (coord.). **América Latina**: hacia una nueva teorización. México: UNAM, 1993: 13-39.

_____ (1994). A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010: 103-118.

MARTINS, Carlos Eduardo (2006). O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006: 153-216.

MARX, Karl (2008 [1894]). **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global de produção de capitalista, Volume V / Karl Marx; tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl (2007). **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas / Karl Marx; tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika (2010). Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010: 169-190.

ROCHA, Marco Antonio M. da (2011). Revolução brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à escola de sociologia da USP. In:

MALTA, Maria (coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento, 2011: 247-90.

SANTOS, Theotônio dos (1978). **Dependencia y imperialismo**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

_____ (1997). A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico. **GREMIMT (Grupo de Estudos sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho)**, Texto para Discussão, n. 22, 1997.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique (1979). As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n° 23, p. 34-80, 1979.

VALENCIA, Adrián Sotelo (2005). **América Latina**: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI. México: Plaza y Valdés, 2005.

WAGNER, Adolfo (2005). **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro**: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. 2005, 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

Marx, Braudel e o Capitalismo: propostas para um diálogo teórico a partir da obra de Giovanni Arrighi.

Danilo Barolo Martins de Lima¹

Resumo: O presente artigo trata das possibilidades e problemas de se buscar alguma forma de “fusão” entre elementos teóricos pertencentes a paradigmas históricos distintos. Especificamente, discutem-se possíveis aproximações entre os paradigmas do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales (em sua vertente braudeliana), a partir dos conceitos de “capitalismo” e modo de produção capitalista, centrais para ambos. Com essa finalidade, analisamos as diferentes concepções de Karl Marx e Fernand Braudel, apontando alguns de seus elementos distintivos e pontos de contato. Ao final propusemos uma hipótese de aproximação entre os dois paradigmas, a partir das formulações teóricas de Giovanni Arrighi. Através de uma mediação conceitual (e historicamente enraizada) entre capitalismo como modo de acumulação e capitalismo como modo de produção, este autor abre caminhos para um diálogo teórico profícuo, ou uma “apropriação crítica”. Torna-se possível assim, o aporte de elementos da concepção braudeliana a um referencial fundamentado no materialismo histórico, contribuindo para a formulação de valiosas ferramentas analíticas para o estudo da economia e da história do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Marx, Braudel, Arrighi, capitalismo, paradigmas teóricos.

Abstract: This article discusses the possibilities and problems of seeking some form of "fusion" between theoretical elements belonging to distinct paradigms of history. Specifically, we discuss some potential links between the paradigms of historical materialism and the Annales school (in its braudelian variant), by means of the concepts of "capitalism" and capitalist mode of production, which are central to both. With this in aim, we analyze the different conceptions of Karl Marx and Fernand Braudel, pointing out some of their distinctive elements and points of contact. At the end we propose a hypothesis of rapprochement between the two paradigms, departing from the formulations of Giovanni Arrighi. Through a conceptual (and historically rooted) mediation between capitalism as a mode of accumulation and capitalism as a mode of production, the author provides a path for a fruitful theoretical dialogue. It is thus possible, to incorporate elements from the braudelian perspective to a framework based on historical materialism, contributing to the formulation of valuable analytical tools for the study of the economy and contemporary history of Brazil.

Keywords: Marx, Braudel, Arrighi, capitalism, theoretical paradigms.

¹Mestrando em História Econômica pela FFLCH/USP.

Introdução

A escolha de um referencial teórico e metodológico adequado para uma dada investigação em economia, história ou ciências sociais, é etapa importante e necessária para a preparação da pesquisa. A teoria fornece um conjunto mais ou menos articulado de conceitos, hipóteses e problemas, que orientam a definição do objeto a ser estudado e o campo de problemas a serem colocados para a pesquisa. No presente artigo, pretendemos delinear alguns apontamentos para a construção de um referencial teórico para a pesquisa em história e economia, discutindo as possibilidades e problemas da incorporação de elementos provenientes de paradigmas teóricos distintos, ainda que convergentes.

Nosso objetivo mais específico é o de explorar possíveis aproximações entre os paradigmas teóricos do Materialismo Histórico e da chamada “escola dos Annales” (em sua vertente braudeliana). No caso em questão, um dos elementos centrais e mais problemáticos do diálogo entre tais paradigmas se situa nas distintas concepções que apresentam acerca do “capitalismo” - ou mais propriamente no caso de Marx, do “modo de produção capitalista”. Trata-se de conceitos diferentes e utilizá-los de forma intercambiável pode levar a uma compreensão errônea da obra de cada um destes autores, bem como gerar uma formulação teórica inconsistente e, no limite, equivocada.

Assim, propusemos que tal diálogo só poderia ser levado a efeito de forma proveitosa, se feito com o devido cuidado e a partir do que chamamos de “apropriação crítica” de conceitos. Trata-se de buscar uma mediação entre as diferentes visões de Karl Marx e Fernand Braudel acerca do capitalismo e sua história. Acreditamos que, para tal finalidade, a obra de Giovanni Arrighi pode fornecer pistas valiosas, que procuramos explorar no presente trabalho.

Paradigmas teóricos

Acreditamos que seja possível identificar um conjunto de teorias da história diversas, no sentido de grandes correntes teóricas determinadas, pautadas em

fundamentos filosóficos e epistemológicos divergentes ². Entre estas correntes, podemos citar de um lado o Materialismo Histórico, derivado das obras de Marx e Friedrich Engels e seus continuadores, e de outro o Positivismo e o Historicismo. Outra forma de se referir a estas grandes correntes teóricas, que apresentam, por sua vez, uma variedade de subcorrentes e vertentes, é a noção de paradigma historiográfico, que aqui será adotada.³

Há ainda as grandes “escolas” historiográficas, que reúnem um grupo de historiadores a partir da assunção de um programa comum (ou de elementos particulares desse programa) e a pertinência a um espaço institucional ou de publicação, como as revistas científicas especializadas. Entre tais escolas, figura em inegável destaque a chamada Escola dos Annales, organizada em torno de uma revista, fundada no final da década de 1920 e de um grupo de historiadores, liderados inicialmente por Marc Bloch e Lucien Febvre e, posteriormente por Fernand Braudel, até o final da década de 1960, quando a revista assume novos caminhos. Assim, três distintas gerações dos Annales podem ser identificadas, sendo que entre elas e, principalmente entre as duas primeiras e a última e atual, há diferenças substanciais.⁴

Há controvérsias entre os estudiosos da área de teoria da História quanto à possibilidade de identificarmos no interior da Escola dos Annales, a constituição de um ou mais paradigmas historiográficos particulares e distintos dos anteriormente mencionados ⁵. Se pudermos traçar alguns elementos fundantes do programa comum dessa escola, ou mais precisamente de suas duas primeiras gerações, acreditamos ser possível identificar na sua trajetória a constituição de algo muito próximo a um paradigma historiográfico em particular.⁶

Pensamos que tal denominação é hipótese plausível, diante de suas determinações epistemológicas – tais como uma dada concepção de temporalidade, a “longa duração”, e uma concepção da sociedade baseada na conformação de múltiplas estruturas historicamente mutáveis. Além disso, algumas distinções importantes com

² BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. V. 1: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

³ *Ibidem*.

⁴ REIS, José Carlos. Marxismo e Annales: ‘programas históricos’ complementares antagônicos ou diferenciados. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 19, Nov./98, p.68-91.

Cf. ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.; BARROS, op. cit. e FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

⁶ REIS, op. cit.

relação ao materialismo histórico são claramente discerníveis. Assim, para a finalidade do presente trabalho, assumiremos que tal escola historiográfica é equivalente a um paradigma historiográfico particular.

Ressaltamos que há um aspecto que favorece a hipótese de um diálogo entre os paradigmas materialista histórico e dos Annales, uma vez que acreditamos que entre eles existam sem dúvida inúmeras convergências e pontos de contato. Aguirre Rojas, por exemplo, já propôs a possibilidade de um diálogo íntimo entre as duas perspectivas em sua dimensão historiográfica, devido a suas características comuns, tais como: a aspiração a uma história pautada numa perspectiva globalizante, as críticas à chamada “história factual” e à “história-relato-empirista” e a importância atribuída à dimensão material da existência social.⁷ Além disso, um diálogo crítico, explícito ou implícito, com Marx foi um dos elementos formativos mais relevantes na biografia intelectual de Braudel.⁸

Reforçando esta ideia de proximidade, de acordo com a formulação de Ciro F. Cardoso, tanto os Annales (das duas primeiras gerações), quanto o Materialismo Histórico partiriam de uma mesma matriz paradigmática, por ele denominada “iluminista” – por contraposição a uma “pós-moderna”. Apresentariam assim diversos pontos de contato teóricos, tais como: uma concepção científica da história, a visão da sociedade como uma totalidade estruturada e racionalmente apreensível e a convicção de que a consciência que os homens têm da sociedade em que vivem não coincide com a realidade social. Devido a esses e outros elementos de convergência, os diálogos entre eles, mais do que possíveis, foram amplos, profícuos e constantes na historiografia do século XX.⁹

Contudo, é importante assinalar suas diferenças. São de fato várias as distinções teóricas conceituais, relativas ao grau de determinação de estruturas específicas (a geografia, as formações econômicas, etc.), ao papel dos processos políticos na transformação histórica, entre outras. Entre estas diferenças, destacamos aqui o fato de que Marx se preocupa fundamentalmente com as grandes transformações sociais e com

⁷ ROJAS, Carlos A. Aguirre. Hacer la historia, saber la historia: entre Marx y Braudel. In: *Cuadernos Políticos*. Cidade do México: ed. Era, nº 48, out-dez, 1986, p.45-72.

⁸ ROJAS, Carlos A. Aguirre. *Braudel, o Mundo e o Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, C.(orgs.). *Domínios da história*. São Paulo: Campus, 2011, p. 1-22.

a potencialidade das rupturas históricas (tais como as revoluções), já Braudel relativiza a importância e a magnitude de tais transformações, atribuindo relevância explicativa fundamental aos câmbios de longa duração. Tal concepção é expressa claramente em suas próprias palavras: “Em geral, não acredito em mudanças sociais rápidas, em golpes de teatro. As próprias revoluções não são rupturas totais”.¹⁰

Entre a cruz e a espada: consistência ou amplitude teórica?

Uma questão importante a ser colocada quando se trata da escolha de um referencial teórico para a pesquisa é a de se podemos considerar profícua e desejável alguma forma de “fusão” entre elementos pertencentes a dois ou mais paradigmas teóricos distintos. Fica evidente desde o início que tal proposição é em si problemática. Cada paradigma se caracteriza por se constituir a partir de certos fundamentos e pressupostos de caráter epistemológico, que são diferentes e frequentemente antagônicos. Assim, a junção ou incorporação de elementos provenientes de paradigmas diversos pode resultar incoerente, inconsistente ou mesmo inviável, do ponto de vista do uso adequado da teoria como referencial para a análise e interpretação de fenômenos sócio-históricos.

As atitudes possíveis, de rejeição ou aceitação dessa hipótese, podem em sua forma extrema gerar dois “vícios” teóricos que dificultam a composição do quadro referencial. Num extremo, encontraremos o risco de um “ecletismo” exagerado e incoerente, que tende a unir noções e conceitos contraditórios e até confundir noções distintas que empregam o mesmo nome, mas que provêm de paradigmas teóricos diferentes e, dessa forma, possuem um significado bastante diverso. Tal concepção pode resultar num referencial de pouca utilidade para a análise social e histórica, tendo em vista que se torna confusa e pouco capaz de comunicar um sentido preciso para os achados da investigação.

No extremo oposto, podemos situar uma posição que aqui denominaremos (por falta de uma expressão mais adequada) “fundamentalismo teórico”, ou seja, um exacerbado fechamento em torno de um paradigma teórico já existente e consolidado.

¹⁰ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. v.3 São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 50.

Tal postura pode tender, no limite, ao dogmatismo e ao engessamento teórico, o que dificulta o desenvolvimento conjunto da teoria e da pesquisa empírica, em caminhos originais e potencialmente enriquecedores.

Em favor da hipótese de “fusão”, podemos recorrer aos argumentos de Barros que afirma que os paradigmas históricos não devem ser vistos como compartimentos nos quais se situam os historiadores; seriam como “campos de força que se interconectam em função de uma pesquisa ou reflexão historiográfica [...] são espaços de interatividade, dimensões nas quais operam os diálogos historiográficos. Nada mais danoso para o conhecimento histórico do que a hiperespecialização de um historiador, que passe a trabalhar ou a se definir em termos de um único campo histórico”.¹¹

O que possibilitaria a conexão de certos campos históricos na pesquisa historiográfica “é o objeto de estudo constituído pelo historiador.”¹² Para Barros, libertar-se de exigências de coerência absoluta em relação a um sistema teórico fechado pode evitar estagnações e proporcionar maior riqueza de recursos. Este autor ainda defende a ideia de que conhecer os grandes paradigmas teóricos a disposição do historiador é fundamental, mas não é necessária a adesão integral a apenas um desses paradigmas. Dessa maneira:

“só se deve aderir a todos os elementos de um determinado paradigma, ou, mais restritamente ainda a uma determinada subcorrente teórica [...] se o pesquisador se sentir inteiramente à vontade com seu tema no ambiente teórico proporcionado por essa sua escolha. Aceitar imposições cegamente é, via de regra, contraproducente e limitador [...] encarar teoria como doutrina ou dogma, recusar-se a aceitar aportes interessantes que tenham sido originados em outros campos teóricos, rejeitar contato ou o diálogo com outros autores [...] é algo equivalente a aceitar uma viseira”¹³

Barros fala do que denomina “fobia da incompatibilidade”, ou seja, a rejeição da ideia de “misturar” certos autores, e de combinar certos conceitos e elementos oriundos

¹¹ BARROS, op. cit., p. 204.

¹² *Ibidem*, p. 206.

¹³ *Ibidem*, p. 225-7.

de sistemas teóricos distintos. Quanto a isso, o autor afirma que não existiria essa pretensa situação de incompatibilidade entre certos autores para todas as situações. E, novamente, “O que torna compatível [essa conexão] (...) é o seu objeto de estudo específico, é o uso que se fará de cada um desses autores diante desses objetos”.¹⁴

Já contrariando a hipótese de fusão, podemos apresentar os argumentos de Barbosa¹⁵, segundo o qual o pesquisador seria levado a “formular sua escolha de metodologia do modo mais coerente possível com o tema e o problema que lhe interessa. Isso impõe uma escolha com base naquilo que o pesquisador classifica como realidade”. Ou seja, a escolha metodológica deveria partir de uma posição teórica clara e inequivocamente definida em termos de um dado paradigma historiográfico, para que os conceitos empregados retenham sempre a maior coerência possível em relação aos demais elementos do paradigma escolhido, sendo ao mesmo tempo capazes de comunicar com clareza o seu significado.

Tal escolha funcionaria como um filtro, eliminando outras escolhas possíveis ou potenciais e impondo um determinado tipo de lógica compatível com o problema. Portanto, a escolha metodológica seria um elemento de consciência que condicionaria a leitura da realidade de uma forma determinada e excludente. E isto, em parte se deveria ao fato de que seria impossível para o pesquisador, em termos práticos, a obtenção do domínio teórico necessário para ir além de um paradigma específico, o qual para ser dominado e corretamente utilizado, requer já um esforço considerável:

“Por mais que um pesquisador estude teoria, ele não poderá no curso de sua vida dominar mais que alguns poucos teóricos como um conhecimento sofisticado. Alguém pode argumentar, como se faz num curso de história das ideias, sobre diferentes sistemas teóricos. Isso não é o mesmo do que conhecê-los com rigor ou sofisticação. Por exemplo, é muito difícil dominar teorias elaboradas por diferentes pensadores, ao mesmo tempo. (...). Isso quer dizer que o conhecimento que se tem é e será sempre relativo, não importa o esforço que se faça”.¹⁶

¹⁴ *Ibidem*, p. 228.

¹⁵ BARBOSA, Wilson do Nascimento. O problema da metodologia na prática da pesquisa social. Palestra em 30.04.1992. Programa de Pós-Graduação. Departamento de História. FFLCH-USP.

¹⁶ *Ibidem*, p.5.

Dessa forma, segundo Barbosa, a escolha do referencial teórico deve ser compatível com a teoria que informa sua leitura dos temas, a qual por sua vez leva à busca a delimitação do objeto de pesquisa. Uma vez que o conhecimento possível da teoria é sempre incompleto, a opção do investigador derivaria em parte de um conhecimento teórico e em parte de algo que o autor denomina “confiança cultural na efetividade da teoria escolhida”. Esta última seria uma atitude ideológica que levaria alguém a supor que um dado percurso teórico é melhor que outro, embora seja impossível prová-lo inteiramente. Longe de adotar uma postura extrema, no sentido acima exposto, é fato que este autor tende a privilegiar a coerência teórica como condição para a formulação de um quadro conceitual adequado para a investigação.

Contudo, uma vez que se admita a hipótese de sua factibilidade, a fusão referida acima poderia ser realizada de formas diversas. Poderia, por exemplo, ser efetivada como simples transposição, ou junção, integral e imediata de um ou mais conceitos, formulados no interior de paradigmas teórico distintos. Nesse caso, os problemas já assinalados, de inconsistência teórica, podem se apresentar em sua plenitude. A mera transposição, ou junção de conceitos de matrizes teóricas diversas é perigosa, já que tem grande potencial de gerar formulações confusas, imprecisas e de pouco ou nenhum potencial explicativo, tendendo a recair no citado vício de “ecletismo” exacerbado.

A apropriação crítica como proposta intermediária

Visando evitar os mencionados vícios teóricos, do “ecletismo” e do “fundamentalismo teórico”, será proposta do presente trabalho hipótese da construção de uma espécie de terceira via. Isto é, buscando atender em alguma medida tanto a exigência de certa consistência teórica, quanto à busca de um enriquecimento conceitual para além do paradigma fechado, postulamos como hipótese alternativa, a ideia de que a articulação de elementos originários de paradigmas teóricos distintos, mas potencialmente convergentes, poderia ser tentada através do que aqui chamaremos de *apropriação crítica*.

Tal esforço de teorização consistiria numa forma de apropriação mediada pela crítica racional do conceito, na qual se buscam seus fundamentos e pressupostos

constitutivos, avaliados criticamente a partir da afirmação de uma posição teórica determinada. Dessa forma, seria possível verificar até que ponto é possível integrar tal elemento teórico, não simplesmente da forma com que este se apresenta originalmente e sim modificado, a fim de que se torne operacional dentro do referencial teórico escolhido como base para a investigação histórica.

A noção de *apropriação* define o consumo de produtos culturais (e as obras nas quais se referenciam os paradigmas historiográficos são exemplos de produtos culturais) como uma operação de produção — e, portanto, ativa e criativa e não meramente passiva e receptiva —, que embora não fabrique nenhum objeto, se realiza a partir das maneiras distintas de se utilizar tais produtos. As apropriações são entendidas por Roger Chartier como práticas de produção de sentido a partir das modalidades da leitura de textos, sempre diferenciadas por determinações sociais.¹⁷

Já a ideia de *crítica* nos remete a uma atitude de investigação sistemática sobre as condições e consequências de um conceito, uma teoria, ou uma disciplina e de uma tentativa de compreender suas limitações e sua validade.¹⁸ Nesse sentido, a apropriação crítica de conceitos, como ato de teorização, deve ser definida como a busca pelos fundamentos teóricos de um conceito e sua crítica transformadora, visando à articulação — quando tal relação for possível e oportuna—, com os elementos constitutivos de um arcabouço teórico específico, que no caso da Teoria da História, toma a forma de um dado paradigma historiográfico.

E qual poderia ser tal critério de oportunidade? Aqui postulamos que, para a finalidade da escolha de um referencial teórico, o critério fundamental deve ser a contribuição que tal apropriação pode trazer ao paradigma no qual nos apoiamos fundamentalmente. E esta contribuição se refere, antes de tudo, aos potenciais ganhos analíticos, visando uma compreensão mais profunda e matizada do objeto estudado. Deve-se ainda considerar as desvantagens em termos das perdas de consistência teórica acarretadas pelo aporte conceitual a ser tentado.

Visões sobre o capitalismo

¹⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹⁸ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 223.

Um conceito central para o estudo da economia, bem como da história econômica do Brasil contemporâneo é o conceito de *capitalismo*. Trata-se de um conceito de muito ampla utilização e cuja aparente simplicidade pode ser bastante enganosa. Na realidade, um rápido exame da literatura pode revelar a presença de diferentes concepções de capitalismo, nem sempre compatíveis entre si.

Entre as principais matrizes teóricas para o conceito de capitalismo, podemos destacar o referencial do materialismo histórico. Autores de orientação marxista têm empregado a noção de capitalismo, no mais das vezes de forma mais ou menos equivalente ao conceito propriamente marxista de modo de produção capitalista. É também possível identificar (ainda que de forma menos frequente) o uso do conceito de capitalismo baseado na concepção de Fernand Braudel, a partir de sua influência direta, ou a partir da influência de outros autores inspirados pelo paradigma dos Annales.

Os conceitos de capitalismo oriundos de cada um desses paradigmas são de fato bastante distintos em sua forma original. No espírito da problemática proposta para este trabalho, nos surgiu um conjunto de questões correlatas, que serão exploradas em seu desenvolvimento. A primeira delas consiste em determinar quais são as diferentes definições de capitalismo empregadas segundo os referenciais dos Annales e do Materialismo Histórico, a partir das obras de Marx e Braudel.

Em seguida, e a partir dessa especificação dos conceitos, coloca-se a questão de se é possível pensar em uma articulação entre o conceito de capitalismo, tal como definido de acordo com a tradição dos Annales, e o paradigma historiográfico do materialismo histórico? Ou, colocando em outros termos a mesma questão: seria factível e desejável alguma forma de apropriação crítica da concepção de capitalismo, de matriz braudeliana, a partir de um referencial calcado no paradigma materialista histórico?

Apesar das visões comumente expressas em discussões acadêmicas sobre estas duas vertentes, que procuram determinar qual seria o “melhor” conceito, isto é, o mais bem formulado teoricamente, ou o mais capaz de dar conta de uma explicação da sociedade moderna, é preciso primeiramente pontuar um dado fundamental. Trata-se, em primeira aproximação, de conceitos bastante diferentes entre si. Sendo assim, uma comparação simples e direta entre eles se torna impraticável e improdutiva.

Uma primeira constatação que se impõe se quisermos levar o debate adiante é que as diferenças não podem ser reduzidas a um suposto “circulacionismo”, que seria característico da visão braudeliana, em oposição a uma concepção fundamentada na esfera da produção, que seria a marxista.

Na realidade, como tentaremos desenvolver adiante, o conceito marxista mais propriamente deriva da noção de modo de produção capitalista, que segundo Bottomore, pode ser definida como a “denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção (...) a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com exclusão do restante da população, [é] que constitui característica básica do capitalismo”.¹⁹

O próprio Marx, à exceção de referências esparsas em cartas tardias, não utiliza o termo “capitalismo” em sua forma direta. E este termo é também pouco utilizado pela maioria dos autores marxistas. É usado, sobretudo, para delimitar uma fase (ou período) da História, porém, suas balizas sempre foram controversas e imprecisas. A própria noção de modo de produção, de acordo com Marx, deve ser mais bem especificada. Trata-se do elemento central de uma explicação sistemática da História, que define épocas de acordo com um modo dominante de produção. De maneira geral, sua definição é inspirada na caracterização feita por Marx no prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, de 1859:

“(...) na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual”.²⁰

¹⁹ BOTTOMORE, Tom (Ed.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.51.

²⁰ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Edições Progresso, 1982.

Segundo Bottomore, como um modo de produção, o capitalismo poderia ser caracterizado pelos seguintes elementos: a) produção para venda e não para uso próprio; b) existência de um mercado de venda de força de trabalho em troca de salários; c) mediação universal (ou predominante) das trocas pelo uso do dinheiro (forma monetária do capital), a qual propicia o desenvolvimento do crédito; d) o capitalista (ou seu gerente) controla o processo de produção (de trabalho); e) controle das decisões financeiras (poder de financiar a acumulação com recursos alheios); f) concorrência intercapitalista, demandando a constante revolução das técnicas.²¹

Em termos da determinação precisa de sua historicidade, é polêmica a cronologia para o modo de produção capitalista. Contudo, o período que vai aproximadamente do século XV até o século XVIII é geralmente aceito na tradição marxista como a “fase do capital mercantil do capitalismo”, ou da “acumulação primitiva do capital”. Só seria possível falar na plena constituição do modo de produção capitalista a partir do desenvolvimento de uma série de processos históricos relacionados. Entre eles, podemos citar: a formação de um exército de trabalhadores livres, ou seja, devidamente expropriados dos meios de subsistência que possuíam em formações sociais pré-capitalistas; a generalização da forma mercadoria e a transição da manufatura para a maquinofatura. Tais condições só se encontrariam plenamente desenvolvidas a partir da Revolução Industrial inglesa, ou seja, a partir de meados do século XVIII e início do XIX.

Há uma tendência de identificar a fase inicial do capitalismo industrial — um período de crescimento rápido e progresso técnico, consistindo de pequenas empresas com propriedade individual, com um mínimo de participação do Estado e concorrência generalizada — como sendo a fase “natural” do capitalismo. As fases posteriores receberam então uma qualificação adicional, como “capitalismo monopolista”, por exemplo. Contudo, mesmo nestas fases posteriores, persistiriam as características fundamentais, tais como a propriedade privada dos meios de produção, o controle do trabalho assalariado e o fato de o lucro privado ser o principal motor da atividade econômica.²²

²¹ BOTTOMORE, op. cit., p. 52.

²² *Ibidem*, p. 53.

Já Braudel define “capitalismo” de forma bastante distinta desta noção de modo de produção. Segundo Rocha, o capitalismo de Braudel não é um modo de produção, nem um conjunto social total, pois existiria uma “margem inferior”, que ele não abrange completamente; seria mais próximo de “... uma estrutura superior constituída por grupos sociais privilegiados, que se ocupam com cálculos e atuam em áreas da circulação desconhecidas pelo homem comum [...] sua regra não é a da concorrência, mas sim do monopólio e o seu espaço é o mundo inteiro. [...] O setor capitalista [...] age com liberdade para selecionar os domínios em que irá intervir”²³ É, sobretudo um “lugar” e não um sistema social.

Reconhecendo que a palavra “capitalismo” é problemática, Braudel afirma ter tentado evitar o seu uso. Coloca a questão de se seria anacrônico empregá-la para o período anterior à Revolução Industrial: “Porque há, quer se queira quer não, mesmo na época pré-industrial, uma atividade econômica que evoca irresistivelmente a palavra e não aceita nenhuma outra”²⁴ Situando-se no lugar do investimento de alta taxa de produção do capital, “Até a Revolução [industrial] do século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa”.²⁵

Como já apontado, não se trata de um sistema extensivo ao conjunto social: “... o capitalismo de ontem (ao contrário do de hoje) ocupava apenas uma estreita plataforma da vida econômica”. É um “mundo em si, diferente, até estranho em relação à globalidade social e econômica que o rodeia” e se define em contraste com esse “não capital”²⁶ O capitalismo se define para Braudel no interior da clássica formulação dos três níveis da vida econômica: 1. Vida material: esfera regida pelo valor de uso; 2. Economia: limiar do valor de troca; 3. Capitalismo: esfera multinacional, marcada pelo monopólio.

Braudel lista as os elementos característicos do capital: 1. resulta de um trabalho anterior acumulado; 2. é retomado na produção, para participar de novos processos de trabalho e, aí, permite-se reconstituir aumentado 3. só é capital quando empregado para

²³ ROCHA, Antônio Penalves. F. Braudel: tempo histórico e civilização material: Um ensaio bibliográfico. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3 p.239-249 jan./dez. 1995, pág. 248

²⁴ BRAUDEL, op. cit., v.2 São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.199.

²⁵ *Ibidem*, p.200.

²⁶ *Ibidem*, p. 207.

gerar mais dinheiro, mas aí o essencial é promover a circulação: só é lançado para regressar a seu ponto de partida.²⁷

Um dos pressupostos centrais de Braudel é o de que não há sociedade sem conflito social, nem há sociedade sem hierarquia. O capitalismo mesmo implica numa hierarquia particular. Contudo, o capitalismo pode criá-la ou somente apropriar-se de uma organização preexistente; mas não assume toda a cadeia, apenas os pontos estratégicos que ocupam os setores-chave da acumulação.²⁸

Hipótese para uma aproximação

Passemos agora ao exercício teórico central proposto para o presente trabalho. Como visto acima, o conceito de capitalismo de Braudel, bem é substancialmente diferente, de um ponto de vista teórico, do conceito de modo de produção capitalista de Marx. Se a proposta aqui é a de verificar até que ponto é possível e desejável a apropriação do conceito braudeliano, é necessário partir de seus fundamentos para que possamos determinar os caminhos possíveis para a realização de tal aporte. É preciso primeiramente estabelecer uma mediação entre o conceito braudeliano de capitalismo, como um lugar privilegiado para a acumulação e o conceito marxista de modo de produção capitalista.

A fim de tentar uma aproximação preliminar para a hipótese acima exposta, recorreremos principalmente à obra de Giovanni Arrighi. Este autor é relevante justamente por que sua obra se caracteriza por apresentar uma tentativa de aproximação entre os referenciais de Braudel e Marx. Acreditamos que uma hipótese para uma possível “fusão” teórica foi avançada por este autor melhor que qualquer outro, ainda que esta deva ser mais bem delimitada. A partir de sua obra, *O Longo Século XX*²⁹, será feita uma proposta de mediação, para a finalidade de estabelecermos em que sentido e até que ponto é possível e benéfica esta aproximação para esboçar os caminhos de uma apropriação crítica do conceito de capitalismo de origem braudeliana por um referencial teórico fundamentado no materialismo histórico.

²⁷ Ibidem, p. 209.

²⁸ BRAUDEL, op. cit., v.3, p.51-3.

²⁹ ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto Editorial Ltda.; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

Arrighi parte de uma declarada inspiração na obra de Braudel, mas procura um diálogo explícito com a obra de Marx. O conceito central para sua estrutura teórica, que por sua vez nos remete à noção braudeliana de capitalismo, é a de Ciclo Sistêmico de Acumulação, a qual também implica uma periodização. A dinâmica dos ciclos sistêmicos se dá como segue: nas fases de expansão material, o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário liberta-se de sua forma mercadoria e a acumulação prossegue na forma financeira. Juntas, essas duas fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação.³⁰

Em sua formulação, Arrighi se apropria do que consideramos o cerne da concepção braudeliana e o seu elemento que talvez seja o mais distintivo: a ideia de flexibilidade.

“A ideia dos ciclos sistêmicos de acumulação (...) deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os ‘lucros em larga escala’. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista ‘monopolize’ as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação.”³¹

Não é como um fim em si, portanto, que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como meio para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores em um momento futuro. É justamente este aspecto de flexibilidade o que pensamos ser capaz de fornecer uma maior contribuição em termos de ganhos analíticos, se apropriado criticamente a partir da base de um referencial materialista histórico.

³⁰ *Ibidem*, p.6.

³¹ *Ibidem*, p. 8.

O próprio Braudel já nos fornece algumas pistas do caminho a seguir, ao apontar para alguns elementos que explicam sua ênfase analítica na circulação, a qual lhe rendeu as acusações de “circulacionismo”. O mais interessante é que a passagem mencionada consiste numa historicização desta interpretação, o que nos leva a entender que esta ênfase não decorre necessariamente de uma escolha teórica a priori, que inviabilizaria uma maior aproximação com o materialismo histórico e sua ênfase na esfera da produção. Assim, segundo Braudel, o processo do capital pode se dividir quanto ao seu grau de fixidez: o circulante é destruído imediatamente para se reproduzir e aumentar; o fixo se desgasta mais lentamente, mas também precisa ser reconstruído.³²

O capital fixo nas sociedades antigas era mais “frágil” (pouco durável): precisava ser suprido com mais trabalho. O próprio conceito de capital fixo deve ser visto como produto da era moderna. A revolução industrial teria sido, sobretudo, uma mutação dessa forma do capital: o setor industrial antes da revolução industrial era o mais afetado pela fragilidade do equipamento, daí o capitalismo ter sido então predominantemente mercantil. O capitalismo talvez não tenha se expandido para toda a esfera social porque a sociedade de então só permitia a formação de capital em poucos setores. O capital, portanto, sentia-se “fora de casa” na agricultura, indústria e transportes, atividades nas quais entrava e saía rapidamente, ao menor sinal de queda na lucratividade.³³

Percebe-se já aqui que, apesar de não conceder muita relevância às “rupturas” na história, a visão braudeliiana também não se atenta somente às permanências. Houve aqui sem dúvida uma transformação qualitativa, ou uma “ruptura dentro da permanência”. É nela que podemos ver surgir a possível ponte com o marxismo, ideia que Arrighi vai avançar ainda mais:

“o capitalismo histórico, como sistema de acumulação mundial só se tornou um “modo de produção” – ou seja, só internalizou os custos de produção – em seu terceiro estágio de desenvolvimento (o britânico) (...) além do comércio transportador, de entrepostos e de outros tipos de comércio de longa e curta distancia, bem como das atividades correlatas de proteção e produção, as atividades extrativas e manufatureiras do ciclo

³² BRAUDEL, op. cit., v. 2, p. 210

³³ *Ibidem*, p. 215-7.

britânico – ou seja, o que definimos antes como produção em sentido restrito – haviam se tornado meios cruciais da auto expansão do capital. Mas quando, por volta de 1870, a produção e as atividades comerciais correlatas deixaram de servir a esse propósito, o capital britânico deslocou-se rapidamente, especializando-se na especulação e na intermediação financeiras”.³⁴

A passagem acima é muito importante, pois indica como é possível que o capitalismo braudeliano e arrighiano, essencialmente um modo de acumulação caracterizado pela flexibilidade, pode passar ao modo de produção de Marx. O fato é que a riqueza da concepção de matriz braudeliana é justamente a sua capacidade de apreender a complexa dialética histórica entre permanências e mudanças, numa perspectiva de longa duração.

Mas também é justamente essa concepção de temporalidade, a rejeição do estatuto do fato como capaz em si de instaurar a ruptura na História, um dos pressupostos epistemológicos centrais do paradigma dos Annales e que o diferencia do paradigma materialista histórico, que vê, por exemplo, *nas revoluções políticas o potencial de ruptura histórica*. Isto não significa que, para Braudel e Arrighi, a ruptura seja impossível, mas sua efetivação não pode se situar no evento imediato, de curta duração. Para estes autores, a ruptura é um processo, que por sua vez se situa em relação a uma permanência estrutural do capitalismo enquanto modo de acumulação.

Dentro de um quadro de longa recorrência, a dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Arrighi localiza uma mudança qualitativa. É, sobretudo através dessa historicização do modo de produção, situado dentro de um quadro estrutural, que se pode conceber a apropriação crítica que propusemos. É a partir dessa mudança qualitativa que se pode dizer que Marx pode dialogar diretamente com Arrighi e indiretamente com Braudel.

Arrighi propõe essa possível aproximação ainda num outro sentido, o da ênfase em diferentes esferas da vida econômica, tal como definidas por Braudel. Segundo ele, Marx teria focado a esfera abaixo do mercado, a das relações de produção, enquanto

³⁴ ARRIGHI, op. cit., p. 226.

Braudel teria focado a esfera acima do mercado, que ele teria definido como capitalismo:

“Marx convidou-nos a ‘abandonar por algum tempo a esfera ruidosa [da circulação], onde tudo acontece às claras e à vista de todos os homens, para [o] acompanhar até o domicílio oculto da produção’. (...) Braudel também nos convidou a acompanhar o dono do dinheiro até outro domicílio oculto (...) mas que fica um andar acima, e não um andar abaixo do mercado. Ali, o dono do dinheiro se encontra com o dono não da força de trabalho, mas do poder político. E ali, prometeu Braudel, desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir ‘indefinidamente’ (...). Esses são projetos complementares e não alternativos.”³⁵

Concordamos com o autor quanto ao fato de serem estas concepções complementares. Contudo, tal complementaridade não é auto evidente, não está dada a priori, nem pode ser validada pela mera justaposição dos conceitos de capitalismo como lugar privilegiado de acumulação, caracterizado pela flexibilidade de suas modalidades concretas, ao conceito de modo de produção capitalista. Acreditamos que seja necessário que se faça uma mediação, tal como a proposta acima, para que esta complementaridade adquira sentido, sem que os conceitos sejam expressos de forma inconsistente.

Preferimos então delimitar bem a questão. O capitalismo pode ser visto como modo de produção, que gradualmente se espraia para abarcar boa parte da superfície terrestre e reconfigurar as relações sociais até o nível da vida material, somente após a transformação qualitativa assinalada por Arrighi e por ele situada à época da Revolução Industrial inglesa, a partir de meados do século XVIII. Antes disso, sua dinâmica historicamente observável, o aproxima mais da noção de lugar privilegiado, um “modo de acumulação” e da concepção braudeliana acerca do capitalismo.

Conclusão

³⁵ *Ibidem*, p. 25.

Ao final deste trabalho, acreditamos ter iniciado um desenvolvimento da hipótese de um aporte a um referencial fundamentado no materialismo histórico, de elementos conceituais ligados à noção de capitalismo, desenvolvida por Braudel e avançada por Arrighi. Visando evitar os vícios teóricos do ecletismo exacerbado e do fundamentalismo teórico, propusemos aqui a hipótese de uma *apropriação crítica*, que passou pela definição clara dos conceitos de capitalismo e modo de produção capitalista, tal como definido dentro de cada paradigma teórico, e por uma mediação entre as duas formulações conceituais, fornecendo uma aproximação entre ambos os paradigmas.

Ao final, foi possível determinar a historicidade das concepções de Braudel, Marx e Arrighi e como elas poderiam ser pensadas como complementares: o capitalismo como lugar privilegiado da acumulação, caracterizado pela flexibilidade – concepção de Braudel e Arrighi – se transforma qualitativamente em modo de produção. E aí, Marx entra com toda força. Contudo, tal mudança qualitativa ocorreu historicamente no interior de uma relação complexa com permanências estruturais e recorrências, tais como os Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Dessa forma, a apropriação pode ser realizada sem que o uso do conceito de capitalismo acabe por remeter de fato, a significações distintas, contraditórias e imprecisas.

Finalmente, acreditamos que tal aporte se justifica para a finalidade de construção de um referencial teórico para o estudo da economia, bem como da história do Brasil contemporâneo, tendo em vista os ganhos analíticos que pode proporcionar. Tais ganhos se concentram, em nossa análise, na capacidade da concepção braudeliiana de apreender o caráter essencialmente flexível do capitalismo. Como resultado, acreditamos que seria possível enriquecer a análise da dinâmica histórica da acumulação capitalista no Brasil, de tal forma que não trabalhem com oposições rígidas entre setores ou frações de classe capitalistas, tendo em vista este caráter multifacetado e flexível do capital.³⁶

³⁶ Um exemplo clássico dessa “flexibilidade”, no campo da história econômica do Brasil, pode ser sugerido pelo conceito de “grande capital cafeeiro”, empregado na análise da formação de classes e do processo de acumulação de capital no Brasil da Primeira República. Segundo Silva, este pode ser definido como um “grupo diversificado” que apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial, sem deixar de apresentar certa coesão e comportamentos de classe. Cf. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Não pretendemos, de forma alguma no presente artigo, esgotar esta complexa questão. O exercício aqui proposto consistiu em uma primeira aproximação e uma tentativa de demonstrar tanto alguns dos problemas envolvidos em quaisquer tentativas de diálogo entre paradigmas teóricos distintos, quanto potenciais ganhos de tal empreitada, se levada a efeito com os devidos cuidados. Acreditamos que um profícuo diálogo entre as duas perspectivas se afigura possível e desejável e deve ser buscado, a fim de que se enriqueça o arsenal teórico disponível para a análise dos problemas da economia, cultura e sociedade brasileiras, em sua dimensão contemporânea e na longa duração da história.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. O problema da metodologia na prática da pesquisa social. Palestra em 30.04.1992. Programa de Pós-Graduação. Departamento de História. FFLCH-USP.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. v. 1: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. (3 vols.) São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "História e paradigmas rivais". In: VAINFAS, Ronaldo & _____ (orgs.). *Domínios da história*. SP: Campus, 2011, p. 1-22.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Edições Progresso, 1982.

- _____. *O capital*. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- REIS, José Carlos. Marxismos e Annales: ‘programas históricos’ complementares antagônicos ou diferenciados. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 19, Nov./98, p.68-91.
- ROCHA, Antônio Penalves. F. Braudel: tempo histórico e civilização material: Um ensaio bibliográfico. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3 p.239-249 jan./dez. 1995.
- ROJAS, Carlos A. Aguirre. Hacer la historia, saber la historia: entre Marx y Braudel. In: *Cuadernos Políticos*. Cidade do México: ed. Era, nº 48, out-dez,1986, p.45-72.
- _____. *Braudel, o Mundo e o Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

DIÁLOGOS INDISPENSÁVEIS: UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO ENTRE AS TEORIAS CLÁSSICAS DO IMPERIALISMO E A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO: ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE HEGEMONIA*

*Fábio Pádua dos Santos***
*Thiago Fernandes Franco***

“Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cujas opressões eles também representam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como mercado mundial”.

Karl Marx & Friedrich Engels (1846)

“O passado apenas pode ser contado como realmente é, não como realmente foi. Pois recontar o passado é um ato social do presente, feito por homens do presente e afetando o sistema social do presente”.

Immanuel Wallerstein (1974)

“... as ciências sociais (porque ciências) sacrificam a totalidade pela conceitualização; a história sacrifica a conceitualização pela totalidade. Ou, noutros termos, o historiador visa explicar para reconstruir; o cientista social visa reconstruir para explicar; para o historiador, a explicação é o meio, a reconstituição é o fim; para o cientista social, ao contrário, a reconstituição é o meio, a explicação é o fim”.

Fernando A. Novais & Rogério Forastieri (2011)

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo indicar as possibilidades de *aproximação* entre duas temáticas amplamente discutidas pela historiografia, quais sejam o “Imperialismo” e a “Hegemonia Mundial”. Embora abranjam processos que ocorrem concomitantemente – *pelo menos* desde o estabelecimento da *Pax* do Império Britânico – os estudos que buscam abordá-las conjuntamente têm demonstrado inúmeros ruídos.

** Estas reflexões que ora apresentamos em grande medida foram concebidas durante o curso “Hegemonia Britânica e Imperialismo” do curso de pós-graduação em História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, sob a coordenação da Professora Dra. Lígia Maria Osório Silva, à qual gostaríamos de dedicar este trabalho. Também gostaríamos de agradecer imensamente aos nossos colegas Roberto Simiqueli, Lucas Corazza, Sarah Franciscangelis, Lilian da Rosa, Cassiano Cotrim, Juliana Juliare, Felipe Quagliato e Vitor Bukvar.

**** Doutorandos em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Do ponto de vista que procuraremos defender neste breve *exercício exploratório*, grande parte desses ruídos se deve ao fato de que essas duas formas de compreensão das Relações Internacionais partem de origens metodológicas distintas – embora não necessariamente inconciliáveis.

Primeiramente, temos que, na tentativa de estabelecer uma hipótese de leitura comum aos intérpretes do “Imperialismo”, encontramos desde o princípio inúmeras imprecisões. Pautada nos sinceros elogios de Lenin a Hobson em seu texto clássico, encontramos uma ampla bibliografia na qual as interpretações de ambos os autores estão colocadas sob o mesmo patamar, desprezando as profundas diferenças entre o liberal-reformista e o marxista-revolucionário¹. Por outro lado, ainda no seio do marxismo, temos as enormes polêmicas centradas nas diversas hipóteses de interpretação acerca do conceito de capital financeiro de Rudolf Hilferding, que ora tendem a aproximar Hilferding da leitura hobsoniana sobre o “parasitismo das finanças”, ora defendem que ele apresenta uma contribuição ao entendimento dialético do capitalismo à partir de 1870, ora procuram desqualificar o conceito de Hilferding por conta de possíveis equívocos de interpretação sobre o conceito marxiano de “capital fictício”². Ainda no interior do pensamento marxista, é preciso compreender as condições nas quais Kautsky – naquele momento o principal intelectual marxista – estabelece suas conjecturas sobre o “ultra-imperialismo”,³ e assimilar as contribuições de Rosa Luxemburg – “sabotada” mesmo entre os marxistas.⁴ Além disso, faz-se mister lidar com as enormes dificuldades em compatibilizar as interpretações marxistas sobre o imperialismo com os amplos e ricos comentários de Schumpeter, comumente dotados

¹ Para uma análise um pouco mais detida sobre essas possibilidades de aproximação e incongruências entre Hobson e Lenin sugerimos: FRANCO, T. F. *Imperialismo Capitalista em três atos: interpretações sobre o capitalismo*. Dissertação de mestrado - IE - Unicamp. Campinas, 2011.

² Atualmente podemos acompanhar o recrudescimento, na academia brasileira, das disputas em torno das interpretações acerca do “capital financeiro” de Hilferding, as quais ainda não encontramos sistematizadas. Pretendemos escrever em breve um artigo especificamente sobre este ponto, no qual tentaremos estabelecer um balanço das interpretações de Nelson Prado, Maurício Sabadini, Carcanholo, Maurício Coutinho e outros autores que recentemente vêm publicando sobre o tema.

³ Cf. FRANCO, T. F. *Op. Cit.*, 2011.

⁴ Cf. MARIUTTI, E. B.. *Interpretações Clássicas do Imperialismo. Texto para Discussão* (Campinas), v. 216, p.1-44, 2013.

de versatilidade, erudição e polêmica⁵.

Entretanto, para os fins do nosso trabalho, acreditamos que esses ruídos são menos importantes do que aqueles que se fazem presentes quando tentamos comparar as teses clássicas do imperialismo com a Perspectiva do Sistema-Mundo. Certamente, que a principal dificuldade é o recorte temporal. Enquanto Hobson e os marxistas declaradamente se voltam com toda atenção à análise do período compreendido entre os anos de 1870 e 1914, Schumpeter e os autores associados à Perspectiva do Sistema-Mundo se voltam a um recorte temporal muito mais amplo. Por outro lado, ainda que cercados de polêmicas e divergências por todos os lados, os marxistas comungam da tentativa de estabelecer um método de análise – o Materialismo Histórico fundado em Marx e Engels – relativamente coeso, *orientado para a interpretação do modo de produção capitalista*; enquanto nos autores da Perspectiva do Sistema-Mundo (sobretudo em Wallerstein) compartilham da necessidade da crítica às hipóteses das ciências sociais fundadas no século XIX e propõem reorientar o modo como está organizando o entendimento sobre o mundo; e em Schumpeter, como já sugerimos, encontramos uma gigantesca dificuldade em definir uma metodologia.

Entretanto, cientes de todas essas dificuldades, ao longo deste trabalho, procuraremos apontar algumas das conexões que julgamos pertinentes na tentativa de verificar a *hipótese* segundo a qual as temáticas do “Imperialismo” e da “Hegemonia Mundial” são – a partir de determinados procedimentos político-teóricos, os quais esperamos deixar claros ao longo do texto – passíveis de *aproximação*. Para nós – independentemente da confirmação dessa hipótese – o discurso sobre este período de transição da *Pax Britannica* para a *Pax Americana* parece ganhar em inteligibilidade se encarado como uma tentativa de constituição da narrativa histórica segundo a qual o “Capitalismo” – o “modo de produção da vida” pautado pela “mercadoria” enquanto mediação das relações sociais – passou, a partir de meados do século XIX, por modificações substantivas que potencializaram seu processo de expansão em “extensão” e “profundidade” com a predominância do assim chamado “capital financeiro”.

⁵ *Ibidem*. Para uma leitura de como podemos encontrar alguma unidade nas interpretações marxistas sobre o imperialismo, e, principalmente, como se dá o diálogo desses autores com as teses de Marx para a blindagem de discursos reformistas, sugerimos a leitura de: PEREIRA, L. R.. *Rentismo e capital financeiro, reforma e revolução: as diferenças de interpretação sobre o "Novo Capitalismo" entre Keynes e a tradição marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin*. Dissertação de mestrado – IE - Unicamp, Campinas, 2013.

É nos marcos deste quadro que procuramos indicar possibilidades de conexões de sentido entre aquelas duas problemáticas, em especial entre três dos principais elementos desse quadro, quais sejam a “luta de classes” e a “rivalidade entre os Estados” em articulação com a “acumulação capitalista”. A partir dessa ênfase, gostaríamos de sugerir que o conceito de “hegemonia” deve ocupar um papel de destaque na construção de narrativas históricas, conforme procuraremos indicar.

Para tanto, procuraremos – reiteramos: *a título de exercício; na tentativa de verificar uma hipótese e com o objetivo de apontar possíveis agendas de pesquisa* – recolocar os problemas dessas diferentes “esferas da existência” (e em seus diferentes níveis de realidade) sob o esquadro do que esses processos têm em comum: i) o fato de terem ocorrido ao mesmo **tempo** e ii) o fato de que estes processos engendraram modificações radicais no **espaço**, caminhando para uma sorte de homogenização relativa crescente das partes de um sistema cada vez mais amplo e integrado por meio do processo de mercantilização.

Nesta tentativa, percorreremos um roteiro em que se destacam as tarefas de resumir cinco das principais teses das “teorias clássicas do imperialismo” (seção 2); (ii) redefinir a problemática do imperialismo nos quadros de análise dos sistemas-mundo (seção 3); e argumentar pela importância do conceito de hegemonia para a reconstrução e interpretação do modo de funcionamento do sistema-mundo moderno (seção 4). Ao final apontaremos algumas considerações finais (seção 5).

As hipóteses a serem demonstradas indicam (i) que o *conceito de imperialismo é incomensurável* nas teorias clássicas do imperialismo. (ii) Não obstante esta incomensurabilidade, os diferentes temas percorridos pelos autores *permitem desvelar elementos que compõem a realidade hierárquica do sistema-mundo moderno*. (iii) Do ponto de vista da reconstrução do processo histórico, não nos parece equivocado sugerir que o *conceito de hegemonia não adquire estatuto teórico substantivo* nas teorias clássicas do imperialismo, e ainda que seja um conceito importante para a Perspectiva do Sistema-Mundo (principalmente para Giovanni Arrighi), apresenta-se como fundamental a tarefa de retomada da discussão marxista (principalmente com Antonio Gramsci) no estabelecimento do (iv) conceito de hegemonia (entre classes e entre Estados, interna e externamente) como princípio estruturante/ordenador do sistema-mundo moderno.

Cumpramos alertarmos ao leitor, mais uma vez, que temos neste trabalho o objetivo de estabelecer uma tentativa de aproximação, o que implica no fato de que privilegiaremos os aspectos de conexão entre essas diferentes bases metodológicas com o objetivo de estabelecer elementos para a constituição de uma agenda de pesquisa, da qual será uma tarefa fundamental a de, num momento posterior, procurarmos manifestar as diferenças e incompatibilidades, que neste texto se apresentarão quando muito esboçadas.

2. Teses Clássicas do Imperialismo

Embora as discussões sobre o Império Britânico – em especial a “questão colonial”⁶ – já ocupassem grande parte do debate público europeu na virada do século XIX para o XX, o Imperialismo, enquanto um conceito teórico, somente veio a assumir um conteúdo substantivo quando John A. Hobson publicou seu estudo sobre o tema.⁷ Intelectual comprometido com os rumos da sociedade britânica e anti-imperialista, seu objetivo principal era, por meio da análise teórica e de conjuntura, procurar explicar as origens das políticas imperialistas para além de suas manifestações mais visíveis. Em sua formulação se destacam três características fundamentais das políticas imperialistas. Por um lado, para ele, havia um disseminado e mistificador discurso sobre o papel do Império para a grandiosidade da nação britânica, que no fundo eclipsava o fato de que este imperialismo era sobremaneira uma degeneração do autêntico nacionalismo e assumia um caráter militarista desalinhado do espírito de um tempo em que, para Hobson, a expansão da nação não apresentava contradição com a constituição de um discurso pacifista e internacionalista.⁸ Inclusive, ganha força também neste momento o argumento segundo o qual os custos militares constituiriam grandes desperdícios de

⁶ Sobre a questão colonial no debate público britânico do período, recomendamos a leitura de: SIMIQUELI, R.R. *Entre as nações e o império: Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico*. Dissertação de mestrado - IFCH - Unicamp. Campinas, 2012.

⁷ HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: James Pott & Company, 1902.

⁸ Hobson insiste que os *nacionalismos “genuínos”* são a única forma para constituição de um internacionalismo duradouro é irritantemente ubíqua neste livro e em diversos outros artigos. Para ele o *internacionalismo* é fruto do desenvolvimento das nações (democracia, etc), e *não pode ser produzido pela violência em que nações menos poderosas são absorvidas*. É um *processo necessariamente gradual*. Do contrário, seria o caótico e desordenado *cosmopolitismo* – sua crítica à Revolução Francesa, qual seja: a criação da ordem passa pelo Estado, *não pode ser construído diretamente pelos cidadãos, via relações transnacionais*.

recursos que deveriam ser destinados a outros fins “mais racionais”⁹. Por outro lado, se destacava o fato de que haviam grandes interesses econômicos por trás dessa aparentemente altruísta “missão imperial” – identificada pelos vitorianos ao mito do “fardo civilizacional do homem branco”. Nesta linha, Hobson se esforçou por demonstrar que, supostamente em nome do interesse público geral, homens de negócios lucravam imensamente com as políticas imperialistas, tendo seus custos divididos com o restante da população enquanto os salários pagos aos trabalhadores ingleses eram baixíssimos e grande parte dos investimentos eram alocados para além do território da Grã-Bretanha sob o argumento de que era preciso encontrar novos mercados para consumir a enorme produção gerada a partir das manufaturas inglesas. Neste ponto, partindo de uma sólida convicção sobre a importância da cidadania e do interesse público, Hobson propõe uma ampla mudança da política salarial britânica pautada na solidariedade nacional dos interesses que poderiam, do seu ponto de vista, elevar a capacidade de consumo de tal modo que tornariam as práticas imperiais simples desperdício¹⁰.

E vem daí que Hobson confere grande destaque em seus estudos para a dinâmica dos interesses em jogo no estabelecimento das políticas britânicas. Isso porque, segundo ele, mesmo os supostos ganhos econômicos com as colônias não eram do interesse da classe dos proprietários britânicos em geral, mas apenas de uma pequena e espúria fração de financistas parasitários que, com enorme influência na formulação de políticas, era capaz de ludibriar a sociedade inteira – inclusive com aquela manipulação ideológica denunciada enquanto falso nacionalismo – em favor de seus interesses particulares. Portanto, para Hobson, o imperialismo não era uma ocorrência automática e inevitável, mas uma política à qual a sociedade britânica deveria se opor, inclusive na tentativa de articular uma ordem internacional pacifista e sustentada pelas relações comerciais cooperativas entre as grandes nações, pois o Império tinha por missão civilizatória a disseminação de um sistema de auto-governo representativo ao

⁹ Sobre o argumento da racionalidade econômica do pacifismo neste momento sugerimos a leitura de “A Grande Ilusão”, de Norman Angell (2002), um importante contemporâneo de Hobson, comentado por MARIUTTI, *Op. Cit.*, 2013. Para uma apreciação crítica do debate sobre a lucratividade das colônias, sugerimos a leitura de MARIUTTI, E. B. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo, SP: Aderaldo & Rothschild, 2009.

¹⁰ Sobre a biografia de Hobson e suas convicções sobre a importância da cidadania e do interesse público sugerimos a leitura de CAIN, P. *Hobson's Imperialism: a study: a centennial reappraisal*. (mimeo).

redor do mundo – à exceção de um controverso argumento segundo o qual algumas nações ainda bárbaras deveriam mesmo ser colonizadas e introduzidas na dinâmica do “progresso” e da “modernidade” mais ou menos à força¹¹.

R. Hilferding (1910), em *O Capital Financeiro*, percorre outro caminho político e teórico, radicalmente oposto ao de Hobson. Crítico do capitalismo, parte do método de Marx para compreender as transformações pelas quais o capitalismo passou na Inglaterra, na Europa Continental e nos Estados Unidos. Hilferding enfrentou à época os problemas lógicos do movimento do capital. Passando pelas questões do dinheiro, do crédito, e do capital fictício, alçou um novo conteúdo ao conceito de capital financeiro. Segundo este autor, o capital financeiro representava uma nova forma de capital cuja origem estava na síntese entre as formas do capital bancário e industrial. Não representava, portanto, uma mera subordinação do capital industrial ao bancário. A forma capital financeiro aparece como elemento novo, produto do modo de funcionamento do capitalismo. A formação dos monopólios e cartéis revelava a constituição desta nova forma de capital, o capital financeiro.¹² Do ponto de vista das implicações, a constituição dos monopólios e cartéis redefiniu a relação entre burguesia e Estado, e deu origem a um novo protecionismo, o qual tinha por objetivo reduzir a competição mundial sobre os mercados domésticos. Não obstante, os preços monopolistas encareciam os preços no mercado doméstico, contraindo sua demanda. Esta redução, por sua vez, impulsionava as exportações. Naquele momento, o fato novo foi a transformação no caráter das exportações. Passou-se (desde a perspectiva da potência, ou seja, da Grã-Bretanha) a exportar, além das mercadorias, capital na forma de *investimento*. A exportação de capital foi dando origem a uma nova forma de integração econômica mundial. Em geral, os capitais exportados direcionavam-se para as regiões de salários menores que os britânicos (neste momento, sobretudo Estados Unidos e Alemanha), o que elevava a taxa de lucro. Outro fato novo foi que tais exportações passavam *pelo* Estado, configurando, deste modo, novas áreas econômicas

¹¹ Tendo em vista a constituição do nosso argumento, gostaríamos de ressaltar que, embora não possamos encontrar no trabalho de Hobson uma discussão aprofundada sobre o conceito de Hegemonia, o autor é capaz de, por meio de sua acurada análise, nos fornecer muitos *elementos* para nossa tarefa de estabelecer as mediações entre as disputas entre “capitalistas” e “operários”, entre “industriais” e “financistas” e entre a potência do Império Britânico e outras instituições “estatais”.

¹² Sobre a defesa dessa interpretação das teses de Hilferding, sugerimos a leitura de FRANCO, *op. cit.*, 2011.

e de influência política. Ambos os fatos condensavam-se nas políticas nacionais expansionistas, as quais conduziram a uma elevação do conflito entre os Estados capitalistas. Visto no nível do plano das identidades, o caráter expansionista dos Estados criou uma certa correspondência entre o nacionalismo e a dominação mundial, a qual Hilferding denominou de ideologia do Imperialismo. Assim sendo, o conceito de imperialismo em Hilferding corresponde à etapa mais recente do capitalismo, no sentido de que dizia respeito à sua época contemporânea, sendo que o conceito de capital financeiro tinha por razão traduzir as transformações qualitativas do capitalismo de então¹³.

É importante, no entanto, deixarmos explícito que, a despeito de praticamente discorrerem sobre os mesmos fenômenos, e sobre o mesmo período, Hobson e Hilferding têm, não obstante as aproximações evidentes, elementos inconciliáveis. Primeiramente, do ponto de vista teórico, cumpre ressaltar que enquanto Hobson centra sua análise sobre a articulação entre o imperialismo e os interesses do financistas, o conceito de capital financeiro de Hilferding vai muito além e procura, por meio da ideia de *síntese* entre capital industrial e capital bancário, e por meio da articulação entre “burguesia” e Estado, traçar as articulações profundas que resultam nesse padrão de expansão capitalista enquanto expansão do modo de produção da vida pautado pela exploração *capitalista* dos trabalhadores. E isso não se deve, embora essa seja a leitura mais frequente, ao fato de que supostamente Hilferding se valeu em demasia do caso alemão, mas do fato de que Hilferding parte de uma leitura marxista em que a luta de classes ocupa um papel absolutamente decisivo, sendo que o recorte nacional, embora importante, é secundário¹⁴.

Uma outra contribuição importante para as análises marxistas do imperialismo capitalista foi a publicação, em 1913, do livro *Acumulação do Capital: contribuição ao*

¹³ Aqui, julgamos pertinente indicar que na negligenciada “parte V” de “O Capital Financeiro”, novamente podemos encontrar diversos elementos para a discussão da hegemonia, aqui, sobretudo em três dimensões: i) a relação dos “industriais” com os “banqueiros” e os “operários”; ii) a relação entre o capitalistas e o “seu” “Estado de origem”; iii) a relação entre os capitalistas britânicos e o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e nos Estados Unidos, que traz elementos imprescindíveis para pensarmos a transição da hegemonia em nível estatal.

¹⁴ Sobre a importância de Hilferding para o entendimento do capitalismo estadunidense, sugerimos a leitura de: PINTO, N.P.A. *O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos*. Tese de doutorado - IE - Unicamp. Campinas, 1994; e, PINTO, N.P.A. *Capitalismo Financeiro*. In: *Crítica Marxista*. Vol. 1, Tomo 5. São Paulo: Xamã, 1997.

estudo econômico do Imperialismo, de Rosa Luxemburg. Pensado como um roteiro de um curso de Economia Política, o livro se divide em três partes. A primeira delas é dedicada exclusivamente ao problema da reprodução e à crítica às equações marxistas. A segunda, à crítica dos economistas políticos clássicos. E é somente na terceira parte que ela se dedica ao imperialismo, estrito senso.¹⁵

Em que pese que a sua leitura é bastante complicada pelo próprio modo como ela concebeu – para não mencionarmos a tonelada de preconceitos que o nome dessa autora carrega ainda hoje – é ali que encontramos um problema que nos é de particular interesse: a expansão do modo de produção capitalista para outras áreas que não aquelas em que teve origem. Se era importante, desde os primeiros autores marxistas, compreender a intrincada relação entre a acumulação capitalista e o papel dos Estados na expansão imperial, foi Rosa quem apresentou de modo mais detalhado as razões pelas quais o modo de produção capitalista, diferentemente de outros modos de produção “imperialistas”, necessita da transformação das relações de produção de outras regiões em relações de produção *capitalistas*. Porque, diferentemente de outros imperialismos, o imperialismo capitalista não pode se contentar com a pilhagem de recursos por meio das guerras de conquista, nem tampouco se limitar à extração de impostos (formas muito tradicionais de imperialismo), mas precisa transformar a sua periferia em uma periferia capitalista, em que o modo de organização social – o modo de produção da vida – passa a ser ditado pelas leis de acumulação do capital e as pessoas passam a organizar suas vidas por critérios estabelecidos por essa acumulação

¹⁵ Não queremos com isso dizer que as primeiras partes não são importantes. Devido à própria radicalidade do método de apresentação do texto – no sentido de “ir à raiz” – essas duas chatíssimas partes são fundamentais para a articulação entre modo de produção capitalista e expansão imperialista. Inclusive, uma leitura atenta dessas duas partes é decisiva para desfazer erros de interpretação como os críticos que reduzem seu conceito de “reprodução social total” a “consumo” – de onde vêm as principais críticas que a autora recebe por parte dos economistas, supostamente por ser “subconsumista” e “hobsoniana” – ou aqueles que afirmam que a autora se atém em demasia aos esquemas marxianos de reprodução do capital. Sob nosso ponto de vista, também não faz sentido afirmar que a autora defende que os limites da acumulação capitalista são geográficos, uma vez que ela é categórica em afirmar que o que chama de “interno” ou “externo” não é uma questão geográfica, mas uma questão de Economia Social. Nas próprias palavras da autora, “Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Do ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre as indústrias alemãs e seus consumidores e produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo”. LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985, p.252.

de capital, em que o conceito de mais-valia ocupa papel fundamental.¹⁶

Daí a preocupação da autora em investigar a reprodução do capital em seu meio. Para Rosa, a acumulação capitalista exige, do ponto de vista de suas condições concretas, a existência de camadas e sociedades não-capitalistas, tanto para assegurar os elementos materiais necessários à ampliação da produção como para fornecer trabalho vivo adequado. Consequentemente, Rosa admite que há uma tendência expansionista intrínseca ao modo capitalista de produção que coloca em tensão o aprofundamento do “mercado interno” (“capitalista”) e o “mercado externo” (“não-capitalista”). Isto se verifica, em primeiro lugar, na luta do capitalismo contra a economia natural que progressivamente vai convertendo em “mercado” as camadas sociais não-capitalistas – através da luta contra a escravidão e a servidão; bem como contra o comunismo primitivo e a economia camponesa patriarcal. O segundo passo é a introdução das sociedades não-capitalistas na circulação mercantil, que viabiliza o acesso aos meios de produção e possibilita a realização da mais-valia. A última etapa da conversão da economia natural em economia capitalista é a separação da indústria rural da economia camponesa. Esta separação se dá por diferentes meios: pela superioridade técnica da produção em massa; pela pressão tributária; pela guerra; pela concentração da terra; pela violência política; e pelo código penal. Portanto, segundo R. Luxemburg, o capitalismo toma o lugar da economia mercantil simples e ganha uma sobrevida, isto é, posterga as suas contradições ao subordinar a si zonas não capitalistas. Desse modo, a acumulação capitalista se processa entre modos de produção capitalistas e não-capitalistas e, portanto, o imperialismo não consiste em um critério de periodização – uma “fase”, ou uma “etapa” – mas numa característica perene do capitalismo. Para Rosa, todo o capitalismo é imperialista¹⁷. Em termos concretos, os vínculos vão sendo formados a partir de empréstimos estrangeiros, da construção de estradas de ferro, de

¹⁶ Para uma explicação um pouco mais detalhada deste argumento, sugerimos a leitura de FRANCO, *op. cit.*, 2011; e MARIUTTI, *op. cit.* 2013.

¹⁷ O que não significa, mais uma vez, que e o seu modo de entender o capitalismo e o imperialismo sejam intrinsecamente inconciliáveis em relação aos demais marxistas. Muito pelo contrário. Entretanto, a compatibilização entre estes modos de apreensão do capitalismo é uma tarefa complicada que estamos buscando estabelecer em outros trabalhos. Por ora, gostaríamos de apontar que a expansão do capitalismo explanada por Rosa depende da consideração de diversas características explicitadas pelos demais autores como a concentração e centralização dos capitais que conferem um caráter monopolista às disputas capitalistas; a centralidade do “capital financeiro” enquanto relação capitalista predominantes – o que podemos apreender por meio dos exemplos que a autora cita (estradas de ferro, hidrovias, hidrelétricas, atividades de mineração *etc*); as peculiaridades da exportação de capitais em relação à exportação de mercadorias dentre muitas outras.

revoluções e guerras, na medida em que os Estados novos em formação vão sendo alienados pela dívida pública. A rivalidade entre os Estados fortes para assegurar espaços de acumulação dá origem ao protecionismo que, por sua vez, conduz à corrida armamentista e ao militarismo, na qual a violência converte-se em veículo da acumulação capitalista por reprimir a força de trabalho e por subordinar formas não-capitalistas de produção.¹⁸

V. Lênin (1916) propôs-se, em *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, a sumarizar e tornar palatável os argumentos de Hobson e Hilferding, oferecendo ao mesmo tempo uma visão de conjunto da economia mundial capitalista do período. Em meio a uma grande disputa com Kautsky sobre os rumos da II Internacional Socialista e as estratégias do proletariado mundial, procura explicitar as relações entre as ações da burguesia e o papel dos Estados nos acirramentos das disputas monopolistas por territórios coloniais, que neste momento eclodiam com as batalhas da Primeira Guerra Mundial. Para Lênin, como para Hilferding, o imperialismo representava um período da História do capitalismo, mais precisamente, sua fase superior. Esta fase foi resumida por ele em cinco traços fundamentais: a criação dos monopólios, que passaram a exercer um papel fundamental sobre a vida econômica; a formação do capital financeiro e a constituição de uma oligarquia financeira; as exportações de capitais e a decorrente transformação do modo de vida; a partilha do mundo entre as associações capitalistas pelo espaço econômico; e a partilha do mundo entre as potências capitalistas pelo território. Em certa passagem Lênin chega a sugerir que “o imperialismo embrionário transformou-se num sistema de dominação”. Portanto, o que Lênin faz através desses traços é criar uma imagem na qual o imperialismo se apresenta como se fosse o capitalismo em transição para a sua constituição enquanto um modo de produção

¹⁸ Cumpre-nos destacar que Rosa Luxemburg também não se vale em seu argumento, ao menos de maneira central, do conceito de hegemonia. Entretanto, não podemos deixar de observar a sua crucial importância para a compreensão das motivações que explicam a expansão de um modo de produção capitalista sobre outros e, portanto, como se dá a relação entre sociedades distintas em confronto. Aqui temos duas tarefas importantes no estabelecimento da centralidade do conceito de hegemonia. Primeiramente, no plano interno, temos que compreender como se dá a hegemonia das classes das sociedades capitalistas (tanto os proprietários quanto o próprio proletariado) sobre as outras frações sociais (e cumpre-nos destacar que o problema da hegemonia no pensamento marxista originalmente é um problema sobre como lidar com os camponeses no momento da revolução proletária). Por outro lado, no plano externo, o pensamento de Rosa nos permite estabelecer as conexões de sentido entre a expansão capitalista e a dinâmica centro-periferia, no que a questão das elites coloniais e sua progressiva assimilação pelo capitalismo (enquanto estratégia de acumulação e como modo de vida) se mostra absolutamente fundamental.

mundial. Nesta imagem, a formação dos monopólios e o caráter parasitário da oligarquia financeira (fusão entre oligarquia industrial e oligarquia bancária) agudizam as contradições do modo capitalista de produção. Assim, nas teses de Lenin torna-se mais explícito do que nas interpretações anteriores – evidentemente que a eclosão da Guerra contribui para isso – o caráter violento dessa expansão, na qual os Estados exercem um papel fundamental¹⁹.

J. A. Schumpeter, por outro lado, escreveu sua *Sociologia dos Imperialismos* em 1919. Este pensador problematizou o imperialismo por outra chave de leitura, diferente da de Hobson. Partindo da epistemologia individualista, definiu o imperialismo como expansão sem objetivo por parte de um Estado fundada numa atitude agressiva. Para demonstrar seu argumento, retornou à Antiguidade e resgatou exemplos distintos de imperialismos na prática. Concluiu que o imperialismo é uma irracionalidade, contra a qual a racionalidade capitalista vai de encontro. Este argumento é transposto para a moderna monarquia absoluta. Nesta, Schumpeter explica o caráter beligerante das monarquias pela característica autocrática do soberano²⁰. Schumpeter insiste, desse modo, em afirmar que a beligerância não é uma característica burguesa. Com base nesta linha argumentativa, Schumpeter afirma que o imperialismo é um impulso que advém de relações sociais do passado, anteriores ao capitalismo. Por conseguinte, conclui que o capitalismo é, por sua natureza, anti-imperialista. Em sua opinião a raiz do imperialismo moderno, cuja expressão é o protecionismo, tem origem no nacionalismo e no militarismo, os quais, segundo ele, derivam de regimes autocráticos. Toda esta argumentação, construída com base em uma suposta razão capitalista “superior”, é declaradamente um texto contra as interpretações “neomarxistas” da época. Seu objetivo era produzir uma imagem pacifista da burguesia, ao invés de oferecer uma explicação concreta para o fenômeno do imperialismo. A

¹⁹ No momento em que Lenin publica sua obra já se tornavam mais claros determinados mecanismos que seriam absolutamente fundamentais para a constituição do problema da hegemonia que procuramos perseguir neste trabalho. No plano interno, o decisivo apoio das classes trabalhadoras à causa da guerra, em que a famosa polêmica com Kautsky acerca das votações dos créditos é absolutamente elucidativa; e no plano externo a constituição de alianças que culminariam no confronto da Primeira Guerra Mundial. Sobre a questão interna, no texto de Lenin podemos encontrar, em referência a Engels, passagens interessantíssimas acerca da hierarquização internacional das classes, materializada no debate sobre os porquês de as classes trabalhadoras britânicas se encontrarem – porque mais imperialistas que as demais – neste momento, em uma posição superior em relação às outras classes trabalhadoras.

²⁰ Ainda nesta linha que procura estabelecer a relação entre o indivíduo e os Estados, sugerimos a leitura de Norbert Elias; outro autor extremamente complexo cuja sagacidade apresenta diversas contribuições que não temos por objeto neste trabalho.

partir desta imagem, Schumpeter procurou descaracterizar a noção de imperialismo como fase do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, Schumpeter atribuiu ao Estado Absolutista a responsabilidade pela formação dos *trusts* e cartéis, contestando, portanto, o argumento que explicava a expansão imperialista a partir da dinâmica da livre-concorrência. Os monopólios são, na visão de Schumpeter, anomalias no sistema capitalista.

Colocadas em perspectiva estas cinco teses, é possível distinguir ao menos três acepções do termo imperialismo, tal como é empregado pelas teorias clássicas do imperialismo: i) como critério de periodização da História do capitalismo; ii) como prática expansionista das empresas e dos Estados; e iii) como ideologia. Desde logo, cabe antever que cada acepção busca reter aspectos distintos da realidade. Isto não significa que tais aspectos correspondam ao mesmo nível da realidade e tampouco à mesma esfera da existência social. Eis a confusão! Mesmo porque, ao menos nos autores marxistas, é necessário que compreendamos o caráter dialético de sua exposição, em que um conceito frequentemente assume diversos significados ao mesmo tempo. Não é um problema para Hilferding, Rosa e Lenin o fato de que se valem de um conceito que pode ser decomposto – de maneira positiva – em outras três acepções. Para eles o imperialismo pode – e é – uma prática e uma ideologia, bem como, para Lenin e Hilferding, um critério de periodização.

3. A crítica de G. Arrighi às teses clássicas do imperialismo e uma possibilidade de aproximação

Em *Geometry of Imperialism*, Giovanni Arrighi (1983 [1978]) se propôs a dissipar as ambiguidades que encontrava no debate do imperialismo através da reconstrução da teoria do imperialismo, em especial do paradigma de Hobson. Com isso, Arrighi esperava recuperar aquelas premissas que melhor se ajustavam heurísticamente às tendências de longo prazo da economia-mundo capitalista, ou seja, isolar as premissas que, segundo ele, ainda possuíam alguma relevância histórica para explicar os desdobramentos do pós-Segunda Guerra Mundial. Para tentar dar alguma inteligibilidade ao debate, Arrighi formulou, a partir do estudo clássico de Hobson, aquilo que chamou de “espaço topológico”, um modelo tipo-ideal baseado em uma

figura geométrica em três planos na qual foram dispostos as diferentes formas de expansionismo – imperialismo, colonialismo, império formal e império informal –, as possibilidades de articulação entre estas formas, e suas relações com o “capital financeiro” (*high finance*). A partir deste modelo tipo-ideal hobsoniano, Arrighi considerou o imperialismo como uma forma particular de expansionismo. Neste passo da reflexão, o conceito de hegemonia emergiu para o autor como a possibilidade teórica de envolver, sincrônica e diacronicamente, as diferentes formas de expansão (nacionalista, formal, informal, *tout court*). Com base nesta conceitualização apoiada em Hobson, Arrighi estabeleceu as fronteiras entre as diferentes teorias do imperialismo e sua correspondência com o fluxo de eventos históricos do terceiro quartel do século XX, concluindo daí

... que o corpo clássico das teorias do imperialismo como um todo, independente dos méritos científicos e os deméritos de qualquer um deles, tinha se tornado irrelevante como esboço para interpretação de eventos histórico-mundiais, tendências e tendências do desenvolvimento desde a Segunda Guerra Mundial.²¹

Estamos de acordo com Arrighi com relação à incomensurabilidade do debate, não obstante somos céticos com relação ao seu argumento da irrelevância do corpo clássico das teorias do imperialismo para explicar a segunda metade do século XX. Nosso ceticismo deriva dos próprios limites apontados por Arrighi ao longo de seu *Geometry*. O não tratamento das classes e da luta de classes²², e limitar o exercício topológico à Hobson sem estendê-lo a Hilferding, Luxemburg, Lenin, Bukharin ou Schumpeter,²³ deixa em aberto possibilidades ainda não exploradas e que podem fazer total diferença para a compreensão do capitalismo não apenas na segunda metade do século XX, mas especialmente para este período peculiar da história do capitalismo.

Sem dúvida a opção por Hobson é estratégica na linha argumentativa de Arrighi, entretanto não nos parece suficiente para descartar a contribuição do corpo clássico das teorias do imperialismo, sobretudo de cunho marxista. Julgamos insuficiente porque entendemos que as diferentes interpretações do imperialismo são historicamente determinadas e, enquanto tal, sua *tradução* para outros contextos espaço-temporais requer uma adequação lógica na qual a eleição do tempo-espaço se apresenta

²¹ ARRIGHI, G. *The Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's Paradigm*. London: Verso, 1983 [1978], p.160.

²² *Ibidem*, p.34.

²³ *Ibidem*, p.153.

como primeiro movimento teórico.

Mais que isso, o equacionamento pela análise historiográfica das três acepções de imperialismo pressupõe simultaneamente, conforme indicamos na introdução, algum tipo de procedimento político-teórico como critério de objetividade para a resolução de problemas teóricos insolúveis. Presume que o sujeito do processo de conhecimento adote uma concepção bem definida de objetividade e de verdade nas ciências sociais. Pois bem, neste ponto estamos de acordo com I. Wallerstein, para quem:

A objetividade é função da totalidade do sistema social. Na medida em que o sistema é desigual, concentrando certos tipos de atividade de pesquisa nas mãos de grupos particulares, os resultados serão “tendenciosos” a favor destes grupos. Objetividade é o vetor de uma distribuição do investimento social em tais atividades de tal maneira que são realizadas por pessoas enraizadas em todos os principais grupos do sistema-mundo de forma equilibrada. Dada esta definição, nós não temos uma ciência social objetiva hoje. Por outro lado, isto não é um objetivo inviável dentro de um futuro previsível.²⁴

Mais adiante o autor continua:

A capacidade do homem para participar inteligentemente da evolução de seu próprio sistema é dependente de sua capacidade para compreender o todo. Quanto mais difícil e urgente reconhecermos ser a tarefa, mais rápido nós começaremos. Obviamente, não é do interesse de todos os grupos que isto seja feito. Aqui entra nosso compromisso. Ele depende de nossa imagem da boa sociedade. Na medida em que nós queremos um mundo mais igualitário e mais libertário, nós precisamos compreender as condições sobre as quais estes estados são realizáveis. Para fazer isto requer-se primeiro de tudo uma exposição clara da natureza e da evolução até agora do sistema-mundo moderno, e a extensão total das possibilidades de desenvolvimento no presente e no futuro. Esse tipo de conhecimento seria poder. E dentro do quadro dos meus compromentimentos, seria um poder que poderia ser mais útil àqueles grupos que representam os interesses da maior e mais oprimida parte da população mundial.²⁵

É pelo caráter emancipatório, que se depreende de ambas as passagens, que a Perspectiva dos Sistemas-Mundo se aproxima politicamente do marxismo. Por outro lado, no plano das ideologias, como o próprio Wallerstein tem insistido, o marxismo:

... foi concebido como uma ideologia, não de conjuntura mas de estrutura. Ele advoga para si a pretensão de ser a ideologia de todas as forças anti-sistêmicas da economia-mundo capitalista, de ser a ideologia da transição mundial do capitalismo ao socialismo. Sua causa parece bem defendida. À medida que as forças políticas anti-sistêmicas se desenvolvem, o marxismo, enquanto ideologia, é difundido. Um dia, pode ser que breve, nós descobriremos subitamente que o marxismo veio a ser a *Weltanschauung* (visão de mundo) universal do capitalismo defunto e do sistema que o sucederá, tanto quanto o cristianismo foi a *Weltanschauung* do falecido Império Romano e do período que o sucedeu a partir da proclamação de Constantino.²⁶

Deste ponto de vista, conforme tem indicado Eduardo Mariutti, a aproximação

²⁴ WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974, p.9-10.

²⁵ *Ibidem*, p.10.

²⁶ WALLERSTEIN, I. L’homme de la conjuncture. In: *LIRE Braudel*. Coautoria de Maurice Aymard. Paris: Decouverte, c1988, p.23.

analítica entre o marxismo e Perspectiva dos Sistemas-Mundo também é, além de *necessária* – para a compreensão e crítica do Estado do mundo contemporâneo – *possível*, por meio da construção de um conhecimento unitário:

... [U]ma (re)aproximação maior com o materialismo histórico é fundamental. As provocações gratuitas e a forma jocosa como Wallerstein retrata o marxismo podiam fazer algum sentido na década de 1970 e 80, quando o marxismo, além de perder a liga com os movimentos sociais, se encastelou na Universidade e, desse modo, fragmentou-se em diversas especialidades isoladas (geografia marxista, sociologia marxista, economia marxista etc.). Contudo, a despeito deste descaminho, o ímpeto básico por detrás da perspectiva do sistema-mundo é muito similar ao marxismo: uma crítica radical da ordem vigente, baseada na fusão entre a reflexão teórica e os movimentos sociais, mediante uma tentativa de fusão entre a História e as Ciências Sociais. Por conta disto, muito antes da perspectiva do sistema-mundo, o marxismo propôs como um esforço criar um saber unitário, apto a superar a antinomia nomotético-ideográfico e, desse modo, superar o conhecimento ‘generalizante-setorializante’ engendrado pelas Ciências Sociais.²⁷

Para tanto, a crítica reflexiva tanto do marxismo como da Perspectiva dos Sistemas-Mundo, conforme vem indicado Mariutti (2012), é absolutamente necessária para qualquer possibilidade de aproximação.

O procedimento político-teórico que estamos aqui considerando implica em uma redefinição radical do marco a partir do qual a crítica reflexiva do debate clássico do imperialismo e o modo de funcionamento do sistema-mundo moderno deve ser estabelecida a partir da perspectiva anti-sistêmica (como preferem os sistemamundistas) e/ou da perspectiva revolucionária (como preferem os marxistas)²⁸. Com efeito, temos por guia para nossos estudos que a questão mais importante para atestar a compatibilidade ou a incompatibilidade teórica entre sistemas de pensamento distintos estão muito mais no plano político do que no teórico. Deste ponto de vista, o marxismo (mais antigo) encontrou bastante espaço de conciliação com os pressupostos liberais na medida em que a ordem burguesa ainda não estava plenamente consolidada; ou, melhor dizendo, a luta contra a nobreza ainda não tinha se esgotado. Conforme Hilferding²⁹ explica – seguindo a esteira de Marx e Engels n'O Manifesto do Partido Comunista – a ideologia da burguesia já foi liberal – no sentido forte de proteção dos indivíduos contra a opressão estatal – quando da luta contra o absolutismo, quando era possível – ou pelo menos se acreditava nisso – fazer alianças com a burguesia ainda em ascensão. Mas

²⁷ MARIUTTI, E.B. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, P.A.; VIEIRA, R.L.; FILOMENO, F.A. (orgs.) O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Adêmica Editora, 2012, p.68.

²⁸ Para não falarmos da emancipatória, como preferem os anarquistas – que não tivemos ocasião de trazer para este trabalho, mas que estão em nosso horizonte de pesquisas.

²⁹ Cf. HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963 [1910], capítulo XXI.

com a consolidação desta classe no poder, e a afirmação de uma ordem capitalista burguesa, estes passaram a ser a classe a ser destruída, do que concluímos que a aliança política (portanto, também teórica) com a burguesia – e o liberalismo – já está esgotada.³⁰ Cumpre o estabelecimento de novos pensamentos e ações anti-sistêmicas, revolucionários, que deem conta da realização dos objetivos das classes oprimidas, razão de ser tanto da Perspectiva dos Sistemas-Mundo quanto do Marxismo.

Sob este prisma, nós acreditamos que um balanço teórico da problemática do imperialismo haveria de esclarecer os diferentes níveis de análise – estrutura, conjuntura e acontecimento –; distinguir em cada nível as diferentes esferas da existência social – econômica, política e cultural –; e analisá-las articuladamente.³¹ Inspirados nesta forma de interpretar a realidade, acreditamos que poderíamos fazer avançar a discussão sobre o “capitalismo” se nossa compreensão caminhasse em direção à proposta de I. Wallerstein, para quem o capitalismo deve ser compreendido “... como um sistema social histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única”.³² Sendo assim, estamos de acordo com a interpretação de Eduardo Mariutti segundo a qual a economia-mundo capitalista é a *escala real* para o estudo do desenvolvimento do capitalismo.³³ Ou, como tem insistido Pedro Vieira, que o problema da escala cessa quando alçamos a economia-mundo capitalista como unidade de análise, porque neste nível “... a dicotomia local-sistêmico ou interno-externo perde consistência, pois o espaço da análise se estende para os encadeamentos a jusante e a montante da unidade considerada, o que obriga”, segundo Vieira, “o pesquisador a ampliar seu campo de estudo para todo este conjunto de relações ou intercâmbios, independente da jurisdição

³⁰ Convém lembrar, no entanto, que nas primeiras décadas do século XX comunistas e liberais uniram-se contra o fascismo Cf. Hobsbawm, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, capítulo 5: contra o inimigo comum.

³¹ Para uma reflexão a respeito do recorte lógico tempo-espaço ver: NOVAIS, Fernando A. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”, 1979. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. WALLERSTEIN, Immanuel. *SpaceTime as Basis of Knowledge*. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizado em Cartagena, Colômbia).

³² WALLERSTEIN, I. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.7.

³³ Para mais detalhes ver MARIUTTI, E. B. *Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução*. In: Textos para Discussão (Campinas), v. 214, pp.1-23, 2012, p.8.

política em que se localizem”.³⁴

Entre as diferentes questões que compõem o estudo do desenvolvimento do capitalismo, ocupa lugar central em nossa análise a estruturação hierárquica – econômica, política e cultural – do sistema-mundo moderno e as transformações qualitativas em seu modo de funcionamento, temática fundamental para a compreensão das origens e do desenvolvimento das sociedades que surgiram (ou foram transformadas) na periferia (e semiperiferia) por meio da expansão da economia-mundo europeia. Assim, entendemos que a dominação econômica, política e cultural do centro sobre a periferia se constitui em domínio de investigação relevante à compreensão daquelas sociedades. É neste passo que a problemática clássica do imperialismo, acima resumida, pode e deve ser recuperada, lançando luz sobre o modo de funcionamento do capitalismo em seu conjunto.³⁵ *Nossa hipótese é a de que reside no corpo clássico os elementos indispensáveis ao desenvolvimento das mediações necessárias à compreensão das transformações qualitativas do sistema-mundo moderno e das formas de dominação da periferia pelo centro, mesmo após a Segunda Guerra Mundial.*³⁶

A partir deste prisma, a título de aproximação, entendemos que *o fenômeno do imperialismo capitalista pode ser redefinido como processo sistêmico cuja problemática corresponde à dominação (econômica, política e cultural) capitalista do centro sobre a periferia. Portanto, como fenômeno genético-estrutural da História do capitalismo; que diz respeito às hierarquias sociais constitutivas da Época Moderna, não se restringindo,*

34 VIEIRA, P. A. *A Inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar*. In: *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 19, 2010, p.503-4.

35 Este argumento parece-nos válido também para a crítica das teorias do imperialismo que partiu da América Latina, as Teorias da Dependência. Não obstante, nos limites do presente trabalho ficaremos restrito apenas à teorias clássicas do imperialismo.

36 Para a constituição deste argumento precisaríamos de outros trabalhos, que vimos realizando em outros lugares. A título de indicação da tese nuclear, gostaríamos de deixar registrado que, sob nosso ponto de vista, a afirmação de que o conceito de imperialismo não é adequado para o entendimento da segunda metade do século XX pode ser refutado por três pontos principais. O primeiro deles, surgido no contexto da “descolonização”, seria a contestação da identidade mecânica do imperialismo com a questão colonial. O segundo, que ganha força num momento em que supostamente o “capital produtivo” retomou a preponderância sobre o “capital financeiro” seria a contestação desta interpretação enfraquecida do conceito de “capital financeiro” por autores que, como Arrighi, se apegam mais a Hobson que a Hilferding. Essa contestação passaria pela radicalidade de uma análise pautada pela centralidade da síntese industrial-bancária que dá à reprodução capitalista não apenas uma escala muito maior quanto um caráter de indiferenciação da questão concreta em favor da reprodução abstrata da riqueza. Por fim, a terceira via de contestação, que surge do imediatismo dos analistas ludibriados pelos anos supostamente pacíficos do pós-guerra (que aparentemente dariam razão a Kautsky e seu suposto “ultra-imperialismo”) que não percebem que as tendências à rivalidade entre as potências permanecem e se intensificam a cada dia, a despeito da questão das armas de destruição em massa.

portanto, às noções de opção política (*policy*), de irracionalidade ou de etapa mais recente da História do capitalismo.

Se nossa tentativa de aproximação é válida, a reconstrução do processo histórico do capitalismo como sistema social histórico exige alguma ideia de ordenação/estruturação. Para este caso, refletir a partir de alguma concepção de *hegemon* nos parece pertinente. Neste passo lançamos mão de mais uma hipótese segundo a qual o termo hegemonia não adquire estatuto teórico substantivo no interior dos respectivos quadros analítico dos autores clássicos do imperialismo.

Mas isso não poderia causar espanto, na medida em que, embora utilizado, especialmente pelos russos, no debate sobre a dinâmica de classes em momentos revolucionários, sobretudo, como nos alerta Perry Anderson³⁷, em referência à “hegemonia” do proletariado sobre o campesinato, o conceito marxista de hegemonia somente ganharia peso com as investigações de Antonio Gramsci, posteriores a estes livros que procuramos discutir aqui. Mesmo assim, as principais contribuições teóricas de Gramsci sobre o conceito de hegemonia foram apresentadas ao público somente na forma das anotações conhecidas por “Cadernos do Cárcere”, com toda a dificuldade que tal empreitada necessariamente enfrentaria. Ainda hoje, bastante tempo depois de publicada, permanece em disputa as principais teses de Gramsci, mais polêmicas quando mal traduzidas para o contexto das relações internacionais. Entretanto, temos indícios suficientes para afirmar que aqui reside um campo de pesquisa absolutamente necessário para a compreensão da dinâmica entre as classes internas, os Estados e as elites transnacionais, sobremaneira na medida em que o conceito de hegemonia for (re)aproximado do conceito de “revolução passiva”, conforme sugestão de Adam David Morton³⁸.

Essas dificuldades, no entanto, não nos retira a possibilidade de incitarmos uma reflexão sobre as configurações de dominação global nos quadros da História do Capitalismo a partir de Hobson, Hilferding, Luxemburg e Lenin, pois, como sugerimos anteriormente, em cada um deles encontramos elementos indispensáveis para a composição do quadro de dominação. Recapitulando: as relações entre industriais e

³⁷ Cf. ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, P. Afinidades Seletivas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp.13-100.

³⁸ MORTON, A. D. A geopolítica do Sistema de Estados e o capitalismo global em questão. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 29, Novembro de 2007, pp.45-62.

financistas; entre capitalistas e operários; entre os capitalistas e os Estados; entre os capitalistas britânicos e o desenvolvimento capitalista na Alemanha e nos EUA; as condições concretas sobre as quais se processa efetivamente a acumulação capitalista; as motivações que conduzem a expansão do modo capitalista de produção; a articulação deste com outros modos de produção não-capitalistas através articulação de interesses entre as elites na periferia e os capitalistas no centro; e a hierarquização internacional das classes dominantes, são elementos que julgamos indispensáveis à reconstrução de processos históricos, sobretudo, quando se pretende formular uma narrativa na qual o núcleo da análise está centrada na formação de sociedades na periferia do sistema-mundo moderno.

Do nosso ponto de vista, portanto, o conjunto de temas – classes sociais, nacionalismo, democracia, política comercial, progresso técnico, exportação de capitais, distribuição da renda, etc. – que estão contidos na problemática clássica do imperialismo suscita a discussão sobre as estruturas de dominação que asseguram o modo de funcionamento do sistema-mundo moderno. Desse modo, parece-nos razoável considerá-los não apenas para explicar a passagem do século XIX para o XX, como também para o estudo do passado mais longínquo e da crise contemporânea. *Pois bem, tomar os tipos de articulação e subordinação entre as formas do capital – comercial, industrial ou financeiro – como critério de periodização do modo capitalista de produção, não exclui a configuração de relações complexas entre os capitalistas e os Estados, e entre os próprios Estados ao longo da História.*

Um exemplo para traz é o próprio conceito de Antigo Sistema Colonial na formulação do professor Fernando A. Novais. O mérito desta concepção, sem dúvida, está em reconstruir a conexão entre o processo de exploração colonial e a assim chamada acumulação primitiva. Embora nesta concepção o colonialismo seja apresentado como um sistema de dominação europeu sobre o Ultramar e o Oriente, tal formulação carece do conceito de hegemonia, tal como nas teorias clássicas do imperialismo. Vejamos o porquê. Novais tem como ponto de partida a disputa entre as potências em ascensão pela supremacia europeia em fins do século XVIII. A concorrência inter-imperialista entre a preservação do Antigo Regime e a consolidação da ordem Moderna engendrou o Antigo Sistema Colonial como sistema de dominação do Ultramar. No nível das relações internacionais esta concorrência operava sob o jugo

do equilíbrio de poder. Consequentemente, a configuração das redes de interesses econômicos e políticos é retida, no interior de sua análise, na categoria *sistema de aliança*. Ainda que esta categoria indique a existência de uma hierarquia entre os Estados europeus, a preocupação do professor Novais em situar Portugal na trama das relações internacionais da época para explicar o processo da independência do Brasil não o conduziu à formulação do conceito de hegemonia mundial para explicar o padrão de competição inter-capitalista, que explica a expansão da economia mundial e o padrão de concorrência interestatal que, por sua vez, levou à incorporação de um conjunto de novas nações no moderno sistema de Estado. Ao contrário, Novais sugere o Antigo Sistema Colonial como mediação entre a unidade de análise (o Antigo Regime) e o processo de formação de um Estado na periferia (o Brasil). Carece, entretanto, de um conceito que apreenda o elemento móvel no interior do moderno sistema de Estados que, ao definir a forma de articulação com a acumulação capitalista, estabeleça o padrão de dominação.

É nesta direção que o conceito de hegemonia mundial de G. Arrighi traz novo fôlego a discussão.

4. O conceito de hegemonia mundial em Giovanni Arrighi: limites e possibilidades

A leitura que nos parece mais instigante de *A Geometria do Imperialismo* é considerá-la como um prefácio à teoria da hegemonia mundial, que foi alcançada por Arrighi em *O Longo Século XX*. Neste livro o autor introduziu uma contribuição importante para o estudo da História do capitalismo, o conceito de *hegemonia mundial*. Inspirado em Gramsci, para quem o poder, seguindo Maquiavel, envolve não apenas dominação (coerção), mas também consentimento (lideranças moral), o conceito de hegemonia para Arrighi:

... refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.³⁹

Enquanto para Arrighi a dominação está fundada na coerção, a hegemonia

³⁹ ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994, p.27.

corresponde àquele “... poder *adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflito”.⁴⁰ Consequentemente, este poder adicional implica, na visão de Arrighi, em um duplo sentido de liderança: por um lado, “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados num direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral”; por outro, “... o Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento”,⁴¹ ou seja, um tipo de liderança contra a própria vontade.

Desta perspectiva, quando é incorporado à análise o conceito de hegemonia mundial a definição do interesse geral no plano sistêmico torna-se central para a compreensão da lógica do poder e do modo como ela se estrutura através do tempo enquanto ordens mundiais qualitativamente distintas. De acordo com Arrighi, enquanto no plano dos Estados considerados individualmente “... o aumento do poder do Estado perante outros Estados é um componente importante e, por si só, constituiu uma medida da busca exitosa de um interesse geral (isto é, nacional)”,⁴² no nível do sistema de Estados,

As hegemônias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.⁴³

Nota-se desde logo nesta passagem que o autor leva em consideração o conteúdo da luta de classes como elemento estruturante da ordem mundial, ao contrário do que algumas leituras apressadas sugerem. Neste passo Arrighi entende que a definição do interesse geral sistêmico é melhor apreendida a partir da perspectiva coletiva do poder⁴⁴. Em *Caos e Governabilidade* G. Arrighi e B. Silver desenvolvem

⁴⁰ *Ibidem.*, p.28.

⁴¹ *Ibidem.*, 29.

⁴² *Idem.*

⁴³ *Ibidem.*, p.29-30, itálico do autor.

⁴⁴ Os aspectos coletivos do poder “... referem-se a um jogo de soma positiva no qual a cooperação entre agentes distintos lhes aumenta o poder em relação a terceiros ou à natureza (Arrighi & Silver, 2001, p.37).

melhor a questão: “... o interesse geral representado por um agente hegemônico não pode ser definido em termos de mudanças na distribuição⁴⁵ do poder entre as jurisdições políticas”.⁴⁶ Ao contrário, para Arrighi & Silver, o interesse sistêmico geral “... pode ser definido em termos de um aumento do poder coletivo em relação a terceiros ou à natureza, por parte dos grupos dominantes de todo o sistema”.⁴⁷

Para tanto, os autores sugerem que o Estado candidato à hegemonia deve cumprir duas condições:

... os grupos dominantes desse Estado devem ter desenvolvido a capacidade de liderar o sistema em direção a novas formas de cooperação e divisão do trabalho interestatais que permitam às unidades do sistema (...) superar a tendência de os Estados separados buscarem seu interesse nacional, sem levarem em conta os problemas de nível sistêmico que exigem soluções em nível sistêmico;⁴⁸

e, com efeito,

as soluções de nível sistêmico oferecidas pela pretensa nação hegemônica devem endereçar-se a problemas de nível sistêmico que se tenham agravado a ponto de criar entre, entre os grupos dominantes emergentes e vigentes do sistema, uma ‘demanda’ profunda e amplamente sentida de gestão sistêmica.⁴⁹

Portanto, nesta formulação proposta por Arrighi & Silver, contrapõe-se, no interior do sistema interestatal, uma “oferta” efetiva de governabilidade mundial com uma “demanda” por gestão sistêmica.

Nesse sentido a superação dos problemas sistêmicos demanda o estabelecimento de uma ordem mundial que, por sua vez, exige formas mínimas de cooperação. Consequentemente, o estabelecimento da nova ordem deriva de algum tipo de inovação sistêmica que surge sempre como resposta a uma crise que pode tornar-se sistêmica e que por consequência transforma qualitativamente o sistema interestatal. Opera, portanto, como um princípio de descontinuidade. Este ponto é fundamental para Arrighi

Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade fizeram-no reconstituindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemonias mundiais não ‘ascenderam’ e ‘declinaram’ num sistema mundial que se tenha expandido

⁴⁵ “Os aspectos distributivos do poder referem-se a um jogo de soma zero no qual um agente só pode adquirir poder se outros o perderem” (Arrighi & Silver, 2001, p.37).

⁴⁶ ARRIGHI, G. & SILVER, B. J. (org.) *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001, p.37.

⁴⁷ *Ibidem.*, p.37.

⁴⁸ *Ibidem.*, p.37.

⁴⁹ *Ibidem.*, p.37.

independente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.⁵⁰

Sendo assim, o caráter anárquico e as transformações qualitativas são elementos constitutivos do moderno sistema interestatal. Ambas as características decorrem das bases sobre as quais o sistema está fundado, quais sejam: a

... “institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes” (Ruggie, 1983, p.275). Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se tornam mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se “nacionais”, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano.⁵¹

Neste passo Arrighi aceita o argumento de I.Wallerstein segundo o qual o moderno sistema de Estados foi causa e efeito da ascensão da acumulação capitalista em escala mundial.⁵² Aceita também o argumento de C. Tilly de que a contradição fundamental do sistema de Estados é a relação de amor e ódio entre capital e Estado.⁵³ Com isso, Arrighi estabelece uma conexão entre a intensidade da competição interestatal e a acumulação capitalista, bem como entre a intensidade da competição inter-capitalista e a acumulação de poder. Consequentemente,

a competição interestatal e inter-empresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar.⁵⁴

Arrighi nos chama a atenção para o fato de que não basta estabelecer a conexão lógica e histórica entre acumulação capitalista e política. Segundo ele,

devemos também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenha por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre a ‘interminável’ acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político.⁵⁵

É neste momento que Arrighi introduz outra distinção fundamental entre as

⁵⁰ ARRIGHI, *op. cit.*, 1994, p.31.

⁵¹ Id., 1994, p.31.

⁵² Cf. WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974. Ver em especial os capítulos 1, 2, 3 e 6.

⁵³ Cf. TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*. São Paulo: edusp, 1996.

⁵⁴ ARRIGHI, *op. cit.*, 1994, p.32-33.

⁵⁵ ARRIGHI, *op. cit.*, 1994, p.33.

lógicas territorialista e capitalista como estratégias de formação do Estado para se pensar a História do capitalismo a partir do conceito de hegemonia. Para Arrighi, “os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial”, ao passo que, “os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital”.⁵⁶ No primeiro caso, “... o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio”; no segundo, “o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio”.⁵⁷ Para Arrighi, as lógicas territorialista e capitalista, historicamente, não operam isoladamente, combinam-se e o modo como se articulam depende do contexto espaço-tempo. Com isso, podemos considerar que ambas as lógicas de formação do Estado constituem numa mediação que procura dar concretude ao processo de competição interestatal no moderno sistema de Estados.

Da perspectiva de Arrighi, o Estado hegemônico se apresenta portanto como elemento móvel no interior do moderno sistema interestatal, que está fundado por Estados Nacionais e cuja formação segue predominantemente ou a lógica territorialista ou a lógica capitalista ou ainda algum tipo de combinação entre ambas. Como elemento móvel do sistema interestatal que, por sua vez, está imbricado com a economia mundial capitalista, o estudo das hegemonias mundiais ajuda a iluminar o modo como se estabeleceram as formas de dominação que dão sentido ao movimento do conjunto através do tempo. Parece ser esta a principal contribuição de Arrighi na medida em que coloca em perspectiva os padrões de evolução (mudanças qualitativas) do sistema-mundo moderno a partir da cúpula das hierarquias sociais, conforme sugeriu Braudel.

Por outro lado, se quisermos apreender simultaneamente as diferentes esferas da existência em suas diferentes temporalidades, a proposta de Arrighi, ainda que lance luz a esta tarefa, revela seus limites. *O conceito de hegemonia mundial de Arrighi não permite uma conexão substantiva com os demais elementos constitutivos de uma perspectiva totalizante/sistêmica; permite no máximo uma justaposição.* Embora

⁵⁶ *Id.*, 1994, p.33.

⁵⁷ *Id.*, 1994, p.34.

Arrighi admita que o fundamento do Estado hegemônico seja as bases sociais, seu esquema não apresenta categorias analíticas que permitam reconstituir os vínculos entre a dinâmica da luta de classes, o Estado e o movimento do conjunto, a despeito de sua apropriação de A. Gramsci. Para superar este limite entendemos que é necessário recuperar e radicalizar a própria sugestão de Arrighi que precede seu *The Geometry of Imperialism*.

O caminho que nos parece pertinente recuperar é a crítica de Arrighi endereçada à A. G. Frank sobre as relações coloniais e as estruturas de classe. Nesta crítica, que pode ser extrapolada para além das relações coloniais com o devido cuidado, Arrighi propôs colocar de “cabeça para baixo” as determinações do esquema de Frank em sua *teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento*. De acordo com Arrighi, “... a estrutura de classe da metrópole (real ou potencial) e da colônia (real ou potencial) deve ser o elemento dominante na relação de determinação recíproca entre a classe e as estruturas coloniais”.⁵⁸ Nesta crítica, sua conclusão é a de que

a análise da estrutura colonial pode, por assim dizer, ser ‘construída dentro’ da análise das estruturas de classe. Se isto for feito, devemos então estar propriamente equipados para nos aproximar de uma forma frutífera a questão da qual é a principal contradição do imperialismo.⁵⁹

Quando damos este passo atrás em sua obra, a recuperação de A. Gramsci proposta por Arrighi em *O Longo Século XX* ganha força. Recobrar este caminho coloca, segundo nosso ponto de vista, a possibilidade de uma incorporação substantiva da dinâmica da luta de classes ao conceito de hegemonia mundial. Se esta incorporação for alcançada com algum sucesso o conceito de hegemonia mundial estará revisitado. O que se espera com esta revisão é alçar categorias (mediações) que nos permitam extrapolar o elemento móvel do sistema interestatal (a hegemonia mundial) ao conjunto do sistema-mundo moderno, isto é, sua articulação com o centro-semiperiferia-periferia por meio das estruturas de dominação (econômica, política e cultural) definidas *pela* luta de classes (no sentido expandido).⁶⁰ É exatamente neste passo que o debate clássico do imperialismo oferece, conforme procuramos indicar ao longo do trabalho,

⁵⁸ ARRIGHI, G. *The Relationship between the Colonial and Class Structures: a critique of A. G. Frank's theory of the development of underdevelopment*. (mimeo) Dakkar, 1971, p.10.

⁵⁹ *Id.*, 1971, p.13.

⁶⁰ Em *A Ilusão do desenvolvimento* Arrighi oferece sua interpretação para “o longo século XX” a partir da luta de classe e das relações centro-periferia. Infelizmente não foi possível realizar um exame detido da obra para este trabalho.

elementos-chave para reconstruções que põe no centro o conteúdo de classe, móvel último do sistema-mundo moderno.

Esta é uma tarefa necessária e urgente dado o momento da crise sistêmica em que vivemos.

5. Considerações finais: revisitando o conceito de hegemonia

No decurso destas páginas nós procuramos indicar, através de uma reflexão preliminar sobre conceito de hegemonia mundial, as possibilidades de aproximação entre as “Teorias do Imperialismo” e a problemática da “Hegemonia Mundial”. O fizemos resgatando os argumentos centrais de J. Hobson, R. Hilferding, R. Luxemburg, V. Lenin e J. Schumpeter. Neste passo concordamos com a crítica de G. Arrighi à respeito da incomensurabilidade do debate clássico. Não obstante, discordamos do argumento de Arrighi segundo o qual as teses clássicas não são válidas para explicar a evolução do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial. Em nosso balanço indicamos que o conceito de imperialismo assume ao menos três acepções – critério de periodização, políticas expansionista das empresas e Estados, e ideologia – as quais contemplam níveis distintos da realidade. Sendo assim, sugerimos que as teorias clássicas do imperialismo oferecem elementos importantes para nossa compreensão do capitalismo contemporâneo. A possibilidade de aproximação entre as duas problemáticas, em nosso entendimento, passa por um procedimento político-teórico – uma visão de mundo emancipatória e a construção de um conhecimento unitário – o qual nos permite redefinir a unidade de análise relevante para a compreensão da mudança social – o sistema-mundo moderno – e o objeto de análise – as formas de dominação econômica, política e cultural do centro sobre a periferia, considerando-os como fenômeno genético-estrutural da História do capitalismo por meio do qual se revelam parte das hierarquias sociais constitutivas da Época Moderna.

É no marco desta nova problemática que o conceito de hegemonia mundial de G. Arrighi (1994) procurou superar o conceito de imperialismo como argumento explicativo das transformações qualitativas da História do capitalismo. Sem dúvida, Arrighi nos trouxe contribuições importantes para pensar a dinâmica da reprodução do capitalismo em escala mundial quando sugere o Estado hegemônico como móvel da

economia-mundo capitalista, pois nele estão condensados, para cada período da história, a estratégia de acumulação capitalista e a acumulação de poder que expandem a capacidade de sobrevivência do sistema-mundo moderno. Apesar deste passo fundamental, sugerimos que a formulação de Arrighi carece de categorias que nos permitam, por meio do conceito de hegemonia mundial, envolver as diferentes esferas da realidade em suas diferentes temporalidades, o que nos permitiria apreender com mais nitidez a dinâmica da luta de classes, sua articulação pelo Estado e, conseqüentemente, o movimento do conjunto, a despeito de sua inspiração em A. Gramsci. Quando se tem em mira a construção de narrativas de sociedades que surgem na periferia do sistema-mundo moderno, acreditamos que é preciso ir além e alçar novas mediações. Neste quesito, Arrighi nos deixou uma indicação valiosa, a qual nós consideramos importante recuperar, qual seja: as estruturas de dominação podem ser “construídas dentro” da análise das estruturas das classes. Este caminho, que fora relativamente abandonado por Arrighi em seu *Geometry*, pode permitir uma incorporação de Gramsci mais apropriada para se pensar, nos marcos do sistema-mundo moderno, as conexões entre centro-periferia e as formas de subordinação. Por isso, consideremos necessário revisitar o conceito de hegemonia mundial de Arrighi. Esta é uma tarefa indispensável.

Mas, para concluir provisoriamente esta polêmica, gostaríamos apenas de reafirmar nossa busca pelos caminhos de aproximação. Se, por um lado, acreditamos que a perspectiva dos sistemas-mundo abre a discussão no seio do marxismo ao assumirem uma postura cética com relação aos postulados das ciências sociais que remontam ao século XIX, por outro, os adeptos da perspectiva do sistema-mundo, ao menos no Brasil, não podem perder de vista seu ponto originário, a contestação global da realidade em seus diferentes níveis a partir de uma visão do mundo emancipatória tal como imaginou K. Marx. Não se pode negligenciar, portanto, a despeito das contribuições recentes do “núcleo duro” da perspectiva, os debates clássicos das ciências sociais e suas respectivas contribuições para a compreensão do modo de funcionamento do sistema-mundo moderno. A crítica reflexiva será fundamental para que possamos incluir o Brasil e a América Latina nesta grande narrativa que é o Sistema-Mundo Moderno.

6. Bibliografia

- ANGELL, N. *A Grande Ilusão*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UNB; 2002. [1902]
- ARRIGHI, G. & SILVER, B. J. (org.) *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- ARRIGHI, G. Imperialismo. In: OUTHWAITE, W. & BOTTEMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, pp. 377-380.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- ARRIGHI, G. *The Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's Paradigm*. London: Verso, 1983 [1978].
- FRANCO, T.F. *Imperialismo Capitalista em três atos: interpretações sobre o capitalismo*. Dissertação de mestrado - IE - Unicamp. Campinas, 2011.
- HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963 [1910].
- HOBSON, J. *Estudio del Imperialismo*. Madrid: , 1981 [1902].
- LÊNIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008 [1916].
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.
- MARIUTTI, E.B. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Tese de doutorado - IE - Unicamp. Campinas, 2003.
- MARIUTTI, E.B. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, P.A.; VIEIRA, R.L.; FILOMENO, F.A. (orgs.) *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. pp.29-74.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [1972].
- PINTO, N.P.A. *O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos*. Tese de doutorado - IE - Unicamp. Campinas, 1994.
- PINTO, N.P.A. Capitalismo Financeiro. In: *Crítica Marxista*. Vol. 1, Tomo 5. São Paulo: Xamã, 1997.
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1961.
- SIMIQUELI, R.R. *Entre as nações e o império: Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico*. Dissertação de mestrado - IFCH - Unicamp. Campinas, 2012.
- WALLERSTEIN, I. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- WALLERSTEIN, I.M. *World-System Analysis: un introduction*. Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. L'homme de la conjoncture. In: *LIRE Braudel*. Coautoria de Maurice Aymard. Paris: Decouverte, c1988.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *SpaceTime as Basis of Knowledge*. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizando em Cartagena, Colômbia).
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York, NE: The New Press, 2000.

O capitalismo em Braudel e Wallerstein: o conceito resiste quando aplicado à periferia?

Rodrigo Fontanari*

Pedro Geraldo Saadi Tosi**

RESUMO: O objetivo central deste trabalho reside na tentativa de fazermos uma leitura da obra do historiador francês de Fernand Braudel enfatizando as influências que esta teve sobre o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. Para tanto, exploraremos uma temática específica de seu arcabouço conceitual: a noção de capitalismo. Esta temática, extremamente atual, oferece-nos a possibilidade de contato com a vasta bibliografia produzida pelos autores, conferindo lugar especial para a compreensão do *modelo histórico* braudeliano ou da noção de capitalismo histórico de Wallerstein. Haverá, ainda, a possibilidade de testarmos a validade deste modelo histórico para estudo de uma região periférica, ou seja, a economia cafeeira nacional, sob o ponto de vista de alguns atores sociais e dos mecanismos do crédito.

Palavras Chave: Capitalismo, Economia-Mundo, Sistema Mundial Moderno.

ABSTRACT: The aim of this work lies in trying to do a reading of the work of the French historian Fernand Braudel emphasizing the influence that this has had on the American sociologist Immanuel Wallerstein. To do so, we will explore one specific theme in its conceptual framework: the notion of capitalism. This theme, extremely current, offers us the possibility of contact with the vast literature produced by the authors, giving special place for understanding the Braudelian historical model or the Wallersteinian notion of historical capitalism. There will also be the opportunity to test the validity of this historical model for the study of a peripheral region, ie, the national coffee economy, from the point of view of some social actors and credit's mechanisms.

Keywords: Capitalism, Economy-World, Modern World System.

** Mestre em História e Cultura Social pela UNESP-Franca. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

**** Professor Assistente Doutor, membro do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Franca.

Introdução

Um modelo, isto é, uma espécie de navio construído em terra e depois lançado ao mar. Ele flutua? Navega? Então a explicação que ele sustenta pode ser válida.¹

O intuito maior do presente trabalho será “testar” a validade do conceito de economia-mundo braudeliana e de sistema mundial para outras realidades históricas, mais dilatadas no tempo em relação à época de estudo à qual se referem os autores em *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII* e em *O Sistema Mundial moderno*. Desta forma, focaremos nossa análise sobre a sociedade brasileira, basicamente a respeito de alguns personagens que atuaram de forma indelével na economia cafeeira paulista, na passagem do século XIX para o século XX. Dentre esses personagens selecionamos as figuras de Antonio da Silva Prado e Theodor Wille, grandes empreendedores do mundo do café. Seriam eles capitalistas aos moldes de Braudel e Wallerstein? E, ainda, veremos a validade de outros instrumentais sugeridos pelos autores – como a moeda e o crédito – para se entender a conexão entre as distintas partes de uma mesma economia-mundo, sendo que o lugar de pertencimento nesse conjunto condiz com a hierarquia entre as distintas nações, estados, regiões, cidades e atores sociais.

Antes de colocarmos aquilo que Braudel denominou de *modelo-barquinho de papel* para navegar em águas estranhas à sua análise *original*, uma vez que seu estudo voltou-se à compreensão do tecido social e econômico da Europa anterior à Revolução Industrial; vale demarcar o roteiro dessa nossa viagem a fim de evitar desvios de rotas.

Começaremos pela descrição de palavras nodais do pensamento de Braudel, como: capital e capitalista e sua relação com o cerne da questão, que é a noção de capitalismo. Veremos, ainda, como essa noção de capitalismo foi arquitetada historicamente e como ela

¹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.575.

difere, até mesmo radicalmente, da visão de outros autores. Wallerstein mantém, desse modelo, o circuito capitalista e a ele agrega outras dimensões. Feito isso, partiremos para uma breve caracterização da sociedade cafeeira nacional, captada aqui, como dito, sob o prisma de dois atores: Antonio da Silva Prado e Theodor Wille.

O lugar dos conceitos em Braudel e em Wallerstein

“A palavra que então acode mais espontaneamente o espírito é bem capitalismo. Irritados, expulsamo-la pela porta e ela volta em seguida entrar pela janela. Pois não lhe encontramos um substituto adequado e isso é sintomático”².

Antes de passarmos à obra de Braudel em busca daquilo que ele denomina como *capitalismo*, três observações se fazem necessárias, afim de melhor captarmos seu *modelo histórico estruturante*: a primeira, diz respeito à noção de *longa duração*; a segunda é sobre a ideia de *economia-mundo*; e a terceira abarca sua perspectiva *tricotômica da economia*. Ao longo desse trajeto percorreremos, a nosso ver, os principais instrumentais teóricos do pensamento braudeliiano e, ao final desse percurso investigativo, teremos a possibilidade de estarmos mais bem munidos para adentremos ao terreno do *capitalismo em si*.

O conceito de *longa duração* está intimamente vinculado a certa visão estrutural da história. Para Braudel “a palavra ‘estrutura’, seja superestrutura ou infraestrutura, corresponde às realidades sociais, econômicas e culturais de longa duração”³. Dessa forma, a história vai sendo construída a partir de um prisma que enfoca as permanências, aquelas realidades que se desenrolam de forma mais morosa no tempo. Existe, nesse projeto, todo um aporte temporal que irá revolucionar a forma de se fazer história, seguindo uma linha que vem desde a fundação dos *Annales*, no final da década de 1920, com Marc Bloch e Lucien Febvre⁴.

² BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.42.

³ BRAUDEL, Fernand. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 127.

⁴ REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

A partir de então, a história passou a considerar como histórico, não só os eventos mais dinâmicos das sociedades, que pululam a todo instante diante de nossos olhos, mas também aquilo que não muda, ou muda muito lentamente. Essa história, de caráter mais geográfico, foi cunhada por Braudel, em oposição ao acontecimento e a conjuntura, como sendo de *longa duração*; camada do tempo que, para ele, interfere de forma mais aguda na vida dos homens, “pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinitivamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se”⁵. Assim, sob o signo do tempo lento, chegamos a sua visão de *história estrutural*.

Vale frisar que essa noção não tem nenhum parentesco com a visão estruturalista de outras áreas do conhecimento, sendo a mais “famosa” a do antropólogo Claude Lévi-Strauss⁶. De acordo com Braudel:

“A história assim privilegiada é por mim chamada estrutural, sob o signo da duração, da repetição, da insistência. Digo estrutural sem me preocupar com o estruturalismo dos lingüistas, que não me incomoda, nem me tenta, sem me preocupar com o estruturalismo dos pernósticos dos anos sessenta, para quem a estrutura não é mais do que um sistema de relações abstratas. Para o historiador, trata-se, ao contrário, de coisas bem reais. É estrutura, para ele, o que, na massa de uma sociedade, resiste ao **tempo**, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso”⁷.

A segunda observação refere-se a ideia de *economia-mundo*. Para François Fourquet, estamos diante de um *novo espaço-tempo*, quando falamos do modelo histórico braudeliano. Essa inovação só se tornou possível em vista projeto levado a cabo por Braudel: ele queria compreender a economia europeia em relação ao mundo, num período de mais de trezentos anos⁸. Essa dilatação espaço-temporal, que exigiu um esforço sem

⁵ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. 2005. p.43.

⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

⁷ BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.356.

⁸ A proposta de se fazer um balanço da história econômica da Europa pré-industrial foi colocada a Fernand Braudel por Lucien Febvre, no início da década de 1950. In: ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O capitalismo anterior a Revolução Industrial. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

precedentes de captação de fontes e documentos, bem como sua sistematização, acabou por revelar um novo “ordenamento do mundo”, que pôde ser apreendido através da confecção do conceito analítico de *economia-mundo*⁹.

Esse ajuste das lentes para captar movimentos de longa duração e de longo alcance acabou por revelar novos sujeitos e objetos e segundo Hobsbawn:

“não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre o micro e o macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada”¹⁰.

Contudo, a técnica escolhida por Braudel foi de fundamental importância para se elaborar uma nova representação, onde o “mundo” aparece como *objeto*, ou melhor, como *sujeito em si*¹¹. Mas, o que Braudel entende por *economia-mundo*? Para ele uma *economia-mundo* é:

“um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenham-se no local três ‘áreas’, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastantes desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores”¹².

Conforme nos deslocamos de uma área para outra, alteram-se as características sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas. Desta maneira, o conceito de *economia-mundo* congrega em benefício de um modelo introvertido e multifacetado de divisão internacional do trabalho, e é nesse ponto que a análise de Wallerstein converge com o modelo braudeliano, no qual as regiões centrais captam a maior fatia do lucro concebido nas tramas comerciais e financeiras desse sistema, constituindo-se na área que retêm os maiores benefícios, cristalizando-os na forma de vantagens materiais, financeiras e

⁹ FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.79-96.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.206.

¹¹ FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.80.

¹² BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.29.

tecnológicas em relação às demais zonas desse espaço econômico¹³. Nas palavras de Braudel:

“Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; [...] implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo já dominante, seja qual for sua forma. [...] hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagens, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto”¹⁴.

Assim, na esteira das palavras de Braudel, percebe-se que a noção de economia-mundo carrega consigo uma necessária hierarquia entre as partes desse “sistema” relativamente fechado da divisão internacional do trabalho. A palavra sistema aqui certamente não é da lavra de Braudel, mas de Wallerstein; embora Braudel já pensasse em termos sistêmicos sem o dizer.

Diferentemente do que se pensa, e vale ressaltar, a noção de *economia-mundo* não significa *toda economia do globo*. Muito pelo contrário. Ela corresponde a uma parte dessa totalidade, que trabalha de forma acoplada, com as suas sintonias e suas idiosincrasias harmonizadas pelos efeitos das situações hierarquizadas sob as quais se acumula a maior porção do lucro mercantil em determinados setores das regiões centrais.

O fato importante para o qual Braudel chama atenção é o de como a *economia-mundo capitalista europeia* conseguiu abarcar o mundo todo, entre os séculos XV e XVIII. Constata-se, de antemão, que esse esquema interpretativo hierarquizado é de suma importância para a própria dinâmica do capitalismo e para a configuração do mundo tal como o conhecemos, com suas “partes ricas” e suas “partes pobres” – ou melhor, uma divisão entre áreas “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”.

¹³ Wallerstein coloca a questão nos seguintes termos: “Definimos um sistema-mundial como um sistema que existe numa divisão extensiva do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a gama de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Em parte isto é consequência de considerações ecológicas, sem dúvida. Mas na sua maior parte é função da organização social do trabalho, que aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro de um sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente”. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p. 339.

¹⁴ Idem. p.16.

Essa condição não é excepcional para a configuração do capitalismo, mas onde ele se instala, parece jogar a favor da manutenção e do acirramento de desnivelamentos de mercados para manter sua vitalidade¹⁵.

Adiantando-se as expectativas, o conceito de capitalismo, meio que de surpresa, impôs-se à nossa análise. Mas, não por acaso. O alargamento do quadro espaço-temporal vislumbrado por Braudel traz, em sua esteira, novos sujeitos e, um deles, é o próprio *capitalismo*¹⁶ – o qual, ainda, não é chegada à hora de ser analisado. Esse “aparecimento” da noção de capitalismo é:

“um dos frutos mais ricos do ‘deslocamento de perspectiva’ braudeliano: ele nos permite colocar de outra maneira o problema das relações entre econômico e político [...]. Existem duas perspectivas para tratar desse problema. A primeira está situada dentro de um Estado-nação e tenta avaliar a respectiva importância do Estado e do capital. A segunda é tirada do ponto de vista interior para se localizar no ponto de vista do mundo inteiro. Lá em cima, a vista é completamente diferente”¹⁷.

Um exemplo singular dessa forma de “olhar o mundo lá de cima”, dilatando os limites territoriais de um Estado, para captar do alto a *economia-mundo*, pode ser retirado da vasta obra de Braudel: é aquele referente ao *mundo mediterrânico à época de Felipe II*¹⁸. Neste estudo, ele demonstra como as quatro cidades italianas (Veneza, Gênova, Florença e Milão) regeram a *economia-mundo* mediterrânica na segunda metade do século XVI. “Ele esboça a imagem de uma ordem nova, uma *ordem leve* dirigida por um centro que funciona por captação e não pela autoridade, à maneira de uma Igreja ou de um Estado”¹⁹.

¹⁵ Para Braudel “o capitalismo tem necessidade de uma hierarquia. Mas o que é uma hierarquia em si, aos olhos de um historiador que vê desfilar diante dele centenas e centenas de sociedades que têm todas suas hierarquias? Que resultam todas, na cúpula, em um punhado de privilegiados e de responsáveis. [...] o capitalismo não inventa as hierarquias, utiliza-as, do mesmo modo que não inventou o mercado ou o consumo. Ele é, na longa perspectiva da história, o visitante da noite. Chega quando tudo já está em seus devidos lugares”. In: BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.62.

¹⁶ FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.80.

¹⁷ Idem. p.87.

¹⁸ BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2v.

¹⁹ FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.81.

O modelo de economia-mundo proposto por Braudel foi amplamente desenvolvido pelo sociólogo Immanuel Wallerstein. Esse pesquisador cunhou a noção de *sistema mundial moderno* para se referir à economia-mundo capitalista europeia e seus subsistemas de divisão internacional do trabalho, de valorização mercantil e da separação entre estados fortes do centro e estados fracos da periferia. No fundo, essas análises têm mais em comum do que divergências. O que guardam em comum é, principalmente, a noção de “espaços econômicos hierarquizados”. Em Wallerstein, essa hierarquização aparece sob a forma de *cadeias mercantis*, que significa:

“uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital”²⁰.

Eles não divergem, também, quanto ao fato de ser o capitalismo um fenômeno de escala europeia, que aos poucos foi “ordenando” o mundo. Contudo, discordam sobre a época em que esse processo se “iniciou”. Para Braudel, o capitalismo é um fenômeno anterior a Revolução Industrial (do século XVIII) e, até mesmo, encontra vestígios de um *primeiro capitalismo* que remonta aos séculos XI e XII, nas cidades italianas; desta maneira, encara o capitalismo como uma realidade de longa duração²¹.

Para Wallerstein, “a gênese desse sistema social se situa na Europa no final do século XV; que, de lá pra cá, ele se expandiu no espaço até cobrir todo o planeta no final do

²⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.29.

²¹ Na visão de Braudel “um capitalismo em potencial se esboça desde a alvorada da história, se desenvolve e se perpetua ao longo dos séculos. [...] Com grande antecedência, há sinais que anunciam o capitalismo: o desenvolvimento das cidades e das trocas, o surgimento de um mercado de trabalho, a densidade da sociedade, a difusão da moeda, o aumento da produção, o comércio longínquo ou, se quisermos, o mercado internacional”. In: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.576-577. Ver também: ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O capitalismo anterior a Revolução Industrial. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.125-132.

século XIX; e que ainda engloba a terra inteira”²². Enquanto Braudel busca se desvencilhar da discussão sobre a passagem do feudalismo para o capitalismo oriunda da perspectiva marxista de análise da mudança social sobre o período, Wallerstein a incorpora juntamente com os argumentos fundamentais de Marx para compreensão da acumulação primitiva de capitais: dívida pública, expropriação e negócios coloniais atuando em simultâneo.

Com isso, a nuance entre os dois autores fica por conta de suas diferentes concepções de capitalismo. Para Braudel, ele é formado principalmente por relações mercantis e financeiras das quais também participa, eventualmente, o Estado; enquanto para Wallerstein, a formação do mercado mundial, do Estado Moderno e das classes sociais são faces de um mesmo processo histórico em que essas dimensões se entrelaçam e se interpenetram.

De qualquer forma, ambas as análises, com suas particularidades e especificidades – uma de cunho histórico e outra sociológica – marcam posição divergente quanto às abordagens de caráter *marxista*, que apontam o capitalismo como uma realidade mais recente no tempo, ou seja, falam em capitalismo somente após o século XIX, quando a indústria passou a ditar o ritmo da acumulação de capital e quando houve a separação formal entre capital e trabalho – quando ocorreu à separação *a fortiori* entre os detentores dos meios de produção e aqueles que, não tendo os mesmos, foram obrigados a vender sua força de trabalho²³.

Do ponto de vista braudeliano a Revolução Industrial representa, sim, uma ruptura, um momento de reestruturação econômica e social, mas conquanto não signifique nenhuma “mudança estrutural” para o *capitalismo*, a não ser a abertura de uma nova área de acumulação, na qual, a partir deste evento, *ele* também se sentirá em casa na esfera da

²² WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.18.

²³ É comum encontrarmos passagens como esta: “A partir da segunda metade do século 18, com a primeira revolução industrial e o nascimento do proletário [...]”. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.10.

produção. “Mas, com ou sem razão, defendo que através dessa grande mutação [a Revolução Industrial] o capitalismo se manteve, no essencial, igual a si mesmo”²⁴.

Outro ponto de discussão do arcabouço braudeliano com as vertentes marxistas é quanto à importância da formação de um mercado de trabalho para a constituição do capitalismo²⁵. Se para Marx – e, principalmente, os marxistas – a formação de um mercado de trabalho assalariado só foi possível após a Revolução Industrial, Braudel afirma o seguinte:

“Mas não há dúvida: o mercado de trabalho – como realidade, se não como conceito – não é uma criação da era industrial. O mercado de trabalho é aquele em que um homem, venha de onde vier, se apresenta despojado de seus ‘meios de produção’, supondo que alguma vez os teve: uma terra, um tear, um cavalo, uma carroça...Ele só tem a oferecer as mãos, os braços, sua ‘força de trabalho’. E, claro, sua habilidade. O homem que se aluga ou se vende desse modo passa pelo buraco estreito do mercado e sai da economia tradicional”²⁶.

Neste trecho de Braudel, evidenciam-se duas constatações: a primeira reafirma seu modo de pensar baseado na proposição de *economia-mundo* e na *longa duração*, onde o evento tido como “fundador” do mundo contemporâneo, ou seja, a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, não passa de mais um acontecimento enquadrado numa perspectiva de *capitalismo* comprimido em séculos de gestação – a formação de um mercado de trabalho, de acordo com o historiador francês, também data de muito antes: ele encontra “mercado de trabalho”, em partes da Europa, já nos séculos XII-XIII e XIV; e, a segunda, faz uma incipiente referência àquilo que denominamos de visão *tricotômica da economia*: nas linhas finais, vemos o *mercado* aparecer como um traço que divide, abaixo, a economia

²⁴ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.577.

²⁵ Na esteira desse debate, sobre o processo de proletarianização da mão-de-obra, vale frisar a visão de Wallerstein, que também sinaliza na direção oposta a Marx: “O que surpreende não é que tenha havido tanta proletarianização, mas que ela tenha sido tão pequena. Tal sistema social histórico existe a pelo menos quatrocentos anos. Apesar disso, não se pode dizer que a força de trabalho realmente proletarianizada na economia-mundo capitalista ultrapasse a metade do total”. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.22.

²⁶ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.37.

“tradicional”, baseada muitas vezes na troca, situada ao rés-do-chão; romper essa divisa entre mercado e economia tradicional é se aventurar em outras águas, como veremos.

Feito este trajeto chegamos ao cerne do pensamento braudeliano. Onde, para alguns, estabelece-se o ponto mais fecundo de seu arcabouço conceitual: o *capitalismo*. Vale frisar, de antemão, que na concepção braudeliana a respeito da economia, o capitalismo está situado, como seus atores, no alto da cadeia mercantil, ficando as ações de maior lucratividade e as vantagens comerciais restritas a uma pequena parcela do tecido social. Assim, a “distinção ainda não é corrente nas nossas discussões, é verdade, mas, pouco a pouco, vai-se criando o hábito de designar por capitalismo os níveis superiores. O capitalismo é, cada vez mais, um superlativo”²⁷.

Uma das possibilidades de se melhor compreender o conceito de capitalismo, no edifício braudeliano – e aqui chegamos ao terceiro ponto de nossa proposta – é distinguí-lo dos diferentes níveis do mundo econômico, isto é, via perspectiva *tricotômica da economia*. Por essa matriz de observação, Braudel vai tecendo a ideia de capitalismo em contraposição com aquilo que ele não é, ou seja, aos estratos da *vida material* e a *economia de mercado*. Somos impelidos, assim, por seu pensamento a reavaliar “muitos pontos de vista sobre um ‘sistema’ que seria capitalista de alto a baixo da sociedade. Há, pelo contrário, para falar resumidamente, uma dialética viva do capitalismo em contradição com o que, abaixo dele, não é o verdadeiro capitalismo”²⁸.

A economia vista desta forma está dividida em três andares: um nível elementar dominado pela *vida material*, ao rés-do-chão, marcado pela permuta, pelo autoconsumo, sendo sua configuração dada, em última instância, pelo *valor de uso*. É o local das soluções civilizacionais que visam manter, antes de tudo, a própria existência. Braudel alicerça o mundo econômico nesse patamar que denomina *estruturas do cotidiano*, iniciando “daquilo que, na vida, se encarrega de nós sem que o saibamos sequer: o hábito – melhor, a rotina”²⁹.

Deste modo, a *vida material*:

²⁷ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.577. p.585.

²⁸ Idem. p.585.

²⁹ BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.62. p.14.

“trata-se de uma parte apenas da vida ativa dos homens, tão profundamente inventores quanto rotineiros. [...] Essa vida material, tal como a compreendo, é o que a humanidade, no transcurso de sua história anterior, incorporou profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou incitações de outrora se convertem em necessidades do cotidiano, em banalidades. E ninguém as observa com atenção”³⁰.

Subindo os degraus, chegamos ao segundo andar, denominado *economia de mercado*, onde acontecem as trocas dos excedentes produzidos no primeiro andar, local de barulho, de regularidade, da transparência, do comércio habitual, do mercado, das trocas efetuadas num raio curto – e por isso exigente quanto a um tipo de moeda e instrumentos de crédito – porém seus agentes são altamente especializados, sofrendo com isso o peso de uma concorrência que os privam de maiores possibilidades de acumulação de capital, e assim, de tocar o terceiro andar. Aqui o sentido das ações é dado pelo *valor de troca*. O mercado é, portanto, o local:

“predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida ‘encerrada’ [...] na auto-suficiência ou na não-economia. O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona. A atividade dos homens, os excedentes que eles trocam passam aos poucos por essa brecha estreita com tanta dificuldade, no princípio, como o camelo da Escritura pelo buraco da agulha. Depois os buracos se alargaram, se multiplicaram, tornando-se a sociedade, no fim do caminho, uma ‘sociedade de mercado generalizado’”³¹.

O terceiro andar é o local privilegiado do *capitalismo*. “Agremiação” composta de poucos participantes é amplamente diversificada quanto aos negócios e investimentos. Seus agentes conseguem “mascarar” as trocas via constituição de monopólios, minando a concorrência ordinária, e garantindo maiores margens de lucros, efetuadas sempre em relação aos desnivelamentos de mercado, garantindo a acumulação e a concentração de capitais nas mãos de uma minoria. Não observamos em todas as civilizações as suas

³⁰ Idem. p.14.

³¹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.12.

*elites*³²? Elas não se fazem sem os prejuízos dos “habitantes de baixo”. Aqui já estamos na escala do comércio internacional, dos longos caminhos percorridos pela mercadoria, do comércio inusual, que não se realizaria sem instrumentos especializados de créditos, de grande vulto, para garantir a circulação e a realização do circuito do capital, assentado em moedas fortes – o que vale dizer, no contexto da economia cafeeira brasileira do século XIX e início do século XX, a libra, o franco e posteriormente, o dólar.

Como afirmou Braudel, o capitalismo se alimenta dos dois andares econômicos que estão situados logo abaixo (a vida material e a economia de mercado). Reforçando essa observação, o importante é frisar que o capitalismo situa-se no topo da hierarquia social e mercantil, podendo mesmo ser considerado *um lugar*: a faixa superior da sociedade e da economia. Em suma, nas palavras de Braudel:

“o principal privilégio do capitalismo, hoje como ontem, continua sendo a liberdade de escolha – um privilégio que tem a ver simultaneamente com a sua posição social dominante, com o peso de seus capitais, com suas capacidades de empréstimos, com sua rede de informações e, em igual medida, com os vínculos que, entre os membros de uma minoria poderosa, por mais dividida que esteja por obra do jogo da concorrência, criam uma série de regras e cumplicidades. Decerto seu campo de ação se ampliou muito, uma vez que todos os setores da economia lhe servem e que, em particular, penetrou amplamente na produção. Mas, enfim, assim como ontem não abrangia toda a economia mercantil, hoje ele deixa fora de suas mãos importantes volumes de atividade, abandonando-os a uma economia de mercado que gira por si própria, à iniciativa de pequenas empresas, ao empenho artesanal e operário, por conta do povo. Ele se assenta, tem seus territórios de caça reservados: a grande especulação imobiliária e bolsista, o grande banco, a grande produção industrial a que seu peso e sua organização deixam uma grande liberdade de fixação dos preços, o comércio internacional, ocasionalmente, mas apenas em casos particulares, a produção agrícola ou mesmo os transportes [...]. E, como pode escolher, o capitalismo tem a capacidade, a qualquer momento, de mudar de rumo: é o segredo de sua vitalidade”³³.

³² O termo elite é aqui utilizado de acordo com a versão braudeliana, correspondendo ao grupo privilegiado de atores que ocupam o topo da hierarquia social de determinada sociedade, cabendo a eles “o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários, convergem para eles”. In: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.415.

³³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.578.

O *capitalismo*, assim, constitui-se num setor totalmente oposto a *economia de mercado*. Ele representa o lugar da diversificação dos negócios, da liberdade de escolha, pois nunca está encerrado, ou melhor, especializado em uma só atividade. O capitalismo persegue as operações e negócios mais rentáveis e lucrativos, e vem quase sempre acompanhado de características monopolísticas³⁴. Requer também a noção de *capital* (essa “palavra” remonta ao século XIII e XIV, com sentido de fundo, estoque de mercadorias e dinheiro que rende juros) como um instrumento essencial do progresso, que, aos poucos, irá sendo substituída pela noção de *dinheiro produtivo*, aquela soma de dinheiro acumulada e introduzida na economia para ser reproduzida e aumentada pelo *capitalista* – em Marx, o *capital* carrega o sentido de *meio de produção*. Braudel, entende por *capitalista* (“palavra” que, ainda no século XVII, refere-se àqueles possuidores de títulos públicos, valores mobiliários ou de dinheiro líquido para investir) o grande negociante empreendedor, que ora se alia ou se distancia do Estado; mas, está longe de ser um simples comerciante. Sua vocação, contudo, sempre foi servir-se dos meios financeiros para promover e manejar setores inteiros da economia – de qualquer parte do mundo – e receber as vantagens³⁵. “Claro que a faculdade de adaptação, sua agilidade, sua força repetitiva não colocam o capitalismo ao abrigo de todos os riscos. Quando há grandes crises, muitos capitalistas sucumbem, mas outros sobrevivem, outros instalam-se”³⁶.

O capitalismo – e diferentemente daquilo exposto por outros pensadores – não abrange todo o conjunto da sociedade. Pelo contrário, por estar situado no cume da hierarquia social e mercantil elege, e pode eleger aqueles setores mais propícios à alta lucratividade, onde acaba por exercer o monopólio de direito e a manipulação dos preços,

³⁴ Para Wallerstein a “taxa de acumulação obtida individualmente por cada capitalista dependia de um processo de ‘competição’, com recompensas maiores para aqueles que possuíam mais perspicácia, maior habilidade no controle da sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como ‘monopólios’).” In: WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.16.

³⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.201-207.

³⁶ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.578.

distinguindo-se, desta forma, da economia de mercado, local da concorrência e da especialização. Por isso, nessa concepção braudeliiana o capitalismo é:

“o lugar do investimento e da alta taxa de produção do capital, tem de ser reinserido na vida econômica, cujo volume não ocupa por inteiro. Há, pois, duas zonas onde o situar, a que ele ocupa e é como sua sede preferencial; a que ele aborda de esguelha, na qual se insinua, mas a qual nem sempre domina. Até a Revolução do século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa. Ainda que, ocasionalmente, não se prive de incursões em outros domínios. Ainda que a circulação não o interesse em sua totalidade, uma vez que controla, que procura controlar, apenas alguns dos seus caminhos”³⁷.

Nessa concepção, ainda, vemos que o capitalismo tende a ser, antes de tudo, *comercial*, isto é, o capital de maiores grandezas é decorrente do comércio e de trocas realizadas no raio da economia-mundo. Um intérprete de Braudel aponta na seguinte direção:

“O capitalismo, acredita ele, não surge na produção, mas na circulação. Existe capitalismo a partir do momento em que entre compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante; e isso é mais especialmente verdadeiro quando o terceiro é um intermediário financeiro, um comerciante de dinheiro – um banqueiro. O lucro capitalista seria, portanto, por natureza, de ordem especulativa. Muito longe de inscrever-se (como pensava Marx) no jogo das equivalências comerciais, ele resulta da capacidade do intermediário capitalista de falsear as regras da troca em seu benefício. Suprima-se os intermediários, parece dizer Braudel, e você estará suprimindo o capitalismo para deixar apenas o justo mercado”³⁸.

Visando, assim, concluir nossa tentativa de caracterização do capitalismo nestes autores – antes de testarmos a validade *desse* conceito de capitalismo para outros espaços e temporalidades – faz-se necessário pontuarmos mais duas breves observações: o capitalismo, como exposto por Braudel, não pode ser pensado “como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo

³⁷ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.201.

³⁸ CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.102.

financeiro”³⁹. Consta-se, em decorrência dessa caracterização eclética do capitalismo que existe um irrefutável antagonismo com as vertentes marxistas que rejeitam tratar de *capitalismo* “enquanto não se trata da sociedade moderna (*nota*: desde a grande industrialização do século XIX) em que a produção maciça de mercadorias está apoiada na exploração do trabalho assalariado do não-possuidor pelo possuidor dos meios de produção”⁴⁰.

Se para Marx “o capitalismo industrial” é o único digno desse nome, para Braudel ele não é senão *um* capitalismo entre outros, chegando até (sinal sintomático) a subestimar a indústria na riqueza antiga de um país”⁴¹. Segundo Wallerstein, em tom de crítica, há ‘os que consideram que só existe capitalismo se existir uma forma específica de relação social de trabalho, um empresário privado empregando trabalhadores assalariados’⁴²; o que, de fato, simplifica demasiadamente a questão.

Esse ecletismo apresentado por Braudel, para representar e pensar o capitalismo, distingue-se também de outras “linhagens clássicas” subseqüentes às matizadas por Marx, como o caso de Rudolf Hilferding, que tratou o *capital financeiro* como a última versão, a mais acabada e cristalizada do capital. Para este autor:

“O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se

³⁹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.577. Dessa forma, passagens como estas se tornam obsoletas: “Historicamente, o Capitalismo assumiu diversas fases. Surgiu como Capitalismo comercial, fase chamada de mercantilista, entre os séculos XVI e XVIII, e sobre a qual alguns autores discordam se constituiu de fato uma etapa propriamente capitalista ou se deve ser interpretada apenas como um período de transição entre estruturas feudais e estruturas capitalistas; a segunda fase do Capitalismo é a momento em que ele atingiu com vigor a produção industrial. Era o Capitalismo industrial de livre concorrência, característico dos primeiros avanços da Revolução Industrial na Inglaterra de fins do século XVIII e grande parte do século XIX. A seguir surgiu o Capitalismo monopolista, típico do imperialismo dos anos 1870-1914, e caracterizado pela concentração de capitais e pela luta por mercados e pelo protecionismo das Nações em competição. Por fim, ainda no mesmo período emergiu o Capitalismo financeiro. Nessa fase, grandes bancos concentravam os capitais advindos do crescimento econômico, e as bolsas de valores negociavam ações das empresas”. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p.43.

⁴⁰ MORINEAU, Michel. Um grande projeto: Civilização Material, Economia e Capitalismo (do século XV ao XVIII). In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.40.

⁴¹ Idem. p.41.

⁴² WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.19.

agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos”⁴³.

Para finalizarmos, então, nossa jornada pelo vasto mar que é a obra de Braudel e suas influências sobre Wallerstein, cabe enfatizar que o capitalismo, assim entendido, não se encerra num esquematismo grosseiro e não pode ser considerado somente “‘um sistema econômico’, sem mais, ao passo que ele vive da ordem social”⁴⁴.

Outra importante advertência que nos alerta Braudel, mergulhado e ancorado nos exemplos históricos, é que o capitalismo (ecclético em sua essência) já molda o mundo desde muito antes do século XIX, e que o “leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdam no século XVII, em Londres já antes do século XVIII”⁴⁵.

O modelo aplicado na periferia

*Por conseguinte, el modelo que estamos utilizando implica tres momentos sucessivos para una ‘zona’ encontrarse en el área externa, ser incorporado, ser periferializado.*⁴⁶

Não somos os primeiros a propor esse tipo de exercício com o modelo braudeliano. Giovanni Arrighi também o fez. Este pensador italiano utilizou o esquema interpretativo de Braudel, principalmente aquele apresentado no volume dois e três de sua trilogia, para singrar mares não navegados pelo historiador francês, ou seja, se propôs a analisar os dois séculos posteriores ao século XVIII.

Arrighi partiu do pressuposto braudeliano “de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* – isto é, durante toda a sua existência – foram a

⁴³ HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.283.

⁴⁴ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.579. Ver também: WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p.337.

⁴⁵ Idem. p.577.

⁴⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. **El modierno sistema mundial**: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. v.3. 2ed. México: Siglo Ventiuno, 2010. p.180.

‘flexibilidade’ e o ‘ecletismo’ do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas”⁴⁷.

Não obstante, Arrighi conduz sua análise no sentido de reforçar a visão de que o capitalismo financeiro não é uma etapa peculiar e tampouco o estágio mais recente do capitalismo. Na esteira de Braudel, afirma que a “financeirização” do capital é algo recorrente na história do capitalismo e, ainda, afirma que tal característica ganha força em momentos de crise. Assim, resgata o ponto de vista de Marx, a respeito de “fases habituais” na história do capitalismo que intercalam momentos de expansão material (D-M) e expansão financeira (M-D’), ou, além disso, “o capital investido no comércio e na produção tende a retornar sua forma monetária e se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD’)⁴⁸. Portanto, sua concepção dos *ciclos sistêmicos de acumulação*:

“deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior ‘não especializada’ da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os ‘lucros em larga escala’. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista ‘monopolize’ as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação”⁴⁹.

O que pretendemos demonstrar é que essa interpretação eclética de capitalismo pode ser também manejada para outras realidades espaços-temporais, no objetivo de refinar a análise e possibilitar o uso de novas modalidades explicativas para melhor compreender a interconexão dos capitais e dos atores sociais na hierarquização do mundo econômico. Faremos isso tomando como eixo a economia cafeeira nacional.

Em boa parte dos séculos XIX e XX, o café manteve-se como o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Mesmo tendo amplas variações na porcentagem produzida ao longo desses anos, o produto foi o “sustentáculo” da economia nacional entre

⁴⁷ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. p.4.

⁴⁸ Idem. p.8.

⁴⁹ Idem. p.8.

1840 e 1950, derivando daí a expressão, largamente usada por essa época, de que “o café dá para tudo”⁵⁰.

A princípio, ainda no início do século XIX, a produção cafeeira de maiores proporções se deu no Vale do Paraíba, onde deixou de ser cultivado para simples subsistência e atingiu a escala comercial devido, essencialmente, à generalização do consumo nos grandes centros internacionais e a valorização do preço do produto. Com a escassez do solo na região do Vale do Paraíba, decorrente da característica predatória dessa atividade, que foi marcada pelo baixo nível técnico no cuidado do solo e a abundância de terras virgens existentes em outras localidades, houve a necessidade de se buscar novas áreas para o cultivo. Somava-se a esse quadro o amplo emprego do trabalho escravo, que já apontara para um desgaste irreversível.

É, por volta da segunda metade do século XIX, que a marcha do café irá se dirigir rumo às terras roxas do denominado *Oeste Paulista*⁵¹. “A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região”⁵².

Desta maneira, apesar da importância da acumulação de capital no setor principal da economia, ou seja, na produção cafeeira destinada ao mercado internacional, foram notáveis os efeitos que essa atividade resultou, transformando-a em um verdadeiro complexo: o *complexo cafeeiro*⁵³.

Juntamente com a atividade principal – centrada no núcleo agroexportador cafeeiro – somaram-se outras, de modo que a circulação de capitais acabou por atingir algumas

⁵⁰ LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.64.

⁵¹ CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 103-163.

⁵² CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977. p.32.

⁵³ Complexo cafeeiro entendido aqui como uma gama diversificada de atividades e investimentos, tendo como núcleo a produção cafeeira, e integradas entre si, tais como: transporte ferroviário, infra-estrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento, enfim, todas as atividades necessárias à expansão da atividade nuclear, acelerando o ritmo da acumulação. Conceito desenvolvido por CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

atividades tidas como *complementares*, por exemplo: as pequenas lavouras de subsistência e o comércio local, que nos municípios situados no roteiro do café, principalmente aqueles nos quais se viu a expansão ferroviária e a chegada de imigrantes, experimentaram um dinamismo que não se restringiu aos negócios atinentes à rubiácea, mas que, a despeito de estarem ligados, extravasaram os seus limites, permitindo acumulação e desdobramentos. Nos grandes centros urbanos como, por exemplo, à cidade de São Paulo, assistiu-se a uma diversificação incontestável do capital cafeeiro, resultando em investimentos, tais como: constituição de companhias de seguro, exportadoras e importadoras, ferrovias, agências bancárias, empresas de serviços públicos, indústrias de bens de consumo etc.

Vale ressaltar, porém, que num quadro assim apresentado, a economia brasileira ocupa uma posição periférica frente aos grandes centros consumidores e financeiros europeus, caracterizando uma relação de dependência frente aos países industrializados⁵⁴. O Brasil ocupava, portanto, uma posição subalterna nesse conjunto, como país exportador de produtos agrícolas na divisão internacional do trabalho, sendo o café o “elemento mais dinâmico do desenvolvimento capitalista no país”⁵⁵.

É nesse contexto que teremos a atuação de personagens singulares, do ponto de vista, da hierarquia social e mercantil no seio da sociedade cafeeira – amplamente conectada a economia-mundo europeia – a ação de alguns capitalistas, membros da elite, aproximam-se muito daquela imagem de *capitalista* proposta por Fernand Braudel, que consiste muito mais na identificação das formas adquiridas pelos pontos de aceleração de distintas unidades geoeconômicas do que a realização de um espírito moderno no comportamento da economia⁵⁶. Vejamos o caso de Theodor Wille e Antonio da Silva Prado.

⁵⁴ Para Wallerstein isto não poderia ser diferente, pois: “A divisão de uma economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força do trabalho ‘em bruto’, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma certa tendência para a sua auto-manutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar”. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p.339-340.

⁵⁵ MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. **A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 1988. p.2.

⁵⁶ GEMELLI, Giuliana. **Fernand Braudel**. Valência/Granada: PUV, 2005. p. 116.

Dada a *geografia do café*, que tinha sua produção estritamente localizada num país da América do Sul, especificamente numa área do Brasil: o Estado de São Paulo; e, dado o distanciamento dos centros consumidores, que se achavam na Europa e nos Estado Unidos; a comercialização do produto exigia uma “malha de comércio” baseada em uma intrincada “rede de atravessadores”.

As maiores casas exportadoras de café sempre foram marcadas pela predominância do capital internacional, tendo destacada atuação nesse ramo à casa alemã Theodor Wille & Cia. que desenvolveu “suas atividades no Brasil no período de 1844 a 1943. [...] Durante quase um século a Theodor Wille ocupou-se com negócios de importação e exportação, vinculando-se principalmente à produção e ao comércio de café”⁵⁷.

O proprietário e fundador da firma que leva seu nome estampado foi Theodor Wille⁵⁸. Essa empresa foi uma das primeiras casas estrangeiras a se estabelecer em Santos, um porto ainda secundário em importância, se comparado ao do Rio de Janeiro, em meados do século XIX⁵⁹. Eram fregueses da Theodor Wille, entre 1840 e 1850, as cidades de Hamburgo, Bremen, Antuérpia, Havre, Marselha, Rotterdam, Copenhague, Trieste, Boston⁶⁰. Além de atuar no mercado exportador – não só de café, mas também açúcar e algodão – os negócios de Theodor Wille envolviam a importação de produtos industrializados da Europa, principalmente fermentarias e têxteis da Inglaterra e, produtos primários, mas escassos do mercado brasileiro, como sal, que trazia de Cádiz, na Espanha⁶¹. Desde 1844, ano em que a firma iniciou suas atividades no país, seu fundador Theodor

⁵⁷ MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes, Idem. p.4.

⁵⁸ “Theodor Wille, ao que parece, iniciou sua carreira comercial na firma paterna Diederichsen & Wille, em Kiel, na Alemanha, uma casa de carvão e exportação. Os futuros sócios da firma Theodor Wille de Hamburgo, e da firma Theodor Wille & Cia no Brasil, os irmãos Karl, Gustave e Heinrich Diederichsen eram filhos do sócio do pai de Theodor Wille”. In: DUM COLABORADOR DA FIRMA. **Cem anos de Casa Theodor Wille & Cia. no Brasil**. São Paulo, s/e, 1946. p.7.

⁵⁹ Vale dizer que o “comércio santista assentava-se, até o final do século XIX, no comissariado. Inicialmente este atuava como mero intermediário entre o fazendeiro e o exportador, recebendo uma comissão, geralmente de 3%, sobre o valor das vendas efetuadas”. In: MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. **A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 1988. p.26.

⁶⁰ Idem. p.29-30.

⁶¹ Idem. p.31-32.

Wille “dirigiu pessoalmente sua firma em Santos. Em maio de 1847 embarcou para Alemanha, fixando residência em Hamburgo, e nunca mais voltou ao Brasil”⁶².

A firma Theodor Wille & Cia, ainda atuou em outros segmentos, como: exportação de couro cru, chifre, borracha, arroz, mel e cristal de rocha; comprou seus próprios navios, veleiros e a vapor; fundou sua própria casa importadora em Hamburgo; abriu uma filial na praça do Rio de Janeiro, a fim de ter contatos políticos mais eficazes; montou uma empresa de colonização, importando braços para o café diretamente da Alemanha; em 1871, ano da fundação do “Banco Anglo-Alemão”, em Hamburgo, constituiu-se no seu principal acionista; em 1873, foi co-fundador do “London & Hanseatic Bank”, tendo assumido uma cadeira na diretoria⁶³.

No início da década de 1880, Wille “abriu representações na Áustria e Itália e, poucos anos mais tarde, em todos os países do Mediterrâneo. [...] conseguiu uma posição de monopólio para o café da firma”⁶⁴. Esteve diretamente presente na produção, porém financiando a “compra de fazenda de café, não somente a Schmidt e a Diederichsen como também a outros fazendeiros, a firma Theodor Wille & Cia. assegurou o aumento da produção cafeeira de seus clientes e manteve o monopólio sobre essa produção”⁶⁵.

Diante desse cenário, não há como negar a diversificação dos negócios de Theodor Wille, fato que é de fundamental importância para se instituir a figura do capitalista braudeliano, pois não “deposita todos os ovos em uma cesta só” e, ainda, tem a possibilidade de fugir da zona da “economia de mercado”, que é marcada pela concorrência e baixos lucros, para se dedicar a uma variada gama de negócios intercontinentais, que correspondem à possibilidade de se constituir monopólios e negociar dinheiro, via crédito bancário, resultando em elevada lucratividade.

O outro agente que podemos pinçar, a modo de ampliar a exemplificação de uma das dinâmicas capitalistas braudel-wallersteiniana no mundo do café, é Antonio da Silva

⁶² Idem. p.33.

⁶³ Idem. p.42-57.

⁶⁴ Idem. p.69.

⁶⁵ Idem. p.106.

Prado. Esse membro da elite cafeeira paulista, neto do Barão de Iguape e filho de Veridiana da Silva Prado, foi um hábil empreendedor do complexo agro-exportador cafeeiro, e aparece assim descrito num almanaque da época:

“O conselheiro Prado, como é conhecido, é um dos homens mais eminentes de São Paulo, pela sua cultura e pelos seus trabalhos. Nascido em 1840, formou-se em Direito em 1861, iniciando então a sua carreira jornalística que foi brilhante. Em 1865, foi eleito deputado à Assembléia Provincial de São Paulo, e durante as sessões dos anos de 1869, 1872 e 1889 foi delegado pelos seus colegas para a Câmara dos Deputados do Império no Rio. Em 1877 foi presidente da Câmara Municipal de São Paulo; em 1885, a convite do barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros do Império, dirigiu com brilho e grande patriotismo a pasta da Agricultura, sendo então feito conselheiro d'Estado. Como ministro, muito contribuiu o conselheiro Prado para o voto da lei de 21 de setembro de 1885, que declarava livre todo escravo maior de 60 anos; foi esse o primeiro passo para a abolição da escravatura. Em 1887, era nomeado senador do Império e, quando o senador João Alfredo assumiu a chefia do Gabinete de 10 de Março, que devia efetuar a abolição definitiva da escravatura no Brasil, Antonio Prado tomou conta da pasta dos Negócios Exteriores; em seguida, a da Agricultura e por último a das Obras Públicas. Em 1888, foi presidente da Assembléia Provincial de São Paulo e, em 1889, proclamada a República no Brasil, retirou-se da política, dedicando-se à agricultura, à indústria e à finança. Viajou muito pelo estrangeiro. Em 1898, criava-se o cargo de prefeito municipal de São Paulo, e era para ele eleito, por unanimidade e por três anos, o conselheiro Antonio Prado. Reeleito quatro vezes, exerceu aquelas funções até 1910. A ele se deve o saneamento e embelezamento de São Paulo, cidade que ora rivaliza com as mais adiantadas do mundo. O dr. Antonio Prado é presidente de diversas grandes empresas, tais como: Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais; Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (com o capital de £240.000); Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e outras. Foi ele o encarregado, pelo Governo de São Paulo, de negociar o empréstimo de £15.000.000 para a valorização do café, o qual teve pleno êxito”⁶⁶.

Percebe-se que, ao lado de uma eminente atividade política, o Conselheiro Prado, como era conhecido, tinha também uma pujante vida econômica e atuava – pois possuía capitais para tal monta – sempre no sentido da diversificação dos negócios. Sem contar as empresas descritas, ele ainda possuía a firma Prado Chaves & Cia, com sede em São Paulo, que foi a maior casa exportadora de café de capital nacional, que contava com subsidiárias em Londres, Estocolmo e Hamburgo; outro seguimento que não deixaram de atuar foi na

⁶⁶ LLOYD, Reginald. **Impressões do Brasil no Século Vinte**. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913. p.39-F.

produção de café, ou seja, constituíram várias fazendas pelo interior paulista, chegando a possuir, em sociedade com outros familiares, somas que ultrapassavam a casa dos milhões de pés de café⁶⁷. “No fim do Império, os Prado haviam alcançado um grau de poder que transcendia de muito as remotas plantações de café onde sua ascensão à riqueza havia se consolidado”⁶⁸. Mesmo que ancorado em bases familiares, o conglomerado dos Prados, sempre teve como grande líder dos negócios Antonio da Silva Prado. Esse conglomerado reunia setores que envolviam o café (produção agrícola), a ferrovia (transporte), a carne/vidraria (produção industrial), o banco (financiamento), a casa exportadora (comercialização) e as sucursais no exterior que retiravam os atravessadores da jogada e aumentavam ainda mais a possibilidade de lucros.

Tanto Theodor Wille, quanto Antonio da Silva Prado ocupavam o extrato superior da sociedade cafeeira e, em virtude da diversificação de suas atividades comerciais, podem ser considerados exemplos de capitalistas natos à luz do conceito braudeliano. Descendo uma escala na hierarquia dos cafeicultores, encontramos alguns agentes de extrema importância em nível local e até mesmo regional. Figuras que desempenharam importante papel na política Imperial e Republicana, mas que elegeram, de acordo com suas forças econômicas, um raio de ação assentado nas cidades do interior, vinculado ao lócus de seu poder rural, ou seja, não extravasavam o espaço dos seus domínios territoriais; atuavam num raio de abrangência, no qual, o centro era a fazenda, onde residiam e que estava exclusivamente assentada na produção de café. Podemos dizer que compunham os estratos subalternos da elite cafeeira e, portanto, não se igualavam em poder político e econômico a um “Wille” ou um “Prado”. Uma observação, na esteira de Sérgio Silva, faz-se necessária quanto a essa divisão entre *grandes e médios capitais*:

“Em seu conjunto a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais. Isso é verdade se consideramos cada capital individualmente. Porque o desenvolvimento do capital cafeeiro desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grande capitais e

⁶⁷ LEVI, Darrell E. **A Família Prado**. São Paulo: Editora Cultura 70, 1977. p.254-259.

⁶⁸ Idem. p.185.

capitais médios. À sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra”⁶⁹.

Fica evidente, nessa perspectiva, por exemplo, que a “formação de um capital bancário paulista, ligado ao capital cafeeiro em geral, parece fazer parte, portanto, de um movimento mais amplo de diversificação de suas atividades”⁷⁰. Essa diversificação jogou papel fundamental na formação de dois estratos no interior da elite paulista: um, o *médio capital cafeeiro*, ligado exclusivamente à propriedade rural e à produção de café; e outro, o *grande capital cafeeiro*, ligado a negócios variados dentro do complexo cafeeiro, principalmente nas atividades urbanas como a comercialização, financiamento, serviços públicos etc.

Tal *hierarquização dos capitais* condiz com a imagem braudelo-wallersteiniana, pois o complexo cafeeiro, entendido aqui, como uma *micro-economia-mundo* no interior da *economia-mundo capitalista europeia*, funcionava também através desnivelamentos de mercado. O modelo torna-se mais interessante na medida em que os negócios cafeeiros enfrentarão, no final do século XIX, severa crise de superprodução que será contornada pela intervenção estatal que se deu com o Convênio de Taubaté e com outras modalidades de valorização do café que se estenderão até a Crise de 1929.

Em trabalho recente, procuramos investigar algumas fontes documentais, como hipotecas e penhores agrícolas, para ver se guardavam relações verossímeis com a afirmação feita acima, procurando compreender se de fato o fazendeiro, membro do *médio capital cafeeiro*, aparecia como um prisioneiro do crédito, sofrendo a expropriação por parte do *grande capital cafeeiro*, que forneciam os capitais para o financiamento da lavoura. E, chegamos à conclusão que, mesmo os grandes fazendeiros do interior paulista,

⁶⁹ SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.55.

⁷⁰ SAES, Flávio A. Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista**. 1850-1930. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p.77.

sofriam uma subordinação, em relação aos comissários, casas exportadoras e bancos situados nos centros financeiros desse complexo econômico, onde os “emprestadores” estabeleciam contrapartidas contratuais, em muitos casos, perniciosas àqueles ligados exclusivamente à lavoura, redundando na subordinação do capital agrário ao capital mercantil⁷¹.

Mas, diante desse “modelo”, podemos dizer que esse complexo agro-exportador é *fundador* de um dado *capitalismo*? Ou melhor, essa situação, restrita ao espaço econômico que tem no café o centro aglutinador da acumulação, extrapola suas fronteiras e vai resultar em um capitalismo com motor endógeno de acumulação sediado no Estado nacional brasileiro? Uma primeira observação é que o *centro dinâmico* dessa economia-mundo encontra-se em Londres, que atua, nessa época, como o centro dirigente das finanças mundiais⁷². Ou seja, o complexo cafeeiro, a despeito de ser capaz de gerar e acumular capitais – bem como eleger uma cidade “centralizadora” em seu seio: São Paulo – ainda está subordinado aos grandes centros decisórios e financeiros europeus. Assim, o “verdadeiro capitalismo continua, portanto, em Londres, no centro do mundo” [e as demais regiões do globo, quando muito] “têm apenas um capitalismo secundário”⁷³. Continua Braudel:

“Em outros pontos da América vejo apenas capitalismo pontuais, limitados a indivíduos e a capitais que são parte integrante do capitalismo europeu, mais do que uma rede local. Mesmo no Brasil, mais comprometido neste caminho do que a América espanhola, mas que se reduz a algumas cidades, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, e tem como ‘colônias’ as enormes regiões do interior. Também Buenos Aires, no século XIX, diante do imenso pampa argentino que se estende até os Andes, dá um belo exemplo de cidade voraz, capitalista a seu modo, dominante, organizadora, para onde vai tudo, os comboios de viaturas do interior e os barcos do mundo inteiro”⁷⁴.

⁷¹ FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP (1874-1914). São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

⁷² ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. p.163.

⁷³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.394.

⁷⁴ Idem. p.395.

Para fecharmos esta parte da exposição é digno alentarmos que mesmo um Theodor Wille, ou um Antonio da Silva Prado, quando observados pelo “microscópio”, são agentes que possuíam o *locus* de acumulação a economia cafeeira nacional, mas quando olhamos esses homens de negócio sob o prisma analítico braudelo-wallersteiniano, avistamo-los, na realidade, “no tecido das ligações da economia-mundo europeia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismos nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa”⁷⁵ e, por que não dizer também, um sistema no qual coadjuvaram instâncias estatais do Estado de São Paulo colocando em prática o Plano Alexandre Siciliano, que redundou numa das mais espetaculares interferências estatais responsáveis pela diferenciação entre regiões econômicas do Brasil.

Considerações finais

*É óbvio que a economia-mundo capitalista está permeada de economias-mundo menores ou regionais organizadas em moldes coloniais, imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos.*⁷⁶

Desta maneira, findo nosso percurso argumentativo, vale ressaltar uma passagem elucidativa de Immanuel Wallerstein, citando a visão de Fernand Braudel a respeito do *capitalismo*:

“Braudel mostra claramente que os grandes especialistas procuram sempre fazer tudo: o negócio, a produção, a finança. Só estando estabelecido em todos os domínios é que se pode esperar levar vantagens monopolísticas. Só os fracassados se especializam, só eles são apenas comerciantes ou apenas industriais [...] A vantagem e a superioridade do capitalismo é a possibilidade de escolha”⁷⁷.

⁷⁵ Idem. p.397.

⁷⁶ IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.38.

⁷⁷ BRAUDEL, Fernand. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 104-105.

De acordo com as palavras de Wallerstein, que reitera o conceito de capitalismo na ótica braudeliana, podemos afirmar que nosso objetivo – que foi testar esse conceito à luz de dois personagens historicamente ligados à economia cafeeira nacional: Wille e Prado – teve um resultado positivo, ou seja, o “modelo Braudel-Wallerstein” serve, sim, para se estudar outras realidades mais dilatadas no tempo e no espaço. Seu instrumental analítico, de caráter mais abrangente, focado no plano das *macro-abordagens*, possibilita outros escalonamentos para se compreender as interações entre a parte e o todo, entre o local e o global, que dão uma configuração sofisticada a noção de *capitalismo*.

Outra importante constatação de Fernand Braudel, que se interessou sempre pela gênese da disparidade entre as nações, foi sobre a moeda e seus movimentos de longo alcance, e constatou que a acumulação de capital na economia-mundo não ocorre sem desnivelamentos de mercado, e que isso foi peça chave da dominação da Europa sobre restante do mundo:

“E estes jogos não se limitam à Europa. É em escala mundial que se projeta e se explica o sistema, vasta rede lançada sobre as riquezas dos outros continentes. Não é de desprezar o fato de, com o século XVI, para benefício da Europa, os tesouros da América se exportarem até para o Extremo Oriente, aí se convertendo em moedas locais ou lingotes. A Europa começa a devorar, a digerir o mundo. Por isso, protestemos contra certos economistas do passado, até de hoje, que parecem lamentá-la retrospectivamente, duvidar de sua saúde: sofreria, dizem, uma hemorragia monetária permanente em direção ao Extremo Oriente. Primeiro, não morreu disso. Depois, é o mesmo que dizer de alguém que bombardeia uma cidade preste a ser tomada que vai gastar balas, pólvora e esforços”⁷⁸.

A moeda, em vista disso, age como um elemento que sustenta e reforça as hierarquias da vida econômica. No complexo cafeeiro, percebemos que o crédito pautado nas *moedas fortes* ficou restrito a um diminuto segmento social – que teve em Wille e Prado exemplos singulares – que a monopolizavam através da *moeda fiduciária bancária* e, às vezes, *comissária*, sendo o empréstimo aos cafeicultores, uma espécie de “bomba de

⁷⁸ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. v.1. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.419.

sucção” do capital agrário destes para aqueles. Para suavizar essa dependência, os fazendeiros procuravam criar instrumentos de crédito baseados naquilo que chamamos de *moedas fracas*, como os vales das fazendas, que também funcionavam como “bombas de sucção” em relação à mão-de-obra.

Afirma-se, portanto, que na economia-mundo, os centros dinâmicos (e os agentes do cume da cadeia mercantil) possuidores de atividades diversificadas hierarquizam as bases (e os agentes especializados em determinados setores da economia).⁷⁹ Essas desigualdades são como azeite para as engrenagens do capitalismo e acabam por impor a sua própria temporalidade na duração dos seus jogos ao ritmo do mundo, aos períodos das hegemônias aos quais se vinculam e aos quais se referem os movimentos de contra-tendência⁸⁰.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. v. 1. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v.3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

_____. **Reflexões sobre a história**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2v.

⁷⁹ Neste sentido ver WALLERSTEIN, Immanuel. **El modieno sistema mundial: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850**. v.3. 2ed. México: Siglo Vientiuno, 2010. p.181-182.

⁸⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: SANTOS, Theotônio, dos, MARTINS, Carlos Eduardo, SÁ, Fernando & BRUCKMANN, Mônica. (orgs.). **Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia**. V.1, Rio de Janeiro: Ed, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 11-23.

- CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- DUM COLABORADOR DA FIRMA. **Cem anos de Casa Theodor Wille & Cia. no Brasil**. São Paulo, s/e, 1946.
- FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP (1874-1914). São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.
- FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- GEMELLI, Giuliana. **Fernand Braudel**. Valência/ Granada: PUV, 2005
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LEVI, Darrell E. **A Família Prado**. São Paulo: Editora Cultura 70, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LLOYD, Reginald. **Impressões do Brasil no Século Vinte**. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.
- LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. **A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 1988.
- MORINEAU, Michel. Um grande projeto: Civilização Material, Economia e Capitalismo (do século XV ao XVIII). In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O capitalismo anterior a Revolução Industrial. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAES, Flávio A. Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista**. 1850-1930. São Paulo: IPE/ USP, 1986.

SANTOS, Theotônio dos; MARTINS, Carlos Eduardo; SÀ, Fernando & BRUCKMANN, Mônica. (orgs.). **Os impasses da globalização**: hegemonia e contra-hegemonia. V.1, Rio de Janeiro: Ed, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. v.1. Porto: Afrontamento, 1990

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: SANTOS, Theotônio dos; MARTINS, Carlos Eduardo; SÀ, Fernando & BRUCKMANN, Mônica. (orgs.). **Os impasses da globalização**: hegemonia e contra-hegemonia. V.1, Rio de Janeiro: Ed, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 11-23.

_____. **El modierno sistema mundial**: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. v.3. 2ed. México: Siglo Ventiuno, 2010.

Mesa 4: EUA, HEGEMONIA E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

1. “Inovação, Militarismo e Hegemonia: O Complexo Industrial Militar na Estratégia dos Estados Unidos para a manutenção da liderança internacional”

Hermes Moreira Jr.

Doutorando em Relações Internacionais pela Unicamp. Professor do curso de Relações Internacionais da UFGD. Contato: hermesmoreira@ufgd.br

2. “Energia, hegemonia, geopolítica: ensaio sobre problemas candentes do sistema mundial no alvorecer do século XXI”

Hoyêdo Nunes Lins

Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lotado no Departamento de Economia e Relações Internacionais. Membro do corpo de Docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais dessa Universidade. Contato: hnlins55@gmail.com

3. “Immanuel Wallerstein e o Colapso do Poder Americano”

Pedro Donizete da Costa Júnior

Cientista político e professor de Relações Internacionais da FACAMP e das Faculdades Integradas Rio Branco. Atua predominantemente na área de Economia Política Internacional. Contato: pedro12junior@yahoo.com.br

4. “A Braudelian perspective on the contemporary financial sector as a wealth accumulation Center: findings from the 2007/2008 financial crisis”

Marco Bulhões Cecílio

Mestre em Economia Política Internacional na UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: marco@dupla.com.br

**INOVAÇÃO, MILITARISMO E HEGEMONIA:
O Complexo Industrial Militar na Estratégia dos Estados Unidos para a
manutenção da liderança internacional**

Hermes Moreira Jr.
Universidade Federal da Grande Dourados
hermesmoreira@ufgd.edu.br

RESUMO

A tecnologia confere vantagens militares decisivas aos países que a possuem, oferece possibilidades de produção econômica e acúmulo de riqueza, bem como estabelece diferenciações nas condições de relacionamento no sistema internacional. Seu estudo auxilia a demonstrar a relação que se constitui entre inovação e liderança no sistema internacional. Uma breve inflexão na literatura é capaz de indicar que cada Estado, para assumir a condição de “líder” ou “potência hegemônica” em seu contexto, apresentou algum modelo de inovação tecnológica (aliado ao modelo de organização política de sua economia), que lhe garantiu um salto qualitativo em relação a seus pares. Dessa forma, os países centrais utilizam suas vantagens em inovação e difusão de tecnologia para a manutenção do sistema centro-periferia dentro de uma economia-mundo integrada ou em competição. Este *paper* tem como objetivo apresentar a importância do processo de inovação tecnológica na grande estratégia dos EUA. Observando a interação entre o sistema nacional de inovação e o complexo industrial militar, apreende o papel que o Estado americano desempenha no direcionamento do progresso científico no campo da segurança, condição essencial para sustentar sua estratégia e ativismo internacional. Sobretudo, ao se pensar o impulso que deve ser dado no sentido de se desenvolver tecnologias que abram oportunidades aos Estados Unidos de fugir da competição direta com a China.

Palavras – Chave: Estados Unidos. Grande Estratégia Norte-Americana. Militarismo. Inovação Tecnológica. Hegemonia.

DECLINISTAS X RENOVACIONISTAS E O DEBATE SOBRE A ORDEM INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA:

A emergência de uma realidade global unipolar ao final da Guerra Fria apresentava a possibilidade de constituição de um mundo sob o domínio de uma só potência (Krauthammer, 1990). Mas a velha máxima do equilíbrio de poder sistêmico que parece sempre disposta a voltar à tona bateu à porta das discussões acadêmicas da política internacional nesse início de século XXI¹. Mais ainda quando se observa a composição de uma nova ordem em que a distribuição de capacidades e atribuições dos atores internacionais, a partir de novos arranjos políticos entre os Estados que buscam contrabalançar o poder norte-americano, começa a se formar (Buzan, 2004, 2007; Vizontini, 2006; Colin, 2007; Khanna, 2008; Barbé, 2010; Stuenkel, 2013).

Paralelamente a este movimento no âmbito acadêmico, a demanda por redimensionamento das instituições multilaterais arquitetadas pelos Estados Unidos no momento de fundação da ordem internacional do pós-Guerra recupera um intenso debate sobre o declínio econômico e o desgaste da imagem internacional dos Estados Unidos. A partir das crises de finais dos anos 1970, impulsionados pelas transformações das relações internacionais, debates entre chamados *declinistas* e *renovacionistas* se estabeleceram. Ao passo que os primeiros debruçavam-se sobre a possibilidade de declínio da hegemonia norte-americana no cenário internacional (Keohane, 1984; Kennedy, 1989; Wallerstein, 1995; Arrighi, 1996; Johnson, 2000; Mearsheimer, 2001; Todd, 2003; Zakaria, 2008), não foram poucos os que contrariaram essas expectativas (e ainda o fazem hoje) e apostaram no triunfo estadunidense frente ao novo século que se apresentava (Fukuyama, 1989; Krauthammer, 1990; Nye Jr., 1990; Wohlforth, 1999; Nye Jr., 2002; Brzezinski, 2004; Ikenberry, 2006; Leffler & Legro, 2008; Brooks & Wohlforth, 2009). De todas essas possibilidades abertas, qualquer que seja o posicionamento tomado frente a esses debates, deve-se ressaltar a sensação de uma hegemonia em questionamento.

Ganha força, principalmente respaldado pelo desempenho econômico dos países asiáticos nas últimas três décadas, os argumentos propostos por Giovanni

¹ Baseada no reconhecimento da estrutura anárquica do sistema internacional, a teoria realista identifica o auto-interesse e a auto-ajuda como condições principais da atuação dos Estados na política internacional. Em virtude disso, os realistas estruturais, como Kenneth Waltz, afirmam que a preponderância solitária de uma grande potência se trata de uma fase de transição, que retornará ao equilíbrio assim que uma coligação das outras potências restaurar a balança multipolar. A unipolaridade pode existir como um modo de transição, ou como um “momento unipolar”, mas não há lugar segundo, a visão dos realistas, para a exceção unipolar (Waltz, 1979).

Arrighi, acerca da transição do eixo hegemônico do mundo ocidental para o mundo oriental (Arrighi, 1996; Arrighi, 2001; Arrighi, 2008). Em “O Longo Século XX”, Arrighi afirma que “o arquipélago do leste e sudeste asiático, a nova oficina do mundo, é o mais importante fator isolado a forçar os centros tradicionais de poder capitalistas a reestruturar e reorganizar suas próprias indústrias e economias” (1996, p. 23). A partir de uma proposta bastante elaborada para a interpretação do capitalismo mundial, o autor defende a tese de que a partir do processo de financeirização da economia norte-americana, na década de 1970, o atual ciclo hegemônico estaria entrando em crise e a economia global caminharia para um processo de transição impulsionado pelas grandes expansões financeiras sistêmicas e pela intensificação de uma competição interestatal capitalista emergente de novas configurações de poder².

Em “Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial”, Arrighi, em parceria com Beverly Silver (Arrighi & Silver, 2001) reafirmam essa tese ao defender que as grandes expansões financeiras recentes assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro, localizado no mundo asiático, com economias dinâmicas, dotadas de níveis de desenvolvimento econômico e crescimento produtivo ascendente, e responsável por sustentar a atual expansão mundial do comércio e da produção.

Por fim, consolidada a ascensão da economia chinesa à condição de segunda maior economia global, com taxas de crescimento vertiginosas nas últimas duas décadas e previsões de sua manutenção nos próximos anos, Arrighi (2008), em “Adam Smith em Pequim”, defende o reconhecimento do fim da hegemonia norte-americana, e propõe a disputa pela liderança do novo ciclo de acumulação a partir da superação dos desafios da China para sua ascensão à condição de centro desse novo ciclo hegemônico.

Todavia, nossa discordância à tese sustentada por Arrighi se apresenta ao partirmos do pressuposto de que a hegemonia se constitui por meio de uma estrutura histórica organizada em três níveis de atividade: (1) a *organização da produção mundial*, com destaque para as forças sociais engendradas pelo processo de produção;

² Giovanni Arrighi se sustenta na interpretação de David Harvey sobre as transformações da economia mundial no último quarto do século XX. Sua leitura é motivada pela observação da reestruturação produtiva e da transição paradigmática do capitalismo fordista/keynesiano para o regime de acumulação flexível, como observado por Harvey (1989). “sempre houve, é claro, um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo/keynesianismo significou uma evidente guinada para um aumento do poder do capital financeiro frente ao Estado nacional” (Harvey, 1989, p. 145).

(2) as *formas de Estado*, que dizem respeito aos complexos Estado/sociedade civil e suas constituições contingentes; (3) as *ordens mundiais*, isto é, as configurações particulares de correlações de forças que definiriam sucessivamente a problemática da guerra e da paz (Cox, 1986, p. 220).

Para que cada uma destas esferas tivesse um desenvolvimento favorável à composição de uma estrutura histórica receptiva à liderança norte-americana no pós-Segunda Guerra, foi fundamental que os Estados Unidos orientassem a fusão de três elementos essenciais para o exercício de sua hegemonia: *capacidades materiais*, *idéias* e *instituições* (Cox, 1986). As *capacidades materiais* já estavam garantidas, sobretudo pela preponderância norte-americana no imediato pós-Guerra. As *idéias* se tratavam do campo de criação de significados intersubjetivos no qual imagens coletivas acerca da ordem mundial necessitavam ser reelaboradas. Tarefa exercida, em muito, a partir da elaboração da Doutrina Truman (1947) e da identificação do comunismo soviético como o novo inimigo a ser combatido³. No plano das instituições, os Organismos Multilaterais, que o próprio Arrighi (1996) chamou de “aspecto formal da hegemonia”, exerceriam o papel de amálgama dos dois elementos anteriores, garantindo a legitimidade necessária para o exercício da liderança internacional da nova superpotência.

Nesse sentido, argumentamos que a leitura que Arrighi sobre a transição do ciclo hegemônico para o leste não pode ser confirmada apenas pelo deslocamento do processo produtivo (como consequência da expansão financeira na economia norte-americana), sem que as demais características que contemplam a estrutura hegemônica sejam também constituídas e substituam as do atual centro hegemônico. Assim, partimos da hipótese de que os Estados Unidos tem atuado no sentido de manter sua capacidade de exercer controle sobre a ordem internacional ao investir em um sistema nacional de inovação tecnológica capaz de garantir a liderança científica em áreas determinantes, como a de pesquisas militares, essencial para consolidar a capacidade efetiva de suas forças armadas e de gerar saltos tecnológicos em setores civis, assumindo a dianteira dessas áreas no sistema internacional.

³ A estratégia de contenção, linha-mestra da doutrina Truman, de 1947, tinha como prioridade barrar o avanço soviético e da ideologia comunista, bem como promover os valores da democracia e do livre comércio. Esse movimento foi responsável por um processo de conciliação entre forças políticas e que congregou grande parte da sociedade em torno de um claro objetivo nacional, pois visava a construção da ordem como referencial para a ação americana no sistema internacional. O fracasso nessa missão indicava perigo à paz e à segurança da nação, para isso deveriam avançar nos espaços econômicos, políticos e ideológicos que surgiram no pós-guerra para conter a disseminação do comunismo.

A despeito das fissuras partidárias e ideológicas em sua política doméstica, no que concerne às relações exteriores e conseqüentemente a posição do país no cenário internacional, grupos e atores políticos norte-americanos convergem na expectativa de recuperação de seu prestígio e preponderância internacional. Dessa maneira, trata-se a questão como parte da grande estratégia internacional do país, e tema de segurança nacional suprapartidário. Ademais, se reconhece que a manutenção da superioridade militar norte-americana é fundamental para alcançar esse objetivo. Sobretudo, frente às recentes intervenções e manobras militares na Ásia Central e Oriente Médio, responsáveis por mostrar ao mundo a desenvoltura e disparidade do poderio militar estadunidense frente a seus combatentes ou mesmo a seus aliados. Nesse sentido, para muitos analistas é o poderio militar norte-americano responsável por sustentar o país como principal potência do sistema internacional ainda nos dias de hoje.

Sendo assim, partimos da premissa que o processo de inovação tecnológica (baseado na pesquisa científica e desenvolvimento industrial) poderá ser o responsável por garantir a manutenção da liderança norte-americana e reconstruir sua condição hegemônica, uma vez que a consolidação de um novo padrão técnico-científico sustentará a capacidade material a partir acumulação de capital provinda dessa nova fronteira industrial.

Com efeito, não se trata de uma hipótese inovadora, já que desde o pós-Guerra – e com o impulso da Guerra Fria – tem-se discutido o papel que o militarismo assumiu na construção da hegemonia internacional norte-americana. Uma vez que, ao consolidar sua preponderância militar, os Estados Unidos criaram uma demanda industrial que foi responsável por dinamizar sua economia doméstica e fomentar demais setores produtivos em momentos de crise, estagnação ou recessão. Denominada Complexo Industrial-Militar, essa estrutura, que congrega a demanda industrial à ação militar externa, é para muitos autores a principal responsável pelo aquecimento da economia norte-americana em períodos de dificuldades internas. Todavia, tentaremos demonstrar essa articulação entre os processos de inovação tecnológica impulsionados pelo Complexo Industrial Militar e a obstrução que isso pode acarretar em um processo de transição de ciclo hegemônico.

DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

A concepção de que o processo de liderança na inovação tecnológica está ligada à manutenção da condição de centro hegemônico no ciclo sistêmico de acumulação deriva da interpretação de que a economia mundial se constitui como um sistema interconectado. Tal interpretação é fundamentada por Immanuel Wallerstein ao considerar o atual desenvolvimento histórico do sistema internacional com base no que ele denomina de Economia-Mundo, em sua trilogia *The Modern World-System*.

Para ele, a unidade correta de análise das relações internacionais, conseqüentemente da economia mundial, é o sistema mundial, espaço de uma ampla gama de grupos sociais em contato e principalmente em conflito uns com os outros. Um sistema que possui limites, estruturas, regras de legitimação e coerência, que são definidos por entidades econômico-materiais baseadas em uma divisão extensiva do trabalho e que contém em seu seio uma multiplicidade de culturas (Wallerstein, 1979 p. 489). Como reitera diversas vezes Wallerstein em sua obra, o capitalismo foi capaz de florescer justamente porque a economia-mundo contém dentro de seus limites não apenas um, mas múltiplos sistemas políticos. O capitalismo, como modelo econômico, se baseia no fato de que os fatores econômicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isso dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural, haja vista que as dimensões de uma economia-mundo são em função do estado da tecnologia, em particular das possibilidades de transporte e comunicação dentro de seus limites. Dado que isto é algo submetido a mudanças constantes, os limites de uma economia-mundo são sempre fluidos.

A economia-mundo se sustenta na inter-relação entre um núcleo central e áreas periféricas⁴. Essa divisão, segundo Wallerstein, supõe uma hierarquia na distribuição das tarefas da economia-mundo, cujos países centrais exercem atividades que requerem maiores níveis de qualificação e capitalização, ao passo que as áreas periféricas trabalham com atividades econômicas menos complexas. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento de uma economia-mundo tende a ampliar ainda mais a distância de

⁴ O modelo de Wallerstein reconhece também a existência de áreas que ele chama de semi-periferia. Elas se encontram em um espaço intermediário entre o centro e a periferia em uma série de dimensões, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato estatal, etc. Podem ter sido áreas centrais em versões anteriores do sistema-mundo, bem como áreas periféricas promovidas pelas condições dinâmicas da economia-mundo em expansão.

níveis social e econômico entre centro e periferia, sobretudo quando calcados em processos de inovação tecnológica (Wallerstein, 1979, p. 493).

Não obstante, o sistema-mundo apresenta-se como um sistema social dinâmico, no qual as tensões entre as unidades políticas conformam o seu retrato. Assim como já fora observado por Weber (1961), Wallerstein indica que no sistema-mundo os Estados nacionais disputam posições de poder e competem pelo capital circulante, e para garantir essa “maximização da acumulação” lutam para estabelecer monopólios relativos de produção (Wallerstein, 2001, p. 121).

Com efeito, esse monopólios podem ser alcançados a partir de três ajustes no campo da produção: 1) baixar o custo de produção de produtos competitivos; 2) encontrar novos compradores para os produtos competitivos; 3) descobrir novos produtos para produzir, os quais estarão sujeitos a monopólios relativos e ainda terão um mercado significativo a explorar. O que permitiria, aos Estados, ampliar seus níveis globais de lucro, alterando ou perpetuando o *status* sistêmico, mas promovendo uma expansão renovada da economia-mundo.

Em suas pesquisas, Wallerstein identifica que o terceiro ajuste, promovido através de “mudanças tecnológicas, isto é, pela criação de produtos novos, chamados de ponta”, deve ser entendido como “locus de operações monopolizadas de alto lucro” (2001, p. 126). Afirmar, ainda, que esse processo depende de uma intervenção direta do Estado, o que, em consonância com Fiori (2004) indica que é a partir da aproximação entre o mercado e o Estado que se constitui o principal motor de desenvolvimento da economia política internacional⁵.

Denota dessa análise, que no ambiente da competição capitalista que caracteriza o sistema mundial da economia-mundo, torna-se essencial o controle dos monopólios tecnológicos com vistas à acumulação do capital. E para isso, os Estados trabalham no sentido de evitar que seus concorrentes se encontrem em condições de romper seus monopólios e ocupar as posições exclusivas conquistadas. Parece evidente, de acordo com essa leitura, que a interpretação liberal de que os mercados desregulados e globalizados, atuando de forma autônoma na economia internacional, não levarão à

⁵ De acordo com Fiori, “Sem o apoio do capital o poder se fragmentaria com mais facilidade, e sem o apoio do poder e das armas o capital teria mais dificuldade de estabelecer situações monopolísticas. A condição do jogo das guerras com o jogo das trocas que criou as condições originárias da economia capitalista” (Fiori, 2004, p. 32).

convergência e não promoverão o equilíbrio entre as economias nacionais de Estados do centro e da periferia do sistema (Fiori, 1999).

Portanto, os processos de inovação tecnológica, e conseqüentemente de acumulação de capital responsáveis pela dinâmica da economia internacional dentro do sistema-mundo, dependem da atuação do Estado como força indutora. Este passa a atuar se fazendo presente nos rumos tomados pela economia nacional e direcionando suas escolhas no plano internacional, minimizando as aspirações de liberdade proclamadas e advogadas pelo mercado.

Essa concepção norteou, sobremaneira, o pensamento estruturalista na América Latina na passagem da primeira para a segunda metade do século XX. O ponto de partida foi dado pelos trabalhos de Paul Baran, posteriormente sintetizados em “A Economia Política do Desenvolvimento” (Baran, 1984), para quem o subdesenvolvimento da periferia condicionado por um sistema internacional hierarquizado responsável por bloquear o desenvolvimento nas regiões mais atrasadas do sistema. Assim, Raul Prebisch e Celso Furtado se dedicaram a fundar uma escola de pensamento capaz de romper com a visão linear de que os países industrialmente mais avançados mostram aos menos desenvolvidos a imagem do seu futuro, e com a ilusão liberal de que a divisão internacional do trabalho fundamentada nas vantagens comparativas proporcionaria condições iguais dentro do sistema ao valorizar a vocação e a eficiência dos países.

Para Prebisch (2011) enquanto os países da periferia não desenvolvessem capacidade de impulsionar processos de inovação tecnológica e detivessem condições de fomentar seu próprio crescimento de maneira autônoma, ou seja, não pudessem ser considerados “centro cíclico” da economia mundial, o projeto de desenvolvimento estaria longe de ser concretizado. Essa visão daria início a um esforço de centralização do planejamento econômico fora do centro do sistema que passaria a operar em nome de um projeto nacional.

Como demonstrava Furtado “a característica fundamental do capitalismo periférico consiste numa assimetria entre a assimilação do progresso técnico (o fluxo de inovações) ao nível dos bens finais de consumo (importados) e ao nível dos processos produtivos. Essa assimetria se manifesta no atraso da acumulação diretamente ligada ao processo produtivo” (Furtado, 1987, p. 92). Logo, para Furtado, a periferia sofria com “o atraso relativo no processo de acumulação (e de assimilação do progresso técnico nos

processos produtivos)” e, portanto, “a distinção entre o capitalismo central e o periférico não está na desigualdade (em maior ou menor grau) ou no crescimento econômico, mas na forte acumulação de capital e industrialização/tecnificação nos capitalismos centrais”.

Logo, passou a ser feita a leitura do atraso econômico pela difusão desigual do progresso tecnológico induzida pelo funcionamento hierárquico e assimétrico das relações entre economias nacionais que se haviam integrado de maneira diferenciada aos centros cíclicos da economia mundial, negando teorias do desenvolvimento produzidas no centro do sistema. Como observa Fiori (1999), passavam a ser contestadas as teorias que defendiam ser a modernização um processo natural, progressivo e linear, fomentado por articulações políticas, programas de direcionamento de investimentos e concentração de capital em áreas de progresso tecnológico. De forma bastante sintética, é possível afirmar que o estruturalismo apresenta aos atores alocados na periferia do sistema da economia-mundo uma estratégia já consolidada em seu núcleo central, a importância da atuação do Estado na direção de uma acumulação de capital oriunda dos processos de inovação tecnológica, garantidos a partir de uma intensa disputa, no âmbito internacional, entre elaborados sistemas nacionais voltados ao desenvolvimento e à inovação.

COMPETIÇÃO INTERNACIONAL E OS SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO

O discurso liberal, como observa Polanyi (2000), advoga como quatro instituições fundamentais: a ausência de competição inter-estatal; um sistema monetário padronizado e sustentado por uma moeda de conversão; a adoção do ideário liberal de desregulamentação das atividades econômicas; a não-intervenção estatal nos mercados. Contudo, como os processos históricos nos demonstram, tais instituições foram defendidas por Estados que haviam realizado um processo de *catch-up* anterior e teriam condições de perpetuar as assimetrias em um contexto de livre-competição por mercados e influência política. Não obstante, segundo afirma Wallerstein (1995) a geocultura do desenvolvimento passou a ser uma crença universal, e no mundo político as propostas de modernizar instituições, viabilizar infraestrutura e incentivar a industrialização com fins para o desenvolvimento econômico por vezes ignoraram os preceitos da livre-iniciativa.

No que concerne ao caráter meramente instrumental do processo, é necessário observar que há dois elementos fundamentais que levaram à universalização dessa “geocultura do desenvolvimento”: 1) a tecnologia confere vantagens militares decisivas aos países que a possuem, e dada a contínua possibilidade de guerra no sistema internacional dos Estados, nenhum estado que preza sua independência pode ignorar a necessidade de modernização defensiva; 2) A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos (Fukuyama, 1992). A partir dessas duas constatações, pode-se inferir que na geocultura do desenvolvimento, a inovação tecnológica seja caracterizada como horizonte da política estatal, e estas, quando colocadas em choque, levaram à disputa por mercados e condições monopólicas no sistema da economia-mundo.

Em uma obra de grande fôlego sobre a história das relações internacionais no mundo moderno, Paul Kennedy destaca que a “a força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, e das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem sobre a outra” (Kennedy, 1989, p. 01). E continua, afirmando que “a posição relativa de cada um dos importantes Estados foi afetada pela mudança econômica e tecnológica, e pela constante interação entre economia e estratégia” (p. 03).

Assim, a articulação entre a capacidade de produzir e gerar receitas, dinâmica da mudança tecnológica, e a força e eficiência militares, pilares da competitividade militar, sustentam a afirmação que cada Estado ao assumir a condição de “líder” ou “potência hegemônica” apresentou algum modelo de inovação tecnológica (aliado ao modelo de organização política de sua economia), e este foi o fator que lhe garantiu um salto qualitativo em relação (ou *na competição*) a seus pares.

Nessa direção, é possível afirmar que por essas características o sistema mundial generalizou a disputa internacional como modelo de relação política dos Estados nacionais e condicionou os processos de desenvolvimento sob a expectativa de geração de capitalismo nacional competitivo, sobretudo pela necessidade de desenvolverem economias vigorosas e inovadoras para alcançarem a condição de potência no sistema da economia-mundo (Fiori, 2004).

A força motriz desse processo se dá com o papel do Estado como indutor de fortes incentivos à inovação tecnológica, à disseminação de novas técnicas de automação e de produção, à qualificação e ao desenvolvimento de recursos humanos e

de engenharia e à capacidade de aprendizado em muitos setores caracterizados pelas chamadas economias dinâmicas de escala (Coutinho, 2013). Assim, visando corrigir as assimetrias de acesso ao progresso técnico, fator responsável pela diferenciação econômica, social e política entre os países e seu modo de inserção na geopolítica internacional, é conferida importância à implementação de políticas pública e privadas, dentro de uma perspectiva sistêmica e de longo prazo (Lastres, Cassiolato e Arroio, 2005). A essa iniciativa se convencionou chamar sistema nacional de inovação.

Como afirma Freeman “os sistemas de inovação não devem ser considerados apenas no sentido estreito de instituições de pesquisa e desenvolvimento, mas no contexto de sistemas nacionais inseridos em sistemas sociais e econômicos mais amplos” (Freeman, 2005, p. 52). Sistemas mais amplos capazes de atuar de modo a superar a incapacidade dos países periféricos de terem acesso à mudança, tornando-os aptos à inovação tecnológica: “para avançar o estoque de conhecimento científico (...) foi necessário financiar atividades de instituições como universidades, centros de pesquisa, laboratórios, estabelecer agências de fomento capazes de apoiar a produção e a difusão do saber (...) tornou-se evidente a noção de que a pesquisa é um fator de competitividade e uma alavanca para o desenvolvimento” (Costa Lima, 2008, p. 173).

O caráter localizado (e nacional) da geração, assimilação e difusão da inovação levou Nelson (1993) a observar a constituição de um ‘tecno-nacionalismo’, pois o sistema nacional de inovação representa os esforços nacionais de investimento nas atividades de produção dos conhecimentos necessários e complementares capazes de produzir eficácia na manutenção ou melhoria da competitividade. E este sistema nacional de inovação está altamente interligado, segundo Braga (1999) ao sistema educacional básico, sobretudo a partir da transmissão de quatro tipos de conhecimentos básicos para promover o desenvolvimento econômico nacional: 1) capacidade de ler, escrever e calcular; 2) habilidades no trabalho mecânico; 3) combinação entre princípio científico e treinamento aplicado; 4) conhecimento científico de alto nível, teórico e aplicado.

E ao contrário do que sugere o senso comum, sobre o fim de programas e política nacionais de desenvolvimento tecnológico no âmbito da revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, e no contexto da globalização produtiva e financeira, a postura adotada pelos governos nos países mais avançados não tem sido de forma alguma passiva e não intervencionista: “as principais mudanças estruturais em difusão das TICs, educação e internacionalização sempre estiveram no centro das

políticas dos países mais avançados” (Lastres, Cassiolato e Arroio, 2005). Isso se dá, pelo fato de que os estudiosos da inovação já entenderam que em muitos setores, as pesquisas financiadas pelos governos nas universidades e em laboratórios públicos constituem uma importante parte dos sistemas de inovações setoriais: “a inovação está longe de constituir um processo estritamente aleatório; pelo contrário, os esforços para fazer avançar a tecnologia são cuidadosamente direcionados pelo que os inovadores acreditam ser viável e potencialmente lucrativo” (Nelson, 2006).

É necessário ressaltar que o processo de industrialização das periferias, seja por meio da substituição de importações ou da produção para o mercado externo, não é suficiente para alterar a posição marginal dos países periféricos na geração e difusão de tecnologia em escala internacional. A internacionalização de atividades produtivas não bastaria para garantir dinamismo tecnológico endógeno (Tosi, 2008). Mas sim, como afirmou Schumpeter em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, O progresso técnico e a inovação tecnológica são os motores do desenvolvimento econômico desde a primeira Revolução Industrial (Schumpeter, 1939).

É no seio da Trajetória Dependente (*path dependence*), estimulada pelas instituições viabilizadas pelos sistemas nacionais de inovação, que o crescimento econômico, por meio de uma *performance* inovadora gerada por investimentos em educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e industrial, apresenta um caráter realmente competitivo de avanço tecnológico e processo produtivo. Dotando, portanto, o Estado que promove essa interação entre agentes estatais e econômicos, de capacidade de disputar a liderança do centro cíclico da produção mundial, e conseqüentemente, a condição de centro hegemônico da economia mundial do sistema-mundo.

O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E A POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA

Fora do centro mundial da economia-mundo, mas também distante dos conflitos pelo poder no núcleo do sistema, os Estados Unidos se aproveitaram da condição de “espectador de luxo” das crises europeias do século XIX e impulsionaram seu desenvolvimento fora do centro do sistema, realizando seu *catch up* tecnológico e militar através de um organizado sistema nacional de inovação. Esse sistema que articulava de forma orgânica o grande capital (bancário e industrial) formou, segundo Tavares (1985) um classe financeira geral que possibilitou ao país desenvolver o mais bem sucedido

modelo de capitalismo tardio do sistema-mundo capitalista e ocupar a posição de centro cíclico da produção mundial no alvorecer do século XX.

Segundo observa Teixeira (1999), as guerras europeias permitiram aos Estados Unidos organizarem sua economia (economia de guerra), planejando centralizadamente a mobilização de recursos em escala nacional. Papel de destaque, portanto, para o Estado nacional, “como agente capaz de operar a articulação, em cada espaço nacional de acumulação, entre as necessidades de expansão do capital local e do capital internacional”. É certo que Muitos fatores estão por trás da condição norte-americana no sistema mundial, mas “parece evidente que sua posição de liderança mundial no avanço tecnológico é um dos pontos mais importantes” (Nelson, 2006, p. 367). As empresas americanas estão significativamente à frente no desenvolvimento e emprego de tecnologias de ponta desde o início do século e predominantemente desde o pós-Guerra.

Ainda segundo Richard Nelson, “a liderança americana nos primeiros anos do pós-guerra não foi meramente uma consequência temporária, e surgiu de duas fontes relativamente distintas. Parte da liderança refletia um longo predomínio dos Estados Unidos nas indústrias de produção em massa (...) a outra parte da liderança americana, em indústrias de alta tecnologia, era nova, e refletia os maciços investimentos privados e públicos em pesquisa e desenvolvimento e no ensino científico e técnico” (Nelson, 2006, p. 372).

Essa segunda etapa do impulso industrializante norte-americano, voltada às indústrias de alta tecnologia, contava com maciço apoio de um sistema nacional de inovação orientado por um empreendimento militar voltado para alçar os Estados Unidos à condição de potência militar global inquestionável, fato que acabou por impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica no mundo (Medeiros, 2004). Esse empreendimento militar orientador recebeu a definição de complexo-industrial-militar-acadêmico e foi responsável por estimular tanto a demanda quanto a oferta ao processo de inovações. A rede de instituições voltadas à pesquisa e desenvolvimento promoveu a aceleração do progresso tecnológico no país (Medeiros, 2004, p. 226).

Como indicam David Mowery e Nathan Rosenberg em sua pesquisa acerca das inovações tecnológicas apresentadas pelos Estados Unidos ao longo do século XX, o investimento nacional total, mas sobretudo o tamanho do orçamento federal destinado às pesquisas no país são traço marcante de sua trajetória de inovação: “a criação de um

grande complexo científico durante e após a segunda guerra mundial mudou a posição dos Estados Unidos no sistema de pesquisa e desenvolvimento internacional. Não mais como essencialmente emprestadoras ou imitadoras, as empresas dos estados unidos, aproveitando uma infraestrutura a indústria e nas universidades em grande parte financiada por fundos federais, tornaram-se líderes na invenção e comercialização inicial de novas tecnologias” (Mowery & Rosenberg, 2005, p. 196).

Em uma das pesquisas mais completas sobre sistemas nacionais de inovação, Nelson e Rosenberg (1993) concluíram que as preocupações com segurança nacional tem sido um fator importante na formação de sistemas de inovações nos mais diferentes países. “Os programas espaciais e de energia nuclear tem muito em comum com a pesquisa e desenvolvimento para aquisições militares. Eles tendem a envolver o mesmo tipo de liderança de agências governamentais em determinar os rumos do que será feito”. Ou seja, a participação do Estado através do chamado *keynesianismo* bélico ou *keynesianismo* militar não se restringe à provisão de recursos ao processo de pesquisa e desenvolvimento e às compras de governo aos fabricantes de armas, mas se apresenta como uma articulação entre instituições públicas e privadas que influenciou o processo de seleção, difusão e indução das modernas tecnologias no pós-guerra. Tudo isso sob o compromisso de manter uma superioridade estratégica sobre o adversário.

Segundo Costa Lima, “a partir da Segunda Guerra Mundial, inclusive em decorrência dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para tecnologia militar no período do conflito, ocorreu um substancial avanço nas tecnologias de transporte, comunicação, informação e militar, realizado pelos Estados Unidos, e que resultaram em três características: 1) ampliou-se o conhecimento científico e tecnológico através de novas tecnologias de informação e comunicação, que passaram a ser entendidas, então, como geradoras de vantagens competitivas; 2) promoveu-se uma maior integração do espaço econômico mundial, seja pela queda sistemática de barreiras alfandegárias, seja pela expansão das corporações multinacionais e pela instrumentalização das NTICs; 3) aumentou a competição das empresas multinacionais atuais controladoras das grandes fatias do mercado mundial” (Costa Lima, 2008, p. 172).

Essa indução do Estado por meio da orientação do empreendimento militar levou os Estados Unidos a uma pujante trajetória de inovação⁶, uma vez que as agências

⁶ O progresso técnico pode ser relacionado a descobertas científicas que promovem rupturas, acarretando novas concepções para a produção e/ou para os produtos. Essas rupturas, por sua vez, passam a traçar

governamentais e militares reconheceram a importância da pesquisa básica e do avanço tecnológico para a prosperidade econômica e também para a segurança militar da nação. Desse modo, segundo Freeman, “os grandes estabelecimentos de pesquisa básica nas universidades, no governo e em um número significativo de empresas privadas serviram como importantes incubadoras para o desenvolvimento de inovações nos Estados Unidos”. Ainda segundo ele, somava-se a isso um forte estímulo a políticas nacionais anti-trustes, compras governamentais e recurso a capital financeiro de risco: “o papel do governo federal dos Estados Unidos na promoção da inovação está longe da posição passiva e não-intervencionista⁷” (Freeman, 2005, p. 64-65).

O papel do complexo-industrial-militar-acadêmico obteve destaque no discurso de despedida à nação do Presidente Eisenhower (1961), no qual alertava sobre o peso que este vinha adquirindo a partir da estratégia política da Guerra Fria⁸. Desde então, passou a ser comum a menção a esse complexo como um dos mais influentes atores no processo de formulação da política externa do país, sobretudo em questões de defesa e segurança nacional.

Em geral, a literatura crítica refere-se ao complexo-industrial-militar-acadêmico como um conjunto de *lobbistas* dos setores militaristas e armamentistas da sociedade norte-americana (Barber, 1970; Magdoff, 1972; Gill & Law, 1988; Klare, 2001; Mann, 2003; Johnson, 2004; Harvey, 2004; Jarecki, 2008). Todavia, trata-se esta de uma visão reducionista. O complexo-industrial-militar-acadêmico possui uma abrangência mais ampla do que os setores referidos por essa gama de autores. Trata-se de um componente de forte parceria entre o conhecimento tecnológico oriundo da academia, a base material oferecida pela iniciativa privada e o estímulo e a orientação política provindos do Estado. Esse relacionamento político entre academia, indústria e governo (políticos e forças

trajetórias tecnológicas naturais que apontam para desenvolvimentos técnicos subsequentes (Nelson, 2006). A partir disso, mais do que a previsibilidade dos desenvolvimentos posteriores, fica condicionada toda a estrutura produtiva, tecnológica e organizacional àquela trajetória pré-estabelecida, dotando seu indutor de vantagens nos processos políticos e econômicos resultantes dessa inovação.

⁷ O custo de um atraso no desenvolvimento tecnológico ou a possibilidade de perder a dianteira no avanço científico da esfera militar transforma a viabilidade tecnológica no único constrangimento para o desenvolvimento de um projeto de expansão da fronteira tecnológica, por mais altos que sejam os investimentos na iniciativa. Nesse sentido, é factível a sentença de Susan Strange sobre a autonomia dos mercados nesse processo: “um mercado por si só não determina o seu regime tecnológico e muito menos constitui um poder dominante, a não ser que a ele seja permitido, por quem quer que detenha o poder ou a autoridade, a exercer esse papel” (Strange, 1994).

⁸ De acordo com o ex-presidente e ex-veterano das Forças Armadas, Dwight Eisenhower: “[...] nas esferas do governo, devemos nos proteger contra a influência injustificada exercida pelo complexo militar-industrial. A possibilidade do surto desastroso de um poder mal orientado existe e permanecerá. Não devemos nunca permitir que o peso desta coalizão ameace as nossas liberdades ou os processos democráticos”.

armadas) permite o incentivo de pesquisas no setor privado, fornecendo forte estímulo a diversos setores da economia nacional.

Além de elemento propulsor de setores da economia, os desdobramentos do complexo-industrial-militar-acadêmico afetam as mais variadas esferas da vida civil, possibilitando novas descobertas científicas e saltos tecnológicos que dinamizam a sociedade como um todo. Ademais, além de sua importância no âmbito doméstico, a manutenção da hierarquia dos Estados na ordem internacional ainda conta com forte implicação de sua capacidade industrial militar. O setor de inovação e pesquisa é, portanto, fundamentalmente estratégico dentro do campo de competição pela liderança internacional, seja por seus aspectos políticos, econômicos ou militares.

Sem perder de vista, ainda, que essa articulação proporcionada pelo elo entre o projeto político-militar e o conhecimento tecnológico amplia a capacidade real de defesa da nação (Racy & Silberfeld, 2005). Ou seja, tanto para proporcionar expansões (diretas e indiretas) quanto para se defender de movimentos rivais, a capacidade efetiva do complexo-industrial-militar-acadêmico de um Estado é uma das variáveis mais significativas enquanto elemento de poder. Para Moraes, “sobretudo, é o poder militar *Cybertechn* que está retroalimentando e redesenhando as estratégias geopolíticas globais norte-americanas” (Moraes, 2004, p. 385) promovendo uma revolução nos assuntos militares, representada pela convergência entre planejamento e tecnologias, responsável pelo controle da economia do sistema-mundo. É este poder estrutural, segundo Strange (1994), que constitui o poder do *hegemon* de levar outros Estados rivais e suas instituições a agirem e operarem no sistema de acordo com seus parâmetros e se adaptarem aos interesses hegemônicos do Estado hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joseph Nye, um dos mais destacados defensores das estratégias para a renovação da liderança norte-americana no sistema-mundo, afirma que não basta aos rivais do poder americano “a posse de um *hardware* sofisticado ou de sistemas avançados, e sim a capacidade de integrar um sistema dos sistemas” (Nye, 2002, p. 119). Assim, ele sinaliza para a necessidade de uma trajetória que seja capaz de congrega outras ações para além da competição no nível da produção e consumo, seria necessário ao competidor pela condição de centro cíclico no atual ciclo sistêmico de acumulação: 1) *centralização de poder para coordenar os rumos da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico*; 2) *alargamentos de mercados com períodos de estímulo à*

competitividade de maneira acirrada; 3) coordenação de pesquisas setoriais para o avanço na dianteira da condução da trajetória tecnológica; 4) imposição de um padrão tecnológico de consumo à periferia do sistema; 5) projeção do poder global mediante a liderança na competição a nível global;

Ademais, no entendimento de Chesnais (2003), a orientação de boa parte do orçamento científico e militar para o campo de pesquisa e desenvolvimento garante a liderança tecnológica e estabelece uma diferença importante ao assinalar a hierarquia conquistada e a amplitude dos meios postos em ação pelos Estados Unidos tendo em vista a preservação das relações de dominação política e social e os modos de vida determinantes na acumulação de capital. Ou seja, é essa liderança impulsionada pelos investimentos nos processos de inovação voltados para a área de defesa que sustentam a hegemonia dos Estados Unidos, mais do que a esfera da produção tradicional ou a competição pela atração de capitais produtivos e a dependência do capital especulativo do sistema financeiro internacional.

Atualmente, o Complexo Industrial Militar Acadêmico se caracteriza pelo desenvolvimento de tecnologias que possuem impacto dual, nas esferas militar e social. Ou seja, uma série de dispositivos ou inovações alcançadas para fins de segurança e defesa são incorporados a sistemas de uso cotidiano e passam a potencializar o desenvolvimento industrial e comercial norte-americano, em processo denominado “*spinoff*”.

Esse processo de uso dual passou a ser sistematicamente impulsionado pelo governo norte-americano, no momento em que se percebeu que esforços capazes de garantir ampliação da capacidade de liderança militar poderiam também fortalecer seu poderio no campo econômico. E essa adaptação vem a refletir nos segmentos sociais que se beneficiam das novas tendências científicas oriundas desse processo, sendo esse elo estabelecido entre Estado-Indústria-Sociedade, uma janela de oportunidades vislumbrada para a manutenção da posição de liderança internacional norte-americana, compatível com a grande estratégia traçada pelo país.

Partindo da premissa de que a posse de inovação e superioridade tecnológica implica a possibilidade de hierarquização na ordem internacional, apresentamos como hipótese desse trabalho a adaptação dos processos de inovação tecnológica por meio do Complexo Industrial Militar Acadêmico como forma de garantir um duplo sucesso na estratégia norte-americana: ampliação de suas vantagens nas esferas de defesa e

segurança; e projeção de setores de ponta de sua economia doméstica no cenário competitivo global.

Nesse sentido, parece estar longe o momento de contestação dos Estados Unidos enquanto centro cíclico da economia-mundo do sistema mundial capitalista. Se como afirma Arrighi, a oficina do mundo está hoje no continente asiático, o grande laboratório de inovações permanece no ocidente, e sem oferecer indícios de que possa ser desafiado seriamente nos próximos anos. Desse modo, os *policy-makers* norte-americanos devem continuar a impor ao mundo a configuração da ordem internacional e desenvolver uma nova estratégia para ampliar a projeção de seu poder. Conformando, assim, uma ordem na qual deve prevalecer a posição unipolar dos Estados Unidos, em que a liderança política e econômica do país é sustentada pelo desenvolvimento tecnológico baseado, principalmente, nas condições oferecidas por seu complexo industrial militar.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARAN, Paul. A Economia Política do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- BARBÉ, Esther I. Multilateralismo: adaptación a un mundo con potencias emergentes. REDI, vol. LXII n° 2, 2010.
- BARBER, Richard. Empresas multinacionais: poder, economia, estratégia. São Paulo: ed. Atlas, 1972.
- BRAGA, José C. S. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: Fiori, J. L. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- BROOKS, Stephen. WOHLFORTH, William Reshaping the World Order. How Washington Should Reform International Institution. Foreign Affairs, Vol. 88, No. 2, p. 49-63, Mar/Apr 2009.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. The Choice: Domination or Leadership. New York: Basic Books, 2004.
- BUZAN, Barry. The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press, 2004.
- BUZAN, Barry. A Leader Without Followers? The United States in World Politics after Bush. The Global Policy Institute, Policy Paper, No. 2, 2007.

- CHESNAIS, François. After the stock market turnabout: questions and hypotheses. Paris: Université Paris, 2003.
- COLIN, Roberto. Rússia: o ressurgimento da grande potência. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- COSTA LIMA, Marcos. Dinâmica do Capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo: Unesp, 2008.
- COUTINHO, Luciano. É viável revitalizar a indústria. São Paulo, Jornal Valor Econômico, p. A16, 06 maio de 2013.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert O. (ed.). Neorealism and its Critics. New York: Columbia University Press, 1986.
- EISENHOWER, Dwight. Military-Industrial Complex Speech. The White House. United States Capitol, Washington, D.C., 1961.
- FIORI, José Luis. De volta à Riqueza de algumas nações. In: Fiori, J. L. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- FIORI, José Luis. Formação, expansão e limites do poder global. In: Fiori, J. L. O Poder Americano. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? The National Interest. July, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o último homem. Rio de Janeiro, Rocco: 1992.
- FURTADO, Celso. Transformação e crise na economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREEMAN, Chris. Um pouso forçado para a “nova economia”? A tecnologia da informação e o sistema nacional de inovação dos Estados Unidos. In: Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GILL, Stephen; LAW, David. The Global Political Economy: Perspectives, Problems and Policies. Baltimore: John Hopkins University Press, 1988.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: Loyola, 1989.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- IKENBERRY, G. John. Liberal order & Imperial ambition. Cambridge: Polity, 2006.
- JARECKI, Eugene. The American Way of War. Guided Missiles, Misguided Men and a Republic in Peril. New York: Simon and Schuster, 2008.
- JOHNSON, Chalmers. Blowback. The Costs and Consequences of American Empire. Henry Holt, 2000.
- JOHNSON, Chalmers. The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic. New York: Metropolitan/Owl Books, 2004.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEOHANE, Robert O. After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

- KHANNA, Parag. *The Second World*. Londres: Penguin Books, 2008.
- KLARE, Michael. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York: Metropolitan Books, 2001.
- KRAUTHAMMER, Charles. *The Unipolar Moment*. *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 1, 1990/91.
- LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José; ARROIO, Ana. *Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global*. In: *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- LEFFLER, Melvyn; LEGRO, Jeffrey. *To lead the world: American strategy after the Bush doctrine*. NY: OUP, 2008.
- MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. Porto: Portucalense, 1972.
- MANN, Michael. *Incoherent Empire*. New York: Verso, 2003.
- MEDEIROS, Carlos A. *O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar*. In: Fiori, José L. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics* New York: WW Norton, 2001.
- MORAES, Gloria. *Telecomunicações e o poder global dos Estados Unidos*. In: Fiori, J. L. *O Poder Americano*. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- MOWERY, David; ROSENBERG, Nathan. *Trajatórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- NELSON, Richard. *National Innovation Systems A Comparative Analysis*. New York: oxford university press, 1993.
- NELSON, Richard. *As fontes do crescimento econômico*. Campinas: Editora Unicamp, 2006
- NYE Jr., Joseph S. *Bound to lead*. New York: Basic Books, 1990.
- NYE Jr., Joseph S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode seguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PREBISCH, Raul. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- RACY, Joaquim C.; SILBERFELD, Jean-Claude E. *Defesa nacional, complexo industrial-militar e mobilização*. *Revista de Economia Mackenzie*. Ano 3. Nº. 3, 2005.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Abril, 1984. 1ª ed. 1939.
- STRANGE, Susan. *States and Markets. An Introduction to International Political Economy*. Nova York: Continuum International Publishing Group, 1994.

- STUENKEL, Oliver. Potências Emergentes e Desafios Globais. São Paulo: Cadernos Konrad Adenauer, 2013.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política vol. 5 no. 2, 1985.
- TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia. In: Fiori, J. L. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- TODD, Emmanuel. Depois do Império: a decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- TOSI, André Furtado. Impactos da atual fase do capitalismo sobre os países em desenvolvimento. In: Costa Lima, M. Dinâmica do Capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo: Unesp, 2008.
- VIZENTINI, Paulo F. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne (org.). Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El modern sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes del sistema-mundo. México: Fondo de Cultura, 1977.
- WALLERSTEIN, Immanuel. After Liberalism. New York: New Press, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALTZ, Kenneth N. Theory of International Politics. New York: McGraw Hill, 1979.
- WEBER, Max. História Geral da Economia. Rio de Janeiro: Editora Mestre Jou, 1961.
- WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. International Security. Vol. 24, No. 2, p 5-41, Summer 1999.
- ZAKARIA, Fareed. The post-American World. New York/London: Norton & Company, 2008.

Energia, hegemonia, geopolítica: ensaio sobre problemas candentes do sistema mundial no alvorecer do século XXI

Hoyêdo Nunes Lins¹

Introdução

Parecem ser escassas as narrativas sobre a aventura humana no planeta, principalmente quando elaboradas no campo da economia ou da política, que não contenham alusão (mesmo que indireta) à importância dos recursos energéticos ou lhes sugiram o caráter estratégico. Abordagens de diferentes autores sugerem ser correta essa assertiva.

Braudel (1995), por exemplo, dedica a esses recursos grande parte de capítulo integrante do primeiro tomo da sua *magnum opus* sobre quatro séculos de história econômica e social em termos mundiais. As principais fontes energéticas utilizadas ao longo do tempo são colocadas em relevo pelo autor, que sublinha ter a automatização dos processos produtivos no século XVIII, um marco na trajetória estudada, exigido “[...] suplemento de energia que [...] fosse fácil de mobilizar [...]” (p. 338).

As crescentes necessidades enfiadas naquele processo fizeram o carvão mineral tornar-se, haja vista a escassez e o preço da madeira, o combustível básico da produção energética, condição que se revelou associada, antes de tudo, ao crescimento da indústria de ferro e à disseminação da máquina a vapor (WALLERSTEIN, 1998). Não por acaso, Kondratieff (1946) elencou a produção e o consumo de carvão entre os indicadores da presença de ciclos longos no percurso do capitalismo.

O domínio no emprego de fontes energéticas, incluindo liderança de uso que propicie resultados comparativamente superiores, é aspecto que distingue situações individuais no sistema interestatal. Cotejando a posição holandesa ao final do século XVIII com a do Reino Unido nas primeiras décadas do século XIX, Maddison (1982) destaca, no lado britânico, o rápido progresso técnico em termos comparativos (particularmente na indústria têxtil e na manufatura de ferro) e o “[...] uso de carvão, no qual o Reino Unido foi pioneiro [...]” (p. 34). Assinale-se que essa condição no tocante ao carvão, representando proeminência internacional em termos energéticos, amparou o desempenho britânico nos transportes e comunicações em escala ampla. O grande avanço logrado colocou esse país à frente no que respeita a um aspecto central da acumulação capitalista: a circulação do capital, cujo desenvolvimento representa, segundo uma famosa expressão de Marx (1973), a “[...] aniquilação do espaço pelo tempo [...]” (p. 524).

¹ Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente permanente dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais dessa universidade. E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

A história permite observar que a liderança energética paga dividendos também (talvez sobretudo) no terreno bélico, sem que isso surpreenda. A Guerra da Crimeia, travada de 1853 a 1856 entre o Império Russo e uma coalização formada por Reino Unido, França, Reino da Sardenha e o Império Otomano, mostrou o quanto “[...] a tecnologia dos navios a vapor havia ampliado as vantagens logísticas das potências navais diante das terrestres” (ARRIGHI et al., 2001, p. 80). O Reino Unido era a potência naval por excelência no período, e, na esteira do conflito, sua grande vantagem acabou provocando junto às potências terrestres (na Europa continental) maior velocidade na industrialização e intensificação dos investimentos em infraestrutura, na forma de um verdadeiro frenesi construtor de sistemas ferroviários.

No século XX, o petróleo foi guindado à condição de principal recurso energético, e a hegemonia britânica no sistema interestatal deu lugar à hegemonia dos Estados Unidos. Em algum grau, a ascensão deste país foi favorecida pela sua capacidade em suprir domesticamente as próprias necessidades energéticas, seja em madeira e carvão mineral, em termos históricos, seja em petróleo, no século indicado.

Todavia, pelo menos desde os anos 1960, esse país registrou forte ampliação da sua dependência energética do exterior. A razão tinha a ver com a longa estabilidade do preço do petróleo, parte da qual

[...] devia-se ao baixo custo da extração [...] no Oriente Médio, e ao fato de que a Arábia Saudita e os países do Golfo Pérsico produtores de petróleo estavam num status semicolonial, com política de preço fixada em grande medida pelas companhias de petróleo ocidentais. (MADDISON, 1982, p. 142)

Esse aspecto revelou-se crucial na trajetória do capitalismo nas décadas posteriores ao término da II Guerra Mundial, quando a expansão econômica testemunhada, exibindo entrelaçamento, em vários países, de produção e consumo de massa, inspirou expressões como “era dourada do capitalismo” (MARGLIN; SCHOR, 1990). Hobsbawm (1995) é enfático sobre o assunto: “Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata [...]” (p. 258).

Aquele quadro foi irremediavelmente abalado pelos choques da década de 1970, na forma de drásticos aumentos no preço desse recurso. Estes decorreram da redução voluntária na produção em 1973 e da crise iraniana em 1979, circunstâncias que forçaram reconhecer o tamanho dos riscos, sobretudo para os grandes consumidores de petróleo, representados pela dependência em relação a uma matéria prima cuja oferta mostrava-se fortemente influenciada por decisões implicando um pequeno grupo de Estados (como ocorreu, rompendo-se uma passividade de décadas).

Ressalte-se, porém, que, para os Estados Unidos, a grande elevação do preço no início dos anos 1970 representou igualmente, assim como a conquista de muitos contratos no setor da construção no Oriente Médio, a intensificação nas vendas de armas e de títulos para países que, de um momento para outro, passaram a usufruir de um poderio financeiro sem precedentes. Daí que a “[...] reciclagem de petrodólares sustentou o valor do dólar e iluminou a centralidade do petróleo e das armas na manutenção da hegemonia dos Estados Unidos.” (REIFER; SUDLER, 1996, p. 28).

Em meados da segunda década do século XXI, o petróleo mantém a condição de principal recurso energético do capitalismo, em que pese as ameaças e advertências representadas pelos acontecimentos dos anos 1970. Ações com vistas à diversificação, como as associadas ao brasileiro Proálcool e aos processos que fizeram crescer o uso da energia nuclear, entre outras fontes, não alteraram fundamentalmente a situação. A figura 1, que compara a oferta mundial e o consumo mundial de energia por fonte em 1973 e 2009 (um intervalo de três décadas e meia a contar do primeiro choque do petróleo), mostra que esse recurso conservou uma incontornável supremacia principalmente em termos de consumo, não obstante o avanço da oferta em outros âmbitos.

Todo o referido constitui preâmbulo à seguinte postulação: por configurar a energia um domínio essencial, o acesso aos recursos energéticos é condição básica para os agentes econômicos desempenharem suas funções e os Estados lograrem protagonismo no sistema mundial. Desse modo, a problemática da energia, particularmente com respeito ao principal recurso energético do capitalismo – o petróleo –, goza de amplo realce analítico, por exemplo, no âmbito da Economia Política Internacional, campo de estudo voltado à busca simultânea e articulada de poder econômico e poder político, em escala internacional (COHEN, 2007).

No debate em termos de sistema-mundo, onde o adjetivo “internacional” não tem espaço por sinalizar que o foco da análise são os estados nacionais e suas relações, em vez do sistema como um todo, o interesse na questão energética tem privilegiado as desigualdades tanto de acesso aos recursos como de consumo em escala sistêmica, com os decorrentes reflexos socioambientais, econômicos e geopolíticos. Sobre os últimos, Podobnik (2002) alude à ênfase, nesses estudos, à probabilidade de que a concorrência por petróleo provoque “[...] renovadas tensões geopolíticas no nível tanto regional quanto global nas próximas décadas, à medida que os limites dos próprios recursos e os limites ecológicos fiquem mais apertados [*draw tighter*].” (p. 266).

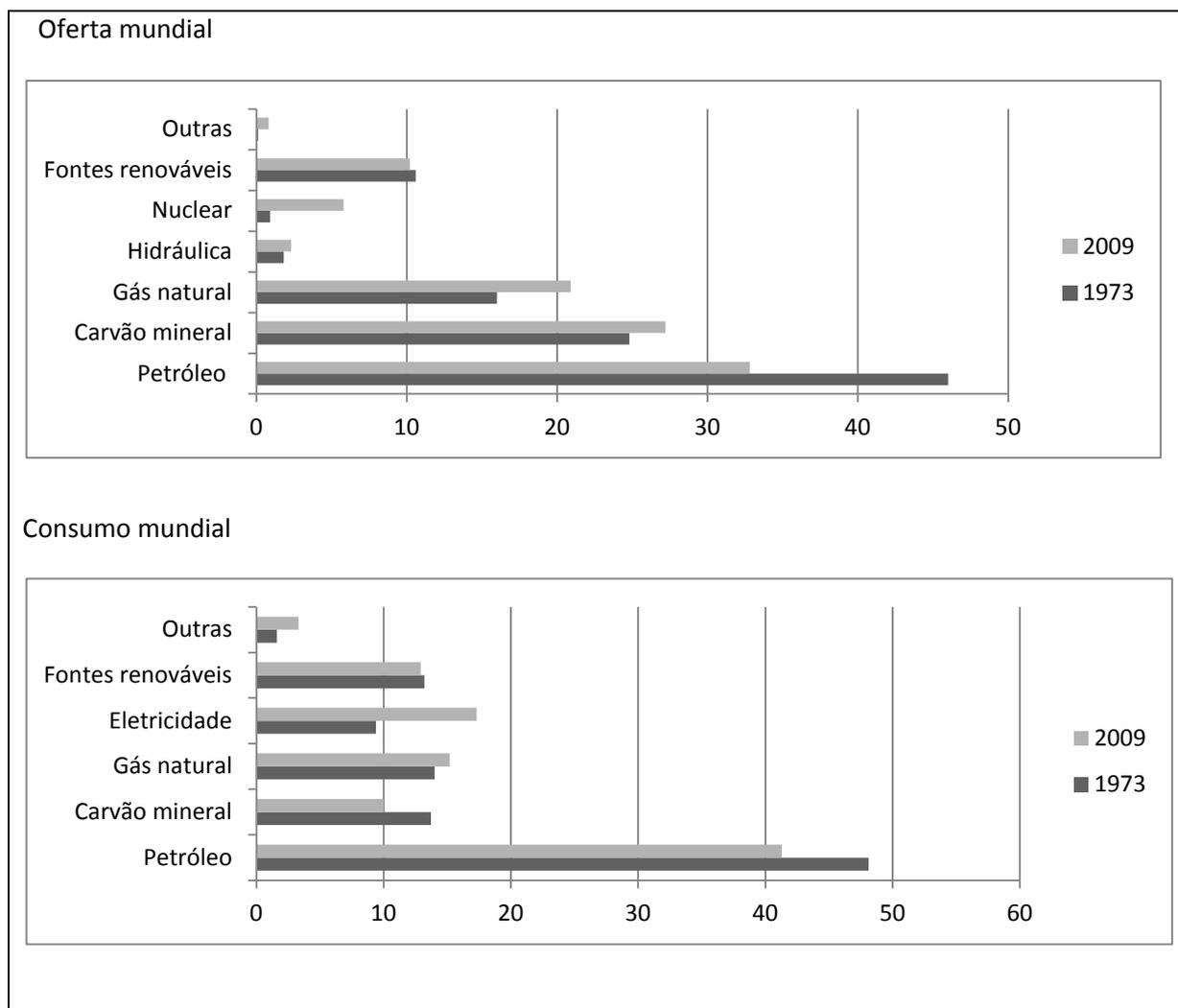


Figura 1 – Oferta e consumo mundial de energia por fonte (%) – 1973 e 2009

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Balanço (2012): Gráfico III.1, p. 178, para Oferta mundial, e Gráfico III.3, p. 180, para Consumo mundial.

Este artigo apresenta e discute aspectos centrais da problemática energética, em primeiro lugar com relação ao petróleo, no período aberto pela virada para o século XXI. O recorte adotado privilegia a posição do país que exerceu hegemonia durante o que foi designado por Arrighi (1996) como “quarto ciclo sistêmico de acumulação”, os Estados Unidos. Em grande medida o texto se atém, desse modo, à atuação externa desse país no tocante à energia, recobrando – em grandes pinceladas, como convém a um escrito de dimensões forçosamente limitadas – as gestões de George W. Bush e de Barack Obama. Inicia-se com a situação atual da produção, do consumo e das reservas de recursos energéticos, em escala mundial.

1 Atualidade da questão energética: produção, consumo e reservas

Como já assinalado, a enorme importância econômica do petróleo atribui contornos profundamente estratégicos às questões ligadas ao abastecimento desse recurso. Garantir o

acesso às fontes e usufruir de preços “adequados” configuram objetivos centrais para empresas e para países que dependem de importação em maior ou menor grau. Tais países são amplamente majoritários no sistema interestatal, já que a maior parte da produção, em escala planetária, apresenta-se concentrada num punhado de estados nacionais.

Produção de recursos energéticos

O maior destaque em termos produtivos é o Golfo Pérsico, notadamente a Arábia Saudita, o que faz o Oriente Médio despontar mundialmente na produção de petróleo. Nas duas décadas entre 1990 e 2011, essa região ampliou ainda mais a sua presença, passando de pouco mais de ¼ do total produzido para pouco menos de 1/3 (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção mundial de petróleo – 1990-2011 (milhões de barris diários)

| Regiões/países | 1990 | 1993 | 1996 | 1999 | 2002 | 2005 | 2008 | 2011 |
|-------------------------------|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| <i>América do Norte</i> | 14,7 | 15,0 | 15,2 | 15,0 | 15,5 | 15,2 | 15,1 | 16,7 |
| Canadá | 2,0 | 2,2 | 2,5 | 2,6 | 2,9 | 3,1 | 3,3 | 3,6 |
| Estados Unidos | 9,7 | 9,6 | 9,4 | 9,0 | 9,0 | 8,3 | 8,6 | 10,1 |
| México | 3,0 | 3,1 | 3,3 | 3,3 | 3,6 | 3,8 | 3,2 | 3,0 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 4,7 | 5,3 | 6,5 | 7,0 | 6,9 | 7,2 | 7,5 | 7,9 |
| Brasil | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 1,4 | 1,8 | 2,0 | 2,4 | 2,7 |
| Venezuela | 2,3 | 2,6 | 3,2 | 3,1 | 2,9 | 2,9 | 2,6 | 2,5 |
| <i>Europa</i> | 4,8 | 5,6 | 7,3 | 7,3 | 7,2 | 6,2 | 5,2 | 4,3 |
| Noruega | 1,7 | 2,4 | 3,2 | 3,1 | 3,3 | 3,0 | 2,5 | 2,0 |
| Reino Unido | 2,0 | 2,1 | 2,9 | 2,9 | 2,5 | 1,9 | 1,6 | 1,2 |
| <i>Eurásia</i> | 11,3 ^a | 7,9 | 7,0 | 7,6 | 9,4 | 11,8 | 12,6 | 13,3 |
| Azerbaijão | .. | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,9 | 1,0 |
| Cazaquistão | .. | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 1,0 | 1,3 | 1,4 | 1,6 |
| Rússia | .. | 6,9 | 6,0 | 6,3 | 7,6 | 9,5 | 10,0 | 10,2 |
| <i>Oriente Médio</i> | 17,4 | 19,3 | 20,6 | 22,1 | 21,5 | 25,5 | 25,8 | 26,9 |
| Arábia Saudita | 7,0 | 8,9 | 9,3 | 8,9 | 8,8 | 11,1 | 10,8 | 11,1 |
| Emirados Á. Unidos | 2,2 | 2,3 | 2,4 | 2,3 | 2,4 | 2,8 | 3,0 | 3,1 |
| Irã | 3,1 | 3,6 | 3,7 | 3,6 | 3,5 | 4,2 | 4,2 | 4,2 |
| Iraque | 2,1 | 0,5 | 0,6 | 2,5 | 2,0 | 1,9 | 2,4 | 2,6 |
| Kuwait | 1,2 | 1,9 | 2,1 | 2,0 | 2,0 | 2,7 | 2,7 | 2,7 |
| Omã | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,9 |
| Qatar | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 1,2 | 1,6 |
| <i>África</i> | 6,7 | 7,0 | 7,5 | 7,7 | 8,1 | 10,1 | 10,6 | 9,4 |
| Angola | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 1,3 | 2,0 | 1,8 |
| Argélia | 1,3 | 1,3 | 1,4 | 1,4 | 1,6 | 2,0 | 1,9 | 1,9 |
| Egito | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| Líbia | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,7 | 1,9 | 0,5 |
| Nigéria | 1,8 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 2,1 | 2,6 | 2,2 | 2,5 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 6,7 | 7,0 | 7,7 | 8,1 | 8,3 | 8,5 | 8,7 | 8,9 |
| China | 2,8 | 2,9 | 3,2 | 3,3 | 3,5 | 3,8 | 4,0 | 4,3 |
| Índia | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 1,0 |
| Indonésia | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,6 | 1,3 | 1,1 | 1,1 | 1,0 |
| Malásia | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,6 |
| Mundo | 66,4 | 67,1 | 72,0 | 74,8 | 77,1 | 84,5 | 85,5 | 87,3 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=53&aid=1&cid=regions&syid=1990&eyid=2012&unit=TBD>

Acesso em: 24/06/2013

^a refere-se à totalidade da antiga União Soviética

.. sem informação

Mas também a América do Norte exibiu crescimento, graças, principalmente, ao Canadá. Na América Central e do Sul, sobressaiu a trajetória brasileira (a Venezuela sempre se destacou), e na África chamam mais a atenção Angola, Argélia e Nigéria. Na região da Ásia e Oceania, a China reina soberana, apesar da expansão na Índia, e na Europa a produção oscilou, devendo-se assinalar o declínio britânico na segunda metade do período. Já na Eurásia, a ascensão foi forte desde meados dos anos 1990, repúblicas da antiga União Soviética, como Azerbaijão e Cazaquistão, e acima de tudo a Rússia, exibindo notável escalada produtiva: entre 1996 e 2011, a região praticamente dobrou a sua produção, que passou de menos de 10% do total mundial para mais de 15%.

Esse comportamento geral guarda relação com o movimento dos preços internacionais. Preços em alta tendem a estimular a utilização de reservas pouco viáveis em conjunturas distintas, a investida no Mar do Norte na década de 1970, após o primeiro choque do petróleo, revelando-se uma eloquente ilustração. Ora, o que se observa desde meados dos anos 2000 é uma progressiva elevação dos preços, até com alguns saltos, mostrando-se os preços do petróleo Brent e West Texas Intermediate (WTI) em claro alinhamento (Figura 2). Cabe notar que, embora existam vários tipos de petróleo, são esses (o primeiro oriundo do Mar do Norte e negociado em Londres, o segundo produzido no Texas e negociado em Nova York) os comercializados em bolsas de *commodities*, determinando os preços internacionais. A trajetória expansiva dos preços só foi interrompida, efetivamente, no mergulho de 2008, inseparável das consequências da bolha imobiliária nos Estados Unidos. No primeiro semestre de 2009 a escalada retomou o seu curso.

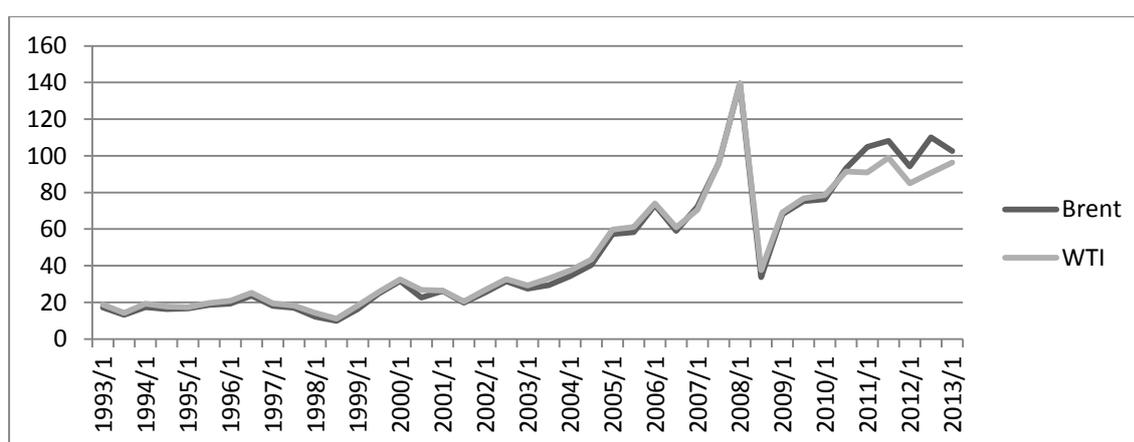


Figura 2 – Comportamento semestral dos preços do petróleo Brent e West Texas Intermediate (WTI): 1993-2013 (US\$ 1,00 por barril)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Energy Information Administration (EIA); preços Brent: <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRT&f=D>; preços WTI: <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RWTC&f=D> Acesso em 12/07/2013

Obs.: os preços semestrais correspondem, no primeiro semestre, à última sexta-feira de junho, e, no segundo, à última sexta-feira de dezembro (em casos de feriado, usou-se a cotação do dia imediatamente anterior).

No gás natural o comportamento da produção revelou-se distinto (Tabela 2). O crescimento total foi muito mais pronunciado: enquanto a produção petrolífera mundial de 2011 superou em 31% a de 1990, a produção de gás mostrou-se 59% maior. Também a geografia apresenta diferença. Em 2011, mais da metade da produção de gás dividia-se em partes praticamente iguais entre a América do Norte e a Eurásia, com enorme concentração nos Estados Unidos (19,5% do total mundial) e na Rússia (20,2%).

Examinando a evolução temporal, nota-se grande crescimento na América Central e do Sul, destacando-se Argentina, Bolívia, Brasil e Trinidad e Tobago. Na Europa, sobressaiu a Noruega, que ultrapassou a Holanda (maior produtor) e o Reino Unido. Na Eurásia, para além da situação russa, merecem maior realce Azerbaijão, Cazaquistão e Uzbequistão. Salto realmente pronunciado ocorreu no Oriente Médio e na Ásia e Oceania. No primeiro, passou-se de 5% da produção mundial em 1990 para 15,1% em 2011, principalmente devido aos resultados de Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos e, ainda com mais razão, de Irã, Omã e Qatar. Na Ásia e Oceania, que dobrou sua participação no período, a fortíssima ascensão chinesa – multiplicando por sete a quantidade produzida – foi acompanhada pelas elevações de Malásia, Paquistão, Tailândia e Austrália, notadamente. Também a África se destacou, pelos resultados de Argélia, Egito e Nigéria.

Consumo de recursos energéticos

No consumo de petróleo, a América do Norte ocupa o topo da hierarquia, uma posição garantida pelos Estados Unidos, maior consumidor individual (Tabela 3). Entre 1990 e 2011, a participação mundial daquela região e desse país caiu de 30,5% para 26,5% e de 25,5% para 21,4%, respectivamente, mas isso não significou contração do consumo. Essa redução percentual refletiu o grande aumento do consumo na região Ásia e Oceania (de 20,7% para nada menos que 32% do total mundial), particularmente na China, que passou a representar 11% do total (atingia só 3,4% em 1990). Portanto, em 2011, Estados Unidos e China, juntos, absorviam 1/3 de todo o petróleo consumido mundialmente. Adicionando Japão, Índia, Rússia, Alemanha, Brasil e Arábia Saudita, chega-se a 53% do agregado planetário naquele ano.

Tabela 2 – Produção mundial de gás natural – 1990-2011 (trilhões de pés cúbicos)

| Regiões/países | 1990 | 1993 | 1996 | 1999 | 2002 | 2005 | 2008 | 2011 |
|-------------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| <i>América do Norte</i> | 22,6 | 23,9 | 25,6 | 26,4 | 26,9 | 26,0 | 27,9 | 29,9 |
| Canadá | 3,8 | 4,9 | 5,7 | 6,3 | 6,6 | 6,6 | 6,0 | 5,2 |
| Estados Unidos | 17,8 | 18,1 | 18,8 | 18,8 | 18,9 | 18,0 | 20,2 | 22,9 |
| México | 0,9 | 0,9 | 1,1 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,7 | 1,8 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 2,0 | 2,3 | 2,8 | 3,1 | 3,7 | 4,7 | 5,2 | 5,6 |
| Argentina | 0,6 | 0,6 | 0,9 | 1,2 | 1,3 | 1,6 | 1,6 | 1,4 |
| Bolívia | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,5 | 0,6 |
| Brasil | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,5 |
| Colômbia | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,4 |
| Trinidad e Tobago | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 1,1 | 1,4 | 1,4 |
| Venezuela | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 0,8 | 0,7 | 0,9 |
| <i>Europa</i> | 8,6 | 9,5 | 11,1 | 10,7 | 11,4 | 11,4 | 11,1 | 9,9 |
| Alemanha | .. | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 0,4 |
| Holanda | 2,7 | 3,1 | 3,4 | 2,6 | 2,7 | 2,8 | 3,0 | 2,8 |
| Itália | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| Noruega | 1,0 | 1,0 | 1,4 | 1,8 | 2,4 | 3,1 | 3,5 | 3,6 |
| Reino Unido | 1,7 | 2,3 | 3,2 | 3,5 | 3,7 | 3,1 | 2,5 | 1,5 |
| <i>Eurásia</i> | 28,8 ^a | 26,9 | 23,9 | 23,4 | 24,9 | 26,8 | 28,1 | 30,0 |
| Azerbaijão | .. | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,6 | 0,6 |
| Cazaquistão | .. | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 0,4 |
| Rússia | .. | 21,8 | 19,9 | 19,6 | 19,7 | 21,2 | 21,5 | 23,7 |
| Turcomenistão | .. | 2,3 | 1,3 | 0,8 | 1,9 | 2,2 | 2,5 | 2,3 |
| Uzbequistão | .. | 1,6 | 1,7 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 2,4 | 2,2 |
| <i>Oriente Médio</i> | 3,7 | 4,4 | 5,5 | 6,9 | 8,7 | 11,3 | 13,5 | 17,8 |
| Arábia Saudita | 1,1 | 1,3 | 1,5 | 1,6 | 2,0 | 2,5 | 2,8 | 3,3 |
| Emirados Á. Unidos | 0,8 | 0,9 | 1,2 | 1,3 | 1,5 | 1,7 | 1,8 | 1,8 |
| Irã | 0,8 | 1,0 | 1,4 | 2,0 | 2,6 | 3,7 | 4,1 | 5,4 |
| Kuwait | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,5 |
| Omã | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 0,9 |
| Qatar | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,8 | 1,0 | 1,6 | 2,7 | 4,7 |
| <i>África</i> | 2,5 | 2,8 | 3,2 | 4,0 | 4,7 | 6,1 | 7,4 | 7,1 |
| Argélia | 1,8 | 1,9 | 2,2 | 2,9 | 2,8 | 3,1 | 3,0 | 2,9 |
| Egito | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 1,5 | 2,1 | 2,2 |
| Líbia | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 0,6 | 0,3 |
| Nigéria | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 1,2 | 1,1 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 5,7 | 6,7 | 8,3 | 9,3 | 10,3 | 12,1 | 14,5 | 17,2 |
| Austrália | 0,7 | 0,9 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,4 | 1,4 | 2,0 |
| China | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,9 | 1,1 | 1,8 | 2,7 | 3,6 |
| Índia | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 1,1 | 1,1 | 1,7 |
| Indonésia | 1,6 | 2,0 | 2,4 | 2,5 | 2,1 | 2,0 | 2,5 | 2,7 |
| Malásia | 0,6 | 0,9 | 1,2 | 1,4 | 1,7 | 2,0 | 2,1 | 2,2 |
| Paquistão | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 1,3 | 1,4 |
| Tailândia | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,3 |
| Mundo | 73,8 | 76,5 | 80,5 | 83,8 | 90,6 | 98,4 | 107,7 | 117,5 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=26&aid=1&cid=regions&syid=1990&eyid=2011&unit=BCF>

Acesso em: 24/06/2013

^a refere-se à totalidade da antiga União Soviética

.. sem informação

Tabela 3 - Consumo mundial de petróleo – 1990-2011 (milhões de barris diários)

| Regiões/países | 1990 | 1993 | 1996 | 1999 | 2002 | 2005 | 2008 | 2011 |
|-------------------------------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| <i>América do Norte</i> | 20,3 | 20,8 | 22,0 | 23,6 | 23,8 | 25,2 | 23,9 | 23,4 |
| Canadá | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 2,0 | 2,1 | 2,3 | 2,2 | 2,3 |
| Estados Unidos | 17,0 | 17,2 | 18,3 | 19,5 | 19,8 | 20,8 | 19,5 | 18,9 |
| México | 1,6 | 1,8 | 1,8 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 2,2 | 2,2 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 3,8 | 4,1 | 4,7 | 5,2 | 5,2 | 5,5 | 6,0 | 6,5 |
| Brasil | 1,5 | 1,6 | 1,9 | 2,1 | 2,1 | 2,2 | 2,2 | 2,6 |
| <i>Europa</i> | 14,7 | 14,9 | 15,7 | 16,0 | 16,1 | 16,4 | 16,2 | 15,0 |
| Alemanha | .. | 2,9 | 2,9 | 2,8 | 2,7 | 2,6 | 2,5 | 2,4 |
| Espanha | 1,0 | 1,0 | 1,2 | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,5 | 1,4 |
| França | 1,8 | 1,9 | 1,9 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 1,9 | 1,8 |
| Itália | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 1,8 | 1,7 | 1,4 |
| Reino Unido | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,6 |
| <i>Eurásia</i> | 8,4 ^a | 5,6 | 4,0 | 3,7 | 3,8 | 4,1 | 4,2 | 4,4 |
| Rússia | .. | 3,7 | 2,6 | 2,5 | 2,6 | 2,8 | 2,9 | 3,1 |
| <i>Oriente Médio</i> | 3,5 | 3,9 | 4,2 | 4,6 | 5,1 | 5,8 | 6,5 | 7,4 |
| Arábia Saudita | 1,1 | 1,3 | 1,3 | 1,5 | 1,7 | 2,0 | 2,0 | 2,6 |
| Irã | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | 1,6 | 1,7 | 1,7 |
| <i>África</i> | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 2,4 | 2,7 | 3,0 | 3,1 | 3,3 |
| África do Sul | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,6 |
| Egito | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,8 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 13,8 | 16,0 | 18,8 | 20,3 | 21,4 | 24,0 | 24,6 | 28,2 |
| Austrália | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 1,0 |
| China | 2,3 | 3,0 | 3,6 | 4,4 | 5,2 | 6,7 | 7,5 | 9,8 |
| Cingapura | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,2 |
| Coreia do Sul | 1,0 | 1,7 | 2,1 | 2,1 | 2,1 | 2,2 | 2,1 | 2,2 |
| Índia | 1,2 | 1,3 | 1,7 | 2,0 | 2,3 | 2,5 | 2,9 | 3,4 |
| Indonésia | 0,6 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,2 | 1,4 |
| Japão | 5,3 | 5,4 | 5,7 | 5,6 | 5,3 | 5,3 | 4,8 | 4,5 |
| Malásia | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 0,6 |
| Paquistão | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,4 |
| Taiwan | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,0 |
| Tailândia | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,7 | 1,0 |
| Mundo | 66,6 | 67,6 | 71,7 | 75,9 | 78,2 | 84,1 | 84,5 | 88,2 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=5&aid=2&cid=regions&syid=1990&eyid=2012&unit=TBPD>

Acesso em: 24/06/2013

^a refere-se à totalidade da antiga União Soviética

.. sem informação

Também no consumo de gás natural a América do Norte e os Estados Unidos ocupam os primeiros lugares em termos mundiais, ¼ e 1/5 do total, pela ordem (Tabela 4). Reino Unido, Alemanha e Itália sobressaem na Europa, e na Eurásia a Rússia é, de longe, o maior consumidor, figurando, aliás, em segundo lugar no mundo em 2011. Em termos de trajetória, México, Brasil, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Egito e diversos países da região Ásia e Oceania destacam-se pelo aumento. Entre os últimos cabe sublinhar, principalmente, China, Coreia do Sul, Índia e Japão.

Tabela 4 – Consumo mundial de gás natural – 1990-2011 (trilhões de pés cúbicos)

| Regiões/países | 1990 | 1993 | 1996 | 1999 | 2002 | 2005 | 2008 | 2011 |
|-------------------------------|-------------------|------|------|------|------|-------|-------|-------|
| <i>América do Norte</i> | 22,5 | 24,5 | 26,6 | 26,8 | 27,7 | 27,1 | 28,4 | 29,9 |
| Canadá | 2,4 | 2,7 | 2,9 | 3,1 | 3,2 | 3,4 | 3,0 | 3,2 |
| Estados Unidos | 19,2 | 20,8 | 22,6 | 22,4 | 23,0 | 22,0 | 23,3 | 24,4 |
| México | 0,9 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,5 | 1,6 | 2,1 | 2,4 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 2,2 | 2,3 | 2,8 | 3,1 | 3,5 | 4,2 | 4,6 | 5,2 |
| Argentina | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 1,4 | 1,6 | 1,6 |
| Brasil | 0,01 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 0,9 |
| Trinidad e Tobago | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,8 | 0,8 |
| Venezuela | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 1,0 |
| <i>Europa</i> | 13,4 | 14,0 | 16,4 | 17,0 | 18,2 | 20,3 | 20,6 | 18,9 |
| Alemanha | .. | 2,8 | 3,2 | 3,1 | 3,2 | 3,5 | 3,5 | 2,7 |
| Espanha | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,5 | 0,7 | 1,1 | 1,4 | 1,2 |
| França | 1,0 | 1,2 | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Holanda | 1,5 | 1,7 | 1,9 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Itália | 1,7 | 1,8 | 2,0 | 2,4 | 2,5 | 3,0 | 3,0 | 2,7 |
| Reino Unido | 2,1 | 2,4 | 3,2 | 3,3 | 3,4 | 3,4 | 3,3 | 2,8 |
| <i>Eurásia</i> | 25,0 ^a | 23,7 | 19,4 | 18,7 | 20,3 | 21,8 | 22,9 | 24,8 |
| Rússia | .. | 16,2 | 13,1 | 12,6 | 13,5 | 14,3 | 15,5 | 18,0 |
| Ucrânia | .. | 3,9 | 2,9 | 2,7 | 2,8 | 3,1 | 2,8 | 2,3 |
| Uzbequistão | .. | 1,5 | 1,4 | 1,4 | 1,6 | 1,7 | 1,9 | 1,8 |
| <i>Oriente Médio</i> | 3,6 | 4,3 | 5,3 | 6,4 | 7,7 | 9,8 | 11,7 | 14,3 |
| Arábia Saudita | 1,1 | 1,3 | 1,5 | 1,6 | 2,0 | 2,5 | 2,8 | 3,5 |
| Emirados A. Unidos | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,5 | 2,1 | 2,7 |
| Irã | 0,8 | 0,9 | 1,4 | 2,1 | 2,8 | 3,7 | 4,2 | 5,4 |
| <i>África</i> | 1,3 | 1,5 | 1,8 | 1,9 | 2,4 | 3,0 | 3,5 | 3,8 |
| Argélia | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,1 | 1,1 |
| Egito | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 1,2 | 1,5 | 1,8 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 5,9 | 7,0 | 8,7 | 9,9 | 11,6 | 13,8 | 17,4 | 22,0 |
| Austrália | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,2 |
| China | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 1,1 | 1,6 | 2,7 | 4,6 |
| Coreia do Sul | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,6 | 0,8 | 1,1 | 1,3 | 1,6 |
| Índia | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 1,3 | 1,5 | 2,3 |
| Indonésia | 0,7 | 0,8 | 1,1 | 1,1 | 0,8 | 0,7 | 1,2 | 1,3 |
| Japão | 2,0 | 2,2 | 2,5 | 2,8 | 3,1 | 3,1 | 3,7 | 4,4 |
| Malásia | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 1,0 | 0,9 | 1,1 | 1,1 |
| Paquistão | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 1,3 | 1,4 |
| Tailândia | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,9 | 1,1 | 1,3 | 1,6 |
| Mundo | 73,6 | 77,3 | 81,0 | 83,8 | 91,3 | 100,0 | 109,2 | 119,0 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=26&aid=2&cid=regions&syid=1990&eyid=2011&unit=BCF>

Acesso em: 24/06/2013

^a refere-se à totalidade da antiga União Soviética

.. sem informação

Reservas de recursos energéticos

Na abordagem da geopolítica dos recursos energéticos, têm grande importância analítica as reservas comprovadas. As áreas – países, regiões – que mais se destacam são, geralmente, alvos privilegiados das iniciativas internacionais em torno da energia. Qual a geografia dessas reservas na atualidade, considerando o petróleo e o gás?

As tabelas 5 e 6 informam sobre a distribuição das reservas de, respectivamente, petróleo e gás natural entre 2005 e 2011. Com números que refletem as descobertas e a utilização dos estoques no período, são indicadas as regiões mundiais e especificados os principais países.

Tabela 5 – Reservas comprovadas de petróleo cru – 2005-2011 (bilhões de barris)

| Regiões/países | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <i>América do Norte</i> | 214,8 | 213,4 | 212,5 | 211,6 | 207,7 | 206,3 | 208,9 |
| Canadá | 178,8 | 178,8 | 179,2 | 178,6 | 178,1 | 175,2 | 175,2 |
| Estados Unidos | 21,4 | 21,8 | 21,0 | 21,3 | 19,1 | 20,7 | 23,3 |
| México | 14,6 | 12,9 | 12,3 | 11,6 | 10,5 | 10,4 | 10,4 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 100,6 | 103,4 | 102,8 | 109,9 | 122,7 | 124,6 | 237,1 |
| Brasil | 10,6 | 11,2 | 11,8 | 12,2 | 12,6 | 12,8 | 12,9 |
| Venezuela | 77,2 | 79,7 | 80,0 | 87,0 | 99,4 | 99,4 | 211,2 |
| <i>Europa</i> | 17,6 | 16,4 | 15,8 | 14,3 | 13,7 | 13,3 | 12,1 |
| Noruega | 8,5 | 7,7 | 7,8 | 6,9 | 6,7 | 6,7 | 5,7 |
| Reino Unido | 4,5 | 4,0 | 3,9 | 3,6 | 3,4 | 3,1 | 2,9 |
| <i>Eurásia</i> | 77,8 | 77,8 | 98,9 | 98,9 | 98,9 | 98,9 | 98,9 |
| Azerbaijão | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 |
| Cazaquistão | 9,0 | 9,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 |
| Rússia | 60,0 | 60,0 | 60,0 | 60,0 | 60,0 | 60,0 | 60,0 |
| <i>Oriente Médio</i> | 729,3 | 743,4 | 739,2 | 748,3 | 746,0 | 753,4 | 752,9 |
| Arábia Saudita | 261,9 | 266,8 | 262,3 | 266,7 | 266,7 | 262,4 | 262,6 |
| Emirados Á. Unidos | 97,8 | 97,8 | 97,8 | 97,8 | 97,8 | 97,8 | 97,8 |
| Irã | 125,8 | 132,5 | 136,3 | 138,4 | 136,1 | 137,6 | 137,0 |
| Iraque | 115,0 | 115,0 | 115,0 | 115,0 | 115,0 | 115,0 | 115,0 |
| Kuwait | 101,5 | 104,0 | 101,5 | 104,0 | 104,0 | 104,0 | 104,0 |
| Omã | 5,5 | 5,5 | 5,5 | 5,5 | 5,5 | 5,5 | 5,5 |
| Qatar | 15,2 | 15,2 | 15,2 | 15,2 | 15,2 | 25,4 | 25,4 |
| <i>África</i> | 100,8 | 102,6 | 114,1 | 114,8 | 117,1 | 119,1 | 123,6 |
| Argélia | 11,8 | 11,3 | 12,3 | 12,2 | 12,2 | 12,2 | 12,2 |
| Angola | 5,4 | 5,4 | 8,0 | 9,0 | 9,0 | 9,5 | 9,5 |
| Egito | 3,7 | 3,7 | 3,7 | 3,7 | 3,7 | 3,7 | 4,4 |
| Líbia | 39,0 | 39,1 | 41,5 | 41,5 | 43,7 | 44,3 | 46,4 |
| Nigéria | 35,2 | 35,9 | 36,2 | 36,2 | 36,2 | 37,2 | 37,2 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 36,3 | 35,9 | 33,4 | 34,4 | 34,0 | 40,1 | 40,2 |
| China | 18,2 | 18,2 | 16,0 | 16,0 | 16,0 | 20,3 | 20,3 |
| Índia | 5,4 | 5,8 | 5,6 | 5,6 | 5,6 | 5,6 | 5,7 |
| Indonésia | 4,7 | 4,3 | 4,3 | 4,4 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| Malásia | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| Mundo | 1.277,2 | 1.292,9 | 1.316,7 | 1.332,0 | 1.340,0 | 1.355,7 | 1.473,8 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=6&cid=regions&syid=2000&eyid=2013&unit=BB>

Acesso em: 24/06/2013

O Oriente Médio apresenta-se como região de maiores reservas, em petróleo (51% do total mundial em 2011) ou em gás natural (40%). A Arábia Saudita é, de longe, o maior destaque individual em petróleo, com reserva de quase 263 bilhões de barris em 2011, algo próximo de 18% do total mundial, cabendo à Venezuela o segundo lugar, com 14%. Irã e Iraque exibem juntos reserva equivalente a 17% do agregado desse recurso, de modo que apenas três países daquela região – o par indicado e a Arábia Saudita – abrigam mais de 1/3 das reservas comprovadas de petróleo em 2011.

Entre 2005 e 2011, a posição hierárquica do Oriente Médio e da Arábia Saudita permaneceu inalterada quanto ao petróleo, mesmo que sua participação no total planetário tenha declinado. Houve marcada expansão das reservas comprovadas no Irã (de 9%) e principalmente no Qatar (de 67%). Fora do Oriente Médio, Cazaquistão (+233%), Venezuela (+173%), Angola (+76%) e Líbia (+19%) registraram forte crescimento. Em contraste, ocorreu declínio na

América do Norte (onde a expansão estadunidense não compensou as reduções no Canadá e no México) e particularmente na Europa, com contração de 31%.

Nas reservas de gás natural, o maior destaque individual é a Rússia, com ¼ do total mundial em 2011, como se pode observar na tabela 6. Depois aparecem Irã (quase 16%) e Qatar (13%), esses três países concentrando bem mais da metade do agregado.

Tabela 6 – Reservas comprovadas de gás natural – 2005-2011 (trilhões de pés cúbicos)

| Regiões/países | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <i>América do Norte</i> | 264,0 | 276,9 | 283,6 | 309,8 | 315,7 | 347,2 | 378,5 |
| Canadá | 56,6 | 56,6 | 57,9 | 58,2 | 57,9 | 61,9 | 61,9 |
| Estados Unidos | 192,5 | 204,4 | 211,1 | 237,7 | 244,7 | 272,5 | 304,6 |
| México | 14,8 | 16,0 | 14,6 | 13,8 | 13,2 | 12,7 | 12,0 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 250,5 | 250,9 | 249,7 | 261,8 | 266,5 | 266,8 | 268,5 |
| Argentina | 21,6 | 18,9 | 16,1 | 15,7 | 15,6 | 14,1 | 13,4 |
| Bolívia | 24 | 24 | 24,0 | 26,5 | 26,5 | 26,5 | 26,5 |
| Brasil | 8,8 | 11,5 | 10,8 | 12,3 | 12,9 | 12,9 | 12,9 |
| Trinidad e Tobago | 25,9 | 25,9 | 18,8 | 18,8 | 18,8 | 15,4 | 14,4 |
| Venezuela | 151,0 | 151,4 | 152,4 | 166,3 | 170,9 | 176,0 | 178,9 |
| <i>Europa</i> | 194,0 | 200,7 | 180,3 | 172,0 | 169,1 | 166,3 | 153,8 |
| Holanda | 62,0 | 62,0 | 50,0 | 50,0 | 50,0 | 50,0 | 49,0 |
| Noruega | 73,6 | 84,3 | 82,3 | 79,1 | 81,7 | 81,7 | 72,0 |
| Reino Unido | 20,8 | 18,7 | 17,0 | 14,5 | 12,1 | 10,3 | 9,0 |
| <i>Eurásia</i> | 1.952,6 | 1.952,6 | 2.014,8 | 2.014,8 | 1.993,8 | 2.164,8 | 2.164,8 |
| Azerbaijão | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 |
| Cazaquistão | 65,0 | 65,0 | 100,0 | 100,0 | 85,0 | 85,0 | 85,0 |
| Rússia | 1.680,0 | 1.680,0 | 1.680,0 | 1.680,0 | 1.680,0 | 1.680,0 | 1.680,0 |
| Turcomenistão | 71,0 | 71,0 | 100,0 | 100,0 | 94,0 | 265,0 | 265,0 |
| Ucrânia | 39,6 | 39,6 | 39,0 | 39,0 | 39,0 | 39,0 | 39,0 |
| Uzbequistão | 66,2 | 66,2 | 65,0 | 65,0 | 65,0 | 65,0 | 65,0 |
| <i>Oriente Médio</i> | 2.522,1 | 2.565,4 | 2.566,0 | 2.548,9 | 2.591,6 | 2.658,3 | 2.686,4 |
| Arábia Saudita | 235,0 | 241,8 | 240,0 | 253,1 | 258,5 | 263,5 | 275,7 |
| Emirados Á. Unidos | 212,1 | 214,4 | 214,4 | 214,4 | 214,4 | 214,4 | 227,9 |
| Irã | 940,0 | 971,1 | 974,0 | 948,2 | 991,6 | 1.045,7 | 1.045,7 |
| Iraque | 110,0 | 111,9 | 112,0 | 111,9 | 111,9 | 111,9 | 111,9 |
| Kuwait | 55,5 | 56,0 | 55,0 | 56,0 | 63,4 | 63,5 | 63,5 |
| Omã | 29,3 | 29,3 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 |
| Qatar | 910,0 | 910,0 | 910,5 | 905,3 | 891,9 | 899,3 | 895,8 |
| <i>África</i> | 476,5 | 485,8 | 484,4 | 489,6 | 494,1 | 495,2 | 517,7 |
| Argélia | 160,5 | 160,5 | 161,7 | 159,0 | 159,0 | 159,0 | 159,0 |
| Egito | 58,5 | 58,5 | 58,5 | 58,5 | 58,5 | 58,5 | 77,2 |
| Líbia | 52,0 | 52,6 | 52,6 | 50,1 | 54,4 | 54,4 | 54,7 |
| Nigéria | 176,0 | 184,7 | 181,9 | 184,0 | 184,2 | 185,3 | 186,9 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 386,3 | 391,6 | 419,5 | 415,4 | 430,4 | 538,6 | 537,5 |
| Austrália | 29,0 | 27,6 | 30,4 | 30,0 | 30,0 | 110,0 | 110,0 |
| Brunei | 13,8 | 13,8 | 13,8 | 13,8 | 13,8 | 13,8 | 13,8 |
| China | 53,3 | 53,3 | 80,0 | 80,0 | 80,0 | 107,0 | 107,0 |
| Índia | 32,5 | 38,9 | 38,0 | 38,0 | 38,0 | 38,0 | 37,9 |
| Indonésia | 90,3 | 97,8 | 97,8 | 93,9 | 106,0 | 106,0 | 106,0 |
| Malásia | 75,0 | 75,0 | 75,0 | 83,0 | 83,0 | 83,0 | 83,0 |
| Paquistão | 26,8 | 28,1 | 28,0 | 28,0 | 31,3 | 29,7 | 29,7 |
| Tailândia | 13,3 | 14,7 | 14,7 | 11,7 | 11,2 | 12,1 | 11,0 |
| Mundo | 6.046,1 | 6.124,0 | 6.189,4 | 6.212,3 | 6.261,3 | 6.637,2 | 6.707,3 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=3&pid=3&aid=6&cid=regions&syid=2000&eyid=2013&unit=TCF>

Acesso em: 24/06/2013

Em termos de crescimento das reservas de gás natural, a América do Norte, com o grande salto dos Estados Unidos, e a Ásia e Oceania, onde a Austrália quase quadruplicou as suas reservas e a China as dobrou, exibem proeminência incontestável entre 2005 e 2011. Na Eurásia, os resultados das explorações no Turcomenistão, traduzidas em 2011 em volume quase quatro vezes maior do que em 2005, respondem pelo essencial do desempenho. Mas houve igualmente reduções: México, Argentina, Trinidad e Tobago e, principalmente, países europeus como Reino Unido (contração de 57%) e Holanda (menos 21%), são os maiores exemplos.

2 A energia no centro dos embates econômicos e políticos em escala mundial: os anos Bush

Pela importância deste recurso, não admira que o petróleo figure com enorme destaque no embate internacional envolvendo, principalmente, os países mais ricos e suas empresas. No mais poderoso integrante do sistema interestatal, os Estados Unidos, é irrecusável a influência desse recurso na orientação da política externa e das ações internacionais em geral.

O Oriente Médio em questão

A influência dos recursos energéticos foi clara, por exemplo, no começo dos anos 1990, por ocasião da chamada Guerra do Golfo, quando uma aliança militar internacional capitaneada pelos Estados Unidos combateu o Iraque. Para numerosos observadores, não havia dúvidas sobre a real motivação da resposta ocidental, sobretudo a do país líder, à invasão iraquiana do Kuwait: a preservação de condições favoráveis ao abastecimento de petróleo, profundamente abaladas no quadro que então se desenhava no Golfo. Para além da turbulência política em escala de região, com resultados imprevisíveis, a anexação do Kuwait colocaria nas mãos de Saddam Hussein reservas de petróleo equivalentes, com os dados para 2011, a mais de 80% das reservas da Arábia Saudita, as maiores do mundo num só país.

Nos últimos vinte anos, o Estado hegemônico exercitou, com efeito, uma presença externa amplamente influenciada pelo interesse nos recursos energéticos. Isso vale, em primeiro lugar, para o Oriente Médio, detentor em 2011 de mais da metade das reservas mundiais de petróleo e de 40% das de gás. Relatório do *National Energy Policy Development Group* (NEPDG), editado em Washington no começo de 2001 sob a coordenação do então vice-presidente dos Estados Unidos, ilustra a percepção desse país sobre aquela região: “[...] a economia global continuará a depender [...] da oferta de petróleo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), particularmente do Golfo. Essa região permanecerá vital para os interesses dos Estados Unidos.” (REPORT..., 2001, p. 8-4).

Assim, mesmo que o fim da União Soviética e a vitória na Guerra do Golfo tivessem reduzido, na percepção estadunidense, as ameaças à oferta regional de petróleo, essa área

permaneceu como principal foco das mais importantes ações de política externa desse país. Os objetivos eram ambiciosos: nos anos 1990, devido às grandes necessidades européias e japonesas em energia, o predomínio dos Estados Unidos no Golfo outorgava “[...] à Casa Branca um meio de pressão que ela pretende bem conservar frente a seus aliados e, todavia, concorrentes econômicos.” (KLARE, 1995, p. 23).

A importância de tal região para os Estados Unidos dá maior sentido à conduta desse país, ao longo dos anos 1990, para com um Iraque fragilizado por duradouro embargo comercial e pelas sanções decorrentes da Guerra do Golfo. É bastante sugestivo dessa importância, e principalmente do espírito que permeou o assinalado comportamento, o teor de carta endereçada ao então presidente Bill Clinton, em janeiro de 1998, por grupo de personagens da cena política estadunidense que seriam guindados à cúpula da administração central na gestão de George W. Bush.

Assinalando o que percebiam como erosão da política de contenção de Saddam Hussein, os signatários alertavam que, se o líder iraquiano tivesse armas de destruição em massa – uma condição que, segundo argumentado, os Estados Unidos enfrentavam crescentes dificuldades para detectar –, “[...] a segurança das tropas americanas na região, dos nossos amigos e de aliados como Israel e os estados árabes moderados, e de uma significativa porção da oferta mundial de petróleo, será colocada em risco.” (LETTER..., 1998, s/p). Daí a necessidade, sustentava-se, de atuar urgente e decididamente para eliminar qualquer chance de uso daquelas armas pelo Iraque, o que, de imediato, significaria “[...] disposição para ação militar [...] [e, no] longo prazo, [...] remover Saddam Hussein e seu regime de poder. Isso deve tornar-se o objetivo da política externa dos Estados Unidos.” (op cit.).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 nas Torres Gêmeas, em Nova York, e no Pentágono, em Washington, resultaram em intensificação ainda maior das iniciativas dos Estados Unidos voltadas ao Oriente Médio. A luta contra o terrorismo, aprofundada após esses atentados e da qual fizeram parte as ações no Afeganistão em busca de Bin Laden, praticamente fundiu-se com outras duas prioridades estadunidenses de grande sentido geopolítico e geoeconômico: a modernização da capacidade militar, para garantir o avanço sobre territórios distantes e a supremacia no longo prazo, e o acesso a fontes suplementares de abastecimento em petróleo, em resposta ao grande e crescente consumo do país em contexto de escassez de reservas domésticas e enorme dependência externa.

Essa dependência, deve-se assinalar, é aspecto amplamente reconhecido, tendo se revelado progressiva (MORONEY, 2002) e motivo de grande inquietação no *front* doméstico (WIRTH; GRAY; PODESTA, 2003). O desassossego era especialmente forte na esfera governamental: no já indicado relatório do NEPDG, de 2001, advertia-se que “[...] uma ruptura

significativa da oferta mundial de petróleo pode afetar adversamente a nossa economia e nossa capacidade de promover objetivos-chaves de política externa e econômica [...]” (REPORT..., 2001, p. 8-3).

Uma questão crucial é que grande parte das reservas energéticas comprovadas, assim como das rotas para transporte de petróleo e gás, encontra-se em áreas de conflitos políticos e até militares (KLARE, 2001). São áreas onde, ademais, sentimentos anti-americanos surgiram ou se fortaleceram, principalmente durante o governo de George W. Bush, por conta da conduta autoritária e do perfil da política externa dessa administração (NAÏR, 2003). Dessa maneira, objetivos energéticos e militares apresentaram forte entrelaçamento nos Estados Unidos desde, pelo menos, o início da década de 2000. É difícil imaginar uma situação diferente, pois “[...] uma política energética visando [...] aceder às reservas de petróleo situadas nessas regiões com instabilidade crônica não é realista senão na medida em que os Estados Unidos sejam capazes de nelas projetar o seu poderio militar.” (KLARE, 2002, p. 17).

Há de ser considerada nessa mesma perspectiva a guerra ao Iraque, travada em 2003 sob o comando dos Estados Unidos e seguida de prolongada ocupação daquele país. Autoridades estadunidenses geralmente recusaram a postulação de que os recursos energéticos figurassem no topo das razões para o conflito e a invasão (RENNER, 2003). Mas diferentes observadores concordam na avaliação de que não foram convincentes as justificativas apresentadas, abrangendo a necessidade de suprimir armas de destruição em massa – cuja posse pelo Iraque acabou se revelando, pode-se dizer, uma invenção dos interessados na guerra –, combater o terrorismo e promover a democracia nesse país.

O objetivo principal, segundo visões críticas sobre o governo de George W. Bush, era controlar uma das mais importantes reservas de recursos energéticos do mundo, uma ação incontornável para, em conjugação com outros movimentos e objetivos, preservar a condição estadunidense de maior poder mundial. Nessa ótica, a investida no Iraque ganhou em significado também em virtude dos problemas surgidos nas relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, ao mesmo tempo maior produtor individual de petróleo e reduto das maiores reservas. O governo saudita buscou para alianças econômicas e políticas, tendo em vista suas crescentes dificuldades internas na década de 1990, países tidos pelos Estados Unidos como muito problemáticos, sendo o Irã a melhor ilustração (KLARE, 2003).

Como se destacou anteriormente, a adoção de iniciativas militares em relação ao Iraque era cogitada e mesmo defendida antes da chegada de George W. Bush ao poder, como indicado pela carta enviada ao presidente Clinton em janeiro de 1998. É especialmente sugestivo que, na conjuntura dos anos 1990, empresas de países como China, França, Itália e Rússia tivessem iniciado acordos de exploração de petróleo com o Iraque. Grupo de pesquisadores em economia

política, inclusive sobre temas de escopo internacional, enxergou a seguinte conexão entre tal processo e a guerra ao Iraque: “Um dos maiores objetivos da [...] invasão dos Estados Unidos [...] [foi] tornar nulos esses acordos.” (RESEARCH..., 2003, p. 47). No mesmo diapasão crítico, Jhaveri (2004) diz ter a invasão representado, antes de tudo, um exercício de “petroimperialismo” precipitado pelas condições vigentes no Golfo Pérsico: “[...] a reforma no controle do petróleo iraquiano poderia não ocorrer a tempo, [considerando os avanços nos aludidos acordos de exploração,] e por isso a guerra ao Iraque.” (op cit., p. 8).

Eurásia: ambiente de escalada nos embates

Embora seja o centro de gravidade da questão energética no plano mundial, pela produção e pelas reservas que ostenta, o Oriente Médio, com a proeminência do Golfo Pérsico, está longe de esgotar o interesse dos analistas sobre a geoeconomia e a geopolítica da energia, o petróleo à frente. Também a Eurásia atrai as atenções, particularmente o Cáucaso e a Ásia Central, um fato nada eventual tendo em vista reservas de petróleo e, sobretudo, de gás que fazem a bacia do Mar Cáspio cintilar na economia dos recursos energéticos em termos planetários. Tal condição acena com enormes lucros para as empresas multinacionais desses setores e com sedutoras possibilidades de desenvolvimento econômico em diversos países da região, pouco estável politicamente.

Não é desprovida de importância, na definição do caráter principalmente geopolítico dos processos em curso na área, a localização estratégica dessa região. As repúblicas do Cáucaso e da Ásia Central, outrora integrantes da extinta União Soviética,

[...] ligam Europa e Ásia, Cristandade e Islã. São ladeadas a leste por um grande poder emergente (China); ao norte pela sua antiga hegemom (Rússia); ao sul por um país mergulhado [no final dos anos 1990] em violento caos (Afeganistão), por uma república islâmica fundamentalista (Irã) e por um Estado secular frágil em busca de um maior papel regional (Turquia). Junto com esses vizinhos, uma superpotência distante busca influência, senão dominação (Estados Unidos). (A CASPIAN..., 1998, p. 3).

Constitui destacado ingrediente de cunho geopolítico o caráter mediterrânico dos recursos energéticos da região. Estes se apresentam encravados e, desse modo, dependentes de grandes estruturas de transportes para o escoamento rumo a mercados relevantes. Tais estruturas incluem dutos, naturalmente, mas também portos e ferrovias, entre outras. Sobretudo em relação aos dutos, a questão dos traçados tem se revelado de elevada importância estratégica, por envolver – inclusive atravessando – diferentes territórios nacionais. Interesses de alguns dos mais influentes interlocutores das relações internacionais comparecem e estão em jogo nesse problema.

Por razões quase óbvias, a influência regional da Rússia é clara, o que lhe outorga a condição de exercer controle sobre as rotas de exportação. Entretanto, a desenvoltura com que os

concorrentes internacionais tentam marcar ou intensificar a sua presença, junto aos campos de petróleo do Mar Cáspio e às reservas de gás em países como Turcomenistão, tem representado incontornável ameaça aos interesses russos na área. O assédio internacional não surpreende, já que, para as empresas ocidentais (notadamente estadunidenses e européias), o Cáucaso e a Ásia Central – juntos referidos por Cheterian (1997) como “Transcaucásia” – possibilitam interligação entre fontes dos recursos energéticos e mares abertos, ao largo tanto da Rússia como do Irã. O controle historicamente exercido pela Rússia, em particular, sobre os referidos processos de transporte e exportação, é considerado por aquelas empresas uma grande fonte de risco (GREAT..., 1997).

Para os Estados Unidos, a “Transcaucásia” passou a ser encarada, além de origem suplementar de recursos energéticos, como espaço para ações de redução do domínio econômico e político russo na esfera macrorregional. Conforme assinalam Radvanyi e Rekecewicz (2000), foi principalmente no Cáucaso que os Estados Unidos procuraram impor recuo àquela influência. Mas também a histórica ascendência iraniana na região estava na mira. As pressões de Washington para impedir que o Irã servisse de passagem aos dutos projetados para escoar petróleo desde o Mar Cáspio são sugestivas a respeito (OF POLITICS..., 1999).

As tentativas para conter o Irã não ofuscam o fato de, para os Estados Unidos, o principal embate na região implicar a Rússia, que desde os anos 1990 intensificou o seu papel nos vínculos em torno dos recursos energéticos do Cáucaso e da Ásia Central. Um objetivo russo básico é evitar que, tendo em vista a cupidez ocidental, seja erigido ou consolidado um corredor eurasiático à feição dos interesses principalmente estadunidenses (RADVANYI, 1998). O peso das atividades ligadas ao setor energético na economia russa não autoriza descuido desse país em relação ao assunto. Sua investida, na forma de busca de um protagonismo renovado sob a liderança, em primeiro lugar, de Vladimir Putin, envolveu o estabelecimento de parcerias com a China (que lograria modernização militar como resultado), com a Índia e até com o Irã, cortejado pelo seu antagonismo aos Estados Unidos (LA GORCE, 2000).

Assinale-se que as iniciativas regionais da Rússia produziram importantes resultados na estratégia de fortalecer a sua presença e mesmo proeminência na área. Grandes empresas russas, como a Lukoil, têm participado do desenvolvimento de campos principalmente de gás em estados da “Transcaucásia”, assegurando o acesso exclusivo (e duradouro) aos recursos destes (KRAMER, 2007). Ações dessa natureza condizem com a clara disposição russa, manifestada pelo menos desde a virada do século, de reverter o seu comportamento defensivo perante as tentativas ocidentais – estadunidenses antes de tudo – para impor retração da influência da Rússia na área (GENTÉ, 2007). Examinando o embate, Cheterian (1997) postulava o seguinte

ainda antes da virada do século: “[...] é entre o crescimento do poderio americano e a resistência russa que se jogará a próxima etapa da história caucasiana.” (p. 23).

Mas a “questão eurásiana” tem um outro ingrediente, cada vez mais importante: o desempenho da China. Sua condição de grande consumidora de recursos energéticos, em progressão vertiginosa nas últimas duas décadas, conforme destacado, não permite dúvidas a respeito. Como salientou Frank (2001), a China “[...] quer petróleo, especialmente do Cazaquistão, fluindo na direção leste para atender suas crescentes necessidades.” (p. 103). Evidentemente, a escalada no consumo espelha o vigoroso desempenho econômico desse país no período recente, com indicadores que se revelam em tudo superlativos.

É verdade que a China também sobressai na produção e nas reservas de petróleo e gás, um aspecto observado anteriormente. Todavia, seu nível de consumo, que quadruplicou em duas décadas, tornou-a uma grande importadora. Há nessa condição elementos de vulnerabilidade, pela dependência envolvida, mas a situação de grande compradora acaba por conferir ao país, como também ocorre em outros setores (*commodities* minerais e agrícolas, por exemplo), “[...] um significativo papel geopolítico.” (WRIGHT, 2002, p. 7).

As necessidades energéticas da China têm sido historicamente atendidas pelo Golfo Pérsico. Mas o interesse em diversificar as fontes provocou uma crescente atenção do país para outras possibilidades. Entre estas figuram as africanas (em Angola, por exemplo), ensejando iniciativas concretizadas no bojo de uma verdadeira “corrida” rumo a esse continente (CARMODY; OWUSU, 2007). De todo modo, a influência das necessidades energéticas na concepção e execução da política chinesa, conforme reconhecido, entre outros, por Zweig e Jianhai (2005), tem produzido resultados em várias direções. Há reflexos até na criação de novos trajetos para o transporte de petróleo e gás, como em percursos quase polares pelo leste da Sibéria (KANDIYOTI, 2005) ou em rede submarina de gasodutos interligando Cingapura, Indonésia e Tailândia (PIPE..., 2001). Empresas como Exxon Mobil, British Petroleum e Shell não deixaram de participar desses processos de instalação.

O Cáucaso e a Ásia Central perfilam-se com grande destaque no leque de opções chinesas com respeito à energia, e esse aspecto contribui muito para fazer dessa região um espaço de grande relevância geopolítica em escala planetária. Também confere razão à assertiva de que a China representa um importante ingrediente na “questão eurásiana”, o fato de o Estado chinês perceber a Eurásia como teatro de um inevitável entrechoque dos interesses das maiores potências. Não por acaso, desde os anos 1990, o desenho da política externa chinesa vem sendo influenciado pela percepção de que o futuro da “Transcaucásia” será fatalmente determinado pelos reflexos desse confronto (THE ROAD..., 1999).

2 Novos movimentos no *front* energético: uma guinada estratégica dos Estados Unidos?

Não parece equivocado considerar que, dos anos 1990 em diante, os Estados Unidos elegeram o Oriente Médio como foco principal de suas atenções internacionais, em detrimento da Europa. O fim da Guerra Fria teve influência nesse movimento, mas foi a questão energética que, segundo vários analistas, figurou, de fato, na base da concentração de tropas estadunidenses na macrorregião (alcançando Afeganistão, Iraque, Líbia, Tchad), com nível de presença nunca visto desde a II Guerra Mundial (GRESH, 2008).

Não admira assim que, alguns anos após o seu início em 2003, a ocupação do Iraque tenha culminado na outorga de contratos, sem concorrência, para que grandes companhias ocidentais pudessem extrair petróleo no país. Essas companhias (Exxon Mobil, Shell, Total, British Petroleum) vinham ajudando gratuitamente o Ministério do Petróleo do Iraque, que contava igualmente com *advisors* estadunidenses, em consultorias e treinamento de recursos humanos, fato que, alegadamente, levou o país a não abrir concorrência internacional. Tais empresas retornariam ao Iraque após mais de três décadas, desde a perda de suas concessões no bojo da nacionalização protagonizada pelo governo em que Saddam Hussein fora vice-presidente, no início dos anos 1970 (KRAMER, 2008).

Lógica semelhante, quanto ao interesse na energia, perpassou a iniciativa do governo dos Estados Unidos relativamente à criação de um novo comando militar para a África, no começo de 2007: o *Africa Command*, ou *Africom*. De alguma forma, isso representou mudança de *status* do continente africano na política externa daquele país, pois durante toda a Guerra Fria, e mesmo por muitos anos após o fim desta, não existiu qualquer comando militar específico para a África. De fato, esta avultou na política de segurança nacional dos Estados Unidos, e isso parece indissociável da questão energética, como se depreende das declarações do governo Bush, de que aceder às fontes africanas de petróleo tornara-se um problema de interesse nacional estratégico em contexto de guerra ao terrorismo global (VOLMAN, 2008). O aumento dos recursos destinados ao *Africom* já em 2008 é sugestivo da importância atribuída às fontes energéticas africanas.

Todavia, não são pequenas as dificuldades com que se deparam os interesses ocidentais, e dos Estados Unidos em particular, nas tentativas de avançar em segurança energética no Iraque – em todo o Oriente Médio, a rigor, e também na Ásia Central e no Cáucaso – ou na África, de uma maneira geral.

Adversidades nas zonas mais instáveis politicamente: o quadro atual

No Iraque, as grandes limitações locais em infraestrutura, recursos humanos e segurança são imensamente agravadas por fatores de natureza política, principalmente com respeito à

estabilidade nesses termos, como destaca O'Sullivan (2011). O desemprego e também a carência em serviços públicos, em primeiro lugar envolvendo eletricidade, nutrem protestos populares que podem colocar em risco as instituições do país.

A isso agregam-se problemas de compartilhamento do poder, tanto mais complexos haja vista as grandes diferenças políticas, inclusive quanto ao uso dos recursos energéticos (por exemplo, grupos mais nacionalistas contestaram os convites às companhias internacionais mencionados anteriormente). A própria natureza do Estado, se federado ou mais centralizado, é objeto de desacordo. Esse assunto tem grandes implicações para o setor energético, como ilustrado pelas tensões entre Bagdá e o Governo Regional Curdo sobre a divisão das receitas do petróleo entre governo federal, regiões e províncias.

Também os vínculos do Iraque com países vizinhos sinalizam dificuldades importantes. O escoamento do petróleo iraquiano necessita utilizar estruturas que atravessam os territórios de outros países. Ora, o Kuwait, um corredor quase lógico, representaria obstáculo certo, tendo em vista o histórico das relações bilaterais. Além disso, credor do Iraque, o Kuwait poderia até confiscar o petróleo de passagem para abater a dívida, algo que outros países credores também poderiam fazer.

Ainda mais, um crescimento substancial da extração de petróleo no Iraque não parece ser do interesse de outros países da região. A Arábia Saudita, por exemplo, certamente enxerga essa possibilidade como uma verdadeira ameaça. Um forte aumento da produção iraquiana pressionará o preço do petróleo para baixo, provavelmente reduzindo as receitas sauditas e, no mesmo movimento, contraindo as possibilidades desse país em atender as demandas sociais que só fizeram crescer no Oriente Médio e no Norte da África desde a eclosão da chamada Primavera Árabe (O'SULLIVAN, 2011).

Assinale-se que a Primavera Árabe adiciona ainda mais incerteza sobre o futuro da região, em particular com respeito às possibilidades do setor energético. Como fartamente divulgado, a auto-imolação, em 17 de dezembro de 2010, de um vendedor ambulante tunisiano em protesto contra o governo, desencadeou onda de protestos e revoltas que varreu vários países do Oriente Médio e Norte da África. Egito, Iêmen, Líbia e Tunísia chegaram a registrar derrubada de governos, mas muitos outros países foram afetados, a Síria convivendo até os dias atuais com uma verdadeira guerra civil. Nesse contexto, governantes se apressaram em atender reivindicações populares, o que repercutiu em exigências de mais recursos. A principal fonte, em muitos casos, reside nas vendas de petróleo e gás.

Perante tais pressões, conforme destacam Fang, Jaffe e Temzelides (2012), o assédio de um país como a Rússia, que tenta estabelecer coalizões (cartéis, em postura *rent-seeking*) com Arábia Saudita (envolvendo petróleo) e Qatar (em gás), pode acabar vencendo resistências até

agora garantidas pelas fortes relações desses países com os Estados Unidos em torno da segurança (no esquema “segurança em troca de óleo”). Essa hipótese, aqui referida com base no citado estudo sobre Rússia, Arábia Saudita e Qatar, não está afastada também para outros países da região.

Assim, se a lógica econômica suplantar a lógica geopolítica, que até agora prevalece, os mercados da energia haverão de sofrer forte impacto, e os Estados Unidos acabarão tendo agravadas as adversidades que vivenciam na área, fruto da contração do espaço para as suas políticas. Com efeito, as mudanças internas em distintos países do Oriente Médio, na esteira dos movimentos populares “[...] criariam novas dinâmicas nas relações regionais e poderiam redefinir as necessidades [...] em termos econômicos e de segurança. Essas mudanças [...] provavelmente resultariam em declínio da influência dos Estados Unidos na região [...]” (FANG,; JAFFE; TEMZELIDES, 2012, p. 21). É que “[...] a recompensa (*payoff*) resultante da cooperação com os Estados Unidos pode diminuir, tornando mais atrativas as escolhas de políticas alternativas.” (op cit., p. 22).

A Ásia Central e o Cáucaso, notadamente a área do Mar Cáspio, não sinalizam, no período atual, dificuldades menores para os interesses ocidentais, os estadunidenses em particular. Perfila-se com destaque, entre os problemas, o enorme assédio internacional, diverso nas suas origens (Rússia e China despontando na órbita não ocidental dessas fontes) e manifestações (vínculos diplomáticos, acordos, interferências na instalação de infraestruturas) e, em parte, reflexo da capacidade regional de acenar com alívio energético perante a instabilidade no Oriente Médio, sobretudo no Golfo Pérsico.

Também o fortalecimento da presença russa na região, inclusive em termos políticos e militares, representa complexidade. Não permite desconsiderar esse aspecto uma ação como a observada em meados de 2008, quando a Geórgia, imaginando contar com apoio ocidental (estadunidense e europeu), invadiu a Ossétia do Sul, território étnico não georgiano que havia se declarado independente em 1990 com reconhecimento russo. A Rússia reagiu de imediato militarmente, pondo fim à ofensiva da Georgia por meio do que Wallerstein (2008) chamou de “miniguerra no Cáucaso”. Mas a proeminência russa exhibe repercussões de amplo (e dramático) alcance. No particularmente rigoroso inverso de 2008-2009, disputa sobre preços de combustíveis entre Rússia e Ucrânia, sendo a primeira origem do gás natural necessitado pela segunda, e esta território de passagem do combustível vendido por aquela à Europa, resultou em inédita interrupção do fornecimento para numerosos países europeus, os quais, em decorrência, amargaram grandes dificuldades para assegurar aquecimento e iluminação (PAN, 2009).

No que concerne à África, boa parte das inquietações dos Estados Unidos tem a ver com a escalada na investida chinesa sobre recursos principalmente energéticos, um movimento capaz

de ampliar consideravelmente a influência tanto econômica quanto política da China naquele continente. Segundo Fiori (2007), de fato, “[...] a preocupação dos Estados Unidos com a África se restringe, hoje [...], à disputa das regiões petrolíferas e ao controle e repressão das forças islâmicas e dos grupos terroristas do Chifre da África.” (p. 93).

A própria criação do já mencionado *Africom*, no final da gestão Bush, teria sido um reflexo do alarme disparado em Washington em torno do assunto (VOLMAN, 2008). O desassossego não carece de motivos: referindo-se ao continente africano, Fiori (2007) fala de um “[...] verdadeiro ‘desembarque econômico’, liderado por empresas estatais [...]” (p. 99), protagonizado pela China e também pela Índia, o que autorizaria a afirmação segundo a qual “[...] a África Subsaariana está se transformando numa nova fronteira de expansão econômica e política [...] nas primeiras décadas do século XXI.” (ibid.).

A China repete assim, na África Subsaariana, o mesmo tipo de ofensiva que adota no Golfo Pérsico. No que vem sendo entendido como uma transição durável, os produtores do Golfo – Arábia Saudita à frente – passaram a enviar mais petróleo à China do que aos Estados Unidos, essa progressiva reorientação dos fluxos para o Oriente exibindo um sentido maior: a “[...] crescente importância da China representa uma mudança fundamental na geopolítica do petróleo” (MOUAWAD, 2010, s/d). Quer dizer, na encarniçada disputa pelos territórios dotados de reservas importantes de recursos energéticos, travada nos últimos anos entre Estados Unidos e China, principalmente, a África Subsaariana passou a figurar em mosaico no qual já sobressaíam o Golfo Pérsico e a região do Cáucaso e Ásia Central.

A alta voltagem do embate entre Estados Unidos e China em torno da energia transparece na abordagem de Klare (2011) sobre os movimentos promovidos pelo governo Obama na região Ásia e Oceania. A ampliação da presença militar, em curso sobretudo nos últimos anos, estaria refletindo o modo como os Estados Unidos consideram a ascensão econômica (e política) chinesa e avaliam suas necessidades energéticas. A crescente obrigatoriedade de importação, fruto da expansão econômica, torna a China dependente de rotas (não só) marítimas para assegurar fração considerável do seu abastecimento energético, ensejando a interpretação – pelo ângulo da geopolítica – de que as recentes ações do governo estadunidense naquela região configuram tentativa de manter o controle naval no Mar do Sul da China, importante passagem para o atendimento das necessidades chinesas.

Nessas condições, não pode ser afastada a possibilidade de resposta à altura por parte da China, visando assegurar as operações das suas linhas de transporte de petróleo, circunstância que talvez deflagre ou intensifique uma “[...] genuína corrida armamentista na Ásia ao estilo Guerra Fria [...]” (KLARE, 2011, s/p), de consequências imprevisíveis. Vale assinalar que os Estados Unidos têm acusado a China de conduta ambígua quanto aos investimentos militares, ao

que esta retruca assinalando o caráter eminentemente defensivo das suas atitudes nesse âmbito (WINES, 2011). Têm plena razão, portanto, Florini e Sovacool (2011), quando dizem que “Ressurgem agora temores de que a competição interestatal por recursos energéticos poderia se tornar conflituosa, mesma violenta.” (p. 59).

Essa maneira de considerar a China pelo governo estadunidense não é prerrogativa da administração Obama, é importante frisar. Pelo menos desde o início dos anos 2000, quando os recursos naturais, os energéticos à frente, passaram a figurar com grande destaque nas disputas protagonizadas no sistema interestatal, a China ocupa o centro de (quase) todas as atenções. Rapidamente, no intuito de “[...] reafirmar a vantagem dos Estados Unidos – e para deter movimentos semelhantes da China e outros competidores pelos recursos –, o Pentágono situou a competição pelos recursos no próprio centro da sua planificação estratégica.” (KLARE, 2008, s/p).

Tudo isso interfere nas expectativas sobre o sistema energético mundial, aprofundando as incertezas e as preocupações de governantes e lideranças diversas, entre outros atores. O próprio comportamento dos preços incute apreensão, inclusive por se revelar, em alguns períodos, de difícil entendimento à primeira vista. Conforme apresentado na figura 2, no início do artigo, os preços alcançaram patamar em torno de US\$ 110 por barril entre 2010 e 2011, em plena crise financeira e econômica internacional, após terem caído brusca e consideravelmente em 2008 e voltado a crescer já no primeiro semestre de 2009, numa volatilidade inquietante.

Talvez a enorme demanda de alguns consumidores (China, Índia) tenha mais que compensado os efeitos da profunda crise. Mas, para Roubini (2012), a explicação exige considerar algo como um “ágio por medo”, ligado às tensões geopolíticas em escala de Oriente Médio (envolvendo os desdobramentos da Primavera Árabe). Em particular, é preciso levar em conta as expectativas sobre um possível conflito militar entre Israel e Irã. O primeiro ameaça atacar instalações nucleares no segundo, que responderia com ações capazes de agravar perigosamente as tensões no Golfo Pérsico (como o bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde passam diariamente volumosas quantidades de petróleo exportado para o mundo todo). Por razões como essas, “[...] governos em quase todas as grandes nações consumidoras estão agora cercados por dúvidas sobre sua segurança energética, como em nenhum momento desde as crises do petróleo nos anos 1970.” (VICTOR; YUEH, 2010, p. 61).

Estados Unidos: um novo minueto no campo da energia?

O que se abordou na seção anterior refere-se a aspectos importantes do contexto em que se situa o movimento, ao que tudo indica impregnado de determinantes estratégicos, anunciado e desencadeado pelos Estados Unidos no período recente, perceptível especialmente durante a

presidência de Barack Obama. No preâmbulo de documento intitulado *Blueprint for a Secure Energy Future*, divulgado em março de 2011, o governo dos Estados Unidos assim colocou os termos que deveriam nortear as ações do país com respeito à energia:

A demanda por petróleo em países como China e Índia só faz crescer, e, paralelamente, o preço do petróleo continuará a aumentar. Essa é a razão pela qual necessitamos nos tornar mais seguros e controlar nosso futuro energético, mediante a mobilização de todos os recursos que temos disponíveis e adotando um diferente portfólio energético. (BLUEPRINT..., 2011, p. 3).

A política apresentada exhibe um duplo eixo principal: “[...] produção de mais petróleo domesticamente e redução da nossa dependência ao petróleo pelo aumento da nossa produção de gás natural e biocombustíveis e [...] da nossa eficiência energética.” (BLUEPRINT, *ibid.*). Resultados nessa direção podem ser observados desde meados da década de 2000, quando “[...] a tendência de crescente dependência dos Estados Unidos em relação a combustíveis líquidos importados [mantida desde meados dos anos 1980, no que se afigurou um segundo período de forte aumento da dependência] foi novamente revertida [...]” (U.S..., 2013a, p. 32). A participação das importações líquidas no consumo de petróleo caiu para 41% do consumo doméstico em 2012, e as projeções atuais são de declínios importantes em 2013 e 2014 (U.S...., 2013a).

A reversão das importações líquidas, registrada na figura 3, ocorreu simultaneamente à diminuição do consumo e ao aumento da produção interna. O crescimento da produção resulta de desenvolvimentos tecnológicos que permitem utilizar rochas *shale* (xisto), formadas por grãos muito finos e repletos de óleo leve e gás. O procedimento implica perfuração horizontal de camadas dessas rochas. A fratura (hidráulica) destas (e de outras formações “apertadas”, com baixíssima permeabilidade) outorga viabilidade econômica aos poços assim formados. Vários estados daquele país, como Dakota do Norte, registram atualmente febril atividade de extração de óleo e gás *shale*, um surto que editorial da Folha de S. Paulo qualificou como aspecto fundamental da “Nova energia americana” (NOVA..., 2013, p. A2). Tais realizações são importantes, já que

[...] os avanços em petróleo de difícil extração [*tight oil*] contribuíram para reverter mais de duas décadas de reservas de petróleo geralmente declinantes nos Estados Unidos. Tanto para petróleo como para gás natural, esses aumentos nas reservas comprovadas representam um papel cada vez maior dos hidrocarbonetos domesticamente produzidos no atendimento das demandas energéticas correntes e projetadas dos Estados Unidos. (U.S...., 2012, s/p)

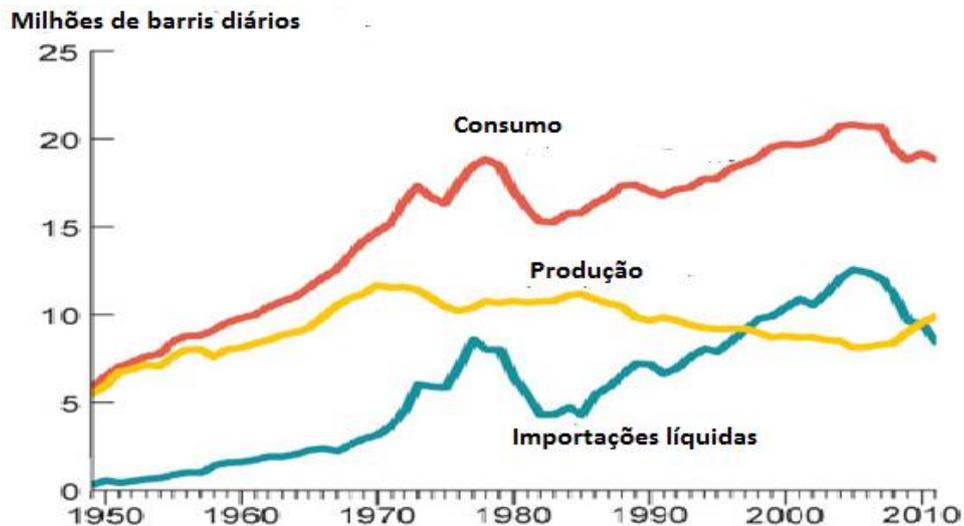


Figura 3 – Estados Unidos: consumo, produção e importação de petróleo (1949-2011)

Fonte: adaptado de U.S. Energy (2013b) pelo autor

Mas não ocorreu somente redução das importações líquidas. Também uma reorientação das fontes externas teve lugar, em benefício de territórios situados no que os documentos da *Energy Information Administration*, do *Department of Energy* dos Estados Unidos, chamam de “hemisfério ocidental”: Américas do Norte, do Sul e Central, assim como o Caribe, incluindo territórios estadunidenses (U.S...., 2013b). Espelhando conduta orientada à minimização da dependência energética em relação, em primeiro lugar, ao Oriente Médio, sinônimo de desafios e ameaças aparentemente crescentes, e também voltada à transferência do grosso do seu abastecimento externo para área de maior segurança estratégica – a rigor, para a área de segurança estratégica por excelência dos Estados Unidos –, o referido “hemisfério ocidental” foi origem de 53% das importações líquidas de petróleo dos Estados Unidos em 2012, sobressaindo como fornecedores Canadá (28%), México (10%) e Venezuela (9%). Em contraste com o quadro até então prevalente, o Golfo Pérsico representou não mais de 29%, a Arábia Saudita sozinha participando com 13% (op cit.).

Sobre a diversificação dos recursos energéticos utilizados, tendo em conta o declarado interesse em diminuir a presença de combustíveis fósseis, os Estados Unidos não só preservaram a sua condição de importante consumidor de biocombustíveis no começo do presente século. Entre 2001 e 2011, o uso desses recursos cresceu mais de oito vezes no país, uma velocidade adquirida principalmente a partir de meados da década. Dessa maneira, no fim do período observado, os Estados Unidos representavam quase metade (49,4%, para ser exato) dos biocombustíveis consumidos no mundo todo, não obstante um crescimento europeu – Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Suécia e Reino Unido, principalmente – da ordem de quase 1.740%, no agregado (Tabela 6).

Tabela 7 – Consumo mundial de biocombustíveis – 2001-2011 (mil barris diários)

| Regiões/países | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|---------|---------|
| <i>América do Norte</i> | 118,7 | 190,1 | 276,7 | 494,2 | 769,1 | 946,3 |
| Canadá | 4,5 | 4,9 | 6,0 | 21,6 | 27,8 | 47,0 |
| Estados Unidos | 107,6 | 185,2 | 270,7 | 472,5 | 741,2 | 898,9 |
| <i>América Cent. e do Sul</i> | 142,6 | 145,3 | 184,4 | 275,6 | 438,1 | 422,9 |
| Argentina | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 17,6 |
| Brasil | 141,4 | 144,0 | 182,0 | 268,5 | 420,3 | 377,4 |
| Colômbia | 0 | 0 | 0,5 | 4,8 | 11,3 | 15,0 |
| Paraguai | 0,02 | 0,02 | 0,6 | 1,1 | 2,0 | 2,6 |
| Peru | 0 | 0 | 0 | 0,4 | 2,0 | 5,0 |
| Trinidad e Tobago | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2,0 |
| <i>Europa</i> | 18,7 | 34,0 | 72,5 | 173,4 | 292,5 | 343,8 |
| Alemanha | 6,8 | 15,7 | 40,7 | 74,0 | 68,0 | 73,9 |
| Áustria | 0,4 | 0,6 | 1,7 | 7,7 | 12,4 | 11,6 |
| Espanha | 1,6 | 5,0 | 7,2 | 9,9 | 25,0 | 40,0 |
| França | 7,9 | 7,6 | 18,4 | 34,3 | 59,0 | 56,5 |
| Holanda | 0 | 0,1 | 0,05 | 7,8 | 9,8 | 8,8 |
| Itália | 0 | 0 | 4,1 | 4,2 | 27,3 | 35,9 |
| Suécia | 0,5 | 2,2 | 4,5 | 8,4 | 10,0 | 12,0 |
| Reino Unido | 0 | 0,3 | 2,1 | 8,6 | 23,5 | 27,2 |
| <i>Eurásia</i> | 0 | 0 | 0,2 | 1,4 | 2,0 | 3,0 |
| Letônia | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 1,1 |
| Lituânia | 0 | 0 | 0,5 | 1,3 | 1,3 | 1,1 |
| <i>Oriente Médio</i> | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Israel | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| <i>África</i> | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,4 | 0,2 | 1,3 |
| África do Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,04 | 0,1 |
| Malawi | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| Nigéria | 0 | 0 | 0 | 0,3 | 0 | 1,0 |
| <i>Ásia e Oceania</i> | 3,1 | 17,4 | 27,9 | 45,8 | 83,1 | 102,3 |
| Austrália | 0 | 0 | 0,7 | 2,2 | 5,4 | 9,1 |
| China | 0,1 | 13,9 | 21,5 | 30,7 | 43,0 | 45,0 |
| Coreia do Sul | 0 | 0,04 | 0,2 | 1,7 | 5,0 | 6,5 |
| Filipinas | 0 | 0 | 0,04 | 0,7 | 0,4 | 6,5 |
| Índia | 3,0 | 3,3 | 3,9 | 4,7 | 3,0 | 8,0 |
| Indonésia | 0 | 0 | 0,04 | 0,6 | 2,2 | 5,0 |
| Japão | 0 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,7 | 2,3 |
| Tailândia | 0 | 0 | 1,3 | 4,1 | 18,5 | 17,2 |
| Taiwan | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 1,1 | 1,7 |
| Mundo | 283,3 | 387,1 | 561,8 | 990,0 | 1.585,1 | 1.819,8 |

Fonte: elaborado pelo autor com dados de U.S. Energy Information Administration. Obtido em:

<http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=79&pid=79&aid=2&cid=regions&syid=2000&eyid=2011&unit=TBP>

D Acesso em: 24/06/2013

Postula-se aqui que essas iniciativas e esses resultados dos Estados Unidos com respeito à energia, avultados no período mais recente, devem ser vinculados à percepção das lideranças desse país sobre a posição estadunidense no sistema e na economia mundial no presente momento histórico. Documento publicado no final de 2012 pelo *National Intelligence Council*, criado em 1979 para, via apoio ao *Director of National Intelligence*, contribuir para interligar as esferas da inteligência e da política nos Estados Unidos e fornecer *expertise* em assuntos de inteligência, diagnosticou como segue a situação atual.

[...] o declínio relativo dos Estados Unidos (e do Ocidente) vis-à-vis Estados em ascensão é inevitável [...]. [...] com o rápido ascenso de outros países, o “momento unipolar” chegou ao fim e a Pax Americana – a era de ascendência americana na política internacional que começou em 1945 – está rapidamente se dissolvendo. (NATIONAL..., 2012, p. x).

O acúmulo das dificuldades impostas por um sistema mundial crescentemente multipolar, pelo ônus de algumas medidas tomadas na esteira dos eventos de 11 de setembro de 2001 – entre elas, com maior destaque, o envolvimento por opção própria numa guerra (no Iraque) que Nye (2011) classificou de “equivocada” – e pelas incertezas e adversidades vivenciadas nas regiões do mundo com grandes reservas de recursos energéticos, levou os Estados Unidos a uma “fuga para frente” em cujo conteúdo básico sobressaiu a internalização de parte importante da cobertura de suas necessidades em energia e a promoção de mudanças na sua matriz energética. Utiliza-se a expressão “fuga para frente”, cabe esclarecer, no sentido proposto por Fiori (2007), como iniciativa de redefinição pelos Estados Unidos, em conjuntura desfavorável, do “[...] seu projeto internacional, para manter sua dianteira, na corrida pelo poder e pela riqueza, dentro do sistema mundial.” (p. 86), um tipo de conduta percebido em diferentes momentos na trajetória desse país.

Pertence a esse domínio de aspirações e iniciativas, ao estilo “fuga para frente”, o interesse em comandar mundialmente o segmento de energias não poluentes: “Liderar o mundo em energia limpa é crítico para o fortalecimento da economia americana e o triunfo no futuro.” (BLUEPRINT..., 2011, p. 4). O mesmo cabe para ações não vinculadas (ao menos diretamente) a assuntos de energia, como a *Trans-Pacific Partnership*, um acordo comercial (esse é o “valor de face”) com negociações (ainda em curso) capitaneadas pelos Estados Unidos e envolvendo outros dez países da orla do Oceano Pacífico, na América do Norte e do Sul, na Ásia e na Oceania (LINS, 2013): no discurso que proferiu em Tóquio em novembro de 2009, o presidente Obama declarou que esse acordo terá os “[...] altos padrões dignos de um acordo comercial do século XXI.” (OFFICE..., s/d), sinalizando a sua condição de “referência” para acordos futuros. Isto é aqui mencionado tão somente para indicar que o escopo da ação estadunidense, na redefinição do seu projeto de preservação da liderança mundial, é amplo e multidirecionado.

Considerações finais

Para terminar, cabe deixar indagação sobre o quanto a “fuga para frente” dos Estados Unidos no âmbito energético poderá representar de manutenção ou agravamento da natureza concorrencial nos vínculos entre esse Estado e outros países produtores de matérias primas energéticas, mostrando-se especialmente perturbadora a situação dos que estão fora das zonas centrais do capitalismo, formadores da grande maioria. Cogita-se tal possibilidade porque, como

argumenta Bonini (2012), foi principalmente de competição a natureza dos vínculos entre o Estado hegemônico e países periféricos e semiperiféricos fornecedores de *commodities* agrícolas e minerais durante a segunda metade do século XX, sob “regime de acumulação em escala mundial” (ARRIGHI, 1996) cujo centro de gravidade eram os Estados Unidos.

Essa situação favoreceu enormemente as empresas estadunidenses, até mesmo nas atividades por estas protagonizadas nos territórios de numerosos países externos ao centro do capitalismo, e contribuiu para limitar as possibilidades de desenvolvimento econômico nesse conjunto. Repercutirá o deslocamento, para o âmbito doméstico ou para a sua zona de segurança direta, de fração elevada e crescente da cobertura das exigências energéticas dos Estados Unidos, e também a progressiva mudança da matriz energética desse país rumo à intensificação do uso de biocombustíveis (liderando processo global que talvez pressione os fornecedores de combustíveis fósseis), em expansão e aprofundamento das atitudes concorrenciais desse país, com desdobramentos importantes em escala de sistema interestatal?

Referências bibliográficas

- A CASPIAN gamble. *The Economist*, Feb. 7th, 1998. (A Survey on Central Asia).
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G.; HUI, P.; RAY, K.; REIFER, T. E. Geopolítica e altas finanças. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001, p. 47-106.
- BLUEPRINT for a Secure Energy Future. Washington: The White House, Mar. 30, 2011. Obtido em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf Acesso em: jul. 2013.
- BONINI, A. Complementary and competitive regimes of accumulation: natural resources and development in the World-System. *Journal of World-systems Research*, v. XVIII, n. 1, p. 50-68, 2012.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, século XV-XVIII*. V. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CARMODY, P. R.; OWUSU, F. Y. Competing hegemon? Chinese versus American geo-economic strategies in Africa. *Political Geography*, v. 26, p. 504-524, 2007.
- CHETERIAN, V. “Grand jeu” pétrolier en Transcaucasie. *Le Monde Diplomatique*, n. 523, p. 22-23, Oct. 1997.
- COHEN, B. J. The transatlantic divide: why are American and British IPE so different? *Review of International Political Economy*, v. 14, n. 2, p. 197-219, May 2007.
- FANG, S.; JAFFE, A. M.; TEMZELIDES, T. *New alignments? The geopolitics of gas and oil cartels and the changing Middle East*. Houston: Rice University, James A. Baker III Institute for Public Policy, Jan. 2012.
- FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *OIKOS*, n. 8, ano VI, p. 77-106, 2007.
- FLORINI, A.; SOVACOO, B. K. Bridging the gaps in global energy governance. *Global Governance*, v. 17, p. 57-74, 2011.
- FRANK, A. G. Caspian Sea oil – still the great game for Central Eurasia. *Journal of World-Systems Research*, v. VII, n. 1, p. 101-108, Spr. 2001.

- GENTÉ, R. Du Caucase à l'Ásie centrale, "grand jeu" autour du pétrole et du gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 639, p. 18-19, Juin 2007.
- GREAT games, awful risks. *The Economist*, p. 63-64, Feb. 15th 1997.
- GRESH, A. A l'aube d'un siècle postaméricain. *Le Monde diplomatique*, n. 656, p. 16-17, Nov. 2008.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOW dependent are we on foreign oil? U.S. Energy Information Administration. Independent Statistics and Analysis. May 10, 2013. Obtido em: http://eia.gov/energy_in_brief/article/foreign_oil_dependence.cfm Acesso em: jun. 2013.
- JHAVERY, N. J. Petroimperialism: US oil interests and the Iraq war. *Antipode*, v. 36, n. 1, p. 2-11, Jan. 2004.
- KANDIYOTI, R. De nouvelles routes pour le pétrole et Le gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 614, p. 8, Mai 2005.
- KLARE, M. T. Le Golfe, frontière avancée de la sécurité américaine. *Le Monde Diplomatique*, n. 490, p. 22-23, Jan. 1995.
- KLARE, M. T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001. 2001
- KLARE, M. T. Les vrais desseins de M. George Bush. *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 1, 16-17, Nov. 2002.
- KLARE, M. T. The coming war with Iraq: deciphering the Bush Administration's motives. *Foreign Policy in Focus*, p. 1-6, Jan. 2003.
- KLARE, M. T. Playing with fire: Obama's risky oil threat to China. *TomDispatch*, Dec. 6, 2011. Obtido em: www.tomdispatch.com/dialogs/print/?id=175476 Acesso em: 25 dez. 2011.
- KLARE, M. T. The new geopolitics of energy. *The Nation*, s/p, May 19, 2008. Obtido em: www.thenation.com/article/new-geopolitics-energy# Acesso em: ago. 2013.
- KONDRATIEV, N. D. Las ondas largas de la coyuntura. In: KONDRATIEFF, N. D.; GARVY, G. *Las ondas largas de la economía*. Madrid: Revista de Occidente, 1946, p. 3-58.
- KRAMER, A. E. Central Ásia on front line in energy battle. *The New York Times*, s/p, Dec. 20th 2007. Obtido em: http://www.nytimes.com/2007/12/20/business/worldbusiness/20gas.html?pagewanted=print&_r=0 Acesso em: dez. 2007.
- KRAMER, A. E. Deals with Iraq are set to bring oil giants back. *The New York Times*, s/p, June 19th 2008. Obtido em: http://www.nytimes.com/2008/06/19/world/middleeast/19iraq.html?pagewanted=all&_r=0 Acesso em: jul. 2013.
- LA GORCE, P-M. La Russie en quête d'un nouveau role. *Le Monde Diplomatique*, n. 566, p. 4-5, Mai 2001.
- LETTER to President Clinton on Iraq. January 26, 1998. *Project for the New American Century*, Washington. Obtido em: <http://www.newamericancentury.org/iraqclintonletter.htm> Acesso em: jul. 2013.
- LINS, H. N. Novas geometrias no capitalismo global: a Parceria Trans-Pacífico. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, mai. 2013, Belo Horizonte, SEP. Anais...
- MADDISON, A. *Phases of capitalist development*. New York: Oxford University Press, 1982.
- MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (ed.). *The golden age of capitalism: reinterpreting the Postwar experience*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- MARX, K. [1857-1858]. *Grundrisse der kritik de politischen ökonomie*. London: Penguin, 1973.
- MORONEY, J. R. Analysis of the increasing U.S. dependence on imported oil. *World Oil*, v. 223, n. 10, p. 80, Oct. 2002.
- MOUAWAD, J. China's growth shifts the geopolitics of oil. *The New York Times*, s/d, Mar. 19, 2010. Obtido em: http://www.nytimes.com/2010/03/20/business/energy-environment/20saudi.html?pagewanted=all&_r=0 Acesso em: jul. 2013.
- NAÏR, S. Le monde selon Washington. *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 14-15, Mars 2003.
- NATIONAL Intelligence Council. *Global Trends 2030: Alternative Worlds*. Washington, DC: NIC, Dec. 2012. Obtido em: www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf Acesso em: jul. 2013.

- NOVA energia americana. *Folha de S. Paulo*, p. A2, 17 mar. 2013. (Opinião).
- NYE Jr., J. S. Vitória final será daquele que aliar força à melhor história. *Folha de S. Paulo*, p. 8, 11 set. 2011. (Especial Mundo).
- OF POLITICS and pipelines. *The Economist*, p. 4, July 10th 1999.
- OFFICE of the United States Trade Representative. TPP Statements and Actions to Date. Announcement by President Barack Obama, November 14th, 2009. Obtido em: <http://www.ustr.gov/about-us/press-office/fact-sheets/2009/december/tpp-statements-and-actions-date> Acesso em: jan. 2013.
- O'SULLIVAN, M. L. *Iraqi politics and implications for oil and energy*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2011. (Geopolitics of Energy Project).
- PAN, P. P. Economy, politics stoke Russia-Ukraine gas quarrel. *The Washington Post*, p. A8, Jan. 8, 2009.
- PIPE dreams. *The Economist*, p. 60-61, Jan.. 20th 2001.
- PODOBNIK, B. Global energy inequalities: exploring the long-term implications. *Journal of World-systems Research*, v. VIII, n. 2, p. 252-274, Spr. 2002.
- RADVANYI, J. Transports et géostratégie au sud de la Russie. *Le Monde Diplomatique*, n. 531, p. 18-19, Juin 1998.
- RADVANYI, J.; REKACEWICZ, P. Conflits caucasiens et bras de fer russo-américain. *Le Monde Diplomatique*, n. 559, p. 18-19, Oct. 2000.
- REIFER, T.; SUDLER, J. The intersate system. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the World-System, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996, p. 13-37.
- RENNER, M. Post-Saddam Iraq: linchpin of a new oil order. *Foreign Policy in Focus*, p.1-6, Jan. 2003.
- RESEARCH UNIT FOR POLITICAL ECONOMY. Behind the war in Iraq. *Monthly Review*, v. 55, n. 1, p. 20-49, May 2003.
- REPORT of the National Energy Policy Development Group. Washington D.C., May 2001. Disponível em: <http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf> Acesso em: jul. 2013.
- ROUBINI, N. O petróleo assusta. *Folha de S. Paulo*, p. B12, 18 mar. 2012. (Mercado).
- THE ROAD to 2050. *The Economist*, July 31st 1999. (A Survey of the New Geopolitics).
- U.S. Energy Information Administration. *U.S. crude oil, natural gas, and NG liquids proved reserves*. Washington, DC: U.S. Department of Energy, Aug. 1, 2012. Obtido em: <http://www.eia.gov/naturalgas/crudeoilreserves/> Acesso em: jun. 2013.
- U.S. Energy Information Administration. *Annual Energy Outlook 2013*. With Projections to 2040. Washington, DC: U.S. Department of Energy, Apr. 2013a.
- U.S. Energy Information Administration. *How dependent are we on foreign oil?* Washington DC: U.S. Department of Energy, May 10, 2013b. Obtido em: http://www.eia.gov/energy_in_brief/article/foreign_oil_dependence.cfm Acesso em: jun. 2013.
- VICTOR, D. G.; YUEH, L. The new energy order: managing insecurities in the Twenty-First Century. *Foreign Affairs*, v. 89, n. 1, p. 61-73, Jan-Feb. 2010.
- VOLMAN, D. AFRICOM: the new U.S. military command for Africa. *African Security Research Project*, Washington, DC: ACAS, June 2008. Obtido em: www.concernedafricascholars.org/african-security-research-project/?p=12 Acesso: jul. 2013.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. V. III: La segundo era de gran expansión de La economia-mundo capitalista, 1730-1850. México, D.F.: Siglo Ventiuno Editores, 1998.
- WALLERSTEIN, I. Por trás da miniguerra no Cáucaso, o xadrez geopolítico. *Folha de S. Paulo*, p. A22, 17 ago. 2008. (Mundo).
- WINES, M. Suspicion haunts China-U.S. military talks. *The Global Edition of the New York Times*, p. 5, July 16-17, 2011.
- WIRTH, T. E.; GRAY, C. B.; PODESTA, J. D. The future of energy policy. *Foreign Affairs*, v. 82, n. 4, p. 132-155, 2003.
- WRIGHT, T. R. War with Iraq would seriously affect China. *World Oil*, p. 7, Nov. 2000.
- ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. *Foreign Affairs*, v. 84, n.5, p. 25-38, 2005.

Immanuel Wallerstein e o Colapso do Poder Americano

Pedro Donizete da Costa Júnior¹

Resumo: Este artigo parte do estudo das grandes transformações que ocorrem na economia política do sistema-mundo moderno desde o fim dos anos 1960 até este início de século XXI. A questão fulcral é: os Estados Unidos vivem uma “crise terminal”? Investigamos a interpretação de Immanuel Wallerstein que afiança o colapso do poder americano neste primeiro quartel de século a partir do entrelaçamento de quatro signos históricos: a derrota na Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim, em 1989, e os ataques terroristas de 2001.

Palavras-chave: Immanuel Wallerstein. Sistema-Mundo. Crise. Poder. Estados Unidos.

Abstract: This article is the study of the great transformations that occurred in the political economy of the modern world-system since the late 1960s to the beginning of this XXI century. The key question is: Do the United States live a "terminal crisis"? We investigate the interpretation of Immanuel Wallerstein who guarantees the collapse of American power in the first quarter of century from the historical interlacement of four signs: the loss in the Vietnam War, the revolutions of 1968, the fall of the Berlin Wall in 1989, and the terrorist attacks of 2001.

Key-words: Immanuel Wallerstein. World-System. Crisis. Power. United States.

¹ Cientista político e professor de Relações Internacionais da FACAMP e das Faculdades Integradas Rio Branco. Atua predominantemente nas áreas de Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais (pedro12junior@yahoo.com.br).

1. Introdução

A situação em que os Estados Unidos se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar. (WALLERSTEIN, 2004a, p. 25).

Conforme Wallerstein, a atual crise hegemônica se confunde com a própria crise sistêmica do Moderno Sistema Mundial. O autor de *O Declínio do Poder Americano* (2004) periodiza a mudança geopolítica do sistema-mundo em duas fases distintas. O período que vai do desfecho dos anos 1960 a 2001 marca o início do colapso da hegemonia americana, contudo a intensidade desse declínio foi limitada pela estratégia que essa nação desenvolveu a fim de “postergar” e “minimizar” seu declínio hegemônico.² O segundo período, a fase mais aguda – e terminal – da hegemonia norte-americana, vai de 2001 a 2025, é o período em que os Estados Unidos tentam recuperar sua posição com políticas mais unilaterais, o que, no entanto, vem ampliando a velocidade e a profundidade de seu colapso inevitável. Conforme esse autor, o declínio do poder americano pode ser representado em quatro signos subsequentes: a derrota na Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim, em 1989, e os ataques terroristas de 2001 (Ver WALLERSTEIN, 2002a, p. 19; WALLERSTEIN, 2004a, p. 25 e WALLERSTEIN, 2009, p. 53 e 59).

2. Derrota no Vietnã e transformações na economia-mundo

Analisemos cada símbolo proposto por Wallerstein e suas respectivas implicações para o colapso hegemônico dos Estados Unidos. Segundo o crítico tenaz da hegemonia norte-americana, a Guerra do Vietnã se transformou em um símbolo tão poderoso do declínio hegemônico, porque os Estados Unidos foram insensatos o bastante para investir no embate com um país tão inexpressivo no Sistema Internacional toda a sua força militar e, ainda assim, serem derrotados – uma vez que a utilização de armas nucleares naquele contexto geopolítico (a despeito da pressão de certos grupos da direita estadunidense neste sentido) poderia implicar em um holocausto nuclear, um resultado que não poderia ser arriscado. “Desse modo, repito, os Estados Unidos usaram toda sua força militar e perderam a guerra”

² De forma análoga a Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi define esse período (a partir de mais ou menos 1970) como a fase da “crise sinalizadora” da hegemonia norte-americana, e o período subsequente (a partir dos anos 2000) como sendo a fase de “crise terminal” da hegemonia dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2007).

(WALLERSTEIN, 2002a, p. 19). Para Wallerstein, a humilhante derrota no Vietnã é algo de que a “autoestima” e o “prestígio” americanos nunca se recuperaram, trata-se do que ele denominou de “síndrome vietnamita”.³ Não obstante, a Guerra do Vietnã não foi simplesmente uma derrota militar ou uma mancha indelével no prestígio mundial dos Estados Unidos. O embate travado no Vietnã está, conforme o autor, intimamente relacionada com a perda da superioridade econômica isolada dos Estados Unidos no Sistema Mundial. O conflito foi sobremaneira dispendioso e praticamente esgotou as reservas de ouro dos norte-americanos, outrora tão abundantes. Para complicar ainda mais a situação estadunidense, tais custos aos cofres americanos ocorreram simultaneamente à forte recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental, em particular da Alemanha. Desde então, os membros dessa Tríade têm sido praticamente equivalentes na esfera econômica, cada um melhor do que os outros em determinados períodos, contudo nenhum deles se distanciando significativamente. Destarte, segundo aponta Wallerstein: “Os dois elementos juntos – a sangria econômica dos Estados Unidos (oriunda dos custos da Guerra do Vietnã) e a ascensão da Europa Ocidental e do Japão – acabaram com a vantagem dos Estados Unidos na economia mundial” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 20).

2.1. Fase B do ciclo de Kondratieff

Ainda na esfera da economia internacional, a partir dos estudos de Nikolai Kondratieff⁴ sobre os ciclos econômicos seculares (KONDRATIEFF, 1935), Immanuel Wallerstein afirma que este período, que se inicia a partir dos anos 1970, foi marcado como o

³ Em primeiro lugar, os Estados Unidos tiveram de admitir que tinham perdido a maior guerra para um país pequeno. Nixon se retirou do Vietnã ignominiosamente, e foi diagnosticado que os norte-americanos tinham sido acometidos por uma síndrome vietnamita - isto é, uma grave rejeição da população norte-americana em comprometer suas tropas com uma ruínoza guerra em regiões distantes do mundo (WALLERSTEIN, 2009, p. 63).

⁴ O economista russo Nikolai Dimitrievich Kondratieff é mais conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos (ciclo econômico) de aproximadamente 50 de duração, que incluem “a aurora, o zênite e o crepúsculo” de um ciclo econômico mundial, denominados posteriormente na Economia como “ciclos de Kondratieff”. Um dos teóricos da NEP (Nova Política Econômica), em 1920 participou da fundação do Instituto de Conjuntura, em Moscou, especializado em pesquisas estatísticas. Durante a NEP, apoiou a política oficial do governo soviético de incentivo de produção primária de produtos agrícolas e bens de consumo sobre a indústria pesada, dando-lhe sustentação teórica. Entretanto, com o giro político do grupo de Stálin, em 1928, que passou a apoiar a industrialização acelerada e coletivização forçada, Nikolai Kondratieff caiu em desgraça. Nesse mesmo ano, foi afastado da direção do Instituto de Conjuntura. Em 1930, com a consolidação do regime stalinista no partido comunista e no governo soviético, foi processado, preso e condenado no chamado “Processo dos Mencheviques” (considerado o primeiro dos Processos de Moscou) pela suposta formação de um partido pró-kulak. Por fim, em 1938, foi fuzilado no cárcere pelo regime stalinista.

encerramento da fase A de Kondratieff, isto é, o desfecho da expansão da economia-mundo, que foi de aproximadamente 1945 a 1973, os trinta anos gloriosos do capitalismo. Trata-se, desse modo, do início do que se tornou o longo período de estagnação da economia-mundo, a chamada fase B de Kondratieff. Dessa forma, a fim de se entender a teoria de Wallerstein, faz-se premente a diferenciação das fases dos ciclos econômicos de Kondratieff e suas características principais.

Schumpeter,⁵ em “Business Cycles” (1990), definiu os tipos de ciclos econômicos de acordo com sua duração. Assim os ciclos (ou ondas longas) de Kondratieff, originalmente medidos a partir de 1780, têm duração de 48 a 60 anos. Apresentam duas fases distintas: uma fase ascendente (fase A) e uma fase descendente (fase B).⁶ A fase A de Kondratieff é marcada pela expansão econômica do sistema capitalista, fruto fundamentalmente de sólidos investimentos em bens de capital, tais como: ferrovias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, eletrificação, construção civil etc. O que se reflete de forma geral em altas taxas de crescimento da economia mundial, em uma ampliação substantiva do emprego e aumento da

⁵ O maior divulgador da teoria das “ondas longas” de Kondratieff foi Joseph Schumpeter em seu clássico “Business Cycles” (1990). Schumpeter trata os ciclos econômicos de maneira similar a Kondratieff, a partir da quebra do equilíbrio econômico, acrescentando apenas ser essa proporcionada pelo aparecimento da *inovação*, trazida pelo empreendedor capitalista. Os maiores divulgadores contemporâneos dos ciclos de Kondratieff são os neoschumpeterianos, especialmente os economistas Christopher Freeman e Carlota Perez. Outro grande divulgador da teoria de ondas longas foi o economista e líder trotskista Ernest Mandel, autor de “O Capitalismo tardio - uma tentativa de explicação marxista”, o qual defendeu que a teoria de Kondratieff era compatível e complementar a visão de Trotsky sobre desenvolvimento e dinâmica de longo prazo do capitalismo. Além de sua forte influência sobre a escola neomarxista de Relações Internacionais, particularmente sobre Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o economista russo influenciou significativamente os economistas da denominada “Escola da Regulação” - a “teoria da regulação” é uma corrente heterodoxa do pensamento econômico de origem francesa. Baseia-se no conceito de regulação econômica. Teve como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou superar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano e o historicismo alemão. Dentre seus principais representantes estão Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat e Alain Lipietz, todos esses autores tratam os ciclos de Kondratieff combinando com a ideia de desenvolvimento do sistema mundial capitalista. Para um maior aprofundamento no tema, ver especialmente a obra de Aglietta tida como inaugural da Escola da Regulação: “Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos” (1979). No Brasil, os principais divulgadores da teoria dos “ciclos econômicos” de Kondratieff são Theotonio dos Santos e o também economista marxista, Ignácio Rangel. Na década de 1950, sem conhecer o trabalho do teórico russo, Rangel propôs uma reinterpretação da história do Brasil a partir do conceito de “dualidade básica”, que tentava relacionar a dinâmica interna brasileira e as relações que o país mantém com as economias centrais. Décadas depois identificou que essa sucessão coincidia com as inflexões dos ciclos de Kondratieff, o que o levou a imaginar que a sociedade brasileira modifica as suas dualidades em reação a esses grandes movimentos da economia mundial, proporcionados pelas “ondas longas”. Para maior aprofundamento ver principalmente duas obras centrais de Rangel: “A dualidade básica da economia brasileira” (1957) e “O quarto ciclo de Kondratiev” (1990).

⁶ Sinteticamente Wallerstein define esta fase da seguinte forma: “O significado básico da fase B de Kondratieff é que há excesso de produção para a demanda efetiva disponível, de modo que cai a taxa de lucro da produção”. (WALLERSTEIN, 2002a, p. 85).

produção do consumo e das taxas de lucro. Todas essas características podem ser observadas nos trinta anos imediatos ao pós-guerra. Ao contrário da denominada fase A, a fase B de Kondratieff se caracteriza por: queda na taxa de lucros oriunda da esfera da produção; assim, os grandes capitalistas remanejam suas atividades para a esfera especulativa. A queda na taxa de lucros originários da produção provoca uma realocação significativa da atividade produtiva, a prioridade a transações de baixo custo cedendo lugar à prioridade a níveis reduzidos de salário e gerências mais eficientes. Depressão mundial das taxas de emprego. A diminuição do número de empregos provoca uma árdua competição entre os países que são centros de acumulação, os quais buscam exportar o desemprego um para o outro. Isso conduz por sua vez a taxas flutuantes de câmbio. Para a maior parte das áreas do sistema-mundo, a fase B de Kondratieff é percebida como um “momento difícil”, comparada com a fase anterior (A). Entrementes, não ocorre que tal período seja visto como ruim para todos. Isso se deve a duas razões: primeiro, porque alguns grandes capitalistas podem ter condições de encontrar colocações alternativas lucrativas, o que lhes permite ampliar seus níveis particulares de acumulação. E, em segundo lugar, uma vez que uma das características da respectiva fase (B) é a realocação da atividade produtiva, conseqüentemente, alguma determinada região do sistema-mundo poderá vivenciar uma melhoria relevante de seu nível econômico, identificando assim o período como um momento bom (WALLERSTEIN, 2002a, p. 68-69 e 85-86).

Immanuel Wallerstein aponta que todos esses sintomas da nominada fase B são identificados desde a década de 1970 na economia-mundo capitalista. Uma vez que grande parte da produção global (carros, aço, eletrônicos, softwares...) tem sido transferida do tradicional centro capitalista – Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental - para outras regiões do globo, isto gerou um desemprego considerável nessas regiões centrais. Assim, os membros dessa Tríade buscam exportar o desemprego uns para os outros. Na década de 1970 e início dos anos 1980 os maiores prejudicados foram os Estados Unidos, posteriormente foi à vez da Europa (e ainda é), e a partir dos anos 1990 chegou a hora do Japão, que enfrenta uma estagnação econômica que já dura mais de duas décadas – Wallerstein chama a atenção para o fato de que a estagnação japonesa durante a última década do século passado é o que permitiu a elevação das taxas de emprego nos Estados Unidos durante o mesmo período. Além disso, a partir do período de 1970 e ainda mais intensamente durante as décadas seguintes, o capital financeiro ganhou um homérico espaço em relação ao capital produtivo. A elevação dos preços do petróleo nos anos 1970 provocou acumulações globais que foram empregadas como empréstimos para os países da periferia da economia-mundo, o que

culminou na chamada crise da dívida da década de 1980. Com o estabelecimento do Consenso de Washington e a desregulação dos mercados nacionais, impostas ao Terceiro Mundo a partir dos funestos governos Reagan e Thatcher, a financeirização do capital mundial se intensificou deslocando ainda mais o capital da esfera da produção para a esfera da especulação. Todavia, como a fase B de Kondratieff pode apresentar vantagens para alguns países ou uma região específica do Sistema Internacional, já que um de seus efeitos primordiais é a realocação da indústria dos países do centro capitalista para os países não centrais, durante esse período, nem todos perderam, salvando-se algumas exceções que acabaram se beneficiando desse efeito. Tendo em vista que o volume de realocações é limitado, há uma acirrada competição entre os países periféricos a fim de receberem os frutos dessa realocação. Sendo assim, durante a década de 1970, formulou-se o termo NICs (países de industrialização recente), dentre os quais se destacavam: Brasil, México, Coréia do Sul e Taiwan. Já na década seguinte, Brasil e México desapareceram da seleta lista, e, então, começaram a despontar os chamados “Quatro Dragões”. Além de Coréia do Sul e Taiwan, surgiram Hong Kong e Cingapura. Na década de 1990, ocorreram novas realocações, além dos Quatro Dragões, também para a Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Vietnã e China. Apesar das crises posteriores que acabaram atingindo alguns desses países, Wallerstein afirma que durante o período em questão, a região da “Ásia Oriental” foi a “grande beneficiária” da reestruturação da fase B de Kondratieff. Portanto, diante da análise dos aspectos que caracterizam a fase B de Kondratieff, Wallerstein conclui: “Não é difícil mostrar que tudo isso vem ocorrendo no período de 1967-73 até hoje” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 69).

2.2 . “Morte do desenvolvimento” e contra-ofensiva conservadora

Dessa forma, Wallerstein aponta que o início da estagnação econômica do sistema-mundo na década de 1970 teve duas consequências relevantes para hegemonia norte-americana. Em primeiro lugar, a estagnação econômica mundial resultou no colapso do *desenvolvimentismo* – “a ideia de que, de algum modo, adotando uma política estatal correta, qualquer país poderia atingir o alto padrão de vida dos países mais ricos” (WALLERSTEIN, 2009, p. 61) –, que conforme o autor era a principal reivindicação da “Velha Esquerda”⁷ então no poder. Sucessivamente, esses regimes desenvolvimentistas encararam desordens

⁷ Mais adiante discutiremos o que Wallerstein denominou de “Velha Esquerda”, e seus desdobramentos para a crise tanto da hegemonia americana, como do sistema-mundo capitalista.

internas, uma ampliação da dependência concernente às instituições financeiras internacionais, padrões de vida decrescentes e a corrosão da sua credibilidade. Destarte, Wallerstein afirma que “a década de 1970 se tornou a década da morte do desenvolvimento”⁸ como ideia e como política”. Por conseguinte, conforme o autor, o que sinalizara na década de 1960 como uma aparentemente exitosa condução da “descolonização” do Terceiro Mundo por parte dos Estados Unidos – “minimizando a perturbação e maximizando a transferência tranquila de poder para regimes que eram desenvolvimentistas, mas dificilmente se poderiam considerar revolucionários” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 28).– acabou cedendo lugar para uma ordem em desmantelamento, com alto grau de insatisfação e descontrole. De forma que nos momentos em que os Estados Unidos buscaram intervir, fracassaram. Em 1983, os norte-americanos enviaram tropas para o Líbano a fim de restaurar a ordem, e as tropas foram expulsas. Ronald Reagan tentou compensar a frustração estadunidense invadindo Granada, um país sem tropas. De forma análoga, George Bush invadiu outro país sem tropas, o Panamá. Porém, ao intervirem na Somália com o objetivo de restaurar a ordem, novamente os Estados Unidos foram forçados a sair vergonhosamente. Por conseguinte, uma contrarrevolução conservadora articulou-se em nível sistêmico. Os “verdadeiros conservadores”⁹ começaram a assumir o controle dos principais Estados do Sistema Mundial e das instituições internacionais. A contraofensiva neoliberal foi arquitetada pelos regimes de Thatcher e Reagan, pela ascensão do Fundo Monetário Internacional (FMI) – “um clube para ministros das finanças e banqueiros centrais” – como ator central no sistema-mundo capitalista, pelo Fórum Econômico Mundial de Davos – “um ponto de encontro para as elites e a comunicação social” –, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) – “para impor a livre circulação comercial através das fronteiras mundiais” – e pela cartilha apresentada pelo denominado Consenso de Washington – “uma nova definição do caminho para a terra prometida”. O programa conservador era bem claro e inverteu a maior parte dos dogmas do desenvolvimentismo. A industrialização por substituição de importações caiu em descrédito;

⁸ Wallerstein aponta a busca pelo *desenvolvimento* como a ideologia político-econômica dominante em todo o sistema-mundo durante este período do pós-guerra aos anos de 1970, tanto nos países do centro capitalista quanto nos países periféricos. “Os Estados Unidos, a União Soviética, e os países do Terceiro Mundo tinham, sem dúvida, diferentes vocabulários sobre o desenvolvimento, mas as ideias básicas que todos eles alimentavam eram visivelmente semelhantes. A proposta subjacente era de que a combinação de urbanização, agricultura mais eficiente, industrialização, educação e protecionismo de curto prazo (substituição de importações) constituíam o caminho para a terra prometida do desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 2009, p. 61).

⁹ “Onde em tempos anteriores (durante mais de um século) as forças conservadoras tinham tentado retratar-se como liberais mais sensatos, agora os liberais centristas viam-se forçados a argumentar que eram conservadores mais eficazes” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 28).

a construção estatal passou a ser definida como um artífice de uma burocracia inchada e ineficiente; o auxílio financeiro dos países desenvolvidos, como um dinheiro mal investido e alocado; e as estruturas paraestatais, como obstáculos letais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a diminuir e adiar gastos na saúde e na educação. Entrou em curso um forte processo de privatização das empresas públicas, consideradas ineficientes e caras ao tesouro nacional. “O ‘mercado’, mais do que o bem-estar da população, agora se tornava a medida de toda atividade adequada do Estado” (WALLERSTEIN, 2009, p. 62). O papel do FMI foi crucial para a disseminação das práticas neoliberais, uma vez que este condicionava seus empréstimos a um “ajuste (macroeconômico) estrutural”, amarrado às prescrições da cartilha imposta pelo autoritário Consenso de Washington. Em síntese, as diretrizes conservadoras buscavam estabelecer políticas que reduzissem os custos da mão-de-obra, dirimir as restrições de caráter ambiental sobre os produtores e cortar ao máximo os benefícios provenientes da seguridade estatal. O resultado foi uma draconiana estagnação econômica em quase toda a economia-mundo, mas, sobretudo nos países periféricos.

Conforme Wallerstein, a política externa norte-americana sofreu uma *reorientação* a partir da década de 1970, – e que se manteve até setembro de 2001 – mais especificamente a partir do governo Nixon, com o escopo muito bem definido, “a política externa norte-americana tinha que mudar, e mudou”. Desde Nixon, e nos trinta anos subsequentes – passando por Reagan e Bush, e até Clinton – “todos os presidentes dos Estados Unidos se concentraram em um objetivo não revelado: diminuir a velocidade do declínio da hegemonia norte-americana” (WALLERSTEIN, 2009, p. 63). O programa matizado por eles continha três faces. A primeira tinha o propósito de manter o poder *político* dos Estados Unidos. Baseava-se em uma oferta de “parceria” com o Japão e a Europa Ocidental. Tal parceria foi implementada com a formação de uma miríade de instituições multilaterais, tais como a Comissão Trilateral, o Fórum Econômico Mundial de Davos, e o G-7 (grupo constituído pelas sete nações mais ricas do planeta). O maior argumento norte-americano era a necessidade de manter uma frente unida contra a ameaça soviética. Conforme o crítico da hegemonia norte-americana por excelência, a parceria foi relativamente exitosa. A Alemanha, a despeito dos desejos estadunidenses, decidiu pela nominada *Ostpolitik*¹⁰ (política oriental).

¹⁰ Iniciada no decorrer dos anos 70 pelo chanceler alemão Willy Brandt, tendo como principal objetivo a melhoria das relações Leste-Oeste, nomeadamente entre as duas Alemanhas (RFA e RDA). Embora tivesse tentado imprimir uma nova orientação à política externa quando exercia, em 1966, o cargo de vice-chanceler e de ministro dos Negócios Estrangeiros, foi sobretudo a partir de 1969 que Brandt pôde pôr em prática as novas medidas para a política externa. As linhas diretrizes da

Também, a contragosto dos norte-americanos, a Europa Ocidental (inclusive o governo de Margareth Thatcher) concordou em construir o gasoduto da União Soviética ao Ocidente. E, na década de 1990, também apesar das vontades contrárias manifestadas pelos norte-americanos, a Coreia do Sul lançou uma política de aproximação com a Coreia do Norte. Todavia, de modo geral os aliados dos Estados Unidos não se “desviaram” muito. Dessa forma, o sociólogo norte-americano conclui que o objetivo *político* dos Estados Unidos, visando aprazar o ritmo de seu declínio hegemônico, foi “apenas parcialmente bem-sucedido” (WALLERSTEIN, 2009, p. 64).

A segunda face do programa que visava à manutenção da hegemonia dos Estados Unidos, durante os trinta anos que vão de 1970 a 2001, tinha o escopo de lhe assegurar sua superioridade *militar*. Uma vez que o Vietnã expôs as fragilidades das forças terrestres norte-americanas, impunha-se a necessidade de manter sua vantagem nuclear. Em agosto de 1949, os Estados Unidos já haviam perdido o monopólio das armas nucleares, quando a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica em testes. Contudo, os Estados Unidos decidiram que era crucial cessar a proliferação nuclear. O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares entrou em vigor em março de 1970, as cinco potências nucleares concordaram em estabelecer negociações no sentido do desarmamento nuclear e de permitir que outros Estados desenvolvessem energia nuclear com fins pacíficos, em troca de uma renúncia do resto do mundo em produzir armas nucleares. Três nações se recusaram a assinar o tratado e adquiriram armas nucleares, trata-se de Israel, Índia e Paquistão. Alguns outros Estados em que se imaginava ter iniciado programas para desenvolver esse tipo de armamento encerraram tais programas. Apesar de a lista não ser formal, provavelmente inclui no mínimo Alemanha, Suécia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Brasil e Argentina. E, com o fim da União Soviética, três repúblicas atualmente independentes, a Ucrânia, o Cazaquistão e a Bielo-Rússia, renunciaram às armas que foram instaladas em seus territórios. A Líbia desmantelou seu programa nuclear em 2004, o Iraque foi invadido pelos Estados Unidos, em março de 2003, sob falsas acusações de possuírem um programa com esse fim. E ainda restam a Coreia do Norte e o Irã, em particular que incomodam especialmente os

Ostpolitik foram sintetizadas pelo próprio Brandt num dos seus primeiros discursos como chanceler, em que apontou a tarefa de salvaguardar a unidade da nação, preocupando-se em pôr fim ao estado de contração que caracterizava as relações entre as duas partes da Alemanha. Ofereceu aos responsáveis políticos da RDA a possibilidade de se efetuarem negociações bilaterais com vista à cooperação. A estratégia de Brandt conduziu à assinatura de uma série de tratados: com a URSS e a Polónia, em 1970, em que foram oficialmente reconhecidas a linha Oder-Neisse como fronteira germano-polaca e a divisão da Alemanha em dois Estados (foram definidas as respetivas fronteiras mas salvaguardou-se a eventualidade de uma unificação pacífica no futuro); e com a RDA, em 1972, um tratado fundamental, que estabelecia as relações diplomáticas entre as duas Alemanhas.

Estados Unidos com relação à questão nuclear. “Podemos dizer que esse segundo objetivo também foi parcialmente bem-sucedido, mas apenas parcialmente” (WALLERSTEIN, 2009, p. 65).

A terceira face dessa política externa dos Estados Unidos objetiva interromper o “pouso forçado da águia” era *econômica* e está relacionada com a já analisada substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo. Apesar de ter provocado uma estagnação econômica em quase todo o sistema-mundo, para Wallerstein, esta foi, em diversas formas, o aspecto mais bem-sucedido da revisada política externa norte-americana. Isso porque com a desregulamentação dos mercados nacionais imposta por Washington aos países periféricos, o envolvimento econômico e, especialmente, financeiro dos Estados Unidos nos países do Terceiro Mundo se intensificou e se tornou muito mais lucrativo, compensando, assim, para alguns, o decaimento da lucratividade das antigas indústrias de ponta norte-americanas.

Portanto, a revisada política externa norte-americana, que se iniciou no governo Nixon, teve continuidade no governo Reagan e se estendeu até os governos de George Bush e Bill Clinton, visando primordialmente retardar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, e que se pautou em três aspectos: político, militar e econômico, foi conforme a avaliação de Wallerstein, apenas parcialmente bem-sucedida.

3. Revoluções de 1968 e o flagelo da “Velha Esquerda”

O segundo signo apontado pelo crítico da hegemonia estadunidense como sinal do declínio hegemônico estadunidense são as revoluções de 1968. “Podemos chamar isso de uma revolução *mundial*, porque ocorreu virtualmente em todos os lugares do mundo e porque especificamente atravessou a divisão tripartite do sistema-mundo da época – o Ocidente, o Bloco Comunista e o Terceiro Mundo” (WALLERSTEIN, 2009, p. 59). Dessa forma, o autor declinista afirma que as proporções reais da revolução mundial de 1968 – a qual teve duração de aproximadamente 1966 a 1970 –, são enormes, de modo que uma verdadeira e abrangente história dos eventos ainda deve ser escrita e diversos observadores estão conscientes apenas dos acontecimentos mais evidentes, isto é, aqueles que foram cobertos pela mídia, contudo não possuem ciência da assombrosa quantidade de pequenas revoltas, especialmente as que ocorreram em regimes mais autoritários. Wallerstein aponta que a despeito dos problemas locais e das retóricas locais que foram abordados localmente, houve dois problemas globais que foram proclamados em praticamente todos os eventos, servindo como um cimento comum que unia todas as partes do movimento, conferindo a revolução de 1968 um caráter

mundial. Trata-se das fortes contestações a denominada “Conferência de Yalta” e ao que Wallerstein chama de “Velha Esquerda”.

A Conferência que reuniu em Yalta, no ano de 1945, Roosevelt, Churchill e Stalin determinou, segundo o sociólogo norte-americano, as restrições geopolíticas na segunda metade do século XX. O autor afirma que os pactos formais estabelecidos na Conferência de Yalta tiveram menor importância do que os acordos informais e tácitos nela firmados, o que pode ser demonstrado a partir do comportamento dos Estados Unidos e da União Soviética nos anos seguintes. Essencialmente, o acordo entre as superpotências estabelecia que ambos os lados poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado recorreria à força para expulsar o outro. Ao fim da grande guerra em 1945, as tropas soviéticas e as ocidentais (norte-americanas, inglesas e francesas) localizavam-se em pontos específicos e, a despeito de alguns pequenos ajustes, permaneceram nesses mesmos territórios. Trata-se basicamente de uma linha norte-sul no centro da Europa, mais especificamente no rio Elba, na Alemanha, e em uma projeção para o sul no Mediterrâneo, a nominada linha Oder-Neisse; e de forma análoga na Ásia Oriental, essa linha existia no rio Yalu, dividindo a Coreia em duas metades. O acordo consistia, desse modo, que cada uma das superpotências manteria o controle político e militar do seu lado dessa fronteira, comprometendo-se reciprocamente a não utilizar a força militar, a fim de alterar o *status quo*. O que garantia o controle da União Soviética sob as áreas que haviam sido ocupadas pelo Exército Vermelho, e garantia aos Estados Unidos controle sobre o resto. “Politicamente, Yalta foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de 1/3 do mundo e os Estados Unidos o restante” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 23). Apesar de sofrer certos momentos de instabilidade, tais como na guerra da Coreia, no bloqueio de Berlim, no norte do Irã, na guerra civil grega e na crise dos mísseis em Cuba; deve-se observar que invariavelmente ambos os lados desistiram de utilizar armas nucleares, e cada um desses conflitos terminava com um retorno ao *status quo ante*. Nesse sentido, Wallerstein conclui que: “O fato é que a aceitação mútua das fronteiras geopolíticas do outro permaneceu durante todo o período da chamada Guerra Fria, apesar de todos os tipos de pressões internas em cada campo, no sentido de não respeitar os termos do acordo tácito” (WALLERSTEIN, 2009, p. 55-56).

Por conseguinte, os revolucionários de 1968, ao condenarem a Conferência de Yalta, não condenavam somente o “imperialismo” norte-americano, mas também o “conluio” entre União Soviética e Estados Unidos. Os manifestantes de 1968 utilizavam ou adaptavam a linguagem dos revolucionários maoístas que dividiam o planeta em dois campos: as duas superpotências e o resto do mundo. Apesar de fortemente contestados durante a revolução

mundial de 1968, os acordos firmados em Yalta só vieram realmente a desfalecer em 1989 com a queda do muro de Berlim, o terceiro signo apontado pelo autor como sinal do declínio do poder americano. Não obstante, antes de o analisarmos, devemos ponderar sobre o segundo problema global denunciado pelos revolucionários de 1968, a denominada “Velha Esquerda”.

O autor de “Após o Liberalismo” define o que ele denominou de “Velha Esquerda” como a composição de três tipos clássicos de movimentos antissistêmicos: os partidos comunistas, no poder do bloco socialista; os partidos socialdemocratas, em alternância de poder na maior parte dos Estados ocidentais; e os movimentos de libertação nacional e populistas, no poder na maioria dos Estados do Terceiro Mundo. Conforme o autor, a acusação dos revolucionários de 1968 à Velha Esquerda pautava-se na proposta de dois passos oferecida por ela aos seus seguidores: primeiro conquistar o poder estatal e, posteriormente, transformar o mundo; e que uma vez conquistado o poder do Estado – de fato, no período de 1945 a 1968, a Velha Esquerda havia alcançado o poder estatal em uma grande parte do sistema-mundo –, esses movimentos oficialmente antissistêmicos não cumpriram suas promessas. “O mundo permaneceu hierárquico, não democrático e desigual (internacional e nacionalmente)” (WALLERSTEIN, 2009, p. 60). Ademais, segundo o movimento revolucionário de 1968, os partidos da Velha Esquerda no poder acabaram se tornando o maior obstáculo para alcançar a verdadeira transformação que haviam prometido quando estavam na sua fase de mobilização, uma vez que abandonaram a promessa de derrubar o sistema e construir um mundo verdadeiramente democrático e igualitário; antes, buscaram, dentro das estruturas já estabelecidas do sistema-mundo, no máximo, objetivos desenvolvimentistas reformistas, esvaindo-se assim de seu caráter revolucionário enquanto movimento antissistêmico. Conseqüentemente, conforme o autor, a revolução mundial de 1968 obrigou as forças populares a repensarem suas estratégias, em vista da desilusão disseminada por todo o Sistema Internacional, referente à ideia de que o objetivo primordial dos movimentos populares deveria ser conquistar o poder estatal, Estado por Estado. Destarte, Wallerstein conclui: “Essas duas visões – o conluio da União Soviética com o imperialismo dos Estados Unidos e o fracasso político da Velha Esquerda – traziam como consequência o fato de que o esforço político dos movimentos da Velha Esquerda fora totalmente liquidado” (WALLERSTEIN, 2009, p. 60).

4. Queda do Muro de Berlim e o desfecho do “Pacto de Yalta”

Posteriormente, na esfera da política-internacional, em 1989, os Estados Unidos sofrem mais um duro golpe contra sua hegemonia mundial, a queda do muro de Berlim e o subsequente desmantelamento do bloco soviético, o terceiro signo apontado pelo autor de “O Declínio do Poder Americano” como sinal do colapso hegemônico dos Estados Unidos. Para Immanuel Wallerstein, o esgotamento da União Soviética se mostrou negativo, e não positivo, para a posição geopolítica dos Estados Unidos. “O colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 29). Em um período relativamente curto, os países da Europa Oriental e Central derrubaram seus regimes comunistas e encerraram suas ligações militares e econômicas com a União Soviética. Em seguida veio a dissolução do Partido Comunista soviético pelo desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nas suas dezesseis repúblicas constituintes e pelo paralelo desmantelamento da República Federativa da Iugoslávia. Conforme o autor declinista, os Estados Unidos ficaram “aturdidos” e “perplexos” com o súbito colapso soviético, e “incertos” a respeito de como lidar com suas consequências, “inseguros” acerca de como manipular esse novo desenvolvimento.

O crítico tenaz da hegemonia norte-americana aponta duas consequências geopolíticas principais do colapso soviético. Primeiro, os norte-americanos perderam o último argumento relevante que possuíam diante da Europa Ocidental, a fim de que ela permanecesse politicamente ligada aos Estados Unidos, a saber, a necessidade de manter uma frente unida contra a ameaça soviética. Em segundo lugar, os norte-americanos perderam “a última coerção indireta que tinham sobre as políticas dos países do Terceiro Mundo”, isto é, o papel da União Soviética como o país que impunha as regras do acordo de Yalta nos países que eram hostis aos Estados Unidos. O que pôde ser observado, por exemplo, quando Saddam Hussein decidiu invadir o Kuwait, algo que seria impensável caso os acordos de Yalta ainda prevalecessem. Desse modo, Wallerstein relaciona o segundo e o terceiro signo do declínio do poder americano, uma vez que se os levantes de 1968 contestavam abertamente a Conferência estabelecida em Yalta, não obstante só em 1989 é que esta veio realmente a sucumbir com a queda do muro na Alemanha e o ulterior desmantelamento da União Soviética.

Saddam Hussein tinha uma miríade de motivos para invadir o Kuwait. Contando com o apoio dos Estados Unidos, já havia se envolvido em uma inconclusiva guerra contra o Irã. Havia contraído enormes dívidas com a Arábia Saudita e o Kuwait, conseqüentemente,

dívidas que tinha dificuldades de sanar. Acreditava que o Kuwait estivesse utilizando poços diagonais para drenar petróleo dos campos iraquianos. Além disso, o Iraque tinha argumentado durante mais de setenta anos que o Kuwait fazia parte de seu território, e que somente tinha sido criado como um Estado separado pelos britânicos. Destarte, Saddam Hussein enxergava na invasão ao Kuwait, que não era militarmente preparado para enfrentar o exército do Iraque, a possibilidade de resolver todos os problemas com um único golpe. Contudo, isto somente foi possível com o desmantelamento soviético e a anulação definitiva dos acordos firmados em Yalta.

Após certa hesitação momentânea, a potência norte-americana decidiu reagir, mobilizando uma campanha militar, envolvendo quatro países como principal financiador dos custos da operação estadunidense, trata-se da Alemanha, do Japão, da Arábia Saudita e do próprio Kuwait. Conforme Wallerstein, a campanha militar liderada pelos Estados Unidos teve como resultado final o *status quo ante*. Dessa forma, o crítico tenaz da hegemonia norte-americana questiona: “Mas poderá uma potência hegemônica ficar satisfeita com um empate numa guerra contra uma potência regional medíocre?” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 29). Ademais, conforme o autor, o fato de os Estados Unidos não ter conseguido derrubar o regime de Hussein “corroeu as entranhas da direita dos Estados Unidos”, o que contribuiu grandemente para que os falcões invadissem novamente o Iraque mais de uma década depois.

Ademais, Wallerstein aponta que entre a Guerra do Golfo e o 11 de setembro de 2001 as duas principais arenas de conflito no Sistema Internacional foram os Balcãs e o Oriente Médio. E em nenhuma delas a atuação da hegemonia dos Estados Unidos se mostrou eficiente. No caso dos Balcãs, a Iugoslávia, um país multinacional e economicamente bem-sucedido, acabou se desmembrando nas diversas partes que o compunham. Durante dez anos, a maior parte dos países que resultaram daí esteve envolvida em um processo de etnificação, sofrendo guerras, graves violações dos direitos humanos e uma violência brutal. Apesar de conseguir uma trégua nos conflitos e encerrar quase toda a violência mais explícita, a intervenção internacional encabeçada pelos Estados Unidos não fez nada no sentido de reverter a etnificação, “que agora está consolidada e mais ou menos legitimada pelas intervenções externas” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 25). Com relação ao Oriente Médio, o autor de “O Declínio do Poder Americano” aponta que o envolvimento de Washington tem sido ainda mais intenso e seus fracassos ainda maiores. Destarte ele conclui: “Tanto nos Balcãs como no Oriente Médio, os Estados Unidos não conseguiram exercer eficazmente a sua proteção hegemônica, não por falta de vontade ou esforço, mas por falta de verdadeiro poder” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 30). Evidenciando, dessa forma, a fragilidade da atual

hegemonia, que se mostra cada vez mais desgastada e que, após os atentados de 11 de setembro, acelerou seu processo de crise terminal.

5. O 11 de setembro e a “Fase Terminal” do Poder Americano

Finalmente chegamos ao quarto e último símbolo do outono hegemônico de Washington, os atentados terroristas de 11 de Setembro. Conforme sentença Wallerstein, “os Estados Unidos estão em decadência como potência hegemônica desde a década de 1970 e, justo por causa das respostas dos Estados Unidos ao 11 de setembro, agora acredito que a velocidade desse declínio esteja aumentando” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 9). Anteriormente aos atentados de setembro de 2001, os falcões republicanos que assumiram o poder no governo Bush filho – como veremos a seguir, grande parte deles formou o aparelho administrativo do governo de Bush pai – já dispunham de um plano para garantir o domínio global dos Estados Unidos sobre o Sistema Internacional e prevenir a ascensão de novas grandes potências até o final do século XXI, trata-se do chamado “Projeto para o Novo Século Americano”.¹¹ O PNAC (Projeto para o Novo Século Americano) foi formulado pelos neoconservadores republicanos (os falcões) durante a década de 1990. Longe do poder nessa época e críticos ferrenhos da administração Clinton, tal projeto tinha o objetivo de garantir que o século XXI seria mais um século de primazia norte-americana em todos os aspectos do poder: político, econômico, ideológico e principalmente militar. Conforme a própria definição da organização:

O Projeto para o Novo Século Americano é uma organização educacional dedicada a algumas proposições fundamentais: que a liderança americana é boa tanto para a América e para o mundo e que essa liderança exige força militar, diplomacia enérgica e o compromisso de princípio moral.¹²

¹¹ O Projeto para o Novo Século Americano não era secreto e, se tornou público em 3 de junho de 1997. O PNAC foi assinado pelos neoconservadores Elliott Abrams, Gary Bauer, William J. Bennett, Jeb Bush (irmão de George W. Bush), Dick Cheney, Eliot A. Cohen, Midge Decker, Paula Dobriansky, Steve Forbes, Aaron Friedberg, Francis Fukuyama, Frank Gaffney, Fred C. Ikle, Donald Kagan, Zalmay Khalilzad, I. Lewis Libby, Norman Podhoretz, Dan Quayle, Peter W. Rodman, Stephen P. Rosen, Henry S. Rowen, Donald Rumsfeld, Vin Weber, George Weigel e Paul Wolfowitz.

¹² [Tradução Nossa]. Cf. STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>. Acessado em 27 de dezembro de 2011. No original: “The Project for the New American Century is a non-profit educational organization dedicated to a few fundamental propositions: that American leadership is good both for America and for the world; and that such leadership requires military strength, diplomatic energy and commitment to moral principle.”

Posteriormente, já em 2000, John Bolton, Paul Wolfowitz e outros falcões que retornaram ao poder redigiram juntos a “Reconstrução das Defesas Norte Americanas” (*Rebuilding America’s Defenses*), um relatório de estudos do PNAC, no qual:

Insistiam no abandono do tratado contra mísseis balísticos, no desenvolvimento de ogivas nucleares para atacar bunkers subterrâneos, no preparo de armas contra o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte e num aumento de 24% dos gastos militares. Acrescentaram que o mundo precisava da liderança norte-americana, não da ONU. Tudo isso agora aconteceu (MANN, 2006, p.12).

Portanto, faz-se relevante explicitar que o projeto de expansão do poder americano por todo o Sistema Internacional já existia antes do 11 de setembro, que ele marca uma reorientação da política externa norte-americana e que tal reorientação funcionou paradoxalmente, como veremos, como um catalisador da erosão hegemônica dos Estados Unidos. Ao se realizar uma breve análise do quadro administrativo do governo Bush, fica evidente como a maioria deles tem uma longa ficha de neoconservadorismo belicoso, e como o projeto de supremacia global já estava presente mesmo antes da posse de George W. Bush.

Após oito anos na oposição, os falcões republicanos voltaram ao poder com a contestada eleição de George W. Bush. Ao assumir o governo da maior potência do século XX, o ex-presidente norte-americano escalou para os principais cargos do Estado, mais de vinte neoconservadores que fizeram parte do governo de seu pai, doze anos antes. Dentre os mais célebres falcões que retornaram à Casa Branca no derradeiro governo republicano, destacam-se: o vice-presidente Dick Cheney, que ocupava o cargo de Secretário de Defesa em 1989, cargo, esse, ocupado na última administração republicana pelo não menos conservador Donald Rumsfeld; Paul Wolfowitz, na última administração Bush, ocupou o cargo de vice-secretário de Defesa de Rumsfeld e, posteriormente, foi o presidente do Banco Mundial.¹³ Douglas Feith, subsecretário de Defesa para a Política, Richard Perle,¹⁴ presidente do Conselho de Política de Defesa e J. D. Crouch, secretário-assistente de Defesa para a Segurança Internacional. Esses são alguns dos falcões que retornaram ao poder em 2001 e que no governo Jorge Bush (pai) defenderam medidas apoiadas em um rigoroso neoconservadorismo belicoso, tais como: impedir a ratificação da Convenção sobre Armas

¹³ Desde o pós-guerra, europeus e norte-americanos possuem um acordo que se mostra invariável. Os primeiros têm o direito de indicar os presidentes do Fundo Monetário Internacional, e os segundos, podem escolher os presidentes do Banco Mundial.

¹⁴ “Dirigentes como Richard Perle e Paul Wolfowitz falam como Rambo, tanto em público quanto em privado. A única coisa que importa é o poder avassalador dos Estados Unidos. Em termos reais, eles querem dizer que os Estados Unidos podem invadir qualquer país suficientemente pequeno para conquistar vitórias rápidas. Isso não é uma política. Nem vai funcionar. As consequências dessa situação para os Estados Unidos serão muito perigosas.” (HOBBSAWM, 2008, p. 160).

Químicas; insistir que Netaniahu, o primeiro-ministro israelense, rompesse totalmente com os Acordos de Paz de Oslo e reafirmasse as pretensões israelitas à força; e ainda que os Estados Unidos executassem um primeiro ataque às instalações de mísseis nucleares da Coreia do Norte. Há ainda, um nome de suma importância no governo George W. Bush, que expressa claramente o teor unilateralista dos falcões, trata-se de John Bolton, o qual na última administração republicana ocupou o cargo de subsecretário para Controle de Armamentos e Assuntos Internacionais e posteriormente foi embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas e, que declarou que: “isso de Nações Unidas não existe, e que se os últimos 16 andares do prédio da ONU desmoronassem, o mundo não ficaria pior” (MANN, 2006, p.12). No âmago dessa composição neoconservadora unilateral e belicista, destacava-se uma voz dissonante, o então secretário de Estado, Colin Powell, que insistia para Bush que o país deveria assumir uma postura multilateral e atrair aliados para a manutenção de sua hegemonia. Contudo, o desarmônico Powell foi forçado a deixar o ninho dos falcões e, em seu lugar, assumiu a secretaria de Estado, a austera Condoleezza Rice – que, na ocasião em que a maioria do Sistema Internacional se opôs à invasão norte-americana ao Iraque, respondeu tolerantemente que os Estados Unidos deveriam perdoar a China, ignorar a Rússia e punir a França.

Os falcões não eram críticos ferozes apenas da política externa do governo Clinton, entretanto eles contestavam toda a política externa de 1970 a 2000, ou seja, a política externa de Nixon a Clinton – Wallerstein destaca que eles não isentaram nem o governo Reagan dessa crítica, “embora não dissessem isso em voz alta”. A qual, como já discutido anteriormente, tinha o propósito de reduzir o declínio da hegemonia norte-americana. Conforme o sociólogo estadunidense ressalta, os *neocons* “acreditavam que o declínio era muito real” (WALLERSTEIN, 2009, p. 69-70), porém, não o enxergavam como efeito estrutural do sistema-mundo, – como por exemplo, a alternância da fase A para a fase B do ciclo econômico de Kondratieff -, e sim como um resultado da ineficiência política e da ausência de decisão consistente desses sucessivos governos. Embora diversos desses neoconservadores já tivessem ocupado altos cargos na política externa dos Estados Unidos tanto no governo Ronald Reagan como no George H. W. Bush, eles nunca conseguiram que tais governos assumissem seu programa. E mesmo nos primeiros oito meses do governo George W. Bush, os falcões republicanos permaneceram frustrados.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 o cenário mudou. Os *neocons* encontraram a oportunidade para colocar seu nefasto projeto de mais um século americano em prática. O governo Bush mudou de rumo rompendo com a política externa que reinara nas

ultimas três décadas.¹⁵ “Os falcões, há muito frustrados mesmo com as administrações mais conservadoras, conseguiram finalmente dominar a política externa norte-americana” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 31). Conforme o crítico porfiado da hegemonia americana, a posição dos neoconservadores é muito clara: os Estados Unidos possuem um incontestável poder bélico, e apesar de diversos líderes estrangeiros considerarem inadequado da parte norte-americana demonstrar essa força, esses mesmos líderes nada podem fazer caso Washington tão somente impuser sua vontade aos demais. Com efeito, os falcões republicanos acreditam que os Estados Unidos devem se portar como uma “potência imperial” por dois motivos básicos: primeiro simplesmente porque podem fazê-lo; e, segundo, porque caso não o façam, serão cada vez mais marginalizados. Todavia, as interpretações dos falcões estavam equivocadas e só contribuíram para o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, “transformando uma decida gradual em uma queda muito mais rápida e turbulenta” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 32).

A resposta dos Estados Unidos aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 inaugurou um novo cenário geopolítico nos Sistema Internacional. O presidente Bush declarou guerra ao “Terrorismo”, classificando-o como a principal ameaça à segurança mundial – George W. Bush proclamou em tom heroico: “Nós defendemos a paz lutando contra terroristas e tiranos” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 788). A política externa norte-americana definiu a nova estratégia de segurança nacional, a chamada “Doutrina Bush”. Nela, os Estados Unidos resumiram as Relações Internacionais entre *forças do bem* (sociedades livres) e *forças do mal* (organizações ou Estados envolvidos com o terrorismo). Dessa forma, Washington estabeleceu uma lista de seus inimigos públicos, denominados sugestivamente como o “Eixo do Mal”¹⁶ – Nas palavras do então presidente Bush: “Estados como esses e os seus aliados terroristas constituem um *eixo do mal* que se arma para ameaçar a paz do mundo” (BUSH, In: MANN, 2006, p. 15).

¹⁵ Eric Hobsbawm compartilha categoricamente da mesma opinião de Immanuel Wallerstein. Ao discorrer sobre as implicações do 11 de setembro e a consequente reorientação da política externa do governo Bush, o historiador sentencia: “Francamente, não consigo entender como o que ocorreu a partir do Onze de Setembro nos Estados Unidos pôde permitir a um grupo de alucinados políticos pôr em execução planos há muito acalentados de uma atuação unilateral em busca da supremacia mundial.” Em seguida, ele acrescenta de forma pontual os desdobramentos da política externa praticada pelos falcões: “Como já ficou evidente, ela destila instabilidade, imprevisibilidade e agressão e terá consequências não desejadas e quase certamente desastrosas.” (HOBSBAWM, 2008, p. 52).

¹⁶ Também chamados de *Estados Párias* ou de *Estados Bandidos*, este conceito foi criado pelos falcões republicanos para denominar os inimigos dos Estados Unidos, e consequentemente da paz, da democracia, das liberdades individuais..., enfim, de toda a humanidade, cujos principais representantes atualmente são: Irã e Coréia do Norte.

A Doutrina Bush se assentou em dois pilares básicos: o *unilateralismo*, isto é, a possibilidade de os Estados Unidos agirem no mundo de modo unilateral, sem a preocupação de consulta aos organismos multilaterais, tais como a OTAN ou a ONU;¹⁷ e o conceito de *ataques preventivos*, o uso da força de forma preventiva (antes de um possível ataque inimigo) a qualquer Estado que Washington considerasse ameaçador à sua segurança – em dois de junho de 2002, na academia militar de West Point, o presidente dos Estados Unidos anunciou: “A guerra contra o terror não se ganha na defensiva. Dissuasão e promessa de retaliação maciça nada significam contra esquivas redes terroristas... É preciso levar a batalha ao inimigo e confrontar as piores ameaças antes que elas venham à tona” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767).

Ademais, a Doutrina Bush pautava-se na intolerância à neutralidade dos atores, conforme os falcões, quem não se posiciona a favor das políticas norte-americanas é consequentemente inimigo dos Estados Unidos – nove dias após os ataques terroristas, o presidente Bush pronunciou no Congresso norte-americano: “Todas as nações em todas as regiões agora têm uma decisão a tomar: ou estão conosco ou estão com os terroristas” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767). Com base nessa perniciosa doutrina, os Estados Unidos reforçaram a presença de suas tropas em todos os continentes e ampliaram significativamente seu orçamento militar, já muito maior o do que o de qualquer outro país – no dia 20 de setembro de 2002, em um documento destinado ao Congresso dos Estados Unidos, Bush reafirmou: “Nossas forças deverão ser firmes o bastante para dissuadir adversários potenciais de buscar uma escala militar na esperança de se equiparar ou ultrapassar o poderio dos Estados Unidos” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767). Vale ressaltar como Michael Mann dimensiona com precisão a nova doutrina da política externa do presidente Bush.

Bush, frente a ‘ações hostis’, disse que os Estados Unidos agiriam militarmente, de forma preventiva ou por conta própria. Os aliados, insinuou ele, são apenas ocasionais e temporários. As Nações Unidas só são mencionadas no mesmo fôlego que a OMC e a OTAN. Essa é uma visão unilateral e militarista de como superar a desordem Mundial. Este é o novo imperialismo. O mundo deveria saber que o atual governo dos Estados Unidos adota o novo imperialismo. E não achar que a política norte-americana quanto a Kyoto, minas terrestres, Guerras nas Estrelas, Iraque, Irã e o sul das Filipinas são ocasionais ou isoladas. Todas fazem parte da grande estratégia para um Império Americano global... (MANN, 2006, p. 10).

¹⁷ Faz-se interessante apontar como Noam Chomsky apresenta as relações entre a potência hegemônica e as Nações Unidas, de forma que esta é *instrumentalizada* pela primeira. Conforme Chomsky: “Os Estados Unidos estavam tentando arruinar a ONU. Essa é a razão por que eles não pagam suas dívidas, porque agora não é mais um instrumento útil de poder. Quando puder ser usada, será. Assim, quando a operação Somália virou uma catástrofe, aí então estava tudo bem. A ONU – a incompetência da ONU – podia levar a culpa. E talvez às vezes, se houver algo que os Estados Unidos não queiram fazer e a ONU puder servir de disfarce, então eles a usarão”. (CHOMSKY, 2003, p. 74-75).

Diante dessa reorientação da política externa dirigida pelos neoconservadores, Wallerstein discorre que essa nova abordagem dos falcões falhou por razões militares, econômicas e ideológicas, potencializando, dessa forma, o colapso hegemônico.

Analisemos primeiro o aspecto militar. Um mês após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão para derrubar o regime do Taliban, destruir as bases da Al Qaeda e capturar Osama Bin Laden. Em alguns meses, o regime do Taliban foi destituído e um novo governo de transição, apoiado pelos Estados Unidos, assumiu o poder. Contudo, a dificuldade de reconstruir o país, ou de estabelecer o mínimo de ordem mesmo na região em torno de Cabul, permitiu que os próprios talibãs retomassem o controle de quase todo o país e provocou um enorme desgaste da imagem dos Estados Unidos em todo o Sistema Internacional, inclusive internamente. Já Bin Laden escapou de uma intensa perseguição. Acredita-se que ele tenha cruzado a fronteira e se estabelecido no noroeste do Paquistão (Waziristão). Ele passou a viver sob a proteção de líderes tribais pashtuns, até, supostamente, fixar residência no casarão em Abbottabad, onde foi assassinado em 2011. De qualquer forma, a reconstrução do Afeganistão conduzida pelos Estados Unidos tem sido desastrosa. Em seguida os falcões traçaram o novo alvo de guerra ao terror, o Iraque de Saddam Hussein. “Sua impressão (dos falcões) era de que Saddam tinha humilhado os Estados Unidos permanecendo no poder do Iraque. E censuraram implicitamente o primeiro presidente Bush por não ter marchado sobre Bagdá em 1991” (WALLERSTEIN, 2009, p. 70). Em março de 2003, os norte-americanos invadiram o Iraque sem a aprovação da ONU e com o auxílio da Inglaterra. Ao contrário do ataque ao Afeganistão, a guerra no Iraque provocou enorme polêmica e foi reprovada pela maior parte do Sistema Internacional. Washington alegava que o regime de Hussein desenvolvia armas de destruição em massa e tinha envolvimento com a Al Qaeda. Entrementes, após a contestada invasão, ficou comprovado que as acusações americanas eram falsas.

George W. Bush é acusado de ter ocupado o Iraque por outros propósitos: garantir o acesso às reservas de petróleo do país e abrir caminho para que as empresas multinacionais estadunidenses investissem na sua reconstrução, obtendo, desta forma, lucros significativos. A intervenção no Iraque tomou um rumo adverso. Depois da queda de Saddam Hussein, o país foi retalhado por uma infundável guerra civil entre sunitas, xiitas e curdos, e os norte-americanos realizam uma longa intervenção militar. Para agravar ainda mais a já complexa situação, o Iraque de Saddam estava aparentemente livre de grupos terroristas, o país ocupado, no entanto, viu-os se multiplicar, sobretudo após a criação da Al Qaeda local, em

2004, um ano após a invasão norte-americana. Nos anos subsequentes, o grupo terrorista promoveu uma violenta campanha de atentados contra alvos ocidentais e xiitas. Nesse sentido, em consonância com a análise wallerstaniana, as previsões de Michael Mann são taxativas: “Veremos que o novo imperialismo cria mais e não menos terroristas, que cria mais ‘Estados párias’ resolutos e que enfraquece a liderança norte-americana no mundo.” E posteriormente o autor de *O Império da Incoerência* conclui em tom tônico e irônico: “Mas os inimigos dos EUA estão errados ao vê-los como o Grande Satã ou Império do Mal. Ele não é assim tão bem organizado. Este é um Império incoerente cujo militarismo superconfiante e hiperativo logo o destruirá” (MANN, 2006, p. 29).

O saldo geopolítico da “Guerra ao Terror” foi em diversos aspectos o contrário do imaginado pelo governo norte-americano. Uma década após o início da guerra, o antiamericanismo no mundo se difundiu consideravelmente. O resultado foi o fortalecimento do Hamas, do Hezbollah, dos aiatolás do Irã e de outras forças fundamentalistas. Desde então, partidos políticos constituídos por islamistas radicais cresceram em detrimento dos partidos laicos nos Estados que têm eleições livres, incluindo a Palestina, o Líbano e o próprio Iraque ocupado. Em nações que não existiam, tornaram-se arautos da oposição a governos laicos autoritários e atualmente emergem como força importante nos protestos da “Primavera Árabe”, nos novos regimes da Líbia e Egito.

Ao arregimentar a mídia anglo-saxônica e integrá-la ao seu esforço de guerra, o Pentágono deu oportunidade à Al-Jazira de se firmar como uma voz independente e respeitada. A Turquia, outrora importante aliada e aspirante a membro da União Europeia, negou seu espaço aéreo à invasão norte-americana, viu consolidada a liderança do partido islâmico de Recep Tayyip Erdogan, passou a se aproximar do Irã e do Hamas e ainda rompeu relações com Israel. O Paquistão, outro país com relevância geopolítica na região (pois possui armas nucleares), também se afasta dos Estados Unidos, teve sua soberania violada na captura de Osama Bin Laden – que se refugiava perto de um quartel militar paquistanês –, e periodicamente recusa autorização à passagem de comboios das tropas de coalizão destinadas ao Afeganistão.

Governos denominados pelos Estados Unidos como o *Eixo do Mal* reagiram contra o risco de outra invasão exacerbando seu próprio nacionalismo e adotando medidas repressivas ou militaristas. Mianmar mudou sua capital para um local mais defensável, e, no Irã, o governo moderado e reformista de Mohammad Khatami viu desmoralizada sua política de reaproximação com o Ocidente, abrindo caminho para a radicalização e a eleição de Mahmoud Ahmadinejad, em 2005. Os radicais iranianos ampliaram sua influência sobre os

correligionários xiitas no país vizinho ocupado, enquanto a resistência da minoria sunita era seduzida pela Al-Qaeda. Wallerstein aponta que com relação à intimidação da proliferação de armas nucleares, o resultado também foi oposto ao esperado pelos *neocons*. A Coreia do Norte e o Irã concluíram, a partir da invasão norte-americana no Iraque, que os Estados Unidos realizou o feito não porque o Iraque possuísse armas nucleares, porém exatamente porque não possuíam armas nucleares. Pareceu claro aos líderes desses dois países que a defesa mais segura dos seus regimes era acelerar o seu processo de adquirir armamento nuclear. Por razões estratégicas o Irã negou isso, contudo a Coreia do Norte não. Washington afirmou que ambos os Estados estavam efetivamente dando continuidade a esses programas, todavia os Estados Unidos estavam fragilizados tanto *militarmente* – “Do ponto de vista militar, ficou claro que eles não estariam em condições de executar uma invasão por terra bem-sucedida” – quanto *politicamente*, pela invasão do Iraque – “Dever-se-iam, é claro, previamente, usar armas nucleares aéreas, mas, politicamente, as consequências negativas para os Estados Unidos eram desanimadoras”. Destarte, o autor declinista conclui assertivamente: “Os Estados Unidos estavam, por conseguinte, em piores condições para impedir a proliferação nuclear depois da invasão do Iraque, exatamente o contrário do que os neoconservadores esperavam que acontecesse” (WALLERSTEIN, 2009, p. 72).

O único “Estado renegado” a buscar a reaproximação com o Ocidente foi a Líbia de Muammar Kaddafi. Em troca de concessões políticas e petrolíferas, norte-americanos e europeus reabilitaram o regime por oito anos e o ajudaram contra seus dissidentes. Não obstante, decidiram trocá-lo por parceiros que lhe pareceram mais colaborativos, e hoje o exército rebelde líbio é liderado por Abdelhakim Belhadj, que em 2004 foi capturado pela CIA e M16 como militante da Al-Qaeda e entregue a Kaddafi para ser preso e torturado.

Em síntese, do ponto de vista dos objetivos apresentados pelos norte-americanos, suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; os bombardeios aéreos não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a conquista territorial não conseguiu dar conta da reconstrução nacional dos países invadidos. Por conseguinte, o saldo da “Guerra ao Terror” foi evidentemente negativo ao exercício da hegemonia dos Estados Unidos. Hobsbawm atesta que os Estados Unidos não venceram nem a “Guerra do Afeganistão” e muito menos a “Guerra do Iraque”.

Nenhuma das duas guerras levou à vitória, nem mesmo ao alcance dos objetivos anunciados inicialmente – o estabelecimento de regimes democráticos consentâneos com os valores ocidentais e um forte sinal para outras sociedades ainda não democratizadas da região. Ambas, mas, sobretudo a catastrófica Guerra do Iraque, acabaram sendo longas, sangrentas, profundamente destrutivas e ainda prosseguem, sem perspectivas de conclusão... No pior dos casos – o Iraque –, nenhuma pessoa

séria pode negar que a situação do povo, cuja libertação foi a desculpa oficial para a guerra, está pior que antes. A história recente das intervenções armadas nos assuntos de outros países, mesmo as das superpotências, não é uma história de êxito (HOBSBAWM, 2008, p. 17 e 18).

Diante desse quadro, Wallerstein chama atenção para o fato de que certamente as forças armadas continuam a ser o trunfo mais forte dos Estados Unidos no Sistema Internacional; “na verdade, o seu único trunfo.” Não obstante, apesar de sua infinita superioridade militar com relação ao Afeganistão e ao Iraque, esse fato não foi suficiente para garantir a expansão ou mesmo manutenção da preeminência estadunidense nestas respectivas regiões; entretanto, como vimos após as guerras do Afeganistão e do Iraque, os Estados Unidos, ao contrário do que esperavam, sofreram um considerável desgaste geopolítico nessa região. O sociólogo estadunidense ainda questiona que mesmo antes dessas duas desastrosas guerras, a superioridade bélica norte-americana já não se mostrava suficiente. “Não esqueçamos que, das três guerras sérias que as forças armadas dos Estados Unidos travaram desde 1945 (Vietnã, Coréia e Guerra do Golfo), uma terminou em derrota e duas em empate – o que não é exatamente uma folha de serviços gloriosa” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 33). Além disso, Wallerstein aponta que mesmo possuindo o aparato militar mais exorbitante do planeta, isso não foi suficiente para impedir um ataque brutal em seu próprio território – em seu coração financeiro e na base de suas forças armadas.

Independentemente daquilo que os historiadores possam vir a decidir, os ataques de 11 de setembro de 2001 colocaram um grande desafio ao poder dos Estados Unidos. As pessoas responsáveis pelo ataque não representavam uma potência militar. Eram membros de uma força não estatal, com elevado grau de determinação, algum dinheiro, um bando de seguidores dedicados e uma base forte num Estado fraco. Em suma, militarmente, não eram nada. Contudo, conseguiram levar a cabo um ousado ataque em solo norte-americano (WALLERSTEIN, 2004a, p. 31).

Portanto, seria somente a superioridade militar capaz de assegurar a hegemonia dos Estados Unidos? Partamos para a análise do declínio econômico. Conforme Wallerstein, a reorientação política realizada pelos falcões no sentido de não mais diminuir o ritmo do declínio da hegemonia norte-americana, mas de recuperá-la e expandi-la por todo o globo, paradoxalmente acelerou ainda mais o colapso do poder americano também no *front* econômico. Já discutimos como desde os anos 1970 os Estados Unidos não dispõem mais de uma superioridade econômica isolada, com a retomada econômica da Europa Ocidental – particularmente da Alemanha – e do Leste Asiático – sobretudo do Japão e da China. Na primeira década do século XXI, a vantagem econômica que os Estados Unidos possuíam outrora foi reduzida significativamente também com relação a outras regiões e Estados do sistema-mundo. “O Consenso de Washington não parecia mais obrigatório para os países do

Sul, exatamente por causa da enfraquecida posição geopolítica dos Estados Unidos como resultado de sua política no Iraque” (WALLERSTEIN, 2009, p. 73). As negociações na Organização Mundial do Comércio, que o governo estadunidense tentou ressuscitar, assim como a tentativa por parte da Casa Branca de implementação da Área de Livre Comércio das Américas, não frutificaram, antes resultaram em impasses internacionais, nos quais determinados governos do Sul, como, por exemplo, o Brasil, assumiram a liderança.

Nas reuniões da OMC em 2003, em Cancun, o Brasil conjuntamente com a África do Sul, a Índia e China construíram o bloco de países do G-20, com o propósito de negociar em grupo com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental. A posição básica do G-20 pautava-se no fato de que, se o Norte os pressionava para abrir amplamente as suas fronteiras aos fluxos comerciais e financeiros do Norte e proteger os direitos intelectuais das empresas do Norte, em contrapartida, o Norte deveria abrir mais suas fronteiras aos fluxos de comércio do Sul, em áreas como produtos têxteis e agrícolas. Os Estados Unidos e a Europa Ocidental avaliaram (em vista de suas respectivas políticas internas) que era politicamente inviável atender às demandas do Sul em um grau significativo. O G-20 por sua vez respondeu que, sendo assim, eles também não poderiam atender as demandas do Norte. “O resultado disso foi um beco sem saída, que efetivamente liquidou a capacidade da Organização Mundial do Comércio de pressionar em qualquer nível para implementar seus objetivos neoliberais” (WALLERSTEIN, 2009, p. 73).

Analogamente ocorreu com a ALCA, o Brasil e a Argentina (juntamente com Uruguai e Paraguai), já ligados no MERCOSUL, pressionaram os demais países sul-americanos no sentido de estreitarem suas relações com o Mercado Comum do Sul, em vez de se alinharem com os Estados Unidos na ALCA. Eles contaram com forte apoio da Venezuela. Conseqüentemente, o projeto da ALCA desfaleceu, e os Estados Unidos, por sua vez, se refugiaram na tentativa de estabelecer acordos comerciais bilaterais com pequenos países, uma estratégia que efetivamente reduz mais o livre-comércio mundial do que o faz ampliar. Tal margem de manobra geopolítica do Sul, especialmente da América Latina, era simplesmente impensável há algumas décadas atrás, o que evidencia o atual desgaste hegemônico estadunidense em todo o sistema-mundo, inclusive sem sua região periférica.

Os Estados Unidos estão evidentemente mais fragilizados economicamente ao fim da primeira década deste século do que em seu início, no ano de 2000. A economia cresce lentamente, o desemprego se mantém elevado e o déficit público é cavalari. Significativos

dados¹⁸ econômicos e sociais atuais espelham o declínio do poder americano durante a última década. A começar pela participação da economia estadunidense na economia internacional, entre os anos de 2000 a 2010, a participação da economia norte-americana no produto mundial caiu de 30,8% para 23,5%, o que demonstra a redução da participação da economia estadunidense no mundo. Ou seja, a economia dos Estados Unidos que a pouco mais de dez anos representava cerca de um terço da economia do mundo, hoje representa menos de um quarto, e muito em breve deverá representar menos de um quinto.

No mesmo período, seu endividamento bruto cresceu de 57,6% para 96,8%, e o endividamento líquido aumentou de 34,7% para 69%. O déficit fiscal dos Estados Unidos foi de aproximadamente 9% do Produto Interno Bruto no ano passado, o que significa 1,3 trilhões de dólares. A dívida pública chegou a mais de nove trilhões de dólares, ou 62% do PIB. É a maior dívida desde 1792, quando o número começou a ser contabilizado. Praticamente metade da dívida do Tesouro está no controle de estrangeiros. Os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor do mundo no pós-guerra para se tornar o seu maior devedor.

Internamente esses gargalos se refletem em indicadores sociais, como o desemprego, a distribuição de renda e a mobilidade social. A taxa de desemprego aumentou de 3,9%, em 2000, para 9,1%, em 2011. E a renda real média dos norte-americanos, caiu 6,4% em 2010 em relação à renda de 2007. A desigualdade social está aumentando. Em quatro décadas, o coeficiente de Gini, que mede o nível da concentração de renda, subiu de 0,39 para 0,47. Com isso, os 10% mais ricos concentram praticamente metade da renda nacional, fato inédito desde as vésperas da queda da Bolsa de Nova York, em 1929. A mobilidade social – defendida por muito tempo como uma marca da sociedade norte-americana – estagnou. As perspectivas atuais são de imobilidade social para 40% dos que nascem na base da pirâmide.

Em 2010, o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza¹⁹ voltou a aumentar nos Estados Unidos para 15,1%, seu nível mais alto desde 1993. Isso significa, em termos absolutos, que 46,2 milhões de pessoas vivendo nessa faixa, a cifra mais alta em 52 anos. Esse aumento anual, o quarto consecutivo, mostra que o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza cresceu 14,3% em relação a 2009. Além disso, o número de pessoas sem cobertura médica alcançou 49,9 milhões em 2010, ou seja, 16,3% da população.

¹⁸ Os dados mencionados foram consultados no site Nipaweb (<http://www.bea.gov/bea/dn/nipaweb/index.asp>).

¹⁹ Nos Estados Unidos, se entende por pobreza uma renda anual de até 22.314 dólares para uma família de quatro membros, ou de até 11.139 dólares para uma só pessoa.

Entre 2000 e 2011, a cotação média nas ações das bolsas dos Estados Unidos foi 39% inferior à do seu pico em 2000, descontada a inflação. O preço do barril do petróleo triplicou na última década. Pela primeira vez, os títulos da dívida estadunidense perderam sua ostentosa classificação AAA.

O declínio do poder norte-americano é sentido internamente por sua sociedade, 41% dos estadunidenses consideram que seu país é, atualmente, menos importante do que dez anos atrás. Desde o fim da década de 1970, a massa de descrentes não era tão expressiva.

A *Chrysler*, força da indústria automobilística, deixou de ser americana. A *Columbia Pictures*, prodígio do cinema, virou japonesa. A cerveja *Budweiser*, outro ícone, atualmente é uma multinacional brasileira. O serviço norte-americano de correios, um tradicional símbolo de excelência, está a ponto de falir. A NASA, após cinquenta anos como referência da liderança tecnológica dos Estados Unidos, encerrou o seu programa de voos tripulados e passou a depender da agência russa para enviar astronautas ao espaço.

Indubitavelmente, os Estados Unidos hoje não são mais a potência hegemônica econômica de outrora. São expressivamente mais fracos em relação à economia nos dias atuais, em comparação à situação no início do declínio de sua hegemonia, na década de 1970, quando ainda eram a maior potência econômica do mundo de forma isolada. Mas, estão também evidentemente mais fragilizados hoje do que há dez anos, quando se iniciou o novo século, que, segundo Wallerstein, certamente não será americano.

Por fim, nos resta analisar o declínio do poder americano no aspecto ideológico. Nesse sentido, semelhantemente aos aspectos militares e econômicos, Wallerstein destaca que a reorientação da política externa norte-americana promovida após o 11 de setembro, com o escopo de expandir sua hegemonia por todo o século XXI, na verdade, acelerou e intensificou sua corrosão hegemônica, especialmente nessa esfera ideológica. O autor aponta que a *arrogância* e a *pressão* foram as marcas dessa reorientada política externa. O já discutido unilateralismo assumido nas questões internacionais e o conceito de *guerra preventiva*; o estabelecimento de um “Eixo do Mal” e a intolerância à neutralidade dos atores; o desrespeito a Instituições Multilaterais, como a ONU, por exemplo, na invasão do Iraque sob o falacioso argumento de que este país possuía armas de destruição em massa; a recusa a assumir compromissos internacionais cruciais, como por exemplo, o Protocolo de Kyoto; a desconsideração à opinião pública internacional, a qual repudia cada vez mais o unilateralismo estadunidense, o que se reflete no paulatino aumento de sentimento antiamericano em todo o mundo são todos sinais desta postura arrogante assumida por essa nova política externa norte-americana. Com efeito, Wallerstein pondera:

A arrogância tem seus próprios aspectos negativos. Usar os trunfos significa deixar menos trunfos para a próxima vez, e uma aquiescência de má vontade gera o ressentimento crescente. Ao longo de duzentos anos, os Estados Unidos adquiriram uma quantidade considerável de crédito ideológico. Hoje estão gastando esse crédito mais depressa do que gastaram as reservas de ouro na década de 1960 (WALLERSTEIN, 2004a, p. 35).

O poder de influência dos Estados Unidos no Sistema Internacional foi nitidamente reduzido desde o início de seu colapso hegemônico – apontado tanto por Wallerstein quanto por Arrighi – há cerca de quatro décadas. Contudo, esse processo foi sobremaneira acelerado nos últimos dez anos.²⁰ Em vez de ceder às pressões dos Estados Unidos, a Europa Ocidental, especialmente a Alemanha e a França, vem demonstrando um alto grau de autonomia política. O autor declinista exemplifica que, em 2003, os Estados Unidos privaram-se de usar a resolução do Conselho de Segurança da ONU para endossar a invasão estadunidense ao Iraque, ao perceberem que estava claro que a resolução receberia apenas quatro dos 15 votos do Conselho, uma margem de perda de sustentação que os norte-americanos nunca sofreram anteriormente desde a fundação das Nações Unidas. Distante de fazer retornar o *status* da Europa Ocidental de “parceiros” para o de “satélites”, a reorientada política externa de caráter unilateralista inviabilizou que a Europa aceitasse novamente o *status* de “parceiros”, no lugar do de atores “autônomos” no Sistema Internacional, os quais deviam ou não se aliar aos Estados Unidos em questões particulares.

Diante desse quadro de crise terminal da hegemonia norte-americana, Michael Mann, na linha wallersteiniana, matiza uma intrigante metáfora acerca do futuro dos Estados Unidos. Segundo o autor de *O Império da Incoerência*:

Posso ilustrar o meu argumento com uma metáfora bem assustadora. O império americano vai se transformar num gigante militar, num palpiteiro econômico, num esquizofrênico político e num fantasma ideológico. O resultado é um monstro perturbado e deformado que cambaleia desajeitado pelo mundo. Tem boas intenções. Pretende espalhar a ordem e a benevolência, mas acaba criando mais desordem e violência (MANN, 2006, 26).

6. Considerações Finais

Portanto, conforme a análise desenvolvida por Wallerstein, os Estados Unidos já não são mais líderes isolados no sistema-mundo economicamente e, se tornam cada vez mais

²⁰ Semelhantemente, o autor de *O Paradoxo do Poder Americano*, Joseph Nye, concorda com o vertiginoso declínio do poder americano na esfera ideológica nos últimos anos e, alerta: “A potência americana não há de ser eterna. Se dissiparmos o poder brando (“soft power”) de que dispomos com uma combinação de arrogância e indiferença, aumentaremos a nossa vulnerabilidade, aviltaremos nossos valores e aceleraremos a erosão da nossa hegemonia” (NYE, 2002, p. 21).

frágeis nessa esfera do poder. Ideologicamente, não possuem nem a sombra da influência que dispunham outrora, no pós-guerra. A arrogância e o unilateralismo arruinaram sua liderança política internacional. E a despeito de ainda possuírem o maior poder militar do mundo, este não tem se demonstrado eficiente sequer para lhes garantir vitórias em suas guerras – cada vez mais comuns e infundadas –, contribuindo indubitavelmente mais para o declínio do que para o aumento do seu poder no Sistema Internacional. Quatro processos históricos foram cruciais para a derrocada da hegemonia americana: a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989 e, finalmente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A crise da hegemonia norte-americana pode ser dividida em duas partes. A fase que se estende de aproximadamente 1970 até o final do século XX é o período em que a hegemonia dos Estados Unidos começa a entrar em crise, entretanto, essa crise hegemônica foi de certa forma amenizada pela política externa estadunidense adotada nesse período (desde Nixon até Clinton), no sentido de postergar seu iminente declínio. Já a segunda fase do colapso hegemônico dos Estados Unidos, de 2001 a 2025, se caracteriza por ser a fase terminal de sua hegemonia no Sistema Internacional. E, por ser o período em que o declínio de seu poder foi precipitado pela reorientação de sua política externa durante o governo Bush, “o resultado líquido” do conjunto dessa política consistiu em “acelerar o declínio da hegemonia norte-americana, mais do que invertê-lo, como se pretendia” (WALLERSTEIN, 2009, p. 74). Uma vez que o governo Obama – que, com sua política externa capitaneada por Hilary Clinton, manteve as linhas gerais da administração anterior – essencialmente não pode fazer (e não fez) muito para impedir o colapso inexorável da hegemonia dos Estados Unidos no Sistema Internacional, o crítico da hegemonia norte-americana por excelência conclui terminantemente:

(...) restam apenas poucas dúvidas de que os Estados Unidos continuarão o seu declínio como força decisiva nas questões mundiais. A verdadeira questão não é se a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio, mas sim se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios (WALLERSTEIN, 2004a, p. 36).

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. Entrevista concedida a Emir Sader. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mundo, São Paulo: 2 de setembro de 2007.

ARRUDA, José Jobson. *Nova História moderna e contemporânea*. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Propaganda e Consciência Popular*. Bauru: EDUSC, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. E. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. *A era dos impérios*. São Paulo, Paz e Terra, 2007a.

_____. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Schwarcz, 2008.

MANN, Michael. *O Império da Incoerência: A Natureza do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

NYE JR, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press, 1974.

_____. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *The Modern World-System, vol. II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press. 1980.

_____. *The Modern World-System, vol. III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840's*. San Diego: Academic Press. 1989.

_____. *Crisis and Transition*. In: *Dynamics of Global Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 1982.

_____. *The Politics of the World–Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. *Response: Declining States, Declining Rights?*, *International Labor and Working-Class History* 47: 24-27, 1995.

_____. *A ruína do capitalismo*. Entrevista concedida a Gustavo Ioschpe. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! p. 9, São Paulo: 17 de outubro de 1999.

_____. *O Fim do Mundo Como o Concebemos: Ciência Social para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002a.

_____. *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. *O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a.

_____. *World-Systems Analysis*. Londres: Duke University Press, 2004b.

_____. Mudando a Geopolítica do Sistema Mundo: 1945-2025. In: SADER, Emir e SANTOS, Theotonio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

A Braudelian perspective on the contemporary financial sector as a wealth accumulation center: findings from the 2007/2008 financial crisis

Marco Bulhões Cecilio

contact: marco@dupla.com.br

A Braudelian perspective on the contemporary financial sector as a wealth accumulation center: findings from the 2007/2008 financial crisis

ABSTRACT

The 2007/2008 crisis has prompted a number of studies and investigations, which revealed the inner workings of the financial sector and exposed rarely seen details of its operations. This literature has primarily focused on the origin of the crisis, but this paper uses such evidence in a broader perspective: to compare contemporary wealth accumulation patterns and strategies with the ones crafted at the formation of our world-system. In order to conduct this analysis, Fernand Braudel's work is revisited and five historical recurrences from 12th to 18th centuries are identified. Through this lense, the recently revealed financial operations as well as the conditions that allowed them to take place are analyzed. Although significant changes are encountered over time, such as the increasing importance of ideology as the power foundation of these lucrative operations, results point to the continued validity of these historical recurrences. Operations that deliberately restrict market forces - Braudel's counter-market - remain at the center of the wealth accumulation process and as critical elements in the power struggle between nations. Moreover, such operations persist as a privilege of a few, well-connected groups that enjoy unparalleled economic freedom.

A Braudelian perspective on the contemporary financial sector as a wealth accumulation center: findings from the 2007/2008 financial crisis¹

INTRODUCTION

Historically, the presence of intricate, yet extremely lucrative deals and operations is, by no means, a rare phenomenon in the world-system. In spite of this, a clear and detailed presentation of its *modus operandi*, the sustaining forces behind them and the identity of its beneficiaries are rarely found, given the natural opaqueness of many of these deals. However, the financial crisis of 2007-2008 presents itself as an investigative window of opportunity: its immense economic and social impact triggered massive media coverage and a countless number of governmental, judicial and academic investigations that revealed the inner workings of the financial sector.

While such evidence has primarily been used to analyze the origin of the crisis covering themes such as moral hazard and market or regulatory failures, this paper seizes such rare opportunity to take another direction: the details and logic of these operations are used to comprehend the dynamics of wealth accumulation and polarization in the contemporary world in a perspective that goes beyond the short term and accounts for the *conjoncture* and the *longue durée*.²

To accomplish this, our departure point is Fernand Braudel, the French intellectual regarded by many as one of the most important historians from the twentieth century. By revisiting his masterpiece *Civilization and Capitalism*, we could detect five historical recurrences, which become the background against which the recent facts can be displayed. In this comparison, certain continuities between wealth accumulation processes, now and then, can be identified as well as certain diverging elements. Thus, after a brief presentation of Fernand Braudel's ideas, each one of the historical recurrences is discussed and then used to evaluate specific stories drawn from the 2007/2008 crisis and the surrounding *conjoncture*. By doing so, we hope to follow Braudel's advice and avoid being deceived by surface disturbances, focusing instead in the deep waters and its currents in a search for a more profound understanding of history and the recent facts.

¹I thank Mauricio Metri and Samantha Savarese for their valuable comments on this paper.

²Braudel once said that “the drawback of archives is that they do tend to collect for the historian's attention the bankruptcies, lawsuits and disasters, rather than the regular flow of business. Happiness, whether in business or private life, leaves little trace in history.” (Braudel, 1982:75) Here we are unfortunately in the same ground: we must use the stories revealed behind the greatest economic disaster of the last decades to get a glimpse of the regular flow of lucrative business in the previous years.

HISTORICAL RECURRENCES IN THE WEALTH ACCUMULATION AND POLARIZATION PROCESSES

Fernand Braudel proposed an ingenious and heterodox view on capitalism and the wealth accumulation process based on extensive historical research rather than on an elaborate theoretical construction. This material is presented in the three volumes of *Civilization and Capitalism*, in which Braudel offers a new interpretation of European economic history from 1100 and 1800³ and articulates two main structures. One addresses the spatial organization of the world economy, which has at its center a dominant-pole, surrounded by secondary and competing powers and, finally, a third peripheral zone exploited by the first two zones. The other structure, which is the most polemical proposition made by Braudel, organizes all economic activities in three levels: on the first floor, a subsistence economy guided by custom and tradition and under no influence of the market, followed by a second level, a market economy, where activities are guided by the exchange processes and hence under the pressures of supply and demand, and finally, above it, a “counter-market”, where the law of supply and demand is frequently blocked, and competition is absent or restrained. Since in this upper layer market forces are controlled, their agents can enjoy extraordinary profits, far greater than the normal profits the market economy can offer.

Taking into consideration both schemes, we can say that Braudel’s narrative lies at the intersection of the history of the rise and fall of each dominant-pole with the history of the central economic activities of each period.⁴ In this way, a dominant-pole maintains its superior position while its leading economic agents control the privileged spaces in the world economy that generate exceptional profits, rearranging economic life in other areas according to their preferences.⁵

Even the most resistant to Braudel recognize the boldness, style and extraordinary scope of his work (Howard, 1985:481; Kinser, 1981:681; Tilly, 1981), but such praise did not spare him from criticism. The distinction between the market economy and the upper zone of extraordinary profits was especially opposed, inflamed by Braudel’s choice to name this higher layer capitalism. In fact, a

³Civilization and Capitalism deals mainly with the period between the 15th and 18th century, but for several times Braudel explores 12th - 14th centuries.

⁴With this framework in mind Braudel presents us a succession of hegemonies: starting in 1380, with Venice ahead, moving to Antwerp in 1500. Around 1550, a new center in Genoa which then migrates to Amsterdam in 1600. There it would settle for almost two centuries before migrating to London around 1800. And, although it is out of his study period, Braudel points to a new migration to New York in 1929. In all these supremacies, we observe a capitalist class able to conduct monopolistic activities - and hence the large profits - to maintain the leading position in the system. This is the situation of the merchants of Venice and its privileges in Eastern trade through Byzantium, the merchants of Antwerp in connection with the German bankers initially taking advantage of trade in pepper and then silver and even the subtle Genoese domination providing financial services to the Iberian power in territorial expansion. Likewise is the Dutch domination of certain flows with the East and in particular the distribution of these goods in Europe, as well as the industrial quasi-monopoly that England reached at the moment of its primacy.

⁵The direction of causality between these 2 factors - control of the most profitable economic positions and political dominance across the world-system - is not crystal clear in Braudel’s work and we try to discuss it during this paper, specially in the section on the second historical recurrence.

strict separation between these two elements is difficult to perform. Braudel himself said that both were not like oil and water, yet still held that the distinction was essential.

In our view, getting into the discussion over such distinction, although important, might distract us from the most fruitful part of Braudel's writing. As pointed out by Arrighi (2001:120), Braudel's uncanny eye leads us to patterns and subtleties many times hidden in history - his merit is to set aside any economic theory that naturally simplifies reality, and tackle the raw material of history, observing, firsthand, how exchange really takes place. Thus, our choice is to identify five historical recurrences, understood as patterns of events or dynamics that seem to repeat throughout 12th to 18th centuries and that constitute distinctive characteristics of the wealth accumulation and polarization processes during that period.⁶ By doing so, we establish a unified view of how the world-system evolved in such an unbalanced way for seven centuries in terms of wealth.

In the following sections, just as each of these recurrences is presented, some concrete reports on the financial operations that were revealed after the crisis and the *conjoncture* that allowed such operations to emerge are considered. In this movement, we can verify how well the recent events fit in this view, stretching the validity of Braudel's perceptions.

A) Counter-markets are not anomalous, rather they are ever present and a critical characteristic to the polarization of the system

The first historical recurrence that can be identified in Braudel's work is the constant presence in the world-economy of counter-markets,⁷ i.e., activities where competition is controlled or other tactics are used to bend the market and ensure higher profitability. Although, these activities do not amount to the majority of the transactions in terms of volume, they are central to the system as enablers of extremely rapid wealth accumulation and large-scale transfer of resources from secondary areas to central ones. Therefore, they constitute the key feature that sets the winners and losers of each period, as we can see the Venetians in the 15th century profiting from their unique positions in Byzantium or the Dutch monopoly of the spice trade around the 17th century, among other possible examples.

⁶Although these recurrences are based on the work of Braudel, what we present here is also heavily influenced by the work of critics and followers such as Amin (1994), Arrighi (1996, 2001), DeLanda (1996), Fiori (2007a, 2009), Howard (1985), Kinser (1981) and Wallerstein (2006). Any errors or inconsistencies, however, should be charged in this author account. We must note that the theoretical foundation of these historical recurrences and the historical references found in Braudel's work to sustain them are very briefly presented here due to space limitations, but are thoroughly discussed in Cecilio (2012).

⁷Contre-marché, in the original in French. Siân Reynolds translation to English opted for the term anti-market. We believe the term counter-market is more accurate.

These counter-markets are temporary, so that the privileged position always ends up being disrupted as time passes. However, these short-term earnings⁸ offer a crucial advantage to the large accumulators that allow them to be one step ahead to create the next non-competitive market. They form a cumulative and uneven game, which is continuously reproduced on a large scale benefiting those who were already at the fore.

Orthodox economic theory focuses on 'normal' trades and considers these operations that generate extraordinary profits as atypical and not worth of comprehensive theoretical treatment. Its approach is limited to what it calls imperfect markets, where there are monopolies, monopsonies, oligopolies, oligopsonies and cartels. Such arrangements are analyzed using game theory to determine optimal levels of price and production that would generate a minimal efficiency loss. However, counter-markets, as presented by Braudel, are much broader, diverse and complex than the simple manipulation of output to maximize prices, as this approach is limited to. With numerous examples he shows that it may deal with information and counter-information, concealment, violence, partnerships orchestrated outside national legislation to take advantage of international law gaps, shaping the legal framework for its own interest and even incorporating a long-term view natural to power disputes that do not follow the short-term rationality of economic decisions. Thus, Braudel's work shows a recurring presence of counter-markets in the world economy, which, with a variety of means, dictates the essential steps for the accumulation and polarization of wealth.

If we adopt these "counter-market lenses" to take a closer look at the deals revealed after the economic meltdown of 2007-2008, the results seem fruitful. The essential operation that led to the crisis was the creation by investment banks of mortgage-backed CDOs,⁹ which were evaluated by rating agencies in terms of their risk and then sold to investors.¹⁰ Creating triple-A CDOs¹¹ - assessed

⁸Short-term just relatively speaking. Wallerstein (*Uma lição de história de Fernand Braudel* 1989) estimates that in general a new sector generates 30 years of good profits.

⁹The operation, in simplified form, functioned as follows. Some companies lend money to consumers who wanted to buy a house using a mortgage. When these deals were closed, these mortgages were sold to investment banks, which grouped several contracts in a single instrument, called CDO, which was then sold to investors around the world. So every time people who mortgaged their homes made their monthly payments, their money went neither to the company that offered the loan or the investment bank that created the CDO, but to investors who had bought these instruments. This process is called securitization. Previously, in a regulated financial system, this long chain to provide loans didn't exist. In the USA, there were specific institutions focused in the mortgage business with small savers on one side lending, in a long-term relationship, to its customers on the other.

¹⁰Before the investment banks sold the CDOs for the investors, they were sent for analysis by ratings agencies. These agencies evaluated the CDOs according to their default risk. Traditionally, the highest rating is triple-A (AAA), considered the safest one, with a very low probability of default. This grade is important because it works as a guide for investors: the grade received determines the level of risk the investor will assume. Many institutional investors are only allowed by the regulations governing its operations to invest in triple-A assets as a strategy to protect savers from potential losses.

¹¹It is important to note that many of the CDOs actually were "synthetic CDOs." In these operations, instead of combining loans to create the financial product, the investment banks used CDSs - a financial instrument in which the holder of the security makes payments in exchange for protection from the default of some original CDOs. Although the operation seems complicated, in practical terms a synthetic CDO looks a lot like the simpler example already described and this maneuver enabled the creation of CDOs in a volume much higher than the amount allowed by the original loans. (Lewis, 2011:101-104)

as extremely low-risk securities - was not problematic if only the safest borrowers were chosen to form the financial product. But what should be done with the other higher-risk borrowers?¹² These were also recombined, and, as if by magic, the combination of bad loans gave birth to triple-A CDOs. For that to happen, investment banks took advantage of their privileged position in relation to the rating agencies - if they did not concede the highest - and safest - grade, they simply would not get new business.¹³

All agents here were acting rationally, trying to maximize their gains, but at the same time the unbalanced power positions - between the investment banks and the rating agencies and specially between these 2 and the general public - gave birth to an extremely lucrative counter-market. The risk in these operations was not gone, but rather just camouflaged. Using an information superiority, one of the key capitalist tactics, as put forward by Braudel (1982:400-433), banks sold CDOs to their clients that they knew could be problematic - since they were the ones who created these products they were the only ones who really understood what those triple-A CDOs really were.¹⁴ As an example, Goldman Sachs sold Korean and Australian investors \$190 million of a CDO called Timberwolf, which was internally called "one shitty deal".¹⁵ Five months later, Timberwolf price fell

¹²These lower quality loans have become more and more frequent. As in the securitized credit chain the lenders were no longer carrying the default risk since their contracts were sold to investment banks, they increasingly lowered their lending criteria. . "The securitization of credit [...] changed the nature of the credit relationship. If a lender did not hold a loan for thirty years, but perhaps only for a few days as the loan was repackaged and sold off as a security, there was no need to pore over every details of a loan application and no need to make inscrutable judgments regarding the 'character' of the borrower - long the stock-in-trade of the banker. As one mortgage banker reported, 'We can make a loan today, and we can sell it into the GNMA markets tomorrow. We can sell it by snapping our fingers and making a telephone call and in blocks of one million dollars' (Krippner, 2011: 81-82).

¹³These triple-A ratings were justified by statistical models developed by the investment banks that assumed the drop in property values would not happen simultaneously throughout the country, which was based only on recent history. These models were sent to ratings agencies, which only corroborated the previous analysis. The U.S. Senate Investigations Sub-committee described this situation in its 650 pages report on the crisis in these terms: "Credit rating agencies were paid by the Wall Street firms that sought their ratings and profited from the financial products being rated. Under this "issuer pays" model, the rating agencies were dependent upon those Wall Street firms to bring them business, and were vulnerable to threats that the firms would take their business elsewhere if they did not get the ratings they wanted. The ratings agencies weakened their standards as each competed to provide the most favorable rating to win business and greater market share. The result was a race to the bottom. [...] It was not in the short term economic interest of either Moody's or S&P, however, to provide accurate credit ratings for high risk RMBS and CDO securities, because doing so would have hurt their own revenues. Instead, the credit rating agencies' profits became increasingly reliant on the fees generated by issuing a large volume of structured finance ratings." (UNITED STATES SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS, 2011: 7-8).

¹⁴When such operations began to be created, perhaps there was not a clear understanding of the risk they carried. This is just symptomatic of the degree of freedom investment banks enjoyed: there was no one overseeing the market and concerned about systemic risk. Everyone was only interested in short-term profits. However, gradually more and more people within the investment banks grasped the risk of these operations.

¹⁵Information on Timberwolf is based on an investigation conducted by the U.S. Senate. (UNITED STATES SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS, 2011: 393-395). Timberwolf was a CDO-squared, i.e. a CDO that went 2 times through the process of recombining the worst securities to generate a product at the end rated by the rating agencies as high quality. Taibbi has an excellent image to describe the creation of such product: "A CDO, to begin with, is already a highly dubious tool for magically converting risky subprime mortgages into AAA investments. A CDO-squared doubles down on that lunacy, taking the waste products of the original process and converting them into AAA investments. This is kind of

from \$ 94 to \$ 15, prompting the deviser of this paper at Goldman Sachs to say that March 27, the day that Timberwolf was put on the market, would be "a day that would live in infamy" (UNITED STATES SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS, 2011: 395). 90% of CDOs created between 2006 and 2007 and rated triple-A were, in subsequent years, downgraded to junk, i.e., with a value close to zero, while traditionally triple-A assets have a default chance of less than 1%.

The investment banks took advantage of yet another tactic identified by Braudel (1982:400-433): avoiding public markets. One of the key points for these lucrative deals was that CDOs were products without a market price. The only way to price them was using the internal statistical models of the banks - which is a privilege and a huge counter-market: selling a product that only the seller can set the price. In the Timberwolf case, sales were made to Korean investors at \$ 76 a share, while Goldman's own internal controls already marked \$ 65 (UNITED STATES SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS, 2011: 394). In this regard, Lewis (2011:107) points out that "the less transparent the market and the more complicated the securities, the more money the trading desks at big Wall Street firms can make from the argument".

One more privilege that Braudel (1982:400-433) used to ascribe as exclusive of the capitalist elite is their unique ability to get credit. And here again we see continuity: investment banks enjoyed leverage ratios of 30, a ratio probably no other sector of the economy can enjoy.¹⁶ Such a leveraged position yields extraordinary profits when business is moving in the right direction but a mere 4% loss is sufficient to trigger a catastrophic position. Goldman Sachs actions after December 2006 is an interesting example of what can be done with so much capital: using its privileged information position, Goldman identified the eminent risk of a housing bubble burst and started to build a \$ 13.9 billion bet that certain CDOs would fail - the same CDOs it continued to sell customers without informing their new own position. This bet would generate profits of \$ 3.7 billion during the crisis.

It is clear that the details of the 13th century operations that Braudel reveals greatly differs from these recent ones, but its essence is very similar. Braudel (1982:421-423) reports, for example, an attempt by Hope & Co in 1787 to manipulate the cochineal price through a concealed acquisition of the product at all European ports, so that it could later be sold at a premium monopolist price. Klein,

like taking all the kids who were picked last to play volleyball in every gym class of every public school in the state, throwing them in a new gym, and pretending that the first 10 kids picked are varsity-level players. Then you take all the unpicked kids left over from that process, throw them in a gym with similar kids from all 50 states, and call the first 10 kids picked All-Americans." (Taibbi, 2011).

¹⁶Such leverage cannot be understood as an exceptional condition of this crisis. In fact, it is in the essence of the exceptional profits of the financial sector in recent decades since it allows disproportionate gains compared to invested capital. In case of failure, the company defaults and given its systemic impact it is not rare that the state has to step in and bail out the company. The LTCM case, a fund that collapsed in the late 90's offers a dimension of this leverage in another moment: "LTCM operated extreme leveraging its clients resources with borrowed money from large banks. According to the report, in late August 1998, the notional value of the fund's positions in the futures markets reached \$ 500 billion, the swap contracts \$ 750 billion, options and other derivative positions \$ 150 billion, while the securities recorded on the balance sheet totaled \$ 125 billion, compared to shareholders capital that did not surpass \$ 4.8 billion!" (Farhi, 1999: 109 - translated by the author).

the leading historian of the Dutch Tripp firm, endorses such operations as he states that creating a monopoly reduces business risk and generates security, thus, guaranteeing investments that will expand markets, create new techniques and eventually grow the economy. Although, the operation was morally questionable, the economy and the general welfare would benefit from this monopoly. Braudel directly attacks this position: Hope is not looking for security, but rather for risk and massive profits. The original distribution of cochineal stock among ports serves exactly the market needs and any change in the stock distribution imposed by Hope is inefficient. The intervention of the Dutch firm is a counter-market, i.e., an attempt to reverse or suspend the natural flow of the market for their benefit. The situation is very similar with the CDOs, which were also presented as instruments that made the market more efficient. Its advocates argued that they distributed risks, thus diffusing it. However, they were being used “[...] to the opposite purpose: to hide the risk by complicating it. The market was paying Goldman Sachs bond traders to make the market less efficient” (Lewis, 2011: 101).¹⁷ Thus, before the innovation of securitization, the mortgage market – as well as the cochineal market - was more efficient than its later version, since a few decades ago the one that lent to purchase a home should be cautious in the credit-risk analysis to ensure they would receive their money back later. Inefficiency was introduced in the market so that it could work opposite of the usual way - a counter-market - so that all agents began chasing, and not avoiding risk, assuring the better-positioned extraordinary profits.

In the cochineal example, the scheme backfired and the Hope absorbed the losses. Regarding the CDOs the failure of the scheme just revealed more aspects of the counter-market: the size of the game was so great - and the connections of the players so powerful - that the state intervened to rescue agents that for years had accumulated extraordinary profits and then, suddenly, in one operation found themselves on the wrong side of the table. For a long time, exceptional returns were privatized, by some, in exchange for a much larger systemic risk. When this systemic risk actually proved real, the losses were socialized. The total cost of the bailout is estimated at \$ 4.76 trillion, and the U.S. government guaranteed and put at the risk almost three times this amount.¹⁸ The essence of the situation could not be better captured than by the short and prosaic phrase of John Gutfreund, former CEO of Salomon Brothers and crowned "King of Wall Street" by Business Week: "It's laissez-faire until you get in deep shit" (Lewis, 2011:311).

For its actions regarding the CDOs,¹⁹ SEC sued Goldman Sachs over fraud. In 2010, the company reached an agreement to pay \$ 550 million to settle suit, one of the largest amounts ever reached in

¹⁷ Strange also highlights that markets might be considered more efficient only if operational costs, risks and consequences of external price volatility are put aside and even if these effects are disregarded, the efficiency claim is still doubtful. (Strange, 1997: 116.)

¹⁸Data on the bail-out cost by the Center for Media & Democracy. The AIG rescue alone costed \$ 182 billions (CONGRESSIONAL OVERSIGHT PANEL, 2010: 7). From this money, \$ 12,4 billions were passed from AIG to Goldman Sachs as a result of the bets made by the investment bank against the CDOs it created and kept selling to its customers (CONGRESSIONAL OVERSIGHT PANEL, 2010:115).

¹⁹More specific in relation to a CDO called Abacus 2007-AC1.

similar cases (NEW YORK TIMES, 2010). What seems an exemplary reaction turns to be a very mild one if the numbers are put in context: using Taibbi (2010) estimates, such amount equals the profits of no more than two weeks of Goldman Sachs CDO division at the height of the bubble. No wonder Goldman Sachs shares reacted with an 8% rise in the week after the announcement of the settlement.

Many observers have looked at these recent operations and blamed greedy businessmen for overreaching in the pursuit of profit. Notwithstanding, interpreting these Goldman Sachs actions as outliers is a mistake. Systematically, big banks and investment banks have entered into agreements with regulators to end lawsuits by paying fines which are apparently high, but do not hinder the progress of regular business - with the advantage that such settlements always exempt the firms of admitting any wrongdoing. The examples are abundant: Goldman Sachs settled for \$ 110 million a case over *spinning* late in the 90's;²⁰ in 2003 ten of the biggest Wall Street firms agreed to pay a combined \$ 1.4 billion to end a case of market manipulation during the dot-com bubble;²¹ Goldman Sachs again paid \$ 40 million to end a lawsuit over *laddering* in 2005²², and the list could go on. All these operations fit nicely into Braudel's description of a counter-market and are just the most visible parts of the mechanisms governing wealth accumulation.

Even after the crisis, the dynamic remains the same. Following the Facebook IPO in May 2012, both the company and Morgan Stanley, the deal underwriters, were sued when it was discovered that information on reduced earnings estimates, released to the public only three days after the initial offering - which caused a 18,4% price drop - were available for a small list of preferred investors prior to the IPO, creating a huge profit opportunity for these few privileged. As reported by Taibbi (2012), a former hedge fund CEO looked at this situation as a perfect example of how the "market" really works:

His point was that virtually every week now we see stories like this that hint at a kind of two-tiered market system – in which most of the real action takes place inside an unregulated black-box network of connected insiders who don't disclose their relationships or their interests, while everyone else, i.e. the regular suckers, live in the more tightly-policed world of prospectuses and quarterly reporting and so on.

²⁰In this operation investigated by the House Financial Services Committee, prominent executives of large companies were granted special conditions to buy shares of selected companies prior to their IPOs, generating easy and fast profits when the IPO occurred. In exchange, the executives - people such as Meg Whitman, eBay CEO, and Jerry Yang, Yahoo founder, would favor Goldman Sachs in future businesses of their companies. (Taibbi, 2010; Smith, 2002).

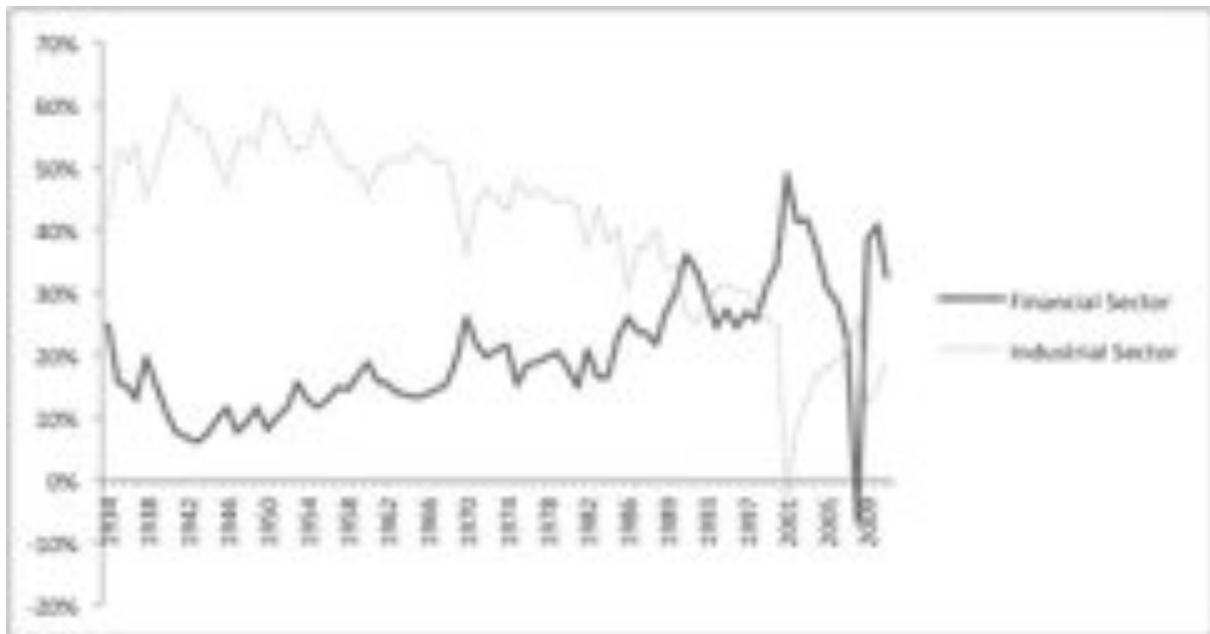
²¹Bear Stearns, Credit Suisse, Goldman Sachs, Lehman Brothers, J.P. Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Citigroup, Salomon Smith Barney, UBS Warburg e Piper Jaffray settled the case investigated by the New York State Attorney General over conflict of interest and other issues. One example: internally analysts would view some shares as terrible assets - even called 'junk' - and to the public they would recommend it, inflating prices. (Kuttner, 2003; Valdmanis, 2002).

²²SEC conducted this lawsuit. Upon preparing an IPO, Goldman Sachs would offer to some of its preferred customers shares at a price lower than the value of the opening day. In exchange, these customers bought some extra shares on the IPO day at \$ 10 or \$ 15 more than the opening value of these shares, artificially inflating prices. In the eToys case in 2000, the stock opened on the day of its IPO at \$ 20 and closed at \$ 75, generating massive profits for Goldman Sachs and preferred customers who had purchased the shares, in advance, at a lower price. A year later eToys declared bankruptcy. (Jennings, 2012: 75-76).

This description is the very picture of the counter-market operations, as observed by Braudel, in contrast to the normal market operations. The key to exceptional profitability and the channel for wealth polarization is to play an exclusive economic game, where just few are accepted and market pressures and regulations are under control.

However, these reports of lawsuits against big Wall Street firms may give the impression that the essence of a counter-market is an illegal operation, which is not true. Although it may sometimes involve actions that contravene the law, this is not the preferable strategy. Its essence is some action that curves or controls market forces, which inhibits the full functioning of competition - not only present but also potential - influencing prices and agents to act according to the interests of the beneficiary of the counter market.²³ Furthermore, the question on the legality of the operations is secondary: as pointed by Strange (1998:12), crime is never an absolute concept, as a government can always legalize some previously illegal operations. Thus, legality is only a secondary qualifier when talking about the actual process of wealth accumulation. And if we look at the real process in recent history, the rise of finance, as the most dynamic center of wealth accumulation, is clear, as chart 1 shows. After the 1980's, an increasing share of the American economy profits was originated in the financial sector. 24,5% of world-billionaires in Forbes list in 2006 came from the financial sector compared to only 9% in 1982 (Bernstein and Swan, 2007).

Chart 1. Share of profits by sector, USA²⁴



²³One warning is important here: to recognize the relevance of counter-markets for wealth polarization can not lead us to an ingenuous defense of free markets, where prices would settle solely according to demand and supply forces and according to society needs and capacities. A “free” market will always be open for market manipulation by the most powerful agents, and a preferred ground for the construction of counter-markets.

²⁴Compilation by the author. Data from the Bureau of Economic Analysis (National Income and Product Accounts - 6.16). Values do not add to 100% as there are other sectors, not represented in the graph, such as retail and transport.

Considering this remarkable profitability, ex-FED chairman Paul Volcker once seemed dumbfounded:

It strikes me that when one looks at the banking system, never before in our lifetime has the industry been under so much competitive pressure with declining market share in many areas and a feeling of intense strain, yet at the same time, the industry never has been so profitable with so much apparent strength. How do I reconcile those two observations? (FDIC, 1997: 118)

Crotty (1997: 5) even named this question the “Volcker paradox”: how could there be such big profits if the sector was apparently highly competitive? However, this can only be a paradox if competition is understood in narrow terms. Once a more complex concept is considered, such as Braudel’s counter-market, a clearer understanding of the origin of the extraordinary profits enjoyed by the financial sector is found. Moreover, adopting this counter-market perspective allows us to move beyond the short-term. These highly lucrative deals that shaped wealth accumulation during the new structural arrangement formed during the 1980’s have a longer history: the details and the mechanisms used in recent operations changed, but the weapons remain very similar to those reported by Braudel for centuries before. Counter-markets might jump from sector to sector, but they are not anomalous: in fact they have been the very critical characteristic to the wealth polarization of the system and remain so.

B) Counter-markets are embedded in the power struggle between states²⁵

Considering counter-markets as situations exclusively built by market agents ignoring the fundamental support that states directly or indirectly offer to these affairs is a misconception. In fact, counter-markets can only be understood if their role in the conflict between states is considered. Braudel pointed in this direction, which is clear in the beautiful image of the Braudelian project Arrighi (1996:25) presents: while Marx sought to explain the secret of profit making by observing the encounter between the possessor of money with the possessor of labor-power, for Braudel the secret would be revealed in the encounter between the possessor of money and the possessor of political power. However, although Braudel detected this connection, he never fully develops it. Thereby, he leaves an explanation vacuum that allows Vries (1979:142) to criticize Braudel stating that there was no economic engine in his system, i.e., there was not a systematic logic intrinsic to Braudel’s model that would lead to economic expansion. Fiori (2009), however, points that Braudel’s misstep was not to link capitalism and state, but rather the timidity of this movement. Once this connection is deepened, the issue of the system engine and other difficulties are solved.

²⁵Prior the birth of the modern nations, this affirmation holds true to older European territorial powers.

To support his argument, Fiori goes back in time to the 12th and 13th centuries, a moment that acts as the “big bang” of the modern interstate system, forging umbilical connections between power and capital. In contrast to what happened in Asia, where power was less dispersed, the European units at that time went through a competitive and highly conflictive gradual process of concentration of power that could be summarized as "who does not rise, falls".²⁶ Such a competitive system does not accept apathetic powers (Fiori, 2009) - expansion is mandatory as the only way to defend yourself so that war, or at least the preparation for it, as Machiavelli (2003) said, becomes a chronic and systemic activity. This expansive and competitive DNA was then formed and remains until today a driving force.

Therefore, the engine of the system is not economical but it rather comes from the realm of power and must be analyzed in a world-system perspective²⁷ Every state is under a systemic pressure to expand its power over the others, which can be expressed in several ways: territorial control, protection of its territory and population, freedom of choice regarding internal issues and external relations and others. Not expanding its power will, inevitably, diminish it, since other units will expand threatening one's position.

In this struggle for power, sometimes creating conditions for its national capital to accumulate at an accelerated rate might be the fundamental driver or priority for states, although usually this just a secondary concern. But even when it is not the priority, the decisions of the most powerful states in the international arena shape the rules of the games that indirectly determine the areas of very rapid accumulation of wealth during a certain period across the globe. And if the best positioned to enjoy the abnormal profits in this areas are not under the protection of the leading powers, the tendency is that there will be a growing pressure for a reconfiguration of the arrangement.

It also must be considered that this need of expansion in term of power has a cost in resources that must be obtained in economic life. And the best way to get these resources is to support the creation of counter-markets that not only consolidate internal funds in few hands, but also have the power to extract wealth from international trade and relations. So, this is a two-way relationship in which the state serves the capitalist, helping to create counter-markets – even if not as a primary intention –, but the capitalist's wealth backs the state in its competitive game. Thus, the second historical recurrence

²⁶The expression "who does not rise, falls" was borrowed by Fiori from Norbert Elias, who analyzed the Hundred Years War in *The Civilizing Process* and describes the competitive movement, among a large number of fragmented territorial units, that gradually consolidates into more and more powerful units that eventually would form France and England. That was a situation in which stability or inaction was not an alternative; conquering neighboring units was mandatory, since otherwise the next victim of expansion would be the stationary unit: "who does not rise, falls."

²⁷"War, currency and trade have always existed. What was original in Europe, as of the “long thirteenth century”, was the way the “need for conquering” induced, and was later associated to the “need for profit.” That is why the historical origin of European capital and the capitalist system is inseparable from political power. Radicalizing our argument: the historical origin of capital does not “derive from the world market,” nor the “games of exchange.” It derives from the conquering and accumulation of power and the authoritarian encouragement to the growth of surpluses, exchanges, and large financial gains built in the shadow of winning powers.” (Fiori, 2009:167-168)

identified here is that the creation and maintenance of counter-markets is not an exclusive act of capitalist agents. Counter-markets to succeed must be supported, directly or indirectly, by a state, which is driven to this accumulation game by its need of expanding power in the world system.²⁸

Once these lenses are adopted, the frequent explanation of the emergence of the financial sector as a result of uncontrollable technological and market forces, relegating states to mere hostages - instead of drivers - of this process, must be questioned.²⁹ This interpretation is based on the naturalization of a situation that, in reality, is historically constructed. As Strange (1997:29-30) alerts, decisions implemented by the State "[...] soon become so taken for granted that they become unquestioned facts of life" and people forget that "[...] markets exist under the authority and by permission of the state, and are conducted on whatever terms the state may choose to dictate, or allow".

In fact, after the 70's and 80's, the global financial system moved to a new configuration, with much greater freedom of movement for capital and global integration, in which markets started to play a more prominent role than in previous decades. However, such an arrangement could only be built under state leadership. This grant of power from states to markets started in the late 50's, took decisive steps during the 70's and early 80's and continued to increase in the following decades, a consequence of deliberate action from the leading states. It can be said that they acted in this process in at least two levels:³⁰ a) initiatives to promote deregulation and liberalization granting freedom to market players and refusing to impose control measures or restrictions b) acting to avoid economic crises set in motion by the financial system or implementing measures to mitigate its effects.

Directly related to the counter-markets that led to the 2007-2008 crisis, the state can be seen acting in these same two levels. Regarding deregulation, there was a clear choice by the U.S. government to not regulate the derivatives market and substantially reduce supervision on banks. Between 1996 and 1997, the then new director of the CFTC³¹, under the Clinton administration, Brooksley Born, commenced a movement to regulate the derivatives market that she believed was non-transparent and under a growing systemic risk. On the same day she released a paper with the foundations for a new regulatory framework, Robert Rubin, Secretary of the Treasury, Alan Greenspan, FED Chairman, and Arthur Levitt, SEC Chairman, issued a letter to the Congress

²⁸“Along such paths, an ever closer and multiform alliance between power and capital was consolidated in Europe; which represented a major difference between Europe and the Asian empires, where the relationship of sovereign powers with financial and commercial activities was not so close - a relationship of ‘indifferent neutrality’, in the words of Irfan Habib - thanks to their great ability to tax land use, a possible reason for the discontinuation of Chinese expansionism in the early fifteenth century. European sovereigns had less land, with lower productivity, and were squeezed in a highly competitive area, unable to finance their wars and conquering only with taxes. In turn, European “banker-merchants” soon discovered that the financing of rulers and their conquest could multiply their money, by providing financial gains and ‘extraordinary profits’ through the financing of wars, financial management of sovereigns’ debts and credits, currency exchange and achievement of favored monopolistic positions in all fields of economic activity. (Fiori, 2009: 167)

²⁹Helleiner (1994) was a decisive author to promote the view of states playing a leading role in the rise of finance.

³⁰Adapted from Helleiner, 1994: 8

³¹Commodity Futures Trading Commission

requesting not to regulate this market. In a pronouncement to Congress at the time, Lawrence Summers, then Deputy Secretary of the Treasury, said the CFTC's interest in regulating the market had "[...] cast the shadow of regulatory uncertainty over an otherwise thriving market - raising risks for stability and competitiveness of American derivative trading. We believe it is quite important that the doubts be eliminated" (Scheer, 2012). Subsequently, Congress would approve the Commodity Futures Modernization Act of 2000, explicitly forbidding any market regulation. A closer surveillance of the derivatives market would likely put in place more transparent pricing models and risk assessments that would, significantly, diminish the opportunities of investment banks to forge lucrative counter-markets. In relation to state actions during the crisis, just as it had reacted in the past³², the U.S. government stepped in as lender of last resort and through multiple agreements ensured the solvency and maintenance of the system, at a trillionaire cost to the public purse.

However, these recent deregulation measures are just the latest chapter of a long movement started in the late 50's. From that moment on, gradually the U.S. dismissed the controls its financial system was put under after the 1929 crisis, and also dismantled Bretton Woods. Here we do not intend to reconstruct the history of this deregulation process,³³ but since we recognize the essential role states had in this movement, it is important to discuss why this course of action was chosen. And to do so, it is necessary to recall the conflictive character of interstate relations, as pointed out by Fiori (2007a, 2009). The U.S., who led this deregulation process, did not take action solely based on a belief in the intrinsic value of a liberal and deregulated financial order; the position was supported since it was in the interest of multiple groups: free market ideologues, defenders of the projection of American power at the international level, the U.S. financial system and also its largest companies. In relation to these interests of the business class, Strange (1997: 23) points out that

what was less often mentioned, either because it was less evident to people living in such a large continental country or because it implied an unwelcome acknowledgment of American responsibility for the growing instability of the whole international financial system on which the market or capitalist system depended, was that American banks had taken very large profits from that financial system yet had been saved from the consequences of very risk operations by the power of the US government.

Thus, this new deregulated arrangement, promoted by the U.S., was extremely profitable for their financial agents and even for large industrial companies, operating through its treasuries. In contrast, workers and small business owners were harmed in this new order, but had a much lower power to influence governmental policies.³⁴

³²Helleiner (1994: 11) cites the decisive state action during the banking crisis of 1974, the debt crisis of 1982 and the stock market crash of 1987. Strange (1997: 45-46) also highlights the government action in 1974 as one of the key decisions in defining the global financial framework.

³³This is a process with several chapters that goes through the liberalization of the credit market and the deposit ceilings, the repeal of Glass-Steagall and McFadden Acts that restricted banking activities, geographically, and by functions, the support of the American and British governments to the Eurodollar market, the abolition of capital controls, the end of the dollar-gold standard among others steps. For a detailed reconstruction of these processes, see Helleiner (1994) and Krippner (2011).

³⁴As a reference, in the period between 1998 and 2008, the financial sector donated \$ 1.7 billion to election campaigns and invested \$ 3.3 billion on lobbying, which meant 2,996 active lobbyists in 2007 (ESSENTIAL

However, it was not simply for financial interests of its capitalists that the U.S. promoted this new international financial order. On the contrary, the fundamental driver of such movement came from the realm of power: the deregulation allowed the U.S. to preserve its autonomy and ability to keep expanding its power internationally (Fiori, 2007b:93). While the U.S. was under the dollar-gold standard, it still faced the threat that, at any moment, countries that had been accumulating U.S. dollars could demand its exchange for gold.³⁵ In addition, the dollar-gold standard required the maintenance of parity between dollar and gold, preventing the U.S. from devaluing its currency to encourage exports.³⁶ By unilaterally abandoning convertibility to gold, both constraints were removed³⁷ and the U.S. imposed on other countries a tough choice: to continue to expand their dollar reserves, thus still financing U.S. deficits and absorbing their external imbalances, or to flee from U.S. currency as a store of value, which would increase the competitiveness of U.S. exports, depreciate the value of their own dollar reserves and cause extensive damage to the global economy (Krippner, 2011: 91). Any doubt about the option to choose was settled by the interest rate shock led by Volcker in 1979, which reaffirmed the hierarchy of the dollar so that "the U.S. no longer have any kind of external constraint and did not worry anymore about current account deficits" (Serrano, 2004:202).³⁸

INFORMATION and CONSUMER EDUCATION FOUNDATION, 2009). The lobbying figures are underestimated since they do not consider public relations investment.

³⁵"After the economic recovery of the European countries and Japan in the postwar period, U.S. trade surpluses turned into deficits. The risk for the U.S. was that if the deficits persisted and the country kept losing gold reserves, gradually the perception that the dollar was as strong as gold would be mined. The next step would then be a increasingly frequent usage of gold and not dollar as the preferred means of payment, internationally, and the dollar would lose its role as a key currency" (Serrano, 2007: 196). Translated by the author.

³⁶These two restrictions were pointed out by Serrano in a broader context of what he called the 'Nixon Dilemma': "The problem was that these two restrictions placed the U.S. in a fundamental contradiction. On one hand, the very success of the American strategy of reconstructing and developing the others capitalist countries (including accepting devaluations of other currencies) was progressively reducing American trade and current account surpluses. But to sustain the role of dollar as the international currency it was necessary [...] to avoid the occurrence of current account deficits. Meanwhile, the easiest way to improve the external competitiveness of the U.S. economy would be through dollar devaluation. But how to devalue the dollar without threatening its role as the international currency?"(Serrano, 2007: 196-197).- Translated by the author.

³⁷Moreover, the drop of the gold-standard was essential to the growth of the financial system, since such standard acted as a sort of "automatic brake" against the unlimited expansion of the monetary volume in the international financial system (Braga and Cintra 2007: 259).

³⁸Krippner notes that the movement to deregulate U.S. financial system and to open it to the international system is the typical choice that exposes an economy to market pressures. But the U.S. was not subject to this pressure: "Paradoxically, integration into the global economy brought not the discipline of the market, but freedom from constraint" (Krippner, 2011: 102).

Chart 2. U.S. Balance of payments (in US\$ billions)³⁹

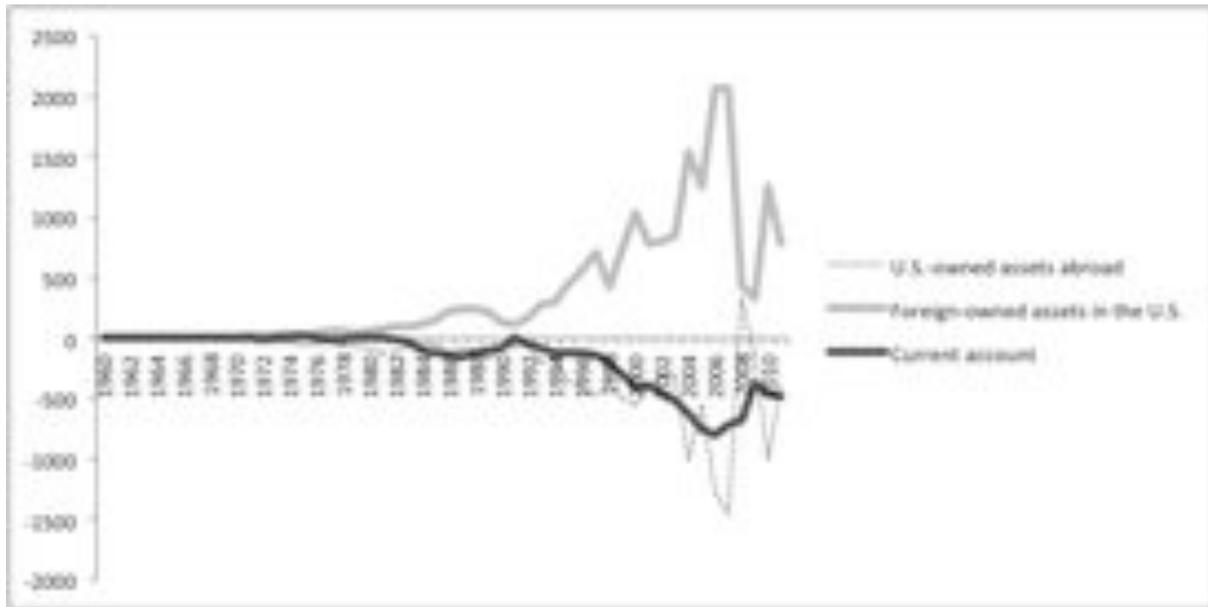


Chart 2 shows the extent of this privilege enjoyed by the U.S. The current account deficit after the 80's achieves a magnitude unimaginable within the dollar-gold standard and this position was supported by the increasing ownership of U.S. assets by foreigners, especially debt. Considering the volume and persistence of these deficits, Graeber (2011:6) challenges the nature of these operations: are they in fact loans that wealth holders around the globe offer the U.S.?

In the past, military powers that maintained hundreds of military bases outside their own home territory were ordinarily referred to as "empires," and empires regularly demanded tribute from subject peoples. The U.S. government, of course, insists that it is not an empire - but one could easily make a case that the only reason it insists on treating these payments as "loans" and not as "tribute" is precisely to deny the reality of what's going on.⁴⁰

Moreover, this new monetary arrangement allows other privileges to the U.S.⁴¹ Since the FED determines short-term interest rates, the U.S. can, unilaterally, arbitrate on the rate of interest on its own debt. The US can also devalue its currency without resulting in property losses: those who suffer the losses are the debt holders. Finally, as the dollar acts as the reserve currency of the system, in moments of crisis, in which countries are generally on the spot under the threat of capital flight, the reverse happens in the U.S.: under any insecurity or sign of economic weakness, even if it is in its own domestic economy, there is a "capital flight to quality," and quality is seen as U.S. debt.⁴² As

³⁹Compilation by the author. Data from the Bureau of Economic Analysis - U.S. International Transactions Accounts Data.

⁴⁰Graeber, however, warns of a subtle difference: "What is the difference between a gangster pulling out a gun and demanding you give him a thousand dollars of "protection money," and that same gangster pulling out a gun and demanding you provide him with a thousand-dollar "loan"? In most ways, obviously, nothing. But in certain ways there is a difference. As in the case of the U.S. debt to Korea or Japan, were the balance of power at any point to shift, were America to lose its military supremacy, were the gangster to lose his henchmen, that "loan" might start being treated very differently. It might become a genuine liability. But the crucial element would still seem to be the gun." (Graeber, 2011: 7).

⁴¹The 3 privileges below were identified by Serrano (2007: 211-213)

⁴²"Hot money counts in the U.S. with a broad and deep market, where it can rest from adventures in exotic places. The existence of a considerable volume of U.S. government bonds, reputed for its excellent liquidity and

Serrano questions, "Which other country has a stock market crash, a flight of foreign capital and reduces interest rates?"⁴³

The result of this process is that "finance began to operate in a 'global space', hierarchically led by the U.S. financial system and made possible by the hegemon's monetary policy".⁴⁴ However, this state - the U.S. - does not maneuver the system seeking to maintain its rationality or a universal common good. Instead, it is conducted in accordance to its national needs, and the analysis of international consequences of its actions is only computed within its own strategic calculation, considering the impact on its domestic political economy and the expansion of its international power. To regulate or to reduce freedom in the international financial system is not advantageous to the U.S. because it implies eliminating a number of high return opportunities for its capital and decreases its structural power over the rest of the world, such that economical and political interests converge for maintaining these privileges. The lower classes in the U.S. join other countries, especially the peripheries, as losers in this arrangement.⁴⁵

So, here again, there is a line of continuity between the historical recurrences pointed out by Braudel and recent events: the counter-markets observed in the financial sector could only be built based on foundations erected by the states, specially the U.S., in a movement that not only benefited their capitalists but was fundamental to the U.S. continued expansion of power.

C) Counter-markets are founded on power

Market forces, indeed, have the capacity to squeeze and normalize profits: once an operation with exceptional profitability is identified, the tendency is that those outside this privileged zone will try to gain access to it, which eventually will reduce margins. Although this is the long-term trend, in the real world market forces do not act alone and other forces can contain the normalization of profits. And this is what happens when we analyze counter-markets: other forces besides the market come into play to sustain superior profitability for some. Thus, Braudel's research reveals that behind every counter-market there is necessarily some power acting.⁴⁶

low risk, has allowed that the reversal of speculative episodes, with stocks, real estate or foreign assets, can be cushioned by a compensatory move in the price of U.S. government bonds. American debt is seen, therefore, as a safe haven in times when global investors confidence is shaken "(Belluzzo, 1997 apud Braga and Cintra, 2007: 284) - Translated by the author.

⁴³Serrano, 2007: 213. Serrano presents this example based on the FED reaction after the negative impacts on the U.S. economy of the accounting frauds by Enron and other large companies in 2002.

⁴⁴Translated by the author. Braga and Cintra, 2007: 267

⁴⁵Only financial economic elites in other countries are also in the winning side of this situation and play an important role in the maintenance of such arrangement.

⁴⁶In this same direction, Wallerstein points that the writings of Braudel "[...] allow us to combat the resistance to admitting this particular verity: all monopolies are politically based. No one can ever succeed in dominating an economy, stifling it, constraining market forces, without political support. It requires force, the force of some political authority, to create noneconomic barriers to entry into the market, to impose outrageous

When we look at the Dutch monopoly on Orient spice trade such power is evident: European rivals were forced out of their positions and production of each spice was restricted to a particular insular territory through agreements and military conquests. Thus, a unique position for the Dutch was created. Similarly, the British conquered vast territories in India to squeeze economic surpluses. In both cases, military power was essential to build and sustain the counter-markets.

However, counter-markets can be founded on other power sources more subtle than weapons, such as ideology. In this case, the tactic, usually, is to create a shared belief that the privileged position, exclusive of some, is beneficial for everyone. So it is no surprise that the dominant state has recurrently promoted a liberal ideology: the structures on which the world-economy operates ensure that “naturally” the essential - and more valuable - commercial and monetary flows run through their hands, and this is the largest monopoly. Challenging this primacy also requires an ideological language from the secondary powers: here we find mercantilism, as a weapon of those who, being “naturally” aside the essential flows, explicitly use the force of the state to reduce distances and to aim at a central position.⁴⁷ Thus, the historical recurrence highlighted here is that either through weapons or more subtle power structures like ideology, there has always been power behind the construction and maintenance of counter-markets.

In fact, perhaps the biggest change between the period originally studied by Braudel and the current processes of accumulation and polarization of wealth is that soft power - or structural power, as we prefer - has become more and more important. Between 12th and 18th centuries, the privileged positions were mostly achieved through guns and direct conquest, but as we approach contemporary times, although these warlike elements do not totally disappear, the economy and the relations among businesses, citizens and states have gone through a growing process of institutionalization. There are more bureaucratic and legal frameworks regulating the relations between agents, so that it is no longer considered “acceptable” to invade a territory and physically destroy rivals, like the Dutch did to other powers possessions in the East in the past. However, these institutional arrangements are not natural evolutions neither market impositions, but rather deliberate choices made by few:

[...] 'international law' was almost always the outright imposition to the rest of the world of the institutional model and laws of the winning countries, and remained in effect only during the time that it met the interests of these winners that, in general, are the first to get rid of it. (Fiori, 2007c: 73).

Such frameworks are usually presented as fair and impartial as they offer all a theoretical right to be equal, competing under the same rules. Nevertheless, previously established asymmetries and

prices, to ensure that people buy things they do not urgently need. The idea that one can be a capitalist (in Braudel's sense of that term) without the state, not to speak of in opposition to the state, is quite absurd.” (Wallerstein, 2001: 204-205).

⁴⁷On this, Braudel says: “Holland was only mercantilist at certain very rare moments - precisely those at which she was aware of an external threat. As a rule unchallenged, she was able to practise free trade with impunity since it could only benefit her. When in the eighteenth century, England began to move away from strict mercantilism, was it, as I am inclined to think, proof that the age of Britain's power and greatness on a world scale had dawned? A century later (1846) she could embrace free trade without running any risk at all.” (Braudel, 1984: 53)

hierarchies do not allow this right of equality to actually be exercised, so that in reality the strongest and most powerful obtain the institutionalization of their advantage. The international patent system is a clear example of this counter-market. The eventuality and exceptionality of the operations that characterized most counter-markets in the period originally studied by Braudel were exchanged for the institutionalization and continuity of these new counter-markets, even if in return some (relatively insignificant) profitability had to be sacrificed: counter-markets became business as usual. The conceptual support to a better understanding of this change comes from Susan Strange (1994) who distinguishes between two forms of exercising power in the world economy: relational power and structural power. Relational power is the one in which A leads B to do something it would not do by itself while structural power is more subtle, since it's the power to define the rules of the game, i.e., "the power to shape and determine the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises and (not least) their scientists and other professional people have to operate".⁴⁸

The financial market liberalization that benefited American capital and more broadly U.S. power is a clear example of structural power as presented by Strange. The U.S. did not need to use military power to impose deregulation measures on other countries, since they felt compelled to do so⁴⁹. Otherwise, they would risk a capital flight to the U.S (and to UK, who co-led the deregulation process)⁵⁰. Thus, a legal and practical framework on how financial transactions should be handled globally was created and although everyone has access to these markets, the opportunities to take

⁴⁸Strange, 1994: 25. Strange goes and says that structural power "[...] means rather more than the power to set the agenda of discussion or to design (in American academic language) the international regimes of rules and customs that are supposed to govern international economic relations. That is one aspect of structural power, but not all of it. U.S. structural power over the way in which wheat or corn (maize to the British) is traded allows buyers and sellers to hedge by dealing in 'futures'; even the Soviet Union, when it buys grain, accepts this way of doing things. Lloyds of London is an authority in the international market for insurance; it allows big risks to be 'sold' by small insurers or underwriters to big reinsurance operators, thus centralizing the system in those countries and with those operators large enough to accept and manage the big risks. Anyone who needs insurance has to go along with this way of doing things. Structural power, in short, confers the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises. The relative power of each party in a relationship is more, or less, if one party is also determining the surrounding structure of the relationship" (Strange, 1994: 25).

⁴⁹As Strange said: "What is common to all four kinds of structural power is that the possessor is able to change the range of choices open to others, without apparently putting pressure directly on them to take one decision or to make one choice rather than other. Such power is less 'visible'. The range of options open to others will be extended by giving them opportunities they would not otherwise have had. And it may be restricted by imposing costs or risks upon them larger than they would otherwise have faced, thus making it less easy to make some choices while making it easier to make others." (Strange, 1994: 31)

⁵⁰This is the 'competitive deregulation' concept advanced by Helleiner (1994): these two states [the U.S. and England] supported growth of the Euromarket in the 1960s and then liberalized and deregulated their financial markets in the 1970s and 1980s, foreign financial centers increasingly witnessed their business and capital migrating to these more attractive markets. To compete effectively for this mobile financial business and capital, they were forced to follow the lead of Britain and the United States by liberalizing and deregulating their own financial systems. This "competitive deregulation" in finance was a central reason for the flurry of liberalization activity throughout the advanced industrial world in the 1980s." (Helleiner, 1994: 12). When competitive deregulation was not enough to liberalize markets, the IMF and the World Bank demanded such measures to be implemented as requirements to aid packages.

advantage of this arrangement are not equal. American capital and the U.S. itself are one step ahead due to the relative attractiveness of its financial market, the dominance of its financial institutions, the supremacy of the dollar and the sheer size of its national economy.⁵¹

Former IMF Research Director, Simon Johnson (2009), compares this power exerted through ideology to other strategies:

In a primitive political system, power is transmitted through violence, or the threat of violence: military coups, private militias, and so on. In a less primitive system more typical of emerging markets, power is transmitted via money: bribes, kickbacks, and offshore bank accounts. Although lobbying and campaign contributions certainly play major roles in the American political system, old-fashioned corruption - envelopes stuffed with \$100 bills - is probably a sideshow today, Jack Abramoff notwithstanding. Instead, the American financial industry gained political power by amassing a kind of cultural capital - a belief system. Once, perhaps, what was good for General Motors was good for the country. Over the past decade, the attitude took hold that what was good for Wall Street was good for the country. The banking-and-securities industry has become one of the top contributors to political campaigns, but at the peak of its influence, it did not have to buy favors the way, for example, the tobacco companies or military contractors might have to. Instead, it benefited from the fact that Washington insiders already believed that large financial institutions and free-flowing capital markets were crucial to America's position in the world. [...] Faith in free financial markets grew into conventional wisdom - trumpeted on the editorial pages of The Wall Street Journal and on the floor of Congress.

The essence of Johnson's perception is that a belief system was built and promoted: what was good for Wall Street was good for the country and thus the financial system interests should guide American policy. Without this ideological support, there would be no deregulation and the counter-markets described in the first section would not be possible. Although Johnson clearly realizes the strength of the belief system to shape U.S. policy, his analysis does not consider questions on the conflictive nature of the interstate system, and is restricted to U.S. domestic issues. As a result he is blind to some impacts of these policies so that he states "Washington insiders already believed that large financial institutions and free-flowing capital markets were crucial to America's position in the world" as if these insiders were deceived, failing to recognize that the insiders were right: free markets and big banks are a great advantage to the U.S. internationally. Internally, it might lead to some classes or groups turning into winners or losers, but that does not diminish the fact that these measures increased U.S. power in comparison to other countries.

Moreover, the power of this belief system is its universal application: free, deregulated markets were sold as a panacea so that everyone, rich and poor, peripheral and central countries would all enter into a new era of efficiency and wealth in one big global village. Of course, when implemented, deregulation plans did not bring the results sold as certain. The polarization of wealth - both within and between countries - deepened. In addition, alternative views on these policies were not accepted

⁵¹Helleiner, 1994: 13-14. On this, Strange says: "market economists are also apt to make the highly questionable claim that futures markets offer a similar facility to all who may be affected in the conduct of their business by uncertainty, since information is readily available to all who need it. This claim is highly unrealistic. The same was said of British courts of law before the state provided legal aid to poor litigants - a claim which at the time provoked Harold Laski to retort 'Ah yes, like the Ritz Hotel, open to rich and poor alike!'" (Strange, 1997: 116).

in major economics journals,⁵² and had greater difficulty in obtaining funding,⁵³ reinforcing the perception that the dominant belief system was reality, not ideology.⁵⁴

Thus, regarding this third recurrence there is divergence between the counter-markets observed by Braudel and the modern ones - these are much more dependent on structural power, rather than direct conquest which was much more frequent in the past. Despite that, there is convergence when we analyze ideology as just another power source behind counter-markets: the liberal U.S. position, aware that in open-deregulated markets its advantages and asymmetries would be easily imposed on other countries, created the essential conditions for the emergence of counter-markets that benefited American capital and allowed the country to broadly expand its power base.

D) Connections among elites are critical to counter-markets

The uniqueness of Braudel compared to economists is the fact that "he always injects society, the social structures, in the economy" (Minc apud Daix, 1999:630). And from this angle he can detect the connections among the elites of different hierarchies (social, economical, governmental and cultural) as essential links in the construction and maintenance of counter-markets. These elites, while sometimes competing among themselves, also form cooperative ties that ensure the perpetuation of their privileged position, offering to a select few access to inside information, profitable deals, complicity, easy access to credit and other advantages: "Our capitalist, we should not forget, stood at a certain level in social life and usually had before him the decisions, advice and wisdom of his peers. He judged things through this screen." (Braudel, 1982:401-402) It is then natural to Braudel to be suspicious of the merits that Schumpeter attributed to the entrepreneur since he questions this individualist logic - the privileges reserved to those well-positioned in the hierarchy make business

⁵²See, for instance, Reardon, 2008.

⁵³Here, once again, the concept of structural power as presented by Strange (1994: 119-138) plays an important role. One of the four pillars of structural power is the knowledge structure since it determines "[...] what knowledge is discovered, how it is stored, and who communicates it by what means to whom and on what terms." (Strange, 1994: 121). Thus, who controls the knowledge structure decides which is the "correct" and desired knowledge that should be researched and also controls the messages that stand out and that are transmitted.

⁵⁴In the periphery countries that have liberalized their economies but continued to enjoy timid growth rates, the prescription - as paradoxical as it may seem - was always just deepen the process: more liberalizing reforms was the recipe. In this regard, Varoufakis (1998) provides a parallel that shows the power of a belief system, recalling the anthropological studies of Evan-Pritchard on the social success of priests in Azande society (an African tribe), which despite their prediction errors remained in power: 'Azande see as well as we that the failure of their oracle to prophesy truly calls for explanation, but so entangled are they in mystical notions that they must make use of them to account for failure. The contradiction between experience and one mystical notion is explained by reference to other mystical notions. (Evans-Pritchard in his *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, 1937). Thus, a belief system is closed in itself and does not allow the entrance of new outside elements that might discredit it. Therefore, the construction of a belief system that connected and legitimized interests of the financial elites and governmental bodies while still sustaining an aura of legitimacy was essential.

decisions just as based on the abilities of the entrepreneur as “on the position in which he [the entrepreneur] found himself, whether at the intersection or on the margins of the vital currents of trade, near to or far from the centres of decision-making - which had very precise locations in every period.” (Braudel, 1982:401-402)

Considering different civilizations throughout time, Braudel identifies a recurrent inequality in means, power, influence and wealth between the upper classes and all the others. There has always been a small top layer of *circa* 1% of the population that enjoys the surpluses, the privilege of governing, of taking the key decisions and to whom the money flows converges.⁵⁵ Standing in a privileged position, these leading social groups not only enjoy the counter-markets of their time, but even if the counter-markets change, they are best positioned to also be the winners in a new situation. That is why Braudel (Uma lição de história, 1989:79) said that at the roots of economic inequality he could find social inequality. Thus, the recurrence we can detect is that the most privileged extracts in society form a powerful network of connections among themselves that increases their chance of enjoying the privileged economic spaces now and in the future.

Regarding the counter-markets presented in the previous sections, there is a revolving door between these elites of different hierarchies: leaders of the financial sector began to occupy, especially after the 80's, critical governmental posts or made the opposite route, obtaining positions in the financial sector after fulfilling roles in public service. Examples of this situation are multiple: Phil Gramm, the Republican Senator with a pivotal role in the approval of the Financial Services Modernization Act of 1999⁵⁶ became UBS financial services group Vice-Chairman at the end of his term; Robert Rubin, Treasury Secretary in the Clinton administration, previously, was Goldman Sachs Co-Chairman, where he worked for 20 years; Henry Paulson, Treasury Secretary and also responsible for handling the 2007-2008 crisis, previously, was also Goldman Sachs Chairman. And these are just some examples of a much longer list. As pointed out by Simon Johnson (2009):

It has become something of a tradition for Goldman Sachs employees to go into public service after they leave the firm. The flow of Goldman alumni [...] not only placed people with Wall Street's worldview in the halls of power; it also helped create an image of Goldman (inside the Beltway, at least) as an institution that was itself almost a form of public service.

Beyond these privileged connections between government and business elites, much of the academic elite was also part of this intricate network of influence and connection. This phenomenon is evident in the research and teaching of economics, which in recent decades has provided the theoretical foundation to deregulate markets. Thus, Johnson (2009) says:

Wall Street's seductive power extended even (or especially) to finance and economics professors, historically confined to the cramped offices of universities and the pursuit of Nobel Prizes. As mathematical finance became more and more essential to practical finance, professors increasingly took positions as consultants or partners at financial institutions. Myron Scholes and Robert Merton,

⁵⁵Translated by the author. “When you consider, objectively, what I call active capitalism, it is surprising the small number of people involved.” (Uma lição de história, 1989: 78)

⁵⁶It allowed a single institution to act as a insurance company and also a commercial and investment bank and as well the prohibition to regulate derivatives

Nobel laureates both, were perhaps the most famous: they took board seats at the hedge fund Long-Term Capital Management in 1994, before the fund famously flamed out at the end of the decade. But many others beat similar paths. This migration gave the stamp of academic legitimacy (and the intimidating aura of intellectual rigor) to the burgeoning world of high finance.

Conflicts of interest between economists' academic practice and their professional performance increased, as they gradually took over more and more important positions in the financial system and also ensured funding for research lines that went along market interests. Galbraith (2004:2) summarizes the situation: "What prevails in real life is not the reality but the current fashion and the pecuniary interest." Thus, in 2008 the Queen of England visited the London School of Economics and asked the most trivial of questions: "Why had no one there predicted the crisis?" Professor Luis Garicano, to whom the question was addressed, answered in line with what is discussed here: [... the economists] were doing what they were paid to do, and behaved according to their incentives, but in many cases they were being paid to do the wrong things from society's perspective." (Stewart, 2009). Although the ideas promoted by these economists might harm society as a whole, they were extremely beneficial to the financial elite and to the economists themselves. Moreover, economists conflicts of interest were not disclaimed in articles, media appearances neither testimonies at the Senate (Carrick-Hagenbarth and Epstein, 2012; Flitter, Cooke and Costa, 2010), reinforcing the perception of a "stamp of academic legitimacy and the intimidating aura of intellectual rigor" to pro-finance positions.

Thus, here we find a strong line of continuity between the Braudelian historical recurrence and the recent facts: connections among the leading strata of different hierarchies constitute an important element to build and sustain the privileged economic situation that led to counter-markets and wealth polarization.

E) Leading economic actors enjoy unparalleled freedom of choice

This fifth historical recurrence emerges almost as a consequence of the others: the privileged economic agents can continually move their investments across different economic sectors, according to cyclical variations in profitability and to exploit short-term opportunities, and no other economic agents but the ones at the top of the system enjoy such mobility. A clear example offered by Braudel (1982:405) can be found in the international trade of cereals in Europe in the sixteenth century: its regular and predictable characteristics prompt multiple connections between supply and demand that efficiently restrain profits so that privileged economic agents remain away from the sector. But as soon as a shortage crisis takes place in the Mediterranean in 1591, large merchants from outside the sector step in to enjoy profits of up to 300%. Another example can be found in the Industrial Revolution when most of the major inventions were made by ordinary people and not by large firms or banks. However, few years after the emergence of the industrial sector, London and its financial

capital were able to get hold of the privileged positions - its financial superiority allowed them to take over and even expand the sector once it displayed superior profitability. Capitalists can observe commercial life and as soon as an innovation arises or a market stands out for its distinguished profitability, they have the means to jump in and enjoy the superior returns. On this point, Braudel underscores that there is not a moral judgment. It is a reality: "As for me, in my ordinary life, I can not play a game comparable to that of the Rothschild. The Rothschild do not cheat compared to me, but I'm not able to play like them." Thus, he emphasizes the historical recurrence identified here: there is a significant disproportion in freedom of choice between the elites and the others.

As we adopt these lenses to look at the operations underneath the 2007/2008 crisis, there is a short story that can very clearly show the line of continuity between what was seen by Braudel and the current trend. The investment banks that had enjoyed huge profits creating and selling CDOs at a certain point adopted the opposite position, betting on its demise.⁵⁷ This position was built through an instrument called CDS, which can be seen as a kind of insurance against default - with the advantage that the possessor of a CDS does not have to own the original security.

Getting into a game like this - buying CDS - involves understanding an operation sophisticated enough to ward off the vast majority of the population since its intricate operating mechanisms limit their access to those highly financially savvy. Moreover, outside a certain restricted social circle it is not even among known possible investment options. However, even if these knowledge barriers are overcome, others arise. As Lewis (2011: 140-169) reports, two small American investors, Jamie Mai and Charlie Ledley developed an investment strategy that consisted of betting on extreme events. They found that in many markets the possibility of drastic changes in prices was underestimated and thus became interested in the mortgage market. They were not sure that this market would collapse, but believed that the possibility that this would happen was underrated. Even with this clear vision of the market, it took months for them just to find out that the CDSs existed and represented exactly the position they would like to take. Moreover, once they discovered this, Wall Street firms would not sell these products to them: to buy CDSs you had to be considered an institutional investor with deep pockets and they had no more than \$ 30 million to invest. Deutsche Bank, for example, required an investor to control at least \$ 2 billion to gain access to this market. Lewis (2011:156), using lines from Jamie and Charlie themselves describes this situation:

'We called Goldman Sachs,' said Jamie, 'and it was just immediately clear they didn't want our business. Lehman Brothers just laughed at us. There was this impenetrable fortress you had either to scale or dig underneath.' 'J.P. Morgan actually fired us as a customer,' said Charlie. 'They said we were too much trouble.' And they were! In possession of childish sums of money, they wanted to be treated as grown-ups.

In the end, Jamie and Charlie managed to purchase the CDSs, but to do so they had to use the social ties of a third investor who entered the partnership and who had previously worked for

⁵⁷As already mentioned, Goldman Sachs position alone totaled \$ 13.9 billion, generating \$ 3.7 billion in profits after the CDOs meltdown.

Deutsche Bank. Without the proper social connections - as Braudel already warned - the most profitable operations cannot be accessed. Still, one of the investors, Jamie, says: “As a private investor you are a second-class citizen”. (Lewis, 2011: 150). When an investor holding \$ 30 million and who experienced dealing with investment banks qualifies himself, in terms of investment possibilities, as a second-class citizen, it becomes clear the scale of difference in flexibility and range of options available to major economic agents in comparison to the great mass of the population.

Žižek (2011:24) captures well this disproportion of degrees of freedom in another situation when analyzing the different possibilities open to senior management and employees of Enron, the U.S. energy firm that, after being chosen for six times by Fortune as the most innovative American company, went bankrupt in 2001 involved in accounting fraud:

Thousands of employees who lost their jobs and savings were certainly exposed to a risk, but without having any real choice: what was risk to those in the know was blind fate to them. Those who did have a sense of the risks, the top managers, also had a chance to intervene in the situation, but chose instead to minimize the risk to themselves by cashing in their stocks and options before the bankruptcy – actual risks and choices were thus nicely distributed. In the risk society, in other words, some (the Enron managers) have the choices, while others (the employees) take the risks.

What is observed in these two reports is the distinction between those who can choose - and have the money, power, social status to do so - and those who cannot choose and who are bound to their past and their already developed skills. And this imbalance in range of choices extends even to where resources can be invested and at what cost: this is evident when we consider the role of tax havens, through which the elite can avoid the laws and taxes all others are subject to.⁵⁸

This freedom of choice, as shown by Braudel, was present for capitalists since the twelfth century, but the trend of financialization of the economy, which has occurred in the last 30 years, intensified this privilege. Before, a capitalist who wanted to move from silver trade to importing spices, for example, would need to find buyers for his stock of silver, arrange boat and crew for the trip to the East and articulate a new distribution channel for the spices. After the recent financialization trend, moving from one sector to another became extremely simple requiring just the transfer of funds from one investment to another. Thus, a radical change in position - from manufacturing in Asia to raising crops in Brazil, or betting against Russian currency or speculating with meat prices - takes no more than seconds. And so, the privilege of choice - always restricted to the leading economic agents - has become even more valuable.

⁵⁸As Palan, Murphy e Chavagneux state, it is important to recognize that tax havens do not work “on the margins of the world economy, but are an integral part of modern business practice” and only exist due to the tolerance of central states. (Palan, Murphy e Chavagneux, 2010:4.)

CONCLUSION

Departing from Braudel's heterodox view on the historical evolution of capitalism, we arrived at five historical recurrences that can be considered patterns on how wealth was accumulated and polarized throughout 12th and 18th centuries. Each one of these historical recurrences was then used to analyze the underlying operations of the 2007/2008 crisis and the specific characteristics of the *conjuncture* that allowed these operations to take place. In doing so, we found strong continuity between the patterns observed by Braudel and the ones in place in the recent decades.

Regarding the first recurrence - that counter-markets are not anomalous, but rather ever present and a critical characteristic to the polarization of the system - this particular lens was useful to show how many of the operations that triggered huge profits in the financial sector were based on some sort of market manipulation or constraints on what is usually seen as a free and competitive market. This is evident in the high-risk CDOs rated AAA, the overpriced sale of these securities based on non-public pricing models, the information imbalance between investment banks and investors, the bail-out of failing institutions and also other devious operations from last decade such as laddering and spinning.

Concerning the second historical recurrence - that counter-markets are embedded in the power struggle between nations and thus require some kind of state support - there was decisive action from the U.S. to establish the conditions that allowed the counter-markets, mentioned above, to arise, in a movement that not only secured extraordinary profits to American capital, but was also essential for U.S. as a nation to further accumulate power.

With respect to the third historical recurrence that highlights that counter-markets are always based on some kind of power, it became clear how structural power, as defined by Strange, replaced violence and domination by means of arms as the central instrument behind counter-markets. The liberalization of financial markets was backed by ideological support that claimed this initiative would bring gains to all, and not only to those in a better position in economic life. By creating this consensus, these policies that opened ground to the previously discussed counter-markets could be more easily imposed.

The fourth historical recurrence showed that in line with what could be seen in the period considered by Braudel, in the last 30 years the connections among the elites played an important role in supporting the counter-markets. Thus, we could observe the revolving door between high governmental posts and leaders of major financial institutions, as well as the capture of academic thinking on economics by this liberalizing agenda.

Finally, we saw that the fifth recurrence, which highlights the unparalleled freedom of choice of the leading economic actors, is still valid and even more valuable since most assets or investment options turned into tradable securities. This privilege could be seen in action when two investors with \$ 30 million were considered "too small" to access certain other investment options.

In 1977, Braudel presented three conferences at the John Hopkins University summarizing the main ideas of *Civilization and Capitalism*⁵⁹. In his final remarks, he noted with sorrow: “What I personally regret, not so much as a historian but as a man of my time, is the refusal, in both the capitalist world and the socialist world, to draw a distinction between capitalism and the market economy”. Although we do not agree with this opposition as strictly pointed out by Braudel, we hope this paper can at least slightly mitigate his desolation: the essence beyond the distinction emerges very clearly in this paper as counter-markets are indeed seen as the opposite of what is usually considered and presented by mainstream economics as the regular flow of the market; counter-markets are not an ephemeral exceptionality but an ever present recurrence in economic life since the twelfth century and one of the most distinctive characteristics of the world-system since it is the trait that allows fast accumulation and polarization of wealth in large scale. It forms a higher sphere of economic activities that by manipulating or controlling the market enables exceptional profitability for the few who have the means to continually recreate these privileged spaces. Moreover, this arrangement can only be understood if analyzed within the context of a competitive struggle between states, who shape the conditions to the emergence of the counter-markets in their battle for power and control over the world-system. While these dimensions are not treated as relevant theoretical elements and relegated to a position of exceptionality outside the center of the processes of wealth accumulation, with Braudel we must acknowledge that one of the most distinctive elements of our system is not considered in its fullness.

⁵⁹The final version of the book would be published only 2 years later.

BIBLIOGRAPHY

AMIN, Samir. "The Future of Global Polarization". IN: **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol. 17, No. 3, 1994, pp. 337-347

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996

_____. "Braudel, Capitalism, and the New Economic Sociology". IN: **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol 24, n. 1, 2001, pp. 107-123

BERNSTEIN, Peter e SWAN, Annalyn. **All the Money in the World: How the Forbes 400 Make - and Spend - Their Fortunes**. New York, A. Knopf, 2007

BRAGA, José Carlos de Souza. and CINTRA, Marcos Antonio Macedo. "Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob commando americano". In: FIORI, José Luis (org). **O Poder Americano**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism - 15th - 18th Century - Volume I: The Structures of Everyday Life**. London: William Collins Sons & Co Ltd, 1981

_____. **Civilization and Capitalism - 15th - 18th Century - Volume II: The Wheels of Commerce**. London: William Collins Sons & Co Ltd, 1982

_____. **Civilization and Capitalism - 15th - 18th Century - Volume III: The The Perspective of the World**. London: William Collins Sons & Co Ltd, 1984

CARRICK-HAGENBARTH, Jessica e EPSTEIN, Gerald A. "Dangerous interconnectedness: economists' conflicts of interest, ideology and financial crisis" IN: **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 36. n. 1, 2012. Available at <<http://cje.oxfordjournals.org/content/36/1/43.full.pdf>>. Accessed 13/05/2012

CECILIO, Marco B. **Fernand Braudel no Mundo Contemporâneo e a Acumulação Acelerada de Riquezas: Economia de Mercado e Capitalismo Como Opostos?** Master thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Available at <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/CECILIO_Marco_-_FERNAND_BRAUDEL_NO_MUNDO.pdf> Accessed 10/02/2013

CONGRESSIONAL OVERSIGHT PANEL. **June Oversight Report - The AIG Rescue, Its Impact on Markets, and the Government's Exit Strategy**. 10 June 2010. Available at <<http://cybercemetery.unt.edu/archive/cop/20110402010341/http://cop.senate.gov/documents/cop-061010-report.pdf>> Accessed 01/05/2012

CROTTY, James. **If Financial Market Competition is so Intense, Why are Financial Firm Profits so High?** Reflections on the Current 'Golden Age' of Finance. Working Paper Series Number 134. April 2007. Available at <<http://people.umass.edu/crotty/WP134.pdf>>. Accessed 06/06/2012

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999

DELANDA, Manuel. "Markets and anti-markets in the world economy". IN: **Technoscience and cyberculture**. New York, Routledge, 1996b. pp. 181-194

ESSENTIAL INFORMATION and CONSUMER EDUCATION FOUNDATION. **Sold Out: How Wall Street and Washington Betrayed America**. March 2009. Available at <www.wallstreetwatch.org/soldoutreport.htm>. Accessed 05/07/2012

FARHI, Maryse. "Derivativos financeiros: hedge, especulação e arbitragem". IN: **Economia e Sociedade**, Campinas, (13), dez. 1999, pp. 93-114

FDIC. **History of the 1980s: Lessons for the Future, Volume II: Symposium Proceedings**. 16 January 1997. Available at <<http://www.fdic.gov/bank/historical/history/vol2.html>>. Accessed 06/06/2012

FIORI, José Luís. "Formação, Expansão e Limites do Poder Global". IN: FIORI, José Luis (org). **O Poder Americano**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007a, pp. 11-66

_____. "O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites". IN: FIORI, José Luis (org). **O Poder Americano**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007b, pp. 67-110

_____. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007c

_____. "O poder global e a nova geopolítica das nações". IN: **Crítica y Emancipación**, ano 1, vol. 2, 2009, pp. 157-183

FLITTER, Emily; COOKE, Kristina e COSTA, Pedro da. Special Report: For some professors, disclosure is academic. **Reuters**. 20 December 2010. Available at <<http://www.reuters.com/article/2010/12/20/us-academics-conflicts-idUSTRE6BJ3LF20101220>>. Accessed 05/13/2012

GALBRAITH, John Kenneth. **A Economia das Fraudes Inocentes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004

GOODMAN, Peter. Taking Hard New Look at a Greenspan Legac. **The New York Times**. 8 October 2008. Available at <<http://www.nytimes.com/2008/10/09/business/economy/09greenspan.html?pagewanted=all>>. Accessed 07/05/2012

GRAEBER, David. **Debt: The First 5,000 Years**. New York, Melville House Publishing, 2011

HELLEINER, Eric. **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca, Cornell University Press, 1994

HOWARD, M. C. "Fernand Braudel on Capitalism: A Theoretical Analysis". **Historical Reflections**, vol. 12, n. 3, 1985, pp. 469-483

JENNINGS, Marianne M. **Business Ethics: Case Studies and Selected Readings**. Mason, South Western Cengage Learning, 2012

JOHNSON, Simon. The Quiet Coup. **The Atlantic**, May, 2009. Available at <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2009/05/the-quiet-coup/7364/>>. Accessed 05/07/2012

KINSER, Samuel. "Review: Capitalism Enshrined: Braudel's Triptych of Modern Economic History", IN: **The Journal of Modern History**, Vol. 53, No. 4. Dec., 1981, pp. 673-682

KRIPPNER, Greta R. **Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance**. Cambridge, Harvard University Press, 2011

KUTTNER, Robert. Wake Up, Wall Street: Eliot Spitzer Is a Hero. **Bloomberg BusinessWeek**, 19 May 2003. Available at <http://www.businessweek.com/magazine/content/03_20/b3833047_mz007.htm>. Accessed 04/30/2012

LEWIS, Michael. **A Jogada do Século - The Big Short**. Rio de Janeiro, Best Seller, 2011.

MACHIAVELLI, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo, Cultrix, 2003.

NEW YORK TIMES, 2010. Goldman Settles With S.E.C. for \$550 Million. 15 July 2010. Available at <<http://dealbook.nytimes.com/2010/07/15/goldman-to-settle-with-s-e-c-for-550-million/>>. Accessed 04/30/2012

PALAN, Ronen; MURPHY, Richard e CHAVAGNEUX, Christina. **Tax Havens: How Globalization Really Works**. New York, Cornell University Press, 2010

REARDON, Jack. "Barriers to entry: heterodox publishing in mainstream journals". IN: **On the Horizon**, Vol. 16, n. 4, 2008, pp.185 - 197

SCHEER, Robert. The Democrats Who Unleashed Wall Street and Got Away With It. **The Nation**, 2 February 2012. Available at <<http://www.thenation.com/article/166035/democrats-who-unleashed-wall-street-and-got-away-it>>. Accessed 06/05/2012.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luis (Ed). **O Poder Americano**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007

SMITH, Randall. Goldman Gave Hot IPO Shares To Top Executives of Its Clients. **The Wall Street Journal**, 3 October 2002. Available at <<http://online.wsj.com/article/0,,SB1033598320397980873.djm,00.html#CX>>. Accessed 04/30/2012

STEWART, Heather. This is how we let the credit crunch happen, Ma'am... **The Observer**, 26 July 2009. Available at <<http://www.guardian.co.uk/uk/2009/jul/26/monarchy-credit-crunch/print>>. Accessed 05/13/2012

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London, Continuum, 1994

_____. **Casino Capitalism**. Manchester, Manchester University Press, 1997

_____. **Mad Money, when markets outgrow governments**, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1998

TAIBBI Matt. "The Great American Bubble Machine". **Rolling Stone**, 5 April 2010. Available at <<http://www.rollingstone.com/politics/news/the-great-american-bubble-machine-20100405>>. Accessed 04/30/2012

_____. "The People vs. Goldman Sachs". **Rolling Stone**, 11 May 2011. Available at <<http://www.rollingstone.com/politics/news/the-people-vs-goldman-sachs-20110511>>. Accessed 05/01/2012

_____. The Facebook IPO: Shareholders Weren't Invited to the Real Party. **Rolling Stone**, 23 May de 2012. Available at <<http://www.rollingstone.com/politics/blogs/taibblog/the-facebook-ipo-shareholders-werent-invited-to-the-real-party-20120523>>. Accessed 05/25/2012

TILLY, Charles. "Review of Civilisation materielle, economie et capitalisme, XV-XVIII siecle by Ferdinand Braudel", IN: The American Historical Review, Vol. 86, No. 2, Apr., 1981, pp. 368-369

Uma lição de história de Fernand Braudel. Châteauevallon: Jornadas Fernand Braudel 18, 19 e 20 de outubro de 1985. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989

UNITED STATES SENATE PERMANENT SUBCOMMITTEE ON INVESTIGATIONS. **Wall Street And The Financial Crisis: Anatomy of a Financial Collapse**. 13 April 2011. Available at <<http://www.ft.com/cms/fc7d55c8-661a-11e0-9d40-00144feab49a.pdf>>. Accessed 01/05/2012

VALDMANIS, Thor. "Spitzer: Merrill analyst pitched stock he called 'junk'". **USA Today**, 14 April 2002. Available at <<http://www.usatoday.com/money/finance/2002-04-15-spitzer-email-evidence.htm>>. Accessed 01/05/2012

VAROUFAKIS, Yanis. **Foundations of Economics: A Begginers's Companion**. London, Routledge, 1998

WALLERSTEIN, Immanuel M. **Unthinking social science**. Philadelphia, Temple University Press, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo, Boitempo editorial, 2011